



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

WANIA ALEXANDRINO VIANA

GENTE DE GUERRA, FRONTEIRA E SERTÃO: ÍNDIOS E SOLDADOS
NA CAPITANIA DO PARÁ (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

BELÉM
2019

WANIA ALEXANDRINO VIANA

GENTE DE GUERRA, FRONTEIRA E SERTÃO: ÍNDIOS E SOLDADOS
NA CAPITANIA DO PARÁ (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Chambouleyron
(PPHIST/UFPA)

BELÉM
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Divisão de Biblioteca da UFOPA Catalogação de Publicação na Fonte. UFOPA - Biblioteca Central Ruy Barata

Viana, Wania Alexandrino.

Gente de guerra, fronteira e sertão: índios e soldados na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII) / Wania Alexandrino Viana. - Belém-PA, 2019.

361f.: il.

Universidade Federal do Pará, Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA).

Orientador: Rafael Ivan Chambouleyron.

1. Defesa. 2. Soldados. 3. Indígenas. 4. Amazônia colonial. 5. Século XVIII. I. Chambouleyron, Rafael Ivan. II. Título.

UFOPA-Biblioteca Ruy Barata

CDD 23 - 981.1

Elaborado por Selma M. Souza Duarte - CRB-2/1096

WANIA ALEXANDRINO VIANA

GENTE DE GUERRA, FRONTEIRA E SERTÃO: ÍNDIOS E SOLDADOS
NA CAPITANIA DO PARÁ (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Chambouleyron (PPHIST/UFPA)

Data da Aprovação:

Banca Examinadora:

Rafael Chambouleyron (Orientador, PPHIST/UFPA)

Ângela Maria Vieira Domingues (Examinadora externa, CH/Universidade de Lisboa)

Carlos Augusto de Castro Bastos (Examinador externo, CANAN/UFPA)

Décio Alencar Guzmán (Examinador externo, FAHIS/UFPA)

Mauro Cezar Coelho (Examinador interno, PPHIST/UFPA)

Karl Heinz Arenz (Suplente, PPHIST/UFPA)

A meu pai, Antônio de Sousa Viana (in memoriam) hoje você é eterno dentro de mim. Saudade infinita.

A Minha mãe, Maria do Carmo meu amor sem fim.

A minha doce e curiosa existência, filho João, vida da minha vida.

Ao meu companheiro da vida, Márcio Ramos.

A todos os jovens da minha comunidade que olham o rio como um caminho, e a Universidade como uma porta de transformação social.

Agradecimentos

Com este trabalho fecha-se um ciclo na minha vida acadêmica. Um percurso difícil, com grandes obstáculos. Desafios comuns de trajetória acadêmica, somados a outros tantos, que decorrem da minha história de vida. Um caminho que só foi possível trilhar, graças a muitas pessoas que encontrei nessa minha destemida curiosidade para ver o que tinha além da minha ilha. Essas pessoas me apontaram uma direção, abriram meus caminhos, sustentaram minhas ações, possibilitaram a pesquisa, suavizaram a jornada, compartilharam conhecimento, dividiram trajetórias, caminharam ao meu lado, estiveram em algum ponto subsidiando o *meu seguir em frente*. Nesta altura *gratidão* é a palavra que sintetiza essa trajetória. Vamos lá!

Em primeiro lugar, agradeço à força que alimenta minha alma. Que me traz equilíbrio emocional, que apruma minha existência. Aquela luz que traz os dons da ciência e da sabedoria. Sim, algo que não é visível, mas que como o vento que também não é visível tem capacidades de nos mover. Agradeço aquele que está dentro de nós. Agradeço a Deus pela presença concreta em todos os dias, e pelo alimento de coragem, esperança e persistência que não me faltou nenhum dia.

Agradeço aos meus pais. Maria do Carmo que sempre me incentivou a seguir em frente. Ao meu pai Antônio (*in memoriam*), queria muito que estivesse aqui. Obrigada, por tudo que fez por mim, meu Amor. A minha irmã Wanessa, quanta força você transmite, e seu filho lindo Pedro (que ama dinossauro, mas não gosta muito quando eu agarro ele); minha irmã Vaneise, pela sua presença solidária e prestativa; meu irmão Wanderson sempre por perto, e Gabriel (gatão da tia). Meus irmãos da vida, Maira e Robert, são incontáveis os momentos que vocês estiveram ao meu lado nessa caminhada. Todos vocês são partes de mim. Aos meus filhos adotados por um objetivo, estudar, Meire, Luan, Larissa e Leandro. Obrigada, por vocês estarem no meu cotidiano, por estarem nos meus dias e por toda ajuda.

Ao meu companheiro Márcio Ramos. Ninguém conhece mais da minha trajetória acadêmica. Ele, de fato, resolveu me acompanhar em todos os momentos, passou de colega de graduação a pai de meu filho. Obrigada por toda sua disposição em me ajudar. Por abrir mão de tudo para seguir meus sonhos, e por ter facilitado a escrita da tese, a pesquisa sendo um pai presente para o João. E, claro, agradeço a meu filho, desde o

mestrado quando descobri que ele estava a caminho, minha vida virou de ponta-cabeça, bagunçou minha rotina, mas potencializou minha vontade de seguir. Obrigada, por ter sido ter sido tão paciente por entender minha ausência e as longas horas dedicadas ao estudo.

Ao professor Rafael Chambouleyron, meu orientador desde sempre. A pessoa que mais influenciou na minha trajetória acadêmica. Quando eu escolhi estudar Amazônia colonial, foi a partir de sua aula. Pesquisar século XVIII, aos colegas, causou estranheza geral. De uma comunidade ribeirinha, nunca havia estado em uma biblioteca (até chegar à Universidade). Nunca havia estado em um arquivo. Belém era uma novidade (outro mundo). Mas eu sou muito teimosa (risos). Viajei para Belém. Escrevi um projeto (muito mal escrito, por sinal). Aprendi a pegar o ônibus e fui para UFPA na esperança de entregar nas mãos do professor Rafael (é muita coragem, hahahah). Fiquei na porta da sala, aguardei o término de sua aula à noite. Ao fim da aula eu não tinha coragem de falar, agarrada no meu projeto. Então, em meio a desconfiança me aproximei e relatei meu objetivo em estudar História da Amazônia Colonial e apresentei o projeto. Nunca vou esquecer a sua generosidade, em me receber junto aos seus orientandos em grupo de pesquisa. Essa oportunidade redesenhou completamente a minha vida acadêmica.

A partir de então, um percurso de graduação, mestrado e doutorado contando com a valiosa contribuição do professor Rafael. Meu muito obrigada, por ter acreditado em mim, por ter parado naquele dia para ler o meu “pobre” projeto. Muito obrigada, por compreender tão humanamente todos os percalços (e, não foram poucos) da minha vida pessoal interferindo na pesquisa. Obrigada pelas cobranças e direcionamentos. Meu sentimento agora é gratidão. Sigo com esse inestimável exemplo de profissional e ser humano.

Aos professores Otaviano Vieira Junior e Mauro Cezar Coelho agradeço pelas contribuições à pesquisa no momento da qualificação da tese. A leitura atenta da proposta de estudo e as arguições pertinentes definiram grande parte das escolhas e caminhos da pesquisa.

Nesta altura agradeço também à professora Ângela Domingues, por ter me recebido na Universidade de Lisboa e acompanhado minhas atividades de pesquisa junto aos arquivos portugueses. A sua orientação foi muito importante para a reflexão dos problemas deste estudo. Uma querida que marcou de forma muito positiva a minha trajetória acadêmica. Muito obrigada, professora.

Agradeço a um grupo de jovens pesquisadores de História colonial que tive a sorte de conhecer e conviver. Raimundo Neves, Alik Araújo, Vanice Melo, Tamyris Monteiro, Fernanda Bombardi, Frederik Matos, Claudia Rocha, Marina Hungria, Leila Alves, André Pompeu. Amigos de orientação, eventos, angustias acadêmicas (hahahahaha). As *Jornadas Coloniais* e todos vocês influenciaram positivamente as minhas escolhas acadêmicas.

Aos meus amigos de vida, Raquel Castro (quanta ajuda nas madrugadas, dividindo as angustias em administrar maternidade e vida acadêmica); Letícia Barriga, um presente do Arquivo e da vida acadêmica sempre me ajudou a entender os códigos da cidade; Adriane dos Prazeres (menina do sertão, quanta luta, parceria de vida e concursos); Suellen Brás, minha querida amiga dos projetos de restauro, conservação e transcrição. Leo Torii, Fernanda Jaime, Renan Brigida, Elias Áber, Laura Trindade, Roberta Sauaia (não falta motivos para se alegrar quando estamos juntos).

Aos amigos de Breves, que o IFPA me deu. Éssia, Arlen, Gil, Adriana, Romildo, Francinaldo, Jeferson, Rodrigo, Alex, Maria, Nilo, Márcia. Gente linda, que me ajudou muito no período em que fiquei na Instituição e na cidade. Em especial, ao professor Mário Médice, diretor do IFPA-Breves. Obrigada por ajudar e compreender a pesquisa, e a necessidade da licença para cumprir parte da pesquisa do Doutorado. Um amigo e grande ser humano.

Aos meus novos amigos de Santarém, da Universidade Federal do Oeste do Pará, os professores Isabel, Geferson, Lorena e, principalmente, André Dioneu, na condição de coordenador do curso de História flexibilizou minhas atividades na instituição para que eu pudesse dedicar mais horas de estudo, pesquisa e escrita da tese. Ainda em Santarém, encontros de velhos amigos, Laurindo, Mália (uma querida que vida me presenteou), Helaine sempre disposta a ajudar, e sua filha Ana, sempre disposta a passear (risos).

Quanto às Instituições. Em primeiro lugar agradeço à *CAPES* pelo financiamento da pesquisa, mediante bolsa de pesquisa. A importância do fomento à pesquisa só entende quem teve a vida transformada pela oportunidade de estudar. Manter as atividades de pesquisa, participação em eventos, compra de livros, alimentação, para muitos só é possível mediante ao apoio financeiro de bolsas de pesquisa. Agradeço às políticas de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia no Brasil. Aos presidentes Lula e Dilma, por aproximar a Universidade de ribeirinhos (como eu), negros, indígenas, jovens da periferia e tantos outros. É lamentável os ataques com cortes de recursos que a pesquisa

tem sofrido no Brasil. Foi graças a esse fomento que pude ficar quatro meses em Lisboa, realizando pesquisa. Uma oportunidade ímpar para compartilhar pesquisas, e alavancar o conhecimento.

Aos amigos de pesquisa em Lisboa, Bruno de Recife e Cândido da Bahia. Luana Guedes, Fred (obrigada por toda ajuda e companhia) e a família muito querida Marília, Neto e filhos, pela ajuda e prontidão em todas as horas.

A todos os funcionários das instituições em que realizei a pesquisa pela boa recepção e ajuda na compreensão do acervo documental. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico Militar, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca do Exército, Departamento de Estudos Arqueológicos do Exército e Arquivo Histórico Ultramarino.

Um especial agradecimento aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará. Essa instituição fez parte da minha formação. Desde que cheguei a Belém esse espaço fez parte da minha vida. Agradeço à professora Magda Ricci, que, na condição de Diretora do APEP, em 2008, aceitou meu pedido para ser voluntária no Arquivo. Essa oportunidade no Projeto de Sesmarias afinou minha leitura dos documentos do século XVIII.

Agradeço ainda ao professor Otaviano Vieira, com quem trabalhei como bolsista no Centro de Memória da Amazônia (CMA); a seriedade com que tratava a pesquisa e a documentação contribuiu grandemente para minha formação. Agradeço aos amigos que fiz no CMA, Anndrea, João, Bruno, Alex, Yure, Alessandra, Daniel. Todos contribuíram muito para minha trajetória acadêmica.

Agradeço ainda ao Grupo de Pesquisa HINDIA (História Indígena e do Indigenismo da Amazônia), coordenado pelo professor Marcio Couto Henrique. Esse grupo tem sido muito importante para compreender os conceitos e as perspectivas da História Indígena no Brasil e na Amazônia. Sobretudo, por estabelecer diálogo com a sociedade agregando diversos alunos de diferentes instituições, de graduação, mestrado e doutorado, que discutem suas pesquisas e problematizam a questão indígena no Amazônia por diferentes perspectivas.

Portanto, o resultado desta pesquisa deve-se à colaboração de instituições e pessoas que de alguma forma me direcionaram. Preciso destacar a oportunidade que tive de ingressar em uma Universidade Pública, em um contexto de políticas públicas de interiorização da Universidade. Foi esse acesso que transformou minha história, mudou a minha vida. A Universidade pública, que hoje tenho a honra de fazer parte como

professora, deve ser sempre defendida como um caminho certo de transformação social e promoção de conhecimento, ciência, pesquisa e promoção de cidadania.

Resumo

Este estudo trata das medidas adotadas pela Coroa portuguesa para a defesa da capitania do Pará durante o reinado de D. João V (1707-1750). Insere-se, sobretudo, na análise da problemática em torno da manutenção e provimento de tropas necessárias para a efetiva defesa de território. Afirma-se que do ponto de vista das forças legais – companhias de ordenanças, regulares e auxiliares – o sistema defensivo da capitania foi frágil durante todo o período analisado. Em decorrência disso, o principal argumento desta tese é que a atuação e participação indígena nas atividades militares qualificaram a tropa lusa e garantiram a defesa e a expansão da fronteira colonial na capitania do Pará. Nesse processo, complexas redes de mobilização de gente para a defesa constituíram-se. Essa gente de guerra, na fronteira e no sertão, desenhou nesta parte da conquista um sistema defensivo particular, que só se explica pelas conexões e relações estabelecidas entre militares e índios, na experiência de defesa do Pará colonial.

Palavras-chave: Defesa, Soldados, Indígenas, Amazônia colonial, Século XVIII.

Abstract

This research addresses the measures adopted by the Kingdom of Portugal in order to defend the captaincy of Pará during D. João V's reign (1707-1750). It focuses mainly on the analysis of the maintenance and provision of troops, necessary for the effective defense of the territory. From the official forces perspective (Regular and Subsidiary Military Companies), the defense system of the captaincy was fragile during the period under review. As a result, the main argument of this thesis is that the participation of the indigenous people in the military actions qualified the Portuguese troop and assured the defense and expansion of the colonial borders of the captaincy of Pará. In this process, complex mobilization networks of people were formed for the purpose of defense. These people of war, in the border and in the hinterland, defined a specific defense system, which is justified by the connections and the relationship between the military and the indigenous people, in the defense of the colonial Pará.

Key words: Defense, Soldiers, Indigenous people, Colonial Amazon, 18th century

Índice de quadros

Quadro 1. Regimentos e Alvarás – primeira fase da reforma militar (1623-1679).....	52
Quadro 2. Regimentos e Alvarás – segunda fase da reforma militar (1708-1732)	57
Quadro 3. Regimentos e Alvarás – terceira fase da reforma militar (1754-1799).....	61
Quadro 4. Gente de paga e de ordenança. Pará e Maranhão (1623-1747)	79
Quadro 5. Regimentos de infantaria e artilharia de acordo com o plano de reestruturação da guarnição da cidade de Belém do Pará, 1750.....	89
Quadro 6. Oficiais e postos das companhias regulares na Capitania do Pará (1726-1732)	97
Quadro 7. Oficiais e postos das companhias regulares na Capitania do Maranhão (1730)	98
Quadro 8. Distribuição de soldados pago na Capitania do Pará (1730-1747)	102
Quadro 9. Distribuição de soldados pagos na Capitania do Maranhão (1737-1742)	103
Quadro 10. Número de gente nas ordenanças na capitania do Pará e capitania do Maranhão (1647-1747)	115
Quadro 11. Distribuição de gente nas fortificações da capitania do Pará (1730-1742)	195
Quadro 12. Distribuição de gente nas fortificações da capitania do Maranhão (1737-1742)	195
Quadro 13. Canais de mobilização de gente para tropas militares no Pará (Primeira metade do século XVIII).....	211
Quadro 14. Mobilidade de Militares no Serviço Militar (1709-1750).....	240
Quadro 15. Mobilidade de Índios para atividades militares no Pará	250
Quadro 16. Patentes indígenas (1737-1749)	312

Índice de imagens

Imagem 1. Traçado de Di Giorgi Martine	145
Imagem 2. Traçado abaluartado	145
Imagem 3. Traçado Vauban.....	146
Imagem 4. Traçado Vauban.....	146
Imagem 5. Fortificação de Praça Regular.....	148
Imagem 6. Fortificação de Praça Irregular	149
Imagem 7. Praça Forte de Mazagão (1541-1542)	153
Imagem 8. Baluarte segundo o Tratado <i>Methodo Lusitanico</i>	154
Imagens 9 e 10. Estampas de Azevedo Fortes presente no <i>Engenheiro Portuguez</i>	157
Imagem 11. Casa Forte do Rio Araguari	173
Imagem 12. Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra de Belém.....	180
Imagem 13. Planta da fortaleza da barra do Pará	181
Imagem 14. Planta da Fortaleza da cidade do Pará	182
Imagem 15. Planta do Armazém da Pólvora	184
Imagem 16. Mapa de defesa da Barra e Cidade do Grão-Pará.....	186
Imagens 17 e 18. Mapa da Barra do Pará, 1793	188
Imagem 19. Planta da abertura de canal	193
Imagem 20. Mapa da Aldeia Majuri, 1728.....	297

Índice de mapas

Mapa 1. Fortificações e rios	171
---	-----

Sumário

Introdução	16
-------------------------	-----------

PARTE I.

“DO QUE ESTAVA PENDENTE A BOA ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO”: LEGISLAÇÃO, COMPANHIAS MILITARES E FORTIFICAÇÕES

Capítulo 1. Militarização e poder em Portugal	31
1. Portugal e a guerra moderna	33
2. A letra da Lei. Decretos, Regimentos, Alvarás.....	51
3. Inovações Institucionais.....	64
Conclusão.....	70
Capítulo 2. “E, que gente é que temos?” Companhias militares e soldados pagos no norte da América portuguesa	73
1. As Companhias Regulares	76
2. As Companhias de Ordenança	105
3. As Companhias Auxiliares	120
Conclusão.....	131
Capítulo 3. Povoar e defender: as fortalezas do Grão-Pará	135
1. Casa Fortes, Fortalezas e Presídios: o problema das terminologias	138
2. Fortificação à moderna: ciência, conhecimento e formação.....	142
3. O “laboratório” das práticas: as fortificações e os engenheiros militares na capitania do Pará	158
3.1. Das obras de fortificação e os desafios da construção na Amazônia.....	159
3.2. O engenheiro e o desenho: as fortificações na capitania do Pará	172
Conclusão.....	197

PARTE II.

“PORQUE SEM ELES SE NÃO HÁ DE SE DEFENDER”: MOBILIZAÇÃO DE GENTE, GUERRAS E A PRESENÇA INDÍGENA NO FUNCIONAMENTO DEFENSIVO DA CAPITANIA DO PARÁ.

Capítulo 4. Redes de mobilização militar na capitania do Pará	200
1. As redes de mobilização militar no sertão	212
2. Redes de mobilização de soldados para defesa do Pará	228
3. Conexões e experiências de militares e índios.....	239
Conclusão.....	254
Capítulo 5. Defesa luso-indígena: militares, indígenas e alianças na capitania do Pará	256
1. A arte da guerra: algumas reflexões	258
2. Índios aliados nas tropas portuguesas e o avanço da fronteira da colonização	268
3. Os indígenas e a expansão das fronteiras coloniais	277
3.1. A Guerra do Cabo do Norte.....	277
3.2. A Guerra do Rio Negro.....	289
4. Razão das alianças: algumas reflexões	300
5. Além da guerra: prestação de serviços e mercês	306
Conclusão.....	321
Considerações Finais	323
Fontes manuscritas	330
Fontes impressas	343
Referências bibliográficas	348

Introdução

Em 1747, Francisco Pedro Mendonça Gurjão, ao assumir o posto de governador e capitão-general do Estado Maranhão e Pará, descrevia como “lastimável” o estado dos aparatos defensivos que se encontrava a região. O governador julgava impossível defender tão dilatado território com tão poucos recursos de gente e dinheiro.¹

Entre os problemas descritos, a partir de um parecer do engenheiro Carlos Varjão Rolim, estavam, por exemplo, as péssimas condições das fortalezas da Barra, Gurupá, Tapajós, Pauxis e Rio Negro; a ausência de “quartéis ou casas em que se recolham o cabo e soldados que ali assistem de guarnição”; problemas com as chuvas frequentes que demoliam com facilidade o reboco das suas muralhas e as estruturas defensivas. Além disso, a significativa falta de soldados “para o serviço ordinário de escoltas, e outras operações precisas”, sobretudo para diligências nas fronteiras e de guerra.²

Observa-se dessa descrição a precariedade da infraestrutura de defesa como fortalezas e fortes, a insuficiência de soldados para guarnecê-los e, ainda, as especificidades da região que, ao que parece, contribuíam para a deterioração mais rápida de fortalezas e fortins, além da disparidade existente entre uma vasta área e poucos aparatos de defesa.

Todavia, Mendonça Gurjão não foi o único a queixar-se dos problemas relativos à defesa. Avolumam-se, nas páginas da documentação colonial, correspondências levadas até ao conhecimento da Coroa portuguesa, cujo teor eram os enormes obstáculos para operacionalizar a defesa da capitania do Pará. A incapacidade da gente disponível nas tropas para o atendimento defensivo de vasta área é um aspecto recorrente. Além disso, observa-se nessas missivas a relação entre defesa e “boa administração do governo”. Ora, proteger, vigiar e administrar os assuntos relacionados à defesa era atribuição dos governadores. Portanto, tratava-se de uma questão das mais urgentes para esses sujeitos ligados à governança colonial.

Essas problemáticas, advertidas pelos governadores ao rei D. João V, foram as primeiras motivações para este estudo. Em parte, a constatação da fragilidade defensiva

¹ Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para o rei. Pará 29 de outubro de 1747. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 29, doc. 2804.

² Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para o rei. Pará 29 de outubro de 1747. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 29, doc. 2804.

foi verificada nas pesquisas realizadas no Mestrado. Naquele momento, tratei do sistema defensivo da capitania do Pará a partir do estudo da *tropa paga* na primeira metade do século XVIII.³ Essa era a força que por excelência ocupava-se da defesa; os sujeitos integrados nessas companhias recebiam soldo para dedicação exclusiva das armas. Ao final desse trajeto, constatei que esse sistema era inoperante. Eu havia realizado um investimento de pesquisa para o qual eu verificava que a principal questão ainda estava sem resposta. Nessa ocasião, debruçada sobre uma documentação gerada a partir da burocracia militar, a sistematização das fontes apontava dados alarmantes, já que entre 1710 e 1747, havia apenas cinco companhias regulares na capitania que somadas não atingiram o número de 340 soldados.⁴

Esses números e os relatos dos governadores atestam que a defesa da capitania não estava na *tropa paga* ou, pelo menos, não somente. Atesta-se um sistema defensivo frágil frente aos desafios de defesa, que, como sintetizou o governador Alexandre de Sousa Freire, em 1728, incluía expedições de descobrimentos em sertões “inundados de bárbaros”, “guarda das fortificações e casas fortes”, “vigilância de fronteiras”, atividades em “tropas de resgate e descimento”, “assistência aos missionários nas aldeias” e atuação nas “guerras contra índios hostis”.⁵ Parecia evidente que aquele quantitativo de gente destinado à defesa da capitania era insuficiente para tantas atividades desenvolvidas em tão dilatado território.

Ou seja, o investimento de pesquisa realizado entre a *Graduação* e o *Mestrado* havia ampliado, ainda mais, as dúvidas sobre o sistema defensivo da capitania. Ora, havia incongruência entre os efetivos de tropas regulares oficiais disponíveis, com o território conquistado pela Coroa portuguesa em 1750, pelo menos tal qual definido pelo Tratado de Madri. Parecia claro, nessa altura, que, para compreender a defesa e domínio desses espaços, era necessário deslocar a atenção para além da força regular, que, em teoria, deveria ser a responsável por essas ações.

³ VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia Colonial: composição e mobilização de tropas pagas na Capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)*. Dissertação de Mestrado/PPHIST. Belém, 2013.

⁴ Esses mapas e esses dados podem ser verificados nos seguintes documentos. *AHU*, Avulsos Pará: Cx. 5, D. 451; Cx. 6, D. 481; Cx. 8, D. 724; Cx. 9, D. 852; Cx. 9, D. 859; Cx. 10, D. 946; Cx. 11, D. 974; Cx. 11, D. 974; Cx. 11, D. 1043; Cx. 12, D. 114; Cx. 19, D. 1776; Cx. 20, D. 1873; Cx. 24, D. 2262; Cx. 25, D. 2317; Cx. 27, D. 2580; Cx. 28, D. 2681; Cx. 29, D. 2804.

⁵ Carta do governador Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V. Belém do Pará, 14 de setembro de 1728. Anexo: listas e mapa. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 11, doc. 974.

No âmbito da estrutura militar lusa, em casos em que as companhias regulares não se mostrassem suficientes para as atividades de defesa, as tropas auxiliares ou milícias eram acionadas para dar socorro e auxílio. As companhias auxiliares foram constituídas em 1641 em Portugal; os sujeitos integrados nessa força não recebiam soldo pelo serviço prestado, mas tinham treinamentos militares regulares. Ora, parecia evidente que este era o caso da capitania do Pará, visto que as companhias regulares se mostravam inoperantes. Ocorre que de todos os mapas e listas⁶ consultados na pesquisa durante toda a primeira metade do século XVIII, não há referência ou listagem dessas companhias auxiliares.

Dessa constatação decorre a segunda motivação para este trabalho. Para o Estado do Brasil essa foi a solução viável para as exíguas tropas regulares. Em Pernambuco, por exemplo, as milícias de pardos e pretos foram criadas na ocasião da invasão holandesa no Nordeste açucareiro (1630-1654), sendo uma força imprescindível para a defesa nessa ocasião.⁷ Na capitania de Minas Gerais, ainda na primeira metade do século XVIII, entre 1730-1763, verifica-se a atuação e utilidade de companhias de tropas de pardos e pretos.⁸ No Rio de Janeiro, por ocasião da ameaça francesa à Baía de

⁶ Mapas e Listas são um tipo documental em que há disposição numérica de soldados pagos, disponíveis nas companhias. Em alguns apresenta-se os nomes dos soldados, e onde estavam destacados. Encontra-se nesses registros dados sobre as companhias regulares, em alguns há sobre as ordenanças e privilegiados. Esses Mapas estão dispersos em diversos arquivos, não se encontram reunidos em nenhum fundo ou série específicos, isso significa que a coleta deve ser realizada em diversos acervos para compor os dados para a primeira metade do século XVIII. Também não há regularidade ou padrão de registro. A elaboração de mapas e listas das companhias pagas existentes na colônia era uma das atribuições do governador, prevista em regimento. Esses documentos referem-se ao estado militar das capitanias.

⁷ SILVA, Luís Geraldo. “Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, nos séculos XVII e XVIII”. *Revista de História*. São Paulo, n. 169, pp. 11-144, jul/dez 2013. Ver ainda do mesmo autor: “Indivíduo e sociedade. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das milícias afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa (1684-1768)”. *Revista Tempo* | Vol. 23 n. 2 | Mai. /Ago. 2017.

⁸ COTTA, Francis Albert. “Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII”. *Revista de humanidades*. V. 03. N. 06, out. /nov. de 2002. Ver ainda: COSTA, Ana Paula Pereira. “Militares pardos e pretos e sua “utilidade” para o bom governo da região de Serro Frio: notas de pesquisa”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 560-581, maio-ago. 2016.

Guanabara (1555-1665) há notícias também de corpos auxiliares de cor.⁹ Além de milícias indígenas como, por exemplo, a atuação do principal Antônio Felipe Camarão que foi importantíssimo para a defesa de Pernambuco.¹⁰ Há ainda, corpos de milícias formados por gente de cor, em outras partes do império português, como na África, Ásia e Ilhas Atlânticas.¹¹

Como se verifica, estudos que se ocupam da defesa têm elaborado modelos explicativos que tratam do sistema defensivo vinculado a essas duas forças (regulares e auxiliares). Em caso de grande perturbação social, como ameaça estrangeira e guerras contra índios hostis, as companhias auxiliares foram, no caso do Brasil, a alternativa. Essa experiência, todavia, não explica a realidade militar do Estado do Maranhão e Pará. As Companhias Auxiliares para essa parte da conquista só foram instituídas de forma sistemática com a carta régia de 19 de abril de 1766, passada ao governador Fernando da Costa Ataíde. Nesse documento, estava previsto o “alistamento de todos os moradores sem exceção fossem estes nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos”. Dessa listagem, deveriam formar os terços de Auxiliares e Ordenanças das companhias de cavalaria e infantaria para defesa do Estado.¹²

Ao enquadrar e tomar a realidade do Estado do Brasil para explicar a experiência da militarização para o norte da América portuguesa, incorre-se no equívoco de considerar que para esta conquista a Coroa não teria tomado medidas mais complexas para defesa do Estado. Ou que esse sistema estaria incompleto dada a ausência das companhias auxiliares verificadas para o Brasil e outras partes do império. Aliás é dessa perplexidade, e de ordem historiográfica, a outra motivação para elaboração desta tese.

Os modelos explicativos sobre sistema defensivo nas colônias centralizaram os estudos no enquadramento das companhias regulares, auxiliares e ordenança, e a partir disso, um sistema vinculado a um recrutamento local. Na década de 1960, por exemplo, o trabalho de maior fôlego de Nelson Werneck Sodré afirma que para combater “o

⁹ MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. “Os corpos de ordenanças e auxiliares sobre as relações militares e políticas na América portuguesa”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006.

¹⁰ RAMINELLI, Ronald José. *Nobrezas no Novo Mundo. Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

¹¹ ANTT, MSSLIV/0030, pp. 38v-39.

¹² Carta régia de D. José I para o governador do Grão-Pará e Maranhão Fernando da Costa de Ataíde. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 58, D. 5270.

inimigo externo, o corsário, ou o inimigo interno, o indígena, o aparelho local e privado seria suficiente”.¹³ Aqui o recrutamento e defesa estão vinculados às prerrogativas das companhias e às atribuições militares que competiam aos primeiros colonizadores; consolidaram-se, portanto, nessa interpretação, os vetores determinantes do caráter militar da colonização.

Para a década de 1980, os estudos de Enrique Peregalli, para a capitania de São Paulo também estão centrados nas companhias regulares. Peregalli propõe uma análise a respeito das formas de recrutamento e da situação dos soldados frente ao ônus militar. Inclui em suas análises a perspectiva social do serviço militar.¹⁴ Por essa razão, avança em relação às discussões historiográficas militares que se baseiam em uma análise apenas estrutural da instituição militar na colônia.

Outros trabalhos para o Brasil, que se dedicam à época colonial, apresentam a mesma perspectiva, centram-se nas análises estruturais das prerrogativas defensivas vinculadas às companhias regulares, ordenanças, auxiliares e recrutamento. Nos estudos de Cristiane Figueiredo Pagano de Mello para o Rio de Janeiro, o objeto são as companhias auxiliares, ordenança e recrutamento.¹⁵ Nessa mesma direção, as pesquisas de Kalina Silva para a capitania de Pernambuco centram-se nos soldos e composição de tropas pagas, como a incorporação de vadios, criminosos e vagabundos.¹⁶ Da mesma forma Paulo Possamai ao tratar do recrutamento e vida cotidiana dos soldados pagos na

¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.32.

¹⁴ PEREGALI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil Colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

¹⁵ MELLO, Christiane Figueiredo. *Os corpos de auxiliares e ordenanças na segunda metade do século XVIII- as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-sul da América*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2002. Ver ainda: MELLO, Christiane Figueiredo. As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista de História* 154, nº 1, 2006.

¹⁶ SILVA, Kalina V. da. *O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001. Ver ainda da mesma autora: “Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão do recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais”. *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico. EDUFJF, 2002, v.8, n.1.

colônia do Sacramento.¹⁷ Para fechar esse quadro poderíamos citar, ainda, Ana Paula Costa, com análises sobre as chefias e corpos de ordenança da Vila Rica.¹⁸ Para o Norte, essa perspectiva se mantém, como, por exemplo, no trabalho de Shirley Nogueira sobre o recrutamento na capitania do Pará.¹⁹

O que há em comum em todos esses trabalhos são as pesquisas enquadradas no âmbito da estrutura do militarismo europeu. Além disso, grande parte desses estudos desenvolve pesquisas na segunda metade do século XVIII. Perspectivas que se mostram insuficientes para explicar a experiência defensiva desenvolvida na capitania do Pará na primeira metade do século XVIII. Ora, aqui se verifica um sistema defensivo que contava com apenas cinco companhias regulares que juntas não somavam 340 militares, e sem o auxílio de tropas de milícias. Mais uma vez me parece que o eixo interpretativo deve desvencilhar-se dessas estruturas.

Nesse quadro, do que se verifica das fontes e do que se lê da historiografia militar, a tese se configura a partir de duas problemáticas principais. A primeira é a insuficiência da *tropa paga*, que se mostrava incapaz para defesa da capitania, situação agravada pela ausência da *tropa auxiliar* para a primeira metade do século XVIII. A segunda é a centralidade historiográfica dada à estrutura específica do militarismo ocidental (organizada em companhias regulares, auxiliares e ordenanças), além da insistente perspectiva voltada para a segunda metade do século XVIII.

¹⁷ POSSAMAI, Paulo. “Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis: os soldados da Colônia do Sacramento”. *Revista Brasileira de História Militar*, nº 2, agosto de 2010. Ver ainda do mesmo autor: *A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento. Um Bastião português em terras do Uruguai*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

¹⁸ COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no império lusitano: Uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2006.

¹⁹ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *Razões para desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Ver ainda: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “O recrutamento militar no Grão-Pará”. In: Paulo Possamai (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012 pp. 283-297. GOMES, Flavio dos Santos, NOGUEIRA, Shirley, Maria Silva. “Outras Paisagens Coloniais: Notas sobre desertores militares na Amazônia Setecentista”. In: GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras Colonização e escravidão na Guiana Brasileira*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 2000, pp. 196-224.

A partir disso, constata-se que modelos explicativos de defesa ancorados única e exclusivamente no universo das estruturas militares – companhias regulares e auxiliares – não dão conta de entender a defesa de toda a América portuguesa. Ao deslocar-se o eixo analítico desse prisma, logo se constata que o auxílio com que contou a Coroa para a defesa da capitania Pará foi *indígena*. Nas pesquisas que realizei para a *monografia* e para a *dissertação* de mestrado, as fontes já apontavam para a presença indígena nas atividades militares da colônia. Entretanto, como este era um problema que requeria outro investimento de pesquisa, essa questão foi deixada de lado naquela altura. Todavia, aquela constatação foi importante para chamar a atenção para a necessidade de definir uma pesquisa que se voltasse para a presença indígena nos projetos de defesa e militarização da Coroa para o Pará colonial. Desconsiderar essa perspectiva significava uma leitura incompleta do sistema defensivo da capitania.

Esses elementos decorrentes do percurso acadêmico e a pesquisa realizada ao longo do doutorado, ensejaram a formulação da seguinte tese aqui defendida: *a atuação e a participação indígena nas atividades militares qualificaram a tropa lusa e garantiram a defesa e a expansão da fronteira colonial na capitania do Pará, na primeira metade do século XVIII*. Este argumento se desvia de muito do que vem se discutindo no campo da *História Militar* acerca da militarização nas colônias, em que se define a abordagem a partir de dois grupos distintos na hierarquia militar, qual seja, os soldados e os oficiais. Como destaquei atrás, parte-se aqui do pressuposto de que a militarização não pode ser entendida somente a partir da configuração de tropas pagas, ordenanças, auxiliares como está previsto na legislação militar.

Não se trata de ignorar a perspectiva da organização militar em companhias oficiais, mas tratá-las em conexão com a força indígena presente nas atividades militares da capitania do Pará. Todavia, conectar os indígenas ao universo da militarização não é uma tarefa fácil. Primeiro porque fontes, metodologia de análise e os conceitos da *História Militar* se mostraram limitados para a compreensão da participação indígena neste aspecto. Por essa razão, o diálogo com a *História Indígena* é fundamental²⁰. A

²⁰ Trata-se sobretudo, da percepção do indígena inserido nos processos da colonização, nesta pesquisa, em atividades militares da capitania. Para essa reflexão busca-se dialogar com o campo da *Nova História Indígena*, que os tem tratado como sujeitos ativos, participantes e protagonistas na *História*. Para essa perspectiva esses alguns trabalhos fundamentais: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2010 e da mesma autora *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; RAMINELLI,

partir disso, é necessário romper as barreiras destes campos de estudos e ampliar as perspectivas de análise e abordagem. Esse me parece, um caminho viável para compreensão do sistema defensivo do Pará da primeira metade do século XVIII.

Outro aspecto é de dimensão documental, pesquisas que se alinham as bases estruturais da militarização não percebem os indígenas. A razão deve-se ao fato de que esses sujeitos não aparecem nas fontes produzidas pela burocracia militar, arraigadas a questões específicas do universo dos oficiais e soldados. Essa característica explica, por exemplo, a ausência indígena em diversas pesquisas sobre a militarização do Brasil colonial, uma vez que, em sua grande maioria, são trabalhos que baseiam a análise nessas fontes em específico.

Por essa razão, neste trabalho, foram examinadas as fontes produzidas pela burocracia militar, como por exemplo, os *Regimentos*, *Alvarás* e *Decretos* referentes ao ordenamento das forças militares; *Mapas* e *Listas* das companhias; *Requerimentos de Pedidos de Baixa*; *Editais para provimento de postos do oficialato*; *Cartas Patentes*; *Certidão de Serviços prestados*, dentre outros. Mas, também, foram consultados *Cartas*, *Consultas*, *Bandos*, *Portarias*, *Regimentos particulares* passados a capitães de tropas, *Devassas* e *Relatórios*. São documentos que não compõem necessariamente o universo militar, mas que tratam do cotidiano, das guerras, das expedições de descobrimento, dos problemas relativos ao provimento das tropas, pelos quais é possível vislumbrar os indígenas nas ações militares da capitania.

Todas essas fontes foram coletadas em diversos arquivos, sendo os principais o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), na documentação avulsa e nos códices; e o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Foi também consultada documentação presente em arquivos portugueses, como o Arquivo Nacional da Torre Tombo (ANTT) no qual verificou-se fontes vinculadas notadamente ao Conselho de Guerra; o Arquivo Histórico Militar de Portugal (AHM), no qual foi possível levantar um conjunto significativo da legislação militar; Biblioteca Nacional de Portugal (BNP); Biblioteca do Exército Português; Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar de Portugal, onde se consultou mapas e cartografia sobre o Pará. Academia Real de Ciências de Lisboa, com documentação publicada sobre os descobrimentos. A consulta

Ronald. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996; MONTEIRO, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; CUNHA, Manuela Carneiro (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

desses arquivos portugueses só foi possível graças ao Programa de Doutorado Sanduiche (PDSE) da CAPES, realizado em quatro meses na Universidade de Lisboa, sob a orientação da professora Ângela Domingues. Com relação às fontes impressas, as principais foram os *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*; *Anais da Biblioteca Nacional*; *Boletim de Pesquisa Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia – (CEDEAM)* e a obra *Relatos de fronteiras: Fontes para história da Amazônia séculos XVIII e XIX*. Todos esses acervos e documentos manuscritos e impressos possibilitaram deslocar o eixo analítico das estruturas mais formais do militarismo e verificar outros circuitos de mobilização de gente para as atividades militares, como por exemplo, os indígenas.

É importante destacar, ainda, as mudanças verificadas no campo da História Militar, diante do empenho em perceber as forças armadas integradas à sociedade. Um movimento verificado, sobretudo, a partir da década de 1970, em razão das “aproximações” com diferentes áreas de conhecimento histórico, notadamente, a história política, econômica e social, o que redefiniu novos objetos, métodos e abordagens contribuindo para ampliar os instrumentos de investigação e análise.²¹

É o que atualmente se define por “Nova História Militar” com o intuito de demarcar as diferenças entre o se chama de “historiografia militar tradicional”. Trata-se de perceber as instituições militares em conexão com a sociedade.²² É o que se tem observado em obras como, por exemplo, *História Militar de Portugal*, organizada por Nuno Teixeira, Francisco Contente e João Gouvêia.²³ Nessa direção, a *Nova História Militar de Portugal*, organizada por Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano e coordenada por António Manuel Hespanha.²⁴ Para o Brasil, essa mudança de perspectiva pode ser verificada na obra *Nova História Militar Brasileira*, organizada

²¹ MOREIRA e LOUREIRO. “A nova história militar e a América Portuguesa: um balanço historiográfico”, pp. 13-16.

²² RESTIER JUNIOR, Renato Jorge Paranhos e LOUREIRO, Marcello José Gomes. “História Política, História Social e História Militar: três histórias em busca de um eixo teórico e metodológico comum”. *Revista Brasileira de História Militar*, Ano III, nº 8, agosto 2012, pp. 92-93.

²³ TEIXEIRA, Nuno Severiano; DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*. Lisboa: a esfera dos livros, 2017.

²⁴ BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org). *Nova História Militar de Portugal*. Vol.2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay, publicada em 2004.²⁵ Podemos citar ainda uma recente publicação organizada por Paulo Possamai, intitulada *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos, e Brasil: estudos de História Militar na idade moderna*.²⁶ E, para a Amazônia, a obra organizada por Alírio Cardoso, Carlos Augusto Bastos e Shirley Maria Silva Nogueira, intitulada *História Militar da Amazônia: guerra e sociedade (séculos XVII e XIX)*.²⁷

Em todos esses trabalhos verifica-se o esforço de diversos autores em trazer a esse campo de estudo novas abordagens, como destacou Scaldaferrri Moreira, por meio de novas metodologias e inclusão de novas fontes. Observa-se as implicações sociais da militarização, rompendo a perspectiva estanque centrada nos grandes feitos e heróis.²⁸ Em síntese, atribui-se uma análise múltipla a partir da relação com a sociedade. Esse objetivo parece estar sendo bem contemplado pelas novas pesquisas.

Todavia, me parece que é necessário romper uma nova barreira: a relação com outros campos de estudo. É, o que destacou Francisco Doratioto, ao ressaltar, com relação à *Nova História Militar*, que o estudo da guerra e militarização deve ser entendido numa “perspectiva plural”, e pela abrangência, é imperativo o diálogo com outros campos de pesquisa.²⁹ Para este estudo, como destacamos atrás, é imprescindível o diálogo com a História Indígena.

Portanto, a partir desses aspectos, defende-se a tese de que as alianças com os indígenas foram fundamentais para a defesa da capitania, embora não apareçam descritas nas fontes de caráter essencialmente militar, e nem em grande parte dos trabalhos produzidos no campo da História Militar. Três argumentos sustentam essa interpretação. A primeira é a ausência de companhias auxiliares, cuja experiência foi

²⁵ CASTRO, Celso IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

²⁶ POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

²⁷ CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (orgs.). *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX)*. 1ªed. Curitiba, PR: CRV, 2015.

²⁸ MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. *A Nova História Milita, o diálogo com a História Social e o Império português. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

²⁹ “Entrevista com o professor Francisco Doratioto”. *Revista Brasileira de História Militar*, Ano I, nº 2, agosto de 2010, p. 3.

bem utilizada para o Estado do Brasil. O segundo é a insuficiência e a inoperância da tropa paga. Agrega-se a isso um sistema de fortificações, em sua maioria desguarnecidas, cuja função é mais dissuasiva que combativa e as ordenanças com listagens problemáticas pelo desafio do povoamento. Ainda um terceiro aspecto é a constatação de um sistema de mobilização da força indígena, sobretudo, pela presença dos aldeamentos e alianças com nações amigas.

A fim de apresentar os argumentos acima citados, a tese se estrutura em cinco capítulos, divididos em duas partes. A primeira intitulada “*Do que estava pendente a boa administração do governo*”: *legislação, companhias e fortificações*. O objetivo foi mapear os quadros defensivos do Estado do Maranhão, da primeira metade do século XVIII. A partir desse mapeamento sustenta-se o argumento de que a condição de precariedade militar se mantém durante todo esse período. Esse estado militar corrobora para a presença indígena nas diversas diligências e atividades militares na capitania do Pará.

Nesse intuito, parte-se de três elementos: a *Legislação*, as *Companhias (regulares, auxiliares e ordenanças)* e as *Fortificações*, cada um tratado em um capítulo distinto. Dessa forma, o capítulo 1 analisa as reformas militares de Portugal entre 1640 a 1790. Argumenta-se que há três momentos de um mesmo processo de transição militar em Portugal, verificados em inúmeros regimentos, alvarás e decretos. Aspectos que geraram uma burocracia militar que conectava a América portuguesa a outras partes do império português. E que integrou a capitania do Pará em uma complexa rede de informação canalizada nas secretárias e conselhos do reino, o que possibilitou a elaboração de estratégias para soluções defensivas para Estado a partir de uma perspectiva global.

Com esse argumento contrapõe-se a uma abordagem recorrente na historiografia militar, que é, aquela que como vimos atrás, prioriza a segunda metade do século XVIII. Isso ocorre porque grande parte desses estudos atribuem ao Conde de Lippe o protagonismo das reformas militares ocorridas em Portugal na época moderna, a partir de 1760. Todavia, ao que parece, esse momento pode ser pensado como uma terceira etapa de um longo processo verificado desde o século XVII, observado em medidas que visaram a constituição jurídica, normativa e profissionalização do militar.

Por outro lado, evidencia-se a partir dessa abordagem que há uma necessária reafirmação geopolítica internacional de Portugal para a qual a militarização tornava-se urgente. A defesa das muitas partes do império dependia do ordenamento estrutural e

jurídico das forças de guerra. São essas bases que, em grande parte, se mantêm na primeira metade do século XVIII, no reino e nas conquistas, a exemplo, do *Regimento de Fronteiras de 1645*. Isso explica porque em muitos momentos da tese foi necessário recuar ao século XVII, pois a depender da análise era importante para a compreensão do objeto abordado.

O capítulo 2 será dedicado às companhias. Trata-se da análise das três forças de que se estrutura o militarismo português no reino e nas conquistas. Nessa altura, cumpre problematizar os limites da legislação que rege a constituição desses corpos com a realidade da colonização do Pará. Mas, sobretudo, apresenta-se as companhias existentes, os quantitativos de gente, os relatos de militares e governadores sobre a qualidade dessas tropas, as atividades em que estavam inseridos.

Esse argumento contrapõe-se à interpretação que vincula essas forças à capacidade defensiva da colônia. Ora, na capitania do Pará, essa estrutura parece não fazer muito sentido, sobretudo, no que diz respeito às companhias auxiliares. As informações atestam a fragilidade e a insuficiência das forças legais para as atividades de defesa dessa parte da conquista. As informações foram pesquisadas com o objetivo de compreender a estrutura das companhias, além da quantidade numérica de soldados presentes nas companhias pagas e ordenanças e a problematização sobre a qualidade dessa gente integrada.

No capítulo 3, apresentam-se os pontos estratégicos de defesa, por meio do mapeamento das fortificações da primeira metade do século XVIII e as suas dinâmicas. Trata-se de problematizar a construção de fortificações e a sua capacidade defensiva. Verifica-se as obras, os engenheiros, os desafios da construção na Amazônia. E, principalmente, a gente destacada. A análise das fortificações atesta tratar-se de espaços pouco guarnecidos, que mais cumprem o papel de dissuasão do que de combate. Todavia, a estratégia de manutenção do domínio luso sobre as rotas dos rios mantinha pontos específicos de presença lusa na região.

A segunda parte da tese intitulada: “*Porque sem eles se não há de se defender*”: *mobilização de gente, guerras e a presença indígena no funcionamento defensivo da capitania do Pará*. Aqui trata-se de conectar a ação indígena às atividades militares. Apresentam-se os canais de inserção indígena no sistema defensivo da capitania. Nesse intuito, verificam-se dois elementos fundamentais: a *mobilização* de soldados e índios para as atividades militares; e as guerras e expansão da fronteira colonial. Cada um tratado em capítulo específico. Portanto, essa parte se compõe de dois capítulos.

Argumenta-se que há participação indígena nas atividades defensivas da capitania do Pará. E que os indígenas foram mobilizados integrados às ações militares e sua atuação foi importante nas guerras e expansão da fronteira colonial. Aqui, portanto, contrapõe-se aos modelos explicativos de defesa arraigados nos soldados e nos oficiais. Pretende-se alargar as possibilidades de análise, propondo para essa compreensão a conexão entre História Indígena e História Militar, que têm sido tratadas de forma estanque. Os índios como os sujeitos do primeiro campo e os soldados e oficiais exclusivos do universo da segunda. Verifica-se que, na experiência da capitania do Pará, são perspectivas que fazem parte de um mesmo processo.

Nesse quadro, o capítulo 4 trata das redes de mobilização de soldados e índios para atividades de defesa da capitania. Aqui busca-se romper com uma perspectiva analítica vinculada apenas ao recrutamento interno. As pesquisas apontaram que, para o problema interno da capitania, a Coroa elaborou estratégias que conectam outras partes do império. Não sem razão, encontramos atuando em tropas no Grão-Pará, na primeira metade do século XVIII, sujeitos provenientes da Ilha da Madeira, Ilha do Pico, do Reino, de Angola, da capitania do Maranhão, do Ceará, de Pernambuco e de diversas partes do sertão. Portanto, o desafio da defesa exigiu esforços bem mais complexos de mobilização que transcendem o alcance de um recrutamento interno no próprio Estado do Maranhão e Pará. E, mais ainda, integra o espaço do sertão a partir da mobilização indígena. A defesa e sua operacionalização foi um elemento de conexão entre estes diferentes espaços e sujeitos sociais.

Nesse capítulo, busca-se interpretar as dinâmicas de defesa a partir de um conjunto maior de documentação. E, acima de tudo, avança-se em relação ao recrutamento de soldados, pois visa-se compreender ainda os circuitos de presença indígena nas atividades defensivas da capitania. A partir desses argumentos verifica-se que a defesa não está vinculada somente à tropa paga, mas também pela força indígena que chega nessas ações militares.

O capítulo 5 dedica-se à atuação indígena em duas ocasiões específicas da atividade militar, as *guerras* e a *expansão da fronteira colonial*. Aqui busca-se caracterizar a arte de guerra europeia e nativa. Argumenta-se que a presença indígena nessas ocasiões foi fundamental para o desempenho da tropa lusa. E, a partir disso, elabora-se o conceito de *defesa e/ou guerra luso-indígena*, em razão de uma ação de defesa que articula e combina ações de arte de guerra distintas. Trata-se de uma nova configuração defensiva, que já não é mais nativa, e também não mais europeia, mas aquela que resulta da

experiência e convivência de militares e indígenas a partir do sistema defensivo colonial.

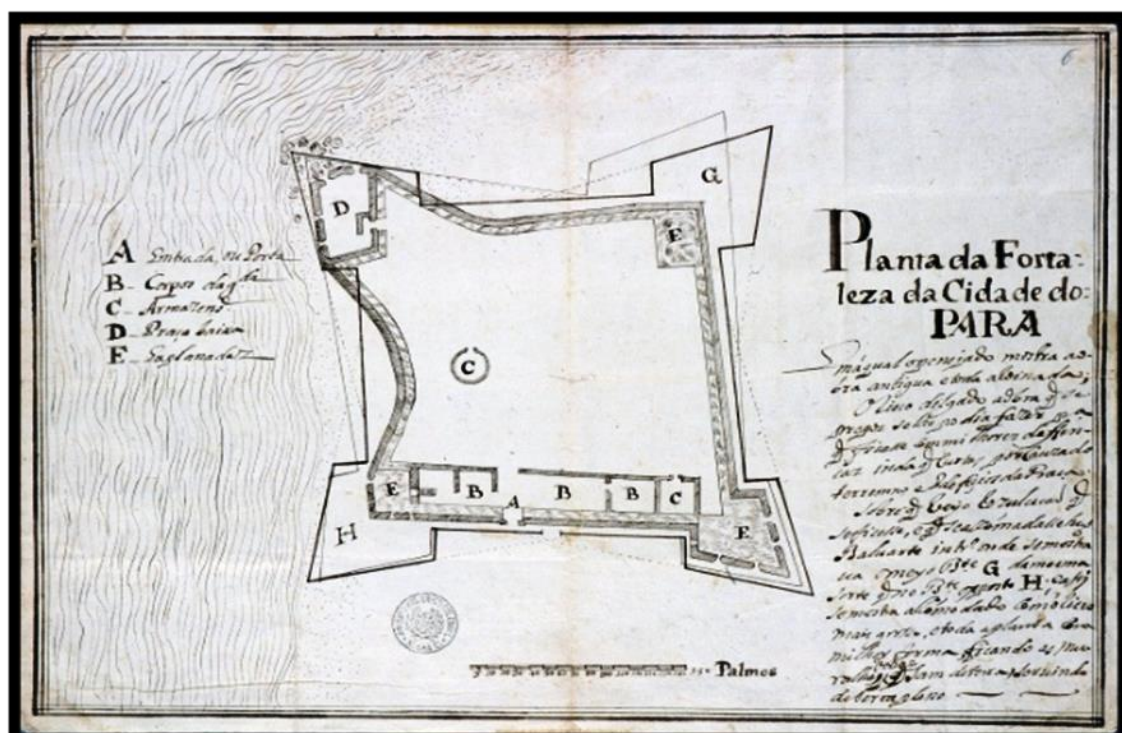
Todo esse percurso é um esforço de compreender esse sistema defensivo em sua totalidade, integrando ao universo militar as ações indígenas. Esse parece ser um caminho possível para compreender as ações de guerra, a expansão da fronteira, a vigilância, a guarnição de fortalezas e tantas mais atividades militares da capitania do Pará, na primeira metade do século XVIII.

Um sistema defensivo complexo. Um espaço para o qual, a defesa parecia imprimir enormes desafios no século XVIII. O “lastimável estado militar” da capitania do Grão-Pará, nas palavras do governador Gurjão, em 1747, se explica também pela dilatação territorial e a imprecisão do conjunto do domínio português. Esse domínio que é também percebido aos fragmentos. Ora, as fortalezas, as guarnições em alguns pontos estratégicos, demonstram que a presença lusa na região não dá conta do seu conjunto. Essa foi sem dúvida uma característica que levou a Coroa tomar medidas significativas para a defesa desse espaço.



PARTE 1

“DO QUE ESTAVA PENDENTE A BOA ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO”:
 LEGISLAÇÃO, COMPANHIAS MILITARES E FORTIFICAÇÕES



Capítulo 1

Militarização e poder em Portugal

Descendo mais ao particular: os dois nervos da guerra são gente e dinheiro, e que gente e que dinheiro é o que temos? (Vieira, 1648)

A assertiva acima, escrita em 1648, pelo padre Antonio Vieira, aponta dois elementos importantes para a estratégia de guerra: os recursos humanos e os financeiros. De fato, do ponto de vista logístico e estratégico, a defesa pressupõe a necessidade de manter exércitos bem treinados, suprir despesas com deslocamento, pagamentos e alimentação em campanha. O Estado deve estruturar-se em função da militarização. Esse aspecto implica o fortalecimento de ações sistemáticas que inclui decisões políticas e diplomáticas. Ora, a capacidade defensiva do Estado está estritamente relacionada a sua geopolítica.³⁰

Essa simbiose entre *militarização* e *poder* certamente foi a engrenagem para um processo de centralização das políticas defensivas nas mãos do Estado português. Um processo que para Rui Bebião significou a transição da atividade bélica, que deixou de ser um “braço armado da monarquia” para tornar-se “parte integrante da organização do Estado”.³¹ A percepção da complexidade da empresa colonial também implicou o

³⁰ Essa perspectiva está associada à profundas mudanças ocorridas no sistema defensivo Europeu, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVI, que se caracteriza pela “notável renovação tática”; “crescimento numérico dos exércitos”, “adoção de estratégias mais complexas” e ampliação do “impacto da guerra na sociedade”. Esse conjunto de transformações exigiu dos Estados modernos ações mais sistemáticas e aparatos institucionais e jurídicos sólidos para movimentar a máquina de guerra. BEBIÃO, Rui. “A Arte da Guerra. Estratégia e tática”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org). *Nova História Militar de Portugal*. Vol.2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p.113. Ver ainda: BORGES, João Vieira (Direcção e Coordenação). *Pensamento Estratégico Português: Contributos (séc. XVI-XIX)*. Prefácio. Lisboa, 2006. Do mesmo autor: “Nação, Estado e Instituição Militar: um testemunho. *Revista Militar*, nº2471, Dezembro, 2007, Lisboa, pp. 1375-1391.

³¹ BEBIÃO, Rui. “A guerra: o seu imaginário e sua deontologia”. In BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org). *Nova História Militar de Portugal* p.47. Ver

conhecimento das próprias fragilidades defensivas, quando comparadas principalmente aos Estados francês, espanhol, inglês e holandês. Essas fragilidades foram o fator da flexibilidade na composição das companhias militares, e principalmente explica a incorporação de nativos nas ações de defesa do império.

A presença de nações indígenas no universo defensivo da capitania do Grão-Pará na primeira metade do século XVIII, por exemplo, está estritamente associada ao desenvolvimento dessa mudança do militarismo português. A falta de “gente e dinheiro” são elementos chaves para compreender a presença indígena nas tropas, nas guerras, nas fortalezas, nas diligências e em postos específicos da hierarquia militar. Os nativos, portanto, qualificaram as ações defensivas da Coroa e foram o “socorro” imprescindível para manutenção desta parte da conquista ao domínio luso, como se discutirá na segunda parte desta tese.

Essa percepção da guerra foi sintetizada exemplarmente, em 1643, por Fernão Teles e Álvaro de Souza, militares experientes, que explicavam que a guerra se compunha “de todas as nações, e sorte de gente”. Uma conclusão construída a partir da experiência da guerra de restauração da Bahia, na qual nativos e ciganos foram de “grande valor, e não menos zelo”, como consta na consulta do Conselho de Guerra, em que se manifestavam.³² Trata-se aqui de um indício importante de como a guerra nas áreas coloniais também ressignificou no reino a arte de guerrear ou pelo menos serviu de parâmetro para a percepção das forças militares do reino.

É importante destacar que esse processo insere-se na complexa transição militar em Portugal que remonta à Guerra da Restauração (1640-1668), que, como afirma Dores Costa, exigiu da administração bragantina, ações políticas estruturantes do organismo militar. Esse certamente foi um pilar importante para a afirmação política da Casa de Bragança ao trono.³³ Além disso, experiências de guerras anteriores a esse contexto também balizaram iniciativas de militarização em Portugal, como por exemplo, as

ainda do mesmo autor: *A Pena de Marte. O discurso da guerra em Portugal e na Europa (séculos XVI e XVIII)*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000.

³² ANTT, Conselho de Guerra, Consultas, Maço 3, Caixa 28, D.119.

³³ COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração (1641-1668)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

ordenanças do tempo de Dom Sebastião para as campanhas no Norte da África.³⁴ Muito embora nenhuma delas tenha significado mudanças estruturais, como as sistemáticas medidas de meados do século XVII, consolidadas na segunda metade do século XVIII.

Portanto, neste capítulo, busca-se verificar como se dá, em Portugal, o processo de integração da militarização à prática de governação do Estado, a partir da interpretação da defesa como instrumento político para manutenção das fronteiras no reino e nas conquistas. Nessa perspectiva, sistematiza-se o aparato legislativo e institucional que compõe a centralização do sistema defensivo nas mãos do Estado e os limites vinculados aos desafios impostos pela dilatação do império.

1. Portugal e a guerra moderna

As primeiras iniciativas de transformação das forças medievais em exércitos do Estado, em Portugal, constituíram-se no ano de 1508, durante o reinado de Dom Manuel (1495-1512). O *Alvará de Regimento da gente de ordenança e das vinte lanças da guarda de 1508*, estendido com o *Alvará das ordenanças de 7 de agosto de 1549*, previa a listagem de todos os homens livres de 20 e 65 anos que “deveriam possuir armas correspondentes a sua fortuna e estatuto social”, além da obrigação de treinamentos militares e armamentos.³⁵ As ordenanças com um caráter local tornaram-se um preâmbulo fundamental para a constituição do exército permanente em Portugal em 1640.

Tentativas anteriores de expansão territorial verificadas ainda no século XIV, mostravam que a tradicional forma defensiva³⁶ estava desajustada aos objetivos da monarquia portuguesa. No reinado de D. Fernando, *o formoso*, (1367-1383), por exemplo, três guerras que aspiravam expansão territorial foram desmanteladas. Basta

³⁴ DOMINGUES, Francisco Contente. “O império no mar e na terra (1495-1580)”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*. Lisboa: a esfera dos livros, 2017, pp. 209-262

³⁵ COSTA, Ana Paula Pereira. *Corpos de ordenanças e Chefias Militares em Minas Colonial: Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2014, pp. 17-18.

³⁶ Compreende-se aqui como forma tradicional de defesa, o período anterior a descoberta da pólvora e da arma de fogo. Aquele que mantém exércitos formados por mercenários, cujo sistema de defesa está atrelado a cidades ou castelo verticalmente amuralhados. Caracteriza-se pela utilização de bestas, catapultas, aríetes e torres de assédio como armas de guerra.

lembrar a desastrosa tentativa em 1369, de bloqueio naval a Sevilha capitaneada pelo Almirante Lançarote Pessanha. A ação foi sufocada após uma ofensiva de forças aliadas franco-castelhanas, e destruída a frota lusa voltou a Lisboa “debilitada por uma operação muito sofrida e inconsequente”.³⁷

A condição geográfica de Portugal que o colocava, nas palavras do cronista Eanes Zurara, “apertado entre o mar e o muro de Castela”, impulsionava essa aspiração de expansão.³⁸ Conforme explica João Gouvêia Monteiro essa situação alavancou a opção pelo mar, sobretudo, a partir de 1412, quando D. João I planejava a Conquista de Ceuta, no norte da África. Os subsídios para esta expansão envolveriam “cerca de 200 barcos e entre 15.000 e 20.000 homens”.³⁹ A bem articulada conquista levou à tomada de Ceuta, em 1415, como uma atitude de antecipação às investidas de Castela na região.

A euforia causada pela conquista de Ceuta foi logo sufocada pela necessidade de manutenção de defesa e do fortalecimento luso na região. É evidente que a conquista pressupõe o desafio do estabelecimento no local, mas sobretudo, a capacidade de se guarnecer contra investidas de outras nações. Portanto, o empreendimento de uma política de expansão dependia em muitos aspectos da capacidade defensiva de Portugal.

A descoberta das ilhas da Madeira, em 1442, e Açores, um pouco depois, aguçara os ânimos de conquista lusa e dera novo fôlego à expansão, levada a cabo por D. Henrique, que elegeu Marrocos para a investida de conquista. Tratava-se de uma estratégia de prolongamento da conquista pela expansão leste de Ceuta, além de marcar posição perante Castela.⁴⁰ A experiência do ponto de vista militar teve vitórias e derrotas “estrondosas”, como por exemplo, o fracasso de Tânger capitaneada por D. Henrique na qual, as tropas lusas foram surpreendidas e desmanteladas.⁴¹

³⁷ MONTEIRO, João Gouveia. “Crise (s) e renovação 1367-1495”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*. Lisboa: a esfera dos livros, 2017, p. 137.

³⁸ ZURARA, Gomes Eanes de, ca 1410-1474? ”Crônica da Tomada de Ceuta” 1601-1700. *Biblioteca Nacional de Portugal*. Disponível em <http://purl.pt/24129>

³⁹ MONTEIRO, João Gouveia. “Crise (s) e renovação 1367-1495” p. 147.

⁴⁰ Idem, p. 152.

⁴¹ DOMINGUES, Francisco Contente. “A guerra em Marrocos”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Severiano Teixeira. *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, pp. 204-230.

Devido à privilegiada posição geográfica, com porto para o mar, Tânger foi escolhida para a expansão da conquista. O embarque da frota, em 1437, já apontava sinais de fracasso: dos 14.000 homens recrutados, apenas 6.000 compareceram; os demais desertaram antes mesmo da partida. De fato, a campanha terminou em desastre pela defesa de Tânger, liderado por Salah-bem-Salah, e a tomada como refém do infante D. Fernando com liberdade condicionada à entrega de Ceuta pelos lusos, o que nunca aconteceu. O fracasso de Tânger mostrou “a inconsistência de uma conquista territorial” e a fragilidade da Coroa frente a “dispendiosa política de expansão continental”. Essa situação militar retraiu a política expansionista de Portugal, entre 1449 e 1460.⁴²

É evidente que o processo de expansão para o norte da África já indicava que a empreitada para além do continente europeu implicaria necessariamente condições militares que pudessem assegurar o território e promover enfrentamento bélico com a gente nativa e outras nações européias que se lançavam no mesmo intento. Somente no reinado de D. João II (1481-1495), as políticas expansionistas mais sistemáticas foram retomadas. O monarca estimulou a exploração da costa africana, estabeleceu monopólio de ouro e marfim. São também do seu reinado acontecimentos como as rotas e conexões com o Índico aberto a partir da viagem de Bartolomeu Dias contornando o Cabo da Boa Esperança.⁴³

João Gouveia Monteiro sintetiza o período de 1367 a 1495, em dois momentos: o primeiro até 1420 caracteriza-se pela contenção das batalhas campais vinculadas ao desenvolvimento da diplomacia e políticas negociadas, guerras de cerco e as formas medievais de guerrilhas, reforço de defesa das cidades, consolidação das marinhas nacionais e da guerra naval, investimento na logística e espionagem, e no caso de batalhas campais, utilizava-se a cavalaria e unidades de infantaria.⁴⁴

⁴² MONTEIRO, João Gouveia. “Crise (s) e renovação 1367-1495”, p.152. Ver ainda: SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2006, p.203.

⁴³ *Idem*, p.160.

⁴⁴ As batalhas campais passaram a seguir regulamentos e expedientes previamente treinados como por exemplo, a “execução de manobras diversas (fugas simuladas, envoltimentos, uso de reservas, reagrupamento e retiradas ordenadas); otimização da velocidade e do efeito surpresa; antecipação na ocupação de posições estratégicas; boa escolha e bom uso do terreno (combinando os obstáculos naturais e artificiais); proteção dos flancos; distribuição criteriosa dos melhores homens de armas; capacidade para aguardar a investida do adversário em boa

O segundo momento, de 1420 até 1495, caracteriza-se pelas profundas transformações na arte militar, sobretudo pela introdução das armas de fogo. Desde 1420, a pólvora em pó passou a dar espaço à pólvora granulada. Essa mudança modificou profundamente as companhias militares e as estratégias de defesa e ataque. Verifica-se a implicação da pólvora nas armas de fogo que passaram a ser mais leves e eficazes.⁴⁵

Nesse contexto de grandes transformações no aspecto militar europeu, os exércitos nacionais ganharam força, enfraquecendo o antigo sistema defensivo vinculado aos mercenários, caros e pouco confiáveis. Na Itália, desde os últimos anos do século XV, os líderes mercenários foram sendo substituídos por soldados súditos. Estes últimos agora aos poucos percebidos como centrais nas políticas defensivas dos Estados.

A introdução intensiva e extensiva das armas de fogo caracterizou a chamada “Revolução Militar”, ideia lançada por Michael Roberts em 1956.⁴⁶ Esse momento é marcado por uma “série de mudanças profundas, não apenas na técnica de combate, mas também na organização militar, e na relação da guerra com a sociedade”.⁴⁷

Diante desse conjunto de mudanças estruturais nas campanhas militares na Europa, Portugal teve um papel pouco significativo. Conforme Antonio Manuel Hespanha sua “história militar foi de um país que, durante mais de 150 anos (entre Toro-1476 e a Aclamação-1640), não participou em operações militares na Europa, onde as grandes inovações iam se verificando”.⁴⁸ Essa condição de um país que “ficou de fora”, mostrou suas maiores fragilidades na guerra da Restauração. França, Inglaterra e Espanha estavam muito mais alinhados ao fazer da guerra moderna.

ordem e para evitar mudanças súbitas de posição; e coordenação eficiente de movimentos com o auxílio de sinais sonoros e visuais”. MONTEIRO, João Gouveia. “Crise (s) e renovação 1367-1495”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*, p.163.

⁴⁵ *Idem*, p.165.

⁴⁶ ROBERTS, Michael. *The Military Revolution, 1560–1660*. Belfast: Queen’s University of Belfast, 1956.

⁴⁷ HESPANHA, Antonio Manuel. “Introdução”. BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org). *Nova História Militar de Portugal*. Vol.2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p.9.

⁴⁸ *Idem*, p.9.

Ainda na Guerra dos Cem Anos (1337-1453), a Inglaterra já apresentava formas inovadoras de combate com os cavaleiros desmontados, apontando em direção à infantaria, força que foi aos poucos ganhando centralidade.⁴⁹ O trem de Carlos VIII da França nas guerras de Itália, em 1494, já exibia armas muito mais leves e eficientes, a maioria fabricada em bronze.⁵⁰ No final deste conflito, em 1495, os exércitos espanhóis, por seu turno já dispunham de número significativo de armas de fogo portáteis.⁵¹

Essas inovações técnicas provocadas pelas armas de fogo foram acompanhadas com a sistematização da arte da guerra, a partir da elaboração do pensamento moderno em torno do exército e dos saberes e posicionamentos do Estado na formação de forças militares. Exemplar, nesse sentido, é o livro *Arte Militar (1519-1520)*, de Nicolau Maquiavel.⁵² A obra aponta para a disciplina do soldado e a especialização dos componentes táticos. Uma guerra moderna coerente com as inovações técnicas vivenciadas pela Europa.

A filosofia da guerra incluiu na agenda dos Estados a militarização e a violência como parte integrante da ação do governo. Nesse ínterim, as forças militares foram entendidas como mecanismos de imposição das vontades do príncipe. Assentou-se, portanto, “o entendimento do importantíssimo papel desempenhado pelas armas na definição da força dos estados”.⁵³

A evolução teórica sobre a guerra ocupou papel muito significativo nesse processo. Além de Maquiavel, destaca-se o italiano Raimondo Montecucoli (1609-1680), para o qual a guerra integrava um plano prático do conhecimento, associava as virtudes e qualidades do chefe militar. A obra *Dell'arte militare* propõe o estudo das ciências

⁴⁹ DOMINGUES, Francisco Contente. “O império no Mar e na Terra (1495-1580)”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*, p.220.

⁵⁰ MONTEIRO, João Gouveia. “Crise (s) e renovação 1367-1495”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*, p. 165.

⁵¹ DOMINGUES, Francisco Contente. “O império no Mar e na Terra (1495-1580)”, p. 221.

⁵² MAQUIAVEL, Nicolau. *A Arte da Guerra*. Tradução de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

⁵³ BEBIANO, Rui. “A arte da Guerra. Estratégia e Tática”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org). *Nova História Militar de Portugal*. Vol.2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 118.

auxiliares como a aritmética decimal, cálculo dos espaços e a trigonometria na formação de um conhecimento que convergia para “o militar perfeito”.⁵⁴ Soma-se a esse processo o desenvolvimento da mecânica no século XVII. Esses conhecimentos serão a base para a transição das construções de fortalezas, conforme se destaca no capítulo 3.

Nessa conjuntura e perspectiva militar, Portugal estava bem atrás das outras nações europeias, muito embora, como já destacamos atrás, de D. Manuel (1495-1512) até D. João III, conforme explica Francisco Contente Domingues, várias tentativas de reforma tenham sido empreendidas. Exemplar, nesse sentido, foi a publicação, em 1508, de dois alvarás: *O Alvará de Regimento da gente de ordenança e das vinte lanças da guarda de 1508* e o *Alvará das ordenanças de 7 de agosto de 1549*, citados anteriormente.⁵⁵ Esses documentos apontavam tentativas de adequação das forças lusas à arte de guerra moderna.

Essas iniciativas buscavam definir estratégias mais sistemáticas de treinos, recrutamentos e soldo. Além de organizar as forças militares lusas, questão que estava estritamente relacionada à expansão imperial do início de Quinhentos. Em 1508, a intervenção em Marrocos contava com companhias definidas nessas novas orientações, que pressupunha “dividir o efetivo em cinco capitães experimentados na guerra moderna”; a colaboração de Cristovão Leitão, capitão italiano experiente, refletia essa realidade militar.

Nessa mesma orientação agiam as companhias de Afonso de Albuquerque, na Índia. Em 1510, ocasião da conquista de Goa, havia a referência de companhias formadas por capitães conhecedores da guerra moderna. Eram nas companhias enquadradas por oficiais que, a partir de 1512, estabeleceu-se regimes de treino periódico. Em 1516, todavia a extinção do corpo de guarda manuelina, marca o “fim do prematuro processo de implementação da estrutura militar das ordenanças”.⁵⁶

Para Contente, em dois momentos verifica-se a tentativa em centralizar as questões defensivas nas mãos do Estado, em 1526 e 1549, no reinado de Dom João III, por meio de sistema de recrutamento controlado pela Coroa. Esse sistema mais uma vez mostrou a “incapacidade da Coroa para levar a cabo uma reforma profunda do sistema militar

⁵⁴ *Idem*, p. 120.

⁵⁵ DOMINGUES, Francisco Contente. “O império no Mar e na Terra (1495-1580)”, p. 125.

⁵⁶ *Idem*, 125.

tradicional, sobretudo quando isso implicava passar para o poder central a capacidade de recrutamento, substituindo assim as hostes senhoriais”.⁵⁷

A transição militar, que conferia sobretudo ao Estado a responsabilidade pelo recrutamento, manutenção e pagamento dos soldos aos militares, parecia ainda longe das limitadas condições de Portugal. Embora essa condição fosse progressivamente tensionada pela necessidade de militarização no contexto, sobretudo, de expansão ultramarina. Esse processo de transição de um sistema defensivo fragmentado para a centralização sob a jurisdição do Estado se tornaria sistemático no século XVII, na ocasião da Guerra da Restauração e se completaria com as reformas da segunda metade do século XVIII, como veremos adiante.

Todavia, é importante destacar as últimas décadas dos quinhentos, em que se verifica uma revisão do potencial militar luso, realizado no reinado de D. Sebastião, embalado sobretudo, pela necessidade de imposição positiva nas guerras. Esse período se sucedeu a ações de militarização e avigoreamento da presença portuguesa no norte da África. Além disso, verifica-se o esforço legislativo para regular um sistema de recrutamento e adestramento de soldados, publicados entre 1569-1574.

Ainda em 1569, foi publicada a *Lei das Armas* e, em 1570, o *Regimento dos Capitães Mores* ou *Organização Geral das Ordenanças* e a *Provisão das Ordenanças* de 1574,⁵⁸ instituído para todo o território. O esforço de D. Sebastião em tornar esse sistema abrangente teve seus efeitos positivos verificados com a implementação de companhias de ordenanças, além de regular a constituição de postos, obrigações, recrutamento e companhias.⁵⁹ Em 1569, constituiu-se a ordenança na cidade do Porto e em Lisboa. Nesse mesmo ano, D. Luís de Ataíde foi responsável por levar o regime das ordenanças ao Oriente.

Todavia, essa implementação necessitava de oficiais práticos na guerra e a estratégia foi trazer essa experiência de fora. Em 1572, foram contratados cinco oficiais do ducado de Sabóia que “foram distribuídos nas comarcas para orientar os exercícios”. Assim

⁵⁷ *Idem*, 226.

⁵⁸ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal. Leis Pertencentes as Ordenanças*. Tomo IV, Lisboa: Imprensa Régia, 1816, pp.1-22.

⁵⁹ COSTA, Ana Paula Pereira. *Corpos de Ordenanças e Chefias Militares em Minas colonial: Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2014.

como o reingresso de oficiais que já haviam estado em guerra, como por exemplo, Ávares Correia “soldado velho de África, Itália e Flandres” e responsável pela tradução da obra italiana o *Livro* de Battista della Valle.⁶⁰

A época sebástica significou de fato um reordenamento militar, o primeiro esforço sistemático, que segundo Contente, pode ser verificado em diversos elementos, tais como em obras de fortificação, no reordenamento da milícias ao moldes dos exércitos castelhanos, na leitura e interpretação de obras de teoria miitar, no preenchimento de cargos militares relevantes por oficiais estrangeiros contratados ou portugueses veteranos na guerra. Portanto, de acordo com autor, o objetivo de D. Sebastião era “preparar o país para um novo fôlego de expansão militar”.⁶¹

A expedição ao norte da África, em 1578, é consequência deste escopo. A batalha de Alcácer-Quibir foi planejada na percepção do ideal de guerra da segunda metade desse século, em companhias lideradas por oficiais experimentados na guerra. Todavia, na prática em batalha o método foi contrastado pela realidade do infortúnio do resultado da empreitada. A derrota provocou o desmantelamento da tentativa de organização e centralização do exército português. A retração militar foi evidente, grande parte da elite militar desapareceu em 4 de agosto de 1578, os que sobreviveram foram aglutinados pelos interesses castelhanos, tornando frágil a defesa do reino. Além disso, após o desaparecimento do monarca ficou mais complicado o recrutamento para alimentar as ordenanças sebásticas.⁶²

Na perspectiva política, Filipe II, da Espanha, consumou a conquista de Portugal, legitimando-se com a convocação das cortes de Tomar em 16 de abril de 1581. Entre as cláusulas, manteve-se os privilégios, graças e mercês de Portugal, e que este “seria governado por leis próprias que favoreceriam sempre os portugueses para nomeação para cargos”, situação que se estenderia até 1640.⁶³ Essa condição política transformaria os inimigos dos espanhóis em inimigos de Portugal, com consequências extraeuropeias.

⁶⁰ DOMINGUES, Francisco Contente. “O império no Mar e na Terra (1495-1580)”, p.228.

⁶¹ *Idem*, p.230.

⁶² SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2006.

⁶³ DOMINGUES, Francisco Contente. “Em guerra com o mundo, por todo o mundo (1580-1668)”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*, p.273.

O Estado da Índia, o Brasil, Angola e as rotas oceânicas passaram a ser alvos de ataques de outras nações, como por exemplo da Holanda.

A Guerra do Trinta Anos (1618-1648) funcionou como palco dessas inovações. Do ponto de vista bélico, as capacidades militares das nações europeias foram colocadas em evidência. Essa permanente situação de guerra na Europa do século XVII forçaria a tentativa de organização de forças efetivas de combates. Nessa conjuntura, ressalta-se os conflitos entre a França e Espanha na Península Itálica (1629-1659) e entre Portugal e a Holanda no Brasil (1624-1654). Esse status de guerra exigiu o que Abílio Pires Lousada caracterizou de política externa agressiva. Trata-se da militarização ligada à geopolítica das potências europeias no século XVII, verificadas por meio de estratégias para a funcionalidade do organismo da guerra.⁶⁴

Estratégias político-militares foram elaboradas para manter as ofensivas. Na Espanha, o Conde de Olivares apresentou, em 1626, o projeto “União pelas Armas”, pelo qual “todos os reinos, estados e senhorios da monarquia Hispânica deveriam contribuir com homens e dinheiro para o esforço conjunto de guerra, proporcionalmente as suas possibilidades”.⁶⁵ Este evidente esforço para o centralismo militar reassignificaria o recrutamento para o qual as ações tornaram-se muito mais complexas e incisivas com relação à população.

A guerra de Restauração e a aclamação de D. João IV, em 15 de dezembro de 1640, intensificaria a necessidade de reestabelecer o poder da monarquia portuguesa, o que necessariamente implicava no ordenamento militar. Não sem razão, esse necessidade levou à reunião das Cortes, em 1641 e 1642. Nesta última, foi decidida a criação da décima, um imposto de 10% sobre todas as classes sociais para custear a máquina da guerra. É também do contexto da guerra, a constituição das companhias regulares e auxiliares e de instituições importantes, como o Conselho de Guerra, conforme veremos adiante. Portanto, ao que parece, a guerra foi um vetor importante para militarização de Portugal, e a necessária afirmação e legitimação da dinastia de Bragança.⁶⁶

⁶⁴ LOUSADA, Abílio Pires. “A Guerra”. *Revista de História das Ideias*. Instituto de História e Teoria das Ideias. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol. 30 (2009).

⁶⁵ TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*. Lisboa: a esfera dos livros, 2017, P.326.

⁶⁶ COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração (1641-1668)*. Ver ainda: MONTEIRO, Munio Gonçalves. “A Guerra da Aclamação”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA,

Por outro lado, é importante ressaltar a dimensão global para a qual era necessário elaborar um plano de apoio político e financeiro, mas sobretudo de reconhecimento da nova configuração monárquica portuguesa. Entre os estados europeus, Portugal estava muito atrás na militarização e profissionalização de suas tropas. A dependência de comando ou mesmo força estrangeira era evidente, desde o Tratado de Windsor (1386), firmado em perpetuidade por D. João I de Portugal e Richard II da Inglaterra, em que se propunham, além de acordos comerciais, a aliança e assistência militar mútua. O tratado possuía um caráter compósito, as treze cláusulas previam apoio político, militar e econômico. A presença de soldados ingleses em tropas portuguesas decorre essa relação anglo-portuguesa.⁶⁷

Além da Inglaterra, Portugal também contou com o apoio de militares importantes, como foi o caso do alemão, marechal Friederich Hermann Von Schomberg, o conde de Schomberg, que marcaria profundamente as tropas portuguesas na Guerra da Restauração.⁶⁸ Mais tarde, o francês, o marechal Conde de Lippe, seria o responsável pela modernização dos exércitos lusos e a profissionalização do corpo militar. Isso sem contar na influência de Castela nos exércitos lusos.⁶⁹

A Guerra da Restauração e os conflitos em torno dos domínios do ultramar impuseram a Portugal a necessidade de formação de exércitos nacionais, regidos por legislação própria, mas, sobretudo, que significasse a emancipação do conhecimento da

Nuno Severiano (org). *Nova História Militar de Portugal*. pp.268-281; SANTO, Gabriel do Espírito. *Restauração (1640-1668)*. Coleção: História de Portugal- Guerras e Companhas Militares. Edição: QUIDNOVI, 2008.

⁶⁷ FARIA, Tiago Viúla e MIRANDA, Flávio. “Pur boné aliançe et amiste faire. Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média. CEM N.º 1 / Cultura, ESPAÇO & MEMÓRIA, pp. 119-127.

⁶⁸ Friederich Hermann Von Schomberg, natural da Alemanha “era um especialista europeu nos assuntos da guerra” que ficara disponível após o Tratado de Paz dos Pirenéus assinado entre a França e a Espanha em 1659. Com larga experiência de guerra, o Conde de Schomberg chegava a Lisboa em novembro de 1660 para organizar os exércitos lusos. Um ano após a sua chegada fez um “conjunto de observações” sobre as forças militares para Coroa, que nas observações de Dores Costa, “constituem muito provavelmente o melhor diagnóstico social do exército da época de que podemos dispor”. Sua contribuição ao militarismo português foi inegável. COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração 1641-1668*. pp. 91-92.

⁶⁹ COSTA, Fernando Dores. “A Guerra no Tempo de Lippe e Pombal”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. pp.331-350.

guerra e das estratégias de recrutamento e defesa no reino e conquistas. Conforme explica Carlos Selvagem, no contexto da expansão ultramarina, Portugal apresentava um evidente quadro de desproporção entre “a gigantesca tarefa que se lhes oferecia, e os meios que dispunha para realizar um corpo social já pobre de agricultura e paupérrimo de outras indústrias”.⁷⁰ Essa situação foi agravada pela situação de guerra pela retomada do trono.

As urgências em ultrapassar as barreiras das fragilidades militares impuseram a D. João IV a questão levantada pelo padre Antônio Vieira, que inicia este capítulo: *gente e dinheiro*, os dois nervos da guerra que a monarquia restaurada deveria resolver. Sobretudo, pela afirmação geopolítica e defesa dos espaços ultramarinos. Mas, de que forças dispunha Portugal para tão grande empreendimento?

Alguns dados permitem compreender a situação militar de Portugal em relação a outras nações europeias. A Holanda, por exemplo, era considerada uma grande potência militar: possuía 14 mil navios e 200 mil homens marinheiros. Portugal tinha menos de 13 navios e somente 4 mil homens nessa função. Na Índia, os holandeses dispunham de 100 naus de guerra de 24 a 30 peças, e no Brasil mais de 60, enquanto Portugal possuía apenas 1 na Índia e 7 no Brasil. Além do aparato material, Holanda ainda contava com “grande número de artilheiros, grandes cabos e oficiais para guerra do mar e terra criados com a doutrina daquela escola e feitos no exército de tantos anos”, em detrimento Portugal não possuía nem “cabos e nem oficiais de experiência”, como afirmava o padre Antônio Vieira, num Parecer em 1648.⁷¹

Na segunda fase da guerra de Restauração (1647-1656), os terços militares em Portugal encontravam-se em estado miserável. Conforme Dores Costa, na fronteira de Alentejo, havia três anos não se faziam levar para os terços de infantaria. Além de soldados “bizarros” no conhecimento da guerra.⁷² Ampliando mais essa análise verificou-se que os desafios são bem maiores. A partir de dados sistematizados do parecer de

⁷⁰ SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: compêndio de História Militar e naval de Portugal*. Imprensa Nacional- Casa da Moeda- Lisboa, 2009. P.253.

⁷¹ “Parecer que deu Padre Antônio Vieira sobre entregar a campanha de Pernambuco aos holandeses em 21 de outubro de 1648”. ANTT, MSLIV/0030, pp. 38v-39

⁷² COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração 1641-1668*, P.70.

1648, do padre Vieira, para América, África e Ásia, percebe-se que Portugal mantinha, nesses continentes, áreas pouco assistidas e frágeis do ponto de vista militar.

O império luso na Ásia possuía espaços bem mais fortificados, de acordo com os dados de Vieira, em 1648: Goa possuía 4 armadas de remo (para conduzir Cáfilas); 18 a 20 galeotas que levavam 20 até 30 soldados; e uma população de 1.500 portugueses. A importância de Goa pode ser observada até mesmo na forma como o religioso organiza os dados referindo-se às cidades e fortalezas ao norte e sul de Goa⁷³.

Ao norte dos espaços citados os mais militarizados eram a fortaleza de Dio que possuía 28 peças de artilharia grossa e 30 soldados, em seguida a Serra de Asserim, que contabilizava 55 “soldados portugueses, e moradores e alguns negros da terra de espingarda, e de arco e flecha”. Outros espaços citados como, por exemplo, o forte de Nu, dispunha de 1 capitão, 4 soldados portugueses e 50 negros de armas. O forte de Sanges também 1 capitão e 10 soldados pretos. Os fortes de Tropar e Maym apenas 1 capitão e 6 soldados cada um.⁷⁴

Ao Sul de Goa, há destaque para a Ilha de Ceilão, onde se encontrava a fortaleza de Columbo assistida pelos impressionantes “1.900 portugueses, que é o maior ou quase todo o presidio da Índia” e 30 peças de artilharia, e ainda o reino de Sanafatão com 250 soldados. Logo em seguida o estreito da Pérsia, no qual se verifica a fortaleza de Mascate 70 soldados (no inverno com os da armada de 8 a 9 galeotas, chegam a 200) e com “47 peças grossas, 48 miúdas”, conforme documento, a principal desse espaço,⁷⁵

E, por último Macau a “segunda na grandeza dentre todas do oriente” com cinco fortes “de muito boa artilharia” e mil “casas de Portugueses”. Os outros espaços citados, como por exemplo, fortaleza de Barcelar, Cananor, Cochim, Bachol, Coulão não possuíam nenhum soldado. Outras como Fortaleza de Tanate, Fortaleza de Sibó, Fortaleza de Borea, Fortaleza de Mada e Fortaleza de Roba apenas 1 capitão e nenhuma artilharia.⁷⁶

⁷³ “Parecer que deu Padre Antônio Vieira sobre entregar a campanha de Pernambuco aos holandeses em 21 de outubro de 1648”. ANTT, MSLIV/0030, pp. 38v-39.

⁷⁴ *Idem.*

⁷⁵ *Idem.*

⁷⁶ *Idem.*

A relação entre rotas de comércio e militarização está implícita na própria observação que se faz para estes espaços. Macau, por exemplo, é descrito como “empório de todo o comércio, e riqueza que vem da China, e também era do Japão”. Não sem razão, para esse lugar havia o número bastante significativo de mil casas de portugueses, e cinco fortes de boa artilharia. A Ilha de Ceilão também se observa que é o local “de onde vem a canela”, o que de certa forma justificava os 1.900 portugueses assistindo à fortaleza de Columbo, com 30 peças de artilharia. Se considerarmos a conjuntura de Portugal, e sua capacidade defensiva esses números parecem muito expressivos.

Essa mesma relação pode ser observada para regiões da África. Os espaços mais militarizados eram Luanda que chegou a contar com 600 soldados, Ilha de Cabo Verde que possuía uma fortaleza e 10 a 12 companhias formadas por negros e mestiços, Moçambique com 100 soldados e uma fortaleza com 23 peças de artilharia, além de outros espaços com poucos ou nenhum soldado ou fortaleza. As informações sobre Moçambique, por exemplo, destacam a sua riqueza e vincula a isso o “comércio de ouro, âmbar e marfim daquela costa”. Além da estratégica posição geográfica o que o colocava como “a escala abrigo das nossas naus da Índia chave dos tesouros dos Rios de Cuama e Etiópia”. Isso pode explicar o número de 100 soldados, 70 portugueses e uma fortaleza com 23 peças.⁷⁷

No que se refere aos dados da América portuguesa, Bahia aparece bem à frente de outros espaços do ponto de vista militar com 2.500 soldados, enquanto que Rio de Janeiro contava com 500 para 600 soldados “sem experiência”, Pernambuco menos de 300 soldados e Espírito Santo 24. Outros espaços como Ceará, Sergipe, São Paulo, Porto Seguro, Cabo Frio e Ilha de Santos, para citar apenas alguns espaços, não dispunham de nenhum soldado. No que se refere a fortalezas, o quadro se mantém, Bahia aparece com 12, Rio de Janeiro e Ilha de Santos com 2 fortalezas cada. Além desses, constam uma fortaleza no Ceará, em São Paulo, Ilhéus, Ilha de Santos e Cabo Frio, outros espaços não possuem fortalezas.⁷⁸

Portanto, fica evidente, a partir desses dados, que, no Estado do Brasil, a Bahia, nessa altura, era a praça mais povoada e fortificada, dispondo de maior número de

⁷⁷ *Idem.*

⁷⁸ *Idem.*

soldados para defesa. Isso está relacionado ao seu papel desempenhado na estrutura do império português. A estrutura jurídica e administrativa instalada em Salvador, destacada por Frei Vicente do Salvador no século XVII como o “coração” do Brasil, em que todas as demais capitanias pudessem recorrer. Guida Marques ressalta também a representação de “cabeça do Estado do Brasil”, ao longo do século XVII. Fundada em 1549 a peculiaridade é evidenciada com a criação do Bispado em 1551, tornou-se um centro de administração religiosa. Tomada pelos holandeses em 1624, e retomada no ano seguinte pelas forças luso-castelhanas, tornou-se peça chave na dinâmica do sistema político e administrativo do Brasil.⁷⁹ De fato, ao que parece pela estrutura defensiva em 1648, Bahia teve um papel diferenciado na conjuntura administrativa do Brasil e na relação com o atlântico.

Para o Estado Maranhão há uma completa ausência de informação sobre a ocupação desse espaço. Os dados que aparecem são de 400 moradores e 70 soldados.⁸⁰ Não há referência a fortalezas ou outros espaços ocupados. Esses dados são bastante curiosos. Ora, o Estado do Maranhão e Grão-Pará foi criado em 1621 e já se inseria em uma significativa troca de correspondências, mesmo antes desse período. Eram crônicas, cartas e memórias que representavam o Maranhão e suas riquezas.⁸¹ Além disso, é importante lembrar episódios como a expulsão dos franceses de São Luís (1615), e a fundação de Belém (1616) que indicam que a região passou integrar os interesses da Coroa portuguesa.

É importante destacar ainda a ausência da referência dos espaços da América portuguesa ao comércio, como se faz para as regiões da África e Ásia. Por outro lado, é bastante curioso a pouca ou quase nenhuma atenção que se dá ao Estado do Maranhão e Grão-Pará. Talvez isso esteja relacionado ao contexto de pouca expressividade do comércio das drogas do sertão, embora no documento haja a referência a estes produtos

⁷⁹ MARQUES, Guida. ““Por ser a cabeça do Estado do Brasil”. As representações da cidade da Bahia no século XVII”. In: SOUZA, Evergton Sales, MARQUES, Guida e SILVA, Hugo S. *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador, Lisboa: EDUFBA, CHAM, 2016.

⁸⁰ “Parecer que deu Padre Antônio Vieira sobre entregar a campanha de Pernambuco aos holandeses em 21 de outubro de 1648”. ANTT, MSLIV/0030, pp. 38v-39.

⁸¹ CARDOSO, Alírio. “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica” (1596-1626). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 317-338 - 2011

como promissores para o comércio, advertindo-se que os mesmos “já estejam cheirando aos estrangeiros”. Essa observação está relacionada à presença sobretudo de ingleses, franceses e holandeses na região.

Se considerarmos esses dados sobre América, África e Ásia constata-se que os pontos de maior número de portugueses, soldados e artilharia em meados do século XVII são, sem dúvida, as possessões na Ásia, mais especificamente em Goa e Macau. Isso está relacionado à importância que estes espaços tinham para o comércio. Essa hipótese fica evidente quando observamos, por exemplo, as regiões da África e da América portuguesa. A militarização dos espaços parece estar estreitamente relacionada à importância da região para o comércio.

A militarização do Estado do Maranhão e Grão-Pará deve-se em grande parte à importância que as drogas do sertão passaram a ocupar a partir da primeira metade do século XVIII. Todavia, é importante destacar que dada a complexidade geográfica da região, as políticas mais incisivas de militarização enfrentaram grandes dificuldades para serem implementadas. A construção de fortalezas dependia de um precário sistema de financiamento, a manutenção de militares no local era inexpressiva e as tropas eram mal providas de gente e armamentos, como veremos nos demais capítulos desta tese.

Portanto, a esta altura parece evidente que as áreas mais militarizadas das conquistas ultramarinas de Portugal eram as que ocupavam a centralidade nas relações de comércio e mercadorias. Todavia, embora esses espaços apareçam melhor guarnecidos pela presença de fortalezas, soldados e moradores o parecer afirma que com poucos esforços a Holanda poderia tomar espaços no Brasil, África e Ásia, destacando a importância de manter a paz e não a guerra.

Nem mesmo no reino havia políticas claras e sistemáticas de provimento de gente para defesa. Se considerarmos que as companhias regulares em Portugal foram criadas em 1640, verifica-se que pela data do parecer, 1648, a situação defensiva no ultramar é bastante problemática. Além disso, a própria aversão dos súditos à integração ao serviço militar prejudicava sobremaneira o provimento das companhias, conforme destaca Fernando Dores Costa.⁸²

⁸² COSTA, Fernando Dores. *Insubmissão: aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

Portanto, há um quadro militar muito precário que exigia da dinastia de Bragança atitudes urgentes. Essa fragilidade do século XVII, tanto no reino como nas conquistas, implicou o *ordenamento militar do reino* que, mediante uma série de alvarás e regimentos, iniciou um processo de transição militar que se concluirá na segunda metade do século XVIII, por meio da profissionalização e disciplinarização dos exércitos lusos.

Observa-se, por essa razão, uma *maior flexibilização da gente de guerra no reino e nas conquistas*, verificada na aliança de nativos nas campanhas de guerras, sem os quais ficaria o império e as áreas coloniais completamente desassistidas. Essa problemática, portanto, será a base para o ordenamento jurídico e constitucional de um processo de criação e disciplinarização das forças militares em Portugal.

Nessa perspectiva, a militarização está estritamente relacionada com o poder e a própria afirmação da dinastia de Bragança ao trono português. A constituição de exércitos permanentes, o domínio da arte da guerra e dos aparatos militares significam também, nessa interpretação, o controle, a manutenção e a proteção das rotas de comércio e a vigilância do ultramar.

Além disso, implica o estabelecimento da posição de Portugal diante de outras nações europeias. Em outras palavras, como resaltei na introdução deste capítulo há uma simbiose entre *força militar e poder político*. Inclui-se nessa conjuntura as capacidades bélicas, os recursos humanos e materiais e, sobretudo, o fortalecimento estratégico e diplomático da própria dinastia de Bragança no contexto internacional de intensas disputas por rotas complexas de comércio nunca antes experimentadas.

A guerra, nessa percepção, inclui dentre muitos aspectos, a construção da legitimidade do conflito e, ainda, da definição das estratégias de ataque e defesa, para os quais o conhecimento dos aparatos bélicos disponíveis é igualmente importante. Trata-se ainda da compreensão das capacidades bélicas do inimigo, além do estudo das fragilidades que em campanha podem significar o “calcanhar de Aquiles” para um ou outro lado. Isso fica evidente quando, em 1648, Vieira expõe com dados numéricos a insuficiência de soldados para defesa de que dispunha Portugal em detrimento das forças bem mais superiores como da Holanda.⁸³

⁸³ “Parecer que deu Padre Antônio Vieira sobre entregar a campanha de Pernambuco aos holandeses em 21 de outubro de 1648”. ANTT, MSLIV/0030, pp. 38v-39.

O aprendizado da guerra, portanto não é uma propriedade unilateral. Ora, o conhecimento acerca das capacidades defensivas inclui o estudo das estratégias e compreensões da guerra do oponente. Está implícito que a capacidade de defesa, a militarização dos espaços, as manutenções de exércitos bem treinados constituíam uma premissa para o fortalecimento da monarquia. São exemplares nesse sentido a referência que se faz à França, Holanda e Inglaterra, para os quais o poder estava estritamente ligado aos seus exércitos e poderio militar. São esses elementos que permitem compreender a profunda transição militar pela qual passou Portugal em meados do século XVII até a segunda metade do século XVIII.

• • •

As questões levantadas acima são a chave para compreender três fases importantes da militarização do reino e das conquistas. Primeiro, as reformas iniciadas por D. João IV que podem ser caracterizadas pela constituição e ordenamento jurídico da militarização do reino e das conquistas. Segundo, no reinado de D. João V, que é marcado pela tentativa de efetivação desses infundáveis regulamentos, que se sobrepunham em diversos regimentos, alvarás, decretos que não raro eram borrados pela experiência nas áreas coloniais. E, em terceiro lugar, o que poderíamos chamar de uma reforma que tinha por objetivo disciplinar e profissionalizar as forças militares, verificadas no reinado de D. José I, sobretudo por intermédio das políticas do Marquês de Pombal, protagonizadas pelas ações de Conde de Lippe, a partir da década de 1760.

Nesta tese, não vou tratar de esmiuçar o terceiro momento da reforma porque acredito que este período tem sido já bastante tratado pela historiografia embora não me isente de lançar reflexões para este período, à medida que a compreensão do meu objeto exigir a narrativa desse contexto.⁸⁴

⁸⁴ Podemos citar alguns trabalhos como: MELLO, Christiane Figueiredo. *Os corpos de auxiliares e ordenanças na segunda metade do século XVIII- as capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-sul da América*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2002. Ver ainda: MELLO, Christiane Figueiredo. As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista de História* 154, nº 1, 2006; SILVA, Kalina V. da. *O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001. Ver ainda, SILVA, Kalina. “Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão do recrutamento e as origens SILVA, Kalina V. da. *O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*.

Observa-se centralidade dos estudos de defesa para segunda metade do século XVIII, em razão de se atribuir ao Conde de Lippe as principais ações da reforma militar de Portugal. Essa questão é ponderada aqui. Partimos do pressuposto de que, anteriormente a esse período, há significativas mudanças que tinham por objetivo centralizar as questões defensivas no império. Portanto, destaca-se a importância do primeiro e segundo momento dessa transição e considera-se esses três momentos como parte de um mesmo processo – de *afirmação geopolítica internacional de Portugal* para o qual a militarização e defesa do império é parte fundamental.

Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001. Ver ainda, SILVA, Kalina. “Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão do recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais”. *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico. EDUFJF, 2002, v.8, n.1. p. 86. POSSAMAI, Paulo. “Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis: os soldados da Colônia do Sacramento”. *Revista Brasileira de História Militar*, nº 2, agosto de 2010. Ver ainda do mesmo autor: *A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento. Um Bastião português em terras do Uruguai*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006; COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no império lusitano: Uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2006; POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *Razões para desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Ver ainda: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “O recrutamento militar no Grão-Pará”. In: Paulo Possamai (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012 pp. 283-297. GOMES, Flavio dos Santos, NOGUEIRA, Shirley, Maria Silva. “Outras Paisagens Coloniais: Notas sobre desertores militares na Amazônia Setecentista”. In: GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras Colonização e escravidão na Guiana Brasileira*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 2000, pp. 196-224.

2. A letra da Lei. Decretos, Regimentos e Alvarás

Chamamos de reforma *orgânica/institucional* o conjunto de iniciativas para a formação e regulamentação da questão militar do reino a partir de 1640 até 1750. Essa reforma se caracteriza a partir de três elementos fundamentais: 1) *Instituições* (criação do Conselho de Guerra e da Secretaria dos Estados e dos Negócios Estrangeiros e de Guerra); 2) *Jurisdição militar* (criação de postos militares e regulamento de suas atribuições) e 3) *Companhias militares* (criação dos corpos regulares e auxiliares), o segundo e terceiro item serão tratados no segundo capítulo.

Centralizar as questões de defesa significava constituir juridicamente as bases para militarização. Tratava-se, para o rei bragançino, de uma emergência administrativa, a criação do que Doris Costa chamou de “superestrutura militar”.⁸⁵ Essa superestrutura incluía a constituição de instituições estritamente vinculadas ao assunto de guerras, como por exemplo, o Conselho de Guerra (1641). Além disso, era necessário um corpo jurídico que pudesse subsidiar e regulamentar a formação de companhias militares, o recrutamento, os postos e, principalmente a forma mais apropriada de defesa do reino e das conquistas.

Por essa razão, verifica-se, ainda no século XVII, um conjunto de Regimentos e Alvarás que subsidiaram essa primeira reforma. Trata-se de um corpo documental exaustivo, elaborado em contexto de guerra. O quadro abaixo, organiza os principais documentos que levantamos para o contexto da Restauração.

⁸⁵ COSTA, Fernando Doris. *A Guerra da Restauração (1641-1668)*. p.24.

Quadro 1. Regimentos e Alvarás – primeira fase da reforma militar (1623-1679)

Ano	Documento
1623	Regimento dos oficiais da ordenança ⁸⁶
1640	Regimento dos corpos regulares
1643	Regimento do Conselho de Guerra ⁸⁷
1645	Carta Régia sobre a Criação de soldados auxiliares ⁸⁸
1645	Regimento de Fronteira ⁸⁹
1645	Alvará sobre deserção
1645	Alvará sobre a companhia auxiliar ⁹⁰
1645	Alvará dos Privilégios dos Soldados Auxiliares ⁹¹
1650	Regimento dos Governadores sobre as questões militares
1658	Regimento dos Quintos que se hão de tirar das prezas que se fizerem em Castela ⁹²
1661	Regimento para introdução dos soldados auxiliares ⁹³
1661	Alvará sobre os soldados Auxiliares ⁹⁴
1664	Alvará sobre as pessoas que servem na Artilharia
1678	Regimento dos Governadores das Armas de todas as Províncias, seus Auditores, e Assessores na maneira que nele se declara ⁹⁵
[s/d]	Teses da Arquitetura Militar ⁹⁶
1679	Alvará sobre os Soldos ⁹⁷

⁸⁶ “Regimento dos oficiais da ordenança”- PT/Arquivo Histórico Militar -DIV-1-1-2- Lisboa 20 de novembro de 1623.

⁸⁷ “Regimento do Conselho de Guerra”, 1643. *Biblioteca do Exército Português*, Lisboa-Portugal. Consta ainda com o título “Lei que autoriza as deliberações do Conselho de Guerra” em: COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*. Tomo II, pp.241-252.

⁸⁸ “Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares, Lisboa, 7/1/1645”, in: *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa* compilada por José Justino de Andrade e Silva, v. de 1640 a 1647, p. 271-272.

⁸⁹ “Regimento das fronteiras”, PT/ Arquivo Histórico Militar -DIV/1/2/ caixa 1. Doc. 17.

⁹⁰ “Alvará sobre a companhia Auxiliar”, 1645. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33.

⁹¹ “Alvará do Privilégio dos Soldados Auxiliares”.1645. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33.

⁹² COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, p. 208-214

⁹³ “Regimento para introdução dos soldados auxiliares”-PT-AHM-DV-1-02-1-28

⁹⁴ “Alvará sobre os Soldados Auxiliares”. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33

⁹⁵ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*. Tomo II, pp. 1-13.

⁹⁶ “Teses da Arquitetura Militar”- Luís Serrão Pimentel. ANTT- MSLIV-1104, p. 183-186.

⁹⁷ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*. Tomo I, pp.208-209.

Conforme pode se verificar no quadro acima, o volume de legislação sobre a questão militar é muito significativo. Um corpo documental que trata dos mais diversos aspectos da militarização torna evidente a centralidade da política na constituição de um reino forte e com capacidade defensiva.

O regulamento da guerra e o registro da gente e dos gastos militares passou a ser uma política de estado. Portanto, esfacela-se o antigo sistema mercenário de defesa. Em Portugal, a constituição dos exércitos formados por súditos do rei, em 1640, aproximou o poder político e o poder militar. Ora, o poder da Coroa está atrelado a sua capacidade defensiva. Essa percepção inclui mudanças significativas e impulsiona a premência de postos e cargos que integram a complexa máquina de guerra.

No *Regimento de Fronteiras*, por exemplo, se define as atribuições para Vedor Geral do exército, posto no qual os indivíduos eram responsáveis por fazer registros dos pagamentos dos soldados e mais gastos necessários em livros e listas. Esse registro era importante para “justificação da despesa do dinheiro que se gasta na guerra”. Para este ofício de Vedor o regimento prevê “quatro oficiais de pena e quatro comissários de mostra”.⁹⁸

Além desses, registra-se o cargo de Pagador Geral que é citado no Regimento de Fronteiras, em diversos artigos. A partir das informações apreendidas do documento, a pessoa é responsável por realizar o pagamento dos soldos dos soldados, conforme se destaca na ocasião da mostra: “lhe contará o pagador sobre a mesa o dinheiro”. Além disso, “todas as obras e compras de batimentos e suas conduções que se fizerem por razão da guerra se farão com intervenção do vedor geral”, responsável por dar os despachos necessários e controle dos papéis referentes a despesas de guerra, canalizados na controladoria, onde o dinheiro e pagamento se faria através do Pagador geral.⁹⁹

Portanto, é evidente que a militarização significou também a dilatação do organismo burocrático da guerra. Os inúmeros registros previstos nesses regimentos, como por exemplo, o registro de despesas e de gente que integrava as companhias, preencheu livros, listas e mapas com uma peculiar e necessária correspondência entre militares e Coroa, no reino e em diversas partes da conquista. Além dos inúmeros pareceres, certidões, atestados, cartas patentes que integram processos de provimento de cargos

⁹⁸ “Regimento das fronteiras”, 1645. PT-AHM.

⁹⁹ *Idem*.

mais elevados da hierarquia militar. Aliás, o provimento para esses postos também foi normatizado com as reformas de D. João IV.

Para capitão, só poderia concorrer o militar que houvesse cumprido seis anos efetivos de soldado e três no posto de alferes, ou dez anos efetivos de soldado. Todavia, essa condição do tempo de serviço apresenta uma flexibilidade normativa para casos em que o sujeito seja considerado “pessoa de muita qualidade em que concorre virtude, ânimo, e prudência”, poderia admitir a eleição de capitão, com a condição de que “haja servido na guerra seis anos efetivos ou pelo menos cinco”.¹⁰⁰

Conforme se verifica, a experiência da guerra é superior a qualquer critério de serviço para o posto de capitão. Esse conhecimento explica as detalhadas narrativas de guerra utilizadas por militares que concorriam aos editais para provimento de posto de capitão na capitania do Pará na primeira metade do século XVIII (isso será tratado no capítulo 4). Para alferes e sargento, verifica-se a exigência de quatro anos efetivos para ambos os postos.

O recrutamento dos soldados para as companhias estava previsto no *Regimento das Ordenanças*, de 1570. A forma obrigatória e compulsória de integração nas companhias, tornava o serviço militar indesejado. Portugal precisou lidar com a insubmissão dos soldados lusos durante todo o século XVIII, conforme destaca Fernando Dores Costa.¹⁰¹

A falta de gente para compor as companhias regulares criadas em 1640 é um problema recomendado inclusive na legislação, na qual se lê “convêm muito que as companhias não andem notavelmente diminutas”.¹⁰² Essa insistente falta de gente explica a criação das companhias auxiliares e atenção recebida por essa força no contexto da Restauração. Conforme pode-se verificar na Tabela 1, após o *Regimento da milícia ou corpo auxiliar* que institui essa força em 1641, temos mais quatro legislações dedicadas a essa força: o *Alvará sobre a companhia auxiliar* (1645) e *Alvará dos*

¹⁰⁰ *Idem.*

¹⁰¹ COSTA, Fernando Dores. *Insubmissão. Aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

¹⁰² “Regimento das fronteiras”, 1645. PT-AHM.

privilégios concedidos aos auxiliares (1645), o *Regimento para introdução dos soldados auxiliares* (1661) e o *Alvará sobre os soldados Auxiliares* (1661).

Essa força intermediária, como veremos no próximo capítulo, também estava organizada em companhias sob comando de um capitão. Todavia, não tinha a vida militar por excelência, razão pela qual não recebia soldo pelo serviço prestado. Ela deveria acudir em caso de necessidade às tropas de linha, por isso tinham treinamentos militares regulares. A forma de manter essas companhias providas de gente eram as trocas por meio da concessão de privilégios.¹⁰³

A preocupação em regular as questões da guerra e jurisdição pode ser lida nas primeiras linhas do *Regimento dos Governadores das Armas de todas as Províncias, seus Auditores, e Assessores*, de 1674, em que se escreve que a “calamidade da Guerra” se introduziu também na administração da justiça. Isso se deve à “ausência que havia no reino de leis e regimentos com clareza e distinção de jurisdição” militar e ordinária, o que tem ocasionado contendas entre “cabos de milícia, seus auditores, e os ministros.”¹⁰⁴

Os Governadores das armas e Mestres de campo geral têm poder de sentenciar crimes cometidos nas praças, na presença do auditor geral. Isso porque convém que “crimes militares de motins, rebelião, trãnsfuga, quebrantamento de bando, e outros semelhantes, que pela qualidade deles não se admitem privilégios, nem exceção de pessoas”. Nesses casos, a pena de morte e imediata execução, sem apelação e nem

¹⁰³ De acordo com o Alvará dos Privilégios dos Soldados Auxiliares de 1645, os que se alistavam nas companhias auxiliares eram concedidos os seguintes privilégios: “que não sejam obrigados a contribuir com peitas, fintas, talhas, pedidos, serviços, empréstimos nem a outros alguns encargos dos Conselhos, nem lhes tomem casas, adegas, estribarias, pão, vinho, roupas, palha, cevada, lenha, galinhas e outras aves, e gados e assim bestas de celas, e de albarda, não as trazendo a ganho. Que gozem de todos os privilégios do estanho do tabaco. Que sejam filhados do foro da Casa Real aquele que melhor o merecerem, conforme as qualidades de suas pessoas, aos quais terei particular cuidado de mandar prover nas propriedades, e serventias dos ofícios que vagarem nas suas terras, e neles couberem. Que gozem dos mesmos privilégios dos soldados pagos todo o tempo que estiverem alistados, e posto que deixem de ir as fronteiras por não ser necessário, se lhe terá respeito como se servisse na guerra. Que os que tiverem um ano de serviço das fronteiras na forma do me regimento, se poderão escusar de ir a elas pedindo eles, e em seu lugar se nomearão outros. Que os capitães e oficiais enquanto o forem dos Auxiliares gozarão dos mesmos privilégios da gente paga”. Texto extraído do “Alvará do Privilégio dos Soldados Auxiliares”.1645. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33

¹⁰⁴ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*. Tomo II, pp.1-13.

agravo, a julgar pelos votos do Governador das armas, Mestre de Campo Geral, Auditor Geral, Corregedor da Comarca ou Provedor e, na ausência de um desses, o Juiz de Fora ou Julgador letrado mais vizinho.¹⁰⁵

Todavia, os governadores estavam por esse regimento proibidos de “se intrometerem por alguma via nas matérias tocantes a fazenda real, como são Alfandegas, Portos Secos, Terças, Cizas, bens de Conselho”, os quais tinham tribunais separados. Exceto em ocasiões em que se constate “descaminhos prejudiciais ao bom governo público da justiça ou fazenda”.¹⁰⁶

Conforme se verifica, o posto de governador das armas possui funções mistas, agrega a ação administrativa, de guerra e de justiça nos casos de delitos de militares dentro da praça pertencente a sua jurisdição. Essa base jurídica se manterá durante a primeira metade do século XVIII, durante o reinado de D. João V (1707-1750), com poucas adequações e ampliação. A experiência da presença portuguesa nas áreas coloniais, o desenvolvimento do comércio, de novas rotas e mercadorias, implicou políticas mais incisivas de estabelecimento e defesa de espaços coloniais.

A historiografia tem dado pouca atenção a esse segundo momento de transição militar de Portugal, por parecer um período imprensado entre as inovações militares de D. João IV e a profissionalização verificada nas reformas do reinado de D. José. Todavia, quando se sistematiza o corpo documental militar do século XVII e século XVIII, verifica-se que o reinado de D. João V trouxe também contribuições para a militarização lusa. Esses três momentos, portanto, fazem parte de um mesmo processo de transição militar que se adequa pelas experiências de guerra e conquista. Vejamos os principais regimentos desse período.

¹⁰⁵ *Idem.* Sobre essa questão ver: ROQUE, Nuno. *A Justiça Penal Militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2000.

¹⁰⁶ *Idem.*

Quadro 2. Regimentos e Alvarás – segunda fase da reforma militar (1708-1732)

Ano	Documento
1708	Ordenanças Militares: Regimento para o Exército estiver em campanha, ou quando se achar aquartelado em algumas Praças, Villas, e lugares deste Reino, e do de Castela / D. João V. ¹⁰⁷
1709	Alvará sobre a eleição dos oficiais de Ordenança. ¹⁰⁸
1710	Resolução sobre as declarações de vários capítulos do novo regimento militar para melhor inteligência deles e evitar dúvidas. ¹⁰⁹
1720	Lei Geral que proíbe Vice-Rei, capitão General, ou Governador, Ministro, ou oficial de Justiça, ou Fazenda, nem também os de Guerra, que tiverem patentes que são de capitão para cima inclusive, assim deste reino como de suas Conquistas, possa comerciar por si. ¹¹⁰
1735	Regimento relativo aos capitães de mar e guerra e mais oficiais que embarcassem nas fragatas de Sua Majestade. ¹¹¹
1736	Regimento da boa ordem e governo que deve haver nos navios de Sua Majestade. ¹¹²
1738	Decreto para fazer cessar as dúvidas que havia entre Governadores das Praças e Oficiais de sua Tropa, sobre a inteligência dos dois capítulos 63 e 76 das Ordenanças. ¹¹³
1752	Alvará porque S. Majestade da forma de despesa das Fortificações das Praças, e à inspeção, administração e medição das obras a elas pertencentes. ¹¹⁴

Conforme podemos verificar, comparado ao século XVII, é um volume documental bem menor, o que ocorre porque a base jurídica desse período é, em grande parte,

¹⁰⁷ “Ordenanças Militares: Regimento para o Exército estiver em campanha, ou quando se achar aquartelado em algumas Praças, Villas, e lugares deste Reino, e do de Castela / D. João V”. Lisboa, 20 de fevereiro de 1708. *Biblioteca do Exército de Portugal*. Cota: E015; Coleção: Regulamentos.

¹⁰⁸ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo IV, pp.1-22.

¹⁰⁹ “Ordenanças Militares: Regimento para o Exército estiver em campanha, ou quando se achar aquartelado em algumas Praças, Villas, e lugares deste Reino, e do de Castela / D. João V”.

¹¹⁰ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.14-15.

¹¹¹ “Regimento relativo aos capitães de mar e guerra e mais oficiais que embarcassem nas fragatas de Sua Majestade”. 19 de janeiro de 1735. Transcrito em: ROQUE, Nuno. *A Justiça Penal Militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2000.p. 45.

¹¹² “Regimento da boa ordem e governo que deve haver nos navios de Sua Majestade” de 24 de março de 1736. Transcrito em: ROQUE, Nuno. *A Justiça Penal Militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2000.p. 49.

¹¹³ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, p. 34-35.

¹¹⁴ “Alvará porque S. Majestade da forma de despesa das Fortificações das Praças, e à inspeção, administração e medição das obras a elas pertencentes”. Lisboa, na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminent. S. Cardial Patriarca. 1758. PT-AHM.

mantida para a primeira metade do século XVIII. Exemplar nesse sentido é o *Regimento de Fronteiras* (1645), que se mantém como principal documento para o regulamento do recrutamento no reino e nas conquistas. Em 1711, por exemplo, se solicita as cópias dos capítulos do Regimento de Fronteira para o Rio de Janeiro no Estado do Brasil. Verificando-se os capítulos enviados, constata-se que se trata dos mesmos que integram o texto de 1645.¹¹⁵

Essa constatação, portanto, não anula a importância de D. João V na constituição da militarização e defesa do império. Seu reinado buscou aprimorar esse sistema de defesa constituído. Ampliou as ações de aplicação e adequação destes regimentos. As novas *Ordenanças Militares* de 1708, por exemplo, constituem um importante documento que norteou diversos aspectos da militarização desse contexto.

Nas primeiras linhas em que se justifica as novas Ordenanças de D. João V, lê-se a expressão “tendo mostrado a experiência”. De fato, a vivência da conquista e da guerra fora o termômetro para a análise do conjunto documental constituído na emergência da Guerra da Restauração. Os exércitos no novo reinado se compunham “de diferentes nações, o que resultam alguns inconvenientes e desordem pela diversidade de postos, e dos estilos, que entre si pratica cada uma delas”. Ora, a intenção com o regimento de 1708 era tonar claras a constituição dos postos do oficialato e as diversas questões militares e era aplicável à infantaria e cavalaria.

Pelas novas Ordenanças, ficou proibido aos coronéis de infantaria, artilharia, dragões ou cavalaria tirar “algum homem das companhias vagas para encher a sua”. Assim como se proibiu oficiais “venderem algum emprego em seus regimentos ou companhias. Ressalta-se ainda que esses oficiais não poderiam se ausentar dos postos sem licença, caso contrário, perderiam os referidos postos. Além dessa questão, o documento versa sobre fortificações, guardas, rondas, armazéns, companhias e soldados.¹¹⁶

No que se refere à punição de crimes cometidos por soldados ou oficiais, a Ordenança prevê mais celeridade no processo. De acordo com o documento, a forma como se fazia, por meio de um “dilatado processo”, significava, pela demora na

¹¹⁵ “Formulário e ordens que se observam na tesouraria gral das tropas de São Sebastião do Rio de Janeiro. Contém relatório do tesoureiro e as providencias que tomou”. PT/AHM/DIV-2-01-01.

¹¹⁶ “Ordenanças Militares: Regimento para o Exército eftiver em campanha, ou quando fe achar aquartelado em algumas Praças, Villas, e lugares defte Reino, e do de Castela / D. João V”.

conclusão, ficarem sem castigo ou com execução tardia ao ponto que não fazia mais nenhuma “impressão ao soldado”. A solução era que o delinquente fosse “logo preso” e imediatamente sargento-mor ou ajudante dessa parte ao governador das armas e auditor geral do exército, informando sobre o delito, nome do soldado e seu lugar de proveniência.¹¹⁷

A experiência colonial assentou nesse período os limites entre a lei e a permissão dos diversos regimentos e alvarás sobre a militarização no reino e nas conquistas. A militarização na capitania do Grão-Pará, por exemplo, na primeira metade do século XVIII, se fez em muitos casos à revelia destes infundáveis regulamentos. Isso ocorria até mesmo pela falta de ciência das atribuições.

Assim se verifica, no próprio texto da lei, em que se destaca que se tratava de documentos que buscassem dar “melhor inteligência deles e evitar dúvidas”, como se verifica na *Resolução sobre as declarações de vários capítulos do novo regimento militar* de 1710.¹¹⁸ Da mesma forma, em 1738, no *Decreto para fazer cessar as dúvidas que havia entre Governadores das Praças e Oficiais de sua Tropa, sobre a inteligência dos dois capítulos 63 e 76 das Ordenanças*, verifica-se essa tentativa de dar ciência dos regulamentos militares instituídos no reinado de D. João V.¹¹⁹

Portanto, há clara evidência de que, desde que iniciadas as políticas sistemáticas de defesa em 1623, não houve tempo suficiente para o aprendizado de tantas determinações e normativas. Se no reino havia muitos problemas de entendimento da jurisdição, da constituição dos corpos militares, dos postos, dos privilégios, das isenções e do recrutamento, para as distantes áreas coloniais isto tornava-se ainda mais problemático.

Essas áreas tornaram-se um verdadeiro “laboratório” para a implementação destes regulamentos. O limite dessas legislações era a necessidade de efetivar a defesa sem recursos humanos e financeiros, como bem constatou o padre Vieira, “e que dinheiro, e gente é que temos?” Nesse primeiro momento, a militarização exigiu maior adequação e flexibilização das suas forças às condições locais. Isso explica o recrutamento

¹¹⁷ *Idem*.

¹¹⁸ “Ordenanças Militares: Regimento para o Exército efetivar em campanha, ou quando fe achar aquartelado em algumas Praças, Villas, e lugares deste Reino, e do de Castela / D. João V”.

¹¹⁹ “Decreto para fazer cessar as dúvidas que havia entre Governadores das Praças e Oficiais de sua Tropa, sobre a inteligência dos dois capítulos 63 e 76 das Ordenanças” p. 34-35.

compulsório e indiscriminado nas conquistas,¹²⁰ a incorporação no sistema defensivo de moradores das vilas, da aceitação de tropas formadas por negros e mulatos,¹²¹ da incorporação e aliança com indígena,¹²² pela presença de ciganos e degredados nas companhias militares, ou ainda ao recrutamento de vadios e vagabundos obrigados a servir nas tropas regulares.¹²³

Essa condição será amplamente combatida na segunda metade do século XVIII, em que se buscava profissionalizar e disciplinar os militares, a partir de um processo, como destacou Francis Albert Cotta, de potencialização da ideia de um *espírito militar*.¹²⁴ As companhias nesse contexto eram vistas como indisciplinadas, com soldados e oficiais ignorantes na arte militar. Essa perspectiva está presente no texto de diversas leis, alvarás e regimentos publicados a partir de 1754, refletindo o alinhamento com a arte de guerra francesa, considerada uma das mais avançadas da época. A contratação do Conde de Lippe expressa bem essa característica, que veio se delineando desde a Guerra da Restauração com o apoio do marechal Friederich Hermann Von Schomberg, o conde de Schomberg.

O Conde de Lippe foi o responsável por adequar os exércitos lusos ao profissionalismo exigido pela arte de guerra moderna. Essa terceira e última fase que chamo de *disciplinar/pedagógica* caracteriza-se pela centralidade no profissionalismo do soldado. A construção dessa percepção que está associada ao ensino e a formação. Ora, simultâneo a esse movimento de disciplinarização do militar, verifica-se o discurso sobre a qualidade dos sujeitos que integram as companhias e, postos mais elevados na hierarquia militar. Desse terceiro momento foi possível sistematizar os seguintes documentos, organizados na tabela abaixo.

¹²⁰ PEREGALI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil Colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

¹²¹ SILVA, Luís Geraldo. “Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, nos séculos XVII e XVIII”. *Revista de História*. São Paulo, n. 169, pp. 11-144, jul/dez 2013.

¹²² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2010.

¹²³ AMADO, Janaína. “Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial”. *História, Ciência, Saúde- Manguinhos*. Vol.6, pp. 813-832, Setembro, 2000.

¹²⁴ COTTA, Francis Albert. “A fabricação do soldado português no século XVIII”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 50.

Quadro 3. Regimentos e Alvarás – terceira fase da reforma militar (1754-1799)

Ano	Documento
1754	Regimento dos Majores dos corpos e dos capitães ¹²⁵
1757	Alvará sobre os Cadetes ¹²⁶
1758	Alvará dos Privilégios ¹²⁷
1762	Regimento dos Oficiais Gerais em Geral ¹²⁸
1762	Lei sobre jurisdição os oficiais de menor patente e os mais graduados ¹²⁹
1763	Alvará que autoriza as Instruções Gerais ¹³⁰
1763	Alvará sobre os Auditores Gerais da Gente de Guerra ¹³¹
1763	Alvará que institui Livros de Registros para cada Regimento de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Marinha ¹³²
1763	Regulamento sobre os Auditores ¹³³
1763	Alvará sobre Artilharia ¹³⁴
1763	Plano que sua Majestade manda seguir e observar no estabelecimento, Estudos e Exercícios das Aulas dos Regimentos de Artilharia ¹³⁵
1763	Alvará dos Uniformes em Geral ¹³⁶
1764	Carta Régia que autoriza as Ordens do M.G. Lippe ¹³⁷
1764	Alvará sobre o Regulamento dos Auditores ¹³⁸
1764	Sobre o Armamento ¹³⁹
1764	Alvará de como se deve fazer Recrutamento ¹⁴⁰
1765	Alvará sobre Desertores ¹⁴¹
1770	Alvará perpétuo de sucessão de Vice-Reis, Governadores e Capitães Gerais do Estado do Brasil, Pará, Reino de Angola e Ilhas Adjacentes a este reino ¹⁴²
1790	Estatutos da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho ¹⁴³
1799	Sobre Militares que vão servir nos domínios Ultramarinos ¹⁴⁴

¹²⁵ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.88-108.

¹²⁶ *Idem*, p. 113-117.

¹²⁷ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo I, pp.408-409.

¹²⁸ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, p.29-32.

¹²⁹ *Idem*, pp.35-36.

¹³⁰ *Idem*, p.252-255.

¹³¹ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo I, pp.410-421.

¹³² COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.77-82.

¹³³ *Idem*, pp.119-120.

¹³⁴ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo I, pp. 51-52.

¹³⁵ *Idem*, pp. 53-56.

¹³⁶ *Idem*, pp.104-107.

¹³⁷ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.256-257.

¹³⁸ *Idem*, pp.119-121.

¹³⁹ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo I, pp.141-143.

¹⁴⁰ “Alvará de como se deve fazer o Recrutamento”, 1764 AHM. Div/3/3- Caixa: 39, Doc.91

¹⁴¹ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, p.142-147.

¹⁴² *Idem*, p. 197-199.

¹⁴³ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.186-195.

¹⁴⁴ *Idem*, pp.202-203.

Esse significativo conjunto documental caracteriza-se pela normatização e profissionalização do *ser militar*. A ciência, o profissionalismo, a conduta, o conhecimento e a formação são alguns aspectos introduzidos por Frederico Guilherme Ernesto, o Conde de Lippe, que esteve à frente dessas reformas a partir da década de 1760, cuja atuação foi autorizada por carta régia de 14 de outubro de 1764.¹⁴⁵ Todavia, como destacamos atrás, não se inaugura o militarismo português nesse contexto. Este já vem se desenvolvendo desde a Restauração, com políticas sistemáticas de centralização da responsabilidade de defesa nas mãos do Estado.

Essa reforma de matriz prussiana pode ser verificada principalmente na disciplina. A centralidade na formação do soldado integra um processo definido por Francis Albert Cotta como “revitalização e revalorização do *espírito militar*”. Trata-se da valorização da honra, das virtudes e do sacrifício. A estratégia vincula-se ao conhecimento da ciência da guerra. Conde de Lippe “exortava oficiais que se dedicassem à leitura em horas de descanso”, prática estimulada pelo empréstimo de livros em cada regimento. Essas bases teóricas ressaltavam as qualidades do *ser militar*. Além de introduzir o soldado na arte da guerra, por meio de manuais de conduta e exercícios.¹⁴⁶

Essa preocupação pode ser observada no próprio texto da legislação. No *Regimento dos Oficiais Gerais em Geral*, de 2 de abril de 1762, por exemplo, destaca-se a manutenção da disciplina ao serviço e às ordens dadas.¹⁴⁷ Nessa mesma direção, o *Alvará sobre os Auditores Gerais da Gente de Guerra* exige que haja para cada regimento um “auditor letrado”, instruído não só nos artigos da guerra, como também nas leis civis.¹⁴⁸

Essa exigência fica ainda mais evidente no *Plano (...) para estabelecimento, Estudos e Exercícios das Aulas dos Regimentos de Artilharia* de 15 de julho de 1763.¹⁴⁹ Nele, se determina que nos Regimentos de Artilharia se escolha um oficial para ser lente de aula

¹⁴⁵ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.256-257.

¹⁴⁶ COTTA, Francis Albert. “A fabricação do soldado português no século XVIII”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquista e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de História militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: OIKOS, 2012, p. 47.

¹⁴⁷ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II.

¹⁴⁸ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo I, pp.410-421.

¹⁴⁹ *Idem*, pp. 53-56.

encarregado da “explicação e tradução dos autores, que o mesmo senhor manda seguir nas aulas desta profissão” que são “inalteravelmente”: Monsieur Belidoro e seu curso de matemática; Monsieur du Lacq “para a arte de lançar as bombas”, do capítulo de seu livro “Mecanismo de Artilharia”; Monsieur de Saint Remy para “compreender e praticar todas as diferentes composições de fogos de artifício que serve para a guerra”, assim como operações e manobras de artilharia; Monsieur de La-Valiere para a ciência das minas; Monsieur de Vauban para o conhecimento de engenharia e fortificação presente no seu livro intitulado “*Ataque e defesa das Praças*”.¹⁵⁰

É evidente o alinhamento com o conhecimento de guerra francês que se justifica pelo comando de Conde de Lippe, para o que se recomendava a tradução das obras para a língua portuguesa. Além disso, é importante ressaltar a valorização da profissionalização do militar, para superar o que o texto da lei define como “decadência teórica e prática da artilharia” em todas as partes do reino. Problema que impõe a “indispensável necessidade de conservar com ciência e exercício os corpos”.¹⁵¹

Essa percepção também pode ser verificada nos *Estatutos da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho*, publicado em 2 de janeiro de 1790, em que se regula o curso de fortificação, engenharia e desenho, definindo-se, dentre muitos aspectos, os professores, os exercícios práticos, o tempo das aulas e o que deve ser ensinado.¹⁵² É evidente, portanto, que esse terceiro momento buscava tornar o militar um profissional dotado de conhecimento sobre a guerra, ou seja, manter um exército permanente e sempre exercitado.

É importante destacar o impacto social dessas políticas de militarização. Pelo volume de determinações que se complementam, se anulam e se sobrepõem pode-se conjecturar as problemáticas ensejadas no reino e nas conquistas. O recrutamento compulsório e indiscriminado de toda sorte de gente provocou mobilidade involuntária, ressignificou famílias, desarticulou a lavoura familiar e grupos indígenas. A força coercitiva embalou conflitos, guerras, resistências. A prestação de serviço militar à Coroa reelaborou os

¹⁵⁰ “Plano que sua Majestade manda seguir e observar no estabelecimento, Estudos e Exercícios das Aulas dos Regimentos de Artilharia” 15 de julho de 1763. In: COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo I, pp. 53-56.

¹⁵¹ Lei II- sobre a conservação da Ciência e exercício dos corpos. In: COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo I, p. 57.

¹⁵² COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.186-195.

códigos de nobreza, de distinção social e privilégios nas conquistas. Esses mesmos códigos foram interpretados por sujeitos-chaves, como as lideranças indígenas que os utilizaram para seus próprios interesses.

Aqui não é intenção esmiuçar todas as peculiaridades desse conjunto normativo sobre a questão militar, embora ele seja acionado sempre que necessário ao longo da tese como contraponto às experiências e dinâmicas defensivas do norte da América portuguesa. Por outro lado a sistematização dessa legislação é importante para que possamos compreender o esforço da Coroa portuguesa em tornar-se militarmente forte, capaz de defender seus domínios.

Todavia, esse não é o único aspecto, há ainda uma renovação institucional responsável por atender às demandas desses processos. Podemos citar aqui os mais significativos organismos que estiveram no centro das modificações militares do reino e conquista, são eles o *Conselho de Guerra* (1641), o *Governo das Armas*, a *Junta dos Três Estados* (1641) e a *Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra* (1737).

3. Inovações Institucionais

Pelo Regimento de 22 de dezembro de 1643, se estabelece as normas e atribuições do Conselho de Guerra, criado em 11 de dezembro de 1641. A distância de dois anos que separa a criação do Conselho e o seu regulamento evidencia a emergência que as ações de guerra demandavam a Portugal. Como se observa, constituiu-se a composição institucional antes de seu regulamento.

Essa instituição seria responsável por subsidiar a reforma das forças militares, mas principalmente consultar sobre os mais diversos assuntos da guerra. Dentre as muitas atribuições, destacam-se a consulta de “todos os postos e cargos da guerra, de capitães até capitães generais e governadores e Capitães-Mores das praças do Reino e suas Conquistas, e o Exército, ou Exército de mar e terra”. Além disso, estariam a seu encargo as “conduções de vitualhas, munições e petrechos, e levas de gente, fortificações de lugares, ou desmantelai-os, mover Exército, as ordens, Regimento de cargos superiores, e as coisas que de novo se ofereçam”.¹⁵³

¹⁵³ Regimento do Conselho de Guerra, 1643. *Biblioteca do Exército Português*, Lisboa-Portugal.

Fernando Dores Costa explica que a criação do Conselho de Guerra era coerente com o padrão de governo da época regido por sistema de conselhos. Organicamente, trata-se de um conselho sem presidente, pois esta posição era ocupada pelo próprio rei, embora ausente. Os conselheiros, portanto, consultavam e encaminhavam questões ao rei que deliberava sobre os assuntos da guerra. Tratava-se, principalmente, de uma política urgente para elaboração de uma “superestrutura militar”.¹⁵⁴

O Conselho de Guerra, nesse sentido, foi uma instituição importante para a transição militar de Portugal. As inúmeras demandas do Conselho eram deliberadas em reuniões.¹⁵⁵ Os conselheiros eram formados pelos conselheiros de Estado e os conselheiros da guerra, além de assessores. Esses conselheiros eram nomeados pelo Rei, conforme consta no texto do seu regimento, dentre “as pessoas, de cujas qualidades e suficiência tive maior confiança”. Além destes, um assessor, um promotor de justiça e um secretário.¹⁵⁶

Dores Costa caracteriza o “Conselho de Guerra pela sua proximidade do Conselho de Estado, órgão máximo da administração neste período, sede e sinal do domínio político e social de uma primeira nobreza de Corte”.¹⁵⁷ Os conselheiros de Estado não participavam de todas as reuniões ordinárias. Todavia, em ocasião crítica de guerra esses faziam-se presentes, em uma espécie de reunião conjunta dos conselhos de Estado e de Guerra, como por exemplo na Guerra da Restauração.

A cada três meses, o Conselho de Guerra deveria tomar ciência do estado das fortificações do reino. Estava a cargo do Conselho também a providência da logística militar, como por exemplo, a “averiguação dos hospitais e alojamentos militares, além das casas de Fundições e oficinas para fabricação das armas de artilharia e munições”. Além de ser responsável por despachar “correios com avisos, por mar e terra”, mandar

¹⁵⁴ COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração (1641-1668)*. Temas de História de Portugal: Livros Horizonte, 2014, P.25.

¹⁵⁵ As reuniões eram diárias, exceto em dias santos. Ocorriam das 10h às 11h da manhã por meio de votação. Os despachos seguiam a seguinte ordem: primeiro momento era destinado para as consultas e a leitura das que foram respondidas; em seguida o conselho se dedicava as respostas aos governadores e fronteiros, e por último a petição das partes. Esta ordem poderia ser alterada se por ventura houvesse assunto de maior importância. *Regimento do Conselho de Guerra*, 1643.

¹⁵⁶ Regimento do Conselho de Guerra, 1643. Biblioteca do Exército Português, Lisboa-Portugal.

¹⁵⁷ COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração (1641-1668)*, p. 25.

comissários, nomear engenheiros e capitães de gastadores e ministros, e responder as cartas ordinárias.¹⁵⁸

Nas áreas coloniais, esta atribuição esteve vinculada às competências dos governadores, responsáveis por encaminhar esses dados sobre o estado defensivo das capitanias sobre sua jurisdição. A relação entre o Conselho de Guerra e a administração do Estado vincula-se nas áreas coloniais à figura dos governadores.

No *Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará*, de 14 de abril de 1655, por exemplo, destacava-se que os governadores deveriam “saber da gente de guerra que dispõe a conquista, dos que recebem soldo e os que servem sem ele”. Além do lugar onde os soldados estão alojados, e o “estado em que estão todas as coisas de guerra”, assim como, “as armas, artilharia, pólvora e munições que há em toda a conquista”. Mais ainda, deveria informar “os procedimentos, forças e comércio de todos” e de tudo se fará relação autêntica, muito particular e distinta com todas as declarações.¹⁵⁹

Para disposição dessas informações, o regimento previa livros para assentamento de todas as capitanias declarando as que eram da Coroa, e as que eram de donatários (capitanias de Cameté, Caeté e Tapuitapera, àquela altura). Além disso, deveria informar as fortalezas e fortes existentes, assim como artilharia, o número de pessoas e nome de cada uma. Assim como armas e munições que nela e nos seus armazéns houvesse e gente que tinha das ordenanças e os oficiais e ministros.

Essa regularidade e sistematização de informação, até pelo menos, 1763 só existiu no regimento. Listas e mapas da gente militar da capitania do Pará sistematizados da forma como prevê a legislação são inexistentes. Essas informações existem para o período anterior bastante fragmentadas, conforme veremos no capítulo 2. Somente a partir de 1763, pelo *Alvará que institui Livros de Registros para cada Regimento de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Marinha*, é que essas informações passam a ter regularidade de registro, por meio de “um padrão certo, fixo e inalterável”.¹⁶⁰ Por essa razão, mapear

¹⁵⁸ Regimento do Conselho de Guerra, 1643.

¹⁵⁹ “Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará”. Lisboa, 14 de abril de 1655, *APEP*, Códice 01; D. 1

¹⁶⁰ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.77-82.

informações sobre companhias militares para o período anterior a esse Alvará requer um esforço de coleta de informações pulverizadas em diversos documentos.

O Regimento do Conselho de Guerra inclui a ciência de todos esses assuntos relacionados à militarização. Além de agregar a atribuição da fiscalização, pois era também responsável por averiguar o cumprimento da função dos cargos militares, a observância dos regimentos e do pagamento da gente de guerra, e irregularidades. Foi também a instituição que consultava sobre delitos militares cometidos por generais e mestres de campo. Por esta atribuição, havia um ministro letrado como o título de “juiz assessor” do Conselho, com jurisdição e autoridade, sendo possível um Desembargador do Paço.¹⁶¹ Todavia, nos lugares onde houvesse soldados pagos, “servirão de auditores os juizes de fora, e não havendo juizes de fora, os corregedores, ou quem seus cargos servir”.¹⁶²

Há, portanto, uma tentativa de centralizar a questão militar, regular as atribuições, e, principalmente, tornar mais efetivas as consultas sobre a guerra. Ou seja, *institucionalizar as decisões*. Esse foi um passo importante, considerando que o ambiente da Guerra da Restauração exigia muito mais esforços. Por outro lado, chama a atenção as diversas atribuições do Conselho, o que parece ser sintomático de um sistema constituído na urgência da guerra; o seu regimento – por se constituir o regulamento da prática – parece transparecer os esforços do Conselho em conciliar sob sua jurisdição todos os assuntos militares.

Ainda neste quadro de mudanças institucionais, Dores Costa destaca a criação do Governo das Armas e da Junta dos Três Estados como aparelhos administrativos. O primeiro constituído por dirigentes militares, notadamente capitães-mores. Constituía uma instância de decisão, como braço importante nos assuntos de guerra, responsável

¹⁶¹ Regimento do Conselho de Guerra, 1643.

¹⁶² Nas ocasiões de desobediências e culpas militares, “terão os capitães mores, e governadores das armas, com cada um dos ditos auditores, a jurisdição necessária, para a prisão e castigo, sumariamente como o caso pedir; e nos motins, rebelião, traição, e casos semelhantes, que não sofrerem delação, o Governador das Armas, com o Auditor e outro Julgador, Provedor, outro mais próximo, terão alçada, até morte natural inclusive, se o crime não sofrer delação, salvo nos fidalgos, e capitães, de que me dará conta, mandando-os trazer presos, com a qualidade que o caso pedir”. *Regimento do Conselho de Guerra*.

por dar conta da situação de guerra e mesmo, tomar decisões em momentos críticos. O seu Regimento só foi publicado em 1676.¹⁶³

A Junta dos Três Estados constitui de uma instância de decisão surgida no contexto de guerra, “composta por indivíduos eleitos ou designados como representantes dos três estados representados em Cortes, a nobreza, o estado eclesiástico e o estado dos povos”. Este organismo era responsável por “superintender na cobrança e gestão dos tributos oferecidos em Cortes para a guerra”. Além disso, à Junta “era dada jurisdição exclusiva sobre todos os litígios relativo aos tais novos tributos”.¹⁶⁴

Trata-se também de uma instituição importante na consolidação e reinstituição do “rei natural”. Nos capítulos gerais apresentados nas Cortes celebradas em Lisboa com os três estados, em 28 de janeiro de 1641, consta no capítulo II essa legitimidade, afirmando-se “que nunca jamais o possa herdar rei algum, nem príncipe estrangeiro; de maneira que o rei que houver de ser deste reino de Portugal seja natural e português legítimo nascido no reino, com obrigação de morar e assistir nele pessoalmente”.¹⁶⁵

A preocupação com essa legitimação dava-se também no âmbito dos postos militares, já que no documento consta que se tenha “os artilheiros mestres, que estejam com eles nas fortalezas” e “bons oficiais porque muita falta deles há, e porque não seja necessário valermo-nos dos estrangeiros que não guardam a fidelidade de convém”¹⁶⁶. Nesse termo, aponta-se para necessidade de formação dos exércitos nacionais, o que se constituiu em 1640.

Pelo Alvará de 28 de julho de 1737, institui-se a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra uma instituição ligada à militarização em Portugal. Essa secretaria não extinguiu o Conselho de Guerra, mas tornou as questões menos centralizadas. Sua criação fez parte de um conjunto de reformas administrativas realizadas por D. João V, devido à sobrecarga do sistema burocrático e à demora nos despachos.

¹⁶³ COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração (1641-1668)*, p.27.

¹⁶⁴ *Idem*, p. 27.

¹⁶⁵ “Capítulos Gerais apresentados a El Rey D. João nosso senhor IIII deste nome XIII. Rey de Portugal, nas Cortes celebradas em Lisboa com os três Estados em 28 de janeiro de 1641. Com as suas respostas de 12 de setembro do ano de 1642”. Por Paulo Craesbeeck, 1645. Biblioteca Nacional de Portugal.

¹⁶⁶ *Idem*.

Dentre as atribuições da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra estavam as “negociações diplomáticas com as cortes estrangeiras, a nomeação dos diplomatas, a emissão de instruções, avisos, e ordens de resposta aos seus ofícios, o pagamento dos seus salários”. Além disso, era sua atribuição a “redação da documentação como tratados (de paz, guerra, casamento, aliança e comércio) e cartas para os monarcas das Cortes estrangeiras”. Soma-se a tudo isso, os negócios da guerra, “todos os assuntos em tempo de guerra e em tempo de paz respeitantes ao corpo militar das tropas, contadoria geral da guerra, vedorias, hospitais, fortificações, assentos e armazéns das munições de guerra”. E, ainda, “a nomeação dos oficiais para postos militares, emissão de ordenanças e regimentos militares e ordens em tempo de guerra”. A reforma de desobstrução burocrática incluía também o recebimento das “consultas do Conselho da Guerra e a correspondência dos generais e oficiais de guerra”.¹⁶⁷

Essas quatro instituições estiveram estritamente relacionadas às questões de guerra. O *Conselho de Guerra* (1641), o *Governo das Armas* e a *Junta dos Três Estados* (1641) e a *Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra* (1737) são exemplos nítidos da importância da militarização para a consolidação geopolítica e defesa no reino e nos territórios coloniais.

Portanto, as mudanças estruturais de ordem normativa e institucional não estão apenas na segunda metade do século XVIII, com as reformas do Conde de Lippe de 1764. Antes, compõe parte de um processo que se inicia na afirmação bragantina ao trono de Portugal. A análise da defesa centralizada nesse período não permite compreender o longo processo de transição da militarização do reino, que inclui afirmação de um lugar geopolítica internacional.

É, a partir dessas mudanças que se verificam estratégias mais sistemáticas de defesa, no reino e nas áreas coloniais. Os regimentos dos governadores são exemplares nesse sentido. Ora, é possível notar-se dois caminhos para a administração defensiva: primeiro o conhecimento da situação militar de cada capitania; e, segundo, pelas atribuições que agregavam à figura do governador a dupla função de governar e de defender, não sem razão tinha a patente de governador e capitão general.

¹⁶⁷ KOROBTCHENKO, Júlia Platonovna. “Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A Instituição, os Instrumentos e os Homens (1736-1756)”. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa. *Faculdade de Letras: Departamento de História*. 2011.

Para além dos regimentos dos governadores, a reforma iniciada em 1640 gerou um aparelho burocrático, alimentado pelos assuntos de guerra de diversas partes do império português. Isso possibilitou, também, a busca de soluções para a defesa que tinha como percepção não somente o local, mas uma complexa referência do global. Essa leitura de império, possibilitada pelas notícias que chegavam das diversas partes da conquista, e centralizadas nos conselhos e secretarias reais, foi importantíssima para a mobilização de gente, por exemplo para povoamento e para defesa para o dilatado território colonial.

Conclusão

A simbiose entre poder político e poder militar foi a chave interpretativa das transformações militares pelas quais passou Portugal, nos séculos XVII e XVIII. As políticas sistemáticas para regular a defesa do império eram uma condição necessária para manter protegidas as rotas de comércio, o caminho das drogas do sertão (no caso da Amazônia), do açúcar, do ouro e de escravos. Portanto, militarizar-se, ou seja, ter exércitos permanentes, fortalezas em pontos estratégicos, armas modernas foi um caminho imprescindível para a expansão territorial e geopolítica do império português.

As fragilidades apresentadas pelos correspondentes da administração do império, até a primeira metade do século XVIII, tornaram a integração nas companhias militares menos rigorosa, do ponto de vista da qualidade, experiência e proveniência étnica. A qualidade dos soldados não era uma questão central, embora nesse contexto seja comum as queixas de militares e governadores sobre a falta de profissionalismo dos soldados. A falta de gente e de dinheiro, como destacou o padre Vieira, justifica o tipo de guerra referida por Fernão Teles e Álvaro de Souza, composta “*de todas as nações, e sorte de gente*”.

A integração de nativos nas forças militares foi uma estratégia encontrada para garantir a defesa das áreas coloniais, com recursos limitados de gente e dinheiro. Por outro lado, a sistematização de Regimentos, Decretos e Alvarás de 1623 até 1799, permite perceber que, desde a constituição das companhias regulares (1640), até a busca pela profissionalização do militar, a partir de 1760, é possível verificar três etapas de um mesmo processo de transição militar de Portugal, que se justifica pela premente afirmação geopolítica na Europa e nos territórios ultramarinos.

Portanto, há um nexos orgânico entre poder político e poder militar. A conjuntura Guerra da Restauração e afirmação bragantina ao trono exemplifica essa relação. É sobre essa base jurídica e institucional que D. João V buscará acertar as arestas da militarização, questão que perdurou até a segunda metade do século XVIII, período em que se buscou qualificar e aperfeiçoar as técnicas e o conhecimento da guerra.

Esse exercício interpretativo corrobora com o argumento de que a militarização em Portugal é impulsionada pelo ambiente de afirmação internacional no século XVII, mas, sobretudo, pelas enormes mudanças no campo da militarização e guerra na Europa verificadas a partir do século XV. Um processo, caracterizado por Michel Roberts de *Revolução Militar*, pela introdução e impacto da tecnologia da arma de fogo, no organismo militar e na relação com a sociedade.¹⁶⁸

Essa perspectiva, como explica António Manuel Hespanha, foi ancorada na experiência militar Sueca, notadamente, na participação da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).¹⁶⁹ Interpretação que mais tarde, foi revisada por Geoffrey Parker, sobretudo, no que diz respeito ao lugar do militarismo Espanhol nesse processo. Parker ressalta as “diversas facetas” da *Revolução Militar*, como por exemplo, do “aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da artilharia do século XV”, e as inovações dos exércitos espanhóis no uso da artilharia, e na construção da arquitetura militar.¹⁷⁰

Essas mudanças foram também a engrenagem que possibilitou uma transição militar que se verifica pelo esforço de centralizar as questões de defesa nas mãos do Estado. A lógica que aproxima a força coercitiva do poder político é mediada pela imposição e subjugação. Pelas práticas de violência e manutenção de espaço de interesse. Ora, na sistemática política de militarização de Portugal nos séculos XVII e XVIII, as narrativas sobre o poder dos exércitos de Castela, da eficiência inglesa e da potente armada holandesa trazem intrinsecamente a percepção do seu poder de imposição e dominação.

É necessário lembrar o poder das armas e do Estado militarizado. O capítulo que segue trata exatamente dessa compreensão. Como Portugal efetivou sua militarização

¹⁶⁸ ROBERTS, Michael. *The military Revolution., 1560-1660*. Belfast: Queen’s College, 1956.

¹⁶⁹ HESPANHA, Antonio Manuel. “Introdução”. BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org). *Nova História Militar de Portugal*. p.9.

¹⁷⁰ PARKER, Geoffrey. *La Revolución Militar. Las innovaciones militares y el apogeo de Occidente 1500-1800*. Traducción castellana de Alberto Piris. Editorial: Crítica, Barcelona, 1990, p.47.

no norte da América portuguesa? De que forças dispunha a capitania do Grão-Pará no século XVIII? Quais foram os sujeitos desse processo?

Outro aspecto que merece ser destacado é que o aprendizado dessas inúmeras mudanças que tratamos neste capítulo era problemático principalmente nos espaços coloniais. A experiência da administração sem gente e sem recursos tornou o alinhamento entre a lei e a prática algo problemático, até mesmo pela falta de ciência de infundáveis regulamentos. Foi o que aconteceu com Manoel de Sousa D'Eça capitão do presidio do Grão-Pará, que, em 1623, desconhecia as obrigações do seu posto, razão pela qual solicitava o regimento particular para melhor compreender suas atribuições.¹⁷¹

¹⁷¹ Requerimento de Manuel de Sousa Eça capitão do presídio do Grão-Pará ao rei, 13 de janeiro de 1623. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx1, D. 23.

Capítulo 2

“E, que gente é que temos?”. Companhias militares e soldados pagos no norte da América portuguesa

E, que gente é que temos? (Vieira, 1648)

Em 1623, Manoel de Sousa D’Eça ocupava o posto de capitão do presídio do Grão-Pará. Pela legislação vigente era responsável por manter as companhias bem treinadas e na disciplina. Além de conhecer os soldados sob seu comando, comparecer nas mostras militares,¹ e atender a todas as diligências que a capitania necessitasse, em cumprimento das ordens do governador e da Coroa. O fato é que, em um requerimento, Manoel de Sousa D’Eça alegava desconhecer as obrigações do seu posto, razão pela qual solicitava o regimento particular para compreender suas atribuições. Na ocasião, também pediu gente e munições.²

Um capitão que não tem ciência da atribuição do posto que ocupa é sintomático de um desajuste entre as proposições presentes nas normas e legislações militares, com as práticas ocorridas na colônia. Os limites e implicações do corpo legislativo militar para o Pará, nos séculos XVII e XVIII, constituem uma questão que nos ocuparemos ao longo deste capítulo, confrontando as informações previstas nos regimentos com os

¹ As mostras estão previstas e descritas em detalhe no Regimento de fronteiras de 1645, especificamente nos artigos 30 a 45. Trata-se de uma ferramenta de controle da gente paga. Uma vez ao mês todos os soldados deveriam comparecer em determinado local para receber o soldo e se apresentar. Conforme destaca-se no regimento “*as mostras se fazem não só pagar aos soldados com boa ordem, e sem engano, mas para se tomar notícia de como está armada e aparelhada*” as companhias. Nas mostras o vedor geral deverá estar presente, e na sua ausência o comissário. Devem comparecer também o contador e pagador geral. Além desses, os oficiais *mestre de campo; ou pelo menos o sargento mor assistirá à mostra de seu terço para a infantaria e para a cavalaria o tenente general, ou ao menos o comissário geral porque tem mais razão de conhecer os seus soldados (...) e da mesma maneira cada capitão assistirá a mostra de sua companhia porque também conheça os soldados*. A presença dos oficiais é necessária para que eles possam reconhecer seus soldados, e impedir que um passe mostra pelo outro, crime punido com prisão. É considerado desertor aquele soldado que houver faltado a três mostras consecutivas. São a partir dessas mostras que elaboravam as listas e mapas das companhias militares. “Regimento das fronteiras”, 1645. PT-AHM.

² Requerimento de Manuel de Sousa Eça capitão do presídio do Grão-Pará ao rei, 13 de janeiro de 1623. AHU, Avulsos do Pará, Cx1, D. 23.

relatos sobre a militarização da capitania. Além disso, apresenta-se o quadro defensivo que Portugal dispunha para a defesa das capitanias do Pará e do Maranhão. Trata-se da sistematização quantitativa dos dados e companhias de infantaria e artilharia existentes nessa parte da conquista.

Nesse período, as informações estão fragmentadas em diversos arquivos e fontes e não há regularidade no registro dos dados, embora essa fosse uma atribuição do governador do Estado prevista, desde 1655, no “Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará”. De acordo com o regimento, eles deveriam informar, todos os anos, ao rei sobre situação militar das capitanias por meio de mapas e listas contendo número de soldados, companhias e fortalezas.³ Esse controle estava também previsto no “Regimento de Fronteiras”, de 1645.⁴

Na prática administrativa do Estado do Maranhão, até 1750, essas listas e mapas só foram produzidas com mais regularidade nas décadas de 1730 e 1740, embora não houvesse um padrão nas informações. Basta lembrar que a sistematização desses dados só foi instituída em 1763 pelo *Alvará que institui Livros de Registros para cada Regimento de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Marinha*.⁵ Portanto, quantificar dados sobre soldados e companhias para o período anterior requer maior investimento de pesquisa, pois estes encontram-se pulverizados na documentação. Além do levantamento quantitativo das companhias existentes, neste capítulo busca-se verificar as atividades e distribuição de soldados e oficiais nas capitanias.

Esse enquadramento importa para o argumento de que há uma fragilidade defensiva no Estado do Maranhão, verificada na insuficiência numérica das forças oficiais para diligências em tão vasto território. É possível fazer essa afirmação pela descrição de precariedade que governadores e militares retratam com relação aos quadros defensivos das capitanias. Ao que parece, o desconhecimento do capitão Sousa D’Eça sobre sua atribuição não é um caso isolado. As significativas reformulações militares pelas quais passou o reino, entre 1620 e 1700, como vimos anteriormente, provocaram enormes dúvidas quanto à jurisdição da gente que vinha ou estava na conquista ocupando postos do oficialato, inclusive queixas de manipulação em prol de interesses particulares, notadamente dos governadores.

³ “Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará”. Lisboa, 14 de abril de 1655, *APEP*, Códice 01; D. 1.

⁴ “Regimento das fronteiras”, 1645. PT-AHM.

⁵ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*, Tomo II, pp.77-82.

O arranjo administrativo previsto no Regimento dos governadores do Pará, em 1655, coincide com um momento de grandes transformações militares no reino. Por outro lado, a experiência colonial significou um campo aberto para o exercício do poder, das relações de interesse e favorecimento. Oficiais provenientes de diversas partes do império, a partir das atividades militares, consolidavam acúmulos de postos, inseriam-se no comércio e recebiam sesmarias, isso explica em grande parte, os conflitos e interesses em torno desses postos, questões que serão tratadas no 5 capítulo.

Por outro lado, a presença portuguesa na região do Grão-Pará, no século XVII foi marcada por desafios de toda ordem. Conflitos e disputas com ingleses, franceses, espanhóis e holandeses e guerras com os grupos indígenas exigiam ações de defesa mais sistemáticas dos administradores coloniais, que conviviam com falta de gente e recursos para o estabelecimento de guarnições e pontos estratégicos de defesa. É importante lembrar que a Guerra da Restauração exauria as capacidades militares no reino, que mal conseguia fazer frente às investidas aos ataques a suas fronteiras domésticas. Esses aspectos implicaram na efetividade de constituição de companhias militares na capitania do Pará.

A administração dos governadores está condicionada ao aparato disponível para sua defesa do Estado sob sua jurisdição. Não sem razão a empresa colonial também é militar. Há, portanto, uma relação intrínseca entre aparato administrativo e de defesa. Os regimentos dos governadores trazem essa atribuição defensiva paralela à administração. Isso ocorre porque um governador deveria dispor de gente para conter os grupos de índios rebeldes, vigiar as fronteiras, formar tropas aos sertões e guarnecer fortalezas do Estado.

No século XVII e XVIII, a militarização tem um espaço importantíssimo para a definição da força política dos estados. Ora, assegurar o território implica ter condições de defendê-lo. Isso talvez explique a permanência de um discurso crítico e lastimoso da situação militar do Estado, embora claro, não se tratasse somente de discurso, conforme vamos verificar a partir de três aspectos: as companhias regulares, para qual se sistematiza dados e relatos de militares e governadores sua composição no Estado; as companhias de ordenanças estabelecendo as problemáticas em torno da constituição, sobretudo, com a relação que essa força estabelece com o povoamento; e das companhias auxiliares para a qual se problematiza a constituição na capitania do Pará.

O objetivo é mapear as forças legais disponíveis para a defesa da capitania. Essa tarefa é importante, para que possamos nesses quadros perceber com mais clareza os limites desses elementos do militarismo Europeu para a experiência defensiva da região.

Embora, aqui a análise incorra sobre as três forças, a maior atenção é dada as companhias regulares e auxiliares dado ao atrelamento legal que estas têm às atividades de defesa.

1. As Companhias Regulares

As companhias regulares ou tropas de linha foram criadas em Portugal em 1640. Considerando a distância temporal entre a constituição das ordenanças sebásticas de 1570 e a tropa regular, pode-se afirmar que o exército “profissional” português foi tardio. É importante destacar que a necessidade de constituição de um corpo defensivo formado por súditos do rei revelou-se, no contexto da Guerra de Restauração, urgente e necessário.

Nelas, serviam os soldados permanentes, que recebiam soldo pela atuação nas tropas e teoricamente não deveriam se dedicar a nenhum outro ofício, senão o da defesa. Esse escalão se organizava em terços e companhias comandadas por “fidalgos de nomeação real”, que seria mantido pela receita da Fazenda real.⁶ Essas companhias formaram a força responsável por acudir às fronteiras, fazer a guerra, vigilância e tudo o mais que fosse interesse da Coroa portuguesa, seja no reino ou nas conquistas. Organizava-se em cavalaria, infantaria e artilharia.

De acordo com Carlos Selvagem a infantaria constituía-se em *terços* de 2.000 homens, divididos em dez companhias de 200 homens cada. “Cada terço era comandado por um mestre de campo (coronel), e as companhias comanadas por capitães e enquadradas pelos seus oficiais e graduados (alferes, sargentos e cabos de esquadras)”.⁷

Os terços buscavam agregar um número considerável de soldados. Esse número significativo de gente exigiu estratégias de recrutamento mais sistemático. Nas conquistas, como por exemplo na capitania do Grão-Pará, o recrutamento compulsório foi um mecanismo estruturante da formação das companhias regulares, assim como a política do degredo e incorporação nativa, assunto que será tratado no quarto capítulo deste trabalho.

⁶ COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no império lusitano*, pp. 17-18.

⁷ SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar: compêndio de história militar e naval de Portugal*. p.386

A formação de tropas nas capitânicas do Pará e Maranhão jamais alcançou os números para manutenção de terços de 2.000 homens como previa o regimento. A defesa desses espaços sempre foi um problema retratado em inúmeras correspondências trocadas entre governadores e o reino. O provimento dessas companhias também exigiu enormes esforços da Coroa, que mantinha ações complexas de mobilização de gente para a operacionalização da defesa do Estado.

As formas de recrutamento para essas companhias foram definidas no *Regimento de Fronteiras* de 1645, documento importante para a compreensão das ações de recrutamento, da jurisdição dos postos na hierarquia militar e da própria organização da força.⁸ Além disso, nas colônias, o governador tinha função central para constituição da companhia regular. Era responsável pelo recrutamento e levantamento da gente de guerra, além da distribuição dos soldados nas diligências.

Essa atribuição estava prevista no regimento dos governadores gerais. Em 1548, com a instituição do governo-geral, a Coroa elaborou as primeiras normas para organização militar na colônia. No regimento do primeiro governador-geral do Brasil Tomé de Souza, determinava-se que ele deveria, entre vários aspectos, zelar pela segurança da Colônia e do povoamento das novas terras, para o que contava “com armas, gente, artilharia, e munições, e tudo o mais que fosse necessário”.⁹ A gerência da questão militar, também compunha o texto das obrigações no regimento dos governadores do Pará.¹⁰

A militarização nas colônias, portanto, estava estreitamente ligada aos governadores, a quem se atribuía a dupla função: administrativa e das armas e não foram raros os esforços destes agentes coloniais em sistematizar as forças regulares e tornar a defesa mais efetiva. São exemplos de ações que visavam o incremento das tropas: o indiscriminado recrutamento interno de toda gente capaz de servir; a cooperação de forças vindas de outras capitânicas; a imposição do serviço a degredados, vadios e vagabundos; e a complexa rede de mobilização indígena do sertão. As pesquisas apontam para um processo sistêmico de gerência de defesa que integra o reino, a

⁸ Regimento de Fronteira, 1645. *Arquivo Histórico Militar de Portugal- AHM*. DIV/1/2/ caixa 1. Doc. 17

⁹ PUNTONI, Pedro. “A arte da guerra no Brasil”, p. 43.

¹⁰ “Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará”.

América portuguesa e outras partes do império como, por exemplo, as ilhas atlânticas e Angola. Mas, essa é uma questão que nos ocuparemos no capítulo 4.

Tendo em vista que pelas normas vigentes os governadores deveriam fazer mapas e listas das companhias regulares, nesta altura convém apresentar os resultados da busca desses registros. No *Regimento de Fronteiras*, 1645 recomendava-se que estas listas de soldados destacassem “a terra onde cada um é natural, e o nome do pai e os sinais do rosto, e a estatura do corpo, e os mais anos de idade em que se assentou praça”.¹¹ Esse levantamento deveria ser elaborado pelo vedor geral dos exércitos, que tinha no ofício “quatro oficiais de pena e quatro comissários de mostras”, cuja função era realizar as listas da gente de guerra “e de fazer todos os papéis livros que forem necessários”.¹²

Assim, também se destaca no regimento dos governadores do Pará que, como vimos no capítulo anterior, deveriam enviar ao reino todos os anos notícias sobre o quadro defensivo das capitânicas do Estado, com os números de soldados, armas e fortificações.¹³ É graças a essa atribuição que é possível obter alguns dados sobre as companhias regulares no Maranhão e Pará. Considerando a existência dessa prerrogativa legal, a pesquisa buscou encontrar esses dados, objetivando quantificar o número de soldados pagos e de companhias existentes no Estado do Maranhão e Pará no século XVII até 1750.

Os registros encontrados encontram-se dispersos, com informações fragmentárias, com nenhuma regularidade nas informações apresentadas. Alguns trazem dados numéricos e listas nominais de todos os soldados das companhias regulares. Outros, somente o número. De todas as listas verificadas nenhuma contém dados sobre a naturalidade, nome dos pais e idade do soldado. Ou seja, bem distante do que previa o *Regimento de Fronteiras*. Além disso, estão dispersos em diversos arquivos, não se encontram reunidos em nenhum fundo ou série específicos, isso significa um esforço muito maior para sistematização da informação e dados sobre as companhias regulares.

De todo modo, alguns registros foram encontrados em mapas e listas específicos, mas também em cartas trocadas entre militares e governadores com o reino. A sistematização dessas informações possibilita uma leitura mais concreta do quadro

¹¹ Regimento de Fronteira, 1645. *Arquivo Histórico Militar de Portugal- AHM*. DIV/1/2/ caixa 1. Doc. 17.

¹² *Idem*.

¹³ “Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará”.

defensivo do Estado. A tabela a seguir traz alguns dados organizados a partir da leitura desses documentos.

Quadro 4. Gente de paga e de ordenança. Pará e Maranhão (1623-1747)

Ano	Capitania do Pará		Capitania do Maranhão	
	Gente Paga	Ordenança	Gente Paga	Ordenança
1623	150	----	----	----
1646	150	----	----	----
1647	60	110	----	----
1648	----	----	70	----
1692	menos de 20	----	menos de 20	----
1710	322	----	----	----
1711	217	----	----	----
1720	322	570	288	785
1724	287	----	----	----
1726	262	----	----	----
1727	254	----	----	----
1728	259	----	----	----
1729	256	----	----	----
1730	261	492	254	66
1733	247	----	----	----
1736	186	224	----	----
1737	231*	----	221*	----
1739	268	158	205	252
1741	212	----	216	----
1742	224	----	214	----
1744	269	517	189*	905
1746	216*	583	187	905
1747	238	594	176	412

Fonte: AHU, Avulsos do Pará: Cx. 1, D. 28; Cx. 1, D.63; Cx. 1, D. 66; Cx. 3, D. 299; Cx. 5, D. 451; Cx. 6, D. 481; Cx. 8, D. 724; Cx. 9, D. 852; Cx.12, D. 1142; Cx. 9, D. 859; Cx. 10, D. 946; Cx. 11, D. 974; Cx. 11, D. 974; Cx. 12, D. 1141; Cx.17, D. 1632; Cx. 19, D. 1776; Cx.20, D. 1873; Cx. 24, D. 2262; Cx. 25, D.2317; Cx. 27, D. 2580; Cx. 28, D. 2681; Cx. 29, D. 2804. AHU, Avulsos do Maranhão: Cx. 12, D.1215; Cx.25, D. 2605. ANTT, MSLIV/0030, pp. 38v-39

Conforme se verifica no quadro acima, obteve-se mais informações sobre a capitania do Pará. Em muitos casos, no mesmo documento sobre o Pará, vem a expressão “o mesmo se verifica no Maranhão”, mas não apresenta dados. Nesses casos optamos por não registrar na tabela. Outro problema é quando a carta do governador narra o estado das companhias e diz “como se verifica na lista que acompanha a carta”, mas esta não se encontra em anexo do documento. Por outro lado, até a década de 1737, existem mapas distintos para a capitania do Pará e para a capitania do Maranhão, o que pode ter contribuído para a dispersão das informações. A partir de 1739, as informações são mais sistemáticas e são dispostas em um único mapa dados sobre o Pará e o Maranhão. Isso possibilitou o levantamento dos cálculos para as duas companhias até 1747.

Essas características da documentação dificultaram a sistematização de mais dados. Outro problema é que a data da documentação nem sempre corresponde à data da realização da *mostra*. Por exemplo, a *mostra* pode ocorrer em um ano, e o mapa ser enviado no ano seguinte, neste caso para a construção da tabela foi mantida a data das *mostras*, por ser a ocasião em que se verificava o quantitativo de militares das capitanias.

Além disso, em alguns casos pode haver discrepância entre soma final do número de soldados, com os valores apresentados discriminadamente nos mapas. Isso ocorreu em dois mapas de 1737 e 1746. Na pesquisa, refizemos as contagens, e nesses dois anos há disparidade. Na tabela, destacamos os valores com um asterisco (*). No ano de 1737, a soma final dos valores discriminados no mapa constava 231 soldados no Pará. Todavia, ao recontarmos os valores apresentados obteve-se 224, além de 21 oficiais. Para o Maranhão, também verificou-se que no mapa são apresentados 201 soldados, sem a contabilização dos oficiais que somam 20, sendo 221 militares. Em 1746, no cálculo para o Pará aparecem 216 militares, mas na recontagem dos valores obtém-se 226.

Esses dois exemplos apresentam equívocos na contabilidade da gente de guerra. Optou-se nesses casos por manter o quantitativo presente na documentação, por entender-se que se deve problematizar essa questão, mas não alterar os dados apresentados. Além disso, nesses dois casos o equívoco não significa alteração significativa. Em 1737, de 231 que aparecia no mapa, na recontagem somam 224. Em 1746, de 216, na recontagem passam a 226. Portanto, uma alteração irrelevante quando tratado em um quadro mais amplo de defesa.

Ora, se considerarmos o período de 1623 até 1747, para os quais temos os dados, o maior número alcançado de militares é de 322, verificados no Pará nos anos de 1710 e de 1720. Para o Maranhão o quadro é ainda pior, já que o maior número alcançado foi de 288 militares em 1728, distribuídos nas companhias. Ou seja, os dados atestam a insuficiência de soldados nas duas capitanias, conforme relatado pelos militares e governadores em inúmeras correspondências, como veremos adiante.

Por outro lado, se considerarmos que um terço deveria ser formado por 10 companhias de 200 homens cada, constata-se que durante o século XVII até a primeira metade do século XVIII a Coroa portuguesa não dispunha de gente suficiente para formar sequer duas companhias, conforme se previa nos regulamentos de Infantaria e Artilharia. Portanto, mantinha nessas áreas uma estrutura militar muito precária do ponto de vista numérico.

No século XVII, nos registros dos anos 1623, 1646, 1647, 1648 e 1692 além do baixíssimo número de soldados, há relato de apenas duas companhias para cada capitania. Rafael Chambouleyron apresenta ainda dados para a capitania do Maranhão nos anos 1637, 1647 e 1684 com computos de 50, 142 e 150 solddos respectivamente.¹⁴ É importante destacar que não encontramos nenhum mapa ou lista das companhias para esse período, embora o controle desses registros já estivesse previsto no *Regimento de Fronteiras* (1645) e *Regimento dos governadores do Pará* (1655). Portanto, esses dados foram coletados nas correspondências principalmente de capitães-mores. Nesses anos, em que foi possível sistematizar dados, o ano mais crítico é 1692, como mostra o quadro, havia menos de 20 soldados pagos nas duas capitanias.

Esse decréscimo no número de soldados pagos pode estar relacionado ao complicado ambiente epidêmico, pelo qual o Estado do Maranhão e Pará passou no final do século XVII. Claudia Rocha explica que o surto de epidemias de variola na região, em 1695, teve um dilatado impacto social, atingindo escravos, forros aldeados e pessoas brancas, deixando um lastro de mortes sem precedentes. A redução drástica na população, principalmente indígena, teve consequências na mão de obra nas lavouras e nos

¹⁴ CHAMBOULEYRON, Rafael, “Portuguese Colonization of Amazon Region, 1640-1706”, Universidade de Cambridge (Tese de doutorado), 2005, p.29

rendimentos da fazenda real. Além desse, outros surtos epidêmicos de varíola foram registrados em 1725, 1743, e de sarampo, entre os anos de 1748 e 1750.¹⁵

A tropa de linha, como força que constituía-se, também, da gente da própria colônia, não estaria imune ao desastre deixado pelas epidemias. Se considerarmos o intervalo no registro das companhias pagas, de 1692 a 1710, foram quase duas décadas para recomposição das forças, e ainda em número reduzido.

Portanto, a segunda metade do século XVII, do ponto de vista militar, para o Estado do Maranhão parecia precária. Ora, nesse século, os conflitos da Guerra da Restauração exauriam as potencialidades defensivas do império. Canalizava-se as forças para as fronteiras domésticas e para regiões de conflito aberto como, por exemplo, a guerra holandesa no nordeste do Estado do Brasil. No período posterior à restauração da Coroa, os problemas no Estado do Maranhão pareciam incontáveis, conforme lembra Joel Santos Dias, os relatos dos agentes coloniais oscilavam entre “miséria e opulência”, “decadência e possibilidades para o seu crescimento”. Trata-se de um momento em que o Estado apresentava-se como espaço a ser colonizado e defendido das investidas estrangeiras (franceses, holandeses, ingleses) que já mantinham na região comércio e até mesmo fortificações.¹⁶

A coexistência de relatos de “miséria e opulência” sobre o Estado do Maranhão seiscentista revelava, conforme explica Rafael Chamboleyron a percepção dos colonizadores sobre a região. Construídos a partir de uma visão das suas potencialidades que, por outro lado, destoavam-se à pobreza vinculada aos seus habitantes. Essas percepções, entretanto, canalizadas para o reino, funcionavam como mecanismo importante para tomada de decisões e medidas de colonização do Estado.¹⁷

¹⁵ SOUZA, Claudia Rocha de. “A ‘enfermidade era dilatada e os enfermos infinitos’: os efeitos epidêmicos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1690-1750)”. Universidade Federal do Pará. *Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- PPHIST*, Belém, 2017.

¹⁶ DIAS, Joel Santos. “‘confuso e intrincado labirinto’. Fronteira, território e poder na Ilha de Joanes (séculos XVII e XVIII)”. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará (UFPA) - *PPHIST*, Belém, 2016.

¹⁷ CHAMBOULEYRON, Rafael. “Opulência e miséria na Amazônia seiscentista”. *Raízes da Amazônia*. Manaus. V. 1, n. 1, pp. 105-124, 2005.

Verifica-se ações da Coroa portuguesa em tornar a presença na região mais efetiva, como por exemplo, as iniciativas de incremento populacional, com a vinda de gente – compulsória ou não – de diversas partes do império e por razões diversas para o povoamento do Estado. Além da doação de capitâneas privadas e cultivo sistemático de terras, por meio de doação de sesmarias, como mostrou Rafael Chamboleyron.¹⁸

É também da segunda metade do século XVII que se dá a constituição das bases normativas da questão militar no reino e nas conquistas conforme se verificou no capítulo anterior. A criação de instituições canalizava um aparelho burocrático que possuía tentáculos em todas as partes do império por meio dos agentes coloniais. Esse sistema, que integrava sujeitos, burocracia e instituições, possibilitou à Coroa o conhecimento de problemas internos das colônias, e o vislumbre de soluções em âmbito global.

No que diz respeito à defesa e militarização, os problemas sobre as realidades coloniais chegavam ao reino em incontáveis correspondências. Esse circuito de informações que cruzavam o atlântico foi uma chave importante para gerência dos problemas coloniais e definição de ações que incluía um espaço muito mais dilatado. É a partir dessa perspectiva que se explica, por exemplo, a vinda de gente das Ilhas atlânticas para o povoamento do Estado, a vinda de soldados da Ilha da Madeira, as comutações de degredo para áreas que mais necessitassem de gente e soldados, a presença de militares nas tropas do Pará vindos de Angola, reino, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro. Ou, seja, os problemas de defesa do Estado foram geridos por meio de uma análise global e não somente interna e o que possibilitou isso foram os organismos burocráticos instituídos nesse século.

Conforme conclui Rafael Chamboleyron “a dominação portuguesa da Amazônia, durante o século XVII, significava seguramente uma múltipla ocupação militar, religiosa e econômica”.¹⁹ Na primeira metade do século XVIII, com as políticas de D. João V para a região, os aspectos dessas ações tornaram-se evidentes. Os objetivos da

¹⁸ CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*.

¹⁹ *Ibidem*, p.81.

empresa colonial pareciam ser bem maiores que as capacidades defensivas do Estado. Embora em 1710 já se registrasse o número de cinco companhias (quatro de infantaria e uma de artilharia) em cada capitania, o número de soldados permanecia insuficiente para as demandas coloniais, como se referem militares e governadores.

Nesse ano, consta o número de 322 soldados no Pará, número que, nas palavras do governador Cristóvão da Costa Freire, era insuficiente para realizar diligências de guarda costa, sertão e guarnição de fortalezas.²⁰ Nessa mesma direção seguem as queixas de João da Maia da Gama. Em 1726, este governador declarava a falta de armamentos, soldados, engenheiros e munições militares no Estado. Indignava-se porque dizia todos os anos representar ao rei as dificuldades de seu governo pela falta de gente para defesa, para o que não obtivera nenhuma solução. Por essa razão, sentia-se desobrigado de “todas as consequências futuras” referindo-se à impossibilidade em manter as atividades militares.²¹

É importante lembrar que em 1725 ocorreu um surto epidêmico no Estado. Os estudos de Claudia Rocha trazem o relato de Maia da Gama que afirmava ter morrido na cidade de Belém e nas aldeias em torno de 2.000 pessoas.²² Essa situação implicou diretamente no acirramento da política dos descimentos e resgates de índios dos sertões. O avanço de novos vetores de ocupação e colonização explica, em grande medida, a guerra do Rio Negro contra os Manao, que discutiremos mais adiante. Pelo regimento da tropa do Rio Negro de 1726, fica claro o objetivo de “desobstrução” dos rios. Décio Guzmán observa o interesse da Coroa sobre a região como caminho estratégico para o Rio Solimões, Branco e Orinoco.²³ Situação em que o número de soldados nas tropas mostrava-se insuficiente para a guerra.

²⁰ Carta do governador Cristóvão da Costa Freire ao Rei. Belém do Pará 18 de fevereiro de 1710. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5; D. 451.

²¹ Carta do governador João da Maia da Gama ao Rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 9, D. 852.

²² SOUZA, Claudia Rocha de. “A ‘enfermidade era dilatada e os enfermos infinitos’: os efeitos epidêmicos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1690-1750)”, p. 33.

²³ GUZMÁN, Décio Maco Antonio de Alencar. “História de brancos: memória, história e etno-história dos índios Manao do Rio Negro (sécs. XVIII-XX). Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, São Paulo, 1997.

Nos anos finais da guerra do Rio Negro, Alexandre de Souza Freire chegou a afirmar que enquanto não houvesse 500 soldados em cada uma das capitanias do Pará e do Maranhão não se poderia remediar a defesa do Estado.²⁴ Esse número de soldados, proposto pelo governador em 1728, jamais foi atingido durante toda a primeira metade do século XVIII. Deve-se considerar que o número de soldados sugerido está muito longe do quantitativo de dois mil homens previsto para a formação de um terço, conforme o regimento.

No ano seguinte, em 1729, as cinco companhias pagas do Pará contavam com 256 soldados, com os quais, segundo o relato de Alexandre de Souza Freire, ficava impossível atender a qualquer ocasião de guerra, fosse de índios rebelados, de holandeses ou franceses. O governador se referia às ameaças constantes pelas entradas de franceses de Caiena que, aliados da nação Aruã, mantinham comércio e capturavam escravos pelas bandas pertencentes à Coroa portuguesa. De acordo com os relatos, os Aruã eram os práticos das viagens e mostravam os caminhos aos “estrangeiros” que roubavam e destruíam as aldeias lusas.²⁵

Souza Freire reclamava que, desde 1718, a Coroa havia concedido 200 soldados para o Estado Maranhão, dos quais até 1729 ainda não haviam chegado mais que 60, que o governador havia trazido em sua companhia. Destes já havia fugido a maior parte, por “virem pela ocasião, e cobiça das Minas do Ouro e não por outro motivo”.²⁶

O envio do reino de mil soldados pagos que Souza Freire dizia ser necessário para guarnecer as capitanias do Pará e do Maranhão estava muito acima das possibilidades econômicas da Coroa. Em resposta ao pedido ambicioso do governador, o rei recomendava que este deveria medir as “operações de sorte que não empreendais

²⁴ Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974.

²⁵ Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao Rei. AHU, cx. 11; D. 1043.

²⁶ Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao Rei. AHU, cx. 11; D. 1043.

aquelas que não chegarem as forças do Estado”. Na mesma carta, sugeria também que se intensificasse o recrutamento interno e compulsório.²⁷

A guerra contra os Manao no rio Negro dispndia todas as forças militares que a companhia dispunha e deixava desguarnecidas outras áreas, como consta nos mapas das companhias do Grão-Pará. Isso explica os mil soldados que Alexandre de Souza Freire pedia com urgência ao rei, na ocasião em que informava sobre sua preocupação quanto à impossibilidade de enviar 800 índios de guerra, que pedia como socorro João Paes do Amaral, responsável pela tropa de combate aos Manao.²⁸ A tensão da guerra, implica, portanto, no acirramento do recrutamento interno, ou seja, na intensificação da mobilização seja ela indígena ou não. Por outro lado, a ausência de soldados alarga a importância da aliança com os grupos indígenas, questão que nos ocuparemos no capítulo 5.

O governo de José da Serra foi o único que, na primeira metade do século XVIII, avançou para além dos recorrentes relatos de precariedade da situação defensiva do Estado, propondo uma reforma estruturante. Em 1732, o quadro defensivo do Pará havia se agravado tanto que não havia soldados suficientes para fazer escoltas pelos rios, os escravos fugiam e deixavam as “fazendas desertas”, e se escondiam pelos matos de onde atacavam com assaltos as produções dos moradores. Esse pandemônio narrado pelo governador, foi caracterizado na carta como “lastimoso estado” em que haviam chegado as cinco companhias do Pará.²⁹

Dois anos mais tarde, o quadro parecia ter piorado, as companhias regulares continuavam exíguas, as armas estavam desconcertadas, as coronhas podres pela umidade e bichos. Em estado semelhante estavam os “armamentos dos soldados”. A precariedade era tão grande que José da Serra chamou de “triste história” o que

²⁷ “Carta do rei dom João ao governador e capitão general do estado do Maranhão Alexandre de Souza Freire para que o mesmo faça recrutamento de soldados dentro das capitânicas doadas pelo rei ressalta a necessidade de mais soldados nas Capitânicas do Grão-Pará”. 31 de maio de 1729. *Annaes do Archivo e Bibliotheca Pública do Pará*, tomo IV (1905), doc. 285, pp. 41-43.

²⁸ Carta do governador Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V. Belém do Pará, 14 de setembro de 1728. Anexo: listas e mapa. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 11, doc. 974.

²⁹ Carta do governador José da Serra para o rei. Belém do Pará 21 de setembro de 1732. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 14, doc. 1283.

descrevera sobre o quadro militar do Estado.³⁰ Como solução a essa situação, sugeriu uma reforma militar para as capitanias do Pará e Maranhão que previa duas importantes frentes: a qualificação de soldados e oficiais existentes nas companhias e o aumento dos efetivos militares com envio de companhias do reino.

O primeiro elemento da proposta diz respeito à qualidade dos soldados e oficiais. Nas palavras do governador, assim como a “árvore boa não pode dar mal fruto; não pode conseqüentemente dá-los bons a ruim árvore”. Essa analogia referia-se à compreensão de que a raiz do problema estava no próprio oficialato. A alternativa para renovar e melhorar a qualidade dos militares, na interpretação de José da Serra era a vinda do reino de “três companhias completas desde o capitão até o tambor de granadeiros”, pois entendia que estes seriam o “viveiro” de onde sairiam oficiais para formar de 10 a 12 companhias de que necessitava o Pará e Maranhão.³¹

Considerando que cada companhia, pelo regimento, deveria conter 200 soldados, 10 companhias significariam dois mil homens, ou seja, um terço. O aumento de 12 companhias como previa o governador chegaria a 2.400 homens. Esse cômputo jamais foi alcançado no século XVII e na primeira metade do século XVIII. O parecer do Conselho sobre a solicitação do governador passada em 1733 questionava sobre os rendimentos e as possibilidades de manter essas novas despesas como os militares, já que, conforme o texto, deveria “ser conveniente se remetam primeiro saber se há com que lhe pague”. Além desta observação a missiva recomendava a José da Serra duas estratégias para melhorar a situação militar no Estado: primeiro que restituísse os soldados que se dera baixa no governo anterior “sem ser na forma do regimento e ordens reais”; e segundo que tivesse maior vigilância para impedir a deserção.³²

Um ano após o pedido de três companhias completas sugeridas por José da Serra, o que equivalia 600 homens, foi enviado um destacamento de 30 soldados reinóis. O

³⁰ Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 3 de outubro de 1733. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 14, doc. 1330.

³¹ *Idem.*

³² Carta do governador José da Serra para o rei. 18 de setembro de 1733. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 15, doc. 1414.

número era bem inferior ao que pedia o governador e, ainda, ao chegarem à capitania, consta que ficaram em total desamparo por “não haver com o que lhes pagar”. Mas, que por tratar de um “destacamento dos regimentos de Portugal” e informado da “sua importância” cuidou logo em “socorrê-los de calçados e de mantimentos”.³³

Para completar o rol de queixas dos governadores, em 1741, João de Abreu Castelo Branco escrevia que o estado defensivo das capitanias do Pará e Maranhão com certeza “não aparecerá tão mal no papel, como cá se reconhece na experiência”. Seu texto relata um quadro crítico, mas aponta uma perspectiva positiva vislumbrando aumento dos contratos das rendas reais, que poderia futuramente conservar uma guarnição de soldados, no lugar “do que há de cafuzos, mulatos e mamelucos sem farda e quase sem soldo” e de pôr as fortalezas em “estado de defesa mais regular”.³⁴

O fato é que o todos os documentos sistematizados que tratam das companhias regulares no Pará e Maranhão, enviados pelos os governadores ao reino até 1750, destacam o descompasso entre a necessidade defensiva das capitanias e insuficiência de soldados. As queixas sobre a falta de conhecimento dos soldados, a precariedade dos fortes e fortalezas e a insuficiência da gente de guerra para realização das muitas diligências para que eram destacadas continuaram nos anos seguintes, notadamente em 1742, 1744, 1746, 1747.³⁵

A resposta mais sistemática da Coroa sobre as companhias regulares do Pará foi elaborada em 1750, por meio de um documento intitulado *Planos de reestruturação do Regimento de Infantaria e Artilharia de Guarnição da cidade de Belém do Pará*. Esse

³³ Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 12 de agosto de 1734. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 16, doc. 1533.

³⁴ Carta do governador João de Abreu de castelo Branco para o rei remetendo os mapas relativos ao estado militar das capitanias do Pará e Maranhão. Pará 11 de outubro de 1741. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 24; D. 2262

³⁵ Ver respectivamente os seguintes documentos: Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei. Pará, 11 de outubro de 1742. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 25, doc. 2317; Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei. Pará, 4 de dezembro de 1744. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 27, doc. 2580; Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei. Pará, 20 de janeiro de 1746. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 28, doc. 2681; Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o rei. Pará, 29 de outubro de 1747. Anexo: ofício e mapa. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 29, doc. 2804.

regimento implicou em mudanças no aspecto organizacional das companhias. Uma das principais diz respeito à organização diferente para tempos de paz e tempos de guerra. Vejamos como a Coroa pensou o novo projeto que se configuraria como solução para os problemas apontados nos anos anteriores.

Quadro 5. Regimentos de infantaria e artilharia de acordo com o plano de reestruturação da guarnição da cidade de Belém do Pará, 1750.³⁶

Força	Tempos de Paz	Tempos de Guerra
Infantaria	10 companhias de 50 homens cada, mais os oficiais e o Pequeno Estado Maior, somando 509 militares.	10 companhias de 100 homens cada, mais oficiais e Pequeno Estado Maior, somando 1009 militares.
Artilharia	8 companhias (1 de bombeiros; 1 de mineiros, pontoneiros, sapadores e artífices; 6 de artilheiros) Cada companhia formada por 50 homens, somando 400 militares além do seu Pequeno Estado Maior.	8 companhias (1 de bombeiros; 1 de mineiros, pontoneiros, sapadores e artífices; 6 de artilheiros) Cada companhia formada por 100 homens, somando 800 militares além do seu Pequeno Estado Maior, totalizando com estes 812 militares.

Nesse plano, o que chama atenção é a ambição de crescimento vertiginoso das companhias de infantaria e artilharia da cidade de Belém. Ora, até 1747, como consta no quadro 4 para todo o Estado do Maranhão e Pará havia o número de 414 militares, sendo 238 no Pará e 176 no Maranhão, distribuídos em 5 companhias existentes em cada capitania (4 de infantaria e 1 de artilharia). Pela reformulação, o número de companhias de infantaria passaria de 4 para 10, compostas 50 homens em tempos de paz; e de 100 em tempos de guerra. Incluindo-se o oficialato, isso significaria 509 e 1.009 respectivamente. Para a artilharia, verifica-se um impacto ainda maior, de 1 companhia existente até 1747, passaria para 8 companhias de 50 homens em tempos de paz e 100 em tempos de guerra, como demonstrado na tabela.

Esses eram números muito superiores com o que contou o Estado do Maranhão entre 1623 a 1747. Portanto, ao que parece, o plano de 1750 pretendia não apenas reestruturar as forças como de fato aumentar a capacidade defensiva do Estado vertiginosamente.

³⁶ “Planos de reestruturação do Regimento de Infantaria e Artilharia de Guarnição da cidade de Belém do Pará”. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 32, D. 3011

Para a infantaria, o plano prevê que se “devem fazer 500 recrutas”, distribuindo “50 para cada companhia, sem vencerem soldo, nem fardamento, nem serem obrigados ao serviço diário do dito corpo”. Todavia esses homens deveriam estar “sempre prontos para entrarem nele quando lhes for ordenado”³⁷.

Para se prover a artilharia se “devem fazer 400 recrutas”, nos mesmos termos da infantaria, sem soldo, fardamento e sem obrigação do serviço diário. Todavia, deveriam estar sempre prontos e treinados para casos de necessidade. De acordo com esse regimento, esses recrutas ficariam ainda obrigados a se “juntarem ao seu corpo por tempo de um mês em cada ano, para aprenderem o exercício, e todas as evoluções militares”. Nesse tempo, receberiam soldo e farinha como a tropa paga.³⁸

Esse sistema de recrutamento e serviço assemelha-se ao regime das tropas auxiliares, que eram a força intermediária que não possuía soldo, mas, era treinada a acudir e até mesmo substituir as companhias regulares em caso de perturbação, como guerras, conflitos e demais diligências militares. Esse plano reflete duas questões importantes a serem destacadas: a primeira, a preocupação da Coroa em equacionar um problema que de longa data vinha sendo descrito por militares e governadores; e a segunda, que reflete a importância de alinhamento da militarização do Estado com a ciência militar do reino, verificado pela preocupação em manter essas companhias integradas às “evoluções militares” do reino. É importante lembrar que a partir de 1750, um conjunto regimentos e alvarás implicaram em reforma militar centrada principalmente na disciplinarização e profissionalização do *ser militar*, como vimos no primeiro capítulo.

Todavia, os problemas de defesa não se encerraram com este Plano. De fato, verificamos novas propostas de Planos e regulamentação defensiva também na segunda metade do século XVIII. Em 1758, temos o Plano de regulamentação de infantaria e guarnição do Pará.³⁹ Em 1764, novos planos de organização de Regimentos de infantaria, Cavalaria, Artilharia e Corpo de Tropas Ligeiras podem ser verificados.⁴⁰

³⁷ *Idem.*

³⁸ *Idem.*

³⁹ “Planos de regulamentação dos Regimentos de Infantaria de guarnição do Estado do Grão-Pará e para a formação de um regimento de Artilharia na capital do mesmo Estado”. 28 de agosto de 1758. Avulsos do Pará, AHU, Cx. 43, D. 3979.

⁴⁰ Aviso a Fernando Costa de Ataíde remetendo alguns exemplares de decretos e planos relativos à organização militar. 18 de abril de 1764. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 55, D.5081.

Nove anos após este último plano, o governador do Estado João Pereira Caldas informava à Coroa a relação de todos os corpos militares de Ordenança e Auxiliares daquele Estado, junto a novo Plano de reforma e reorganização dos referidos corpos militares.⁴¹ Em 1775, em ofício, o governador João Pereira Caldas refere-se à desordem encontradas nessas companhias e expõe novamente plano e método para sua regulamentação.⁴²

Esses são apenas alguns exemplos a partir dos quais podemos verificar que o desafio da defesa esteve presente durante todo o século XVIII. Todavia, é necessário considerar que, a partir de 1750, verifica-se um projeto bem mais sistemático de constituição de corpos militares para a capitania. Por outro lado, o caráter difuso dos pontos de presença lusa que caracterizam a primeira metade desse século deve ser entendido enquanto elementos que se articulam e se conectam. Assim, as fortalezas, os fortins, as aldeias, e as tropas estão em contato contínuo, por meio dos mecanismos administrativos ou dos próprios agentes sociais que movimentavam as redes de mobilização de forças militares no Grão-Pará.

Antes de encerrar o tópico de sistematização numérica e caracterização da companhia paga, é importante retomar a um aspecto sobre a resolução do problema defensivo do Estado. A partir de uma análise mais atenta das reformas propostas por José da Serra, na década de 1730, observa-se que, para o governador, a solução estava no reino e, para o rei, na colônia. Essa percepção distinta revela, por um lado, a impossibilidade de envio de companhias do reino, na interpretação de D. João V, e, na perspectiva do governador, uma aspiração por companhias formadas por militares lusos. A sugestão de envio de reforços militares do reino foi também feita por Alexandre de Souza Freire e João da Maia da Gama.

Ao que parece não havia interesse em profissionalizar as tropas existentes. A insistência dos governadores em colocar a solução da defesa na vinda de soldados do reino chama atenção. Assim, como os relatos negativos sobre os soldados integrados nas companhias, parecem indicar por parte destes administradores coloniais uma

⁴¹ Ofício do governador do Estado do Pará e Rio Negro à Coroa. Pará, 15 de maio de 1773. Avulsos do Pará, *AHU*, Cx. 70, D.6003.

⁴² Ofício do governador João Pereira Caldas para o secretário da marinha e ultramar. Pará, 4 de novembro de 1775. *AHU*, avulsos do Pará, Cx. 74, D.6246.

percepção pejorativa sobre as companhias formadas por gente da colônia. João de Abreu de Castelo Branco, por exemplo, em 1741, expressava à Coroa a necessidade de ter no Estado companhias de soldados bem treinados no lugar das que havia de “cafuzos, mulatos e mamelucos”, sem nenhuma disciplina, como vimos.⁴³

A aspiração por militares do reino pode estar relacionada ao perfil dos soldados feitos na colônia. O recrutamento indiscriminado e compulsório, como veremos no capítulo 4, fez entrar nas fileiras das companhias gente sem nenhum conhecimento sobre artilharia ou arte de guerra. Além dos “cafuzos, mulatos e mamelucos”, destacados por Castelo Branco, eram também lavradores, “vadios”, “vagabundos” e “degredados” para os quais o serviço militar fora uma imposição. A forma do recrutamento, certamente, implicou na qualidade das tropas e, conseqüentemente, nas queixas dos governadores. Ao que parece, soldados reinóis eram associados à qualidade do militar que esperavam contar os administradores coloniais.

Para o Estado do Brasil, a péssima qualidade dos soldados não raro era relatada por governadores e militares. Paulo Possamai mostrou, por exemplo, que, por ocasião da fundação da colônia de Sacramento, em 1679, D. Manuel Lobo queixava-se de sua tropa, alegando serem “incapazes” para o serviço. O capitão mostrava sua preferência por soldados reinóis, dizendo serem os melhores. O recrutamento compulsório e indiscriminado de “operários, aprendizes, comerciantes, mendigos e, mesmo presos” para formar a tropa que seguiu a Sacramento, contribuía para a má qualidade da tropa.⁴⁴

Além de D. Manuel Lobo, Possamai ainda descreve outros casos para o Rio de Janeiro, como do governador Sebastião da Veiga que achava seus soldados inúteis por serem “despidos e descalços e outros mulatos”. Essa também era a opinião do governador Manuel Gomes Barbosa, em 1718, que afirmava serem seus soldados “aleijados e doentes”, “mulatos, sendo em sua maioria degredados, ladrões”. Já o

⁴³ Carta do governador João de Abreu de castelo Branco para o rei remetendo os mapas relativos ao estado militar das capitanias do Pará e Maranhão. Pará 11 de outubro de 1741. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 24; D. 2262

⁴⁴ POSSAMAI, Paulo César. “Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis. Os soldados da colônia de Sacramento”. *Revista brasileira de História Militar*. Rio de Janeiro, Ano I, Nº 2, agosto de 2010, p. 34.

governador Antônio Pedro de Vasconcelos dizia não ter gente para recrutar no Brasil afirmando serem os soldados do reino mais disciplinados.⁴⁵

Para capitania de Minas Gerais, Francis Albert Cotta também verificou queixas quanto à qualidade das tropas pagas na primeira metade do século XVIII. De acordo com suas pesquisas, nas tropas eram “aproveitados os homens pobres, frequentemente miseráveis e os desocupados, uma camada considerada desclassificada”. Uma ordem de 28 de abril de 1741, naquela capitania, definia que “os negros forros e mulatos que não tivessem ofício ou fazenda em que trabalhar deveriam ser feitos soldados”. Conforme explica Cotta, em Minas, “na visão de vários Governadores, esses homens não tinham capacidade para realizar missões de natureza militar”, como foi o caso do conde de Assumar, em 1721, ao afirmar que com as tropas de Minas “mais se deve temer que confiar em qualquer ocasião, porque os naturais da terra são comumente inábeis para esse exercício” militar.⁴⁶

Para a capitania de São Paulo, Enrique Peregalli ressalta que o recrutamento interno realizado sobre a gente da própria colônia era visto pelas autoridades coloniais como “covil de desertores e má gente”.⁴⁷ Essa característica também foi observada por Kalina Silva na capitania de Pernambuco, quando, ao analisar a composição social dos militares, constatou que o recrutamento indiscriminado de gente, sobretudo homens considerados “vadios e vagabundos”, contribuiu para a descrição negativa da tropa paga e dos soldados vistos como criminosos e “indesejáveis” pelos capitães e governadores.⁴⁸

Assim como nas experiências citadas acima, militares e governadores do Estado do Maranhão também estavam insatisfeitos, não somente pela insuficiência numérica dos soldados nas tropas, como se destacou atrás. Mas, também, pela indisciplina e

⁴⁵ POSSAMAI, Paulo César. *A vida quotidiana na colônia do Sacramento. Um bastião português em terras do futuro Uruguai*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006, pp.168-169.

⁴⁶ COTTA, Francis Albert. “Para além da desclassificação e da docilização dos corpos: organização militar nas minas gerais do século XVIII”. *Revista de humanidades*. vol. 1. n.1 ago./set. de 2000, p.5.

⁴⁷ PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986, p.51.

⁴⁸ SILVA, Kalina V. da. “Criminosos, vadios e outros elementos incômodos: uma reflexão sobre recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais”. *LOCUS: Revista de História*. Juiz de Fora, Núcleo de História regional. Ed.UFJF. Vol.8, n. 14, 2002, pp. 79-92.

desconhecimento da arte de guerra. Já em 9 de janeiro de 1683, o governador Sá e Meneses queixava-se da falta de infantaria por muitos soldados andarem fugidos pelos matos ou estarem presos por crimes.⁴⁹

Em 1710, a tropa com 41 soldados enviados por Cristóvão da Costa Freire ao Piauí encontrava-se estropeada por “doenças que padecem”. O governador solicitava do reino o envio de 200 soldados.⁵⁰ Na mesma direção segue a insatisfação de João de Abreu de Castelo Branco, já citado anteriormente, com as tropas de “cafuzos, mulatos e mamelucos”,⁵¹ como também de José da Serra que propunha uma renovação desde os soldados até o oficialato, pois, segundo ele, todos necessitavam qualificar-se, para o que solicitava a vinda de companhias inteiras do reino.⁵²

Ao tratar da deserção na capitania do Grão-Pará, na segunda metade do século XVIII, Shirley Nogueira também verificou nos registros relatos sobre a conduta e falta de qualidade dos militares. Em 1751, por exemplo, as tropas estavam em estado lastimável: “pouca gente”, “sem disciplina”, oficiais “tão ignorantes na arte militar quanto os soldados”, nas palavras do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao descrever as companhias militares do Pará ao chegar a capitania⁵³.

Por este viés é possível compreender a insistência dos governadores na primeira metade do século XVIII em colocarem a solução defensiva do Estado na vinda de gente do reino. Ou seja, os governadores não desejavam tropas constituídas com a gente da colônia e almejavam soldados reinóis. O discurso sobre a qualidade dos soldados traz

⁴⁹ “Sobre os filhos dos homens nobres da dita capitania que servirem se lhe terá respeito”. 9 de janeiro de 1683. *AHU*, Códice 268, fl. 34v.

⁵⁰ Carta do governador ao rei. Belém, 7 de março de 1712. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6; D. 481.

⁵¹ Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei remetendo os mapas relativos ao estado militar das capitanias do Pará e Maranhão. Pará 11 de outubro de 1741. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 24; D. 2262

⁵² Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 3 de outubro de 1733. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 14, doc. 1330.

⁵³ NOGUEIRA, Shirley. “Razões para desertar. Institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII”. Belém: Dissertação de Mestrado, NAEA/UFPA, 2000, p. 51

implícita uma leitura pejorativa sobre as companhias das capitâneas do Pará e Maranhão. D. João V, porém, remediava o problema com ações paliativas e indicação de resolução interna. Por que isso ocorria?

A qualidade dos soldados que integravam a tropa paga estava relacionada ao modelo de recrutamento adotado nas conquistas. Realizado de forma indiscriminada e arbitrária, sobre a gente da própria colônia, integrou compulsoriamente nas tropas sujeitos sem nenhuma experiência militar. A aproximação dessa ação como forma de controle social, alargou os alvos dos recrutadores para moradores considerados “vadios” e “vagabundos”. E, ainda, destaque-se a relação entre degredo e serviço militar, política adotada pela Coroa como estratégia para manter provida de gente as tropas regulares. Esses elementos contribuíram para a desqualificação da tropa regular. Vamos tratar do recrutamento no capítulo 4.

Portanto, embora a defesa nas áreas coloniais se valesse do recrutamento interno, observa-se uma aspiração por soldados reinóis. Na experiência do Estado do Maranhão e Pará, durante a segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII, a renovação militar com a vinda de companhias inteiras do reino jamais aconteceu. Então, como manter as demandas de defesa com um quadro militar tão deficitário?

A estratégia foi manter os postos de comando da hierarquia militar, ou seja, o oficialato provido por gente em sua grande maioria portugueses de confiança e experiência comprovada. De outro lado, o restante da tropa era provido por “gente de toda a sorte”. Além disso, observa-se um sistema complexo de mobilização de gente, que integra a capitania do Pará com outras partes do império português, e com o espaço indígena do sertão. O último aspecto é a integração de grupos indígenas no sistema defensivo da capitania, como veremos nos capítulos 4 e 5 deste trabalho.

Voltando ao primeiro aspecto citado, sobre a manutenção de gente de “qualidade e confiança” nos postos mais elevados da hierarquia militar. Essa parece ter sido a estratégia, que garantiu a permanência de um grupo de oficiais que se revezavam em postos mantidos por favorecimento por meio de uma relação complexa entre prestação de serviços e benesses. Um grupo de militares que integrou no serviço militar, ainda no século XVII, e adentra o século XVIII interiorizando seus interesses e espalhando suas

influências no comércio e na posse da terra. Essa estratégia, todavia, não foi só de oficiais portugueses, os indígenas também se valeram desses espaços e aumentaram suas influências entre os colonizadores e outros grupos indígenas.⁵⁴

Diogo Pinto da Gaia, por exemplo, pelos mapas de companhias de infantaria aparece como capitão nos anos 1726, 1728, 1732 e 1738. Aparentemente, parecem ter sido poucos os seus serviços. Todavia, já apresentava uma larga experiência. Em 1699, concorreu ao posto de capitão-mor do Pará, com os opositores Fernão Carrilho, Cristóvão de Gouça de Miranda e João de Velasco e Molina. Na ocasião, Pinto da Gaia já possuía nove anos de serviços, constava já ter estado no posto de capitão de infantaria do Maranhão. No rol de experiências constava ser “muito prático na variedade das línguas da terra”, por essa razão tratava “importantes negócios com os principais gentios” “fazendo por esta causa vir muitos gentios para o serviço das capitanias”.⁵⁵

Portanto, se considerarmos os nove anos de experiência que dizia ter em 1699, obtêm-se 47 anos de serviço. Além de Pinto da Gaia outros militares de maior patente integraram-se no sistema defensivo, angariando mercês, como por exemplo, a doação de terras e atuação no comércio. Essas informações foram verificadas a partir dos papéis dos serviços prestados pelo militar, o que indica tratar-se de um sujeito com longos anos dedicados ao serviço militar na capitania. Mas, essa é uma questão que trataremos no capítulo 4 e 5. Aqui, nos importa avaliar o quantitativo das forças e as estruturas. Voltemos a esse objetivo.

Afim de conhecer a estrutura, e os sujeitos do oficialato das tropas pagas, remontamos algumas companhias a partir dos dados obtidos dos mapas mais completos que há para a primeira metade do século XVIII sobre a gente militar. Infelizmente, devido à fragmentação dos dados, só foi possível fazê-lo para os anos de 1726, 1728, 1730 e 1732 para a capitania do Pará, e 1730 para a capitania do Maranhão. Das análises das fontes chegamos às seguintes informações.

⁵⁴ Essa é uma questão que trataremos no capítulo 5. Aqui, é interesse verificar somente as estruturas, os quantitativos e as problemáticas relatadas pelos governadores em torno dessa questão. Todavia, a presença indígena nas diligências militares, as guerras e inserção de militares e indígenas em redes para além do serviço militar, se dará conta mais adiante.

⁵⁵ *AHU*, Avulsos do Pará, Cx.4; D.352.

Quadro 6. Oficiais e postos das companhias regulares na Capitania do Pará (1726-1732)

1726

<p>Capitão- Infantaria Diogo Pinto da Gaia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alferes Domingos Aranha • Sargento José • Sargento João Ferreira de Carvalho. • Cabo Luís Coelho • Cabo Lourenço Maciel • Tambor Antonio índio 	<p>Capitão-Infantaria José Rodrigues da Fonseca</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alferes Antunes Fidalgo • Sargento João Barros • Sargento Tomé Ferreira de Tavares • Cabo Domingos Golçalves Correa • Cabo Ezequiel Gracia Marreiros • Tambor Caetano índio 	<p>Capitão-Infantaria João Paes do Amaral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alferes Manuel da Cunha D'Eça. • Sargento Luis Bau[?] • Sargento Antonio Ferreira de Mendonça • Cabo Leonardo Gonçalves • Cabo Tomas de Brito 	<p>Capitão-Infantaria João de Almeida da Mata</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alferes Bruno de Azevedo Farias • Sargento Inácio de Carias • Sargento Inácio de Oliveira Cardoso • Cabo Lizardo Valente de Oliveira • Cabo Matias Fragoso • Tambor Matias índio 	<p>Alferes Regente- Artilharia Antonio Soares da Silva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sargento Francisco da Silva Pinheiro • Sargento Francisco Rodrigues Esquerdo • Cabo José da Costa Ferreira • Cabo Manoel Soares da Silva • Tambor Felis índio
---	---	---	--	--

1728

<p>Capitão- Infantaria Diogo Pinto da Gaia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alferes José Soares • Sargento João Ferreira de Carvalho • Sargento Manoel de Oliveira. • Cabo Luís Coelho • Cabo Lourenço Maciel • Tambor Antonio Índio 	<p>Capitão- Infantaria José Rodrigues da Fonseca</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alferes Antunes Fidalgo • Sargento João da Silva Barros • Sargento Tomás Ferreira de S. Bárbara • Cabo Domingos Golçalves Correa • Cabo Ezequiel Gracia Marreiros • Tambor Caetano índio 	<p>Capitão- Infantaria João Paes do Amaral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alferes Manuel da Cunha D'Eça. • Sargento Antonio Ferreira de Mendonça • Cabo Leonardo Gonçalves • Cabo Tomas de Brito 	<p>Capitão- Infantaria Manoel Morais Bitencout</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alferes Hilário de Souza • Sargento Manoel Ferreira de Carvalho • Sargento Máximo Fernandes Moura • Cabo José Portilho • Cabo Francisco Vieira 	<p>Alferes Regente- Artilharia Inácio de Carias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sargento Matias Fragoso • Sargento Lizardo Valente de Oliveira • Cabo Matias Paes de Albuquerque • Tambor Romoaldo
---	---	---	---	--

1730

<p>Capitão- Infantaria Diogo Pinto da Gaia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alferes José Soares • Sargento João Freires de Carvalho • Sargento Luís da Costa. • Tambor Antonio 	<p>Capitão- Infantaria José Rodrigues da Fonseca</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alferes João da Silva Barros • Sargento Antonio Coelho da Silva • Sargento Tomás Ferreira de S. Bárbara • Tambor Caetano 	<p>Capitão-Infantaria João Paes do Amaral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alferes Antonio Freires. • Sargento Leonardo Gonçalves • Sargento Francisco da Costa • Tambor Zacarias 	<p>Capitão-Infantaria Posto Vago</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alferes Lizardo Valente de Oliveira • Sargento José Ferreira • Sargento Matias Paes de Albuquerque • Tambor Romualdo 	<p>Alferes Regente- Artilharia Posto Vago</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alferes Domingos da Silva • Sargento Francisco Rodrigues • Sargento Manoel Soares • Condestável Luís Nunes
---	---	--	---	--

1732

Capitão- Infantaria Diogo Pinto da Gaia	Capitão- Infantaria Posto vago	Capitão- Infantaria João Paes do Amaral	Capitão- Infantaria Posto vago	Capitão- Artilharia Posto vago
<ul style="list-style-type: none"> • Alferes João Ferreira de Carvalho • Sargento Luis da Costa • Sargento Manoel José Pestana. • Cabo Gabriel de Torres • Cabo Lourenço Maciel 	<ul style="list-style-type: none"> • Alferes José de Albuquerque • Sargento Antonio Coelho da Silva • Sargento Aniceto de Távora • Cabo Antonio de Carvalho de Albuquerque • Cabo Gabriel Ferreira dos Santos • Tambor Caetano da Conceição 	<ul style="list-style-type: none"> • Alferes Antonio Freire de Mendonça • Sargento Leonardo Gonçalves • Sargento José Luis de Araujo • Cabo Pedro de Sousa Passos • Cabo Tomas de Brito 	<ul style="list-style-type: none"> • Alferes José Ferreira de Melo • Sargento José Gonçalves • Sargento Matias Paes de Albuquerque • Cabo Antonio Duarte de Barros • Cabo Manoel de Palma • Tambor Romoaldo 	<ul style="list-style-type: none"> • Alferes João Rodrigues da Cruz • Sargento Manoel Torres Bezerra • Sargento João de Matos Lobo • Cabo Sebastião de Braga • Cabo Custódio [Evangelho?] Pahim

Quadro 7. Oficiais e postos das companhias regulares na Capitania do Maranhão (1730)

Capitão- Infantaria Domingos Duarte Sardinha	Capitão- Infantaria Manoel da Costa Dias	Capitão- Infantaria Dom Francisco de Castelo Branco	Capitão- Infantaria Francisco da Silva Barbosa	Capitão- Artilharia Sebastião Pereira da Silva
<ul style="list-style-type: none"> • Alferes Antonio Tavares Brandão • Sargento Martinho Moreira • Sargento Francisco Duarte Sardinha. • Cabo João de Souza • Cabo Francisco Xavier Correa • Tambor Roque Aleijado • Tambor Basílio 	<ul style="list-style-type: none"> • Alferes João Gonçalves Casquinha • Sargento Francisco de Oliveira • Sargento José Nunes da Veiga • Cabo João Nabace • Cabo Matias Gomes 	<ul style="list-style-type: none"> • Alferes Angélico Duarte. • Sargento Estevão de Oliveira • Sargento Cipriano de Lemos • Cabo João Soares Grilo • Cabo Dom Manoel de Castelo Branco • Tambor Sebastião 	<ul style="list-style-type: none"> • Alferes André Viegas • Sargento Francisco Muniz • Sargento Custódio Correa • Cabo Teodosio Vieira • Cabo Luis Viegas • Tambor José Rodrigues 	<ul style="list-style-type: none"> • Alferes Manoel Dias de Souza • Sargento Domingos Morais Ramos • Sargento Pio Nunes • Cabo Antonio Pereira • Cabo Vitorino da Fonseca • Condestável Domingos [?] • Ajudante Manoel Gomes Cardoso • Tambor Quemiliano

Conforme se verifica nos quadros acima, a organização defensiva das capitânicas do Pará e Maranhão na primeira metade do século XVIII estava dividida em 5 companhias, 4 de infantaria e 1 de artilharia. Cada companhia de infantaria tinha 1 capitão, 1 alferes, 2 sargentos e 2 cabos. A companhia de Artilharia possuía 1 alferes regente, 2 sargentos e 2 cabos. Se verificarmos dados de companhias regulares no reino constatamos uma estrutura de oficialato bem superior ao que dispunha a Coroa para o Estado do Maranhão. De acordo com os despachos do Conselho de Guerra os regimentos militares no Reino possuíam companhias em que o oficialato estava bem definido.

Em 1715, por exemplo, as companhias de Infantaria se estruturavam com 10 tenentes, 10 alferes, 10 sargentos, 1 capelão-mor, 1 cirurgião-mor, 1 furriel-mor. Assim estava organizado o oficialato da companhia de Infantaria do Coronel Gonçalo Teixeira de Mesquita, na Província Trás os Montes, e dos coronéis José Delgado Freire e Manoel

Esteves Feio na província da Beira. Na província do Minho além destes, as companhias de infantaria dos Coronéis José de Melo e Jacinto Tavares da Costa contavam com mais 10 sargentos.⁵⁶

A companhia de Cavalaria da Província de Alentejo, do Coronel Conde dos Arcos, contava com 10 tenentes, 10 Alferes, 10 furriéis e 1 furriel-mor. Além de 1 capelão-mor e 1 cirurgião-mor. Com essa mesma estrutura contavam os Coronéis André de Azevedo, Manoel Lobo da Silva, Martinho [Alvares] Mexia. Ou seja, a província de Alentejo possuía quatro companhias de cavalaria, que juntas somavam 40 tenentes, 40 alferes, 40 furriéis.

Conforme se verifica, o sistema defensivo nas capitanias do Pará e Maranhão se efetivou em muitos aspectos em dissonância com o que previam os regulamentos sobre ordenanças sobre as companhias regulares. Um oficialato muito distante do que se verificava no reino e nos regimentos.

A partir das análises é evidente a permanência de alguns sujeitos nos postos do oficialato dessas companhias, como por exemplo, de Diogo Pinto da Gaia, João Paes do Amaral, José Rodrigues da Fonseca, João de Almeida da Mata. Em alguns registros, os oficiais últimos provavelmente voltaram aos postos.⁵⁷ Em 1741, não foi possível remontar o oficialato das companhias. Todavia, permanecem no posto Diogo Pinto da Gaia, João Paes do Amaral, e novos nomes, aparecem como Luis Figueiredo de Machado, Bernardo de Almeida Moraes, Francisco Fernandes.⁵⁸ Em 1742, Diogo Pinto da Gaia, João Paes do Amaral, Luis Figueiredo de Machado, Bernardo de Almeida Moraes, Francisco Fernandes são os nomes que compõem o oficialato das companhias regulares do Pará.⁵⁹

⁵⁶ ANTT. Livros de Registros do Extinto Conselho de Guerra- Nº 63- (1715-1717). Despachos 1715.

⁵⁷ Mapa da Infantaria paga e de Ordenança da Guarnição da praça de Belém do Pará. 17 de setembro de 1736. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 19, D.1776.

⁵⁸ Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco ao Rei. Pará 11 de outubro de 1741. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 24, D. 2262.

⁵⁹ Carta do governador João de Abreu de castelo Branco ao Rei. Pará 11 de outubro de 1742. AHU, Cx. 25, D. 2317.

Para a capitania do Maranhão, só foi possível remontar as cinco companhias no ano de 1730. Em 1741, nos registros das companhias do Maranhão aparecem somente os nomes dos capitães. Verifica-se a permanência de Domingos Duarte Sardinha, Bento Rodrigues Fernandes, Severino de Faria, Baltazar Fernandes Neves, Sebastião Pereira da Silva.⁶⁰ No ano seguinte, se mantem Domingos Duarte Sardinha, Bento Rodrigues [Fróis], Severino de Farias, Baltazar [Fernandes] Nunes, e o capitão da artilharia Sebastião Pereira da Silva.⁶¹

O serviço militar inseria esses sujeitos em um jogo de troca de interesses que vai muito além do soldo recebido.⁶² Em 1722, por exemplo, João da Maia da Gama representava a pobreza de soldados e oficiais do Estado do Maranhão, dizia que o “dinheiro que corre mal bastava àqueles pobres soldados para se vestirem”, “muito menos aos oficiais para se tratarem com a limpeza que convém aos seus postos”. Maia da Gama alegava que em parte essa pobreza estava relacionada à proibição de realizarem “qualquer negócio, e como tem trabalho não os podia ver mal pagos”.⁶³

⁶⁰ Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco ao Rei. Pará 11 de outubro de 1741. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 24, D. 2262

⁶¹ Carta do governador João de Abreu de castelo Branco ao Rei. Pará 11 de outubro de 1742. *AHU*, Cx. 25, D. 2317.

⁶² Em uma relação das despesas do Almojarifado do Pará de 1700, observamos os seguintes soldos pagos aos oficiais: Capitão mor do Pará 33\$333; Sargento mor trienal 16\$000; Ajudante de número da praça 4\$400; Ajudante supra da mesma praça 3\$900; Ajudante da Artilharia 4\$400; Ajudante de Granadeiros 3\$066; Cirurgião mor 2\$500; Capitão da Fortaleza da Barra 8\$000; Tenente da mesma 4\$400; Sargento da mesma 2\$900; Capitão do fortim da Barra 4\$000; Sargento do mesmo 1\$900; Capitão do forte de Nossa Senhora das Mercês 4\$000; Sargento do mesmo 1\$900; capitão da Fortaleza do Paru 4\$000; Tenente da mesma 1\$900; Capitão da Fortaleza do Rio Negro 4\$000; Tenente da Fortaleza do Rio Negro 1\$900; Sargento da Fortaleza do Rio Negro 1\$900; Capitão da Fortaleza dos Tapajós 4\$000; Tenente da Fortaleza de Tapajós 1\$900; Sargento do número; sargento supra e tambor da mesma 1\$900 cada; Capitão da fortaleza de Pauxis 4\$000; Tenente da Fortaleza de Pauxis 1\$900; Sargento e tambor da Fortaleza de Pauxis 1\$900 cada; Capitania da fronteira de Joanes das salinas da casa forte do Guamá e do presidio do Macapá 1500 cada um; Tenente do presidio de Macapá 1\$900; Capitão de Guarda Costa 4\$400; Capitão mor da fortaleza de Gurupá, 6\$666; Capitão de infantaria da Fortaleza de Gurupá 4\$000; Ajudante da Fortaleza do Gurupá 1\$900; Condestável da Fortaleza do Gurupá 3\$400; Sargento do número, sargento supra, e tambor da Fortaleza do Gurupá 1\$900 cada. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 4; D. 374.

⁶³ “Sobre o que escreve o governador e capitão general do Estado do Maranhão a serca dos poucos soldados que a cidade de São Luís do maranhão e cidade do Grão-Pará para guarnecerem as fortalezas e presidios delas e vai lista que se acusa”. Lisboa, 2 de dezembro de 1722. *AHU*, Consultas do Maranhão e Pará, códice 209, fl. 5v-6.

A lei de proibição de militares realizarem qualquer negócio, citado pelo governador, é de 1720, intitulada *Lei Geral que proíbe Vice-Rei, capitão General, ou Governador, Ministro, ou oficial de Justiça, ou Fazenda, nem também os de Guerra, que tiverem patentes que são de capitão para cima inclusive, assim deste reino como de suas Conquistas, possa comerciar por si*,⁶⁴ consta no quadro de legislação sistematizados para o reinado de D. João V, no primeiro capítulo desta tese.

Se não bastava o soldo, se eram proibidos de comercializar como explicar a concorrência verificada nos editais para provimento de postos de capitães? A prestação de serviço ao rei, ou seja, a experiência militar na conquista era uma porta importante para prestígio social. Em uma sociedade do antigo regime esse é um elemento importante. Por outro lado, o acesso à terra e a outros títulos também atraíam esses homens ao serviço das armas. No capítulo 5 nos deteremos mais sobre essa questão.

Para agravar a situação das cinco companhias pagas existentes em cada capitania, as atividades militares em que estavam envolvidos os poucos soldados eram diversas para serem desenvolvidas em dilatado território. A intenção é mapear as atividades desenvolvidas por um soldado recrutado para uma tropa de linha. Para esta questão foi possível encontrar dados de 1728, 1730, 1733, 1736, 1737, 1739, 1741, 1742, 1744, 1746 e 1747.

Conforme destacou-se atrás, as informações sobre as companhias pagas das capitanias do Pará e Maranhão são mais regulares a partir de 1730. Isso está associado ao maior conhecimento do registro dessas companhias. Observa-se neste íterim que a falta de gente paga nas capitanias era agravada por dois fatores que até aqui ainda não foram mencionados: as dilatadas distâncias do Estado e as diversas atividades em que estavam destacados esses sujeitos.

Na documentação encontramos entre 19 e 20 atividades em que estavam distribuídos os soldados no Pará e Maranhão. Ou seja, há sobretudo uma incogruência entre o número de gente paga, atividades desenvolvidas e as distâncias dos locais onde desempenhavam as funções militares. Da sistematização obteve-se os seguintes dados.

⁶⁴ COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal. Leis Pertencentes as Ordenanças*. Tomo II, pp.14-15.

Quadro 8. Distribuição de soldados pagos na Capitania do Pará (1730-1747)

	1730	1737	1739	1741	1742
Soldados prontos	78	86	92	80	93
Nas praças	2	–	–	–	–
No serviço de V. M	2	–	–	7	–
Casa da Pólvora	3	4	4	3	4
Fortim das Mercês	3	1	5	3	3
Fortim da Barra	3	2	6	5	4
Fortaleza da Barra	5	9	7	5	5
Fortaleza do Gurupá	16	18	19	17	18
Fortaleza dos Tapajós	9	11	8	6	8
Presídio de Joanes	5	3	3	4	3
Presídio das Salinas	3	4	–	4	4
Presídio de Macapá	12	1	10	5	5
Casa Forte do Rio Negro	5	6	8	8	11
Casa Forte dos Pauxis	6	7	17	11	8
Casa Forte do Paru	6	6	7	4	8
Casa Forte do Guamá	–	–	–	4	5
Tropa de Guerra	47	–	–	–	–
Tropa de Resgate	–	–	6	8	2
Em descimentos	–	–	–	1	1
Nas Missões	7	–	–	–	–
Nas diligências Reais	6	–	–	–	–
Ribeira do Moju	–	2	–	–	1
Corte das madeiras	–	–	–	–	2
No resgate da farinha	–	1	–	–	–
Ajudante das Obras Reais	–	1	–	–	–
Ajudante da casa da pólvora	–	1	4	–	–
Na capitania do Maranhão	3	–	–	–	–
Correio do Maranhão	–	1	–	–	–
Doentes	4	–	–	–	4
Incapazes	6	1	4	–	1
Desertores	4	38	22	23	8

Fonte: AHU, Avulsos do Pará: Cx. 12, D. 1141; Cx. 20; D. 1873; Cx. 24, D. 2262. Cx.25, D.2317. Avulsos do Maranhão: Cx.25, D.2605.

Quadro 9. Distribuição de soldados pagos na Capitania do Maranhão (1737-1742)

	1737	1739	1741	1742
Soldados prontos para tomarem armas	98	101	67	125
Guarnição da casa da Pólvora	5	–	–	–
Trincheira de São Francisco	14	10	4	4
Fortaleza da Barra	5	–	–	1
Fortaleza de Itapecuru	6	Ilegível	5	4
Casa Forte do Iguará	4	7	1	5
Casa Forte do Mearim	8	9	5	5
Escolta do Icatu	5	4	–	–
Escolta das Terras Altas	7	–	–	–
Soldados na Tropa de Guerra que foi ao Piauí	–	–	57	–
Aldeia dos Barbados	–	1	1	1
Ajudante das obras reais	1	–	1	–
Ajudante das fortificações	–	–	1	1
Ajudante da casa da pólvora	1	–	1	1
Na aldeia do Cahicahy	–	–	–	1
Sertão do Piauí	–	–	–	1
Incapazes do serviço	24	21	18	–

Fonte: AHU, Avulsos do Pará: Cx. 20; D. 1873; Cx. 24, D. 2262; Cx.25, D.2317. Avulsos do Maranhão: Cx.25, D.2605.

Observa-se nos quadros que há um panorama complexo de atividades em que o militar na primeira metade do século XVIII estava inserido. Na lista de atividades em que estavam distribuídos os soldados do Pará nos anos 1730-1742, observa-se que o que a documentação chama de “soldados prontos” tem maior número. Entende-se por esta categoria soldados que estavam de guarnição e/ou prontidão para quaisquer eventualidade, fossem ameaças de guerras ou conflitos. Os soldados estavam “nas praças”, “no serviço de V.M.”, na casa da pólvora, na guarnição de fortalezas, fortins, presídios e casas fortes.

Os soldados também integravam a tropa de guerra, tropas de resgates e descimentos. Estavam presentes nas missões e diligências reais. Para a tropa de guerra, verifica-se dados somente no ano de 1730. O mapa refere-se à guerra do Rio Negro, do que

conclui-se que a tropa de guerra se constitui no momento da guerra, uma vez findo o conflito esta se desfaz. Por outro lado, verifica-se atividades que a primeira vista não estão diretamente ligadas a atividades militares, como por exemplo, soldados que estavam na ribeira do Moju, dois soldados em 1737 e um em 1742, no corte das madeiras, no resgate da farinha, como ajudantes das obras reais, ajudantes da casa da pólvora, na capitania do Maranhão e no correio do Maranhão.

Além dessas inúmeras atividades, para as quais certamente o número de soldados era insuficiente, chama a atenção o número de doentes, incapazes e desertores. Estes no ano de 1737 somavam 38; em 1739, o número era de 22; e, em 1741, de 23 soldados que haviam fugido das obrigações militares. Esses números são bem superiores, por exemplo, ao número de soldados existentes nesses anos para o fortim das Mercês, Barra e fortaleza da barra. Ou seja, o impacto da deserção para a manutenção dessas atividades militares parece ter sido bastante significativo.

Para a capitania do Maranhão, entre os anos 1737 e 1742, como destacado na tabela acima, a distribuição de maior número de soldados é para o que as fontes chamam de “soldados prontos”, tal como observou-se para o Pará. As razões são as mesmas, deixar disponível um número significativo de gente para acudir em qualquer eventualidade. Nesses anos, temos mais soldados na trincheira de São Francisco e na casa forte do Mearim seguido da casa forte do Iguará. Assim como no Pará há soldados também na guarnição e ajudantes na casa da pólvora, ajudante das obras reais, nas fortificações. Observa-se para o Maranhão o serviço de escoltas para o Icatu e Terras Altas. Além de estarem integrados em atividades nas aldeias.

No ano de 1741, 57 soldados foram destacados para tropa de Guerra que foi ao Piauí. Para essa capitania, chama atenção o número de “incapazes do serviço”. O número dos que são considerados incapazes por doença ou deficiência é bem superior aos soldados destacados para a fortaleza da Barra, Itapecuru, casa forte do Iguará e Mearim, por exemplo, sintomático do prejuízo causado pelas péssimas condições do serviço militar e do impacto que isso tem para a defesa da capitania, assim como se verificou no Pará no caso dos desertores.

Todavia, as dificuldades não se encerram no provimento das companhias regulares. Nesse quadro, é importante lembrar que essa força deveria ser provida a partir das listas de gente integradas às *ordenanças*. Essa força é a base da militarização lusa e, nesta

parte da conquista enfrentou muitos desafios para sua constituição, conforme vamos verificar.

2. As Companhias de Ordenanças.

Em 1689, o então governador Artur de Sá e Meneses parecia bem preocupado com os entraves para a constituição das companhias de ordenanças no Estado. Nesse ano, em carta à Coroa chegou a afirmar que nestas “partes é quase impossível arrumar as ordenanças”.⁶⁵ Quais seriam essas dificuldades que levaram à constatação do governador? Antes, porém, de caracterizar essas razões é importante compreender as prerrogativas que constituem essas companhias, e como essas determinações atrelam-se com as atribuições dos governadores e com as experiências defensivas da capitania do Pará.

A criação de companhias de Ordenanças em Portugal remonta ao ano de 1508, durante o reinado de D. Manuel (1495-1512), com a publicação do *Alvará de Regimento de Gente de Ordenança das Vinte Lanças da Guarda* (1508), estendido com o *Alvará das ordenanças de 7 de agosto de 1549*. Neles, dava-se direitos a homens livres “possuir armas correspondentes a sua fortuna e estatuto social”, além da obrigação de treinamentos militares.⁶⁶ Essa foi primeira iniciativa de transformação das forças medievais em exércitos do Estado, que, como destacamos no capítulo anterior, estava estreitamente ligado às políticas de expansão dos Quinhentos, sobretudo, às investidas lusas para o norte da África.

No reinado de Dom Sebastião (1556-1578), as iniciativas que visavam a constituição de um exército permanente ficaram bem mais evidentes: a publicação do *Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalos e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem* de 10 de dezembro de 1570.⁶⁷ E, quatro anos mais

⁶⁵ Carta do governador Artur de Sá e Meneses ao Rei. Belém do Pará, 4 de novembro de 1689. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 275.

⁶⁶ COSTA, Ana Paula Pereira. *Corpos de ordenanças e Chefias Militares em Minas Colonial: Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2014, pp. 17-18.

⁶⁷ “Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalos e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem” de 10 de dezembro de 1570. Esse regimento está

tarde, a *Provisão das Ordenanças* de 1574.⁶⁸ Esses dois documentos tornaram-se a base para a constituição de companhias de ordenança no reino, e serão a principal referência para a organização militar até pelo menos 1708, quando se publicam as *Ordenanças Militares*, no reinado de D. João V (1707-1750).⁶⁹ Além deste documento, trata dessa companhia a lei de 20 de novembro de 1623, intitulada *Regimento dos Oficiais das Ordenanças*.⁷⁰

As Ordenanças se caracterizavam por um forte caráter local, pois buscavam militarizar os locais mais distantes do reino. Essas ordenanças seriam a base para a formação de companhias militares formadas com súditos do Rei.⁷¹ De fato, no *Regimento de capitães mores e mais capitães e oficiais*, por exemplo, essa prerrogativa está presente, quando se destaca que para esses cargos fossem eleitas pessoas do local – cidades, vilas e concelhos.

No Estado do Maranhão e Pará, o alinhamento com as Ordenanças sebasticas está previsto no texto do *Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará*, de 1655. Dentre as atribuições dos governadores recomendava-se a organização dos moradores para que se “aliste nas Ordenanças fazendo *praticar nesta parte inteiramente o Regimento das Ordenanças do senhor Rei D. Sebastião*”.⁷² É importante destacar que as medidas legislativas de D. Sebastião, conforme José Damiano, “constituíram um eixo estruturante da organização militar que marcou todo o Antigo Regime português”.⁷³

transcrito em: NUNO, Roque. *A justiça penal militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2011. E, ainda disponível em: <http://www.arqnet.pt/exercito/1570capitãesmores.html>

⁶⁸ “Provisão das Ordenanças”. Essa provisão está transcrito em: NUNO, Roque. *A justiça penal militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2011.

⁶⁹ “Ordenanças Militares: Regimento para o Exército e tiver em campanha, ou quando fe achar aquartelado em algumas Praças, Villas, e lugares deste Reino, e do de Castela / D. João V”. Lisboa, 20 de fevereiro de 1708. *Biblioteca do Exército de Portugal*. Cota: E015; Coleção: Regulamentos.

⁷⁰ “Regimento dos oficiais da ordenança”- PT/Arquivo Histórico Militar -DIV-1-1-2- Lisboa 20 de novembro de 1623.

⁷¹ COSTA, Ana Paula Pereira. *Corpos de ordenanças e Chefias Militares em Minas Colonial*.

⁷² “Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará”. Lisboa, 14 de abril de 1655, *APEP*, Códice 01; D. 1

⁷³ RODRIGUES, José Damiano. “A guerra nos Açores”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org). *Nova História Militar de Portugal*. p.245.

Essa perspectiva também pode ser observada no que diz respeito ao uso e à posse de armas. Previam-se no texto do regimento dos governadores do Estado que em “todas as cidades, vilas e lugares que estiverem fundados nesse Estado que os moradores tenham suas armas e arcabuzes e mosquetes e outras munições e lanças”.⁷⁴ Em diversas partes, o regimento de 1570 dispõe sobre essa questão; no artigo 29, por exemplo, lê-se “assim mando a todas as pessoas de qualquer qualidade que sejam, que conforme este Regimento são *obrigados a ter armas* e ir com eles em Ordenanças nos tempos neles declarados”. Ressalta-se, ainda, “que obedeçam muito inteiramente a seus Capitães”.⁷⁵

Dessa forma, se determinava que todo morador alistado nas ordenanças tivesse armas a suas expensas. Todavia, na prática, esse alinhamento com as prerrogativas do reino na constituição das ordenanças do Pará enfrentou enormes problemas. A posse de armas, por exemplo, foi um dos entraves verificados por Sá e Meneses. O governador explicava ao rei, em 1689, que esta determinação era impossível de ser cumprida, pois as armas eram muito caras e os moradores pobres não podiam adquiri-las. E, mesmo para defesa do Estado, o armamento era limitado, já que consta no documento que o governador solicitava do reino duzentas bocas de fogo para a guarnição das fortalezas.⁷⁶

Mas, esse não foi o único problema. No reino, esse sistema abrangia todos os homens entre 18 e 60 anos de idade, excetuando-se eclesiásticos, fidalgos e os que “continuamente tenham cavalos”. Os recrutados eram organizados pelo capitão da companhia da ordenança e instruídos nas armas, sendo nessa direção um mecanismo que buscava estender a obrigação da defesa a todos os súditos.⁷⁷

De acordo com o regimento dos capitães-mores e mais capitães de 1570, as companhias deveriam ser formadas de 250 homens divididos em 10 esquadras de 25 homens. Cada companhia tinha “um capitão, um alferes, um sargento, um meirinho, um

⁷⁴ “Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará”. Lisboa, 14 de abril de 1655, *APEP*, Códice 01; D. 1

⁷⁵ “Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalos e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem”. Capítulo 29.

⁷⁶ Carta do governador Artur de Sá e Meneses ao Rei. Belém do Pará, 4 de novembro de 1689. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 275.

⁷⁷ “Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalos e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem”. Fls. 02 e 03.

escrivão e dez cabos”.⁷⁸ O cabo de esquadra tinha sob sua gerência os 25 homens de sua esquadra e era hierarquicamente subordinado ao capitão da companhia. Todavia, essa organização poderia ser alterada de acordo com as especificidades locais. Essas companhias poderiam ser formadas faltando até três esquadras; mais que isso, recomendava-se que os homens fossem distribuídos em companhias já existentes.⁷⁹

Nesse aspecto residia outro entrave para as ordenanças do Pará, observado ainda em meados do século XVII, pelo capitão-mor do Pará Sebastião de Lucena Azevedo. O militar descrevia as dificuldades de constituir as ordenanças, pois “os moradores da terra são cento e dez homens de dezesseis até sessenta anos de idade” e trezentos índios domésticos de vinte até sessenta anos de idade. Com este cômputo de gente, nos termos ideais do regimento, não bastava para formar sequer uma companhia. Se consideramos a faixa etária prevista (18 e 60 anos), menos ainda bastaria, os 110 homens mencionados pelo capitão-mor.⁸⁰

Somava-se a isso um quadro defensivo lastimoso. A praça contava somente com dezesseis peças de artilharia, sendo que sete precisavam de reparos. A “fortaleza quase no chão em muitas partes”, “cento e vinte balas miúdas mosquetes e arcabuzes mal aparelhados pela falta de oficiais para fazer seis quintais de balas miúdas”. A carta resume o estado defensivo descrevendo que na capitania havia “sessenta soldados pagos em duas companhias nenhum artilheiro e três com praça de artilheiros sem se saber de artilharia coisa alguma, e não há nesta terra quem os ensine nem quem tenha luz de tal mister”. Informava, finalmente, algumas providências: “tenho convocado aos moradores e índios para tratar de fortificar e reparar está pobre e desmantelada fortaleza”.⁸¹

Ou seja, formar ordenanças de 250 moradores entre 18 e 60 anos de idade, no Pará, em que havia, conforme Lucena Azevedo, somente 150 homens, contando ainda com os que tinham 16 anos que, pelo regimento de 1570, não seriam alvo do recrutamento, parecia impraticável. Todavia, os desafios eram ainda maiores. Reunir “gente de locais próximos” para os treinamentos regulares, como determinava o regimento, no Estado do

⁷⁸ *Idem*, fl.04.

⁷⁹ *Idem*, fl.04.

⁸⁰ Carta do capitão mor do Pará Sebastião de Lucena Azevedo para o rei. Belém do Pará 1 de janeiro de 1647. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 1; D.63.

⁸¹ *Idem*.

Maranhão, era uma tarefa complicada, considerando-se que essa população estava pulverizada por uma região extensa entrecortada de rios, uma geografia completamente distinta da do reino.

Pelo *Regimento dos capitães mores e mais capitão*, determinava-se que “nos lugares em que houver menos de duzentos e cinquenta homens se ajuntará com eles gente das Aldeias (...) para fazerem uma Bandeira de duzentos e cinquenta homens, *com tanto que não estejam em distância de mais de uma légua*”.⁸² Essa prerrogativa nas observações de Arthur Sá e Meneses em 1689 era inviável no Pará. Nas suas palavras, os moradores “destas cidades e vilas” “habitam nas suas fazendas” que uma das outras “não é tão pouca a distância que não sejam de quatro ou cinco léguas”. Situação que impedia que o governador os obrigasse nas ordenanças, pois, assim, “não poderão fazer as suas lavouras e padecerão grande detrimento, principalmente no Pará donde a navegação é pelos rios e não tem nenhuma comunicação por terra”.⁸³

Nesse caso, a distância geográfica era o grande empecilho. Poucos moradores dispersos por um imenso território de rios e florestas. Associado a isso os prejuízos que o deslocamento dessa gente para exercícios militares, causaria nas lavouras. Esse foi o quadro que levou o governador Artur de Sá e Meneses a afirmar, em 1689, que nestas “*partes é quase impossível arrumar as ordenanças em sítios donde se possam achar juntos na ocasião que forem necessário*”.⁸⁴ De fato, nesses termos, a constituição de ordenança no Pará era problemática.

Verifica-se, portanto, problemas vinculados ao número de moradores que não bastava para o enquadramento do perfil dos 250 homens necessários para formar uma companhia, conforme previa o regimento. Além das distâncias geográficas que separavam os moradores em vilas e fazendas que, segundo Sá e Meneses, ultrapassavam em muito a légua que ressaltava o regimento para formar uma companhia. Somava-se a esses aspectos, a implicação da ordenança nas lavouras e a pobreza dos moradores que

⁸² “Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavallo e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem”. Capítulo 12.

⁸³ Carta do governador Artur de Sá e Meneses ao Rei. Belém do Pará, 4 de novembro de 1689. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 275.

⁸⁴ *Idem*.

não tinham recursos para possuírem, a suas expensas, as armas de que tratava a disposição legal.

Há, nestes termos um desajuste entre a realidade colonial e as disposições presentes no *Regimento dos capitães mores e mais capitães* e no *Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará*. Certamente, foram também esses desafios constatados, ainda no século XVII, que impulsionaram a adequação das Ordenanças do Pará a essas especificidades locais. Em 1690, um ano após as queixas do governador Sá e Meneses, ficou determinado que no Pará ao se formarem as companhias de Ordenanças se assinalassem os distritos com a proporção de distâncias. Isso era importante para se verificar se podiam juntar-se em tempo hábil para a disciplina e prontidão em caso de guerra. Conforme consta na consulta do Conselho essa poderia ser uma alternativa para “as dificuldades que entre si tiverem de rios, ou matos para se comunicarem”.⁸⁵

A constituição das Ordenanças no Estado passou a determinar-se pela lógica dos rios. Portanto, embora houvesse uma legislação constituída, estas flexibilizavam-se às demandas internas. No entendimento da Coroa, não parecia necessário criar novos postos de capitão das ordenanças, pois nos “rios cada um deles tem capitão que governa os moradores que o habitam” exceto o Munim (na capitania do Maranhão) pelo fato de ser menos habitado.

Esse recuo ao século XVII foi necessário para averiguarmos que os desafios impostos para a constituição dessa força, ainda nesse momento, subsidiaram uma adequação às especificidades locais que implicará nas ordenanças para a primeira metade do século XVIII. A prerrogativa do rearranjo das ordenanças determinado por distritos e rios se manteve para esse período, e parte-se do pressuposto que esse foi um mecanismo para a disseminação de postos de oficiais, e abuso de poder local canalizados nessas companhias em diversas partes da capitania.

A atribuição dos governadores no provimento dos postos de capitão parece ter contribuído para os abusos cometidos pelos capitães. Essa perspectiva é destacada por Rafael Ale Rocha, ao verificar que ao prover os postos de oficiais de ordenanças, não raro os governadores do Estado eram acusados de “extrapolarem as jurisdições que lhes

⁸⁵ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa 16 de setembro de 1690. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3, D. 283.

eram legadas pelas normas régias”. Essa prática ocorria em casos em que os governadores tinham por negado seus provimentos, estes “criavam postos – nomeando seus agraciados”.⁸⁶

No regimento de 1570, a eleição para os postos de capitães das companhias, alferes, sargentos e mais oficiais também se assenta nessa prerrogativa. Ora, esta se fazia em “câmara pelos oficiais dela e pessoas que costumam andar na governança dos tais lugares”. Assim, se destaca que “na eleição dos ditos capitães, especialmente os mores, terão sempre respeito que sejam pessoas principais das terras, e tenham partes e qualidades para os ditos cargos”.⁸⁷ Assim também deveria ocorrer no Estado do Maranhão, conforme se determinava no regimento dos governadores em 1655. Todavia, esse regimento não bastava para tornar claro o provimento desses postos.

No Pará, uma carta régia de 1686, como explica Ale Rocha, reiterava as disposições presentes no regimento dos governadores de 1655, no que diz respeito ao alinhamento com o regimento de D. Sebastião e ressaltava a importância da confirmação dos postos por meio de patente militar e delegava aos governadores o papel de “apenas confirmar as eleições”. A eleição, então, deveria ser feita no âmbito da câmara. Todavia, na primeira metade do século XVIII outras três leis tratariam dessa questão, em 1709, 1739 e 1749.⁸⁸

Pelas determinações de 1709, as câmaras, juntamente com o ouvidor, provedor ou o capitão-mor sugeriam os três nomes para ocupar o posto; ao governador caberia o papel de indicar entre os três o mais apto; e ao rei confirmar a carta patente. Assim, pareciam definir-se os espaços e atribuições das três instâncias de poder. A lei de 1739 diminuía a ação da câmara no provimento dos postos, pois determinava que somente aos

⁸⁶ ROCHA, Rafael Ale. “O provimento dos oficiais da tropa de ordenança: poder, instituição e elites locais no Estado do Maranhão e Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)”. In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *História Militar da Amazônia*. p.85

⁸⁷ “Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalos e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem”. Fls. 02 e 03.

⁸⁸ ROCHA, Rafael Ale. “O provimento dos oficiais da tropa de ordenança: poder, instituição e elites locais no Estado do Maranhão e Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)”, p. 93.

governadores caberia o provimento desses postos. Como explica Ale Rocha, a lei legitimava o que de “costume” era praticado no Estado.⁸⁹

Essa prática em grande parte deve-se ao rearranjo permitido às ordenanças no Pará que tratamos atrás. A partir de 1690, a determinação que essas companhias pudessem organizar-se em distritos possibilitou a multiplicidade de postos, e o provimento à revelia das disposições legais. A lei de 1739 parece consagrar o que na realidade já ocorria. Todavia, o poder de provimento nas mãos dos governadores causava grande inquietação na câmara, que reivindicava o seu espaço na escolha dos capitães das ordenanças.

Uma provisão régia de 1720 enviada ao governador do Estado revela essa prática, descrita no documento como “coisa estranhável” e “abuso de grande vexação para os povos”.⁹⁰ Ocorre que em todos os locais da capitania do Pará, mesmo onde havia um número muito inferior aos 250 homens que se previa no regimento para constituição de companhias, eram providos capitães e sargentos mores.

Na carta consta que Francisco Galvão da Fonseca, provedor da Fazenda da capitania do Pará, havia relatado o descumprimento do regimento que determinava que “nas vilas em que *não houver mais de uma companhia*, e que esta tenha duzentas e cinquenta homens, conforme cap. 12 do mesmo regimento⁹¹, *não haja capitão mor, nem sargento mor*”. Todavia, verificava-se no Estado que “todas as vilas têm capitães mores, e sargentos mores, sendo muito pequenas”. Esse era o caso, por exemplo, da vila de Vigia que constava haver setenta e cinco homens, e tinha capitão mor e sargento mor, e a do Caeté com 30 homens da mesma, com capitão e sargento mor.

⁸⁹ *Idem.*

⁹⁰ Carta do governador João da Maia da Gama para o Rei em resposta a uma provisão régia de 15 de maio de 1720, sobre as disposições legais do Regimento das Ordenanças da capitania do Pará. Anexo cópia do capítulo 12 o Regimento das Ordenanças. Belém do Pará 18 de agosto de 1722. AHU, Avulsos do Pará. Cx. 7, D. 603.

⁹¹ O capítulo 12 do *Regimento* que trata o documento dispõe que: “Cada companhia será de duzentos e cinquenta homens em que haverá esquadras e terá um capitão, e um alferes e um sargento e um meirinho e um escrivão, e dez cabos, e ao capitão da companhia acudirá os dez cabos de esquadras dela cada vez que cumprir ajuntarem-se ou ele mandar e em tudo obedecerá ao seu capitão”. Anexo da Carta do governador João da Maia da Gama para o Rei. AHU, Avulsos do Pará. Cx. 7, D. 603. Ver em: Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalo e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem”. Cap. 12.

Consta ainda que o mesmo se praticava na capitania do Maranhão. Esses sujeitos se valiam desses postos das ordenanças para praticar abusos, servindo-se dos “moradores pobres” e “outros excessos praticado por esses capitães”. Vale lembrar que, pelo regimento dos capitães-mores, os moradores integrados eram hierarquicamente subordinados ao capitão da companhia.⁹² Ou seja, um preâmbulo legal para a imposição de poder desses sujeitos sobre os demais moradores. O rei recomendava, ainda, na provisão, que esses capitães não usassem “do tratamento continuado de oficiais senão nas mostras e mais funções de seu cargo” e “que os tais postos sejam feitos na forma do regimento, por eleição dos moradores, e não só do provimento dos governadores”.⁹³

A lei de 1749 espelha bem essa compreensão. Determinava-se que no provimento dos postos havia necessidade de considerar as propostas das câmaras, ao governador caberia a escolha a partir da indicação da câmara, e ao rei o papel de confirmar ou não o sujeito pretendido ao cargo. Ale Rocha afirma que essas leis promulgadas por D. João V, em 1709, 1739 e 1749, tinham em comum a “preocupação com a multiplicação de postos” das ordenanças, uma tentativa de ordenar esses provimentos no Estado do Maranhão.⁹⁴ Por outro lado, pode-se afirmar, ainda, que foram mecanismos que pretendiam equilibrar os interesses da Coroa com os interesses do poder local nem sempre convergentes.

Por outro lado, o conjunto de leis sobre as ordenanças e os postos de capitães assinala para a importância que essas companhias tinham para os corpos defensivos da Coroa. Convém lembrar que esse sistema defensivo era a base para a constituição de um exército permanente em Portugal e nas conquistas. Os moradores alistados não recebiam soldo, poderiam exercer outros ofícios, mas em caso de perturbação pública deveriam

⁹² “Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalos e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem”. Fls. 04.

⁹³ Carta do governador João da Maia da Gama para o Rei em resposta a uma provisão régia de 15 de maio de 1720, sobre as disposições legais do Regimento das Ordenanças da capitania do Pará. Anexo cópia do capítulo 12 o Regimento das Ordenanças. Belém do Pará 18 de agosto de 1722. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 7, D. 603.

⁹⁴ ROCHA, Rafael Ale. “O provimento dos oficiais da tropa de ordenança: poder, instituição e elites locais no Estado do Maranhão e Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)”, p. 93.

estar prontos para combater. Eram ainda dessas companhias que saíam os soldados das tropas de regulares e auxiliares.⁹⁵

O posto de capitão das ordenanças funcionava como um elo entre o rei e os súditos. Por essa razão, esse lugar era estratégico. A partir desses “principais da terra” se levaria a ação do rei aos lugares mais distantes do reino e, portanto, constituíam-se a partir do poder local. Entre as obrigações dos que ocupavam esse posto estava o de levantar e ter de prontidão gente para defesa e guerra. Essa atribuição pressupõe o conhecimento “de quanta gente há no lugar de sua capitania” capazes de pegar em armas, os quais eram alistados nominalmente pelo escrivão da câmara.⁹⁶ Essa prerrogativa imbuía-se de um poder de ação desses sujeitos sobre os moradores alistados. Esse aspecto levou a disputas por esses provimentos no Pará, protagonizados pela ação dos governadores e a câmara.

Ao que parece, na capitania do Pará as ordenanças estiveram muito mais ligadas ao arranjo de interesse vinculados aos poderes locais de uma elite envolvida na governança,⁹⁷ do que propriamente ocupadas com as questões defensivas da capitania.⁹⁸

⁹⁵ “Regimento dos oficiais da ordenança”- PT/Arquivo Histórico Militar -DIV-1-1-2- Lisboa 20 de novembro de 1623.

⁹⁶ *Idem*, fl. 03.

⁹⁷ Sobre poderes locais, elites ou nobreza da terra ver: KRAUSE, Thiago. “Ordens Militares e Poder Local: elites coloniais, Câmaras municipais e fiscalidade no Brasil seiscentista”. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (orgs). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012; GUEDES, Roberto (org). *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados (séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; CUNHA, Mafalda Soares da. (Coord.). *Optima Pars: Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político-Portugal, século XVII*. Coimbra: Livraria Almediana, 1994.

⁹⁸ DIAS, Joel Santos. “Os ‘verdadeiros conservadores’ do Estado do Maranhão: Poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)”. Dissertação de Mestrado. *Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia-*

Mas, essa é uma questão que não cabe aos limites desta tese, pois requer outros investimentos de pesquisa. Aqui o interesse é verificar as capacidades das forças legais constituídas para defesa da capitania do Pará na primeira metade do século XVIII. Voltemos a esse objetivo.

Na sistematização de dados presentes em mapas e listas das companhias militares da capitania do Pará e Maranhão verifica-se que os registros dessas listas de moradores eram pouco regulares. Para o século XVII, não obtivemos dados sistemáticos sobre essas companhias, somente informação sobre 1647, em que consta na capitania do Pará haver 110 pessoas alistadas nas Ordenanças. Para a primeira metade do século XVIII foi possível sistematizar os dados da tabela abaixo:

Quadro 10. Número de gente nas ordenanças na capitania do Pará e capitania do Maranhão (1647-1747)

Ano	Capitania do Pará	Capitania do Maranhão
1647	110	----
1720	570	785
1730	492	----
1736	224	----
1739	158	252
1744	517	905
1746	583	905
1747	594	----

Fonte: AHU, Avulsos do Pará: Cx. 1, D. 28; Cx. 1, D.63; Cx. 12, D.1142; Cx. 1, D. 66; Cx. 3, D. 299; Cx. 5, D. 451; Cx. 6, D. 481; Cx. 8, D. 724; Cx. 9, D. 852; Cx. 9, D. 859; Cx. 10, D. 946; Cx. 11, D. 974; Cx. 11, D. 974; Cx. 12, D. 1141; Cx.17, D. 1632; Cx. 19, D. 1776; Cx.20, D. 1873; Cx. 24, D. 2262; Cx. 25, D.2317; Cx. 27, D. 2580; Cx. 28, D. 2681; Cx. 29, D. 2804.

Como se observa nos anos de 1736, 1739, 1744, 1746 e 1747, os registros dessas companhias tornaram-se mais regulares. Na capitania do Pará, somente em 1747 obtém-se o número de 594 pessoas alistadas nas Ordenanças e na capitania do Maranhão o

UFPA. Belém, 2008; SANTOS, Arlindyane dos Anjos. “‘Gente nobre da governança’: (re) invenção da nobreza no Maranhão Seiscentista (1675-1695)”. Monografia de Graduação. Universidade Estadual do Maranhão, 2009.

maior cômputo é nos anos 1744 e 1746, nos quais se registra 905 indivíduos nessa companhia. Se considerarmos o que prevê o *Regimento dos capitães mores e mais capitães*, no qual se define que cada companhia de ordenança deveria ser formada por 250 moradores, verifica-se que nestes anos de maior quantitativo, não eram insuficientes para formar 3 companhias no Pará e 4 no Maranhão. É importante destacar que pelo regimento das Ordenanças a listagem era de homens entre 18 e 60 anos de idade. Nesses termos, o oficialato para o Pará seria formado 2 capitães e 2 sargentos e no Maranhão 4 capitães e 4 sargentos.

Ora, como vimos atrás, as queixas atrelavam-se justamente à multiplicação desses postos, e à instituição de companhias de ordenanças em lugares das capitâneas com um número muito reduzido de moradores. Essa prática ocorria sem atendimento à disposição prevista no regimento, em que se determinava o número de 250 moradores para o provimento desses postos.

De fato, ao que consta, o número do oficialato foi bem superior ao que pelas disposições legais seria necessário à capitania do Pará e à capitania do Maranhão. É o que fica evidente em 1728, ocasião em que Alexandre de Souza Freire passava ao rei a relação do provimento de postos vagos que havia feito para as ordenanças do Estado. Constava na lista para o Maranhão: companhia de ordenança de São Luís para a qual fora provido para capitão Manoel da Costa Dias e João Pereira ao posto de ajudante. Para São Luís ainda aparecem na lista Antonio Correia e José [?] para capitão e ajudante respectivamente. Isso sugere a existência de duas companhias em São Luís.⁹⁹

Além de São Luís, consta também ordenança na Vila de Icatu para qual foram providos Francisco Xavier Pinheiro, para capitão, e Manoel Rodrigues para ajudante. Ordenança de Itapecuru na qual recebeu o posto de capitão Frederico Nunes de Melo e para ajudante Inácio de Oliveira. Ordenança do rio Mearim para a qual foi provido Baltazar Pereira dos Reis como sargento-mor. Para o Mearim, aparecem ainda Manoel Rodrigues da Costa sargento-mor da ordenança. Na ordenança da vila de Santo Antonio

⁹⁹ Carta do governador Alexandre de Sousa Freire para o rei sobre os provimentos que fez de alguns postos de Ordenanças. Anexo: relação. Belém do Pará, 21 de setembro de 1728. *AHU*, avulsos do Pará, Cx. 11, D. 992.

de Alcântara constava Manoel Barbosa ao posto de capitão e a Inácio Pereira de Carvalho como ajudante.¹⁰⁰

Confrontando essas informações com os dados da tabela, logo verifica-se que havia de fato, mais companhias do que bastava aos moradores, se houvesse o atendimento legal para formar as companhias de 250 homens. Para o Pará, na lista de Alexandre de Souza Freire aparece a ordenança da Vigia, para a qual foi provido Manoel Teixeira Coelho ao posto de sargento-mor.¹⁰¹ Em um mapa de Ordenança do Pará de 1730, verifica-se uma lista 492 moradores. Ou seja, se esse cômputo fosse organizado em companhias de 250 homens, mal se formariam 2 companhias.¹⁰² Todavia, o documento discrimina esses moradores em 7 companhias, o que significa, uma dilatação de postos de oficialato, como se tem mostrado.

Sobre essa questão, há ainda um aspecto a ser mencionado. A listagem de moradores incluía todos os homens capazes de pegar em armas, ou seja, entre 18 e 60 anos. Dessas listas, pelas normas da militarização do reino saíam os sujeitos para integrar as companhias pagas. Ocorre que, desse universo de moradores, havia aqueles que eram isentos do serviço militar por serem considerados cidadãos ou privilegiados. Eram considerados cidadãos sujeitos ligados a espaços políticos de atuação de poder local como as câmaras. Além daqueles provenientes de famílias de conquistadores, ou ainda os que recebiam privilégios pelos serviços prestados. Além desses, havia casos completamente distintos, como foi o de Vigia, onde os moradores alegavam ter privilégios¹⁰³ e serem isentos do serviço das armas por estarem situados na costa, um lugar estratégico e suscetível a invasão e ameaça estrangeira. Razão pela qual, como

¹⁰⁰ *Idem.*

¹⁰¹ *Idem.*

¹⁰² Mapa das Ordenanças que se encontram na praça da capitania do Pará elaborado de acordo com a mostra geral de 20 de setembro de 1730. Anexo: listas. Pará 20 de setembro de 1730. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx.12, D. 1142.

¹⁰³ Esse privilégio foi mencionado no requerimento de Mariana Tolosa, quando pedia baixa de soldado ao neto Severino. Pará, 9 de novembro de 1743. Anexo: requerimento. *AHU*, Avulso do Pará, Cx. 26, D. 2449. Ver ainda sobre a questão: Carta regia anexo da Carta dos oficiais da câmara de Vigia ao Rei. Belém 9 de setembro de 1727. *AHU*, Cx. 10, D.920; Carta do governador João de Abreu Castelo Branco, para o rei. Pará, 9 de novembro de 1743. *AHU*, Avulso do Pará, Cx. 26, D. 2449.

alegavam os moradores se fossem recrutados, significaria ir servir em outro local deixando a vila despovoada e propensa a ataques.

De acordo com Fábio Faria Mendes, o Estado português “tece um mosaico de privilégios e isenções em torno do serviço das armas”. Esses sujeitos que se encontravam sob as “redes sociais de proteção” compunham na experiência colonial, uma categoria social que se queria distinta a partir da relação que estabeleciam com o rei. Essa construção do privilégio e da nobreza da gente da terra desenhava-se no limite entre os interesses da administração colonial, como a defesa e a manutenção de redes de clientelas e favores também importantes na dinâmica e ação da Coroa nesses espaços. Ao capitão-mor das ordenanças cabia a tarefa de compreender bem esses limites, entre os que eram passivos de deslocarem-se para as tropas e aqueles que possuíam a isenção do serviço.¹⁰⁴

Por essa razão deveriam ser dispostos em listas separados. Assim se apresentava o Mapa de Ordenança do Pará, em 1730. Discrimina-se os 492 moradores em: lista dos cidadãos da cidade, com o quantitativo de 101 moradores; companhia dos filhos dos cidadãos que somavam 100 homens; companhia dos privilegiados somava-se 64 pessoas; companhia do capitão Xavier de Souza Ataíde com 52 homens alistados; companhia do capitão Manoel Morais Bitencourt com o número de 76 homens; companhia do capitão João Furtado de Vasconcelos, com 42 alistados e a companhia do capitão José Fernandes Araújo, com 57 homens.

Excetuando-se as companhias de cidadãos, filhos de cidadãos e privilegiados,¹⁰⁵ restava às companhias regulares 227 homens que não contavam com as redes de proteção estabelecidas sobre os demais. Se considerarmos os dados apresentados no Quadro 4, sobre as companhias pagas, verifica-se que, em 1730, essa força compunha-se de 261 soldados. A ordenança, assim com as companhias regulares não estavam muito bem providas de gente. Meu interesse, neste estudo é sobre esses sujeitos que estavam diretamente ligados à defesa. Pelas mesmas razões apresentadas atrás sobre os

¹⁰⁴ MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”. In: CASTRO, Celso IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar brasileira*, pp. 113-114.

¹⁰⁵ Sobre essa questão ver: SANTOS, Arlindyane dos Anjos. “‘Gente nobre da governança’: (re) invenção da nobreza no Maranhão Seiscentista (1675-1695)”. Monografia de Graduação. *Universidade Estadual do Maranhão*, 2009.

poderes locais no âmbito das câmaras, aqui também não são objeto as companhias de privilegiados e cidadãos, pois trata-se de um vetor distinto de análise. Muito embora, em caso de grande perturbação, como uma invasão estrangeira, todos deveriam tomar armas, até mesmo os privilegiados e cidadãos.

Portanto, as ordenanças no Estado do Maranhão parecem estar muito mais vinculadas ao poder local e interesses pessoais, do que necessariamente compõem uma força com treinamentos militares regulares, com listas de moradores capazes de acudir nas guerras, e ou à expansão da fronteira colonial como determinavam os regimentos. O imbróglcio em torno da multiplicação de postos de oficiais é evidente nessa perspectiva. Além disso, as listas de moradores disponíveis para a defesa da capitania eram redesenhadas pelos privilégios, o que empurrava a ação do recrutamento compulsório para colonos pobres, degredados, “vadios”, “vagabundos”, “mestiços” e de mobilização indígenas do sertão, como vamos tratar no capítulo 4. Isso ocorre porque o serviço militar era indesejável pelas péssimas condições do serviço, baixos soldos e por ter que ir servir longe do local de origem.¹⁰⁶

Na primeira metade do século XVIII, as companhias de ordenanças determinavam-se a partir desses limites apresentados. De acordo com Christiane Figueiredo Pagano de Mello, a principal medida da Coroa em alinhavar, de fato, essas companhias aos interesses de defesa da colônia, foi com a Carta Régia de 22 de março de 1766, enviada ao Vice-Rei Conde da Cunha e aos Governadores e Capitães-Generais do Brasil. Determinava-se a partir de então, o “alistamento de todos os moradores sem exceção fossem estes “nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos” para compor corpos de auxiliares e ordenanças.¹⁰⁷

Tratava-se de uma política mais abrangente para tornar a população militarizada. O teor dessa legislação foi também verificado em Minas Gerais, como escreve Francis

¹⁰⁶ Sobre essa questão ver: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *Razões para desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. E, ainda: VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia Colonial*. Sobretudo capítulo III.

¹⁰⁷ MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. “Forças Militares no Brasil Colonial”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*, p.110

Albert Cotta.¹⁰⁸ E, para as capitanias do Pará e Maranhão, em carta régia de 19 de abril de 1766, passada ao governador do Estado do Grão-Pará Fernando da Costa Ataíde. O texto da lei é o mesmo: o “alistamento de todos os moradores sem exceção fossem estes “nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos”.¹⁰⁹ Essa base legal parece indicar, como afirma Pagano de Mello, que a Coroa “necessitava inegavelmente da colaboração, espontânea ou coerciva, dos habitantes da Colônia para a conservação da integridade de seu território colonial”.¹¹⁰

No caso do Pará, a julgar pelas experiências da constituição das Ordenanças da primeira metade do século XVIII, e tendo em vista os esforços da Coroa em profissionalizar suas companhias, a partir da década de 1760, essa Lei pode ser interpretada como uma tentativa de tornar essa companhia, menos política, e mais combativa.

3. As Companhias Auxiliares

Para fechar esse quadro de forças, é preciso incluir uma reflexão sobre as companhias auxiliares. O fato curioso que após o levantamento de todos os mapas e listas que citamos atrás, em um período de 1624 até 1747 as *Milicias*, ou *Companhias Auxiliares*, não aparecem em nenhum desses documentos. Por que isso ocorre? Antes de lançar qualquer resposta possível a essa pergunta, é importante conhecer um pouco mais sobre a constituição dessa força intermediária.

Essa força se constituiu em Portugal em 1641, um ano após a criação das companhias regulares. Trata-se de uma segunda força militar, como próprio nome indica, que funcionaria como auxiliar das tropas regulares; eram de serviço não remunerado e obrigatório para os civis, constituindo-se em forças deslocáveis que prestavam serviço

¹⁰⁸ COTTA, Francis Albert. “Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII”. *Revista de humanidades*. V. 03. N. 06, out./nov. de 2002, p. 75.

¹⁰⁹ Carta régia de D. José I para o governador do Grão-Pará e Maranhão Fernando da Costa Ataíde. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 58, D. 5270.

¹¹⁰ MELLLO, Christiane Figueiredo Pagano. “Forças Militares no Brasil Colonial”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*, p.110.

de apoio às tropas pagas. As milícias estavam, assim como as regulares, organizadas em terços e companhias.

Os corpos de auxiliares eram armados, exercitados e disciplinados. Esta força era composta por homens aptos para o serviço militar, porém a diferença em relação à primeira força, é que os soldados não ficavam ligados permanentemente à função militar. A importância desta força na segunda metade do século XVII, para Portugal, é evidente, basta verificar os diversos regimentos e alvarás que tratam das companhias auxiliares, produzidos nesse contexto, como a *Carta Régia sobre a Criação de soldados auxiliares*,¹¹¹ o *Alvará sobre a companhia auxiliar*,¹¹² o *Alvará dos Privilégios dos Soldados Auxiliares*,¹¹³ o *Regimento para introdução dos soldados auxiliares*¹¹⁴ e o *Alvará sobre os soldados Auxiliares*.¹¹⁵

Com as companhias regulares, as ordenanças e as auxiliares toda a população do reino ficava militarizada, por meio do alcance dessas três forças. Dessa forma, estavam sistematizadas as questões defensivas no reino. Todavia, a experiência nas colônias desenhou um sistema defensivo que, em muitos aspectos, se distância dessas prerrogativas, como já indicamos anteriormente.

No reino, as companhias auxiliares foram criadas para suprir a falta de gente nas companhias regulares. Não sem razão, havia vários privilégios e estratégias de atrair gente para servir nessas companhias. Portanto, está na matriz de constituição dessa força a insuficiência da tropa paga. Ora, se temos um quadro militar no Estado do Maranhão em que a inexpressividade dos soldados pagos pode ser constatada em um longo período de 1624 até 1747, pela lógica de como se constituíram no reino, essas companhias não só deviam constar nos registros, como também deveriam ocupar um lugar central nas diligências militares. Mas, ao que parece não foi isso que aconteceu.

¹¹¹ “Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares, Lisboa, 7/1/1645”, in: *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa* compilada por José Justino de Andrade e Silva, v. de 1640 a 1647, p. 271-272.

¹¹² “Alvará sobre a companhia Auxiliar”, 1645. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33.

¹¹³ “Alvará do Privilégio dos Soldados Auxiliares”.1645. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33.

¹¹⁴ “Regimento para introdução dos soldados auxiliares”-PT-AHM-DV-1-02-1-28

¹¹⁵ “Alvará sobre os Soldados Auxiliares”. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33

Todavia, se, no Estado do Maranhão, se verifica a ausência das companhias auxiliares, em diversas capitanias do Estado do Brasil elas se tornaram centrais.

Ao analisar o contexto da capitania de Minas Gerais, especificamente a comarca de Serro Frio, entre os 1730-1763, Ana Paula Costa verifica a atuação e utilidade de companhias de tropas de pardos e pretos para atuarem, sobretudo, no ordenamento do território, no que diz respeito “aos excessos e inconveniências causadas por fugas de escravos, roubos, garimpo ilegal”.¹¹⁶ Todavia, a presença de pretos e pardos ficará mais sistemática a partir da segunda metade do século XVIII.

Francis Albert Cotta, como vimos, explica que, numa carta régia de 22 de março de 1766, se determinava ao governador de Minas que “mandasse alistar todos os moradores sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e que à proporção dos que tiver cada uma das referidas classes, forme terços de auxiliares e ordenanças, assim de cavalaria como de infantaria”.¹¹⁷ A medida parece ter surtido efeito positivo, em 1775, no terço de Vila Rica, Cotta registrou 13 companhias de 60 homens pardos, e 40 companhias de 60 homens pretos.¹¹⁸

Em Pernambuco, as milícias de pardos e pretos foram criadas na ocasião da invasão holandesa no Nordeste açucareiro (1630-1654). Luís Geraldo Silva ressalta que essa experiência inaugura a incorporação de “gente de cor” em tropas na América portuguesa. Em suas pesquisas, lembra o papel de Henrique Dias, preto que tinha o título de mestre de campo desde a década de 1650. Essa função social também será desempenhada por pardos ao longo do século XVIII, cujas informações são registradas partir de 1710. Alguns dados apresentados por Geraldo Silva, a partir de um mapa de 1768, lhe permitem afirmar que “as tropas formadas por afrodescendentes livres e

¹¹⁶ COSTA, Ana Paula Pereira. “Militares pardos e pretos e sua “utilidade” para o bom governo da região de Serro Frio: notas de pesquisa”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 560-581, maio-ago. 2016.

¹¹⁷ COTTA, Francis Albert. “Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII”. *Revista de humanidades*. V. 03. N. 06, out./nov. de 2002, p. 75.

¹¹⁸ *Idem*, p. 77.

libertos, designadas como ‘Auxiliares Pardos’ e ‘Auxiliares Pretos’, compreendiam, respectivamente, 6% e 7% de um total que havia se elevado para 25.295 praças”.¹¹⁹

Cristiane Figueiredo Pagano de Mello ressalta que no seu governo no Brasil (1769-1779), o Marquês de Lavradio via nas companhias auxiliares o mecanismo mais eficiente de “integrar os povos, quais sejam: negros, cabras, mestiços, e outras gentes semelhantes, compreendidas entre índios, forros, homens brancos livres e pobres, ao corpo político do Estado” a partir de uma percepção de ordem social.¹²⁰

A atuação dessa gente de cor em companhias era de longa data. Em 11 de junho de 1643, em consulta ao Conselho de Guerra, apresentou-se a petição de um “negro que foi sargento-mor dos negros no Brasil que se ofereceu a levantar nesta cidade [Lisboa] os negros forros necessários” para formar companhias para servir no reino. A sua experiência de sargento-mor de um terço de negro no Brasil foi central para a obtenção do parecer favorável. Na justificativa, o Conselho ressaltava que, assim como no Brasil, na Índia “estes negros serão de maior préstimo que nem uma outra gente assim para este exercício como para (quando convenha e se ofereça ocasiões) servirem de soldados com as Armas que usam, que pela maior parte são azagaias, e emboscadas”. Antônio Teles de Meneses oficial militar atestava que já havia guerreado ao lado de negros na Índia, e relatava os préstimos para a guerra, e importância para servir no exército”. Portanto, parecia importante que se permitisse “ao requerente que levante e aliste três ou quatro companhias de cento cada uma e seja ele cabo delas”.¹²¹

Em 1648, na costa da Índia, ao norte de Goa, o forte de Sanges contava com “um capitão português e dez soldados pretos”; já o forte de Nu, uma guarnição composta por “um capitão, quatro soldados portugueses e cinquenta negros de armas”; na Serra de Asserim, constavam cinquenta e cinco soldados portugueses e “alguns negros da terra

¹¹⁹ SILVA, Luís Geraldo. “Indivíduo e sociedade. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das milícias afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa (1684-1768)”. *Revista Tempo* | Vol. 23 n. 2 | Mai. /Ago. 2017, p. 198.

¹²⁰ MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. “Os corpos de ordenanças e auxiliares sobre as relações militares e políticas na América portuguesa”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006, p. 38.

¹²¹ “Sobre um negro que foi sargento mor dos negros no Brasil que se oferece a levantar nesta cidade e lugar do reino os negros forros necessários para servir a Vossa Majestade”. Lisboa 11 de junho de 1643. *ANTT*, Consulta do conselho de guerra- Maço 3, D. 65.

de espingarda e arco e flecha” . Ao Sul de Goa, também há notícias de nativos: a fortaleza de Cambolim, por exemplo, possuía quatro soldados portugueses, quatro ou cinco “*lascarins*” que “são negros da terra”. Na Ilha e Ceilão as fortalezas de Tanate, Metará, Sibó, Borea, Guelbalibidia, Mada, Roba, Sear contavam com *lascarins* em suas guarnições.¹²²

Assim verifica-se em outras partes do império. Na ilha de Cabo Verde, em 1648 constava a existência de 10 a 12 companhias de “negros e mestiços da terra”. Se consideramos que cada companhia era composta de 250 homens, obtêm-se um número significativo de nativos incorporados à defesa desta parte da conquista.¹²³

Na América, a presença de indígenas em companhias militares lusas foi determinante. Como explica Ronald Raminelli, Portugal e Espanha valeram-se do serviço militar prestado pela gente nativa do Novo Mundo. As alianças estabelecidas com lideranças indígenas, por exemplo, foram centrais para o enfrentamento em ocasiões de guerra e lógica da empresa colonial.¹²⁴

Nas conjunturas críticas de guerra ou ameaça, a integração de negros, indígenas e mestiços nas tropas tornavam-se urgentes. Basta citar dois exemplos, a ameaça francesa na Baía de Guanabara no Rio de Janeiro (1555-1665), com destaque por exemplo, a participação do chefe indígena Arariboia; e, em Pernambuco (1630-1654), a invasão holandesa integrou potiguares e tupinambás, lembrando por exemplo, a atuação do principal Antônio Felipe Camarão. Essa característica foi uma chave importante para a interpretação da atuação e dos interesses mediados pela ressignificação da nobreza e dos privilégios nas áreas coloniais.¹²⁵ Um apoio que Maria Regina Celestino de Almeida avalia como motivado por razões diversas movidas pelos interesses das próprias nações indígenas.¹²⁶

¹²² ANTT, MSLIV/0030, pp.38-39.

¹²³ ANTT, MSLIV/0030, pp.38-39.

¹²⁴ RAMINELLI, Ronald. *A era das conquistas. América espanhola, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. Ver ainda do mesmo autor: *Nobrezas do Novo Mundo. Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

¹²⁵ RAMINELLI, Ronald José. *A era das conquistas: América espanhola, séculos XVI e XVII*.

¹²⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2010, p.46.

Ao Norte, ressalta-se a invasão dos franceses em São Luís em 1614. A tropa de Jerônimo de Albuquerque contou com o imprescindível apoio indígena para expulsão dos invasores. João Renôr Ferreira de Carvalho contabilizou a mobilização de doze aldeias lideradas por principais, que forneceram um efetivo de 234 guerreiros flecheiros.¹²⁷ Todavia, a presença indígena em tropas lusas não se restringe somente aos momentos de grande conturbação, como guerras. Esse apoio pode ser observado em diversas ações e atividades militares e se estende durante toda a primeira metade do século XVIII, como veremos adiante para a capitania do Pará.

Na conquista da América hispânica, também se verifica a participação de “guerreiros indígenas e africanos liderados pelos espanhóis, cujas tropas não eram suficientes para enfrentar os numerosos exércitos mexicas”.¹²⁸ Geraldo Silva destaca companhias de naturais na Venezuela; já no vice-reinado do Peru, “existiam 21 companhias de milícias indígenas em meados do século XVIII, os quais totalizavam 900 soldados de infantaria e 41 de cavalaria”.¹²⁹

Essa presença, marcada pelo *ethos* da distinção entre portugueses, negros, mestiços e indígenas, tornou o lugar da tropa um espaço multifacetado e interétnico. Esses sujeitos misturavam-se nas ocasiões de guerra ou outras diligências, para as quais a ciência europeia e mesmo os efetivos lusos não eram suficientes. A distinção social ou a fronteira étnica eram constantemente rompidas pela própria necessidade de defesa. Agregar nativos, portanto, está na *matriz* da constituição dos exércitos lusos.

E, nessa perspectiva integram-se também degredados e ciganos, marcados por estigma de inferioridade no reino, que eram prontamente inseridos em companhias militares, como demonstrado pelos estudos de Janaina Amado¹³⁰ e Timothy Coates. A

¹²⁷ CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *Ação e presença dos portugueses na costa norte do Brasil no século XVIII*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014, p.59.

¹²⁸ RAMINELLI, Ronald José. *A era das conquistas: América espanhola, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.136.

¹²⁹ SILVA, Luís Geraldo. “Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, nos séculos XVII e XVIII”. *Revista de História*. São Paulo, n. 169, pp. 11-144, jul/dez 2013, p.20.

¹³⁰ AMADO, Janaína. “Viajantes involuntário: degredados portugueses para Amazônia colonial”. *História, Ciência, Saúde*. Vol. VI, setembro 2000, pp. 813- 832.

constituição coercitiva da colonização, tornava soldados e degredados “termos intermutáveis” no período moderno emergente em Portugal.¹³¹

Os dois nervos da guerra – “gente e dinheiro”, nas palavras do padre Vieira – foram o limite que implicou na integração de gente diversa nas tropas e na releitura dos postos de comandos, da hierarquia militar nas conquistas. Espaços foram ressignificados pela experiência e prestação de serviços dessa gente nativa, ou daqueles social e moralmente estigmatizados, como os vadios, vagabundos, criminosos/degredados. Categorias que poderiam não se ajustar aos enquadramentos de distinção social do Antigo Regime, mas que agregavam importância reconhecida para o funcionamento defensivo do império.

Nesta altura, parece que já pode-se lançar algumas possibilidades de resposta sobre a ausência das companhias auxiliares nos registros de mapas e listas das companhias militares do Pará na primeira metade do século XVIII. Em primeiro lugar, essa ausência poderia ser explicada pela suficiência da tropa paga, razão pela qual a Coroa dispensaria a existência de uma força auxiliar. Todavia, já ficou evidente que não era este o caso. As companhias pagas no Estado não conseguiam acudir a todas as atividades militares das capitanias, porque eram poucos os soldados, e, em sua maioria, “ignorantes” na arte da guerra.

Por outro lado, a ausência do registro sistematizados das companhias regulares em mapas e listas no Estado do Maranhão e Pará não basta para afirmar que essas companhias não existiam nessas partes da conquista. Em consulta de 1705, o Conselho Ultramarino dava conta ao rei sobre carta de Henrique Lopes da Gama destacando as dificuldades que tivera em formar companhia auxiliar na capitania do Maranhão e Pará, devido haver poucos moradores e estes serem lavradores, sem poder dedicar-se ao serviço militar por conta de suas lavouras.¹³²

Mais tarde, documento de 1723, identificado pelo Projeto Resgate como “informações dos serviços prestados por Bernardo de Almeida Morais na capitania do Terço de Auxiliares de que é mestre-de-campo Cristóvão da Costa Fernandes, no Reino

¹³¹ COATES, Timothy. *Degredados e órfãos: Colonização dirigida pela Coroa no Império Português, 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 117.

¹³² Consulta do Conselho Ultramarino ao rei. Lisboa 13 de outubro de 1705. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 10, D.1081.

e no Pará”, poderia ser um indício dessa força no Pará. Todavia, o documento está ilegível e não foi possível verificar o teor das informações. No verbete a palavra “capitania”, provavelmente é “companhia”.¹³³ O fato é que não se obteve mais dados para análise de uma possível companhia auxiliar no Pará.

As informações são muito vagas e fragmentadas. Em 8 de novembro de 1744, uma carta referia-se a um Decreto de 21 de abril de 1739, que buscava regular o número de oficiais de ordenança, mantendo somente de capitão-mor, sargento-mor e capitães, “em razão da multiplicidade de postos que há no Brasil, e em todo este dilatado governo”. Consta no documento que a mesma ordem “determina que neste Estado com [portos de mar] se criem terços de auxiliares”. Todavia, descreve-se não haver gente que bastasse para esta providência, razão pela qual não se teria criado estes corpos de defesa.¹³⁴

Se, como vimos atrás, a lista de moradores entre 18 e 60 anos (ordenanças) não bastava para compor as tropas regulares, se poderia afirmar que menos ainda bastava a ordenança para formar corpos auxiliares. Todavia, em 22 de setembro de 1747, Miguel Ângelo Ferreira solicitava confirmação de patente no posto de capitão de uma companhia auxiliar do Pará.¹³⁵ Nesse mesmo ano, há um mapa das companhias militares das capitanias do Pará e Maranhão, mas a possível companhia auxiliar não é citada. João Ferreira Ribeiro requereu confirmação de patente para capitão dos Auxiliares do Pará em 21 de maio de 1748¹³⁶. No ano seguinte, em 14 de fevereiro de 1749, o governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão tratava sobre a nomeação de

¹³³ Informações dos serviços prestados por Bernardo de Almeida e Moraes na companhia do terço de Auxiliares de que é mestre de campo Cristóvão da Costa Fernandes no reino e no Pará, 1723. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 7, D. 655.

¹³⁴ Ofício do Coronel de Ordenança do Pará Antônio Ferreira Ribeiro ao Cardeal da Mota, 8 de novembro de 1744. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 27, D. 2543.

¹³⁵ Requerimento de Miguel Ângelo Ferreira para o rei solicitando carta patente no posto de capitão da companhia de Auxiliares da cidade de Belém do Pará. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 29, D. 2782.

¹³⁶ Requerimento de João Ferreira Ribeiro ao rei solicitando confirmação de carta patente no posto de capitão de uma das companhias do Terço de Auxiliares da capitania do Pará. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 30, D. 2854.

João Furtado de Vasconcelos ao posto de sargento-mor da companhia dos Auxiliares da cidade de Belém.¹³⁷

Para capitania do Maranhão, as informações também não são precisas e somente aparecem para a segunda metade do século XVIII. Em 1761, Joaquim de Melo e Póvoas propõe João de Matos Amado para o posto de mestre de campo do terço de Auxiliares da capitania.¹³⁸ Dois anos mais tarde, em 1763, em parecer do Conselho Ultramarino, se tem conhecimento dos nomes que concorreram ao posto de mestre de campo do terço de auxiliares da capitania do Maranhão: Inácio Henrique, Teodoro Jansen Moser e João de Matos Amado, votado em primeiro lugar por servir por trinta e três anos.¹³⁹

Esses casos são exemplos de que havia talvez companhias Auxiliares no Pará e no Maranhão, na primeira metade do século XVIII. Todavia, essa presença não possui registros sistemáticos em mapas e listas, como consta para as Ordenanças e para a Tropa de regulares, o que dificulta a investigação sobre número e perfil de sujeitos que integravam essas forças. As considerações tecidas sobre as companhias auxiliares até aqui reforçam o argumento de que a inexpressiva existência dessa força, na primeira metade do século XVIII, torna a aliança com os nativos ainda mais necessária.

Ora, as poucas informações sobre os auxiliares no Estado foram verificadas a partir da década de 1740, e ainda assim não foram registradas nos mapas militares das capitânicas do Pará e Maranhão. Somente a partir de 1750, é que essas companhias passaram integrar os registros militares do Estado.

De acordo com Shirley Nogueira, os índios “passaram a incorporar o exército com maior frequência a partir de 1750, principalmente as ordenanças”. Segundo ela, “pardos e pretos libertos seriam recrutados a partir de 1798 também para terceira reserva”, ou seja, na ordenança. Para Nogueira, a presença de pardos e pretos libertos nessa companhia está ligada ao incremento da introdução de escravos negros no Pará, a partir

¹³⁷ Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o rei. *AHU*, Avulsos do Pará, cx31, D.2900.

¹³⁸ Ofício do governador do Joaquim de Melo Póvoas para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Maranhão, 11 de outubro de 1761. *AHU*, Avulsos do Maranhão, cx.40, D.3945.

¹³⁹ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre a nomeação de pessoas para o posto de mestre de campo do terço de Auxiliares da capitania do Maranhão. Lisboa, 28 de maio de 1763. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 41, D. 4015.

de 1755, o que ensejou que, somente no final do século XVIII, houvesse “libertos em quantidade suficiente para compor companhias”.¹⁴⁰

De fato, deve-se lembrar as reformas introduzidas pelo Marquês de Pombal, como por exemplo, o aumento da introdução da mão de obra africana a partir da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Por outro lado, a elevação dos índios à condição de vassalos, a partir da Lei do Diretório dos Índios de 1757, os colocaria em condição para integrarem listas de ordenanças. Vale lembrar que nessa força integravam-se os súditos homens entre 18 e 60 anos de idade.

Somente com a carta régia de 19 de abril de 1766 passada ao governador do Estado do Grão-Pará, Fernando da Costa Ataíde, é que se instituiu o “alistamento de todos os moradores sem exceção fossem estes “nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos, ingênuos e libertos”. Dessa listagem deveriam formar os terços de Auxiliares e Ordenanças das companhias de cavalaria e infantaria para defesa do Estado.¹⁴¹ A carta régia ordenava, ainda, que se nomeassem oficiais competentes: para disciplinar os terços, como era o caso do sargento-maior, “escolhido entre os oficiais das tropas pagas”, e sargentos-mores também retirados das tropas pagas, postos de alferes e mestres de campo.

Se observarmos com atenção é a mesma carta régia citada por Francis Albert Cotta para a capitania de Minas Gerais, que mencionamos atrás; o ano e teor da carta régia são os mesmos. Instituiu a listagem de toda a gente, sem distinção, para formação de corpos auxiliares e de ordenança. Por essa razão, parece ser uma política mais abrangente. Podemos assim afirmar que, no Pará, o recrutamento de pretos, libertos e mestiços é de 1766, e não de 1798, como afirmou Shirley Nogueira. Mas, essa é uma questão que não cabe nos limites desta tese. Voltemos à questão inicial.

Os terços auxiliares de negros, pardos e libertos para o Estado do Grão-Pará e Maranhão só se efetivam na segunda metade do século XVIII, a partir da carta régia de 1766, que instituiu a listagem para essa “gente de cor”. Portanto, é tardio se

¹⁴⁰ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “Cotidiano das tropas luso-brasileiras na Guiana Francesa”. CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade*. 1ª Ed. Curitiba: CRV, 2015, p. 117.

¹⁴¹ Carta régia de D. José I para o governador do Grão-Pará e Maranhão Fernando da Costa Ataíde. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 58, D. 5270.

compararmos, por exemplo, aos terços de pardos e pretos de Pernambuco, cuja constituição data do contexto da invasão holandesa (1630-1654). Para a primeira metade do século XVIII, no Pará e Maranhão as companhias auxiliares não eram uma força com gente e nem regularidade efetiva com que a Coroa pudesse contar para atuar junto às companhias pagas em ocasião de guerra e conflito.

Ora, então como a Coroa atendeu a todas as demandas de defesa do Estado, com uma tropa regular precária, e sem auxílio de tropas de milícias? O governador Alexandre de Souza Freire aponta indícios para responder a essa pergunta.

Por ocasião da guerra do Rio Negro contra os Manao, em 1728, Souza Freire informava à Coroa a sua preocupação quanto à falta de soldados para combater na guerra e, principalmente, sobre a impossibilidade de enviar 800 índios de guerra, que pedia como socorro João Paes do Amaral, responsável pela tropa de combate aos Manao.¹⁴²

O que chama atenção é que, na tensão da guerra, o governador aciona como socorro duas possibilidades: efetivos de soldados pagos e índios guerreiros. Isso sugere que ele não dispunha de uma força intermediária com que pudesse contar. Ora, se a função da tropa auxiliar é em caso de grande perturbação pública, como guerras, dar auxílio e acudir a tropa regular era a ela que o governador deveria recorrer. Todavia, Alexandre de Souza Freire não cita essa possibilidade e, por outro lado, trata do auxílio de índios guerreiros, conforme o pedido do capitão João Paes do Amaral, que estava na guerra.

Essa especificação está associada também à capacidade indígena. O enfrentamento contra grupos indígenas hostis só era possível com outros indígenas, que conheciam a guerra da floresta. Essa característica, explica, em grande medida, a carta régia de 1712 enviada ao capitão-mor do Ceará, pedindo que enviasse à capitania de São Luís “sem demora, 400 índios de guerra” e “alguns soldados” para combater na ocasião da guerra do Corso.¹⁴³

¹⁴² Carta do governador Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V, em resposta à provisão régia de 13 de outubro de 1727, sobre a falta de soldados para servir na capitania e informando acerca da guerra que se verifica no Rio Negro contra o gentio bárbaro Mayapema. Belém do Pará, 14 de setembro de 1728. Anexo: listas e mapa. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 11, doc. 974.

¹⁴³ “Sobre o socorro de 400 índios de guerra que se mandam enviar logo do Ceará para se castigarem os índios do Corso por haverem morto o seu cabo Manoel do Valle e aos seus

Portanto, do século XVII até pelo menos 1766, a força auxiliar nas capitânicas do Pará e Maranhão não se configurou de forma regular por três razões principais. Primeiro pela falta de gente: as companhias de Ordenanças de onde deviam sair os sujeitos para compor essas fileiras estavam sempre diminutas. Para engrossar as ordenanças, precisava-se primeiro resolver a questão do povoamento do Estado, como tratamos atrás. O segundo motivo eram as atividades de cultivo e as distâncias da capitania que dificultavam o agrupamento dos moradores em companhias, que regularmente deveriam reunir-se para treinamentos, ou mesmo atividades de guerra e defesa.

E terceiro, e mais importante, é que no Estado do Maranhão e Pará, a Coroa contava com a presença e participação indígena nas diversas atividades de defesa, portanto, ao que parece, não houve muito interesse em implementar a força auxiliar, porque este papel era desempenhado pelas nações e grupos indígenas que integravam as tropas e diligências militares. Eles são os sujeitos da defesa e os senhores das estratégias de guerra, e estavam inseridos nas mais diversas atividades. A integração indígena em tropas portuguesas qualificou as ações militares lusas na região, como veremos no capítulo 5.

Conclusão

A fragilidade defensiva no império português exigiu flexibilidade na composição humana das companhias militares, característica observada pelos experientes militares Álvaro de Sousa e Fernão Teles, em 1643 ao afirmarem que nesse contexto a guerra se compõe de toda *sorte de gente*.¹⁴⁴ Trata-se da incorporação de nativos nas forças defensivas do reino, sobretudo nas áreas coloniais.

Negros, ciganos, pardos e indígenas fizeram-se presentes nas tropas militares portuguesas. Valer-se desta gente foi a estratégia para manter forças exíguas de soldados lusos, e ainda estabelecer-se em frentes importantes de defesa do império. A composição étnica tornou a tropa um lugar multifacetado. Um espaço múltiplo também do que se referem como a “qualidade” da gente. Vadios, vagabundos e degredados,

soldados”. Lisboa 19 de dezembro de 1712. *AHU*, cartas régias para o Maranhão e Pará, códice 269, f. 4v.

¹⁴⁴ *ANTT*, Conselho De Guerra, Consultas, Maço 3, Caixa 28, D. 119.

estigmatizados pela condição de inferioridade social e moral também foram prontamente utilizados como força defensiva.¹⁴⁵

O serviço militar foi um mecanismo de ascensão social no mundo colonial. As mercês, os privilégios e postos de comandos eram galgados pela prestação de serviço à Coroa¹⁴⁶. Essa lógica, prontamente interpretada pela gente da terra, foi a chave para um complexo e dinâmico movimento de intermediação entre portugueses e índios na capitania do Pará, conjugados por interesses, conflitos e alianças.

Portanto, o regimento de fronteira, e todos os demais que definem as três forças militares de Portugal, não explica a realidade defensiva nas conquistas, e especificamente na capitania do Pará. Esse sistema de recrutamento, que deveria abranger toda a população masculina entre 18 e 60 anos, que ainda não tivesse sido recrutada pelas duas primeiras forças, excetuando-se os isentos.¹⁴⁷ não trata dos nativos, não se refere aos índios que estiveram presentes em atividades defensivas nas conquistas. Mas este é um assunto que trataremos na segunda parte desta tese.

¹⁴⁵ Sobre essa questão ver: PIERONE, Geraldo. *Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil-colônia*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

¹⁴⁶ A esse respeito ver: OLIVAL, Fernanda. *As ordens e Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2011; XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antonio Manuel. “Representação da Sociedade e do Poder”. In: MATTOSO, José (direção). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 121-156; XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. “As redes clientelares”. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.) *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 4, 1993; FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; BICALHO, Maria Fernanda. “Conquista, Mercê e Poder local: nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. In: Almanack braziliense, nº2, novembro, 2005, pp.21-34.

¹⁴⁷ Eram isentos do recrutamento: caixeiros de lojas, bebidas e tavernas; homens casados; o irmão mais velho de órfãos; o filho único de viúva; o filho único de lavrador; o feitor ou administração de fazenda de mais de seis escravos; tropeiros, boiadeiros, mestres de ofícios, pedreiros, carpinteiros, canteiros, pescadores e marinheiros; milicianos devidamente alistados; contratadores de renda e seus sócios; aprendizes da empresa Régia; tesoureiros menores da Bula da Cruzada; eclesiásticos, cegos do olho direito, entre outros. MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”. In: Castro, Izecksohn, Kraay (orgs). *A Nova História Militar brasileira*, p. 122. Sobre isenções e privilégios, ver ainda: POSSAMAI, Paulo Cesar. “O recrutamento militar na América portuguesa: o esforço conjunto para a defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737)”. *Revista de História*, nº 151 (2004), pp. 151-80.

Todo esse conjunto documental trata de uma estrutura organizacional de defesa que pode ser entendida como uma matriz orientadora da defesa nas colônias. Todavia, não se constitui como modelo transplantado. Antes devemos observar as especificidades e as adequações e mudanças empreendidas pela própria experiência colonial.

Por outro lado, as diversas correspondências entre o Pará e o reino, que insistentemente narram a insuficiência numérica e a qualidade das companhias militares da região, revelam uma estratégia de organização que se explica pela mobilidade e flexibilidade da base defensiva nas áreas coloniais, a incorporação de grupos indígenas nas forças de defesa, e ainda ações conectadas de mobilização de gente de outras partes do império português, como veremos no quarto capítulo deste trabalho.

Em outras palavras, os diversos regimentos, alvarás, decretos e as inúmeras correspondências que narram o estado “lastimoso” da defesa do Estado, e ainda os registros das companhias em mapas e listas, colocaram o Estado do Maranhão em uma complexa rede de comunicação, gerada pela burocracia militar que integrava diversas partes do império português. É exatamente essa máquina burocrática, que possibilitou a percepção do problema de defesa no Pará, como algo a ser resolvido também em muitas partes do império português, incluindo também o espaço do sertão.

Por outro lado, a vasta área a ser defendida exigiria forças defensivas muito bem qualificadas e numerosas, com capacidade bélica que pudesse não apenas garantir o território, mas principalmente possibilitar êxito nas campanhas de guerra. Portanto, para compreender melhor estas questões é necessário verificar três dimensões: as forças defensivas de que dispunha a capitania, tanto na perspectiva numérica quanto da qualidade dos praças; os principais problemas e conflitos que ocorreram na primeira metade do século XVIII; e, ainda, as próprias conjunturas do reino no que diz respeito à militarização e defesa, o que fizemos até aqui.

Voltemos à pergunta do padre Vieira que inicia este capítulo “*e, que gente é que temos?*” Há “toda sorte de gente” como explicaram os militares Álvaro de Sousa e Fernão Teles. Essa gente, de perfil heterogêneo, é gente do reino e das conquistas, é gente voluntária e involuntária, é degredado, cigano, vadio, vagabundo, branco, preto, pardo, cafuzo, mameluco e indígena. E, na capitania do Pará e Maranhão, no contexto que analisamos aqui e por todas as razões apresentadas são sobretudo indígenas. É essa categoria que se busca perceber nos últimos dois capítulos desta tese. Antes, porém, é

necessário fechar o quadro dos aparatos defensivos do Estado. É, importante dedicarmos alguma atenção às fortalezas levantadas na região que também integraram um vetor importante de ocupação e defesa do Estado.

Capítulo 3

Povoar e defender: as fortalezas do Grão-Pará

“Não há arte, em uma república mais necessária que a fortificação. Que sem ela, não pode príncipe algum segurar seu Estado” (Luiz Serrão Pimentel, Tese 1 da Arquitetura Militar)

No percurso da leitura e sistematização de dados sobre o Estado do Maranhão e Grão-Pará, não passa despercebida, mesmo por aqueles pesquisadores que não se debruçam sobre a questão de defesa, a frequência em que são citadas as fortalezas na documentação. Fortaleza da Barra, Fortaleza dos Tapajós, Fortaleza do Rio Negro, Fortim da Barra das Mercês, Fortaleza do Gurupá, Fortaleza do Itapecuru, Casa Forte do Mearim, Casa Forte do Iguará e Casa Forte do Guamá são alguns exemplos da presença dessas construções na Amazônia colonial.

Fica evidente que essa presença não foi inaudível, embora tenha recebido pouca atenção da historiografia sobre a Amazônia. Em uma pesquisa nos bancos de Teses e Dissertações de programas de Pós-graduação em História na Amazônia (das universidades federais do Maranhão, do Amazonas e do Pará), nenhum trabalho foi produzido sobre esse tema. Sobre a questão, é importante lembrar as contribuições de Arthur Cezar Ferreira Reis, sobretudo na obra *Amazônia e a cobiça internacional* (1960) na qual se verifica as fortificações como elementos que integraram um espaço de disputa entre nações europeias.¹ *A política de Portugal no valle amazônico*, outra obra na qual pode-se verificar a presença das fortificações como decorrência da ocupação do espaço pela Coroa portuguesa.² *As fortificações da Amazônia no período colonial*, com transcrição do documento de Pedro de Azevedo Carneiro sobre as fortificações na

¹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, v. 161).

² REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A política de Portugal no Valle Amazônico*. 2ª ed. Belém: SECULT, 1993.

Amazônia publicado na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB).³ Estes são alguns textos que apontam para a importância desses espaços para a política colonial.

Ressalte-se igualmente a contribuição de Arthur Vianna, em *As fortificações na Amazônia I. As fortificações no Pará* (1905), na qual apresenta uma descrição dos espaços fortificados na Amazônia do século XVII como elementos importantes para compreender o processo de colonização dessa parte da conquista.⁴ A obra *História da Arte Luso-Brasileira. Urbanização e Fortificação* (2004), de Pedro Dias, traz uma análise geral das fortificações do Brasil, estabelecendo diálogos entre esses espaços e as mudanças ocorridas na Europa moderna.⁵

Estudos na área da engenharia e arquitetura também têm contribuído para a compreensão da presença das fortalezas nas áreas colônias. É o caso de Aurélio de Lyra Tavares, com a obra *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil* (1965).⁶ Também o estudo Beatriz Piccolotto, *Desenho e Designio. O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*,⁷ pesquisa sobre a atuação de engenheiros no Brasil, formação, obra e trânsito de conhecimento no império português. Há ainda trabalhos no campo das Relações Internacionais, como, por exemplo, de Graciete Guerra da Costa, intitulado *Fortes portugueses na Amazônia brasileira* resultado de pesquisa de pós-doutorado.⁸ Temos ainda contribuições nas áreas da arqueologia e de conservação e restauro, como

³ REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Rio de Janeiro, n. 344, Julho /Setembro, 1984.

⁴ VIANNA, Arthur. “As fortificações na Amazônia I- As fortificações no Pará”. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará (ABAPP)*, Tomo IV (1905), pp. 227-302.

⁵ DIAS, Pedro. *História da Arte Luso-Brasileira. Urbanização e Fortificação*. Editora: Almedina, 2004.

⁶ TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Editora: Biblioteca do Exército Português, 1965.

⁷ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Designio. O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. Tese de Doutorado. USP, São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2001.

⁸ COSTA, Graciete Guerra da. “Fortes portugueses na Amazônia brasileira”. Tese (pós-doutorado). Brasília. UNB: Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2012.

por exemplo, os estudos de Roseane Norat e Marcondes Costa, *As fortificações da Amazônia: desafios e perspectiva para sua preservação*.⁹

Esse brevíssimo percurso aponta para duas questões centrais. Primeiro, a importância dos estudos das fortificações para diversas áreas do conhecimento, e segundo a necessidade de estudos mais sistemáticos sobre essa temática na Amazônia colonial. Todavia, cumpre destacar que, de fato, a partir de uma análise mais geral, o interesse pelos estudos das fortalezas é recente. Ressalta-se o profícuo campo de pesquisa, que merece muito mais que um capítulo de tese. Porém, o objetivo aqui é integrar as fortificações como parte de um conjunto de ações de defesa da Coroa portuguesa para a Amazônia.

A constituição de fortalezas em pontos estratégicos da capitania do Grão-Pará ressignificou a apropriação do espaço ocupado já que esses lugares se tornavam pontos de conexão entre diversos lugares do sertão. Trata-se, portanto, de redefinir o papel das fortalezas nas dinâmicas coloniais. Em primeiro lugar, é importante conhecer que espaços foram constituídos e onde se localizavam, a ciência da construção das fortificações, a guarnição, as atividades e dinâmicas em que estavam inseridas.

A capitania do Grão-Pará teve intensa presença de europeus a partir, sobretudo, do século XVII. Ingleses, holandeses, espanhóis, franceses e portugueses disputavam o comércio, negociavam com indígenas, estabeleciam-se e fortificavam às margens dos rios. O desenho da ocupação se delineia por estas margens. Todavia, este espaço era constituído de relações complexas entre nações indígenas que antes da chegada dos europeus conectavam-se pelas alianças ou guerra, trocas ou rotas de canoas.

Portanto, a tessitura de fortificações reflete essas relações. Muitas foram construídas, destruídas e reconstruídas. É difícil precisar quantas fortificações foram levantadas na capitania do Pará na primeira metade do século XVIII, algumas aparecem em determinado período e, depois, desaparecem da documentação. Todavia, é possível verificar quais mantiveram-se indispensáveis para a defesa da capitania. Neste capítulo, vamos nos dedicar às fortificações, casas fortes e presídios que estão inseridos na estratégia defensiva da primeira metade do século XVIII. Alguns espaços fortificados

⁹ NORAT, Roseane e COSTA, Marcondes. “As fortificações da Amazônia: desafios e perspectiva para sua preservação”. *1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil* Belo Horizonte, de 10 a 13 de maio de 2017.

construídos ainda no século XVII, e outros levantados nesse contexto. Vejamos o que foi possível sistematizar.

1. Casas Fortes, Fortalezas e Presídios: o problema das terminologias

O primeiro embaraço na tentativa de mapear e nomear as fortalezas na capitania do Grão-Pará é a sua designação. Na documentação três definições aparecem. É possível o nome *fortaleza* definir um espaço, que logo depois é tratado como *presídio* ou *casa forte*. Por exemplo, em 1737 e 1739 estão descritos na documentação “fortaleza do Paru” e “fortaleza do Rio Negro”. Nos anos seguintes, em 1741 e 1742, a nomenclatura *fortaleza* desaparece e o que se tem nos registros são “casa forte do Paru”, “casa forte do Rio Negro”. Dois anos mais tarde, em 1744, Paru e Rio Negro já são descritos como *fortalezas* novamente. Além dessas designações, aparece também a denominação “forte”: em 1747, descrevia-se, “forte do Paru” e “forte do Rio Negro”.¹⁰

Esse imbróglio nominativo merece atenção. Afinal, o nome indica diferenças do ponto de vista da arquitetura militar? Ou essas definições são indícios do desconhecimento de quem registra, sobre o que define um presídio, uma fortaleza ou uma casa forte? Como veremos abaixo, os nomes se repetem com designações diversas para o mesmo lugar.

Na definição de Rafael Bluteau, de 1712, *casa forte* é residência fortificada, referindo-se a “Torres e castelos”.¹¹ Portanto, o significado remonta aos castelos medievais. A dupla função de residência e de defesa, fosse para proteção pessoal ou familiar, tornaram esses espaços, lugar de distinção social, símbolo da nobreza e fidalguia.¹² Essas casas fortificadas, em alusão aos castelos na época moderna, perderam espaço, devido à invenção da arma de fogo e ao surgimento da artilharia.

¹⁰ AHU, Avulsos do Pará: Cx. 20; D. 1873. Cx. 24, D. 2262; Cx. 25, D. 2317. Cx. 27, D. 2580; Cx. 28, D. 2681; Cx. 29, D.2804. Avulsos do Maranhão: Cx. 25, D. 2605.

¹¹ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, bellico, botânico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmático, dialético, dendrológico, eclesiástico, etimológico, econômico, hydrographico....* Oferecido ao Rei D. João V. Colégio das Artes da Companhia de Jesus. Coimbra, 1712.

¹² CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Casa Forte. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

Esse processo transformou, significativamente, a percepção de defesa na Europa moderna. Os castelos e torres tornaram-se alvos fáceis da artilharia. A renovação seguia, conforme veremos mais adiante, com mudanças estruturais, uma delas era tornar a defesa mais eficaz por meio da mobilidade para a qual os castelos não mais correspondiam. O fato é que o nome casa forte foi prontamente utilizado na estruturação defensiva nas áreas coloniais. Todavia, com características muito diferentes daquelas que inspirara a definição do padre Rafael Bluteau, em 1712.

Na América portuguesa, essas construções foram previstas no Regimento do governador Tomé de Souza, de 1548, no qual se previa que a todas as pessoas que se dessem “águas e terras de sesmaria, para se fazerem engenhos, os façam no tempo que lhes limitar o capitão”, e nos “assentos das povoações dos ditos engenhos, se façam torres ou casas fortes”. Portanto, a construção poderia ser realizada por colonos, no intuito de proteger a propriedade e a produção.¹³ É importante notar que a definição presente no referido regimento é a mesma de Rafael Bluteau.

Todavia, na experiência colonial da América portuguesa, a construção das casas fortes estava longe de agregar os traçados de castelos e torres da Europa. Eram, em geral, construídas de taipa, madeira e pau a pique. Pequenas casas fortificadas com artilharia, estrategicamente pulverizadas pelo extenso território colonial.

Na capitania do Pará, a documentação, entre 1737 e 1741, cita quatro casas fortes: Pauxis, Paru, Rio Negro e Guamá. Nesse mesmo período, para a capitania do Maranhão três são mais recorrentes: do Itapecuru, do Mearim e do Iguará. Se construídas por donos de engenho ou sesmeiros, é algo que exige maior investigação. Todavia, não nos parece que essas casas fortes eram constituídas e mantidas por iniciativa somente de particulares. Ao contrário, essas casas eram fortificadas pela Coroa, a qual não apenas tinha conhecimento das mesmas, como em muitos casos desenvolveu projetos mais complexos de construção, como veremos adiante.

A definição de *fortaleza* de Rafael Bluteau, de 1712, se refere a “castelos ou cidadela mais forte, mais capaz e de mais baluartes, que os originários para segurança

¹³ Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9. Disponível em: [http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Regimento que levou Tome de Souza governador do Brasil.pdf](http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Regimento%20que%20levou%20Tome%20de%20Souza%20governador%20do%20Brasil.pdf) Acessado em 09-09-2018.

das províncias, cidades, portos”. Essa definição traz intrínseca a percepção de defesa. Fortificação define-se como “obra exterior ou interior para defender uma praça e afastar dela o inimigo”.¹⁴

Essa finalidade é indiscutível. De fato, o propósito da instalação desses espaços é defensivo, é o controle de rotas importantes de comércio e, é ainda de estabelecimento e apropriação do espaço. Na Amazônia colonial as fortificações tiveram um papel central na dinâmica defensiva das capitanias do Pará e Maranhão. Trata-se da perspectiva da logística, do controle das rotas e da dissuasão do inimigo, por significar um ponto de presença portuguesa. Muito embora, do ponto de vista do aparelhamento da artilharia e guarnição, muitas fortalezas tivessem poucas capacidades defensivas.

Para a capitania do Pará a fortaleza da Barra de Belém, Forte das Mercês, a fortaleza do Gurupá, Fortaleza dos Tapajós, Fortaleza do Pauxis e a Fortaleza do Rio Negro compuseram a tessitura de um mecanismo defensivo que só é possível compreender a partir da análise do conjunto e do particular. Na mesma direção, para a capitania do Maranhão temos a Fortaleza de São Cosme e Damião, Fortaleza de Itapecuru, Fortaleza da Barra de São Luís e Fortaleza da Ilha São Francisco. São pontos importantes da costura defensiva que em muitos aspectos mostrava-se frágil e insuficiente, conforme veremos adiante.

Retomando a questão da nomenclatura, temos ainda a palavra *Presídio*. Conforme definição de 1789, é local onde tem “gente de guarnição de uma praça”; ou ainda “praça de armas presidiadas”. Presidiar, nessa interpretação é “provê-las de soldados de presídio”.¹⁵ Ao que parece trata-se de um espaço mais flexível no que diz respeito à permanência da estrutura construída, “deixar de presídio tantos homens”, no momento em que for necessário.

No Pará, o nome *presidio* aparece para três lugares Salinas, Macapá, Joanes. Sendo este último, tratado como fronteira de Joanes nos registros do ano de 1744 e 1747. Para o Maranhão, essa denominação não aparece nos mapas de defesa da capitania. Por outro

¹⁴ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, bellico, botânico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmático, dialético, dendrológico, eclesiástico, etimológico, econômico, hydrographico*.... Oferecido ao Rei D. João V. Colégio das Artes da Companhia de Jesus. Coimbra, 1713, pp. 184-185.

¹⁵ *Diccionario da Língua portuguesa composto pelo por Rafael Bluteau reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Tomo II. Lisboa, 1789. p. 239.

lado, já temos dois *baluartes* de São Damião e de São Cosme, o *reduto* de São Francisco, pois assim aparecem descritos na documentação de 1744 e 1746. Em 1747, já se registra *bateria* de São Francisco.

Portanto, conforme se verifica, há várias terminologias para designar esses espaços militarizados. É importante, ainda, mencionar o termo *forte* que também aparece na documentação; assim designava-se, por exemplo, o *forte* das Mercês de Belém do Pará. Na definição do dicionário do século XVIII, “é uma praça cercada de fosso, reparos e baluartes dos quais se pode defender com pouca gente contra a força do inimigo”. Além deste, ainda temos *fortim*, mais incomum na documentação. No Pará, aparece para designar a barra de Belém, em alguns registros. Para o Maranhão, não encontramos essa designação entre 1737-1747. Segundo Bluteau, trata-se de “forte pequeno para defesa de um exército, principalmente no cerco, quando os quartéis são unidos por linhas defendidas, por fortins e redutos”.¹⁶

Adler Homero de Castro afirma que, para os engenheiros militares e as autoridades coloniais, essas terminologias não tinham tanto significado.¹⁷ A julgar pela mudança que temos na documentação, parece, de fato, que essa era uma questão pouco importante. Por outro lado, essas tipologias inconstantes para um mesmo lugar parecem indicar algo além de uma simples grafia desinteressada.

Ora, dessa análise obteve-se, para citar algumas palavras: forte, casa forte, fortim, fortaleza, baluarte, presídio, reduto e fosso. Se, na experiência colonial, ou mesmo na descrição desses espaços na documentação, a designação tem pouco ou quase nenhum significado, para o conjunto da arte de fortificação da época moderna tem muito a dizer. Esses sujeitos que mapearam e traçaram tipologias para esses espaços, parece que estavam muito bem alinhados com as inovações da arquitetura militar deste contexto.

Basta lembrar o tratado *Methodo Lusitanico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares* de Luís Serrão Pimentel, publicado em 1680, o primeiro a sistematizar um

¹⁶ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, bellico, botânico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmático, dialético, dendrológico, eclesiástico, etimológico, econômico, hydrographico*.... Oferecido ao Rei D. João V. Colégio das Artes da Companhia de Jesus. Coimbra, 1713, p. 185.

¹⁷ CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Fortim. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

método luso de construções de fortificações. Tornou-se uma escola importantíssima de formação de engenheiros no reino e para o ultramar. Aparece como referência para a definição das palavras “fortim”, “forte”, “fortaleza” no dicionário de Rafael Bluteau, já citado aqui.

Na mesma ordem de importância temos a obra intitulada *O Engenheiro Português*, publicada em 1728, de Manoel Azevedo Fortes. Constituiu uma proposta de inovação e organização do conhecimento da geometria, matemática e construção, a serviço da defesa na época moderna, momento em que os grandes castelos amuralhados se mostravam pouco eficazes frente às inovações de guerra, principalmente com o surgimento da artilharia.

Pode-se afirmar que, para as últimas décadas do século XVII e a segunda do século XVIII, são as principais referências para a formação e conhecimento da engenharia e arquitetura militar do império português. São nessas obras que se define com mais precisão a fortaleza abaluartada, os elementos da construção, como reduto e fosso. Portanto, são indícios de que o Estado do Maranhão e Grão-Pará estava inserido em um contexto de enormes inovações na arte da guerra, e esses espaços fortificados integram esse conjunto maior de transformações, conforme veremos.

2. Fortificação à moderna: ciência, conhecimento e formação

As renovações na arte das fortificações parecem como aspecto central para a transição política de Portugal na época da Restauração. Inserem-se no quadro de transformações que implicaram na necessária afirmação geopolítica e militar e ensejaram um reordenamento jurídico e institucional produzido em Portugal a partir de 1640. Isso se verifica pelo volume normativo sobre a defesa e a criação de companhias regulares e auxiliares, que vimos nos primeiros capítulos deste trabalho. Todavia, a transição também integra um conjunto de mudanças na arquitetura e engenharia militar.

No que diz respeito a este aspecto, pode-se elencar dois elementos que caracterizam essa transição: *a instrumentalização do conhecimento pela formação de engenheiros* e *a renovação da engenharia e das construções militares a partir do advento da artilharia*. Formar engenheiros capazes de adequar e inovar as construções defensivas para resistir aos canhões tornou-se uma necessidade premente para Europa e, em particular, a

Portugal, a partir de 1640.¹⁸ É nesse contexto que se insere a construção de fortalezas na Amazônia colonial e, portanto, essa relação não pode ser menosprezada. Aliás, só fazem sentido se observadas a partir desse quadro maior.

Na Europa a construção de fortalezas é conhecida desde o medievo. A percepção da guerra em que se evidencia a defesa e menos o ataque contribui para a existência de castelos amuralhados a pique. Essas fortalezas caracterizavam-se pela verticalidade de suas muralhas. Portanto, mostravam-se bastante eficientes contra as armas de guerra no momento, como as bestas, as catapultas, aríetes e torres de assédio. O surgimento da artilharia e a introdução sistemática da pólvora e do canhão tornaram estas estruturas alvos fáceis e frágeis. Essa constatação foi evidenciada na conquista de Granada (1482-1492) e nas campanhas de Carlos VIII na Itália (1494).¹⁹

Os arquitetos militares refinaram-se na definição de novas estratégias para fazer uma praça defensável diante da artilharia. Os italianos, notadamente, estiveram na “ponta de lança” dessa reconfiguração. Atribui-se a Francesco Di Giorgio Martini (1438-1501) o início do que viria ser conhecido mais tarde, por tratadistas e arquitetos, como o *traçado italiano*. Martini foi pintor, escultor, arquiteto e engenheiro publicou uma das mais importantes obras no campo da arquitetura militar, o *Trattato de Architettura Civile e Militare* de 1470.²⁰

Seus desenhos já apontavam para a reformulação da estratégia defensiva por meio da ressignificação das torres verticais dos castelos medievais. É possível, verificar em seu tratado a proposição a “torres angulares e baluartes, juntamente com os formatos poligonais e ângulos agudos das fortificações”.²¹ Conforme explica, Carlos Plaza Morillo, Di Giorgio Martini mostrava continuo interesse pela inovação, a partir de uma

¹⁸ DIAS, Pedro. *História da Arte luso-brasileira. Urbanização e fortificação*, 2004.

¹⁹ BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.). “Introdução”. *Nova História Militar de Portugal*. Portugal: círculo de leitores, 2004.

²⁰ MARTINI, Francesco Di Giorgio. *Trattato Di Architettura Civile e Militares*. 1470. Disponível em <http://dlib.biblherz.it/ia/pdf/Gh-FRA4851-4410-2.pdf>

²¹ MENDES, Pinheiro Lorraine. “A cidade ideal de Francesco Di Giorgio Martini”. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas. *Dissertação de Mestrado*, 2015, p. 55.

percepção que agregava observação às características do lugar e às inovações bélicas do contexto.²²

A revolução militar também provocou um processo de reformulação das construções de fortificação abaluartada, embalada por uma reinterpretação militar e da matemática. “Depois de várias aproximações da teoria de arquitetos como Brunelleschi ou Francesco de Giorgio, foram os irmãos Sagallo os prováveis inventores do traçado angular”, essa invenção se consagrou na virada do século a chamada “traçada italiana”, embora o traçado circular que o antecedeu fosse ainda utilizado.²³

O primeiro tratado de fortificação foi impresso em 1526, escrito por Albrecht Dürer. Todavia, as obras subsequentes dedicaram-se ao traçado angular. Duas décadas depois surge um impresso dedicando-se ao tema das fortificações, o *Quesiti et inventiones diversi*, de Niccolò Tartaglia. De acordo com Francisco Contente Domingues, os problemas levantados pelas fortificações só iam ser resolvidos com especialistas, e os arquitetos deram a resposta necessária ao processo. A dedicação às atividades construtivas possibilitou também a teorização.²⁴

A primeira obra em que arquitetura militar e civil aparece como tema central foi no texto de Pietro Cataneo, *I primi quattro libri di architettura*, impresso em 1554. Em 1546, Tartaglia usava a matemática para a construção de esquadrões e para orientar o tiro de artilharia.²⁵ Na segunda metade do século XVI, a proliferação desse conhecimento trouxe muitos tratados como também autores. O sistema encontrava-se estabelecido, e tratou-se de estudar os pormenores, como por exemplo o ângulo dos baluartes.

A técnica do baluarte, rebaixamento da cortina das muralhas e dos ângulos foi bem desenvolvido pelos irmãos António e Giuliano Sangallo que concretizaram um sistema homogêneo e complexo de construção fortificações. As mudanças provocadas a partir

²² MORILLO, Carlos Plaza. “Arquitectura militar em Italia em el siglo XVI y la aportación española: el caso de Florencia y Siena”. *Actas del Séptimo Congresso Nacional de História de la Construcción*. Madrid: Instituto Juan de Herrera, 2011.

²³ DOMINGUES, Francisco Contente. “O império no Mar e na Terra (1495-1580)”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*, p. 222.

²⁴ *Idem*.

²⁵ *Idem*, p.223.

do traçado abaluartado delineou o período chamado de “transição da arquitetura militar”, a partir, sobretudo da segunda metade do século XVI.²⁶

Essa renovação também é denominada de “traçado italiano”, “fortificação em estrela” ou “fortificação à moderna”, que se tornaria muito conhecido na Europa como o *trace italienne*.²⁷ Constituiu-se a base das fortificações em toda a Europa. Esse conhecimento agregou um conjunto de inovações que incluía o sistemático processo de aperfeiçoamento da geometria. A arte transitava para uma produção marcada pela lógica, definição exata de ângulos e dos traçados. O estudo da força bélica transitava para um patamar de exigência de profissionais cada vez mais conhecedores da construção, e da guerra.

A principal característica dessa inovação é o baluarte. O “traçado italiano” refinou, portanto, o conhecimento sobre a construção de fortificações na Europa. A partir disso, muitas escolas surgiram, como a holandesa, a espanhola e a francesa. Todavia, a estrutura básica do baluarte seria mantida com variações de ângulos conforme se exemplifica.

Imagem 1. Traçado de Di Giorgi Martine.²⁸

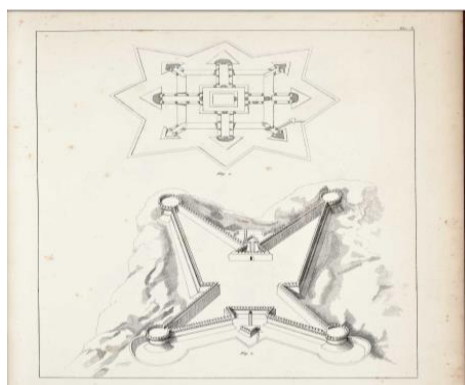
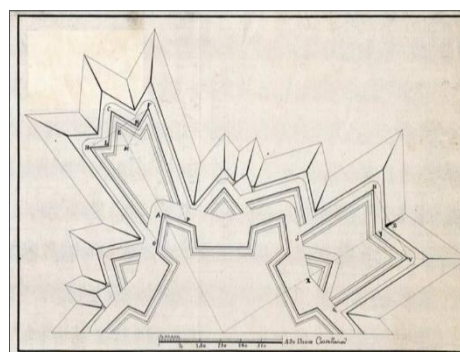


Imagem 2. Traçado abaluartado.²⁹



Conforme se verifica, o desenho de Martini apresentava aspectos que caracterizariam a fortificação à moderna: os ângulos e baluarte se delineiam em sua obra de 1470. De acordo com Piazza Morillo, esse conhecimento manteve-se até meados do século XVI,

²⁶ Idem, p.1133.

²⁷ DIAS, Pedro. *História da Arte luso-brasileira. Urbanização e fortificação*, 2004.

²⁸ MARTINI, Francesco Di Giorgio. *Trattato Di Architettura Civile e Militares*. 1470.

²⁹ “Modelo de instalação de uma obra coroa num traçado abaluartado: para uso dos alunos da Real Academia de Fortificação e Desenho”- 1700- *Biblioteca Digital do Exército Português*. Coleção: Direção de Infraestrutura do exército. Cota: 4292/III-3-39-54.

quando se avançou significativamente com as contribuições, principalmente de Antonio Sangallo com a fortificação abaluartada. Essa técnica foi a base dos tratados e fortificação moderna. A imagem 2 é um desenho do traçado abaluartado dos irmãos Sangallos, usado em aulas de fortificação em Portugal, em 1700.

Além do “traçado italiano” outros se consagraram, como, por exemplo, o traçado francês, que se consolidou com Sébastien Leprestre de Vauban no *Traité de L’attaque et de La défense des places*, de 1748. O traçado à Vauban se tornou uma base importante para o aprendizado e a formação de engenheiros em Portugal e na Espanha. Sua atenção, para além da construção em “estrela”, estava relacionada ao ambiente, ao estudo do terreno. Essa compreensão encontraria espaço importante nas conquistas, pois a adequação das construções aos locais instalados era fundamental.

As aulas de fortificação em Portugal, constituídas em 1647, utilizaram-se amplamente do conhecimento italiano e francês. Os métodos de fortificar à Vauban foi um modelo que influenciou a formação de engenheiros da primeira metade do século XVIII. Nas imagens a seguir temos exemplos desse método.

Imagem 3. Traçado Vauban.³⁰

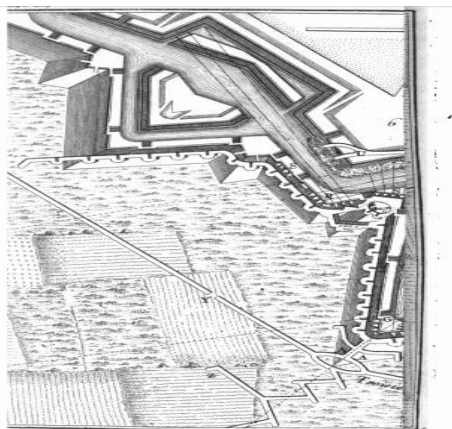
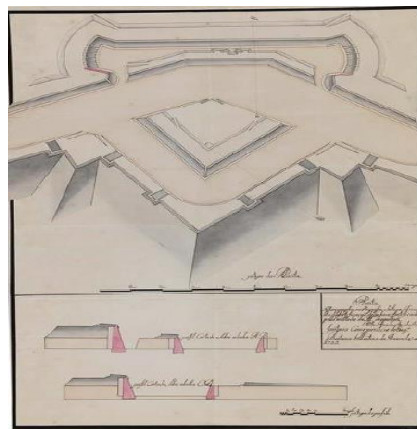


Imagem 4. Traçado Vauban.³¹



³⁰ VAUBAN, Sébastien Leprestre de. “Traite de L’attaque et de La défense des places”, 1748. *Biblioteca Digital do Exército de Portugal*. Coleção: Monografias BIBEX, Cota: 16001.

³¹ “Planta, ichnographia e orthografia de hua tenalha da fortificação de Lisboa, fortificado pello methodo de M. de vauban / pello Ajudante de Infantaria com exercicio de Eng.ro Theotonio Martins de Azevedo, em 1759”. Deve tratar-se de uma obra de fortificação para o sítio da Palhavã, em Lisboa. *Biblioteca Digital do Exército Português*. Coleção: Direção de Infraestrutura do exército; Cota: 2264-2-16-22.

A imagem 3 foi retirada do “Tratado de defesa e ataque das praças”, escrito por Vauban em 1748. A imagem 4 é um documento usado nas aulas de engenharia em Portugal, sobre o ensino do método de construção à Vauban. Essa influência manteve-se na segunda metade do século XVIII. Em 15 de julho de 1763, a Coroa estabeleceu o *Plano que sua Majestade manda seguir e observar no estabelecimento, Estudos e Exercícios das Aulas dos Regimentos de Artilharia*. Nesse plano, “Monsieur de Vauban” foi citado como a referência e base teórica para o conhecimento de engenharia e fortificação, tornando-se obrigatório o estudo do seu livro intitulado “*Ataque e defesa das Praças*”.³²

Além da Itália e da França, Holanda e Espanha também desenvolveram tratados de fortificação. Todavia, não caberia neste trabalho a especificação de cada método, nem também o detalhamento do conhecimento específico da arquitetura como o estudo dos ângulos, vértices e geometria. Antes importa saber como as mudanças nas operações militares, sobretudo, a complexidade da técnica com a invenção da artilharia implicou na modernização das forças (companhias de linha e auxiliares) e das fortificações.

A prática de guerra foi a engrenagem para o aperfeiçoamento do conhecimento das estratégias de defesa. Ora, não sem razão, entre os séculos XV e XVI, França, Holanda, Espanha, Itália e Portugal desenvolveram tratados de fortificação e institucionalizam esse conhecimento. A formação de engenheiros passou a ocupar um espaço central nas políticas dos Estados.

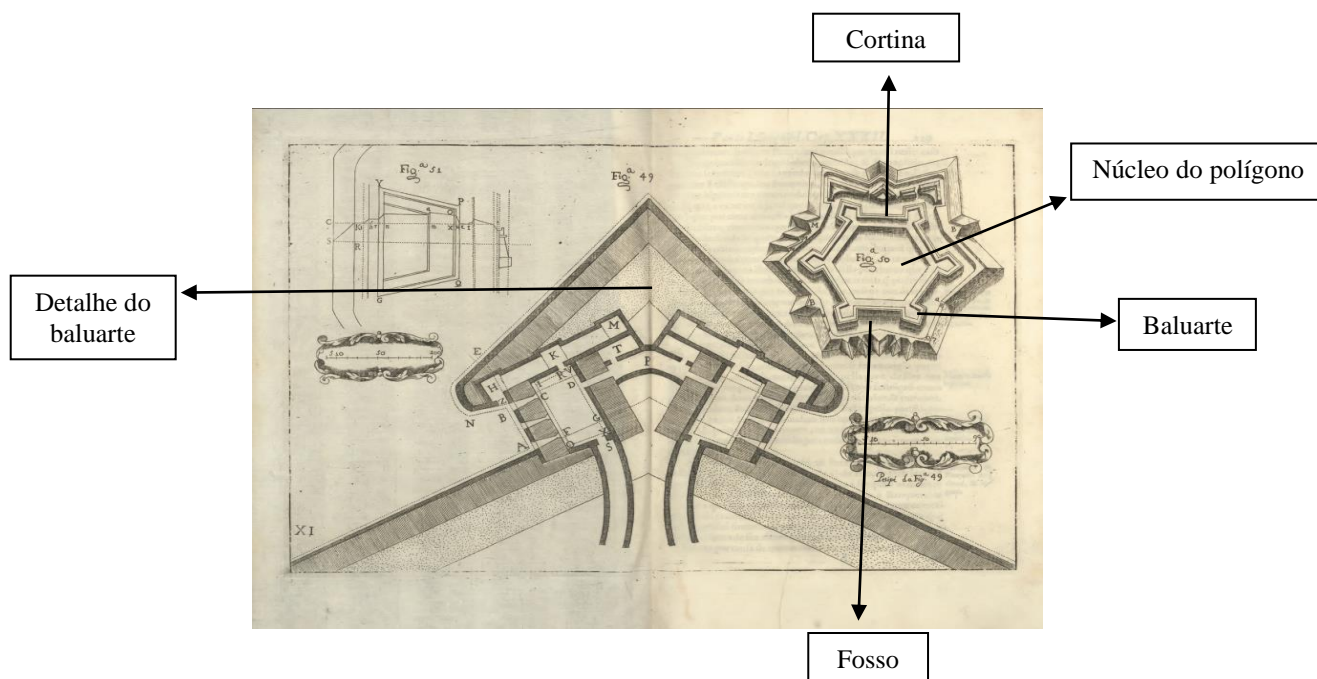
Inicialmente, as mudanças foram realizadas nas antigas fortalezas, com interferência no rebaixamento dos muros e aumento da espessura. Tratava-se de construir “grossos muros, mais baixos e mais fortes”, “bastiões avançados, dando ao conjunto a forma de estrela, para permitir aumentar o ângulo de tiro da artilharia da praça e permitir o fogo de flanco”.³³ As inovações também se experimentaram em construções completamente novas.

³² “Plano que sua Majestade manda seguir e observar no estabelecimento, Estudos e Exercícios das Aulas dos Regimentos de Artilharia” 15 de julho de 1763. In: COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal. Leis Pertencentes as Ordenanças*. Tomo I, pp. 53-56.

³³ *Idem*, p. 16.

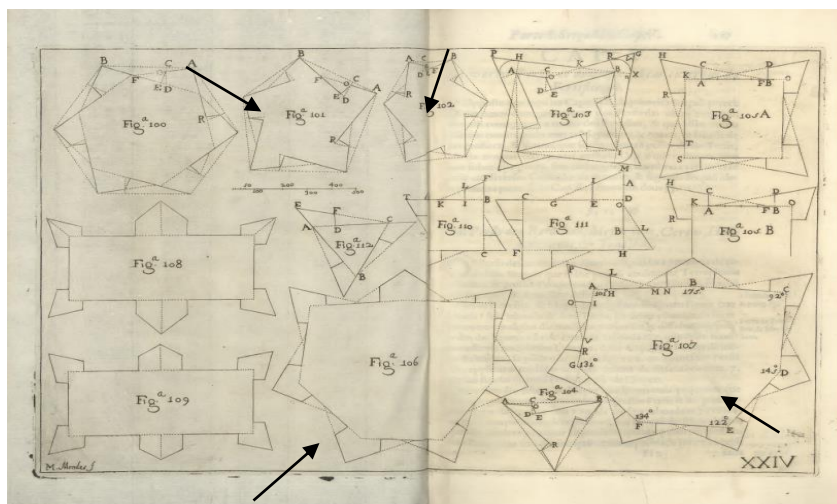
Do ponto de vista estrutural, as fortificações modernas desse período compunham-se principalmente pelo miolo ou núcleo, o polígono que se caracterizava por regular ou irregular. Em alguns casos, a depender o terreno, nesses espaços constituía-se povoações e não só aquartelamentos. Vejamos.

Imagem 5. Fortificação de Praça Regular.³⁴



As praças regulares eram aquelas em que os ângulos do polígono possuíam a mesma medida. As variações dessas medidas foram incontáveis, a depender do método desenvolvido e do terreno no qual a fortificação era construída e do seu tamanho. Todavia, a base do sistema abaluartado pode ser observado em métodos de diferentes escolas e países da Europa. Como o próprio nome indica, a praça irregular era aquela em que as medidas dos ângulos do polígono eram diferentes, conforme o desenho abaixo.

³⁴ PIMENTEL, Luís Serrão. “Methodo Lusitanico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares”, 1680. *Biblioteca da Exército de Portugal*, Lisboa- Portugal.

Imagem 6. Fortificação de Praça Irregular.³⁵

Nesse conjunto de traçados, é possível identificar os exemplos de fortificação de praça irregular, indicado pelas setas. Os traçados estão associados ao local que será fortificado, já que o terreno interfere na definição do polígono. Os detalhes de uma fortificação à moderna também são bem mais complexos dos que indicados aqui. Todavia, não caberia neste espaço detalhar cada elemento que compõe as fortalezas, mas indicar, de forma geral, as modificações existentes no âmbito da institucionalização do conhecimento da arquitetura militar.

• • •

Portugal não ficaria de fora dessas transformações. Conforme indiquei no início deste capítulo, o processo de afirmação da dinastia de Bragança ao trono português e a guerra da Restauração foram os principais motores para um processo de transição militar, que incluiu também a profissionalização de engenheiros e a sistematização do conhecimento sobre as construções defensivas. Aliás, os dois últimos exemplos de fortificação de praças regulares e irregulares fazem parte do tratado lusitânico de Luís Serrão Pimentel, sujeito que contribuiu efetivamente para esse processo em Portugal.

Em Portugal essas mudanças se fizeram sentir ainda na primeira metade do século XV. Detalhes como a forma de torrões e baluartes de planos circulares ou curvos, muros inclinados e baluarte de desenho em estrela mostravam sinais evidentes de adequação aos modernos traços da arquitetura. Espaços em que se verifica esses elementos são a

³⁵ *Idem.*

Torre Velha, em Porto Brandão; Outão, em Setúbal; São Julião da Barra, em Lisboa; Foz, no Douro. Esse modelo da segunda metade do século XVI será exportado para o ultramar.

Todavia, o aprendizado da ciência da fortificação regular inspirado nas renovações italianas tornava-se iminente. Pedro Dias explica que a presença de estrangeiros nas atividades de construções militares no império português deve-se, sobretudo, à dilatação das áreas a serem defendidas.³⁶ Afinal, no final do século XVI, segundo Pedro Dias, o Estado português já mantinha o número estimado de 300 fortalezas em pontos estratégicos no reino e em suas conquistas. Essas edificações foram realizadas por homens de notáveis conhecimentos, como Alexandre Italiano, primeiro engenheiro ou militar régio que se tem nomeação, datada de 16 de março de 1588, em Lisboa.³⁷

Outros nomes são Francisco de Frias de Mesquita, nomeado engenheiro-mor, em 24 de outubro de 1603, com atuação na Bahia. Assim como João Batista Cairato e Julio Simão, sujeitos de maior destaque no estado da Índia, e ainda Tiburcio Spanochi, nos Açores, e Jerônimo Jorge, na Madeira. São exemplos de um trânsito de conhecimento importante no campo da engenharia e arquitetura militar. Todavia, esses sujeitos não chegaram a produzir um tratado luso sobre as fortificações.³⁸

Esse tratado viria a ser realizado no final desse século, precisamente em 1680, por Luís Serrão Pimentel o autor do primeiro tratado de arquitetura militar português, intitulado *Methodo Lusitanico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares*.³⁹ No posto de cosmógrafo-mor e engenheiro-mor do reino, foi responsável pela institucionalização do ensino militar, criando a Aula de Fortificação e Arquitetura Militar, ainda em 1647, com apoio de D. João IV. Este seria um espaço para a

³⁶ DIAS, Pedro. *História da Arte luso-brasileira. Urbanização e fortificação*. Edição: Almedina, 2004.

³⁷ *Idem*, pp. 57-58.

³⁸ *Idem*, p. 59.

³⁹ PIMENTEL, Luís Serrão. *Methodo Lusitanico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa, 1680. *Biblioteca da Exército de Portugal*.

organização do material para a composição do *Methodo Lusitanico* e, principalmente, de formação dos engenheiros que atuavam nas conquistas.⁴⁰

O segundo grande passo de Portugal, em função da profissionalização de engenheiros e arquitetos militares, foi a partir da colaboração de Manoel Azevedo Fortes, tenente-mestre-general, engenheiro-Mor do reino e diretor da Academia militar a partir de 1719. Foi responsável pela segunda obra de maior relevância neste campo publicada em 1728, *O Engenheiro Português*, em dois tomos. Esses dois momentos de importante institucionalização da formação de engenheiros são fundamentais para a compreensão da constituição das fortalezas nas conquistas e o papel que estes homens desempenharam em diversas partes do império português.

Aqui não é intenção esmiuçar os tratados de fortificação moderna, mas estabelecer conexões entre as construções na Amazônia com o conhecimento produzido na Europa a partir do século XV e XVI. Razão pela qual, verifica-se a interpretação do espaço a partir de uma perspectiva inovadora de construção, de guerra e defesa que encontrará nas áreas coloniais o “laboratório” para as práticas de tantas teorias produzidas em inúmeros tratados.

A flexibilidade e dinâmicas implicaram experiências que provavelmente fugiam aos tratados, todavia, formatavam-se através de um diálogo complexo de interlocução entre um saber científico milimetricamente construído na Europa, as adversidades da geografia dos rios e florestas, mas sobretudo, ainda, da colaboração nativa na definição do lugar e da mão de obra e do estabelecimento na praça. Portanto, nesta altura convém conhecer um pouco mais desses sujeitos e suas obras.

No século XVII, Serrão Pimentel seria o homem responsável pela instrução e organização de tratados sobre fortificação em Portugal. Português nascido em Lisboa, em 4 de fevereiro de 1613. Na sua formação no colégio jesuíta de Santo Antão destacava-se nas áreas de matemática, e já aos 30 anos acompanhava Antônio de Mariz

⁴⁰ FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. “Luís Serrão Pimentel (1613-1679): cosmógrafo mor e engenheiro mor de Portugal”. *Dissertação de Mestrado*. Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras, departamento de História, 2009.

Carneiro engenheiro de fortificação. Em 1670 com a morte de Carneiro recebeu sua nomeação no cargo de cosmógrafo e engenheiro-mor de Portugal.⁴¹

Serrão Pimentel esmerou-se na tarefa de sistematizar um tratado português de fortificar. Nos quadros mais amplos, Portugal teria sido aquele país que sofrera muito mais influência de uma técnica externa, do que propriamente desenvolvido algo inovador no âmbito doméstico. Por outro lado, em muitos aspectos, parece evidente a produção e os avanços lusos nesse aspecto.

Pedro Dias explica que surgiam vários tratados de fortificação os quais teriam influenciado sobremaneira as construções lusas. Convencionou-se chamar de “arquitetura à Vauban”, “à francesa”, “à espanhola”⁴². Mas, de fato, apresentavam poucas alterações, partindo-se sempre do modelo abaluartado da construção. Pimentel quis marcar essa fronteira de um conhecimento produzido internamente. Na apresentação do Tratado justifica que a escolha do título, deve-se ao fato de “várias nações têm vários métodos de fortificar”, e, portanto, “era justo que aparecesse no mundo um método português”.⁴³

A fortaleza de Diu, na Índia, e as fortalezas de Mazagão e Ceuta, no norte da África, foram as primeiras construções abaluartadas do império português. Conforme afirma, João Barros de Matos essa expressão defensiva se explica pela necessidade de melhor definir estratégias de defesa em áreas coloniais, a partir de 1540. Essas fortalezas “integram a primeira linha do processo de evolução da arquitetura militar”. São as “primeiras fortificações abaluartadas construídas fora da Europa”, ocupam, portanto, papel central na “difusão do sistema abaluartado a nível mundial”.⁴⁴

⁴¹ *Idem.*

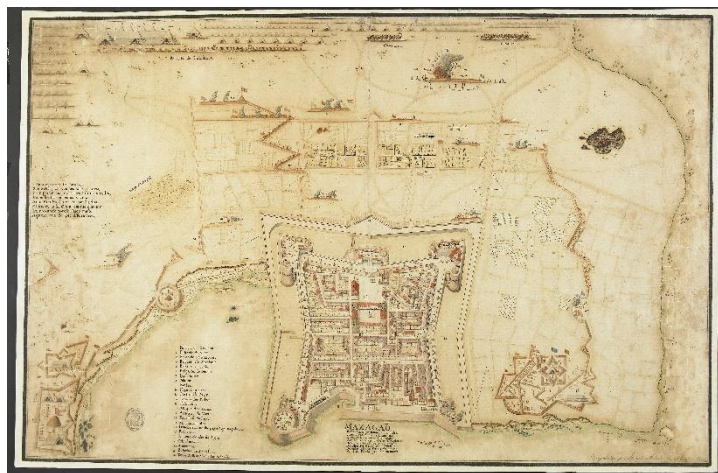
⁴² DIAS, Pedro. *História da Arte luso-brasileira. Urbanização e fortificação*. Edição: Almedina, 2004.

⁴³ PIMENTEL, Luís Serrão. *Methodo Lusitanico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa, 1680, p.14.

⁴⁴ MATOS, João de Barros. “As fortalezas abaluartadas de Mazagão, Ceuta e Diu. Implantação e relação com o território”. *XXIV Colóquio de História Militar*. Lisboa, 17 a 20 de novembro, 2015.

Na planta da praça de Mazagão pode-se verificar o traçado abaluartado, as muralhas com a planta quadrada e fosso.

Imagem 7. Praça Forte de Mazagão (1541-1542).⁴⁵



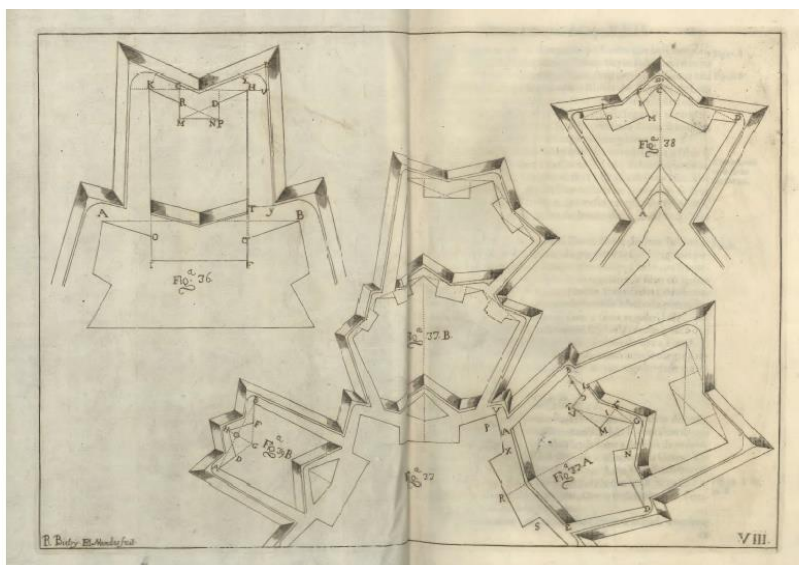
Em Portugal, o *Methodo Lusitanico* de Luís Serrão Pimentel foi um avanço significativo para o conhecimento da engenharia militar lusa. Em suas palavras, estava propondo “em primeiro lugar uma fácilima prática, tal que por ela saberá qualquer soldado fácilima e brevíssimamente desenhar todo o gênero de fortificações, que hoje se pratica”.⁴⁶ Além disso, a intenção do autor também era conservar uma obra em Portugal para a formação do que ele chama de “engenheiros naturais”, ou seja, que fossem portugueses para atuar nas mais diversas áreas em Portugal e ultramar.

No *Methodo* proposto por Pimentel a construção de uma fortaleza deve-se prioritariamente ao conhecimento da matemática, desenho dos ângulos e baluartes de praças regulares e irregulares. É uma parte que ele designa de “qualitativa” em que “se pode ver a combinação deste método com os de outros autores por ser necessário mostrar a melhoria do que ensinamos”.⁴⁷

⁴⁵ Praça Forte de Mazagão (1541-1542). *Biblioteca Nacional Portuguesa*. <http://purl.pt/22458/1/>

⁴⁶ PIMENTEL, Luís Serrão. *Methodo Lusitanico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares*. Lisboa, 1680, p.13.

⁴⁷ *Idem*.

Imagem 8. Baluarte segundo o Tratado *Methodo Lusitanico*.

A figura trata o exemplo do desenho dos ângulos e baluartes de uma fortaleza presente no *Methodo Lusitanico*. Na imagem, pode-se verificar a preocupação geométrica do traçado presente na medida dos ângulos. Conforme explica Serrão Pimentel, uma das principais máximas da construção era que possibilitasse, mesmo na fortificação irregular a regularidade, sempre que possível dos seus ângulos. Condição que segundo ele, teria conseguido no método apresentado “com tanto extremo que, em todas as figuras por mais irregulares que sejam, fortificadas dos lados dos polígonos exteriores para dentro, fica cada um dos lados fortificados regularmente”. Circunstância que em “nenhuma figura irregular fortificada nos livros e métodos dos autores pude descobrir”.⁴⁸

A façanha teórica nem sempre foi possível na prática. Fortificações que “englobavam povoações, cidades e vilas nunca foram perfeitamente regulares de ‘tratado’, adaptando-se às pré-existências e, por isso, não se podendo desenvolver como os engenheiros desejariam”.⁴⁹ Pedro Dias explica que se pode verificar a característica regular em pontos estratégicos de grande importância para o império, como por exemplo, “Goa,

⁴⁸ PIMENTEL, Luís Serrão. *Methodo Lusitanico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares*, p. 14.

⁴⁹ DIAS, Pedro. *História da Arte luso-brasileira. Urbanização e fortificação*, p.108.

Macau, Cochim, Moçambique, Luanda, Rio de Janeiro, Pernambuco e Salvador”.⁵⁰ Luís Serrão Pimentel previa núcleos de povoamento dentro das praças. Todavia, em locais onde já se estabelecia uma povoação, a irregularidade da construção era inevitável, conforme veremos adiante.

O conhecimento sobre a arte de fortificar as praças tornou-se em Portugal, uma política institucionalizada a partir das aulas de arquitetura e engenharia militar e, principalmente, da formação de engenheiros nacionais. O *Methodo Lusitânico* é uma expressão da tentativa em consolidar e marcar a fronteira desse conhecimento. Trata-se de uma ação que integrava uma série de medidas que, no século XVII, tornaram-se centrais para a restauração do trono português.

Outro grande representante dessa fase de transformações foi Manuel de Azevedo Fortes, professor de matemática na Aula de Fortificação e Arquitetura Militar em Lisboa, de 1695 até 1701. Em 1702, foi nomeado capitão de infantaria com o posto de engenheiro. No reinado de D. João V, em 1719, foi nomeado engenheiro-mor do reino. Era português nascido em Lisboa, em 1660.

Na obra *Engenheiro Português*, Azevedo Fortes explica que a importância do conhecimento sobre arquitetura e engenharia era central para o Estado português. Chama a atenção para os poucos exemplares do *Methodo Lusitanico*, que compusera Luís Serrão Pimentel, em um momento em que, segundo ele, “lograva grande crédito, e reputação o Methodo de Fortificar as Praças à holandesa de Dogen, Golgman, Freitag, Marolois, e outros autores de cujos métodos já hoje não se usa nas mais nações da Europa”.⁵¹

A referência a teóricos da arquitetura e engenharia militar expressa a influência estrangeira em Portugal – das escolas italiana, francesa, holandesa e alemã –, para a construção de um conhecimento de engenheiros nacionais. Felipe Eduardo Moreau explica que a escola italiana com a invenção do sistema abaluartado foi a base para os

⁵⁰ *Idem*, p. 109.

⁵¹ FORTES, Manoel de Azevedo. *O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados. Obra moderna, de grande utilidade para os engenheiros, e mais officiaes militares*. Tomo I. Lisboa Ocidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729. *Biblioteca Nacional de Portugal*. Disponível em: <http://purl.pt/14547>

demais tratadistas. Todavia, holandeses e franceses elaboraram formas mais sofisticadas, que incluíam complexo conhecimento sobre matemática, geometria e trigonometria. A escola holandesa, por exemplo, aprimorou alguns elementos da fortaleza, ampliou o uso do fosso aquático, o sistema de muralhas, baseado em cortinas pequenas e flancos perpendiculares. Observa-se essa perspectiva em tratados de fortificação de Adam Fritrach e Matthias Dogen.⁵²

Ainda no prólogo do Tomo I de *O Engenheiro Portuguez* (1728), Azevedo Fortes refere-se ao livro *Fortificação moderna*, afirmando que se tratava não de um método, mas “uma compilação de vários métodos, que podem mais servir para notícia histórica do que para dar abertura de entendimento e facilidade aos principiantes”.⁵³

Em sua obra são citados métodos dos que ele chama de célebres autores: Antonio de Ville, o Conde de Pagan e o marechal Vauban. Esses elementos são indícios da circularidade do conhecimento no campo da arquitetura e engenharia militar na Europa moderna. Além disso, indica que Portugal estava inserido nesse processo, não como mero receptor de informações, mas também como aquele que interpreta e constitui tratados nacionais.

A influência e conhecimento dos tratados europeus pelos lusos é ainda destacado por Frei Bernardo do Desterro, na análise de censura da obra de Azevedo Fortes. Destaca o religioso que “se verá então praticada uma nova ordem de Arquitetura Militar à portuguesa, além dos que conhecemos até agora à italiana, à francesa e à holandesa”⁵⁴ Nas estampas 3 e 7 do tratado *O Engenheiro Portuguez* de Azevedo Fortes é possível observar a influência de Vauban nos traçados.⁵⁵

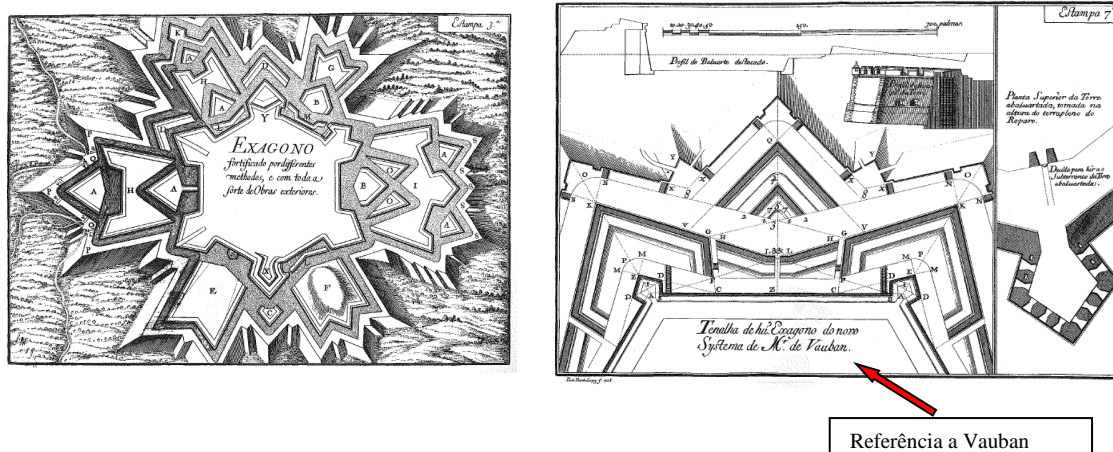
⁵² MOREAU, Filipe Eduardo. *Arquitetura Militar em Salvador da Bahia, séculos XVI a XVIII*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da FAU-USP. São Paulo, 2011, P. 45.

⁵³ FORTES, Manoel de Azevedo. *O engenheiro portuguez*, Tomo I.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ FORTES, Manoel de Azevedo. *O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados. Obra moderna, de grande utilidade para os engenheiros, e mais officiaes militares*. Tomo II. Lisboa Ocidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729. *Biblioteca Nacional de Portugal*. Disponível em: <http://purl.pt/14547>

Imagens 9 e 10. Estampas de Azevedo Fortes presente n' *O Engenheiro Portuguez*



Na primeira imagem verifica-se um hexágono com a tenalha; na segunda, no detalhe do traçado do baluarte, a referência ao “novo sistema de M. de Vauban”.⁵⁶ O refinamento do conhecimento sobre o sistema abaluartado de defesa em Portugal deve-se ao trânsito do conhecimento produzido na Europa, sobretudo, Itália e França. Isso está ligado à mobilização dos mestres de fortificação, e mais tarde engenheiros, e ao aprimoramento do conhecimento da matemática e da geometria. Além disso, destacam-se as inovações de guerra, como as armas de fogo e os canhões para os quais os modelos medievais de defesa mostravam-se obsoletos.

Azevedo Fortes sintetiza bem esse momento de transição “nos tempos antigos os arietes, catapultas, balestras, dardos, pedras, lenha e fogo eram as armas com que os expugnados combatiam e se defendiam os sitiados”. Todavia, “neste tempo a lenha das minas se transformou em pólvora, as pedras em granadas, os dardos em espingardas, e mosquetes, as frechas em pilouros, os arietes em canhões, e as balestras em colubrinas que são as armas que hoje uns se expugnam e outros defendem”.⁵⁷

As mudanças nas tecnologias de guerra implicaram na renovação da ciência militar e de defesa. Por outro lado, esses vários tratados eram confrontados com os mais variados espaços nas áreas coloniais. Estabelecer-se em pontos estratégicos na Ásia, África e América implicava a difícil tarefa de fortificar, principalmente pontos de comércio. Essa

⁵⁶ *Idem*, estampa 7.

⁵⁷ *Idem*, P. 5.

matriz de conhecimento, que formou engenheiros em Portugal no século XVII e XVIII, expandiu-se para essas áreas, adaptando-se às experiências locais.

3. O “laboratório” das práticas: as fortificações e os engenheiros militares na capitania do Pará.

A capitania do Pará estava inserida nessas dinâmicas de inovação de estratégias de defesa. Várias fortalezas foram planejadas e executadas por engenheiros que participaram do processo de colonização e presença lusa na região. Para alcançar esses homens das fortificações, na primeira metade do século XVIII, foi necessário rastrear, nas fontes, seus nomes e relatórios produzidos de vistorias realizadas por eles.

Essa tarefa é bastante complicada, pois não há nenhum fundo documental específico que trate dessa questão de forma sistemática. O que temos são dados pulverizados em uma documentação bastante fragmentária. Todavia, é possível rastrear os dados, pois era atribuição do governador dar notícias ao reino do estado das fortificações e definir novas construções; já os engenheiros eram responsáveis por fazer trabalhos de vistoria e elaborar relatórios. Portanto, governadores e engenheiros tinham a função de manter informada a Coroa das estruturas defensivas, as dificuldades e estado físico desses espaços. São em geral, narrativas ricas em detalhes, já que apresentam diversos aspectos das fortalezas e indicam, quando necessário, reformas, e podem, inclusive, indicar a transferência da fortaleza para outro espaço quando parecesse mais estratégico.

Na busca dos documentos produzidos por esses sujeitos, depara-se com um problema de ordem arquivístico. No processo organizativo do AHU, há um fundo *Cartografia e Iconografia* construído por imagens que foram separadas do texto escrito. Isso implica profundamente na pesquisa sobre engenheiros e seus desenhos e plantas. Em muitos casos, encontra-se a carta do engenheiro, mas o desenho não consta em anexo conforme aponta o texto. Portanto, a tarefa de reconectar essas partes é muito complicada, porque em geral o desmembramento texto/imagem implica em perda de autoria e ano. Vejamos o que foi possível organizar, sobre essa questão a partir dos seguintes aspectos: a lógica de construção; os engenheiros; as técnicas; os desafios de construções Amazônia e a relação com técnica de fortificação à moderna; e, finalmente, as relações sociais em torno dessas construções.

3.1. Das obras de fortificação: os desafios da construção na Amazônia.

As obras de fortificação na Amazônia não eram tarefa para qualquer tratado de engenharia militar e/ou arquitetura resolver. Como vimos, no período compreendido entre 1640 e 1668, Portugal enfrentava os conflitos decorrentes da restauração da monarquia. Os esforços militares mal permitiam acudir às fronteiras domésticas, como destacamos no capítulo 1. No reino, a necessidade de tornar as praças mais defensáveis tornava-se patente. A profissionalização e formação de engenheiros era também uma condição para a manutenção das fronteiras internas e externas.

Como destacamos atrás, foi somente em 1647, que, em Portugal, se instituíram as *Aulas de Fortificação e Engenharia Militar*. E, somente em 1680 publicava-se o primeiro tratado luso de fortificação, escrito por Luís Serrão Pimentel. Se, considerarmos as primeiras fortificações lusas na região do século XVII, verifica-se que a tarefa de desenhar e construir nesse contexto inclui uma ação emergencial e improvisada, porque mesmo no reino ainda não havia base de formação sólida para esses profissionais.

Nos anos em que ocorre a expulsão dos franceses do Maranhão (1615), a fundação do forte do Castelo (1616), principiando a cidade de Belém, as conquistas realizadas ao rio Xingu, Cabo do Norte e Gurupá, as fortificações eram levantadas pelos próprios conquistadores. Lyra de Tavares lista Antônio Chichorro, Bento Maciel Parente, Bento Rodrigues de Oliveira e Francisco Caldeira de Castelo Branco no rol de sujeitos que desempenharam papel de engenheiros, levantando fortes no norte da América portuguesa. É o caso, por exemplo, da Fortaleza de Gurupá, constituída em 1623 por Maciel Parente, logo após a destituição das construções holandeses na região.⁵⁸

Portanto, nos primeiros anos da conquista, as obras eram construções que estavam muito mais ligadas à manutenção do domínio da Coroa sobre o espaço conquistado, no contexto dos embates com as pretensões de outras nações europeias na região, do que propriamente enquadrado em técnicas de engenharia. A tentativa de alinhamento técnico será um esforço de um grupo de engenheiros que vem para o Estado, a partir dos anos finais do século XVII, juntamente com a necessidade de incrementar as construções defensivas precariamente mantidas em locais estratégicos.

⁵⁸ TAVARES, Lyra de. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Editora: Biblioteca do Exército Português, 1965.

Para investigar as obras de engenharia e os desafios da construção de fortificações na capitania do Pará priorizamos três engenheiros que atuaram dos anos finais do século XVII até 1750. São eles Pedro de Azevedo Carneiro (1687-1693), José Velho de Azevedo (1693-1699) e Carlos Varjão Rolim (1723-1749). José Velho de Azevedo acabou desempenhando a função por muito mais tempo, sendo substituído somente com a chegada do sucessor Varjão Rolim.

A escolha desses sujeitos deve-se a três aspectos: o recorte cobre o período de interesse da tese; são os que possuem a patente de sargento-mor engenheiro do Estado do Maranhão; e, por último por terem atuado em vitórias e elaborado relatórios sobre fortificações na região. A partir desses três engenheiros busca-se verificar a circulação de conhecimento sobre engenharia moderna e as obras de defesa do Estado e os problemas decorrentes das fortificações região.

A construção na Amazônia implicava em enormes desafios para os engenheiros vindos da Europa imbuídos de um conhecimento de construção moderna, sistematizada pela exigência da precisão da medida dos ângulos do baluarte, da muralha e dos fossos de uma praça regular. Características que dificilmente eram possíveis no ambiente de florestas do Estado.

De acordo com Pedro Dias, no Brasil, mesmo as fortalezas de maior imponência, como por exemplo, de Bragança, Príncipe da Beira, São José de Macapá e Santa Cruz de Itamaracá não constituíram “no seu interior mais que aquartelamentos”, em contraposição ao que previam os tratados modernos de Praças regulares com lugar para população civil dentro da praça. Esse fenômeno só foi verificável no reino, como em Almeida e Valença. Para o autor, as demais praças “que englobavam povoações, cidades ou vilas nunca foram perfeitamente regulares ‘de tratado’ adaptando-se às pré-existências e, por isso não se podendo desenvolver como os engenheiros desejariam”.⁵⁹

Além da arte de fortificar, os engenheiros deveriam dominar a arte de adaptar as construções aos desafios locais. A partir das informações coletadas dos relatórios produzidos pelos engenheiros na Amazônia, identificou-se três problemas mais recorrentes: 1. Os aspectos naturais: inverno, chuvas e cheias; 2. Os aspectos

⁵⁹ DIAS, Pedro. *História da Arte luso-brasileira. Urbanização e fortificação*, p.108.

geográficos e logísticos: as distâncias, jornadas de vistorias e manutenção das obras; 3. Falta de recursos materiais.

O problema com os aspectos naturais aparece nas primeiras vistorias realizadas pelo engenheiro Pedro de Azevedo, em 1688. Após diligência para averiguar as condições para construção de fortalezas no Cabo do Norte, o parecer técnico do engenheiro definiu dois pontos estratégicos para impedir a “introdução dos estrangeiros por aquele rio”, em Cumaú e Araguari. O esforço para construção da fortaleza de Araguari, que teve duas peças de pequeno calibre tiradas da fortaleza de Gurupá, teve as obras interrompidas, ficando só os alicerces esperando o verão para retomada das obras.⁶⁰

O impedimento da continuação das obras eram as enchentes e as chuvas. O trabalho de abertura dos alicerces foi perdido, como explicou o engenheiro, pois as águas encheram os alicerces que estavam abertos.⁶¹ Neste caso, foi necessário esperar o verão para que as obras para vigilância e defesa contra os franceses fossem encaminhadas.

Em 1684, Fernando Ramires queixava-se da obra feita pelo governador na fortaleza da Barra de Belém. Segundo ele, eram mal construídas, razão pela qual, “com as primeiras águas vieram ao chão”.⁶² Esse mesmo problema foi citado em carta de 1692, quando o capitão-mor Hilário de Sousa de Azevedo afirmava que as estruturas da fortaleza da Barra de Belém “não se mantinham com as águas”.⁶³ Em 1695, o engenheiro Pedro de Azevedo Carneiro sugeria uma mudança na construção de um forte no Pará: no lugar de uma praça baixa que ficava arruinada “pelas marés, propõem fazer os terraplenos das cortinas mais largos de costas para o mar. Sugere ainda maior cuidado com a artilharia “de as reparar das continuas chuvas daquela terra”.⁶⁴

⁶⁰ Carta do governador Arthur de Sá e Meneses ao rei. Belém do Pará, 19 de setembro de 1687. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 267.

⁶¹ Consulta do Conselho ultramarino ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx.3, D.272. Lisboa, 2 de junho de 1688.

⁶² Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa 7 de agosto de 1684. *AHU*, Avulsos Pará.Cx.3; D. 229. Ver ainda sobre a questão: *AHU*, Avulsos Pará, Cx.3 D.248.

⁶³ Carta do capitão mor Hilário de Sousa de Azevedo ao rei. Pará 13 de julho de 1692. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 307.

⁶⁴ REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Rio de Janeiro, n. 344, julho/setembro, 1984.

Nesse mesmo relatório sobre a fortaleza da Barra do Pará, a estrutura de ponte, recomendada nas “fortalezas do mar”, aqui não tinha utilidade, por causa da pouca resistência à correnteza de rios. O engenheiro recomendava colocar na parte inferior da obra “um grosso varão de ferro, ou uma boa chumbada, para que com mais firmeza assente no solho sobre que está fundada a dita fortaleza, porque este na vazante fica descoberto doze e vinte palmos”, e na “enchente cobrirá mais da metade da escada, e tem o mesmo trabalho de subir e descer que havia de ter a ponte levadiça”. Seriam “supérfluos os gastos que com ela se haviam de fazer continuamente a respeito das correntes do rio”.⁶⁵

Além, das chuvas, enchentes e inverno, outro aspecto deveria ser incluído na escolha do local mais apropriado para a obra, a qualidade o terreno. No Cabo do Norte, Pedro Carneiro considerou o Araguari o mais apropriado. O terreno tinha que ter terra firme, e ainda ter qualidade da terra para fertilidade dos mantimentos, que fosse capaz “para poder ter povoações de brancos”. Afinal de contas, a fortaleza também tinha que subsidiar a sobrevivência dos militares ali aquartelados. Dessa análise, o engenheiro fazia as plantas para reedificarem ou construírem novas fortalezas no local.⁶⁶

A relação entre a obra de fortificação e o terreno é lembrada por John Keegan. Em suas palavras “há uma simbiose entre a fortaleza e sua circunvizinhança”, já que a fortificação deve “controlar uma área suficientemente produtiva para sustentar uma guarnição em tempos normais” além de “ser grande e segura para abrigar, prover e proteger a guarnição quando submetida a um ataque”.⁶⁷ Embora o autor trate especificamente do contexto europeu, é evidente que a concepção de defesa e sobretudo o papel desempenhado pelas fortalezas está em consonância com a análise do espaço produtivo.

Nelson Figueiredo também explica a relação do espaço das fortalezas amazônicas com o potencial estratégico e as potencialidades dos rios. Em outras palavras o espaço

⁶⁵ *Idem*, p.222.

⁶⁶ Consulta do Conselho ultramarino ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx.3, D.272. Lisboa, 2 de junho de 1688.

⁶⁷ KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.189.

em que se tem fortalezas obedece a duas lógicas: estratégia e potencialidade produtiva.⁶⁸ Portanto, mais uma vez verifica-se a relação intrínseca entre povoamento e defesa.

Para a ocupação da Ilha de Joanes, a fertilidade do terreno e a potencialidade dos rios foi um elemento central. De acordo com o engenheiro, o local era fértil, onde se podiam fazer “famosas e muito grandes povoações, porque tem grandes campinas para gado”.⁶⁹ Essa mesma lógica foi usada para justificar a fortaleza dos Tapajós, ocasião em que se destacava ser a obra apropriada por “ter boa povoação e muitos índios de que necessitam os moradores”. A fortaleza de Gurupá também seguiu esse critério: em 1695, Pedro de Azevedo propunha reformas para o local e incremento da povoação, para o que sugeria a ida de soldados casados com a família, como já ocorria, pois tinham “terras para culturas”. Outra estratégia, seria pagar salários aos “índios para fazerem roças”.⁷⁰

Além do aspecto produtivo, a fortaleza necessitava de uma vizinhança que a auxiliasse, característica apontada por Pedro de Azevedo na escolha do local da casa forte do Araguari. Segundo ele, o lugar era estratégico, pois por esse rio “desembocam todos os franceses que vêm de Caiena”, o terreno era de boa qualidade e ainda tinha “a conveniência da vizinhança do gentio Maruanus”, necessário “para sustento de quem assistir nela”. Por essa razão, era necessário manter boa relação e comunicação com os índios.⁷¹

No Gurupá, também a atuação dos padres missionários da província da Piedade é vista como importante para as atividades logísticas da fortaleza. Na Ilha de Joanes, como um todo, recomendava-se manter os padres missionários de Santo Antônio e os descimentos da nação dos Aruã. Estes mantinham comunicação com franceses mediando contratos comerciais com os que vinham de Caiena.⁷²

⁶⁸ RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Senado Federal, Vol. 64, 2005.

⁶⁹ REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, p.222.

⁷⁰ *Idem*, p.22.

⁷¹ Carta do governador Arthur de Sá e Meneses ao rei. Belém do Pará, 19 de setembro de 1687. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 267.

⁷² REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, p.222.

Em 1712, Frei Manoel de Moura, da província de Nossa Senhora da Piedade, sugeria a mudança da aldeia de Matucu para junto da casa forte de Trombetas, argumentando como justificativa “para que os soldados daquele presídio tivessem pescadores e quem lhes remasse as canoas em que vão buscar farinha e o mais que lhe é necessário”.⁷³

Essa lógica explica a relação existente entre os aldeamentos e as fortificações. Os aldeamentos permitiam assistência à fortificação, fornecimento de remeiros, pesqueiros, guias e guerreiros. Essa aproximação estratégica permite uma logística para manutenção da fortificação, e pode ser observado na disposição de fortalezas sempre próximas a aldeamentos religiosos.

A disposição dos aldeamentos, sobretudo a partir da carta régia de 1694, que estabeleceu a divisão da ação das ordens religiosas em distritos pelo rio Amazonas, esteve estreitamente relacionada com as fortificações ao longo desse rio. A vizinhança da fortificação era, em grande parte, constituída pelos aldeamentos. Os indígenas eram responsáveis pela logística, manutenção e até mesmo defesa do espaço. A falta de assistência levou à retirada da casa forte da Ilha de Santa Ana, no Cabo do Norte, para um outro local e ordenava-se também que “as aldeias circunvizinhas daquela casa forte lhe acudissem com índios não só para lhe reforçarem o presídio, mas também para lhe plantarem roças de que se pudesse sustentar aquela guarnição”. Em muitas diligências os militares faltavam por não haver índios que remassem as canoas.

O governador Alexandre de Sousa Freire ressalta que “como em toda as fortalezas e casas fortes de V.M. se acham aldeias da obrigação das mesmas fortalezas ordenei ao mesmo cabo Maciel Parente que com um missionário dos mais vizinhos fizesse toda diligência por fazer um descimento de gente para estabelecer uma nova aldeia naquele presídio”.⁷⁴ Portanto, há uma relação ainda pouco explorada entre *fortificação* e *aldeamento*, inclusive legitimada no *Regimento das Missões*, em vigor desde 1686. As aldeias de repartição, por exemplo, conforme o documento, deviam atender às

⁷³ Carta do governador para o rei sobre a mudança da aldeia de Matucu para junto a casa forte de Trombetas. Belém do Pará 9 de agosto de 1712. AHU, Avulsos do Pará. Cx. 6, D. 490.

⁷⁴ Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei sobre a retirada da casa forte da Ilha de Santa Ana no Cabo do Norte. Belém do Pará, 4 de outubro, 1729. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 1052.

demandas militares e econômicas do Estado.⁷⁵ Questão que está estritamente relacionada à presença indígena nas tropas, conforme trataremos no capítulo 4.

Outra dificuldade apontada pelo engenheiro Pedro de Azevedo Carneiro eram as enormes distâncias da capitania. Esse fator geográfico exigia investimento de tempo e dinheiro. De acordo, como o engenheiro era impossível assistir a “todas as obras que se pretendem fazer assim pelas grandes e dilatadas distâncias, como pelos muitos gastos que se fazem nessas jornadas”. Se considerarmos que para uma viagem do Maranhão até Itapecuru gastava-se um dia, no percurso de Belém até Salinas oito dias, Belém à Ilha de Joanes um dia, Gurupá até Paru dois dias, conclui-se que as queixas do engenheiro eram coerentes.⁷⁶

Em viagem que fez ao Cabo do Norte, rios Tapajós, Urubu, Madeira e Rio Negro, além das “mais fortalezas que V.M. manda se façam no Maranhão e costa do Ceará e Pará” afirmava ser impossível “que eu possa assistir a uma sem que faça faltar as mais pelo que deve V.M. mandar engenheiros que me ajudem”. Sugere o filho e sobrinho que vieram com ele e que serviam como soldados a ocuparem o posto de engenheiros porque “tem ensinado a eles a lição”.⁷⁷

O terceiro aspecto observado pelos engenheiros era a incongruência entre a falta de recursos e a necessidade de construção de fortificações. Para construção da casa forte do Araguari e do Cumaú foi necessária uma quantidade significativa de gente e material. No rol do que era necessário incluíam-se 100 índios e 2 varas de pano cada mês para cada um. Para sustento desses índios “o paneiro por mês importa a 2 varas de pano”. Para as ferramentas foram necessários “vinte quintais de ferro para se desfazer em ferramentas”. Além dessas, “2 arrobas de aço a 400 réis para a ferramenta que se houver de fazer do dito ferro que importa em 25\$600”. Havia ainda despesas com “50 paneiros de sal para um ano”. Além de “dois oficiais de pedreiro a 600 réis por dia a cada um que importa no ano 360\$ réis”. Para um “oficial de carpinteiro a 600 réis por dia que

⁷⁵ AREZ, Karl Heinz e SILVA, Diogo Costa. “Levar a Luz de nossa santa fé aos sertões de muita gentildade”: Fundação e consolidação da missão jesuítica na Amazônia portuguesa (século XVII). Belém, Editora: Açai, 2012.

⁷⁶ REIS, Arthur Cézár Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*.

⁷⁷ *Idem*.

importa por ano 180\$”. Para “quatro negros carapinas das aldeias a 800 reis cada mês cada um importa o valor de 38\$400”.⁷⁸

Além dessa gente e material que estavam diretamente ligados à construção, havia ainda uma lista significativa de outros objetos como “aguardente para os trabalhadores, por ano 50 canadas que importa em 50\$ réis”. Para os doentes, “açúcar, azeite, vinagre, vinho e carimã”. Para “gastos que se há de fazer com o gentio circunvizinho com o sustento de algum conduto de pano, 20 maços de avelório, 20 dúzias de facas”. Além de “12 arrobas de tabaco; dois ajudantes; duas canoas boas e grandes; 4 canoas pequenas para pescadores e 10 varas de pano cada uma”. A soma apresentada pelo engenheiro importava em 2.389.200. Mais “400 alqueires de sal, 2 milhares de tijolos” que tudo somava 2.519.200.⁷⁹

Portanto, verifica-se um rol significativo de materiais e gente necessários para construção da Casa Forte. A julgar pela tipologia da engenharia, tratava-se de uma obra de porte menor que uma fortaleza, ou seja, pode-se conjecturar que para obras maiores mais gente e materiais seriam necessários. Por essa razão, a Coroa se utilizou de estratégias de financiamento dessas obras na Amazônia. Ocorria quando um morador ou militar construía fortificações com recursos próprios (empreita). Havia casos em que os recursos eram advindos somente da Fazenda Real e, finalmente, o financiamento misto (recurso da Fazenda real e de empreiteiros), em que Coroa e particulares colaboravam nos gastos com a fortificação da capitania. Essa era uma forma de garantir as obras de fortificação.

No caso da obra financiada por particulares, geralmente militares ou até mesmo moradores, a motivação era o interesse em provimento de postos militares. José da Cunha d’Eça, morador e cidadão da cidade, por exemplo, negociou a construção do Fortim da Barra em troca do provimento ao posto de capitão. O governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho solicitava ao rei o pagamento para Cunha d’Eça “dos soldos que costumam levar os tenentes e capitães”.⁸⁰

⁷⁸ Memória do capitão-engenheiro do Estado do Maranhão. 1723. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 7, D. 656.

⁷⁹ *Idem.*

⁸⁰ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa, 10 de dezembro de 1698. AHU, Avulsos Pará, Cx. 4, D. 349.

Em 1716, José Sanches de Brito construiu um forte “junto a esta cidade defronte das casas que foram de Manoel Guedes Aranha”. Consta no acerto que a conclusão da obra seria em três anos, e em troca Sanches de Brito almejava o posto de tenente-general da artilharia.⁸¹ A obra parece ter se prolongado mais que o previsto, já que em 1720, Sanches de Brito solicitava ao rei nomeação de um ajudante e dois sargentos pagos pela Fazenda Real para assistirem as dependências da obra”.⁸² Portanto, o financiamento foi feito em parte com os recursos da Fazenda Real, e em outra por particulares.

O engenheiro Pedro de Azevedo Carneiro reclamava que as obras feitas pelos empreiteiros eram de péssima qualidade e demoravam bastante para ficarem prontas. Nas suas palavras, essas obras feitas por particulares se “faziam eternas” ou quando chegavam a acabar é “por interesses próprios como a experiência tem mostrado”. Queixava-se que havia mais de um ano havia desenhado a fortaleza do rio Tapajós e que até o momento da carta não havia acabado de abrir nem os alicerces por mais diligências que tinha feito com o superintendente das fortificações ao local. Sugeriu que para fortificar todo este Estado era melhor “fazer obras por sua conta e não pela de empreiteiros”, porque “tais obras sendo feitas por conta de S.M. serão muito mais fortes e feitas com mais brevidade”.⁸³ A planta da fortaleza não consta em anexo do documento.

O financiamento particular (empreiteiras), usado na construção da Fortaleza dos Tapajós, verifica-se também na Casa Forte do Rio Negro e Casa Forte do Paru. O curioso é que todas essas obras estavam ligadas a Francisco da Motta e seu filho Manuel da Motta de Siqueira. A obra do Tapajós rendeu à família o posto de capitão da fortificação, embora as obras estivessem inacabadas. A Casa Forte do Rio Negro, de acordo com o engenheiro Pedro de Azevedo, estava mal guarnecida, e sugeria a construção de mais um forte no Rio Negro, sugerindo que fosse feita por Manoel da

⁸¹ Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 3 de julho de 1716. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 6; D. 522.

⁸² Requerimento de José Sanches de Brito para o Rei. 20 de julho de 1720. *AHU*, avulsos do Pará. Cx. 6; D.563.

⁸³ Carta do governador Arthur de Sá e Meneses ao rei. Belém do Pará, 19 de setembro de 1687. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 267.

Motta, no lugar do forte de Acaqui, próximo ao forte Paru, cujo lugar era inapropriado.⁸⁴

Por todas as razões apontadas pelo engenheiro Pedro Azevedo Carneiro, a Amazônia tornava-se um verdadeiro *laboratório das práticas* de engenharia. Os tratados de fortificação que passaram a integrar a formação de engenheiros no reino, sobretudo a partir da obra de Luís Serrão Pimentel e das primeiras aulas de fortificação em 1647, eram confrontados com uma realidade que desafiava os engenheiros sob todos os aspectos. A qualidade dos terrenos, o desafio das enchentes e chuvas, a falta de gente, recurso e material, as dilatadas distâncias tornavam as obras de *fortificações na floresta* algo novo. Sem dúvida, esses elementos compuseram um ambiente de enormes desafios para os homens da engenharia militar nessas partes da conquista.

O fato é que no século XVII, essas instalações eram precárias, em sua maioria construídas de madeira e taipa, contavam com pouca artilharia e gente para defesa. Se se considerar o contexto de construção, as condições mesmo no reino eram bastante complicadas. Os relatos de ruína das fortificações são claros em diversas cartas no século XVII, e ao longo da primeira metade do século XVIII. Em 1662, por exemplo, a fortaleza de Belém é descrita em estado de completa ruína. O governador Inácio Coelho da Silva mandou fazer armazém para munição, reparou as muralhas, o corpo da guarda e outras obras úteis, enquanto não se podia construir uma nova.⁸⁵ Da mesma forma encontrava-se em 1685 a fortaleza do Cabo do Norte, arruinada e caída em muitas partes. Conforme relatava o capitão-mor Maçal Nunes da Costa, a defesa nessas condições era praticamente impossível a considerar-se a falta de pólvora e armamentos.⁸⁶

Em 1688, a costa do Ceará estava sem nenhuma defesa, pois não havia recursos para iniciarem fortalezas na região. Consta que para construção do forte do Piriá e da fortaleza do Icatu foi necessário retirar do pagamento dos soldos dos soldados. Em 1691, dado o inconveniente, o Conselho sugeriu dividir em capitanias e “mandar avisos

⁸⁴ REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”, p.225-226.

⁸⁵ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa 7 de agosto de 1684. *AHU*, Avulsos Pará, Cx.3; D. 229. Ver ainda sobre a questão: *AHU*, Avulsos Pará, Cx.3 D.248.

⁸⁶ Carta do capitão mor Maçal Nunes da Costa ao Rei. Pará, 10 de janeiro de 1685. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3, D. 239.

a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro para que havendo pessoas que os quiserem povoar e fazer as fortificações nas partes das obras e lhe forem repartidas, assim também aos moradores do Maranhão ou Pará ”.⁸⁷ Em 1693, o Conselho dava parecer sobre o requerimento de Manoel Guedes Aranha em que solicitava que fossem enviados soldados casados do Pará e Maranhão para povoar a fortaleza do Gurupá.⁸⁸ Portanto, no século XVII, a tessitura das fortificações lusas na região seguia roteiro vinculado à presença estrangeira e a suas alianças com a população indígena. Essas obras eram mantidas precariamente, e os engenheiros buscavam driblar todas as dificuldades enfrentadas para garantir a construção de fortalezas no Estado.

Na primeira metade do século XVIII, esses aspectos ainda se fazem presentes. Todavia, se verificará novas rotas, novos interesses que levaram a novas frentes de conquista, como por exemplo, os rios Negro, Madeira, Tapajós e Tocantins. As fortificações exemplificam novos interesses coloniais de comércio e domínio das rotas de navegação.

O conjunto de fortificações lusas para a primeira metade do século XVIII, mantém grande parte das construções levantadas no século XVII. Apesar de todos os desafios vinculados à construção de fortificações na Amazônia, a Coroa portuguesa manteve pontos estratégicos de defesa, que foram construídos e reconstruídos pelos engenheiros, ao passo das mudanças econômicas e em decorrência de novos vetores de ocupação. Das informações extraídas em mapas de fortificações do Estado é possível verificar os seguintes espaços fortificados. Os anos destacados à frente de cada nome, correspondem à data dos documentos e à forma como são descritos, seja, fortaleza, presídios ou casa fortes.

⁸⁷ Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa 18 de setembro de 1690. *AHU*, Avulsos Pará, Cx. 3, D.284.

⁸⁸ Consulta do Conselho Ultramarino. Lisboa 12 de janeiro de 1693. *AHU*, Avulsos Pará, Cx. 4, D. 311.

Listagem das Fortalezas, Presídios e Casas Fortes do Pará (1737-1747).⁸⁹

1. Fortaleza das Mercês (1737, 1739, 1741 e 1742)
2. Fortaleza da Barra (1737, 1739, 1741, 1742, 1744 e 1747)
3. Fortaleza de Macapá (1737); Presídio de Macapá (1739,1741, 1742, 1744 e 1747)
4. Fortaleza do Paru (1737, 1739, 1744 e 1747); Casa Forte do Paru (1741 e 1742)
5. Fortaleza do Rio Negro (1737 e 1739); Casa Forte do Rio Negro (1741 e 1742)
6. Fortaleza dos Pauxis (1737 e 1739); Casa Forte do Pauxis (1741 e 1742)
7. Fortaleza de Gurupá (1737, 1739,1741, 1742, 1744 e 1747)
8. Fortaleza dos Tapajós (1737, 1739,1741, 1742, 1744 e 1747)
9. Fortim da Barra (1737, 1739,1741, 1742, 1744 e 1747)
10. Fortim de São Pedro Nolasco (1744 e 1747)
11. Forte de Santo Cristo (1737, 1739, 1744 e1747)
12. Presídio de Joanes (1739, 1741 e 1742); Vigia de Joanes (1737); Fronteira de Joanes (1744 e 1747)
13. Presídio das Salinas (1739, 1741, 1742, 1744 e 1747)
14. Casa Forte do Guamá (1741-1742)
15. Marinha da Cidade (1737 e 1739); Artilharia da Marinha (1744 e 1747)

Listagem das Fortalezas, Presídios e Casas Fortes do Maranhão (1737-1747).⁹⁰

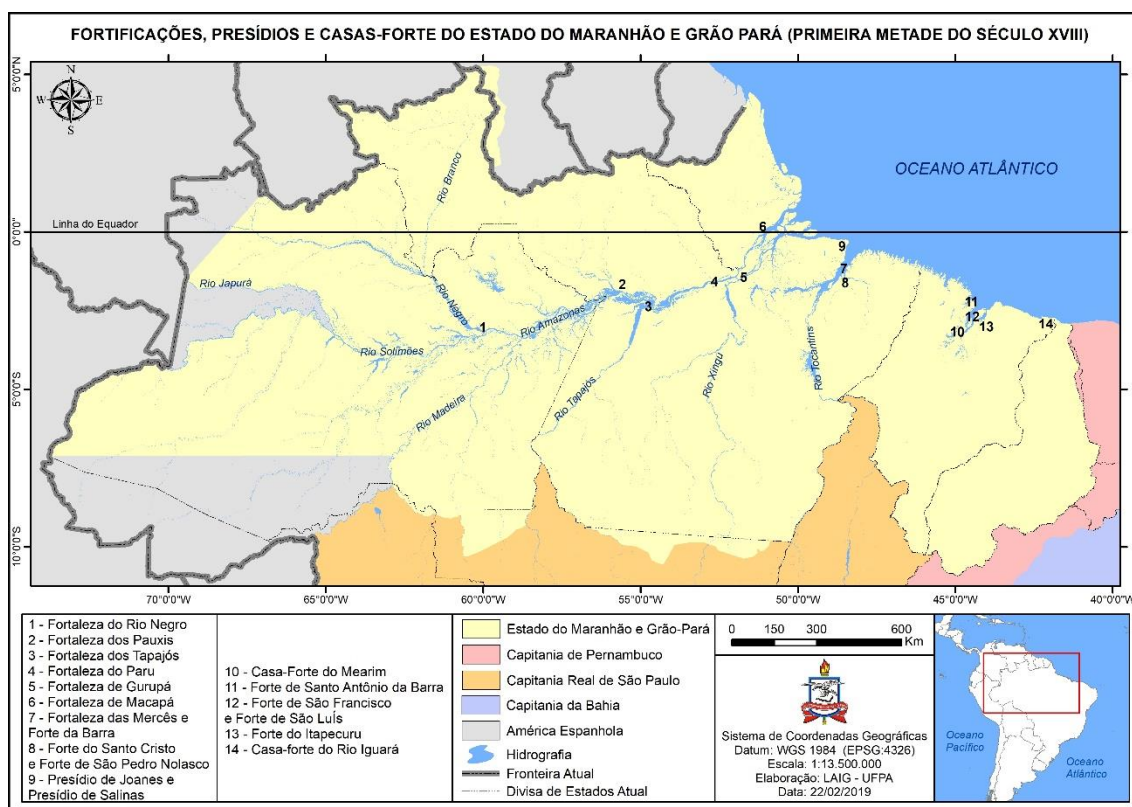
1. Fortaleza de São Damião (1737, 1739, 1741, 1742); Baluarte de São Damião (1744, 1746 e 1747)
2. Fortaleza de São Cosme (1737, 1739, 1741, 1742); Baluarte de São Cosme (1744, 1746 e 1747)
3. Fortaleza da Barra (1737, 1739, 1742, 1744, 1746 e 1747)
4. Fortaleza de Itapecuru (1737, 1739, 1741 e 1742)
5. Casa Forte do Mearim (1737, 1739, 1741, 1742, 1744, 1746 e 1747)
6. Casa Forte do Iguará (1737, 1739, 1741, 1742, 1744, 1746 e 1747)
7. Reduto de São Francisco (1744 e 1746); Bateria de São Francisco (1747); Fortaleza da Ilha de São Francisco (1737, 1739, 1741, 1742)
8. Vila de Tapuitapera (1739, 1744, 1746 e 1747)
9. Vigia de São Marcos (1746 e 1747)
10. Artilharia da Marinha (1746 e 1747)

⁸⁹ Relação construída a partir de: *AHU*, Avulsos do Pará: Cx. 20; D. 1873. Cx. 24, D. 2262; Cx. 25, D. 2317. Cx. 27, D. 2580; Cx. 28, D. 2681; Cx. 29, D.2804. Avulsos do Maranhão: Cx. 25, D. 2605.

⁹⁰ Relação construída a partir de *AHU*, Avulsos do Pará: Cx. 20, D. 1873; Cx. 24, D. 2262; Cx.25; D. 2317; Cx. 27, D.2580; Cx. 28; D. 2681; Cx. 29, D.2804. Avulsos do Maranhão: Cx. 25, D. 2605.

Esses espaços de defesa foram estrategicamente dispostos seguindo a lógica dos rios. Representado em mapa alguns pontos fortificados das listas anteriores, verifica-se essa característica. Ou seja, as fortificações no Estado do Maranhão e Pará evidenciam também a leitura que os colonizadores têm do território, e isso está associado a interpretação das rotas e domínio dos principais rios. Vejamos.

Mapa 1. Fortificações e rios



O estabelecimento de fortificações na Amazônia no século XVII e primeira metade do século XVIII está atrelada a três elementos centrais: a conquista e impedimento de investidas de outras nações europeias na região; a ocupação/povoamento; e a importância que o comércio das drogas do sertão adquire ao longo desse processo. Esses aspectos serão tratados a partir da análise das plantas e desenhos de algumas fortificações e os engenheiros.

3.2. O engenheiro e o desenho: as fortificações na capitania do Pará.

Nas listagens acima, sistematiza-se os principais pontos de militarização do Estado do Maranhão e Pará na primeira metade do século XVIII. Ao passo em que se definiu esses pontos estratégicos como mecanismos de defesa, houve a necessidade de organizar de forma mais qualificada a disposição desses lugares fortificados. Essa condição tornou a presença de engenheiros na região uma necessidade.

Nos capítulos do seu regimento, como bem lembrava José Velho de Azevedo, os engenheiros eram obrigados a dar conta à Coroa do estado das fortificações, artilharias, armas, munições e infantaria da guarnição.⁹¹ Imbuídos dessa atribuição esses profissionais oferecem bons indícios sobre a construção desses espaços. Como destacamos atrás vamos nos guiar, a partir do trabalho de engenharia desempenhado pelos engenheiros Pedro de Azevedo Carneiro (1687-1693), José Velho de Azevedo (1693-1699), e Carlos Varjão Rolim (1727-1749), pelas razões já explicadas atrás.

Pedro de Azevedo Carneiro foi o engenheiro responsável pela averiguação e desenho das fortalezas do Cabo do Norte. A casa forte do Araguari, a casa forte do Cumaú e também a fortaleza dos Tapajós foram desenhadas por ele e são exemplos da sua atuação na capitania. Azevedo de Carneiro levantou vários problemas para as obras de engenharia no Estado que destacamos anteriormente.

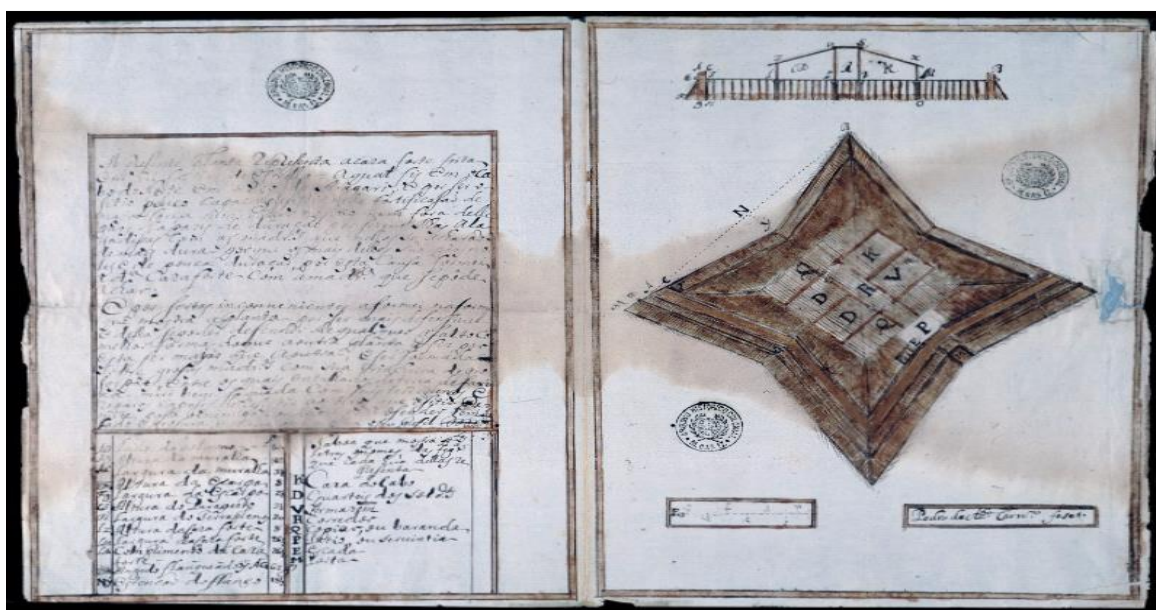
Ele era natural da cidade de Lisboa, filho de Pedro Carneiro. Foi nomeado ao posto de capitão engenheiro do Estado do Maranhão em carta de 15 de março de 1685, após o falecimento de Tomé Pinheiro de Miranda, engenheiro que anteriormente ocupava esse posto no Estado. Entre novembro de 1681 e 1685, frequentou a Aula Real de Arquitetura e Engenharia no reino, aprendendo geometria e fortificação. Consta que nesse tempo foi um aluno aplicado nos estudos “mostrando bom talento e jurisciência não só nas ditas ciências, mas também na arte do manejo e formatura dos esquadrões, e se mostrou muito capaz para tudo de que foi encarregado”. Razões pelas quais foi enviado como engenheiro ao norte da América portuguesa, na companhia de Gomes Freire de Andrade.⁹²

⁹¹ Carta do capitão mor da capitania do Pará José velho Azevedo ao Rei. Pará 30 de julho de 1716. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 6, D. 523.

⁹² *ANTT*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. Pedro II, liv. 2, fl.135V

Azevedo Carneiro esteve nesse posto de capitão engenheiro do Maranhão de 1687 até 1693. Dentre várias obras que se tem notícia de sua participação, só encontramos a planta da Casa Forte do Araguari. Foi o primeiro ponto de fortificação lusa constituído na região do Cabo do Norte. Mais tarde, a fortaleza de Macapá agregaria a função de defesa do local. A planta feita em 1688, apresenta aspectos da fortificação à moderna, ao mesmo tempo em que traz os problemas decorrentes das condições locais como natureza e terreno, como pode se ver abaixo.

Imagem 11. Casa Forte do Rio Araguari, 1688⁹³



Na anotação ao lado do desenho lê-se “a presente planta representa a casa forte feita em forma de estrela. A qual fiz em Cabo do Norte em o Rio Araguari”. A fortificação em estrela, como tratamos atrás fazia parte de um conjunto de inovações no campo da engenharia e arquitetura militar. Era também o termo que se dava para o chamado “traçado italiano” ou “fortificação à moderna”, que se tornaria muito conhecido na Europa a partir do século XV.

⁹³ “Caza forte feita em hu fortim de Estrella: a qual fiz em o cabo do Norte em o rio Araguari”. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. D. 0788. <http://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/241086>

A casa forte do Araguari a partir do engenheiro Pedro Carneiro é exemplo, de que as construções na Amazônia colonial estão em diálogo com o conhecimento produzido em Portugal, do qual o engenheiro estava completamente imbuído. A obra era “modesta e feita com materiais pobres”.⁹⁴ De acordo com o engenheiro, o terreno era “pouco capaz de resistir nele fortificação de maior força”, por “serem ilhas alagadiças”. Por essa razão construiu a casa forte “com madeira que se pode achar”. De acordo com a planta, a forma em estrela era mais defensável, pois estava mais protegida. Era formada com trincheira de grossos paus com “seis terraplenos e reparos capazes de resistir aos tiros”. Na planta constava casa do cabo, quartéis dos soldados, armazém, corredor, varanda, pátio ou serventia, escada e porta.⁹⁵

Pedro de Azevedo Carneiro fez observações ainda sobre a impossibilidade de sozinho atender a todas as demandas de construções na extensa área, como vimos. Em decorrência disso sugeriu, em 1687, a criação de aulas de fortificação no Estado. As aulas deveriam ser ministradas aos soldados, os quais deviam especializar-se nas construções de acordo com técnicas mais avançadas. O objetivo era “oferecer aulas para ensinar a soldados que fossem mais práticos para exercer a função”.⁹⁶

Em 1695, em relatório de Pedro Azevedo consta que no Pará os artilheiros eram poucos e mal ensinados porque não tinham quem os ensinasse. Era necessário fazer uma “casa de tenência onde esteja o trem de artilharia, e onde se leiam lição ao menos uma ou duas vezes na semana”. E quando se “queira encarregar o sargento-mor engenheiro José Velho me parece capaz de poder ensinar aos artilheiros, e mais oficiais a lição assim de suas obrigações”.⁹⁷ José Velho de Azevedo foi seu sucessor no posto de engenheiro do Estado.

As aulas de fortificação podem ser verificadas em outras capitânias. Em 1696, por exemplo, em Pernambuco, foi criada a “escola de artilharia e arquitetura militar”

⁹⁴ DIAS, Pedro. *História da Arte luso-brasileira. Urbanização e fortificação*, p. 119.

⁹⁵ “Casa forte feita em hu fortim de Estrella: a qual fiz em o cabo do Norte em o rio Araguari”. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. D. 0788. <http://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/241086>

⁹⁶ Carta do governador Arthur de Sá e Meneses ao rei. Belém do Pará, 19 de setembro de 1687. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 267.

⁹⁷ REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. p. 220-221.

desenvolvida pelo engenheiro José Paes Esteves. Em 1699, em carta régia se autorizava as aulas de fortificação na Bahia para todos os que tivessem interesse e aptidão para o ofício. Em 1700, Antônio Rodrigues Ribeiro foi nomeado Sargento-Mor Engenheiro da capitania com a prerrogativa de “ensinar os materiais de sua profissão”.⁹⁸

A preocupação de Pedro de Azevedo, portanto, justificava-se pela atuação de engenheiros na formação de aulas em outras partes da conquista. Todavia, sua colaboração não se restringiu a isso; em 1695 elaborou um detalhado relatório sobre o sistema defensivo das capitanias do Pará e Maranhão. Conforme o documento, a defesa de São Luís contava com uma plataforma antiga, que no momento estava fechada, sem utilidade, nem defesa. Na praia descreve dois redutos que para o engenheiro eram importantes para a defesa do desembarque. Mas, foram feitos “sem arte”. Sugere que se mande fazer uma praça alta com quatro baluartes, dois para o mar, e dois para a terra “para sujeição dos rebeldes”, “conforme a doutrina da fortificação”.⁹⁹

A fortaleza da Barra, em formato quadrangular, tinha quatro baluartes. Na ocasião, na opinião do engenheiro, precisava de reparos, para o que sugere um fosso artificial, pois o terreno de “areia solta e aos quatro palmos logo se dá água”. A fortaleza de acordo, com o engenheiro necessitava de 30 peças de artilharia de calibre de 6 até 12; para guarnição é necessário quarenta soldados e seis artilheiros”.¹⁰⁰

A capitania do Maranhão contava ainda com a barra de São José, o baluarte de São Marcos para defender os desembarcadouros, servindo de atalaia em que avisa os navios. Há, ainda, a fortaleza de Itapecuru, levantada por um morador a suas custas para frear o “gentio que continuamente tem infestado aquele rio, e morto, e roubado muitos moradores dele”. Esta fortaleza, na análise de Azevedo Carneiro, não necessitava de mais obra. Todavia, contava com apenas dois soldados, o que precisava de pelo menos 20 soldados, entre estes dois artilheiros para regularidade de vigilância. Para sustento

⁹⁸ CARDOSO, Maria Luiza. “Aulas públicas militares na América portuguesa antes do período pombalino”. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano II, n. 4, abril de 2011.

⁹⁹ REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Rio de Janeiro, n. 344, julho/setembro, 1984.

¹⁰⁰ *Idem*.

sugere que rei mande que “seja obrigada ao serviço da dita fortaleza a aldeia situado no mesmo rio”.¹⁰¹

O engenheiro ainda ressalta a importância da vila de Tapuitapera que, na sua opinião necessitava de boa defesa, devido ser “de grande proveito à cidade do Maranhão por vir daquela parte maior sustento daquela cidade”. O rio Mearim também deveria ser melhor fortificado, pois tinha criação de gado e engenho constantemente atacados pelos indígenas. Nesse rio há “duas casas fortes de pau a pique, sem reparos, nenhuma forma, nem guarnição necessária”. Nessa mesma importância era a nova vila de Icatu que tinha levantado Gomes Freire de Andrade.¹⁰²

Se observarmos a Listagem das fortificações do Maranhão, para a primeira metade do século XVIII, já aparecem a fortaleza de Itapecuru, Casa Forte do Mearim, a vigilância da Vila de Tapuitapera, além da casa forte do Iguará, um indício de que os planos de Azevedo de Carneiro foram colocados em prática para essas partes. Nesse contexto, a colonização portuguesa avançava a fronteira do sertão.

A ocupação desses espaços, como explicam Rafael Chambouleyron e Vanice Siqueira Melo, foi marcada por “avanços e recuos”. Os índios causavam instabilidades às fazendas e povoamentos pelos frequentes assaltos e ataques a esses espaços. Por essa razão, o avanço da fronteira colonial na região dependia necessariamente de conter essas ações indígenas.¹⁰³ Nesse intuito, as guerras foram um mecanismo muito utilizado.¹⁰⁴ As fortificações também significaram estratégias de estabelecimento colonial na região.

No Pará, o sistema de defesa também enfrentava desafios. No conjunto defensivo da cidade de Belém, refere-se a uma fortaleza, que não cita nome, feita ao modo antigo, sem defesa alguma, mesmo sendo tão necessária por “estar defendendo a melhor parte do desembarcadouro da cidade”. Sugere reformas aproveitando as muralhas para as

¹⁰¹ *Idem.*

¹⁰² *Idem.*

¹⁰³ CHAMBOULEYRON, Rafael e MELO, Vanice Siqueira. “Índios, engenheiros e currais na fronteira oriental do Estado do Maranhão e Pará (século XVII).” In: MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente e VINHEDO, Marina Machado. Editora Horizonte, 2013.

¹⁰⁴ Ver: MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

cortinas, “acrescentando-lhe baluartes assim para o mar como para terra, acrescentando de uma parte e cortando a de outra até ficar quadrangular”. A fortaleza da Barra do Pará, segundo o engenheiro, é “uma das melhores que tem em toda a América por sua capacidade” lugar e defesa. Estava já “acabada, faltando somente as obras interiores, como quartéis, armazéns e corpo da guarda”. A fortaleza possuía boa artilharia, “e uma de bronze, que no estado não há nenhuma peça desse metal”. Todavia, era necessário na opinião do engenheiro, um cabo, com trinta soldados e dez artilheiros.¹⁰⁵

Salinas e Ilha de Joanes também foram citadas no relatório do engenheiro. A primeira tratada como lugar estratégico para guiar os navios que vinham pela costa. Contava com uma peça de artilharia e três soldados para vigilância e guarda do sal. A segunda para defesa tinha uma casa forte, quadrada com quatro paredes e uma peça de artilharia. Tinha um capitão e três soldados de guarnição. Na opinião do engenheiro, necessitava de um forte com seis peças e doze ou dezesseis soldados de guarnição por estar em “lugar fronteiro ao mar, onde com muita facilidade podem vir missões inimigas como já vieram franceses”.¹⁰⁶

No Cabo do Norte, o local estratégico de presença lusa era o rio Araguari. A casa forte construída por Pedro de Azevedo citada atrás, em suas palavras, “fechava o caminho por onde os franceses costumam entrar para as negociações que fazem no rio Amazonas”. A estrutura frágil da Casa Forte ruiu em três anos por causa da maré. Recomendava a construção de fortaleza no local, por ser “chave” daquele rio. Outro lugar estratégico era Gurupá que, na ocasião, estava pouco guarnecido, e pela importância deveria ter mais quatro peças de artilharia além das que já tinha. Propõe reformas, incrementando a povoação, para o que sugere a ida de soldados casados com a família, como já ocorria, pois “tem terras para culturas”. Outra estratégia seria pagar salários aos índios para fazerem roças, como vimos.

Neste enquadramento defensivo, Pedro de Azevedo inclui o forte do Paru desenhado por ele em formato de estrela quadrangular, guarnecido com um tenente, um sargento, seis soldados e três peças de artilharia. Na compreensão do engenheiro precisava de mais cinco peças. Era também estratégico para impedir a passagem de franceses por

¹⁰⁵ REIS, Arthur César Ferreira. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*, p.222.

¹⁰⁶ *Idem*, 223.

aquele rio, para o que necessitava de uma esquadra de dezoito soldados e dois artilheiros. A Casa forte do Paru foi construída às expensas de Francisco da Motta e seu filho Manuel da Motta de Siqueira. Este último também responsável pela fortaleza dos Tapajós de onde era capitão.¹⁰⁷

Consta que Pedro de Azevedo já havia desenhado a fortaleza, com “cidadela regular e quatro baluartes”; como as obras foram no mesmo tempo das fortalezas do Cabo do Norte e da barra de Belém e São Luís ficou impossibilitado de assistir, ficando no descaso do dito Manoel da Motta. A fortificação era muito necessária “por estar na boca do rio dos Tapajós margem das Amazonas, ter boa povoação e muitos índios de que necessitam os moradores”. Da mesma forma a Casa Forte do Rio Negro estava mal guarnecida, por ter, nas palavras do engenheiro, por tenente “um homem inerte”, não possuía peças de artilharia, precisaria de seis peças de artilharia, capitão, dezoito soldados e sargento, e então só tinha seis soldados. Sugere a construção de outro forte na margem oposta à casa forte. Tratava-se de um local estratégico para impedir a passagens dos holandeses e ingleses que passavam pelas cabeceiras do Rio Negro para fazer comércio com os indígenas.¹⁰⁸

Para o Rio Madeira, as informações era que se poderia fortificar, pois nessa região ficam “inumeráveis aldeias, e nações de gentios pelos rios Canumá, Acabachis, Garinamá, Maguez, Andiráz, Coriatos, e dos Tapinambaranas”; todos podiam ser fortificados nas suas bocas. Porém, “deles não se pode dominar do Rio Amazonas, por ter uma ilha que lhes atravessa a boca desde a do rio Madeira até a dos Tupinambaranas e “cega a vista do dito Rio”.¹⁰⁹

A partir do sistema defensivo descrito por Pedro de Azevedo, verifica-se que no final do século XVII, as fortificações constituíram-se seguindo as relações de comércio já estabelecidas por ingleses, holandeses e franceses na região. Esse fator e a lógica dos rios e suas rotas definiram os pontos estratégicos de construção dos espaços fortificados. Além é claro de garantir obras de defesa de São Luís e Belém, os dois principais núcleos administrativos nesta parte da conquista.

¹⁰⁷ *Idem*, p.224.

¹⁰⁸ *Idem*, pp.225-226.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 226.

É importante observar que o relatório de Pedro Azevedo é de 1695. A carta patente de José Velho de Azevedo, seu sucessor, é de 1693, ou seja, dois anos antes. Muitos desafios apontados em 1695 são verificados nas análises de José Velho. Nesse mesmo ano, o novo engenheiro referia-se às visitas que realizara à fortaleza de Cumaú, na qual deixou guarnição de 25 soldados, sete peças de munição, tendo José Ferreira Melo por capitão. Passou, ainda, pela casa forte do Rio Negro, do Paru, Gurupá e fortim de Joanes.¹¹⁰ O engenheiro destacou a importância da fortaleza de Cumaú para segurar o sertão e impedir as entradas dos franceses para aquela parte, que se encontra melhorando com a “introdução do gado e será adiante mais como sucedeu a do Itapecuru, a do Gurupá e aos moradores do rio Mearim”.¹¹¹ Em 1691, a Coroa autorizava a reconstrução da fortaleza de Gurupá e recomendava que os “moradores na dita fortaleza levassem suas mulheres, e darão mais certo e seguro o princípio da povoação”.¹¹²

Velho de Azevedo era natural da vila de Almeida, na Beira, onde serviu de soldado e ajudante engenheiro das fortificações Trás-os-Montes, realizou vitorias nas fortificações de Bragança e Monte Alegre. Recebeu patente de sargento-mor com ofício de engenheiro do Pará em 1º de junho de 1693.¹¹³ Em 1699, Velho de Azevedo fez petição ao rei afirmando que findado o tempo de 6 anos que ocupou o posto de sargento-mor engenheiro na capitania do Pará, solicitava sua transferência para o Rio de Janeiro. Alegava na ocasião estar “molestado com doença que obriga a mudar da terra”. O engenheiro sugeria ser mais fácil para ele passar pelo Maranhão a Bahia por terra e embarcar para a capitania do Rio de Janeiro, do que enviar outro sujeito do reino. Para tal serviço poderia receber “o soldo de 266 mil réis por mês como tinha Pedro Correa

¹¹⁰ Carta do capitão mor do Pará ao rei. Pará 12 de julho de 1695. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 4, D. 326.

¹¹¹ *Idem*.

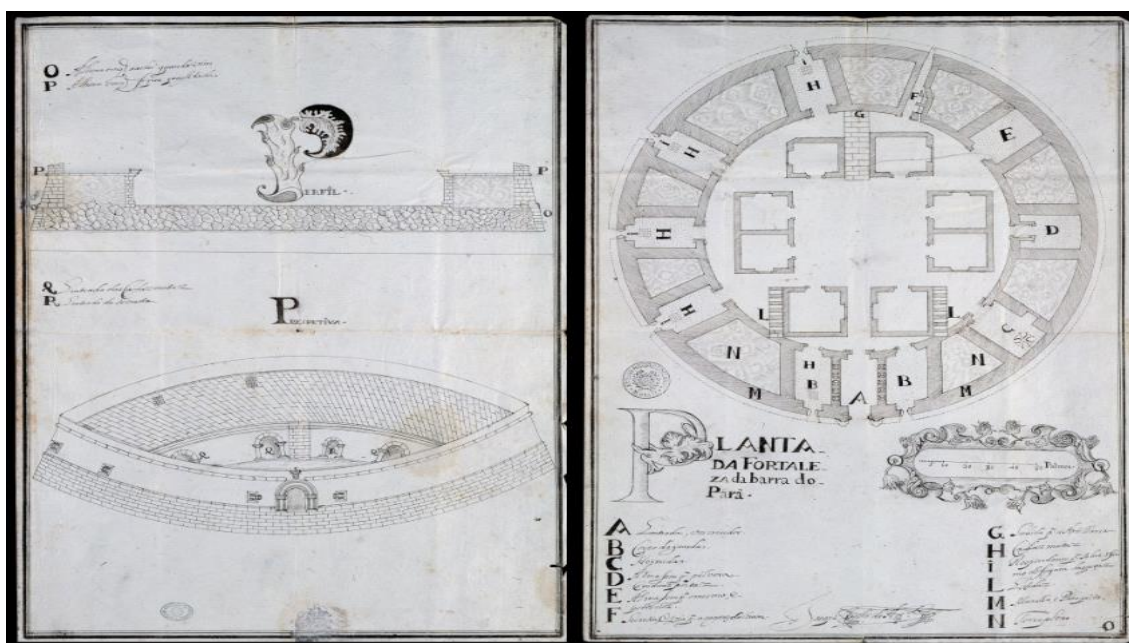
¹¹² “Auctorisa a reconstrução da fortaleza do Gurupá, ampliando sua área conforme o desenho do respectivo engenheiro, e o aumento de sua guarnição”. Lisboa 19 de fevereiro de 1691. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, tomo I (1902), primeira série, pp.101-102.

¹¹³ Requerimento de José Velho de Azevedo para o rei, solicitando seu provimento ao posto de coronel-engenheiro do Pará, como o mesmo soldo de tenente-general de Artilharia. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 7, D. 637. Em anexo desde documento há os pareceres dos serviços prestados da câmara de Belém, dos governadores Bernardo Pereira de Berredo, Cristóvão da Costa Freire, do Capitão mor do Pará Manoel da Madureira Lobo, e a uma Carta Patente.

Rebello em Pernambuco e José Paes Estevão na Bahia”.¹¹⁴ Fabiano Vilaça afirma que ele recebeu a patente de sargento-mor engenheiro do Rio de Janeiro sendo “incumbido de concluir reparos nas suas fortificações”.¹¹⁵

Todavia, seus serviços à Coroa se prolongariam no Estado do Maranhão. Em 12 de agosto de 1702 passou ao posto de tenente-general da artilharia com o exercício de engenheiro até 12 de junho de 1716.¹¹⁶ Nesse período, trabalhou na região do Gurupá, fez jornadas ao Cabo do Norte, onde foi encarregado de reparar fortificações, e também treinava seus artilheiros. Para defesa de Belém, Velho de Azevedo foi responsável pela planta da Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra de Belém em 1696, cujo desenho reproduzimos abaixo.

Imagem 12. Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra de Belém, 1696.¹¹⁷



¹¹⁴ Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa 11 de dezembro de 1698. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 4; D. 350.

¹¹⁵ SANTOS, Fabiano Vilaça dos. “Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 667-688, jul./dez. 2015, p.680.

¹¹⁶ Requerimento de José Velho de Azevedo para o rei, solicitando seu provimento ao posto de coronel-engenheiro do Pará, como o mesmo soldo de tenente-general de Artilharia. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 7, D. 637.

¹¹⁷ “Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra de Belém”, 1696- Planta de José Velho de Azevedo. AHU- Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino. D. 0790/0791

No registro cartográfico do *AHU*, a informação do nome do engenheiro está equivocada, pois aparece José Coelho de Azevedo, mas trata-se seguramente de José Velho de Azevedo. Essa conclusão foi tirada pelo período em que Velho de Azevedo atua como engenheiro no Estado e também da assinatura que consta abaixo do desenho.¹¹⁸

Na descrição presente na planta, além da assinatura do engenheiro, há informações sobre os espaços da fortaleza, como por exemplo, “entrada ou corredor, corpo da guarda, ermidas, armazém para pólvora com duas portas, e petrechos”. Além de uma “via para as águas da chuva, subida para artilharia, respiradouro para sair o forno do fogo das peças, escada, muralha e parapeito, terraplano”.¹¹⁹

Dessa estrutura ressalta-se as vias para escoamento das águas das chuvas que como verificamos atrás era um dos problemas para as fortificações da Amazônia. Além disso, há referência a terraplenos, muralhas e parapeitos elementos de fortificação à moderna, embora mantenha a estrutura redonda de construção. Uma composição que integra elementos do conhecimento da engenharia adequado às especificidades locais.

Sobre a fortaleza da Barra há outro desenho datado de 1695. Todavia, não tem assinatura de autoria na planta, o que não nos permite afirmar que se trate de obra de José Velho de Azevedo. Por outro lado, a considerar a data do desenho, trata-se do período em que ele é o engenheiro do Estado, o que pode ser um indício de uma possível autoria.

Imagem 13. Planta da fortaleza da barra do Pará.¹²⁰



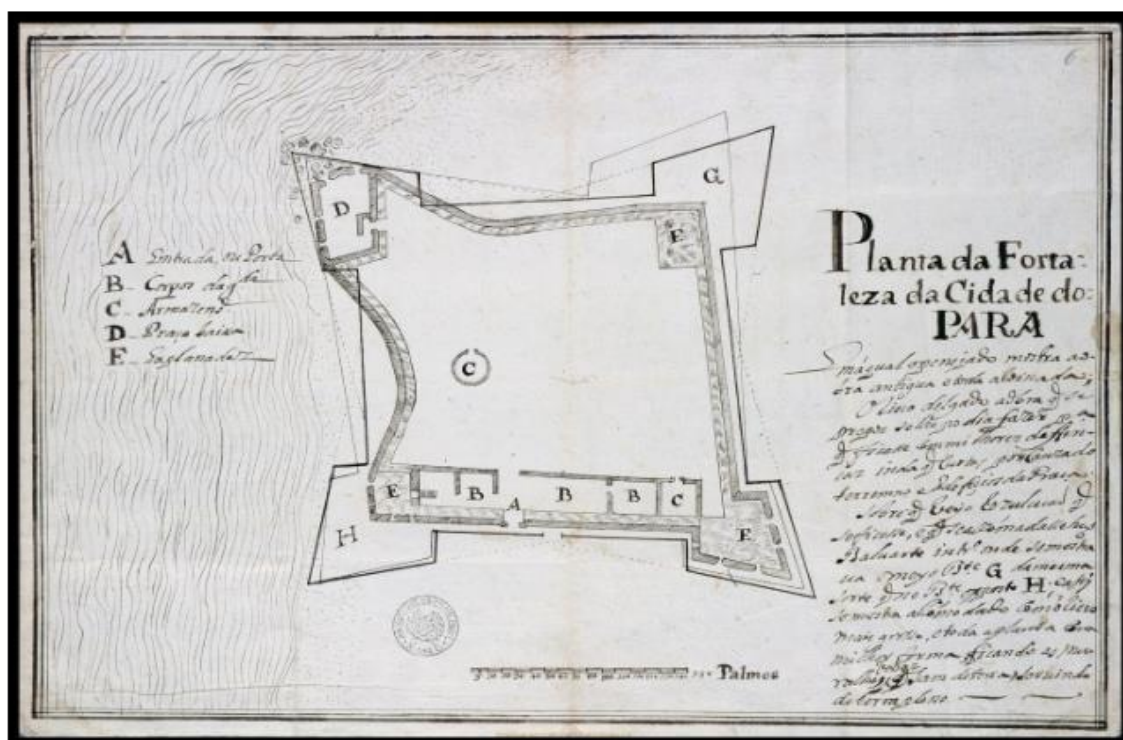
¹¹⁸ Este erro se repete na obra de Pedro Dias. DIAS, Pedro. *História da Arte Luso-Brasileira. Urbanização e Fortificação*.

¹¹⁹ *Idem*.

¹²⁰ “Planta da fortaleza da barra do Pará”, 1695. *AHU- Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*, D.0789.

De qualquer modo, destaca-se o desenho pela sua composição. Verifica-se o baluarte que evidencia o alinhamento com a fortificação à moderna. Note-se a presença do traçado francês, como, por exemplo, a tenalha característica do tratado de Vauban, conforme destacamos atrás. As características do sistema de fortificação à moderna aparecem em outras plantas de fortificação no Pará. O baluarte, por exemplo, que foi o principal elemento de mudança do sistema defensivo na Europa, já estava presente na planta antiga da fortaleza de Belém e, em 1696, uma proposta de reforma inclui no projeto a construção de mais dois baluartes. Assim como a planta anterior, não há registro de autoria, o que dificulta afirmar que se tratava de um desenho de José Velho de Azevedo, embora a data da planta coincida com o tempo do engenheiro na capitania. No catálogo das Iconografias do *AHU*, também não há referência sobre o documento escrito, somente a planta, conforme se vê na próxima imagem.

Imagem 14. Planta da Fortaleza da cidade do Pará.¹²¹



¹²¹ “Planta da fortaleza da cidade do Pará: em a qual o penejado mostra a obra antiga e toda aroinada”. ca.1696. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. D. 0792.

Trata-se de uma planta justaposta sobre a antiga. As linhas desenhadas sobre o projeto antigo incluem mais dois baluartes, indicados como G e H que, na percepção do engenheiro, tornariam a praça mais defensável. Era uma prática recorrente aprimorar o projeto conforme o conhecimento de defesa constituído a partir das técnicas modernas de construção. Nas informações da planta lê-se “o risco delgado a obra que se propôs se lhe podia fazer para que ficasse com melhores defensas inda que curtas por causa do terreno e edifícios da praça”. A solução apresentada é que se “fizesse e que se acomodasse um Baluarte inteiro onde se mostra Baluarte G da mesma sorte que no Baluarte oposto H quase se mostra acomodado com o risco mais grosso, e toda a planta com melhor forma ficando as muralhas velhas que são de terra servindo de terraplano”.¹²²

A dissociação entre os desenhos e o documento escrito dificultam a atribuição de autoria das duas últimas plantas citadas atrás a José Velho de Azevedo. Por outro lado, seu trabalho como engenheiro na capitania do Pará aparece em diversas cartas. Em consulta de 1691, por exemplo, consta que ele foi responsável pela construção de duas casas fortes no rio das Amazonas “Nossa Senhora do Bom Sucesso do Paru e a outra Jesus Maria José do Rio Negro”.¹²³

Em 1697, a fortaleza de Paru foi invadida pelos franceses, como se informava numa carta da câmara de Belém. Estes destruíram parte da fortaleza que, por essa razão estava com “falta de mantimentos, como de defesa, gente, armas e mais petrechos para a guerra”.¹²⁴ A falta de gente no Estado e de soldados para guarnecer as fortalezas era um grande problema na percepção de José Velho de Azevedo, que chegou a sugerir a vinda de pessoas de Pernambuco. Em 1695, a fortaleza de Cumaú também havia sido reformada por Velho de Azevedo.¹²⁵

¹²² *Idem.*

¹²³ Consulta do Conselho Ultramarino para o Rei. 7 Lisboa 7 de fevereiro de 1691. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 4, D. 337.

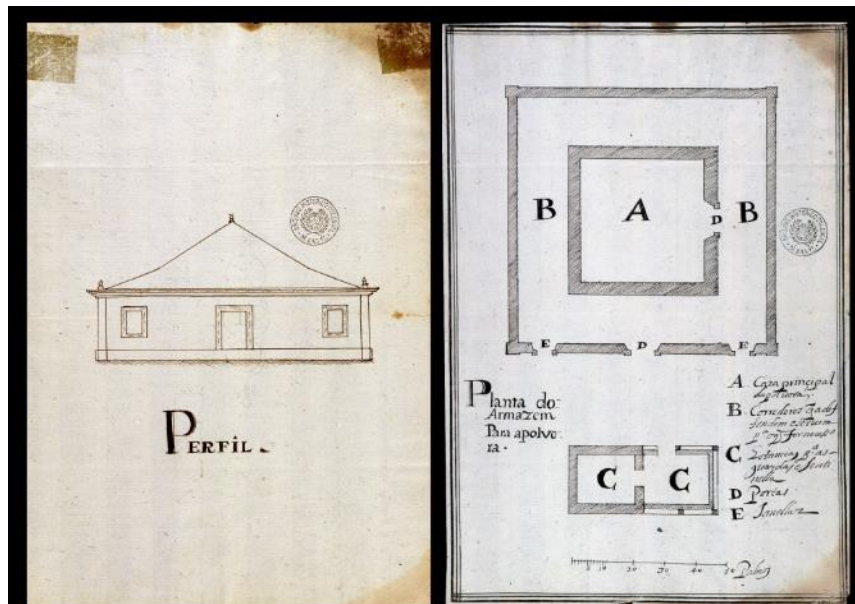
¹²⁴ Carta dos oficiais da câmara da cidade de Belém do Pará ao rei. Belém do Pará, 24 de julho de 1697. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 4; D.338.

¹²⁵ Carta do governador Gomes Freire de Andrade para o rei. 14 de novembro de 1695. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 4; D. 329.

É do período em que José Velho de Azevedo ocupava o posto de engenheiro, a primeira obra do armazém da pólvora da cidade de Belém. Em carta, o governador Manuel Rolim de Moura criticava a cidade por não ter um local adequado para guardar a pólvora, além de umas casas sem nenhuma estrutura e segurança. Reclamava que as munições estragavam pela umidade. Em 1703, mandara construir a obra para o armazenamento do material de guerra. Consta que a construção foi realizada fora da cidade “meio quarto de légua da cidade”, edificando-se “as paredes da casa interior de taipa de pilão e as do exterior metade de pedra e cal para maior segurança”.¹²⁶

Pela descrição e notação do documento foi possível encontrar a planta do armazém que trata o documento, embora como é o caso de muitos desenhos, não há referência de autoria. Todavia, é uma planta do período de atuação de Velho de Azevedo. Dos dados presentes na planta lê-se a seguinte legenda A: casa principal da pólvora; B: corredores que a defendem e servem para o que for necessário; C: estâncias para as guardas e sentinelas; D: portas; e E: janelas, conforme se verifica na planta abaixo.

Imagem 15. Planta do Armazém da Pólvora.¹²⁷



¹²⁶ Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 8 de julho de 1703. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 5; D. 391.

¹²⁷ “Planta do armazém para pólvora”. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. (17?). D.0816/0817.

Em 1716, por outra patente, José Velho de Azevedo passou a ocupar o posto de capitão-mor do Pará até 11 de janeiro de 1722.¹²⁸ Embora tenha ocupado um novo posto não deixou de atuar em obras de fortificação na capitania, como bem lembra Fabiano Vilaça, já que “acudiu às fortificações do Cabo do Norte, assoladas pelos franceses de Caiena, e as do Gurupá”. Além da sua contribuição à defesa de São Luís.¹²⁹ A experiência parece ter mostrado os caminhos de ascensão pela prestação de serviços ao rei. Ainda em 1712, solicitava hábito de Cristo e Tença efetiva de duzentos mil réis, como explica Vilaça “fundamentado em seu rol de serviços”¹³⁰, e também recebeu sesmarias.¹³¹

Ao que parece, essa transição de engenheiro para capitão-mor teve implicações nas obras. Em 1724, em carta, o governador João da Maia da Gama se queixa da falta de um sargento-mor engenheiro no Estado, por ser provido José Velho de Azevedo ao posto de capitão-mor do Pará e ter findado o seu tempo de exercício no posto de engenheiro. Assim, o governador tinha ficado sem ter alguém que fizesse os desenhos, tendo que solicitá-los no reino, com o risco de se confundirem as plantas umas com as outras. Foi o que ocorreu com o Coronel engenheiro do reino José da Silva Paes, em que se embaraçou com as distâncias entre a fortaleza do Cabo do Norte e o fortim da Ilha fronteira à Fortaleza da Barra de Belém.¹³²

Isso tudo porque, conforme explicava o governador, se lhe “mandou o mapa da costa e Cabo do Norte feito por um piloto ignorante que não o remeti mais do que para demonstração das contas, obras, e rios e sem a descrição por escrito dos rumos”. A fortaleza a que se referia era da Barra de Belém e o fortim fronteiro a cidade, e “não do

¹²⁸ Requerimento de José Velho de Azevedo para o rei, solicitando seu provimento ao posto de coronel-engenheiro do Pará, como o mesmo soldo de tenente-general de Artilharia. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 7, D. 637. Em anexo desde documento há os pareceres dos serviços prestados da câmara de Belém, dos governadores Bernardo Pereira de Berredo, Cristóvão da Costa Freire, do Capitão mor do Pará Manoel da Madureira Lobo, e a uma Carta Patente.

¹²⁹ SANTOS, Fabiano Vilaça dos. “Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão”, p. 670.

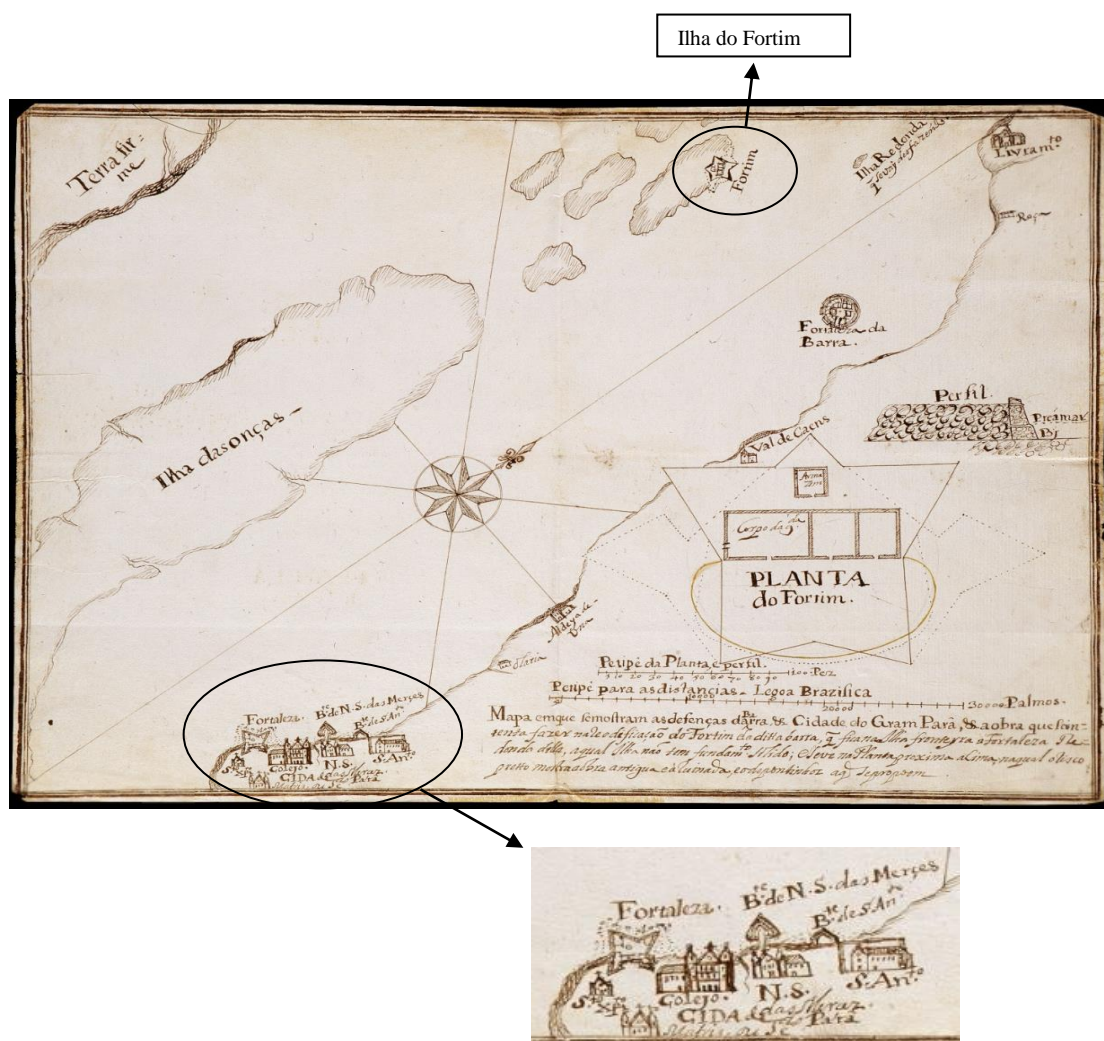
¹³⁰ *Idem*, p.662. O requerimento de Jose Velho de Azevedo ao Rei solicitando concessão de hábito de Cristo é 18 de agosto 1712, e encontra-se em: *AHU*, Cx. 6; D. 491.

¹³¹ *ANTT*, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 13, f. 285.

¹³² Carta do governador João da Maia da Gama ao Rei. *AHU*, cx.8, D. 726. As plantas não estão em anexo do documento escrito. Todavia encontram-se em: *AHU*, CART-013, D.794.

cabo do Norte que fica distante sessenta ou oitenta léguas com baías e ilhas com várias entradas”. Plantas que, na compreensão do governador, somente um cosmógrafo ou engenheiro poderia fazer e corrigir os erros. Na tentativa de resolver o imbróglio, consta nos documentos que João da Maia da Gama pediu ao capitão mor José Velho de Azevedo que tirasse a planta da barra e cidade do Pará, o que ele fez. Dessa confusão foi produzido um mapa em 1724 em que se demonstram “*as defensas da Barra e Cidade do Grão-Pará*”, conforme se vê na imagem seguinte.

Imagem 16. Mapa de defesa da Barra e Cidade do Grão-Pará.¹³³



¹³³ “Mapa em que se mostram as defenças da Barra e Cidade do Gram Parâ, e a obra que se intenta fazer na reedificação do fortim da ditta barra: q. fica na Ilha fronteyra á Fortaleza Redonda della, aqual Ilha não tem fundato sólido; e se vê na planta próxima acima na qual o risco preto mostra a obra antiga e aruinada, e o de pontinhos a que propõem”, 1724. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino.*

Nesse mapa de José Velho de Azevedo, de 1724, apresenta-se todo o sistema defensivo da cidade de Belém. Na composição tem-se a Fortaleza de Belém (Forte do Castelo do senhor Santo Cristo do Presépio de Belém), o baluarte Nossa Senhora das Mercês, o baluarte de Santo Antônio, e as Ilhas fortificadas na Baía do Guajará, a fortaleza da Barra (Nossa Senhora das Mercês da Barra de Belém) passando Val de Cães e a Ilha do Fortim assinalado defronte da Barra.

Ressalta-se no documento que o terreno da Fortaleza de Belém “pela parte do mar lhe bate a maré cheia como se vê das plantas do rio, e Barra e pala da terra é alto como se demonstra na planta”. Na carta de João da Maia da Gama destaca-se como “o mais importante a ponderar é a vizinhança do colégio, uma grande igreja de pedra e cal que fica quase cavaleira ao mesmo forte e a parede da cerca pouco mais de 100 palmos”. Na interpretação do governador “foi grande erro, e ignorância de quem deixou fundar o colégio e ultimamente fazer a dita igreja”. Consta ainda que da Fortaleza de Belém até o fortim de Santo Antônio a estrutura é de madeira, a maré derruba com facilidade.¹³⁴

Se observamos o detalhe destacado do mapa, verifica-se que o desenho da Fortaleza de Belém está traçado com quatro baluartes, exatamente o formato proposto no desenho em 1696, referido anteriormente. Do mesmo modo, a fortaleza da Barra, no conjunto defensivo, é apresentada em formato arredondado tal como a planta de 1696, de José Velho de Azevedo, também demonstrado anteriormente. Isso significa que, em 1724, o *Mapa de Defesa da Barra e cidade do Grão-Pará* integra composição de reformas realizadas, no final do século XVII. Além disso, revela que os engenheiros atuaram na formatação de um traçado defensivo que definiu, em grande parte, o núcleo urbano de Belém.

Por outro lado, essa composição agrega elementos de um saber moderno sobre engenharia e arquitetura militar e um conhecimento igualmente importante adquirido na experiência de construção na Amazônia, por exemplo, o regime das marés, regularidades das chuvas e os caminhos dos rios. A construção do fortim na ilha fronteira à Fortaleza da Barra, representado no mapa, foi feita porque o canal que permitia a entrada dos navios passava muito mais próximo à ilha. Por essa razão, era considerada tão importante para o sistema defensivo do Pará. Em 1724, ocasião em o

¹³⁴ Carta do governador João da Maia da Gama ao Rei. *AHU*, cx.8, D. 726.

fortim da ilha se encontrava arruinado foi destinado “três canoas a pedra” para não serem levadas pelo rio, para ficarem ancoradas junto as suas ruínas para melhor guardar a entrada do rio. Esse improviso era até fazer uma fortificação melhor. O parecer foi dado pelo Coronel engenheiro José da Silva Paes, “dos melhores que há neste reino” que aprovara a obra.¹³⁵

Em mapas posteriores da segunda metade do século XVIII, as ilhas na baía do Guajará seriam ainda mais utilizadas para defesa. Em um mapa de 1793, que retrata o mesmo local do mapa de 1724, aparece mais um ponto fortificado na Ilha de Periquitos próximo à Barra, como se vê abaixo.

Imagens 17 e 18. Mapa da Barra do Pará, 1793¹³⁶ – Identificação dos espaços fortificados¹³⁷



A partir das informações contidas no mapa de 1793 e dos dados identificados pelo Grupo de Mineralogia e Geoquímica Aplicada do Museu de Geociências da Universidade Federal do Pará, é possível afirmar que a defesa da cidade de Belém inclui

¹³⁵ Carta do governador João da Maia da Gama ao Rei. *AHU*, cx.8, D. 726. Sobre o Fortim da Ilha se tem notícias também em: Requerimento de Jose Sanches de Brito para o rei. 28 de setembro de 1706. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 5, D. 422; Carta do ex-governador Manuel Rolim de Moura ao rei. Lisboa 14 de dezembro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5; D. 439.

¹³⁶ “Mapa da Barra do Pará” 1793. Catálogo de Documentos Cartográficos de 1782-1944, Arquivo Nacional.

¹³⁷ Essa identificação foi feita pelo Grupo de Mineralogia e Geoquímica Aplicada do Museu de Geociência da Universidade Federal do Pará, encontra-se em: COSTA, Marcondes Lima da, e SANTOS, Pablllo Henrique Costa dos. *Relatório de Atividades do Museu de Geociências*, Universidade Federal do Pará- Instituto de Geociências/Museu de Geociências, 2016.

uma análise de rios, e as ilhas que estrategicamente foram incluídas nesse processo. Portanto, a lógica dos rios definiu a tessitura de fortificações no Grão-Pará. Como bem aponta Maia da Gama, em 1724, as plantas devem vim “com toda demonstração marcando até onde chegam as marés cheias e vazias para conforme isso se acomodar o terreno a obra de que necessitar, e isto deve ser feito por engenheiro e pessoa que entenda”. Razão pela qual afirmava estar o Pará sem engenheiro, assim também no Maranhão, devido ao fato de o tenente Custódio Pereira estar doente, e incapaz “de coisa alguma, nem para ver, nem para assistir, e nem para riscar”.¹³⁸

Portanto, o trabalho de engenharia de José Velho de Azevedo na capitania do Pará, não se restringe ao período em que tinha com patente de engenheiro. Seu parecer técnico foi acionado enquanto atuava como capitão-mor do Pará e até pelo menos a vinda de Carlos Varjão Rolim para ocupar o posto de engenheiro na capitania. A longa experiência em serviços prestados foi herdada da família, assim como o talento para a engenharia. Velho de Azevedo era filho de Jerônimo Velho de Azevedo que se dedicou à engenharia, foi ajudante das fortificações, capitão de infantaria e sargento-mor, atuou em desenhos das fortificações da Beira, e de Trás-os-Montes.¹³⁹

No Maranhão, Velho de Azevedo atuou em diversas frentes de defesa, realizando vistorias, plantas e propondo mudanças para melhor defesa do Estado. Todavia, a partir de 1716, quando recebeu a patente de capitão-mor do Pará, embora continuasse a desenvolver alguns trabalhos de fortificação, a capitania parece ter ficado em desamparo. A vinda de sucessor, com patente de engenheiro, demorou bastante para ser resolvida. Em carta de 13 de setembro de 1726, João da Maia da Gama queixava-se que todos os anos representava e pedia engenheiro, armas, munições e soldados, mas, até aquele momento, nenhuma resolução havia recebido, situação na sua interpretação o “desobrigava das consequências futuras”.¹⁴⁰

¹³⁸ *Idem.*

¹³⁹ SANTOS, Fabiano Vilaça dos. “Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão”, p. 670.

¹⁴⁰ Carta do governador João da Maia da gama ao rei. Belém do Pará 13 de setembro de 1726. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 9; D.852.

No ano seguinte, em 1727, por carta patente, Carlos Varjão Rolim foi nomeado ao posto de sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro das fortificações do Estado do Maranhão. Varjão Rolim serviu de ajudante de infantaria auxiliar no terço da comarca de Santarém, professor de engenharia e doutrina militar de fortificação. A carreira contava com a aprovação do engenheiro-mor do reino, sobretudo, nos conhecimentos matemáticos verificados na Academia militar da corte, exercitado em quase três anos em “tirar plantas e configuração destas cidades para a carta topográfica que delas se mandou fazer”.¹⁴¹ Seu nome foi consultado para o posto de capitão engenheiro das fortificações da Ilha da Madeira, não chegando exercer por ser destacado para este ofício para Estado do Maranhão.¹⁴²

Em 1728, já se tem notícia da atuação de Carlos Varjão Rolim, que viera para o Estado com o posto de sargento-mor de infantaria com o exercício de engenheiro das fortificações, função vaga por vários anos. Nesse ano, após vistoria sobre o estado das fortificações do Estado, o engenheiro as descreve como arruinadas, a partir do que definiu ser necessário delinear desenhos para as que tivesse que fazer de novo, e aquelas que precisassem de reparos. O engenheiro solicitava assistência com as passagens para vistorias alegando que “seu soldo não podia com tanta despesa”. Além disso, pedia que se mandasse aos moradores que todas as vezes que o engenheiro precisasse passar a qualquer uma das capitânicas para delinear fortificações ou para outra qualquer obra, dessem “ajuda de custo como também as canoas necessárias para as ditas passagens”.¹⁴³

Em visita ao Cabo do Norte, em 1729, Carlos Varjão Rolim tinha por objetivo escolher um lugar “para nele se fazer um presídio com uma fortaleza para defesa daquela costa e impedir as repetidas entradas dos franceses de Caiena fazem naqueles sertões indo comerciar com os índios”. A rede de comércio no Cabo do Norte parece ter

¹⁴¹ Carta patente do rei D. João V, sobre a concessão de patente à Carlos Varjão Rolim, nomeado para o posto de sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro das fortificações do Maranhão. Lisboa, 26 de abril de 1727. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx.15, D. 1583.

¹⁴² Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco ao rei. Belém do Pará, 3 de setembro de 1738. AHU, Avulsos do Pará, Cx.21, D. 1976.

¹⁴³ Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei. Belém do Pará 16 de setembro de 1728. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 11, D.978.

se mantido mesmo após o Tratado de Utrecht, de 1713. Conforme afirmava Rolim, esse comércio era praticado por um grande número de aldeias naqueles sertões pertencentes aos domínios de Portugal.¹⁴⁴

O lugar mais conveniente assinalado pelo engenheiro “foi junto a um rio chamado Oriju seis léguas adiante de Macapá e sessenta léguas distante do rio de Vicente Pinzón onde terminam os domínios de V.M. com os da França”. O problema devia-se ao terreno daquela costa ser “alagadiça” não havendo lugar para fortaleza mais próximo ao presídio de Vicente Pinzón.¹⁴⁵

Com a constituição de uma fortaleza no local, se evitaria a “despesa que a real fazenda de V.M. faz todos os anos de dois mil cruzados em reparar uma canoa de guarda costa”. Diligência que, para o engenheiro, se podia fazer do mesmo “presídio com os mesmos soldados e índios que nele assistirem sem nenhuma despesa”. Dessa forma, se poderia impedir o contínuo comércio que os franceses tinham com aqueles índios. De acordo com Rolim, “a obra não é de grande custo e será este ainda muito menor se se fizer primeiro um descimento de índios para se aldearem naquelas terras e servirem no trabalho da mesma fortaleza, sem que sejam necessários tirá-los das aldeias que estão destinados para as canoas do sertão e serviço de moradores desta cidade”.¹⁴⁶

Além das observações no Cabo do Norte, Varjão Rolim descreveu as péssimas condições da fortaleza da Barra, do Gurupá, do Tapajós, dos Pauxis e do Rio Negro. Dentre os problemas, estavam a ausência de “quartéis ou casas em que se recolham o cabo e soldados que ali assistem de guarnição” e problemas com as chuvas frequentes que demoliam com facilidade o reboco das suas muralhas e as estruturas defensivas.

¹⁴⁴ Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei. São Luís do Maranhão, 21 de junho de 1730. *AHU*, Avulsos do Pará, cx.12, D.1121.

¹⁴⁵ Carta do sargento mor engenheiro das fortificações Carlos Varjão Rolim para o Rei. Belém do Pará, 29 de setembro de 1729. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 1034.

¹⁴⁶ *Idem*. Sobre essa questão ver ainda: Carta do governador Alexandre de Sousa Freire para o rei. Belém do Pará, 5 de outubro de 1729. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 1057.

Além disso, a significativa falta de soldados “para o serviço ordinário de escoltas, e outras operações precisas”, sobretudo para diligências nas fronteiras e de guerra.¹⁴⁷

A precariedade da infraestrutura de defesa descrita pelo engenheiro foi o motivo para que, em 1731, passasse ao Pará onde mais se necessitava de sua assistência.¹⁴⁸ Nesse exercício, atuou no Cabo do Norte, no presídio de Santa Ana em Macapá, onde passou um mês. No mesmo ano, visitou as fortificações do rio Amazonas, Rio Negro, para examinar as que precisavam de conserto. Foi em uma tropa de guerra a mando do governador José da Serra, para “desinfestar os mares da Costa do Norte” fazendo frente a um navio holandês que estava no rio Amazonas, entre Araguari e Macapá. Estes foram os serviços citados em documento de 1738, em que requeria provimento no posto de tenente-general da artilharia com exercício de engenheiro das fortificações da capitania do Pará.¹⁴⁹ Ao que parece, o engenheiro permaneceu com a patente antiga, pois em carta de 1747, o governador refere-se a ele como sargento-mor engenheiro.

As obras dos engenheiros poderiam ser bem mais complexas. Carlos Varjão Rolim foi autor de um projeto ambicioso que previa a abertura de um canal no Maranhão para facilitar entrada em São Luís das canoas que vinham do rio Mearim, Iguará e Itapecuru. A logística das rotas de comércio seria facilitada com a abertura, pois livraria o trajeto pelo Boqueirão local que de acordo com os relatos causava muitos naufrágios.

Em carta de 20 de setembro de 1747, o governador ordenava a ida de Varjão Rolim ao Maranhão para “pessoalmente examinar o terreno da vala que se pretende abrir naquela ilha, para se evitar a perigosa passagem do Boqueirão”. Nesta ocasião, também teve a incumbência de fazer as plantas necessárias para referida obra, e ainda “mandando abrir alguns passos em toda a distância da vala pretendida para que depois

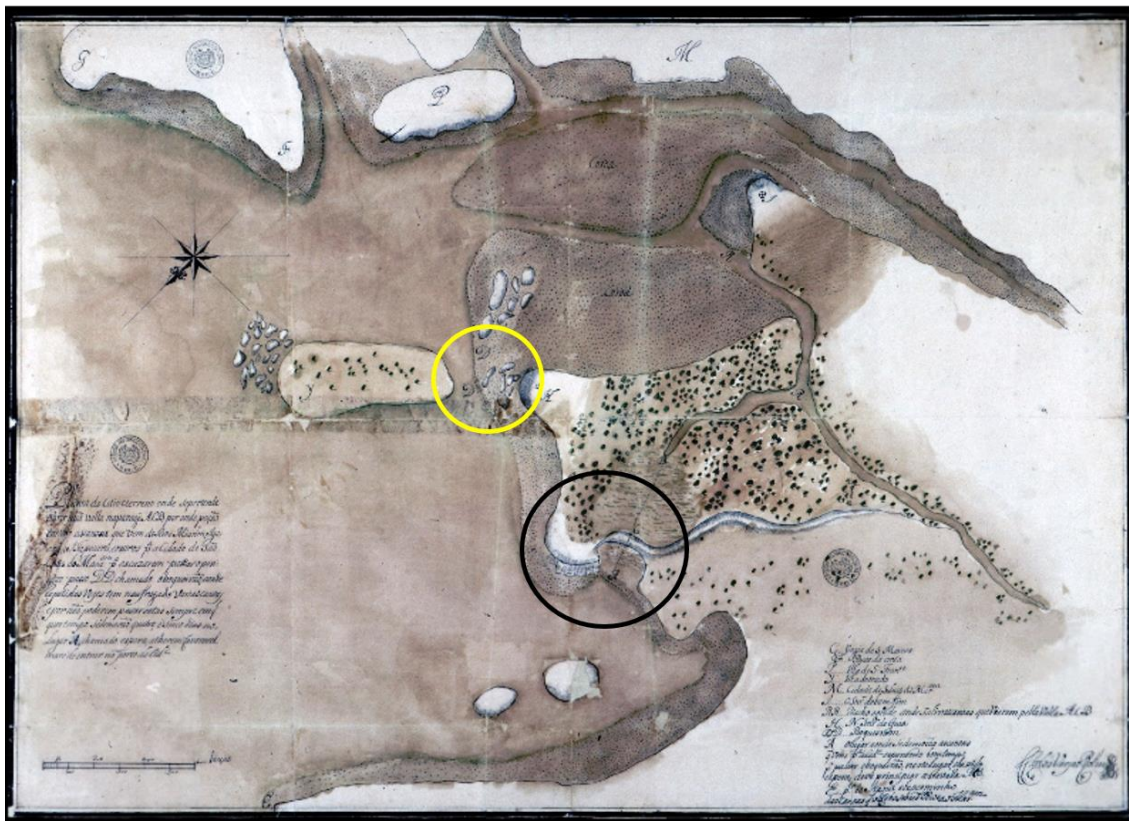
¹⁴⁷ Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para o rei. Pará 29 de outubro de 1747. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 29, doc. 2804.

¹⁴⁸ Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei. Belém do Pará 11 de agosto de 1731. *AHU*, Cx.13, D. 1185.

¹⁴⁹ *Idem*.

senão achasse algum rochedo impraticável”.¹⁵⁰ Abaixo a planta desenhada pelo engenheiro.

Imagem 19. Planta do local onde se deve abrir uma vala para passagem das canoas.¹⁵¹



Nas anotações na planta se lê: “planta do sítio e terreno onde se pretende abrir uma vala na paragem ACB [assinalado no mapa com o círculo preto] por onde possam entrar as canoas que vêm do rio Mearim, Iguará e Itapecuru e outros para a cidade de São Luís do Maranhão”. A abertura do canal seria um caminho alternativo para evitar passar o perigoso do chamado boqueirão (DD, indicado no mapa como o círculo amarelo), “aonde repetidas vezes têm naufragado várias canoas e por não poderem passar estas

¹⁵⁰ Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão ao rei. Pará, 20 de setembro de 1747. Cx. 29, D. 2779.

¹⁵¹ “Planta do citio e terreno onde sepretende abrir huma valla na parage ACB por onde poçoẽ entrar as canoas que vem dos Rios Miarim, Iguarã, Itapecuru, e outros p^a. a Cidade de São Luis do Maranhão”. AHU, CARTm-009, D.0835.

sempre em qualquer tempo se demoram quatro e cinco dias em um local à espera de terem favorável maré de entrar no porto da cidade”.¹⁵²

Em carta de 17 de fevereiro de 1749 o governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão escrevia sobre os bons resultados que se obtiveram na abertura da vala indicada no mapa. A obra poderia ser concluída em dois anos, desde que se destinasse 100 índios para as obras, observando as precauções sobre o terreno, as marés, profundidade e largura.¹⁵³

Não se tem notícia se houve a conclusão do canal e desvio do caminho das canoas. Todavia, destacou-se essa obra para indicar o alcance do trabalho dos engenheiros que buscavam solucionar problemas práticos do cotidiano dos moradores das capitâneas. A atuação desses profissionais integrava os interesses metropolitanos de defesa, proteção das rotas dos rios, mas, também, ao que parece atendia os interesses daqueles que percorriam as canoas pelos rios com mercadorias provenientes do sertão.

• • •

Havia ainda um outro elemento que estava diretamente ligada à eficiência defensiva das fortificações: o número de soldados destacados para guarnecer esses espaços. Esse é um aspecto que em nada tem a ver com o trabalho dos engenheiros, mas poderia significar a ruína da obra em caso de investida de conquista de outras nações. Um problema que está estritamente relacionado aos aspectos tratados no segundo capítulo deste trabalho. A falta de soldados nas companhias pagas, verificados na segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, comprometia a guarnição das fortificações. Em decorrência disso, sua capacidade defensiva.

Portanto, não bastava o talento dos engenheiros para construção de fortificações alinhadas a uma perspectiva de construção à moderna. Igualmente, não era suficiente a capacidade de adaptação das construções as especificidades locais. Uma praça defensável depende, em grande parte, também, da gente disponível para sua guarnição.

¹⁵² *Idem.*

¹⁵³ Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o rei. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 31, D. 2901.

E essa era uma questão complicada para os quadros defensivos da capitania do Pará. Todavia, importa saber quanto de gente estava destacada para esses espaços construídos pelos engenheiros. Das informações coletadas em Mapas e Listas, obteve-se os seguintes dados.

Quadro 11. Distribuição de gente nas fortificações da capitania do Pará (1730-1742).¹⁵⁴

Espaços Militarizados	1730	1737	1749	1741	1742
Fortaleza da Barra	5	9	7	5	5
Fortaleza de Macapá	12	1	10	5	5
Fortaleza do Paru	6	6	7	4	8
Fortaleza do Rio Negro	5	6	8	8	11
Fortaleza dos Pauxis	6	7	17	11	8
Fortaleza de Gurupá	16	18	19	17	18
Fortaleza dos Tapajós	9	11	8	6	8
Fortaleza das Mercês	3	1	5	3	3
Casa Forte do Guamá	–	–	–	4	5
Presídio de Joanes	5	3	3	4	3
Presídio das Salinas	3	4	–	4	4

Quadro 12. Distribuição de gente nas fortificações da capitania do Maranhão (1737-1742).¹⁵⁵

Espaços Militarizados	1737	1749	1741	1742
Fortaleza de São Damião	–	–	–	–
Fortaleza de São Cosme	–	–	–	–
Fortaleza da Barra	5	–	–	1
Fortaleza da Ilha de São Francisco	–	–	–	–
Fortaleza de Itapecuru	6	Ilegível	5	4
Casa Forte do Mearim	8	9	5	5
Casa Forte do Iguará	4	7	1	5

¹⁵⁴ Tabela construída a partir de: AHU, Avulsos do Pará: Cx. 12, D. 1141; Cx. 20; D. 1873; Cx. 24, D. 2262. Cx.25, D.2317. Avulsos do Maranhão: Cx.25, D.2605.

¹⁵⁵ Tabela construída a partir de: AHU, Avulsos do Pará: Cx. 20; D. 1873; Cx. 24, D. 2262; Cx.25, D.2317. Avulsos do Maranhão: Cx.25, D.2605.

A partir dos dados sistematizados, observa-se que, no Pará, entre as fortalezas, Gurupá teve um destacamento de soldados superior às demais, seguido da Fortaleza dos Tapajós, presídio de Macapá e casa forte do Rio Negro. São quatro pontos estratégicos do vetor de ocupação e defesa da capitania do Pará. Além desses temos também, a Casa Forte de Pauxis, com relativo número de soldados.

Alguns vetores chaves de ocupação permanecem dos primeiros anos de conquista lusa na região, no século XVII, como por exemplo, a região do Cabo do Norte e Gurupá. Outros são exemplo da expansão, como Tapajós, Pauxis e Rio Negro. Os rios foram os caminhos em que se estabeleceram as obras de fortificação, relacionadas ao lugar político e estratégico que ocupam na defesa e povoamento da conquista.

Esses espaços eram precariamente mantidos de gente, como se vê nas tabelas acima. Para a capitania do Maranhão a situação ainda é pior. Nos registros somente as Casas Fortes de Mearim e Iguará têm número relativo de soldados. As fortalezas de São Damião e São Cosme entre 1737 e 1742 estavam completamente desassistidas. Do ponto de vista defensivo, as fortalezas parecem inoperantes. Ora, há locais em que não há sequer um soldado de guarnição. Por que manter um ponto de defesa nessas condições? Outro aspecto são as ações de guerra. Em que momento os canhões das fortalezas decidiram o sucesso em campanha de guerra?

Não há notícias que assegurem esta efetiva participação das fortificações em momentos de guerra, já que grande parte dos conflitos ocorreu nas brenhas dos sertões e/ou nos cursos dos rios, espaços em que as flechas tinham muito mais efetividade que os canhões. Portanto, as fortificações na região agregavam um sentido para além da guerra. Integravam as dinâmicas que definiam a presença lusa em espaços estratégicos, que serviam para logística das tropas e aquartelamento de vigilância de rotas de comércio.

As dificuldades em costurar as fronteiras com parques efetivos regulares de soldados, questão destacada no capítulo anterior, recolocaram o papel das fortificações lusas na região. Uma lógica que inclui não somente defesa, mas, também, povoamento e controle da entrada dos principais rios. Uma interpretação unilateral que atribui às fortificações somente a sua capacidade de defesa pode incorrer no erro de enquadrá-las como insuficientes ou até mesmo simplesmente simbólicas.

As pesquisas têm apontado que as fortalezas, para além do aspecto militar, são também espaços de povoamento, mobilidade de canoas, de conexões entre fronteiras, de sinalização de presença de gente, de comércio, de contrabando, e de relações sociais interétnicas. Portanto, as fortalezas militares na primeira metade do século XVIII na Amazônia eram espaços de dinâmicas múltiplas.

Essa lógica permite perceber que a constituição de fortalezas militares, em pontos estratégicos da capitania, ressignificou a apropriação do espaço ocupado. Uma nova dinâmica que implica diretamente nas relações sociais, e nos contatos entre militares e grupos indígenas. Esses espaços tornavam-se pontos de conexão entre diversos lugares do sertão. Em muitos casos, cumpre o papel de fortificação dissuasória, isto é, está lá com sua estrutura, grandiosa ou não, para desestimular a ação ofensiva do inimigo e reafirmar a presença lusa em pontos chaves da colonização.

Conclusão

Nesta altura já é possível afirmar que as fortificações na capitania do Pará inserem-se em um amplo contexto de disputas pelo domínio do território. Por outro lado, a presença de engenheiros formados em uma concepção moderna de defesa, coloca a capitania em um circuito de conhecimento sobre arquitetura e engenharia que está em diversas partes do império português.

Os tratados de fortificação, a formação e a vinda desses engenheiros para o ultramar, não engessaram as práticas, antes adaptaram-se aos desafios locais, de ordem geográfica, natural ou política. Um exemplo de que as fortificações na Amazônia seguiram uma lógica que obedeceu aos traços antes definidos pelas relações sociais estabelecidas entre indígenas, colonos, colonizadores. Ora, as plantas foram desenvolvidas, no continente, ou em ilhas, nas enseadas e embocaduras de rios. Um exemplo claro de que essas construções eram erguidas a partir dessas relações sociais.

Os vetores de ocupação que desenharam os espaços fortificados foram no século XVII, os próprios negócios mantidos pelos ingleses, franceses, holandeses na região. Na primeira metade do século XVIII, a expansão do domínio luso na região também definiu os fortes do interior, os fortes do sertão. No processo de ocupação da Amazônia, as fortalezas militares configuravam-se como espaços da ação colonizadora, símbolo da

presença e empreendimento colonial. Inserem-se em uma nova concepção de defesa na região.

Neste trabalho, as fortalezas e casas fortes são espaços cuja finalidade não está atrelada somente à defesa. Pela própria presença, em muitos casos, de famílias indígenas e da agricultura, o critério de defesa não dá conta de explicar o significado e a dinâmica desses espaços. De fato, políticas de militarização e ocupação na experiência colonial estavam estreitamente relacionadas.

De qualquer modo, no decorrer da pesquisa verifica-se os esforços em manter o controle de pontos estratégicos para o domínio luso na região. A falta de gente, a vasta região, as especificidades das florestas implicaram enormes desafios para colonização. Nesses quadros se inclui estratégias de mobilização de gente de diversas partes do império, que integravam as tropas e as atividades militares na capitania do Pará. Uma solução pensada em muitas partes da conquista. Mas não apenas isso. Insere a mobilização de indígenas provenientes do espaço do sertão.

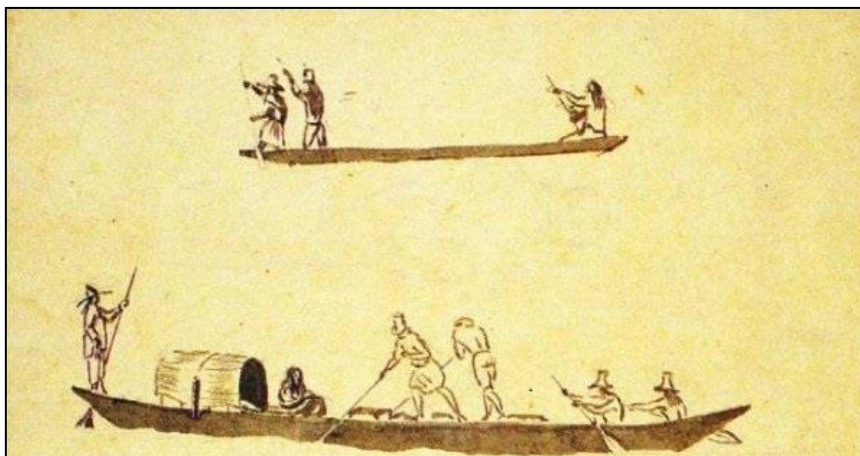
Esses sujeitos militares e índios integravam a defesa do estado do Maranhão através de caminhos e lógicas distintas, motivados por diferentes interesses. Essas relações desenharam uma dinâmica complexa, para as quais o limite do conceito de recrutamento, e da constituição das companhias militares enquadradas nos regimentos reais, e de defesa fechada nestes elementos tornam-se insuficientes.

Compreender como a Coroa portuguesa, manteve o domínio da região, verificados por exemplo, com Tratado de Madri de 1750 requer antes de tudo o alargamento dos aspectos que integravam a defesa do espaço. Para tanto, nos parece importante verificar juntamente ao papel dos militares e companhias legais, mas sobretudo, também a presença e atuação indígena nesse processo. A segunda parte desta tese (4 e 5 capítulos) dedica-se a essas questões.



PARTE II

“PORQUE SEM ELES SE NÃO HÁ DE SE DEFENDER”: MOBILIZAÇÃO
DE GENTE, GUERRAS E A PRESENÇA INDÍGENA NO
FUNCIONAMENTO DEFENSIVO DA CAPITANIA DO PARÁ.



Capítulo 4

Redes de mobilização militar na capitania do Pará

em Lisboa não está o provimento e prevenção, que todos julgam conveniente a precisa defesa, [...] se não podemos assistir a Alentejo, senão podemos assistir a Lisboa, corte de V.M., com o que é necessário, como há de haver, quem imagine, que podemos assistir e defender tantas conquistas, que a mais vizinha está distante mil léguas, e a mais perto trezentas (Vieira, 1648)

A primeira metade do século XVIII foi um período marcado por um processo de adequação da organização militar na capitania do Pará. A Coroa portuguesa articulava as possibilidades de defesa na capitania e contava com um aparato que apresentava bastantes dificuldades, seja pela precariedade das instalações permanentes (fortalezas, casas fortes, fortins), seja pela inoperância e insuficiência das tropas oficiais, como vimos na Parte I desta tese. As dificuldades apontadas pelos governadores e militares na configuração de forças defensivas no Estado foram um dos principais problemas da administração nesta parte da conquista. Por essa razão, temos um longo processo em que se verificam ajustes no que diz respeito à configuração de modelos mais apropriados de defesa.

Talvez isso explique a queixa frequente da falta de gente para defesa nos diversos documentos que os governadores passaram à Coroa durante toda primeira metade do século XVIII.¹⁵⁶ Todavia, o caráter difuso dos pontos de presença lusa que caracterizam a primeira metade desse século deve ser entendido enquanto elementos que se articulam

¹⁵⁶ Dados presentes em diversos documentos apontam para insuficiência de soldados pagos durante toda primeira metade do século XVIII. Essa insuficiência está atrelada a diversas atividades para que eram destacados, mas sobretudo, devido à vasta região a ser defendida. Além disso, a falta de conhecimento militar, pela forma compulsória e indiscriminada em que se efetivava o recrutamento, tornava ainda mais complicada a situação defensiva da capitania do Grão-Pará. Podemos verificar isso em: AHU, Avulsos Pará: Cx. 5, D. 451; Cx. 6, D. 481; Cx. 8, D. 724; Cx. 9, D. 852; Cx. 9, D. 859; Cx. 10, D. 946; Cx. 11, D. 974; Cx. 11, D. 974; Cx. 11, D. 1043; Cx. 12, D. 114; Cx. 19, D. 1776; Cx. 20, D. 1873; Cx. 24, D. 2262; Cx. 25, D. 2317; Cx. 27, D. 2580; Cx. 28, D. 2681; Cx. 29, D. 2804.

e se conectam. As fortalezas, os fortins, as aldeias e as tropas estão em contato contínuo, por meio dos mecanismos administrativos ou dos próprios agentes sociais que movimentavam as redes de mobilização de forças militares no Grão-Pará. Portanto, embora a estrutura defensiva fosse descontínua, localizada em pontos estratégicos, esses espaços eram costurados pelas rotas comerciais, tropas e agentes coloniais.

Neste capítulo, elegemos o *recrutamento* como elemento para verificar as redes de mobilização militar. Existem duas razões principais para essa escolha. A primeira refere-se à mudança de condição social que o recrutamento impõe ao indivíduo recrutado. A segunda é que, a partir das trilhas deixadas pelos recrutadores, podemos estabelecer as conexões entre os espaços e os indivíduos envolvidos, sejam estes agentes da Coroa, aliados indígenas ou soldados.

O recrutamento, portanto, permite perceber as redes de mobilidade, pois é o mecanismo pelo qual o indivíduo ingressa – na maioria dos casos de forma compulsória – nas forças de defesa que a Coroa dispunha na capitania. Por outro lado, apenas este aspecto do recrutamento não é suficiente para explicar a mobilidade de sujeitos envolvidos nas redes de recrutadores. É necessário ir além do que o conceito sugere.

Fernando Dores Costa refere-se ao *recrutamento* como uma “mudança forçada da condição de vida dos indivíduos e também de destruição das unidades econômicas, retirando-lhes os herdeiros e a mão de obra jovem”.¹⁵⁷ Essa definição do recrutamento apontada por Costa no contexto da Guerra da Restauração (1641-1668), em Portugal, pode ser observada também como uma característica no recrutamento desencadeado nas conquistas. Grande parte dos soldados que compunha as tropas era formada por jovens que tinham que abandonar suas famílias e atividades para se dedicar à vida militar, em muitos casos, longe do seu local de origem.¹⁵⁸

¹⁵⁷ COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p.29.

¹⁵⁸ Alguns levantamentos realizados para a capitania do Grão-Pará 51% dos casos de pedidos de isenção militar entre 1713 e 1748, alegavam motivos familiares. Esses dados deixam evidente que o recrutamento para os soldados pagos implica diretamente na configuração familiar. Sobre isso ver: VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia Colonial: composição e mobilização de tropas pagas na Capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)*. Curitiba: Editora CRV, 2016, pp. 59-90.

O enfoque apontado por Fernando Dores Costa é importante para pensar a transformação social do indivíduo recrutado, porém, não explica as implicações da mobilidade e como isso se configura em uma rede sistemática muito mais complexa. Cristiane Figueiredo Pagano de Mello sintetizou os critérios utilizados pela Coroa para o engajamento de homens nas três forças militares no século XVIII, destacando a articulação existente entre as listas de ordenança, as tropas de linha ou regulares e as auxiliares.¹⁵⁹

Nessa lógica de recrutamento, sugerida por Pagano de Mello, verifica-se a relação intrínseca entre as listas de ordenança e as tropas pagas. Nessa perspectiva, as companhias de ordenanças funcionavam como a base defensiva da Coroa. Em outras palavras, configurava-se em um espaço no qual se retirava os soldados que atuavam nas tropas permanentes ou regulares.

Esse sistema buscava agregar toda população masculina em idade militar e estava normatizado por regimentos que regulavam e orientavam as ações dos recrutadores no reino e nas conquistas. São exemplos, nesse sentido, o Regimento das Ordenanças e a provisão de 1574, o “Regimento dos capitães-mores, & mais capitães”, de dezembro de 1570, e o Regimento de Fronteiras, de 1645. As prerrogativas dessa legislação estavam presentes nos regimentos que acompanhavam os governadores-gerais, como verificou-se no capítulo 2.

Portanto, a ação de recrutar deveria estar, pelo menos na teoria, alinhada às disposições reguladoras das questões militares vindas do Reino. O fato é que, por um lado, a imprescindível necessidade em manter os territórios conquistados e, por outro, a impossibilidade da Coroa em suprir com soldados do reino todas as companhias militares transformaram o recrutamento em um elemento principal de mobilização interna e externa à conquista. Uma ação que, em grande medida, foi efetivada de forma violenta e compulsória.

Kalina Silva sugere uma terceira perspectiva. Suas análises destacam o caráter arbitrário do ato de recrutar. Considerando que nas colônias o recrutamento estava sob as diligências do governador, este acabava por decidir a ação e o recrutado. Dessa forma

¹⁵⁹ MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. “Forças militares no Brasil colonial”. In: Possamai (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*, p.106.

“cada recrutamento é, assim, diferente em si, pois em cada caso específico o governador determina a forma que deve ser feito, onde, quando, sobre quem”.¹⁶⁰ Esse poder de decisão nas mãos dos governadores amplia significativamente as ocasiões de recrutamento, dificultando, dessa forma, a definição de qualquer padrão de recrutado.

Essas três abordagens do recrutamento estão relacionadas, pois tratam do evento de constituição de forças de defesa vinculada ao seu caráter ocidental, urdidas pelos Estados modernos. Especificamente, quando se constituem as primeiras iniciativas de formação de força militar permanente na Europa, diante da necessidade de romper com a estrutura mercenária que implicava em pouco compromisso ou fidelidade ao rei, conforme vimos no primeiro capítulo.

O recrutamento, portanto, é uma ação que se explica pela organização das ordenanças, companhias pagas e regulares. Partindo dessa perspectiva, o recrutamento é a ação de incorporação de homens em companhias militares, ou seja, está regulado pelos regimentos que orientam todo esse sistema defensivo. Todavia, esse conceito engessado nas estruturas militares europeias, não explica a experiência colonial, embora se configure dentro dessas prerrogativas.

As conquistas ultramarinas reconfiguraram as ações de recrutamento em muitos aspectos. O alargamento do território a ser conquistado e defendido amplia significativamente os alvos do recrutamento como também o lugar onde se efetiva. Em seu exercício administrativo, os governadores agregavam, à função administrativa, a função defensiva nas colônias. Nos regimentos passados a eles constava, entre suas prerrogativas, a obrigação de dar conta da situação militar bem como do recrutamento dos homens necessários para compor as companhias e as guarnições de fortalezas e tropas que se destacavam aos sertões e fronteiras.

¹⁶⁰ SILVA, Kalina. “Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão do recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais”. *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico. EDUFJF, 2002, v.8, n.1. p. 86. Nesse trabalho a autora esclarece que a Coroa tentou algumas regras para evitar as confusões do recrutamento, como por exemplo, o Alvará de 24 de fevereiro de 1724, que determina que o recrutamento deve ser feito a partir da tiragem de sorte, isentando-se algumas categorias profissionais que vão desde médicos e cirurgiões até padeiros e moleiros. Ou seja, profissionais liberais e pobres produtivos à sociedade, aqueles que não se enquadram na categoria de vadio.

Por essa razão, o recrutamento além de implicar na mudança de condição do indivíduo, conforme destacou Dores Costa, era também um mecanismo arbitrário e indiscriminado nas mãos dos governadores, conforme escreveu Kalina Silva. Nas conquistas, portanto, as forças militares e, sobretudo, o recrutamento, estão relacionados, assim como no reino à defesa e à militarização. Todavia, apresentam especificidades imprimidas pela própria experiência colonial.

A primeira delas refere-se ao próprio conceito. *Recrutamento* é uma palavra específica do campo militar no sentido ocidental do termo, o que traz uma limitação intrínseca, pois não explica, por exemplo, a incorporação indígena em tropas lusas. A razão é que a forma de integração de forças indígenas não obedece às mesmas lógicas de incorporação de soldados pagos. Ou, seja os regimentos que regulam o provimento de tropas militares não se referem aos índios, embora, como é evidente nos documentos, a força e conhecimento indígena sejam imprescindíveis para a defesa nas áreas coloniais.

Tal foi o caso na conquista de Pernambuco, na qual até certo momento os portugueses contaram com o apoio dos Tabajaras. Ou no auxílio dos Potiguaras na conquista do Ceará, Serra da Ibiapaba e Maranhão. Assim como contou-se com o auxílio indígena para conquista de Ilhéus, Bahia e Espírito Santo, como destaca Maria Regina Celestino de Almeida.¹⁶¹

No estado do Maranhão, Arno Wehling e Maria José Wehling nos lembram da importância da aliança entre Portugueses e grupos indígenas para o estabelecimento e o avanço do território.¹⁶² Evaldo Cabral de Mello evidencia também que a dominação holandesa no nordeste brasileiro foi um período de intensas guerras, nas quais a colaboração indígena foi fundamental. O sistema de defesa de Matias de Albuquerque, por exemplo, contava com tropas irregulares de índios, negros e soldados da terra.¹⁶³

¹⁶¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2010.

¹⁶² WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹⁶³ MELLO, Evaldo Cabral. *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo. Editora: 34, 2007.

Pedro Puntoni, por sua vez, enfatiza que na ocasião da restauração de Pernambuco (1645-1654), foi necessária uma forma adaptada de fazer a guerra, para a qual a assimilação de técnicas locais foi decisiva, como o conhecimento de guerra indígena.¹⁶⁴ Portanto, diversos acordos e alianças entre portugueses e grupos indígenas foram indispensáveis em diversos momentos da conquista.

Todavia, a História Militar tem deixado de lado a força indígena do universo defensivo. Isso se explica por três razões. A primeira está relacionada à compreensão que coloca colonizadores e índios em enfrentamentos constantes, desconsiderando as alianças e a incorporação indígena em tropas lusas. A segunda é a que coloca os estudos militares em esfera analítica desconectada do universo indígena. Talvez, porque, nas conquistas, o conceito de recrutamento deva ser urgentemente ampliado.

Ora, a ação de recrutar está estreitamente relacionada à incorporação de novos agentes em tropas oficiais do Estado. É, portanto, um conceito limitado à esfera do militarismo europeu. Está ancorado no sistema de formação de tropas e soldados pagos, conforme vimos atrás, e, por essa razão, não dá conta da experiência defensiva em áreas coloniais. A terceira e última razão corresponde à perspectiva da guerra. É necessário, portanto, que os estudos sobre defesa estejam atentos à guerra que se faz na floresta, e que incorporem o conhecimento indígena e suas técnicas defensivas como elemento importante para a compreensão do contato com os colonizadores.

Além desses elementos mais conceituais e de enfoque, a recorrência de trabalhos no campo da História Militar em negligenciar os índios deve-se também ao caráter das fontes. Nos mapas e listas militares, nas ações de recrutamento, nos editais para provimento de postos militares, nos pedidos de baixa que avolumam os acervos coloniais, os índios não aparecem como força militar. Por uma razão simples, estes não são considerados soldados pelos regimentos, mesmo suas mobilizações para operações militares não são tratadas como recrutamento.

Nessa perspectiva, a força indígena não aparece em fontes de caráter essencialmente militar. Ou seja, naquelas que estão atreladas e são produzidas pela burocracia militar, no processo de militarização das áreas coloniais. Entendemos *militarização* como o

¹⁶⁴ PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paul: Fapesp, 2002.

processo em que se definem medidas de defesa para um determinado espaço: desde a ação do recrutamento, organização e distribuição de recrutados em companhias militares, a construção de pontos militarmente fortificados em locais estratégicos, a introdução de inovações técnicas de guerra, os aparatos legais, que normatizam e regulam as questões militares. Mas, não se trata apenas disso. A militarização também se refere às relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos que compunham uma tropa, as alianças e os conflitos engendrados a partir do recrutamento e da convivência nas diligências militares, ou seja, a implicação desses elementos militares na vida dos moradores da capitania.

O fato é que a incorporação indígena em tropas pagas não está prevista nos regimentos que organizam e regularizam os recrutamentos na conquista, por isso não protagonizam grande parte da historiografia que trata da militarização do período colonial.

Essa relação fica evidente em alguns trabalhos como, por exemplo, o de Cristiane Figueiredo Pagano de Mello sobre os corpos de auxiliares e ordenanças nas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais na segunda metade do século XVIII.¹⁶⁵ Na mesma direção, o livro de Kalina Paiva da Silva, intitulado *O Miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*, que analisa a situação dos soldados na colônia, mal pagos e ainda responsáveis pela manutenção da ordem, e aborda situações do cotidiano e a resistência desses sujeitos ao recrutamento militar.¹⁶⁶ Paulo Possamai, com pesquisas voltadas para a Colônia do Sacramento, ressaltou as dificuldades do

¹⁶⁵ MELLO, Christiane Figueiredo. *Os corpos de auxiliares e ordenanças na segunda metade do século XVIII- as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-sul da América*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2002. Ver ainda: MELLO, Christiane Figueiredo. As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista de História* 154, n° 1, 2006.

¹⁶⁶ SILVA, Kalina V. da. *O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001. Ver ainda, SILVA, Kalina. “Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão do recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais”. *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico. EDUFJF, 2002, v.8, n.1. p. 86.

recrutamento e o cotidiano de soldados sujeitos ativos, que buscavam por baixas, desertavam e até se amotinavam.¹⁶⁷

Para o Grão-Pará, podemos citar o trabalho de Shirley Nogueira sobre o recrutamento militar, no qual explica as razões das deserções dos soldados das companhias regulares, como resistência desses sujeitos ao ônus militar.¹⁶⁸ Nesse grupo insiro também minha dissertação de mestrado intitulada *A “gente de guerra” na Amazônia Colonial: composição e mobilização de tropas pagas na Capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII*, trabalho em que procurei compreender a tropa paga e as implicações de sua composição e mobilização na capitania do Grão-Pará.¹⁶⁹

Esses trabalhos, que se utilizam das mais diversas fontes produzidas pela burocracia militar, não apresentam a participação indígena. Ocorre que nesse tipo de documento os índios não aparecem pelo fato de eles não serem considerados soldados pelas legislações que normatizam as questões militares na colônia (regimento de fronteiras de 1645, Alvará de 1764 e o regimento dos governadores-gerais). Portanto, pesquisas no campo da História Militar que priorizam esse tipo documental não têm como perceber os índios como sujeitos ativos no processo de defesa. É necessário, portanto, incorporar novas fontes que possam verificar o cotidiano da defesa, as jornadas na floresta, as guerras, as tropas em diligências, pois nesses eventos a presença indígena aparece de forma bastante significativa.

Outro aspecto refere-se à perspectiva do *espaço*. Ao discutir a questão de defesa e, principalmente, o recrutamento nas conquistas, a historiografia privilegiou notadamente o recrutamento interno vinculado a momentos de grande tensão externa como

¹⁶⁷ POSSAMAI, Paulo. “Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis: os soldados da Colônia do Sacramento”. *Revista Brasileira de História Militar*, nº 2, agosto de 2010. Ver ainda do mesmo autor: *A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento. Um Bastião português em terras do Uruguai*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

¹⁶⁸ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *Razões para desertar: institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Ver ainda: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “O recrutamento militar no Grão-Pará”. In: Paulo Possamai (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012 pp. 283-297. GOMES, Flavio dos Santos, NOGUEIRA, Shirley, Maria Silva. “Outras Paisagens Coloniais: Notas sobre desertores militares na Amazônia Setecentista”. In: GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras Colonização e escravidão na Guiana Brasileira*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 2000, pp. 196-224.

¹⁶⁹ VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia Colonial*.

definidores de mobilização de homens que se destacavam as fronteiras. É exemplo dessa perspectiva a obra de Enrique Peregalli, intitulada *Recrutamento militar no Brasil colonial*, na qual se refere à formação de tropas em São Paulo por meio de um recrutamento compulsório e violento para serem enviadas para Tibaji, Iguatemi (Paraná) e Rio Grande, que formavam a fronteira sul com as colônias da Espanha. O motivo das disputas entre as coroas ibéricas era o domínio da região do Prata e de Potosi.¹⁷⁰

Não há dúvida que as disputas territoriais e, sobretudo, as ameaças estrangeiras às possessões portuguesas implicaram no acirramento do recrutamento na colônia e na vida dos soldados, como podemos observar das reflexões de Paulo Possamai sobre o envio de tropas para a defesa da colônia do Sacramento pela ocasião do cerco dos espanhóis em 1735.¹⁷¹

Essa questão pode ser observada também em documentos produzidos pelos governadores no Grão-Pará na primeira metade do século XVIII. A indefinição de fronteiras no Cabo do Norte mobilizou tropas de guarda costa para vigiar os limites entre as possessões de Portugal e França.¹⁷² É evidente, portanto que a questão de fronteira foi um elemento fundamental para a estruturação de tropas militares na colônia. Todavia, queremos chamar atenção para o fato de que a tropa paga não se compõe apenas de soldados feitos internamente. Ora, se a própria configuração do corpo de defesa profissional da Coroa é diversa e não se compõe apenas de homens recrutados internamente, não podemos compreendê-la em todas as suas implicações sem uma ampliação do conceito de recrutamento e dos espaços em que se realiza.

O recrutamento não é uma ação apenas local. As enormes dificuldades de prover as tropas, e, sobretudo, a instabilidade de guerras frequentes no sertão tornava essa ação necessária e urgente. A solução para esta equação foi um empreendimento verificável em várias partes da conquista, e não apenas no espaço da capitania. Como veremos

¹⁷⁰ PEREGALI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil Colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

¹⁷¹ POSSAMAI, Paulo. “A Mazagão do Rio da Prata: colônia do Sacramento, 1735-1737” In: Possamai (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. pp. 359-379.

¹⁷² Ver, por exemplo: *Relatos de fronteiras: Fontes para história da Amazônia séculos XVIII E XIX*. APEP, Códice: Fronteira francesa (Reinados de D. João V/ D. João VI-1713/1842) transcrito em: P.C.D.L livro A11

adiante, soldados vinham da Ilha da Madeira, de Pernambuco, do Reino, do Maranhão, do sertão e de outras partes do império. Por essa razão, as abordagens devem também ampliar o espaço de análise, incluindo também o espaço do sertão. Dessa forma, consideramos aqui o recrutamento como uma ação sistematizada que conecta pessoas e espaços geográficos. Portanto, o recrutamento é um elemento central de mobilização no que diz respeito à constituição de tropas militares no Grão-Pará.

Essa perspectiva global só foi possível com a emergência ainda no século XVII de uma rede de comunicação que conectava o reino e outras partes da conquista. Ora, como tratamos no capítulo 1 desta tese, a transição militar de Portugal, verificável em uma extensa lista de regimentos, alvarás e decretos que buscavam regular as questões militares, permitiu a constituição de uma base de registro e trocas de informações que colocaram a capitania do Pará em um circuito complexo de experiências do império. Essas informações canalizadas nas instituições e conselhos permitiram uma percepção holística dos problemas locais e, sobretudo, a busca de soluções em muitas partes desse dilatado espaço do império.

Considerando as ponderações até aqui tecidas, optei pelo conceito de *mobilização militar*, pois, contempla os dois eventos que embora distintos, fazem parte de um mesmo processo, qual seja o funcionamento defensivo do Grão-Pará. Ora, o sujeito recrutado é mobilizado a compor as tropas, da mesma forma como os índios guerreiros também o são em ocasiões de conflitos e guerras. Portanto, recrutar é acima de tudo mobilizar, seja de forma permanente ou por tempo determinado, seja de forma espontânea ou compulsória, sejam índios, sejam brancos livres, mestiços, mulatos ou condenados a degredo. Nestes termos, é uma ação que compõe o universo da militarização.

As fontes apontam cinco formas de *mobilização militar*: interna, entre capitanias, entre colônias englobando outras partes do império, como as Ilhas Atlânticas, no Reino e no sertão. Temos, portanto três espaços: o sertão, o território colonial (espaços de gerência reinol) e o espaço atlântico.¹⁷³ A necessidade de defesa das conquistas faz das

¹⁷³ Considero esses espaços, atlântico, sertão e colonial em conexão. O atlântico conecta diferentes espaços, por meio do trânsito de pessoas e produtos. Assim, também o sertão espaço de circulação e contato social está próximo e articulado como núcleos de gerência e administração colonial. É possível perceber essas articulações, por meio de diversos aspectos.

tropas um elemento que conecta esses espaços. Por esse motivo, destacamos o argumento de que o recrutamento seja na forma que se apresenta não é uma ação isolada, como tem tratado a historiografia militar. Mas, trata-se, sobretudo, de uma ação sistemática que insere nas redes de mobilização em um espaço ainda pouco explorado que é o mundo indígena.

Entendemos que a incorporação e atuação indígena em eventos militares e o recrutamento de homens brancos para as tropas não podem ser tratados de forma isolada, pois compõem o mesmo quadro de mobilização, cuja finalidade é a defesa do território colonial. Nessa perspectiva, estamos alinhados à percepção da história que busca entender as conexões não apenas do viés europeu da sua expansão e dominação, mas, sobretudo, devem-se compreender as experiências históricas por meio da interação, incorporação de espaços e temporalidades que se reelaboram.¹⁷⁴

Compreender os resultados dessas questões ajuda a explicar experiências como a composição de tropas na capitania do Grão-Pará. O que, a meu ver, só pode ser interpretado a partir das suas conexões globais. Esse aspecto impõe aos pesquisadores de história pensar o local, neste caso a Amazônia, dentro de uma perspectiva global. Todavia, a incursão nessa nova possibilidade de análise e construção histórica requer, sobretudo, uma reorientação metodológica que possibilite o desprendimento das amarras das balizas cronológicas e espaciais.

Pelas próprias imposições práticas da pesquisa é importante refletir sobre a Amazônia em conexão com outras espacialidades e temporalidades, ou seja, como parte de uma história internacional. O recrutamento como um dos lados do prisma de defesa é um caminho possível para entender essas conexões. Todavia, é extremamente difícil

Neste trabalho, porém, verificaremos por meio da defesa, militarização e mobilização de tropas e sujeitos.

¹⁷⁴ A esse respeito ver: GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: UFMG, 2015; do mesmo autor. *Amazônia e as Origens da globalização (sécs. XVI-XVIII). Da História local à História Global*. Belém: Estudos Amazônicos, 2014; RUSSELL-WOOD, Anthony John. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998; Alencastro, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

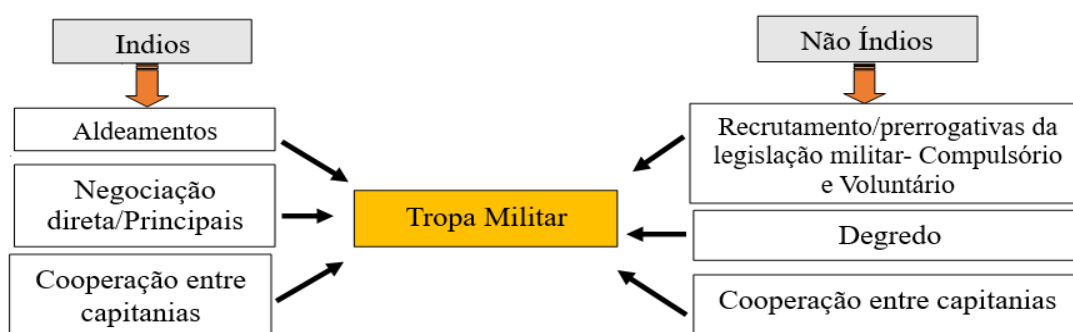
deslocar o eixo da análise para a perspectiva indígena quando se trata de defesa e militarização.

Ora, o principal desafio é dar sentido a informações fragmentadas recolhidas em fontes dispersas e desconexas. Angustiante também é verificar inúmeras fontes sistematizadas e até nominais de soldados pagos que compunham o quadro defensivo no Pará, em detrimento de nenhum corpo documental sistemático que dê conta da participação indígena nesse aspecto. Além disso, considere-se que o corpo documental que enche páginas e mais páginas de transcrição é de caráter oficial. Isso significa um desafio em dobro para qualquer pesquisador que se proponha matizar questões e/ou compreender a participação de sujeitos, que por muito tempo não compunham a centralidade de análise sobre o aspecto da militarização.

Por essa razão o que apresentaremos aqui é o resultado de um esforço frente a enormes desafios. Trata-se de compreender como se efetivava a incorporação indígena nas tropas de guerra, ou qualquer outra que ia ao sertão. Trilhar as redes de recrutamento no sertão, verificar suas conexões com outras formas de organização de militar como a formação de tropas regulares. A partir disso, vamos delinear as principais redes de mobilização para a defesa na capitania do Grão-Pará, no sertão, no reino, em outras partes da conquista e em outras capitanias do Estado do Brasil.

Estamos, portanto, tratando, neste caso, de duas redes de mobilização: a que integra colonos nas tropas pagas e a segunda que se refere à mobilização indígena no sertão que também são integradas às tropas lusas. Na pesquisa identificou-se seis canais através dos quais sujeitos chegavam a tropa.

Quadro 13. Canais de mobilização de gente para tropas militares no Pará (primeira metade do século XVIII)



Conforme se verifica, a presença indígena nas tropas ocorre através de circuito que engloba os aldeamentos, a negociação direta com as lideranças e a cooperação entre capitânicas. Os não índios integravam as tropas por meio dos caminhos oficiais através do recrutamento regulado pelos regimentos militares (Alvará de 1764, Regimento de Fronteira 1645), compulsório ou não, degredo e cooperação entre capitânicas. Esses caminhos distintos que mobilizam gente para as tropas militares compõem o sistema defensivo no Pará. Portanto, a defesa só pode ser entendida se considerarmos esses circuitos de mobilização e atuação desses diferentes sujeitos nas diligências militares na capitania.

1. As redes de mobilização militar no sertão

Em 22 de dezembro de 1709, uma carta do governador Cristóvão da Costa Freire relatava as contendas existentes entre o padre Francisco Pedro do Redondo com o Alferes tenente da casa forte do Rio Negro, Baltasar Alvares Pestana. Na carta, constava que “castelhanos de Quito tinham chegado ao Sertão dos Solimões”, com intenção de invadir a casa forte. O tenente pediu socorro de munição, soldados e índios ao cabo da fortaleza dos Tapajós. Solicitou ao padre Francisco Pedro Redondo, religioso da província da Piedade, que lhe enviasse índios, “os quais não só não lhe quis dar”, como também se compôs com o militar com “palavras injuriosas”. Ficando assim, o tenente, impossibilitado de enviar o socorro por “não haver índios que remassem a canoa podendo seguir desta falta em um grande dano, se os Castelhanos viessem à dita Casa Forte”.¹⁷⁵

É importante notar que, diante da ameaça, o tenente Baltasar Alvares Pestana articula uma estratégia de defesa que incluía soldados e índios. A prática defensiva verificada nas diligências e expedições de tropas depende da presença indígena, como bem ressaltou o militar, já que sem eles teria ficado “impossibilitado” de enviar socorro ao Rio Negro. Todavia, esses indígenas não integram as tropas através das determinações vinculadas a regimentos e alvarás que definem o recrutamento para não índios. Essa é a

¹⁷⁵ Carta do Governador Cristóvão da Costa Freire, para o rei. Pará 22 de Dezembro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 440.

razão pela qual uma análise estritamente em soldados, oficiais e burocracia militar não percebe os índigenas. Mas, afinal, quais são esses caminhos para os índios?

A carta de Cristóvão da Costa Freire apresenta alguns indícios importantes. O primeiro são os sujeitos envolvidos, observa-se o governador, os militares, os religiosos e os índios enredados por um problema de defesa que exigia comunicação que nem sempre confluía para o mesmo interesse. O fato de o religioso da província da Piedade ter negado o pedido do militar é sintomático. Por outro lado, é evidente que se trata de índios aldeados.

Essa rede, portanto, conecta 1) a casa forte do Rio Negro, na figura do militar Baltasar Pestana, que está na frente de linha de defesa com iminência de ataque inimigo; 2) o governador que nas suas atribuições deve resolver e dar conta ao rei dos problemas de defesa; e 3) os aldeamentos, na pessoa do padre Francisco Redondo como intermediário nesse processo. Ou seja, acudir à defesa da capitania está atrelado à presença desses índios aliados a tropa lusa.

De acordo com os seus regimentos, os governadores eram responsáveis por coordenar, além da função administrativa, àquelas relativas à defesa. Nesse sentido, desde 1548, o regimento passado a Tomé de Sousa dispunha diretrizes voltadas para essa função. Devia, “no exercício de suas atribuições, zelar pela segurança da Colônia e do povoamento da nova terra, para o que contava com gente, artilharia, armas, munições e tudo mais que fosse necessário”.¹⁷⁶ Essa responsabilidade também aparece no regimento dos governadores do Pará, de 1655.¹⁷⁷

O papel dos governadores nesse sentido estava relacionado ao provimento e recrutamento de gente para a tropa paga. Essa atribuição estendia-se também à mobilização indígena para a tropa, já que a autorização para os religiosos cederem os índios devia ser dada pelo governador. É ele que administra e gere as demandas de defesa, apresentada pelos militares, e articula as possibilidades de resolver internamente ou a partir da comunicação com a Coroa.

¹⁷⁶ PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*, p. 181. Essas atribuições podem ser verificadas também no “Regimento dado a André Vital de Negreiros, Governador Geral do estado do Maranhão e Pará, em cinquenta e oito artigos: 14 de Abril de 1655”. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará*, tomo I (1902), primeira série, pp. 25-46.

¹⁷⁷ “Regimento dos Senhores Generais do Pará” de 14 de abril de 1655. *APEP*, Códice 1; D.1.

Na carta, Cristóvão da Costa Freire dá conta de conflitos havidos entre militares e religiosos quanto ao provimento de índios nas tropas. Fica claro que a organização de índios para as tropas se faz por outra lógica de mobilização, diferente daquela que integra colonos livres nas tropas pagas. Todavia, nas duas redes de mobilização, os governadores têm um papel fundamental, embora no caso de índios aldeados a ordem do governador precisasse da intermediação e ação dos missionários.

Os religiosos deviam ceder e organizar todos os índios capazes para as diligências coloniais, isso nem sempre foi uma regra. Daí a razão dos conflitos entre o padre Francisco Pedro do Redondo e o Alferes tenente da casa forte do Rio Negro, Baltasar Alvares Pestana, relatados pelo governador. Portanto, no que diz respeito, à mobilização indígena para compor tropas militares, *os religiosos têm interferência no processo*, o que não ocorre no caso de incorporação de não índios.

Karl Arenz e Diogo Costa explicam que os aldeamentos no Estado do Maranhão e Grão-Pará ajudaram a consolidar a nova colônia. A presença e atuação dos religiosos estava presente na Lei de 9 de abril de 1655, pela qual estes detinham a administração temporal e espiritual sobre os índios aldeados. Dentre suas determinações estava previsto que cabia aos religiosos autorizar as entradas aos sertões, e regulava o acesso dos colonos à mão de obra indígena.

O *Regimento das Missões*, posto em vigor em 1686, e a decorrente divisão geográfica do espaço de atuação das ordens religiosas em 1693¹⁷⁸ definiram o papel dos religiosos nos aspectos de defesa, e ainda os vetores de expansão lusa e as redes de conexão entre esses pontos de presença portuguesa na região. Estava previsto nesse regimento, por exemplo, que as aldeias de repartição atenderiam às demandas militares e econômicas do Estado. É por essa razão que, quando se trata de índios para tropas, os militares recorrem aos religiosos.

Todavia, a confluência desses três interesses sobre a mão de obra indígena nem sempre foi possível. Colonos, religiosos e Coroa divergiam a esse respeito. As oscilações das leis indigenistas podem exemplificar essas tensões. Por outro lado, como ressalta Beatriz Perrone essas oscilações devem ser entendidas para além dessas

¹⁷⁸ AREZ, Karl Heinz e SILVA, Diogo Costa. “Levar a Lus de nossa santa fé aos sertões de muita gentildade”: Fundação e consolidação da missão jesuítica na Amazônia portuguesa (século XVII). Belém, Editora: Açai, 2012.

divergências de interesse, pois, estão associadas à percepção sobre as “categorias” de índios.¹⁷⁹ Condição que Décio Guzmán explica pela “situação política de contato”, ou seja, a legislação aplicava princípios distintos de acordo com a relação de contato com os grupos indígenas, “‘benevolência’ para os índios ‘mansos’ aliados; *guerra* para ‘bárbaros’ e ‘selvagens’”.¹⁸⁰ Embora essa condição seja fluída, considerando que uma mesma etnia podia ser representada como “aliada” e em outro momento como “inimiga” da colonização.

Além disso, é importante destacar a própria experiência colonial, ou seja, o caráter de adaptação da política indigenista às circunstâncias concretas da colonização. Esse aspecto, conforme nos lembram Rafael Chamboleyron, Vanice Siqueira Melo e Fernanda Bombardi tornam essas duas categorias, aliados e inimigos, não tão claras, na experiência colonial do Estado do Maranhão.¹⁸¹

Fernando Torres-Londoño refere-se às missões como espaços de conflitos e negociações. Destaca em seu texto os conflitos verificados “na prática violenta dos envolvidos, tais como ataques, rebeliões, guerras e ‘pacificações’”. E as negociações “que se traduzem em concessões e acordos pontuais e estratégicos realizados entre índios e conquistadores”.¹⁸²

A própria capacidade das populações indígenas em estabelecer alianças tenciona a relação dual entre “índios inimigos” e “índios aliados”, como os princípios gerais da legislação indigenista, conforme o argumento de Perrone-Moisés. Ora, as múltiplas relações cotidianamente vivenciadas, constituem lógicas distintas, que em grande

¹⁷⁹ PERRONE-MOÍSES, Beatriz. “Índios livre e índios escravos: o princípio da legislação indigenista do período colonial (século XVII a XVIII). In: CUNHA. *História dos índios no Brasil*.

¹⁸⁰ GUZMÁN, Décio. “A colonização nas Amazônias: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII”. *Revista de Estudos Amazônicos*. PPHIST. Belém, Editora: Açai, 2008, p.117.

¹⁸¹ CHAMBOULEYRON, Rafael, MELO, Vanice Siqueira de, e BOMBARDI, Fernanda Aires. “O ‘ESTRONDO DAS ARMAS’: Violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII)”. *Projeto História*, São Paulo, n.39, pp. 115-137, jul/dez. 2009.

¹⁸² TORRES-LONDOÑO, Fernando. “Contatos e missões dos jesuítas com os Jeberos e Cocamas no século XVII, através das formas missionárias” *T(r)ópicos de história. Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém, Editora: Açai, 2010, p.66.

medida, alteram a própria conformação legal.¹⁸³ Conforme destacou José Alves de Souza Junior, a legislação que pautava a política indigenista oscilava entre os interesses de colonos e dos missionários.¹⁸⁴

Segundo ainda Souza Junior, esse caráter “constitui-se no Grão-Pará e Maranhão, em uma estratégia de ação, que objetivava garantir a consolidação da dominação portuguesa na área, sob constante ameaça estrangeira”. Além disso, as dificuldades em mobilizar colonos para Amazônia “tornava imperiosa a necessidade de transformar os índios em colonos, levando-os a assumir a defesa do território”.¹⁸⁵

Os aldeamentos, por essa compreensão, não são espaços isolados, mas eram parte do processo defensivo colonial, e por essa razão faziam parte das intrincadas relações de poder e domínio na capitania. O que conferia a esses sujeitos um papel muito importante de mobilização no sertão. No caso de necessidade de índios aldeados para defesa, eram os missionários que organizavam os mais capazes para a diligência militar. Ou seja, faziam parte de uma conexão que passava pelo militar que informava ao governador da necessidade de índios para defesa e, este, por meio de uma portaria enviada pelo capitão de tropa, ordenava aos missionários que organizassem os indígenas que seguiriam na empreitada.

Uma burocracia, em que é possível perceber uma relação, ainda pouco estudada, entre *militarização* e *aldeamento*. Conforme nos lembra Celestino de Almeida, a política de aldeamentos foi importantíssima para o projeto de colonização, pois, os índios aliados integravam as tropas militares e ainda faziam parte de outras atividades coloniais.¹⁸⁶

¹⁸³ CHAMBOULEYRON, Rafael e BOMBARDI, Fernanda Aires. “Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)”. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46, pp. 601-623, jul/dez 2011. Sobre descimentos ver ainda: BOMBARDI, Fernanda Aires. “Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)”. Dissertação de Mestrado. *Programa de Pós-Graduação em História Social*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

¹⁸⁴ SOUZA JÚNIOR, José Alves de. “Jesuítas, colonos e índios: a disputa pelo controle e exploração do trabalho indígena”. *T(r)ópicos de história. Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém, Editora: Açai, 2010, p.5 8.

¹⁸⁵ *Idem*, p.58.

¹⁸⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*, p.71.

Essa relação é evidente, por exemplo, na seguinte situação, as aldeias dos padres da Companhia de Jesus, dos padres da Piedade e dos padres da Conceição foram citadas em um único documento, em que o secretário do Estado, Marcos Costa expõe as articulações e desafios enfrentados pelo sargento Belquior Mendes de Moraes, em 1733 em uma diligência militar para a qual necessitava de índios para compor sua tropa.¹⁸⁷

Na carta consta que o sargento Belquior Mendes de Moraes saiu em expedição para averiguar as fronteiras entre Portugal e Espanha. Em posse de uma portaria passada pelo governador, foi até as aldeias “dos Boccas, Guaricuru e Arucara” das missões dos padres da Companhia de Jesus para pedir alguns índios. Saindo de lá com vinte quatro índios, em determinada altura da viagem “doze índios dos quais lhe foram dados lhe fugiram logo”. Ficando “tão somente uns índios que se lhe emprestou o capitão-mor da vila de Cameté”.¹⁸⁸

Diante dessa situação, o sargento pediu auxílio das “aldeias Arapijô, Cavianã, Maturu Missões dos Reverendos Padres da Piedade e Pirabiry e Itacuraca dos Reverendos Padres da Companhia, mandado-os procurar na forma do seu regimento e mais ordens estes lhe não mandaram nem um só”. Desta feita, ficando “impossibilitado de prosseguir a dita viagem”.¹⁸⁹

Voltou a Belém, onde o governador lhe passou nova portaria para que os tirasse “de onde quer que os achasse ao que dando princípio logo fora a aldeia do Cayae Mangabeiras dos reverendos Padres da Conceição de onde trouxeram dezessete índios e chegando com eles a esta cidade logo no mesmo dia lhe fugiram nove”. Completando o número “de trinta e tantos índios, estes nesta lhe fugiram todos ficando em um extremo desamparo que nunca experimentou o suplicante” em mais de vinte anos que “tem de curso por estes sertões no serviço de S.M.”.¹⁹⁰

¹⁸⁷ Carta do secretário do Governo do Estado do Maranhão, Marcos da Costa, para o comissário provincial fr. André do Rosário, sobre a obrigação de conduzir índios à cidade de Belém do Pará, com o objetivo de serem integrados nas tropas de guerra. Belém, 18 de setembro de 1733. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 15, D. 1413.

¹⁸⁸ *Idem.*

¹⁸⁹ *Idem.*

¹⁹⁰ *Idem.*

O militar sintetizava o fracasso de sua empreitada, destacando a “fugida dos índios, e principalmente a omissão dos Reverendos padres Missionários”.¹⁹¹ Do mesmo modo, o cabo Amaro Pinto Vieira enfrentava dificuldades em 1729, ao pedir auxílio de sessenta índios das aldeias dos padres da Companhia de Jesus, para o acompanharem à conquista do Xingu.¹⁹² Parece que o papel desempenhado por esses religiosos no sertão era uma das possíveis conexões entre diversos sujeitos que se mobilizam nesse espaço.

A composição de tropas, portanto, é um elemento fundamental para compreender o complexo dessas relações. Ora, no documento acima, o governador tem a responsabilidade de organizar as tropas para diligência da Coroa e, para tanto, fornece ao capitão de tropa um regimento e portaria. O documento era entregue ao capitão responsável por comandar a tropa. Na aldeia, esse documento era apresentado aos missionários, que deviam dispor os índios para compor as tropas. Formava-se, portanto uma rede que passava por diversos espaços e sujeitos.

Espaços demarcados pela carta régia de 1693 que dividiu o território de atuação entre as ordens religiosas ao determinar que “a margem direita do Amazonas fosse jurisdição Jesuíta”. Para “os capuchos dava-se a margem esquerda, indo do Marajó até o rio Urubu”. Os “frades de Santo Antonio ficavam com o atual Amapá e as terras entre os rios Jari e Puru”. No ano seguinte, “as missões do rio Negro foram atribuídas aos mercedários e carmelitas e, em 1698, estes últimos receberam também as missões da região dos Solimões”.¹⁹³

Ao reconstruir-se a rede de mobilização de índios que integrava as tropas militares, verifica-se que a gerência missionária sobre os aldeamentos e os índios tem muito a dizer. A distribuição do território de atuação, portanto, definiu os caminhos de mobilização militar. Os aldeamentos e as fortificações desenharam os caminhos das tropas no sertão que, por um lado, costuravam a rede de mobilização de índios para diligências de defesa, e, por outro, construía um circuito de informações trocadas entre governadores, militares, índios e religiosos sobre a situação da colonização.

¹⁹¹ *Idem.*

¹⁹² Carta do governador ao rei sobre o descobrimento do Xingu. Belém do Pará, 27 de setembro de 1729. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx.11, D. 1033.

¹⁹³ WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 139.

Aliás, para a construção de fortificações como se verificou no capítulo 3, uma das condições citadas pelos engenheiros era a existência de aldeamento próximo. Pois, dependia dessa “vizinhança” o suporte logístico para a expedição de canoas, provimento de alimentos e povoamento. Em razão disso, as fortificações eram responsáveis pela proteção dos aldeamentos. Uma relação de proteção e subsistência que conectava esses dois espaços de expansão lusa na região. A disposição espacial era estrategicamente pensada também em função dessa necessidade.

Além disso, as informações chegavam através desses caminhos nos sertões. Não por acaso, uma das atribuições do capitão de tropa que sai pelo sertão é dar conta da situação dos locais mais distantes da Colônia para o governador. Era uma ocasião em que o governador aproveitava para se informar do que ocorria nos locais mais afastados de sua administração. Em 1723, por exemplo, João da Maia da Gama informava em carta ao rei sobre as notícias da relação dos indígenas da região do Cabo do Norte com os franceses, cuja averiguação fez por meio do interrogatório com os padres que tinham missão nesta região, além dos cabos de tropas que seguiam todos os anos a essa fronteira.¹⁹⁴

Ao que parece, há uma intensa conexão entre esses espaços. Diversos documentos sugerem essa relação entre as aldeias, fortalezas e tropas militares. Fica evidente em 1733, por exemplo, quando o secretário-geral pedia ao governador que mostrasse o regimento no qual os religiosos eram obrigados a enviar índios para compor as tropas. No documento, solicitava às missões de Santo Antonio que conduzissem “a esta cidade os quarenta Índios Cavaleiros que lhe pedir para a Tropa de Guerra, que vai aos Tocantins”, conforme previsto em regimento.¹⁹⁵

Como lembra Celestino de Almeida, “táticas de guerra europeias foram também amplamente apropriadas por esses índios que aprenderam a manejar armas e fazer uso do cavalo, prática que notabilizou os guaicurus como exímios cavaleiros”.¹⁹⁶ Nesse

¹⁹⁴ Carta do governador ao rei sobre embarcações francesas no Cabo do Norte. Belém do Pará, 15 de agosto de 1723. AHU, Avulsos do Pará. Cx. 7, D. 650.

¹⁹⁵ Carta do secretário do Governo do Estado do Maranhão, Marcos da Costa, para o comissário provincial fr. André do Rosário, sobre a obrigação de conduzir índios à cidade de Belém do Pará, com o objetivo de serem integrados nas tropas de guerra. Pará, 18 de setembro de 1733. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 15, D. 1413.

¹⁹⁶ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*, p. 65.

caso, a experiência colonial significou também novas distinções sociais entre os grupos indígenas, a exemplo também para Amazônia dos práticos Jacumaúbas, que dominavam as táticas da navegação e feitura de canoas.¹⁹⁷

Índios cavaleiros parecem mesmo ter ocupado lugar destacado na sociedade colonial. Em 1737, em ordem passada a Veyga Tenório, sargento-mor de Cameté, o governador solicitava que logo que recebesse sua ordem mandasse “juntar todos os índios dessa aldeia, entre eles escolherá V.Mc. 30, em que hão de entrar todos os cavaleiros, e mais dispostos os quais V.M. entregará ao portador desta que é o ajudante (...) João Ferreira de Carvalho”. A ordem que levava o ajudante da tropa deveria ser entregue também ao “reverendo padre missionário e me remeterá uma cópia com o nome dos índios que vêm, e dos mais que ficam na aldeia”.¹⁹⁸

A lista nominal de controle dos índios que iam e que ficavam na aldeia podia ser importante para compreender melhor essas mobilizações. Todavia, não se encontrou nenhuma lista desse tipo, embora fique evidente a importância dos índios aldeados para atividade defensiva do Estado, a julgar pelas diversas denominações das funções ocupadas pelos índios, como guias, pesqueiros, remeiros, intérpretes. Em caso de guerra aparecem flecheiros, cavaleiros e guerreiros. Os índios constituíam a força indispensável e fundamental para uma expedição militar. Nesse processo, as aldeias articulavam e integravam redes de mobilização para defesa na capitania.

Outros casos podem ser elencados, como a portaria passada pelo governador João de Abreu de Castelo Branco, de 1737, em que se ordena aos padres missionários das aldeias do rio das Amazonas e do rio Negro para darem índios ao capitão e cabo da tropa de resgate, Lourenço Belfort, “para remarem as canoas ou para qualquer outro

¹⁹⁷ Sobre o protagonismo dos índios remeiros na Amazônia ver: GUZMÁN, Décio de Alencar e FERREIRA, Elias Abner. “Porque sem eles [...] é não terem asas para voar, nem pés para caminhar...?: os índios remeiros na Amazônia colonial. Um estudo a partir da crônica do Padre João Daniel (1741-1776). In: CHAMBOULEYRON, Rafael e ARENZ, Karl H. (org) *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial*. 1ª ed. Belém: Açai, 2015, v.1, p100-113.

¹⁹⁸ “Ordem a João da Veyga Tenorio sarg.¹⁰ mor de Camutá”. 30 de novembro 1737. *APEP*, códice 25, doc. 18.

intento conducente para utilidade da tropa de Resgate e, além disto, espero lhe deem todo o auxílio e favor de que necessitar, porque assim importa ao serviço de S.M.”.¹⁹⁹

Os missionários, inclusive, participavam, em alguns casos, das tropas, como o caso do frei Bernardino, da “província de Santo Antônio”, que acompanhou em 1728, a tropa de guarda costa por “ser missionário que está nomeado para ir nessa tropa”, “recolher os índios das suas missões que fugiram pelo contágio das bexigas”. Nessa mesma tropa, ia também o principal dos Maraunos de Murtigura a “praticar seus parentes para virem para a mesma aldeia”.²⁰⁰

A relação entre os aldeamentos e as atividades militares era, portanto, bem mais complexa. Envolveva, também, todo o provimento do aparato material e logístico que tornava possível a operacionalização da tropa. No regimento do sargento-mor Francisco de Mello Palheta, capitão da tropa de guarda costa em 1728, novamente “as aldeias que ficam Bocas, Aricuru e Arucara” foram citadas, agora como espaços de provimento para tropa. Nelas, o capitão devia “se prover de algumas farinhas e criações para doentes e do mais que lhe for necessário”.²⁰¹

Outro exemplo é o regimento que levou o capitão-mor Francisco de Almeida em que constava ordem para se prover de farinha nas fazendas, além de cavalos. Ressaltava-se que “quando suceda ser preciso ficarem algumas farinhas, as deixará entregues a Teodósio da Silva, com recomendação de que este as façam transportar de fazenda em fazenda seguimento da tropa, até as porem na casa de João Fernandes Lima com as cautelas necessárias, para evitar quaisquer descaminhos”.²⁰² Conforme pode-se verificar, o provimento material podia também significar outras redes acionadas pelas atividades de defesa.

¹⁹⁹ “Portaria passada pelo governador João de Abreu de Castelo Branco para os padres missionários das aldeias do rio das Amazonas e do rio Negro para darem índios ao capitão e cabo da tropa de resgate Lourenço Belfort, necessários a equipação das canoas na expedição de resgate”. 4 de dezembro de 1737. *APEP*, código 25, doc. 19.

²⁰⁰ “Regimento de guarda costa passada ao cabo da tropa de guerra, quanto foi vigiar as fronteiras entre Portugal e França”. 12 de fevereiro de 1728. *APEP*, código 7, doc. 25.

²⁰¹ Regimento que há de guardar o sargento-mor Fr^{co} de Mello Palheta comandante da tropa de guarda costa. Belém do Grão-Pará, 22 de outubro de 1728. *APEP*, código 7, doc. 5.

²⁰² “Registo do regimento que levou o Capitam mor Francisco de Almeйда 1º cabo da tropa guerra que foi contra o gentio do corso”. Sem data, documento incompleto. *APEP*, código 25, doc. 283.

Conforme se verifica, diversos agentes se movimentavam e articulavam as relações no sertão, tornando esse um espaço dinâmico de contato intenso com outros espaços coloniais. Todavia, essas redes de mobilização eram frequentemente rompidas pelos interesses indígenas. Estes se valeram dessas redes de mobilização para empreender fugas, alimentar conflitos e construir alianças.

Voltando ao caso do tenente Belquior Mendes de Moraes, citado atrás, o fracasso de sua empreitada ao sertão esteve relacionado às constantes fugas dos índios que lhe eram enviados das aldeias. Ora, o sargento relata que por três vezes ficou desamparado pelas frequentes fugas durante a viagem. Essa é uma evidência de que esses índios se valeram dessas ocasiões para retomar a vida no sertão. Portanto, ingressar em uma tropa poderia significar uma possibilidade para abandonar a vida nos aldeamentos, mas, essa é uma questão que vamos tratar no próximo capítulo.

Os aldeamentos, entretanto, são apenas um canal pelo qual os índios chegam à tropa militar. Em alguns casos, a presença indígena em atividades de defesa ocorria pela *negociação direta* com as lideranças. Trata-se da aliança com nações amigas que não estavam necessariamente aldeadas. Perrone-Moisés explica que em geral esses guerreiros amigos eram acionados em caso de guerras, que exigiam um contingente muito grande de índios que nem sempre podiam acudir com os aldeados. Essas alianças estavam previstas desde o Regimento de Tomé de Sousa, de 1548, no qual recomendava-se a manutenção dessas alianças.²⁰³

Nesse caso, há uma rede de mobilização indígena para defesa que se compõe de governadores, principais e militares. Não há aqui necessariamente a gerência dos religiosos. Essas relações são estabelecidas por meio da oferta de vantagens, títulos, mercês e recompensas às lideranças indígenas. É importante destacar que esses índios movimentavam-se e definiam o apoio vinculado a seus interesses e motivações próprias. Essa questão torna fluída a categorização de inimigos e aliados. Todavia, na experiência colonial, alguns grupos foram identificados como aliados, o que permite compreender políticas e tratamentos distintos para determinadas nações.

²⁰³ PERRONE-MOÍSES, Beatriz. “Índios livre e índios escravos: o princípio da legislação indigenista do período colonial (século XVII a XVIII). In: CUNHA. *História dos índios no Brasil*.

Essa é uma questão que será verificada em particular no capítulo 5. Aqui, cumpre indicar momentos em que nações amigas e lideranças negociaram apoio aos portugueses no processo de expansão da fronteira colonial. Para o Estado do Brasil, Maria Regina Celestino de Almeida, ressalta o apoio “inestimável” da nação Tabajara no enfrentamento dos potiguaras e caetés. Relações fortalecidas por meio de laços matrimoniais entre a filha do chefe indígena Cabo Verde e Jerônimo de Albuquerque foram um elemento central para o domínio português em Pernambuco. Assim, também os Potiguaras que negociaram apoio aos lusos na conquista Ceará e Maranhão. Foram também os guerreiros potiguaras que, liderados pelo Principal Zorobabé, atuaram de forma decisiva na Bahia contra os Aimorés entre 1602 e 1604.²⁰⁴

Alírio Cardoso explica que a guerra hispano-holandesa na Amazônia seiscentista contou com o auxílio de nações indígenas e tornou-se oportunidade de ascensão para alguns indivíduos, como o Principal Antonio da Costa Marapirão, da nação Tabajara, pelo apoio militar negociado encontrou grandes favores.²⁰⁵ Na interpretação de Almir Diniz de Carvalho Junior “os líderes indígenas aliados dos portugueses foram líderes militares”, e dependia desses aliados a própria colonização.²⁰⁶

A percepção dos indígenas sobre a sua inegável importância para as tropas foi o que levou no sertão do Maranhão os Aranhí a negociarem o seu apoio ao capitão Alves de Carvalho na realização de entrada nos sertões. Consta no documento que o capitão já havia realizado entrada no sertão com a autorização do governador. Porém, não havia prestado conta à Fazenda real da diligência, razão pela qual ficou sem autorização para realizar novas idas ao sertão. Não conformado, emprestou o municionamento “pelo interesse oculto [que tinha] na dita entrada” e negociou com os Aranhí o apoio. Estes acertaram que receberiam panos em troca do apoio. Todavia, o capitão “fez pensando a

²⁰⁴ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*.

²⁰⁵ CARDOSO, Alírio. “Canoa e arcabuz: a guerra hispano-holandesa na Amazônia (1621-1644)”. In: CARDOSO, Alírio, BASTOS, Carlos Augusto e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX)*. 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2015.

²⁰⁶ CARVALHO JUNIOR, Amir Diniz. “Guerreiros indígenas e líderes militares na Amazônia portuguesa, séculos XVII e XVIII”. In: CARDOSO, Alírio, BASTOS, Carlos Augusto e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX)*, p.57.

venderem-se nesta cidade enganando o gentio” fazendo-os escravos obrigados a “trabalhar em sítios que descobriram”. Esse fato foi o suficiente para aliança ser quebrada. O povo Aranhi “descobrimo o engano se levantou, dizem que matando alguma gente”.²⁰⁷

Nesse caso, as alianças e as negociações foram empreendidas entre os militares e os grupos indígenas. Conforme podemos verificar, não passava pela gerência de religiosos e nem do governador, como os casos analisados anteriormente. Isso sugere que as relações que se constituíram no sertão não obedeciam a uma lógica única, mas, elas se elaboravam a partir dos interesses envolvidos entre os sujeitos que andavam pelos sertões. Outro elemento importante dessa aliança, é que os Aranhi conheciam as formas de negociação e pagamento do trabalho indígena na sociedade colonial.

De acordo com a Provisão de 1656, o pagamento pelo serviço dos índios seria efetivado parte em pano e outra em ferramentas. Essa provisão alterava o capítulo 48 do regimento passado André Vidal de Negreiro, no qual constava que se devia pagar antecipado duas varas de pano pelo trabalho mensal dos índios. Todavia, em razão da “impossibilidade por falta de panos, sobretudo no Pará, se entende ser melhor pagar em parte em ferramenta em parte em pano”.²⁰⁸ Ao que parece os Aranhi negociaram o produto mais valioso naquele momento.

Devemos destacar também a importância da aliança com os principais para o processo de pacificação e mediação de conflitos com grupos indígenas hostis à colonização. Rafael Chamboleyron explica o papel desempenhado pelo principal Araió João Mogu de Deus, que chegou a receber sesmaria, além de patente de mestre de campo da aldeia dos Araió, em 1728, em razão dos serviços prestados a Coroa. Em 1737, por ordem do rei, atuaria de forma decisiva na pacificação dos Aranhi.²⁰⁹

²⁰⁷ “Carta do ouvidor-geral do Maranhão, José de Sousa Monteiro, ao rei D. João V, sobre os conflitos com os índios timbiras e aranhis e o procedimento do provedor da Fazenda Real do Maranhão, João Ferreira Diniz de Vasconcelos, na questão das munições; referências à suspensão do procurador da Fazenda Real, André Pereira Corsino, do cargo que ocupava”. 8 de agosto de 1736. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 22, doc. 2304.

²⁰⁸ Provisão passada ao governador Andre Vidal de Negreiros. Lisboa 12 de julho de 1656. Códice 1275- Cartas regias para Pará e Maranhão, fls. 9 e 10.

²⁰⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael. “Sesmarias dadas a índios no Pará e no Maranhão (século XVIII)”. *Revista Ultramares*, nº 5, Vol.1, jan-jul/2014, pp. 137-148.

No Pará, em diversos momentos da expansão lusa na região, a presença indígena foi negociada com nações amigas. Na guerra contra os Aruã do Marajó, que atuavam em comércio com os franceses de Caiena, os índios da aldeia de Maracanã e as nações Aroaquizes e Tupinambá foram o auxílio imprescindível ao avanço da tropa lusa entre os anos de 1720-1722. De acordo com Rafael Ale Rocha, a nação Sacaca também atuou ao lado dos portugueses contra os Aruã, motivados por rivalidades construídas anteriormente.²¹⁰

Em 1727, o militar Francisco de [Potflis] explicava que para o descobrimento das minas de ouro do Tocantins era necessário o apoio de 100 índios. Para o que apontava a nação Tupinambá, e os índios da aldeia de Maracanã como importantes para a empreitada. Além dessas nações, a empreitada contou com o apoio do principal José Aranha da nação Aroaquina Nhungatê da aldeia dos Tocantins. Recomendava ainda que o principal deveria ir “com algum título ou posto de governador de sua gente, pois assim se animará de melhor vontade praticar e fazer pazes com os gentios”. Sem esse auxílio, resumia o militar “senão poderá conseguir como a experiência tem mostrado”.²¹¹

Em 1728, Alexandre de Souza Freire, por exemplo, relatava ao rei sobre as forças disponíveis na capitania do Pará para a tropa de guerra do Rio Negro. De acordo com o governador, a ofensiva contra os índios Mayapena e Manao contava com 60 soldados pagos e 600 índios de guerra. Ou seja, a defesa e o avanço da fronteira colonial dependia da mobilização de soldados e índios. É importante lembrar também que os índios da aldeia de Maracanã que atuaram na tropa de guerra do Tocantins em 1730.

Identificou-se ainda indígenas de outras capitanias que atuaram em demandas de defesa no Estado do Maranhão. Trata-se de uma rede vinculada à cooperação entre capitanias. Nesse caso, os agentes são a Coroa, os governadores, capitães e índios. Para combate na guerra contra os índios do Corso, na capitania do Piauí, Antônio da Cunha Souto Maior pedia ao rei em 1712, que ordenasse ao capitão-mor do Ceará lhe

²¹⁰ ROCHA, Rafael Ale. “Alianças entre os índios e os portugueses na Amazônia colonial”. *História: Debates e Tendências* – v. 8, n. 2, jul./dez. 2008, p. 378-387, publ. no 2o sem. 2009.

²¹¹ Requerimento de Francisco de Potflis para o Rei solicitando autorização para fazer descobrimento de minas de ouro e o envio de índios e soldados. 12 de fevereiro de 1727. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 10; D. 886.

mandasse com “maior brevidade possível a nação dos Ariricos como também da Serra da Ibiapaba a dos Anacês por serem uns e outros de grande préstimo para aquela conquista”. O militar alegava que com esse socorro poderia fazer frente a dita guerra.²¹²

Somente em 1716, se tem notícia pela carta do governador em que relata a vinda de nações indígenas do Ceará, Bahia e Serra de Ibiapaba em auxílio às tropas militares portuguesas em conflitos com o “gentio do corso”.²¹³ Em 1727, novamente há referência de auxílio militar agora vindo de Pernambuco.²¹⁴

A participação dos grupos indígenas nas tropas militares da Amazônia conformou uma militarização distinta da que ocorreu no Brasil. Ora, como vimos, aqui não houve de forma efetiva corpos de auxiliares, como existiam em Pernambuco e São Paulo, por exemplo. Essa configuração de tropa só se estabelece a partir de 1750, quando se organiza de forma mais efetiva a militarização da capitania. Os corpos de auxiliares funcionam como o próprio nome indica em auxílio à tropa de linha. Em caso de grande perturbação pública, como guerras, esses sujeitos que não recebiam soldo, mas, tinham treinamento militar, eram acionados para acudir à tropa regular (paga) que tinha a vida militar por excelência e recebiam soldo. Ao que parece, na Amazônia, esse papel era desempenhado por grupos indígenas.

Assim, na ocasião da guerra do rio Negro, o governador Alexandre de Souza Freire aciona como socorro duas possibilidades: efetivos de soldados pagos e índios guerreiros. Isso sugere que ele não dispunha de uma força intermediária com que pudesse contar, o que explica sua preocupação com a defesa da capitania naquele momento.

Essa especificação está associada também à capacidade indígena. O enfrentamento contra grupos indígenas hostis só era possível com outros indígenas, que conheciam a guerra da floresta. Essa característica, explica em grande medida, a carta régia de 1712 enviada ao capitão-mor do Ceará, pedindo que enviasse à capitania de São Luís “sem

²¹² Carta do governador Cristovão da Costa Freire sobre o pedido de Antônio da Cunha Souto Maior sobre envio de índios guerreiros. Belém do Pará, 15 de março de 1712. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6; D. 482.

²¹³ Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 11 de junho de 1716. *AHU*, Cx. 6, D. 540.

²¹⁴ Carta do governador ao rei. Belém do Pará. 27 de setembro de 1727. *AHU*, Cx. 10, D. 936.

demora, 400 índios de guerra” e “alguns soldados” para combater na ocasião da guerra do Corso.²¹⁵

Outro exemplo da necessidade do conhecimento de guerra indígena pode ser observado na ocasião dos conflitos decorrentes da guerra ao “gentio do Barbado”. Em carta de 1716, o sargento-mor da tropa João Nogueira de Souza explicava ao governador algumas medidas que teve que tomar na ocasião da guerra. Consta no documento que João Nogueira havia antecipado o ataque aos Barbados devido ao inverno já estar se aproximando, e ele ter sido alertado pelos aliados indígenas, que essas condições dificultariam a guerra. Além disso, constava também que o sargento-mor consultava aos seus aliados sobre as possibilidades ou não de vencer a batalha, visto os “inimigos” serem muito numerosos.²¹⁶

Isso sugere que o desconhecimento dos oficiais das tropas portuguesas sobre as potencialidades guerreiras das nações indígenas requeria auxílio do conhecimento dos nativos seus aliados. Ora, eles conheciam estes espaços, dominavam os caminhos e as possibilidades de navegação. Por essa razão a participação indígena nas tropas militares era imprescindível, mas mais que isso qualificava a atuação e as operações de guerra ou fronteira.

Esses casos evidenciam que os grupos indígenas, embora inseridos em uma lógica de mobilização para defesa, também imprimiram suas interpretações dessa mobilidade. Seja pela fuga, conflitos, ataques ou alianças desenharam suas próprias redes de mobilidade, que conformaram, em grande medida, as relações no sertão. Por outro lado, essas não foram apenas as únicas vias pelas quais a Coroa portuguesa operacionalizou suas tropas militares. O que verificamos até aqui foi a relação com o sertão, o que representa apenas um aspecto da sistemática mobilização de gente para integrar a defesa da capitania. Conforme destacamos no início deste capítulo, o problema defensivo foi articulado pela Coroa como uma “solução” em muitas partes da conquista. Por essa

²¹⁵ “Sobre o socorro de 400 índios de guerra que se mandam enviar logo do Ceará para se castigarem os índios do Corso por haverem morto o seu cabo Manoel do Valle e aos seus soldados”. Lisboa 19 de dezembro de 1712. *AHU*, cartas régias para o Maranhão e Pará, códice 269, f. 4v.

²¹⁶ *AHU*, Avulsos do Pará. Belém do Pará, 11 de junho de 1716. Cx. 6, D. 519.

razão, devemos compreender também a presença de outras redes que confluem para a composição de tropas na Amazônia colonial.²¹⁷

2. Redes de mobilização de soldados para defesa do Pará

Para os não índios, a ação do recrutamento estava pautada nas prerrogativas dos regimentos militares. Para a primeira metade do século XVIII, os principais documentos que norteiam a ação são os regimentos dos governadores, o regimento de fronteiras de 1624. Para a segunda metade desse século, está norteado pelas disposições presentes no Alvará de 1764. Todavia, as exíguas tropas militares com que contavam os governadores na conquista tornaram o recrutamento uma ação indiscriminada, em muitos casos determinada mais pelas necessidades locais de defesa, do que pela adequação a normativas legais.

Um dos primeiros canais de entrada de militares nas conquistas constituía-se das levadas de soldados que do reino eram destacados a acompanhar os governadores. Eram, em geral, números muito reduzidos e insignificantes se comparados aos desafios exigidos pela colonização. Em 1729, Alexandre de Sousa Freire reclamava que dos 200 soldados que havia mais de onze anos o rei concedia para servir no Estado do Maranhão, só haviam vindo 60 que ele trouxera em sua companhia. Dos quais já havia “fugido a maior parte”.²¹⁸

Durante toda primeira metade do século XVIII, nunca foi destacado para o Estado uma companhia regular completa que, pelo regimento, constituía-se 250 soldados. Não foi por falta de pedidos, pois muitos governadores solicitaram envio de reforços militares do reino, como vimos no capítulo 2, mas, as respostas sempre esbarraram na

²¹⁷ A coleta de fonte tem apontado para uma possível diferença entre espaços do sertão do Pará e Maranhão vinculado à gerência missionária. Talvez em espaço onde a interferência missionária é menor, a negociação direta com os grupos indígenas seja mais significativa. Todavia, ainda é cedo para conformar essas diferenças. Para compreender melhor estas questões estou elaborando um banco de dados com as nações indígenas vinculadas aos aldeamentos. A intenção é mapear os grupos indígenas sobre gerência missionária e aqueles que fogem a essa regra e mantem relações diretas com os portugueses, por meio das alianças. E, quando possível, vincular essas informações a sua espacialidade.

²¹⁸ Carta do governador Alexandre de Sousa Freire para o rei. Belém, 3 de outubro de 1729. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 11, doc. 1043.

impossibilidade da Coroa de atender aos pedidos. Alexandre de Souza Freire, por exemplo, na ocasião da Guerra do Rio Negro contra os Manaó, solicitava o envio de mil soldados, para serem distribuídos igualmente entre as capitânicas do Pará e Maranhão. A resposta ao seu pedido foi passada em carta de 31 de maio de 1729. Além de declarar a impossibilidade de atender ao pedido, sugeria-se a intensificação do recrutamento interno e compulsório.²¹⁹

Tem-se notícia, em 1734, através de uma carta do governador José da Serra à Coroa, a chegada à capitania do Pará de um destacamento de 30 soldados que pertenciam “aos regimentos de Portugal”.²²⁰ Um número muito inferior ao desejado pelos governadores. É importante lembrar, como já mencionamos, que José da Serra propunha uma reformulação das companhias militares do Pará através do envio de companhias completas, desde oficiais a soldados, que, segundo ele, seria o princípio de reforma direcionada à profissionalização das forças na capitania, o que nunca ocorreu durante toda primeira metade do século XVIII.

Dos soldados que de fato vieram, se tem notícia de Sebastião Gaspar. Em 1748, pedia dispensa do serviço militar para retornar ao reino onde tinha mulher e filhos. “Morador da corte”, veio ao Pará 12 anos antes. Nesse tempo, foi “soldado na fortaleza do Gurupá”, passando depois para a do Pauxis, “servindo em uma e em outra há onze anos sem ser possível alcançar liberdade para ir tratar sua casa e família”.²²¹ Para postos do oficialato, verificava-se preferência por reinóis, como veremos adiante.

Diante da impossibilidade de envio de efetivos do reino, o mecanismo foi a utilização do recrutamento interno e compulsório sobre os moradores. Essa ação, entretanto, era atribuição dos governadores prevista em regimento. Para o Estado do Maranhão e Pará, o *Regimento dos Senhores Generais do Pará*, de 14 de abril de 1655, determinava que estes deveriam se informar “do estado em que estão todas as coisas da guerra”, desde a quantidade de gente integradas nas tropas até sobre “armas, artilharia,

²¹⁹ “Carta do rei dom João ao governador e capitão general do estado do Maranhão Alexandre de Souza Freire para que o mesmo faça recrutamento de soldados dentro das capitânicas doadoas pelo rei ressalta a necessidade de mais soldados nas Capitânicas do Grão-Pará”. 31 de maio de 1729. *Annaes do Archivo e Bibliotheca Pública do Pará*, tomo IV (1905), doc. 285, pp. 41-43.

²²⁰ Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 12 de agosto de 1734. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 16, doc. 1533

²²¹ Requerimento de Sebastião Gaspar para o rei. 1748, *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 30, D. 2886.

pólvora, e munições há em toda a conquista”. Indicava também que recrutamento deveria ser feito em “em todas as cidades, vilas e Lugares que estiverem fundados nesse estado”. Essa incorporação previa o armamento da população; nesse sentido, o governador deveria fazer com que “os moradores tenham suas armas, arcabuzes, e mosquetes, e outras munições e lanças”.²²²

Por essa razão, uma das primeiras atribuições dos governadores era dar conta à Coroa da situação militar das capitanias que, não raro, era relatada por meio de um discurso que ressaltava as péssimas condições defensivas dessas partes, como verificou-se no capítulo 2. Essas atribuições colocavam nas mãos dos governadores um mecanismo muito importante de mobilização, coerção e controle social – o *recrutamento*. Conforme destacou Kalina Silva, foi exatamente essa “frouxidão” no que diz respeito à forma de recrutar, que conferiu a essa ação um caráter arbitrário. O alargamento da possibilidade de recrutar dificulta dessa forma a construção de qualquer padrão de recrutado. Além disso, é o governador que decide quando, como e sobre quem devia ser efetivado.

Foi através da obrigação compulsória e violenta que integraram as companhias pagas do Pará, por exemplo, os moradores de Vigia, Manoel de Noronha filho único de Teodósio Noronha, o qual, em 1713, se declarava “ser muito velho pobre e falto de servos” e requeria baixa de soldado do filho para lhe servir de amparo na velhice.²²³ Foi também o caso de Estácio Rodrigues, filho de Tomé Rodrigues, lavradores que possuíam roças de farinhas, algodões e legumes. A colheita, conforme consta no requerimento, estava comprometida, pois Estácio era filho único e a falta de assistência deste prejudicava a produção familiar.²²⁴ Mariana Tolosa de Faria também teve as lavouras prejudicadas com o recrutamento do neto Severino Tolosa Raposo. Aos 80

²²² “Regimento dos Senhores Gerais do Pará” de 14 de abril de 1655. *APEP*, Códice 1; D.1.

²²³ Requerimento de Teodósio de Noronha, para o rei. Pará 31 de julho de 1713. Anexo: auto. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 496.

²²⁴ Requerimento de Tomé Rodrigues, para o rei. 9 de julho de 1724. Anexo: requerimento, auto e certidão. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 701.

anos, a moradora de Vigia alegava desamparo, por não ter ninguém para cuidar da lavoura desde o recrutamento do neto.²²⁵

No caso de Vigia, há algo em particular que merece ser mencionado. Em 9 de setembro de 1727, os oficiais da câmara manifestaram insatisfação dos moradores às frequentes ações de recrutamento dos governadores sobre seus filhos. Requeriam que fossem resguardados os “privilégios” que alegavam ter recebido do rei D. João V, que isentava seus filhos do serviço militar.²²⁶ Essa foi a justificativa indignada de Mariana Tolosa, que denunciava a irregularidade no recrutamento do neto Severino, valendo-se desse argumento. As razões foram explicadas no requerimento da moradora, que afirmava que o privilegio decorria da localização da vila que por se situar na barra da costa, era de interesse da defesa “não a despovoar de habitantes”.²²⁷

Sobre a mesma questão, em carta de 1743, o governador João de Abreu de Castelo Branco declarava infundada a alegação dos moradores de Vigia, e, portanto, não concordava com os argumentos da viúva Mariana Tolosa. Segundo ele, “se a razão de estarem estes moradores situados na costa do mar for o bastante para os eximir de serem soldados”, neste caso “nenhum morador que há desde a capitania do Pará até a ilha do Maranhão, deixará de ter a mesma razão para gozar deste privilégio”, visto que “todos estão igualmente situados na costa do mar”.²²⁸

Fica claro então que a questão de se encontrar homens para defesa deveria ser equacionada por meio de diferentes vetores de atuação. O recrutamento interno sobre não índios também se intensificou para atender às demandas defensivas da capitania. Podemos observar várias ordens para obrigar o ingresso no serviço das armas. Em 1739, o capitão da Fortaleza do Rio Negro, João Pereira de Araújo, recebeu uma ordem do

²²⁵ Requerimento de Mariana Tolosa está em anexo da carta do governador João de Abreu Castelo Branco, para o rei. Pará, 9 de novembro de 1743. Anexo: requerimento. *AHU*, Avulso do Pará, Cx. 26, D. 2449.

²²⁶ Carta regia anexo da Carta dos oficiais da câmara de Vigia ao Rei. Belém 9 de setembro de 1727. *AHU*, Cx. 10, D.920.

²²⁷ Requerimento de Mariana Tolosa está em anexo da carta do governador João de Abreu Castelo Branco, para o rei. Pará, 9 de novembro de 1743. Anexo: requerimento. *AHU*, Avulso do Pará, Cx. 26, D. 2449.

²²⁸ Carta do governador João de Abreu Castelo Branco, para o rei. Pará, 9 de novembro de 1743. *AHU*, Avulso do Pará, Cx. 26, D. 2449.

governador da capitania para fazer recrutas e mandar prender todos os que estivessem sem licença do governo na região da fortaleza do Gurupá, os quais “distribuirá [pelas] [fortalezas] aonde achar serem precisos”.²²⁹

Um caso exemplar desse tipo de mobilização foi de Manoel Arnault, natural do Maranhão, onde vivia na “companhia de suas irmãs órfãs de pai” e por causa “de sua muita pobreza” resolveu, com licença do governador Cristóvão da Costa Freire, ir à capitania do Pará conseguir “algum remédio com que pode se manter e sustentar as ditas suas irmãs”. Ao estar “nesta diligência lhe mandaram sentar praça de soldado o governador Bernardo Pereira de Berredo” e por conta disso “ficaram as ditas suas irmãs em um desamparo” esperando pelo suplicante “por não terem outro irmão que lhes assista a respeito de terem outros dois irmãos com praça de soldados”.²³⁰

Houve sem dúvida uma mobilização também interna que inclusive tem implicação direta na configuração familiar.²³¹ Por outro lado, existem outras conexões que devem ser destacadas. Pernambuco, por exemplo, aparece como uma capitania da qual foram destacados diversos soldados para o Pará, sobretudo no governo de Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre (1669-1703). Essa relação aparece em diversos documentos em que soldados vindos dessa capitania pediam suas baixas de militar para poder voltar ao convívio da família, durante a primeira metade do século XVIII.

Da leva de soldados recrutados em Pernambuco, se tem notícias de Manoel Rodrigues Pires e Domingos Correia, ambos servindo como soldados na guarnição do Pará. O primeiro servia havia mais de onze anos, quando pediu baixa para poder retornar para casa.²³² O segundo com um tempo de serviço de mais de treze anos, pediu

²²⁹ “Ordem passada ao capitão da Fortaleza do Rio Negro João Pereira de Araújo, para que se faça recruta de soldados”. 29 de novembro de 1739. *APEP*, código 25, doc. 250.

²³⁰ “Requerimento de Manoel Arnaut ao Rei. 6 de agosto de 1720. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 12, doc. 1274.

²³¹ Pesquisas sobre os pedidos de baixa apresentados por soldados e familiares na capitania do Pará na entre 1713 e 1748 foram sistematizados 63 casos dos quais a maioria alegava motivos familiares para sair do serviço militar. Doenças, desamparo da família, implicação nas lavouras, incapacidade por estar aleijado, sustento de irmãs órfãs, sustento de mães e pais idosos. Ver: VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia Colonial*. Sobretudo capítulo III.

²³² Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa 29 de novembro de 1714. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 509.

dispensa militar para poder exercer a função de serralheiro.²³³ Foi possível identificar que eles pertenciam à mesma leva de recrutados por mencionarem, em seus pedidos de baixa, o recrutamento violento e compulsório realizado na época que governava a Capitania de Pernambuco Fernando Mascarenhas, da qual foram enviados para servir na capitania do Pará. Há notícia em uma consulta de 1714, onde consta que de Pernambuco, muitas “pessoas que foram obrigadas e presas para ir servir” no Maranhão.²³⁴

O caráter coercitivo do recrutamento de gente para as tropas é evidente. As tropas do Pará também eram o destino de condenados. Trata-se de uma rede vinculada à estratégia de transformação do degredo em sistema de preenchimento de soldados nas tropas coloniais. Aqui não é intenção discutir o degredo e sua utilização enquanto mecanismo de povoamento e defesa nas conquistas. Esse aspecto já foi trabalhado pela historiografia.

Identificar o degredo como vetor de mobilização e integração de sujeitos nas tropas já foi sinalizado, por exemplo, pelos estudos de Timothy Coates ao relacionar o degredo à constituição coercitiva da colonização, destacando que “soldados e degredados, cadeia e serviço militar, podiam ser – e eram-no frequentemente – termos intermutáveis no período moderno emergente em Portugal”.²³⁵ Ou no trabalho de Geraldo Pierone, ao encontrar nas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas esse tipo de punição, destacando os primeiros degredos destinados ao Brasil e São Tomé no reinado do Rei Dom João III.²³⁶

Elisa Maria Lopes da Costa também ressalta que além de ser um mecanismo para aumentar as fileiras militares, o degredo regulava o comportamento dos sujeitos

²³³ Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa, 11 de maio de 1715. Anexo: bilhete. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 511.

²³⁴ Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa 29 de novembro de 1714. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 509.

²³⁵ COATES, Timothy. *Degredados e órfãs: Colonização dirigida pela Coroa no Império Português, 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 117.

²³⁶ PIERONE, Geraldo. “No purgatório mas o olhar para o Paraíso: o degredo inquisitorial para o Brasil-colônia”. *Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UNB*. Vol. 6, n. 1 e 2, 1998. p. 117.

arrolados nesse processo.²³⁷ Aqueles que Janaina Amado chamaria de “viajantes involuntários”, ressaltando que a Amazônia foi o destino de significativo número de degredados, até pelo menos 1822. Amado verifica que a incorporação em tropas militares foi o principal destino de jovens banidos do seu local de origem.

Nessa mesma direção apontam as contribuições de Emanuel Araújo sinalizando para a presença significativa de degredados na população da capitania de Salvador. Elemento que para ele, inclusive, contribuiu no século XVI, para associação da “imagem da colônia brasileira a lugar de degredados”.²³⁸ E, também, os estudos de Emília Viotti da Costa, ao analisar os crimes punidos com o degredo em Portugal da época moderna, relacionando a ressignificação dessa punição ao interesse da efetivação do projeto colonial.²³⁹ Como bem destacou Paulo Possamai, o degredo era também “uma forma de garantir o incremento da população branca nas colônias, ao mesmo tempo em que tentava libertar-se de elementos indesejáveis da metrópole, que por sua vez poderiam ser úteis na defesa dos domínios ultramarinos”.²⁴⁰

Portanto, o degredo na época moderna constitui um vetor importante de mobilização a serviço da colonização. Uma prática de banimento que já fazia parte da história de Portugal, mas que se ressignificou com as conquistas, funcionando como mecanismo de povoamento e composição de tropas. Na colônia, esses sujeitos podiam desempenhar atividades, para o que recebiam pagamentos. Todavia, “teoricamente todos, ou quase todos degredados mandados para uma das colônias, iam para o ultramar para servirem na qualidade de soldados”.²⁴¹

²³⁷ COSTA, Elisa Maria Lopes da. “O povo cigano e o degredo: contributo povoador para o Brasil colônia”. *Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UNB*. Vol. 6, n. 1 e 2, 1998, p. 38 e 43.

²³⁸ ARAÚJO, Emanuel. “Vida nova à força: degredado em Salvador no século XVI”. *Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UNB*. Vol. 6, n. 1 e 2, 1998, p. 60.

²³⁹ COSTA, Emília Viotti. “Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados” *Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UNB*. Vol. 6, n. 1 e 2, 1998, p. 85.

²⁴⁰ POSSAMAI, Paulo. “Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis: os soldados da Colônia do Sacramento”. *Revista Brasileira de História Militar*, nº 2, agosto de 2010, p. s/n.

²⁴¹ COATES, Timothy. *Degredados e órfãos: Colonização dirigida pela Coroa no Império Português, 1550-1755*. pp.68, 75 e 150.

Podemos citar alguns casos presentes na documentação que mencionam a presença de degredados no Pará. Em carta de 20 de junho de 1749, o governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão denunciava ao rei que haviam embarcado na galera Nossa Senhora da Guia Santo Antonio e Almas, que partira do Pará levando gêneros para o reino, três Castelhanos e “dois degredados dos que vieram ano passado, e se lhe havia assentado praça nesta guarnição”.²⁴²

Vinculado ao degredo, o mecanismo de comutação, ou seja, a mudança no destino do cumprimento da pena do condenado também foi bastante utilizada. O destino do condenado podia ser alterado obedecendo às necessidades da colonização, geralmente a pedido do governador das capitanias, conforme destacou Janaina Amado.²⁴³ Maranhão e Pará se inserem numa política muito maior e sistematizada de mobilização de pessoas.

O recrutamento também assumiu nas conquistas o caráter de controle de “desocupados” e indisciplinados. No Pará, um bando de 3 de dezembro de 1748 esclarece algumas atribuições do capitão-mor, dentre elas, mandar “assentar praça de soldados a quaisquer vadios, ou vagabundos, que perturbarem esta cidade ou suas vizinhanças”.²⁴⁴

Política também assumida no Estado do Brasil, conforme observou Paulo Possamai, para o sul do Brasil, sobre as ordens dos governadores em alistar os vadios nas tropas.²⁴⁵ Kalina Silva escreve que a integração de vadios, mendigos e criminosos nas tropas era fundamental para a Coroa, na medida em que, assim, se resolviam duas questões uma “social e uma administrativa: o excesso de vagabundos nas vilas e a falta de soldados nas tropas”.²⁴⁶ Situação confirmada por Laura de Mello e Souza, ao tratar sobre a

²⁴² Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, para o rei. Pará 20 de junho de 1749. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 31, D. 2920.

²⁴³ CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. p. 46. Ver também as páginas 45 e 47 outros exemplos de determinações para comutação de pena de degredo para o Maranhão são citadas.

²⁴⁴ [Bando passado ao Capitão mor da capitania de São Luís em 23 de dezembro de 1748, para que o mesmo faça recrutamento de quaisquer vadios ou vagabundos que perturbam a cidade e as vizinhanças]. *APEP*, código: 25. doc. s/n.

²⁴⁵ POSSAMAI, Paulo Cesar. “O recrutamento militar na América portuguesa: O esforço conjunto para a defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737)”, p 155.

²⁴⁶ SILVA, Kalina. “Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos”, p. 80

“absorção de mendigos e vagabundos da metrópole, muitas vezes recrutados à força para fazerem serviço militar nas possessões do além-mar”.²⁴⁷

Nas tropas do Pará, também havia gente proveniente da Ilha da Madeira e Açores. Um número considerável de soldados vindos da Ilha da Madeira, desde finais do século XVII, foram contabilizados por Rafael Chambouleyron.²⁴⁸ Essa parece ter sido uma política que permaneceu para a primeira metade do século XVIII. Em 1712, o governador pedia do reino 400 soldados “infalivelmente”.²⁴⁹ O parecer dos conselheiros ao rei indicava, após verificar os meios para acudir o Pará, que os quatrocentos soldados que pedia o governador poderiam sair dos casais da Ilha do Pico, nos Açores.²⁵⁰

De fato, se tem notícias de gente desses espaços servindo no Pará. No ano de 1726, por exemplo, há informação de Manoel Tomaz e Antônio de Andrade, ambos soldados na capitania do Pará e naturais da Ilha da Madeira. O primeiro já servia havia “18 anos, três meses e 28 dias” e “a respeito da dita ocupação não pode valer a duas irmãs órfãs que tem na dita Ilha da Madeira, as quais estão vivendo na companhia de sua mãe, todas muito pobres”.²⁵¹

O segundo por sua vez, já servia havia mais de 17 anos era casado e muito pobre “com muitos filhos e três filhas” “sem ter outra coisa para os sustentar”.²⁵² É também o caso de Agostinho da Silva natural da ilha da Madeira. Servia como soldado havia 25

²⁴⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição, 1986, p. 57.

²⁴⁸ CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açai/ Programa de Pós-graduação em História Social (UFPA) / Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010, p.56 e 57.

²⁴⁹ Sobre o socorro de 400 índios de guerra que se mandam enviar logo do Ceará para se castigarem os índios do Corso por haverem morto o seu cabo Manoel do Valle e aos seus soldados”. Lisboa 19 de dezembro de 1712. *AHU*, cartas régias para o Maranhão e Pará, códice 269, f. 4v.

²⁵⁰ “S.^e o q. escreve o gov.^{or} e capp.^m gn.¹ do Estado do Maranhão aserca dos poucos soldados q. tem a cid.^e de Sam Luis do Maranhão e cidade do Grão Pará para guarnecerem as fortalezas e prezidios dellas”. Lisboa, 2 de dezembro de 1722. *AHU*, Consultas do Maranhão e Pará, códice 209 (1722-1758) ff. 5v-6v.

²⁵¹ Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 9, D. 821.

²⁵² Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 10, D. 877.

anos na capitania do Pará. Na ocasião da mostra de infantaria em 1728, fazia parte da relação dos soldados da companhia paga do Capitão Manuel Morais de Bitencourt.²⁵³

É importante ressaltar que para os problemas internos de defesa da capitania do Pará foi pensada uma solução que existia em muitas outras partes do império. Portanto, não é possível tratar de defesa sem compreender as múltiplas redes que mobilizavam gente para as tropas. Isso é possível através de uma comunicação produzida por uma burocracia que canalizava nos conselhos e instituições as questões de defesa. Todavia, a informação não se fazia só escrita, mas também por via da comunicação oral entre sujeitos que transitavam nesses espaços. No sertão, por exemplo, índios, militares e religiosos eram os que informavam sobre o estado das fortificações, missões, conflitos, comércios e caminhos.

As tropas no Pará se constituíam de “toda a sorte de gente”, para usar a expressão de dois militares do século XVII. Eram agricultores, lavradores, casados, filhos únicos, oficiais mecânicos, vadios, vagabundos, degredados e índios de diversas etnias. Gente proveniente do Pará, Maranhão, Pernambuco, Ceará, Rio Grande, Lisboa, Angola, Ilha da Madeira, Açores e diversos espaços do sertão.

O perfil dos não índios recrutados como soldados fez entrar nas tropas pagas gente sem nenhum conhecimento militar. Eram colonos agricultores desejosos de voltar para casa, insatisfeitos com os baixos e insuficientes soldos. Uma soldadesca doente devido às péssimas condições do serviço militar. Era a situação do soldado Miguel Rodrigues Caiena, morador de Belém, em 1715, com 50 anos de idade, casado com filhos e muito doente.²⁵⁴ Luís Miranda de Figueiredo, soldado havia mais de 9 anos, alegava dores em uma das pernas.²⁵⁵ Francisco dos Santos Pestana, que, em 1727, com mais de 30 anos de serviço, encontrava-se também muito doente.²⁵⁶

²⁵³ Requerimento cabo de esquadra Agostinho da Silva. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 730; Carta do governador Alexandre de Sousa Freire, para o rei. Belém, 14 de setembro de 1728. Anexo: listas e mapa. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974.

²⁵⁴ Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa, 2 de Março de 1715. Anexo: carta, requerimento e bilhete. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 510.

²⁵⁵ Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 8, D. 671. Ver ainda: Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 6, D. 510.

²⁵⁶ Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 10, D. 894.

Em 1726, tem-se notícia de João Alves que, além de estar doente, faltava “um dedo na mão esquerda, de que procede fazer pouca firmeza na arma”.²⁵⁷ Domingos Furtado de Mendonça, em 1724, com mais de 20 anos de serviço, encontrava-se “velho e incapacitado”.²⁵⁸ Em 1743, o soldado Martinho Gomes dos Santos declarava estar cego do olho direito, e, portanto, incapaz para o serviço.²⁵⁹

Em 30 de setembro de 1727, o provedor da capitania observava que na infantaria havia “muitos soldados incapazes, que pouco ou nenhum serviço fazem a V.M. servirem há trinta, quarenta, cinquenta e mais anos, e que eles eram uns homens pobres”.²⁶⁰ Verificando a mostra de gente de guerra desse ano encontra-se o número de 13 soldados doentes e 8 incapazes.²⁶¹ O que de fato, condiz com a situação observada pelo provedor e dos relatos dos soldados.

Como concluí das pesquisas realizadas no Mestrado, dada a abrangência do recrutamento, os soldados pagos no Grão-Pará na primeira metade do século eram: renegados do reino (degredados), homens solteiros ou casados, filhos únicos de viúvas, arrimos de família e irmãos órfãos, filhos de lavradores mesmo sendo a única força que dispunha para cuidar das roças, ou ainda todos os homens de uma mesma família, homens vindos de outras capitanias como, por exemplo, das capitanias do Brasil, ou das ilhas, notadamente da Madeira. Podiam ainda ser oficiais mecânicos, jovens ou idosos, doentes, aleijados ou incapacitados, vadios e vagabundos.²⁶²

Esses perfis resultantes de um recrutamento compulsório e indiscriminado contribuíram para a má qualidade das tropas regulares e reafirmou a necessidade dos aliados indígenas nas diligências militares. Todavia, é importante destacar que estamos tratando de soldados. Aos oficiais, a Coroa guardava a escolha mais cuidadosa para ocupar postos de comando. Não sem razão, como se verifica nos documentos buscava-

²⁵⁷ Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 9, D. 820.

²⁵⁸ Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 8, D. 662.

²⁵⁹ Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 26, D. 2416.

²⁶⁰ Carta do provedor da fazenda real do Pará ao rei. Belém do Pará 30 de setembro de 1727. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 10, D. 944.

²⁶¹ Esses dados podem ser verificados em: Carta do governador ao rei. Belém do Pará 2 de outubro de 1727. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 10, D. 946.

²⁶² VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia Colonial: composição e mobilização de tropas pagas na Capitania do Grão-Pará (primeira metade do século XVIII)*.

se compor o oficialato de gente de “qualidade e ciência militar”. Inclusive, podemos defender o argumento que o papel da tropa militar lusa, diante dos desafios da defesa da capitania, devia-se fundamentalmente ao auxílio indígena e também à atuação do experiente oficialato, conforme vamos tratar no próximo capítulo.

Portanto, a defesa na capitania do Pará na primeira metade do século XVIII não se constituiu apenas de companhias oficiais, nem somente de recrutamento interno. Mas sim da composição de redes de ação sistemática e complexa, que, definitivamente, não se limitam apenas aos moradores da capitania do Grão-Pará; ao contrário, constituem um elemento fundamental de mobilização de pessoas no conjunto do império português e do sertão.

3. Conexões e experiências de militares e índios

A ação de mobilização de forças de defesa na capitania do Grão-Pará funcionou como mecanismo que articulou diferentes espaços geográficos em diferentes partes da conquista portuguesa. Isso só foi possível graças à dimensão global que a Coroa possuía de seus espaços coloniais. Podemos verificar na própria conformação das tropas formadas por sujeitos oriundos de diferentes partes do império. Além disso, é possível perceber também nas trajetórias e mobilização desses sujeitos que transitavam nos espaços do império português pelo serviço militar.

As conexões são evidentes e aparecem para os não índios em dois tipos documentais: *a relação dos serviços prestados* e nos *editais para provimento de postos*. Em ambos há uma narrativa de toda a experiência militar do indivíduo, os locais por onde serviu, o tempo de serviço, as atuações mais significativas e as qualidades acerca da ciência militar. Dessa documentação sistematizou-se alguns dados na tabela abaixo.

Quadro 14. Mobilidade de Militares no Serviço Militar (1709-1750)

Ano	Nome	Tempo/serviço	Ascensão de postos	Locais do serviço	Posto que pretende
1709	João Barros de Guerra	----	Soldado-Alferes ajudante-Capitão de Infantaria-	Angola; Paço; Valença; Trás-os-Montes; Badajoz; Alcântara; Pernambuco; Pará	Capitão da capitania do Pará.
1709	Pedro da Costa Rayol	29 anos	Soldado-engenheiro	Trás-os-Montes; Pará; Sertão (guerra aos índios Burajara e Amanajas; guerra do Corso no Itapecuru)	Capitão da capitania do Pará.
1709	Miguel Dourado Azevedo	Mais de 30 anos	Soldado-Alferes	Pernambuco; Ceará; Sertão (guerra do Corso em Jogoaribe e Assu)	Capitão da Fortaleza de Gurupá
1709	Tomás Lobo de Souza	19 anos	Soldado- Alferes-Sargento	Angola; Bahia; Sergipe e Pará	Capitão da Fortaleza de Gurupá
1714	Francisco Cândido de Sousa Carvalho	6 anos e 9 meses	Soldado-Alferes	Sertão (guerra na fronteira com a Espanha)	Capitão da Fortaleza da Barra do Pará
1714	Fernão Lobo de Souza	----	Capitão	Sergipe Del Rei; Reino de Angola; Pará	Capitão-mor da praça do Gurupá.
1714	Manoel Domingos Cavaco	9 anos e 8 meses	Soldado-Sargento-Alferes- Tenente de infantaria	Algarves, Alentejo e Beira	Capitão da Fortaleza de Gurupá
1723	Manoel Coelho de Barros	8 anos e 4 meses	Soldado-Cabo-Alferes- Capitão	Pernambuco-Maranhão-Gurupá	Capitão do Fortim da Barra
1724	Sebastião Rodrigues de Oliveira	----	Soldado-capitão de infantaria-capitão da fortaleza da Barra.	Ilha da Madeira; Pernambuco; Palmares; Rio Grande; Maranhão; Pará; Angola (degredado).	Capitão da fortaleza da Barra do Pará.
1727	Antônio Marreiros	40 anos e 9 meses	Soldado-Cabo de esquadra-sargento- Alferes-Tenente e sargento mor da praça do Pará	Província de Alentejo; Beira, Maranhão e Pará	Capitão mor da capitania do Pará
1727	Maximiliano da Costa de Oliveira	20 anos e 4 meses	Soldado, cabo de esquadra, sargento, alferes e tenente	Portugal	Capitão mor da capitania do Pará

1730	João Pereira da Silva	Mais de 13 anos	Soldado-Sargento-Alferes	Estado da Índia (atuou na defesa de Damão, Goa e Chaul)	Capitão Mor da capitania do Pará
1730	Francisco da Costa	Mais de 28 anos	Soldado-Cabo-Sargento-Alferes	Corte; Província da Alentejo; Minho e Castela.	Capitão Mor da capitania do Pará
1730	Diogo Rodrigues Pereira	Mais de 28 anos	Soldado-Cabo-Sargento-Capitão	Pernambuco; Maranhão; Pará (Gurupá e Rio Negro)	Capitão Mor da Capitania do Pará
1732	Miguel de Melo	Mais de 18 anos	----	Província de Alentejo; Praça de Elvas	Capitão-Mor de Gurupá
1732	Manoel da Vitória	Mais de 14 anos	----	Praça de Mazagão, e em duas armadas na Praça de Gibraltar	Capitão-Mor de Gurupá
1732	Manoel Rodrigues Tavares	Mais de 6 anos	----	Praça Paraíba do Norte	Capitão-Mor de Gurupá
1732	Bernardo de Almeida Moraes	22 anos	Alferes-Capitão	Pará (Tapajós, Gurupá e Fortim da Barra)	Capitão-Mor de Gurupá
1734	Damião de Bastos	23 anos e 10 meses	Capitão	Portugal (província de Alentejo); Maranhão; integrou exército contra Castela	Capitão-mor do Gurupá
1734	João de Almeida da Mata	30 anos e 4 meses	Soldado-cabo-sargento- capitão	Maranhão; Pará; Embarcou em 12 armadas ao Brasil; atuou em campanhas na província da Beira, Castela, Gibraltar e Alentejo; Tropa de guerra do Rio Negro	Capitão-mor do Gurupá
1734	Francisco de Melo Palheta	22 anos e 4 meses	Soldado-Cabo-Sargento-Alferes-Tenente	Pará (Guarda Costa; Rio Madeira; Guerra contra os Maraguas)	Capitão-mor do Gurupá
1734	Gaspar Ferreira Lima	25 anos e 4 meses	Soldado- Alferes-Cabo	Província da Beira e Alentejo	Capitão-mor do Gurupá
1734	Inácio da Costa Barbuda	15 anos e 5 meses	Sargento-Capitão	Pará (sargento das entradas do rio Tocantins) Capitão na vila de Caeté	Capitão-mor do Gurupá
1734	Antônio Real Augusto	23 anos e 2 meses	Soldado-Cabo-Sargento-Alferes	Corte; Província de Alentejo; Praça de Gibraltar; Badajoz.	Capitão-mor do Gurupá
1745	André Miguel Aires	4 anos e 1 mês	Soldado-Cabo-Capitão	Maranhão; Pará (Fortaleza de Gurupá; Fortaleza do Tapajós e tropa de resga do Rio Negro)	Capitão da Fortaleza do Tapajós
1748	Pedro Alvares	20 anos e 3	Soldado- Capitão-	Portugal-Estado da Índia-	Capitão da Fortaleza de

	Borges	meses	Tenente	Pará	Pauxis
1748	Cipriano de Matos Monteiro	----	Capitão	Rio de Janeiro; navegou para o Reino de Angola;	Capitão da Fortaleza de Pauxis
1750	Loureço Arraes de Mendonça	15 anos e 9 meses	Soldado-Cabo-Sargento- Tenente	Praça de Mazagão	Capitão-mor do Pará
1750	Baltazar Luís Carneiro	10 anos e 7 meses	Soldado-Capitão	Pará (Pauxis); Ilha da Madeira; Maranhão	Capitão-mor do Pará

Fonte: *AHU*, Avulsos do Pará: Cx. 5, D. 436; Cx. 8, D. 672; Cx. 9, D. 811; Cx. 5, D. 429; Cx. 5, D. 438; Cx. 6, D. 501; Cx. 6, D. 508; , Cx. 6, D. 501; Cx. 6, D. 499; Cx.6, D.501; Cx. 7, D. 639; Cx. 10; D. 906; Cx. 12; D1132; Cx. 13; D. 1250; Cx.16; D. 1482; Cx. 28, D. 2623; Cx. 30, D. 2880; Cx. 31, D. 2968.

O quadro acima comprova que a capitania do Pará se conectava com o império português. Portanto, a interpretação historiográfica de que o recrutamento militar, nas conquistas, recaiu principalmente sobre a gente da própria colônia deve ser ponderado. É evidente que o recrutamento compulsório ocorreu internamente. Esse vetor existe. Todavia, a defesa não se faz somente com a gente da colônia. Mas, sim, de gente de diversas partes do império português.

Ora, como se verifica, há militares atuando no Pará provenientes dos mais diversos lugares, com experiência no Estado da Índia (Chaul, Damão, Goa), em Angola, na Ilha da Madeira, nos Açores, em Mazagão, em Gibraltar, e nas diversas províncias do reino, de capitânicas do Estado do Brasil, incluindo também capitania do Maranhão. Para os indígenas, eram provenientes de várias partes do sertão do Pará e também de Pernambuco, Ceará e Serra da Ibiapaba. Esses dados atestam que os problemas locais de defesa foram administrados pela Coroa em uma perspectiva de império.

A movimentação de sujeitos nesses espaços implica na necessidade de repensar a relação do Pará com capitânicas do Brasil e outras partes do império português. Temos insistido em colocar a Amazônia, ou melhor, o Estado do Maranhão e Pará em lugar distinto ou separado do Estado do Brasil. Essa distinção é importante e extremamente necessária para pensarmos as especificidades de cada conquista. E, sobretudo, as políticas de colonização, exploração que possuem lógicas distintas, que se justifica inclusive pela divisão administrativa em Estados. Porém, é importante não engessar a relação entre esses dois espaços. Diversos sujeitos transitavam entre os dois Estados. Não podemos perder de vista que se trata de dois espaços sob a gerência da mesma

Coroa o que permite inúmeras conexões e contatos. Isso vale também para outros espaços da conquista.

A mobilização de sujeitos para a defesa na capitania do Grão-Pará esteve estreitamente relacionada à experiência e à prestação de serviço. Em grande medida, a trajetória militar definia novos espaços de atuação desses indivíduos. João Barros de Guerra, por exemplo, serviu, entre 1691 a 1695, como soldado em Angola na companhia do governador Gonçalo Costa e Meneses. No fim desse período, foi a Pernambuco acompanhar presos. Em 1703, consta ter ido para Portugal onde permaneceu até 14 de julho de 1709, ocupando-se “nos postos de alferes ajudante supra e do número e capitão de infantaria do Paço do mestre de campo o conde São Vicente”.²⁶³

Participou, de acordo com o documento, “na restauração da Praça de Monsanto”, em 1704. Estando também neste período em “Praça de Valença e a província de Trás-os-Montes” e, dali, foi para Badajoz e, em 1706, foi assistir à guarnição na Praça de Alcântara. Estas são apenas algumas das experiências que acompanham seus papéis de prestação de serviço à Coroa. Condição suficiente para concorrer ao posto de capitão-mor do Pará. Em 1709, sua vasta experiência chamava a atenção do Conselho que se mostrava unânime na votação de João de Barros para ocupar o posto de capitão na capitania do Pará.²⁶⁴

Na sua justificativa, o Conselho apresentava o fato de João de Barros ter estado em diversas ocasiões de guerra e ter servido em diversas partes do império. Ressaltando também que “na presente conjuntura é muito conveniente que nas praças das conquistas se achem providos os postos em *pessoas e todo o valor e com toda a luz da disciplina e regra militar*”. Os conselheiros concluíam que “temendo-se justamente que possam ser invadidas pelos inimigos desta Coroa o que senão pode encontrar nos que estão servindo nelas por não haverem tido a experiência dos perigos dos que viram a guerra das nações da Europa”, considerando que “por falta deste conhecimento não poderão usar tão facilmente dos meios proporcionados pela sua defesa e se reconhece”.²⁶⁵

²⁶³ CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Pará. Anexo: pareceres e bilhete. Lisboa, 29 de agosto de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 436.

²⁶⁴ *Idem*.

²⁶⁵ *Idem*.

Pedro da Costa Rayol também concorria ao posto de capitão-mor do Pará, e assim como seu concorrente João de Barros, apresentava uma larga experiência militar. Constava já haver servido mais de 29 anos, ocupando vários postos militares. Entre várias diligências no sertão destacou-se na guerra aos índios das nações Burajara, Amanajás. Com “quinze soldados brancos e cento e cinquenta índios para rebater o encontro ao gentio da nação Gajós nossos inimigos”, gentio do Corso no Rio Itapecuru. Havia servido na província de Trás-os-Montes e, na capitania do Pará, servia desde 1683. Além, dessa larga experiência militar, Pedro da Costa ainda era engenheiro, cuja função já havia desempenhado na província Trás-os-Montes e na capitania do Pará de 1683 a 1708.²⁶⁶

Foram justamente os serviços prestados como engenheiro que implicaram na decisão do Conselho sobre a sua não nomeação ao posto de capitão-mor do Pará. De acordo com a justificativa apresentada pelo conselho, Pedro da Costa serviria muito mais à Coroa se permanecesse apenas como engenheiro, já que assumindo o posto de capitão não apenas comprometeria sua disponibilidade como engenheiro, como também implicaria para a Coroa um problema, pois teria que nomear outro, que talvez não tivesse “a ciência e experiência que ele tem do Estado do Maranhão”.²⁶⁷

Conforme podemos verificar, os ajustes das forças e das competências faziam parte da administração colonial. Parece que a experiência tem um lugar muito importante na constituição das melhores adequações do projeto colonial. Como verificamos acima, nos dois casos a experiência foi destacada. No primeiro, por haver participado de eventos militares importantes em diversas partes do império. No caso do segundo, sua experiência como engenheiro e o conhecimento sobre o Maranhão impediu que tomasse o posto de capitão, embora também tivesse uma experiência militar significativa. Era mais interessante para a Coroa, neste caso, equilibrar as competências com as urgências e necessidades coloniais.

A estratégia em manter Pedro da Costa na condição de engenheiro foi muito bem articulada, considerando os problemas que poderia ocasionar caso ele estivesse no posto de capitão, sobretudo pelos desafios em encontrar um substituto já com bastante experiência naquela atividade. Podemos verificar outros exemplos nesse sentido.

²⁶⁶ *Idem.*

²⁶⁷ *Idem.*

Sebastião Rodrigues de Oliveira era natural da ilha da Madeira, de onde fora recrutado como soldado para as capitanias do Brasil, servindo desde 1686 em Pernambuco, Palmares e Rio Grande. Veio para o Maranhão, em “cuja viagem naufragou, e perdeu toda a sua fazenda, e papéis de serviço e de importância”. No Pará, ocupou o “posto de alferes, capitão da infantaria paga e capitão da fortaleza da Barra”.²⁶⁸

No ano de 1711, foi considerado culpado pela morte de sua mulher D. Maria de [Briços?], preso por ordem do governador Cristóvão da Costa Freire e condenado em “cinco anos de degredo para Angola”. Todavia, consta nos papéis que insatisfeito com a pena, o militar apelou ao Conselho de Guerra. No dia 10 de janeiro de 1714, o Conselho decidiu pela revogação da “sentença no perdimento dos bens” e pela comutação do degredo de Angola para o “Estado do Maranhão”, não podendo ir ao “Pará durante o tempo total do degredo”. Mesmo com essa condenação de degredo, após cinco anos, conseguiu restituir o seu posto de capitão da Fortaleza da Barra no Pará.²⁶⁹

Em 1722, em extenso requerimento, Sebastião Rodrigues de Oliveira pedia ao rei a sua restituição no posto de capitão, já que segundo ele não sabia com que pretexto o governador, estando no Pará, declarara seu posto como vago, sendo ocupado, em 1718, por Manoel Lourenço Pereira. Sebastião Rodrigues de Oliveira recorreu ao governador Bernardo Pereira de Berredo com o intuito de “embargar a posse do dito Manoel Lourenço”, mas de nada adiantou; sendo destituído do posto de capitão, voltou a assentar praça de soldado. No requerimento em que expusera toda a situação ao rei, explicava que por várias vezes tinha “mandado requerer a V.M., pelo Conselho Ultramarino e não tem tido resolução e nem resposta”, e se achava nessa ocasião “pobre e desvalido”, solicitando a restituição do posto de capitão, ressaltando se encontrar “com o degredo acabado na forma da sentença”.²⁷⁰

Em 16 de agosto de 1725, o governador João da Maia da Gama entendendo que, de fato, Sebastião Rodrigues de Oliveira não podia ser destituído de seu posto, sugeria ao

²⁶⁸ Requerimento de Sebastião Rodrigues de Oliveira, para o rei. Pará, 23 de fevereiro de 1724. Anexo: despacho, certidões e traslado. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 672.

²⁶⁹ Requerimento de Sebastião Rodrigues de Oliveira, para o rei. Pará, 23 de fevereiro de 1724. Anexo: despacho, certidões e traslado. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 672.

²⁷⁰ Requerimento de Sebastião Rodrigues de Oliveira, para o rei. Pará, 23 de fevereiro de 1724. Anexo: despacho, certidões e traslado. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 672.

rei uma possível solução para o caso, que seria passar Manoel Lourenço a “capitão da fortaleza de Itapecuru” e restituir o posto que ocupara a Sebastião Rodrigues de Oliveira já que havia “findado o seu degredo em 21 de maio de 1721”.²⁷¹ Ao que parece, o militar conseguiu o que pretendia, pois no ano seguinte pedia ao rei os documentos sobre sua nomeação a capitão da fortaleza da Barra do Pará.²⁷²

Por outro lado, o caso de Sebastião Rodrigues é um exemplo claro da mobilização de pessoas pelo serviço das armas; ele era natural da Ilha da Madeira e em 35 anos de serviço já havia passado por Pernambuco, Palmares, Rio Grande, Maranhão, Pará, por último enviado ao Reino e depois retornado para o Maranhão. Essa mobilidade só é possível pela percepção de um espaço muito mais global. São, portanto, as experiências militares acumuladas por Sebastião Rodrigues em diferentes partes da conquista que permitem não apenas o conhecimento do aparelho burocrático ao qual recorreu várias vezes para restituir seu posto de capitão de fortaleza no norte da colônia, mas, também, a valorização de seu conhecimento militar para a conquista. Era mais interessante, nesse caso, mantê-lo como militar experiente que simplesmente na condição de degredado.

Poderíamos elencar muitos outros exemplos. Como Francisco Dias que, em 24 anos de serviço, possuía enorme experiência no sertão. Entre muitas diligências, participou, em 1687, na guerra aos índios no Araguari. Em 1688, estava em tropas que circulavam nas fronteiras contra a presença de holandeses e de franceses. Sua experiência no sertão e sua trajetória militar lhe fez passar de soldado a sargento.²⁷³

Já Miguel Dourado Azevedo estava servindo no Pará, em mais de 30 anos de serviço, já havia passado pela capitania de Pernambuco, de onde era natural, onde atuou na fortaleza de Brum, tinha participado da guerra do Corso em Jaguaribe e Assu, capitania do Ceará e pretendia, em 1709, o posto de capitão da fortaleza de Gurupá.²⁷⁴ Finalmente, Tomás Lobo de Souza, que constava ter servido em Angola, Bahia, Sergipe

²⁷¹ Carta do governador João da Maia da Gama, para o rei. Pará 16 de agosto de 1725. Anexo: certidões, carta, requerimento e despacho. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 748.

²⁷² Requerimento do capitão Sebastião Rodrigues de Oliveira, para o rei. Pará, 26 de março de 1726. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 9, D. 811.

²⁷³ Relação dos serviços prestados por João Francisco Dias. 3 de janeiro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 429.

²⁷⁴ Relação dos que pretendem ao posto de capitão da fortaleza de Gurupá. Pará, 29 de novembro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5 D. 438.

e Pará. Essa experiência o fez passar de soldado ao posto de capitão da fortaleza do Gurupá, depois de 19 anos de serviço.²⁷⁵

Em 1730, concorriam ao posto de capitão mor da capitania do Pará, João da Silva Pereira, Francisco da Costa e Diogo Rodrigues Pereira. Todos com larga experiência no serviço militar. O primeiro havia servido no Estado da Índia, atuou na defesa das cidades de Damão, Goa e Chaul. O segundo, apresentava experiência de atuação no reino havia atuado na província de Alentejo, Minho e Corte. Por último, Diogo Rodrigues Pereira com experiência do serviço na América portuguesa, já havia atuado em Pernambuco, Maranhão e Pará, neste último sendo sargento ajudante na fortaleza de Gurupá e capitão da casa forte do Rio Negro. Todavia, o Conselho sugeriu a nomeação de João da Silva Pereira pela experiência que acumulava na Índia.²⁷⁶

Esses casos evidenciam o que havíamos sinalizado no início deste trabalho de que não é possível compreender a mobilização desses sujeitos sem ampliar o espaço de análise. Fica evidente que a Coroa portuguesa não agia localmente; ao contrário tinha a percepção de um império que se conectava. Se observamos abaixo, o mapa construído a partir dos espaços citados nos papéis que relatam as experiências dos militares que serviam no Pará, fica evidente que a capitania se conectava a partir da militarização ao restante do império.

Os próprios sujeitos que transitavam entre esses espaços também possuíam essa consciência. Ora, quando possuíam interesse em conquistar postos mais elevados na hierarquia militar acionavam todas as experiências, vivenciadas em diversas partes das conquistas. Por outro lado, verifica-se que na nomeação de gente para os postos não bastava a intenção e experiência acumulada pelo militar, a Coroa adequava, equilibrava as competências desses indivíduos conforme as urgências e necessidades coloniais. Assim, se explicam os rearranjos de defesa que só foi possível graças à burocracia militar que fortaleceu através de instituições como o Conselho de Guerra, um circuito de informações, que possibilitava pensar estratégias conectadas em diversas espacialidades do império.

²⁷⁵ Relação dos que pretendem ao posto de capitão da fortalezado Gurupá. Pará, 29 de novembro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 501.

²⁷⁶ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei sobre nomeação de pessoas ao posto de capitão mor do Pará. Lisboa 11 de setembro de 1730. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx 12; D1132.

Esse quadro, entretanto, não está completo. A defesa da capitania do Pará integrou outros espaços. Ora, a mobilização pela prestação de serviço de militares colocou o Pará em redes dos espaços oceânicos conectando-se a tantas partes da conquista; já os indígenas que integraram atividades de defesa da capitania estreitaram as conexões do espaço de gerência reinol (Belém e São Luís, principalmente) com diversas partes do sertão amazônico colonial. Esses dois eventos fazem parte de um mesmo processo, qual seja, a defesa e manutenção do domínio português na região.

Nesta altura, convém a seguinte indagação: seria possível construir uma tabela sobre a mobilização indígena do sertão para defesa da capitania, tal como se fez para os militares? Essa é uma tarefa das mais difíceis. Primeiro que para esse grupo não contamos com a burocracia militar. Por exemplo, quando um indivíduo é recrutado como soldado ele passa a integrar um fluxo de registros que se compõe de listas e mapas em que é possível verificar em que companhia serve e para onde foi destacado.

Na ascensão a postos mais elevados deve submeter-se a uma análise de serviços prestados. Para ocupar postos é necessário concorrer a editais, que trazem narrativas detalhadas sobre a vida militar desses indivíduos. Para solicitar baixa do serviço é necessário alegar as razões, a partir das quais é possível verificar as implicações na vida pessoal e familiar do recrutado. Todos esses canais são normatizados por extensas e sobrepostas normativas presentes em alvarás, regimentos e decretos, como vimos no capítulo 1. Essa burocracia que envolve o serviço militar deixou documentos sistemáticos sobre os indivíduos integrados na defesa.

Para os indígenas não há nenhum conjunto documental sistemático sobre sua atuação militar, como indicamos no início deste capítulo. Exceto para registros de patentes. Porém são tão pobres de informações, que não se pode traçar nem as razões da honraria, como veremos no capítulo 5. Os índios não são considerados soldados, portanto, não seguem o fluxo de registro dos soldados e oficiais. Todavia, foram parte do sistema defensivo da capitania. Ora, atuaram nas guerras, na vigilância de fronteiras, nas expedições nos sertões, eram os guias, os remeiros e os guerreiros juntamente com militares das tropas oficiais. Por essa razão, não podem ser negligenciados.

As informações sobre a presença indígena nas diligências militares do Estado estão pulverizados em diversos tipos documentais, que não seguem nenhuma regra de registro. E foram muitos os interlocutores desse processo, como por exemplo, militares,

governadores e religiosos. Em registros mais generosos vez ou outra é possível ter o nome da nação que atuou em alguma diligência militar. Outras vezes são tratados apenas como “índios”, a velha categoria homogeneizante que inviabiliza uma análise de proveniência geográfica ou étnica, costumes e cultura. Em outros momentos, são nomeados pela aldeia que residem e não pela nação. Outros desafios podem ser elencados, como o filtro da oficialidade nas informações.

Portanto, a considerar-se esses obstáculos de fontes e de metodologia parece impossível verificar as conexões construídas a partir da presença indígena nas tropas lusas e/ou a atuação em atividades militares da capitania. Todavia, a partir de indícios dessa documentação pulverizada pode-se examinar algumas possibilidades. A fim de estabelecer um universo específico de análise, determinou-se alguns eventos chaves da expansão colonial na primeira metade do século XVIII. Trata-se da expansão para o Cabo do Norte, a exemplo das expedições de guarda costas; o avanço para o Rio Negro, a considerar-se a guerra contra os Manao e Mayapena; tropas de descobrimento das minas de ouro do Tocantins; ameaça estrangeira na fronteira e fortificações; guerra contra os Aruã do Marajó e Amanaju do Cabo do Norte.

A guerra contra os Amanaju, embora se trate de um evento ocorrido no final do século XVII, traz importantes informações sobre a guerra indígena e explica alianças estabelecidas posteriormente, na primeira metade do século XVIII, que serão analisadas no próximo capítulo. Por essa razão, esse conflito entra no quadro. Para a capitania do Pará, esses são alguns acontecimentos centrais da defesa e estabelecimento da presença lusa na região. A partir desses vetores, é possível chegar aos indígenas que estiveram ao lado dos portugueses nessas empreitadas.

É, importante lembrar que nesta altura, interessa-nos compreender as conexões que se estabelecem no sertão a partir dessa mobilização, assim como traçamos para os militares. A atuação será verificada no capítulo 5. Outra questão é que se trata da mobilização de índios para eventos de caráter militar, vinculados à defesa da capitania. Portanto, a presença indígena em tropas de descimentos, resgates e coleta de drogas não constitui objeto da tese. Desta feita, a partir do estabelecido foi possível sistematizar as seguintes informações.

Quadro 15. Mobilidade de Índios para atividades militares no Pará

Evento Militar	Espaços	Solicitante	Nações Mobilizadas	Proveniência	Número de índios
Guerra contra os Amanaju (1689)	Cabo do Norte	Governador Sá e Meneses	Aroaquizes	Piauí [?]	----
			Tupinambá	----	
			----	Aldeia de Maracanã	
Defesa da Casa Forte do Rio Negro (1709)	Rio Negro	Tenente Baltazar Pestana	----	Província da Piedade	----
Guerra contra os Aruã do Marajó (1721-1722)	Ilha do Marajó-Cabo do Norte	Governador João da Maia da Gama	Tupinambá	----	----
			----	Aldeia do Arapijó	
			Sacaca	----	
Guerra contra os Manao (1723-1728)	Rio Negro	João Pais do Amaral	----	----	600
Guerra contra os Mayapena (1729-1730)	Rio Negro	Alexandre de Souza Freire	“Potentado Cabacabary”	----	Solicitava mais 800
Tropa de Guarda Costa	Fronteira entre Portugal e França- Cabo do Norte	Governadores	Tupinambá	----	----
			----	Aldeia do Arapijó	
Tropa de descobrimento de minas de ouro do Tocantins (1727)	Rio Tocantins	Francisco de Potflis	Tupinambá	Aldeia de Maracanã	100
			Aroaguini Nhengatê-Principal José Aranha		
Tropa de Guerra do Tocantins (1730)	Tocantins	Governador	----	Aldeia de Maracanã	40
Tropa de vigilância de fronteira (1733)	Fronteira Portugal e Espanha	Belquior Mendes de Morais	----	Aldeias “dos Boccas Guaricuru e Arucara” dos Padres da companhia de Jesus; Aldeias Arapijó, Caviana, Maturu dos Padres da Piedade; Aldeia do Cayae Mangabeiras dos Padres da Conceição	41
Tropa de diligência militar no sertão (1736)	----	Governador	----	“Reverendo padre missionário” de Cametá.	----

Fonte: AHU, Avulsos do Pará, Cx. 3, D. 278; Cx. 5, D. 440; Cx. 11, D. 974; Cx. 10, D. 886; Cx. 17, D. 1563; Cx. 15, D. 1413. APEP, códice 25, doc. 18. *Relatos de fronteiras: Fontes para história da Amazônia séculos XVIII E XIX*. APEP, Códice: Fronteira francesa (Reinados de D. João V/ D. João VI-1713/1842) transcrito em: P.C.D.L livro A11

A partir dessa tabela já é possível verificar as redes de conexão a partir da presença indígena nos eventos militares. Ora, os índios aliados atuaram ao lado das tropas portuguesas no Cabo Norte, Rio Negro, Ilha do Marajó e Tocantins. Provenientes do Piauí, Cametá, de aldeias dos padres da Companhia de Jesus, dos padres da Piedade e dos padres da Conceição.

Chama atenção a presença por exemplo, dos índios da aldeia Maracanã e Tupinambá que aparecem, na atuação da guerra contra os Amanaju do Cabo do Norte e Aruã do Marajó. A aldeia Maracanã é também auxílio na tropa de guerra do Tocantins. Ao que parece estabeleceram alianças mais estáveis com os portugueses. Todavia, é importante lembrar que alianças eram bastante fluidas entre colonizadores e grupos indígenas. Maria Regina Celestino de Almeida explica termos como “falsos” e “traidores” que aparecem nas fontes refletem as alianças desfeitas pelos índios, que faziam e desfaziam de acordo com os seus próprios interesses.²⁷⁷

Vanice Siqueira Melo também destaca essa fluidez ao analisar as relações complexas entre os índios e os colonizadores, na experiência colonial do sertão do Maranhão e Piauí. Explica que as alianças com os colonizadores não significavam o rompimento com as alianças com grupos indígenas considerados inimigos da colonização. Refere-se, por exemplo, ao caso dos índios Tremembé, que mantinham posição que transitava entre essas categorias (aliados e inimigos). Desta feita, trata-se de uma sociedade na qual “as alianças dos índios com os portugueses não somente eram instáveis, como não eram excludentes, pois os índios aliados poderiam auxiliar os brancos e colaborar com os índios inimigos”.²⁷⁸

Em 1738, por exemplo, Feliciano Ribeiro se referia aos índios como “malévolos e falsos” por causa das “mortes, que têm feito, e os danos, que têm causado a crueldade com que tantos anos se tem por lá, destruindo vidas, e fazendas, causando notável estrago aos povos”. Razão pela qual justificava a necessidade de fazer guerra aos

²⁷⁷ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*.

²⁷⁸ MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 103.

índios.²⁷⁹ Talvez, essa fluidez das alianças tenha contribuído para a necessidade de os portugueses manterem laços mais estáveis com grupos indígenas.

Para o Maranhão, por exemplo, índios vindos do Ceará e Serra da Ibiapaba parecem ter sido importantes. Em 1712, solicitava-se para a tropa de Antônio da Cunha Souto Maior 400 índios das nações Araricos e Anaces para combaterem na guerra contra os índios do Corso. Para esse caso, quais as razões para o governador de solicitar 400 índios do Ceará?

As razões não são claras. Todavia, é necessário considerar alguns elementos importantes da própria relação entre os colonizadores portugueses e a capitania em questão. Maria Regina Celestino de Almeida escreve que alianças com grupos Tupi foram muito importantes para as conquistas de Pernambuco, Ceará, Serra da Ibiapaba e Maranhão. Relações construídas desde o início da conquista.

Celestino de Almeida ressalta o auxílio dos potiguaras, sobretudo nas conquistas do Ceará e Serra da Ibiapaba, formando alianças mais estáveis com os portugueses. Destaca, por exemplo, a atuação dos guerreiros potiguaras comandados pelo Principal Zorobabé, que, no século XVII, foram mobilizados para enfrentar os aimorés sublevados na Bahia. Além de sua atuação na ocasião da invasão holandesa, em que “dividiram seu apoio entre os portugueses e os holandeses”.²⁸⁰

E, por ocasião da guerra contra Holanda, de acordo com Celestino de Almeida, muitos índios iriam se refugiar na Serra da Ibiapaba,²⁸¹ onde mais tarde seria “estabelecida uma grande aldeia jesuítica”. Esses índios “iriam se tornar baluarte de defesa da região, e seus líderes iriam, até bem avançado do século XVIII, usufruir de considerável poder de barganha devido a essa condição”.²⁸²

Isso pode sinalizar que algumas alianças já estabelecidas na experiência da conquista definem as relações e as mobilizações de certos grupos indígenas. Esse pode ser um

²⁷⁹ “Carta de fr. Feliciano Ribeiro ao rei D. João V, sobre as guerras que se tem feito aos índios”. 14 de julho de 1738. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 24. doc. 2476.

²⁸⁰ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*, p. 52-53.

²⁸¹ Sobre a presença indígena na conformação da Serra de Ibiapaba ver: MAIA, Légio José de Oliveira. “Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII”. Tese de Doutorado. *Programa de Pós-Graduação em História*. UFF, Niterói, 2010.

²⁸² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*, p. 52-53.

indício para a resposta da pergunta anterior. Talvez o governador quando solicitava índios guerreiros do Ceará estivesse utilizando o critério da experiência e das alianças já previamente construídas. Ao que parece, os militares e os governadores e a própria Coroa já possuíam na primeira metade do século XVIII, um mapa possível de grupos e alianças indígenas construído ao longo da experiência colonial. Embora, claro, deva-se considerar a fluidez e a dinâmica dessas relações.

Pode ter sido essa a razão da presença dos índios da aldeia de Maracanã por mais de uma vez como aliados dos portugueses, em diligências de guerra. Em 1734, o governador José da Serra se referia aos Maracanã como os mais “mais fiéis ao serviço de V.M.”. Destacava a necessidade de efetuar os pagamentos pelo auxílio dados por estes índios que foram destacados na tropa de guerra. O governador explicitava sua preocupação, expondo que se retirasse da Fazenda real a “importância destes panos, o que faço por me parecer injusto, que os únicos índios fiéis que V.M. tem, venham de uma Tropa de Guerra doentes e se mandem para a sua terra doentes sem se lhe pagar quatro varas de pano que somente ganharam”.²⁸³

Parece evidente que o governador pretendia manter as alianças com índios da aldeia de Maracanã. Assim, como os identificava como os mais fiéis a Coroa. Isso sugere que assim como os militares formaram trajetórias no decorrer da experiência colonial, os grupos indígenas também formalizaram esse tipo de percepção no decorrer da experiência colonial. Assim como houve um processo de detração de certos grupos indígenas, que os perpetuou como inimigos da colonização (caso dos Mura do rio Madeira, por exemplo), houve também um processo inverso por meio do qual se forjou um discurso em favor dos grupos aliados.

Por outro lado, a experiência e a convivência, com diversos grupos fizeram e refizeram alianças, o que as torna um terreno bastante escorregadio de análise. Apesar da instabilidade dessas alianças, elas foram imprescindíveis. Temos notícias de mobilização de grupos indígenas que compuseram a tropa durante todo processo colonial. Isso fica evidente em carta de 1709, em que a Coroa recomenda que na impossibilidade de enviar efetivos militares do reino se fizesse a defesa com os

²⁸³ CARTA do governador José da Serra ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 17, D. 1563.

“naturais” que “fazem muita diferença em seus procedimentos”.²⁸⁴ Ao que parece, a Coroa reconhecia a importância da presença indígena, nas tropas militares. Portanto, os grupos indígenas fizeram parte desse universo defensivo, construindo suas próprias dinâmicas, seja pela aliança, pelas guerras ou pelos conflitos, o que fazia com que estes sujeitos estivessem estreitamente relacionados ao processo de colonização e defesa da capitania do Grão-Pará.

Conclusão

A capitania do Pará estava inserida em uma política de recrutamento e defesa cuja perspectiva espacial é o império. Aqui percebemos a circulação de sujeitos proporcionada pelo serviço militar que integrava diversas partes do império e o espaço do sertão. Por esse motivo, encontramos tropas formadas por sujeitos que vêm de Pernambuco, Ceará, Rio Grande, Ilha da Madeira, Angola, reino e do imenso sertão, espaços que se conectavam numa percepção global das partes do império pela coroa Portuguesa.

Verifica-se a presença de redes muito complexas de mobilização de militares e índios para a defesa. Elementos que aproximam cada vez mais o sertão dos centros de gerência reinol nas capitanias e, sobretudo, aproximam aspectos que têm sido percebidos de forma desconectada, como a atuação indígena na conformação da defesa desses territórios, e a relação entre aldeias missionárias, das fortificações e ações militares, e que parecem constituir novas dinâmicas de contato.

Isso decorre do esforço da Coroa portuguesa em operacionalizar a defesa da capitania, e resolver os problemas internos, articulando redes de mobilização sistemática de homens. Esses sujeitos inseridos numa perspectiva global do império transitavam, construíram experiências e trajetórias a partir do serviço militar. De fato, para usar a expressão de padre Antônio Vieira que introduz este capítulo, *o provimento e prevenção conveniente a precisa defesa do império, não está em Lisboa*. Como vimos até aqui,

²⁸⁴ CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Pará. Anexo: pareceres e bilhete. Lisboa, 29 de agosto de 1709. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 436.

estava em várias partes desse vasto império, e se compunha de diversas gentes. A defesa da capitania do Pará e a qualificação da tropa militar encontravam-se sobretudo, na participação dos aliados indígenas e de um grupo de militares que integravam um experiente oficialato. Mas essa é uma questão para o próximo capítulo.

Capítulo 5

Defesa luso-indígena: militares, indígenas e alianças na capitania do Pará

É tão certo este conhecimento dos Tupinambás que sem um deles adiante não caminham os portugueses para a guerra, eles descobrem os caminhos, definem as jornadas, fazem as paradas, definem o lugar donde devem pernoitar, o que tudo determinam, confiando em sua capacidade a marcha militar (“Notícias da América Portuguesa, em especial mapa e roteiro geográfico” Manuscritos da Livraria- PT/TT/MSLIV, n. 1065)

O sistema defensivo da capitania do Pará, como vimos na Parte I desta tese, apresentava bastantes dificuldades. As forças legais dispunham de pouca gente, em sua maioria desqualificada na arte militar. A solução foi a constituição de uma complexa rede de mobilização de gente para as tropas que, como destacamos no capítulo anterior, integrava espaços e gente de diversas partes do império português. Na ausência de tropa auxiliar, esse sistema incluía e afirmava a necessária e importante aliança com os indígenas. Esses foram o socorro necessário à efetiva defesa da capitania. Portanto, nesta altura, para completar o quadro analítico da tese, resta ainda um último ponto, a *atuação indígena* nas diligências militares.

Essa questão poderia ser verificada a partir de diversos aspectos, tais como, a vigilância, o cotidiano das fortalezas, a logística e caminho das tropas. Todavia, optou-se pelas *ações de guerra*, por entender-se que o conflito deflagrado é o ponto mais crítico da ação de defesa, ocasião privilegiada em que se pode verificar com mais clareza a atuação de militares e indígenas e, sobretudo, as estratégias defensivas pensadas por autoridades coloniais.

Aqui não é intenção caracterizar ou mapear todas as guerras ocorridas no Estado do Maranhão e Pará na primeira metade do século XVIII, mas, perceber a presença e atuação indígena em ocasiões específicas de expansão colonial. Trata-se, portanto, de compreender melhor o “*grandiosíssimo socorro*”, no sistema defensivo da capitania. Este capítulo sustenta o argumento de que as atividades de defesa, sobretudo guerras

contra índios hostis e a expansão da fronteira colonial só foi possível graças à participação de índios aliados. Em muitos casos, alianças consolidadas desde os primeiros anos de conquista, ou mesmo fortalecidas pelas relações construídas no Estado do Brasil.

Ora, como tem se mostrado ao longo da tese não há efetivos regulares capazes de fazer frente a todas as demandas de defesa da região, basta lembrar que entre 1623 e 1747, as cinco companhias pagas da capitania do Pará e Maranhão não atingiram o número de 340 soldados pagos. Se considerarmos todas as atividades para as quais eram destacados e a vasta extensão territorial com dilatadas fronteiras, logo se constata sua insuficiência.

Por outro lado, é importante destacar que para o Estado do Brasil há, desde o século XVII, a constituição de companhias auxiliares de pardos e pretos; para o Estado do Grão-Pará e Maranhão essa configuração só se verifica a partir de 1766, como vimos no capítulo 2. Portanto, a defesa nestas partes valeu-se da aliança com os indígenas. Nestes termos, não há como tratar de defesa sem destacar as alianças, porque foram os índios aliados que possibilitaram às tropas portuguesas a vigilância das fronteiras, a guarnição das fortalezas e, sobretudo, a logística militar e os enfrentamentos em ocasiões de guerra.

É fundamental destacar que os *aliados* constituem um grupo heterogêneo formado por aqueles que provêm de diversas nações indígenas, dos aldeamentos, da intermediação dos principais e, inclusive, de outras capitanias. Esses foram importantes para a efetivação das atividades militares na capitania do Pará, mas, não somente; destaca-se, também um grupo de militares descritos como “grandes esquadrantistas reais”, “experientes na guerra dos sertões”, que ocuparam os postos do oficialato nas tropas regulares.

A capacidade de defesa não estava, portanto, nos soldados pagos, em sua maioria desqualificados. Mas, sim, na atuação combinada das práticas de guerra europeia, verificável na atuação de oficiais de experiência, e do conhecimento das diversas nações indígenas sobre a arte de guerra nativa. Foi esse mecanismo integrado e compósito que garantiu à tropa lusa força para fazer frente à resistência dos índios hostis e à manutenção do território. Trata-se, portanto, de uma defesa *luso-indígena*.

Por *defesa luso-indígena* designo a combinação de ações que na prática defensiva na capitania do Pará, na primeira metade do século XVIII, qualificou a *tropa paga*. Essas ações se manifestam em diversos fatores. 1) nos instrumentos de guerra: arma de fogo e o arco flecha; 2) na estratégia do assalto eminentemente indígena com a obstrução estratégica dos caminhos a partir das fortalezas portuguesas ao longo dos rios; 3) da sagacidade do guerreiro indígena com a expertise do oficial luso. Esses fatores compõem um conjunto complexo de defesa, que não se explica somente do ponto de vista das companhias regulares. A introdução da arma de fogo, o domínio pelos nativos dessa tecnologia de guerra moderna e a compreensão da guerra indígena pelos oficiais, combinados nas atividades militares ressignificaram a defesa. Uma prática que não pode ser mais europeia, e também, já não é mais nativa. É, algo novo, uma *defesa luso-indígena* constituída no ajuste de interesses dos diversos sujeitos envolvidos.

A envergadura da tropa lusa está, portanto, nos indígenas que colaboraram e em sujeitos do oficialato de larga experiência de guerra do sertão. Para o universo, militar a arte de guerra nativa se mostrou indispensável aos portugueses. Mas, afinal do que se trata *arte de guerra*?

1. A arte da guerra: algumas reflexões

Compreende-se por *arte da guerra* o conjunto de práticas que inclui o domínio da técnica e da tecnologia de combate; mas também da inteligência que abrange a estratégia, o conhecimento do terreno, das limitações e capacidades de si e do inimigo. Das razões do combate e dos significados das motivações e fins da guerra. Além da disciplina ligada ao sujeito enquanto construção do militar e/ou guerreiro.¹

A partir dessa conceituação torna-se evidente que a *arte da guerra* é uma manifestação social, é que, portanto, é diversa. Agrega elementos de motivações e interpretações que se manifestam distintamente a depender da sociedade, das relações

¹ Conceito elaborado a partir das leituras de: TZU, Sun. *A arte da guerra*. Tradução de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006; MAQUIAVEL, Nicolau. *A Arte da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006; MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010; CORRÊA, Carlos Alberto. *Princípios de Guerra*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva. 1910; FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 3. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

que se estabelecem entre si e com o outro e da percepção de mundo de cada grupo social. A teorização desse conjunto de práticas de combate foi formulada em tratados e/ou práticas, nos quais é possível verificar essas questões; no caso dos nativos sua arte de guerra foi descrita a partir de narrativas europeias.

Arte da guerra foi uma expressão empregada no século IV a.C., na obra que é considerada o tratado de guerra mais antigo do mundo, intitulada *A arte da Guerra*, de Sun Tzu. Para o general chinês a *guerra* é definida como o “reino da vida e da morte, da qual depende a conservação ou a ruína do império”. Para o que exige um estado de espírito que integra qualidades internas e habilidades, mas, sobretudo, o conhecimento da geografia e dos homens em combate e dos adversários.² Um conhecimento complexo que para o general chinês parte antes de um conhecimento de si mesmo e da disciplina. Para a cultura oriental a guerra compõe o universo que integra o espírito do guerreiro, uma relação indissociável entre o preparo físico e a mente.

Para o ocidente, nas obras *Arte da Guerra* e o *Príncipe*, de Nicolau Maquiavel (1469-1527), verifica-se a elaboração de um pensamento que compõe uma percepção moderna sobre a guerra, o militar e o Estado. A *virtù* relaciona-se à honra e à disciplina militar como um estágio de inspiração e aprimoramento dos antepassados da antiguidade clássica, especificamente os romanos, pela estratégia, expansão e dominação através do espírito do guerreiro e da guerra.³

Nessa percepção, o *príncipe* deve imbuir-se de conhecimento e de todos os meios necessários para manutenção do poder.⁴ Em outras palavras trata-se da inserção da guerra nas práticas de governança. Nesse sentido a compreensão da “virtude” do príncipe ideal integra “a guerra como vetor essencial de sua atitude pública”. Isso explica, conforme Rui Bebiano, “o conjunto de documentos escritos que testemunharam a necessidade de legitimar, de enquadrar, de preparar e de incorporar nas iniciativas do

² TZU, Sun. *A arte da guerra*. Tradução de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006, p.12.

³ MAQUIAVEL, Nicolau. *A Arte da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

governo a atividade militar”.⁵ Essa percepção é evidente nos inúmeros regulamentos sobre a militarização publicados no século XVII em Portugal, como vimos no capítulo 1.

Na obra *Princípios de Guerra*, Carlos Alberto Corrêa definiu guerra como a “última solução das dificuldades políticas que surgem entre os diversos estados”, cujo objetivo é “submeter o inimigo” pela força. Nas abordagens preliminares da obra, explicita-se que as necessidades da guerra “provêm de que a força prevalece ao direito”, sendo “necessária ao desenvolvimento do comércio dos povos”. O fim da guerra tem significado político e militar. Para Corrêa (tenente de cavalaria), a destruição “deve ser a ideia dominante de todas as ações de guerra”.⁶

Uma interpretação que encontra bases na teorização do papel do Estado e da guerra, caráter “inequivocamente violento do poder político, destinado acima de tudo a *defender e adquirir* coisa que apenas poderá ser obtida com recurso à força armada”; é uma concepção está presente, por exemplo, na interpretação de Pedro Barbosa Homem, em seu texto *Discursos de la iuridica y verdadeira razon de Estado* de 1616. Na análise de Bebiano, para este teórico, “a arte militar, é, pois, o centro, o nervo, da arte política”⁷

Nessa perspectiva, guerra, militarização e atuação de gente dedicada à defesa estreita-se com a política de Estados. Mais que isso, torna-se a condição de sua própria existência. Assim, as guerras como parte da ação da governança definem e/ou definiram o poder político. O conflito, nessa compreensão, inclui além do território conquistado, poder, subjugação e expansão. A guerra reorganiza, desestrutura, integra e desintegra sociedades.

Na Europa, o surgimento da arma de fogo e da artilharia, no século XV, provocou mudanças profundas na *arte da guerra*, um processo que se estenderia até o século XVIII, conhecido como *revolução militar*, dadas a intensidade e a proporção das mudanças provocadas neste aspecto. Como destacou-se no capítulo 1, uma das

⁵ BEBIANO, Rui. “A guerra: o seu imaginário e a sua deontologia”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (Direção); HESPANHA, António Manuel (Coordenação). *Nova História Militar de Portugal*. Círculo de Leitores, Vol. 2, 2004, p.41 e 43.

⁶ CORRÊA, Carlos Alberto. *Princípios de Guerra*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva. 1910, p. 11.

⁷ BEBIANO, Rui. “A guerra: o seu imaginário e a sua deontologia”, p. 43.

principais características desse período foi o papel do Estado, que buscou centralizar as ações de defesa de suas fronteiras e interesses fora da Europa.

Essa percepção que associa guerra e destruição atribui a força das capacidades bélicas e o pensamento estratégico como principais elementos para atuação e poder de um Estado. A defesa no Ocidente esteve descentralizada no medievo, vinculada à ação dos senhores feudais e das cidades amuralhadas. A partir do século XV, essa estrutura tornou-se insatisfatória frente às tecnologias de guerras verificadas sobretudo, pela introdução da arma fogo e da artilharia, conforme destacou-se. Essa configuração exigiu um novo combate, os *mercenários* que integraram a política defensiva no ocidente até esta altura mostravam-se inadequados, pois pareciam pouco confiáveis. Em Portugal a constituição de exércitos nacionais (1640) formadas por súditos decorre desse processo.

A *arte de guerra* da Europa moderna, portanto, incluía a tecnologia dos canhões de bronze, das armas portáteis, das fortalezas abaluartadas projetadas por meio de um conhecimento da geometria e da matemática refinadas aos interesses de tornar mais qualificado o ataque, conforme tratamos no capítulo 3. Nesse processo, insere-se uma nova composição das forças militares, compostas por exércitos nacionais distribuídos em infantaria, cavalaria e artilharia. Esta última como uma novidade que mudou a proposição da guerra, tornando-a mais ofensiva, em relação à defensiva, verificada pelos grandes muros dos castelos medievais. Isto além de um conjunto de medidas que visavam a profissionalização do militar.

No contexto de expansão, os desafios avolumaram-se, dada principalmente a extensão do território a ser defendido, a logística para manter as forças e os poucos recursos financeiros e humanos para a empresa. Além disso, ocupar, defender e se estabelecer implicava enfrentar os grupos indígenas hostis e a sua *arte de guerra* com significados bem diferentes da europeia. A percepção da guerra e do guerreiro, portanto, é tão diversa quanto a quantidade de grupos que habitavam os territórios da América portuguesa.

Na “lógica guerreira” dos nativos, cada grupo “percebia todas as outras como potenciais agressoras”, o que justificava “ataques preventivos”, mantendo uma “reciprocidade belicosa”.⁸ José Sávio Leopoldi aponta que sobre as razões das guerras

⁸ LEOPOLDI, José Savio. “A guerra implacável dos Munduruku: elementos culturais e genéticos na caça aos inimigos”. *avá* Nº 11 / Diciembre 2007, p.171.

não há consenso, incluídas desde interpretações vinculadas a questões ecológicas, adaptação ao meio, cultura, controle demográfico, e mesmo, disputa por territórios mais férteis. Todavia, para o caso dos índios do Brasil, o autor ressalta que com férteis e vastos territórios poderiam as nações “conviver pacificamente com vizinhos distantes”. Todavia, motivados por razões concretas ou simbólicas o guerreiro mantinha-se preparado para a cumprir as demandas de guerra do grupo, a exemplo dos Tupinambá.⁹

Sobre esse grupo o volume de informações sobre o comportamento guerreiro é sobremaneira maior que dos demais que habitavam os territórios da América portuguesa. Sua prática de guerra chegou até nós por meio dos relatos de cronistas, religiosos e militares. O caráter belicoso desses índios, por exemplo, está presente nas narrativas dos franceses André Thevet e de Jean Léry¹⁰, Claude d’Abbeville e Yves d’Évreux.¹¹ Além das crônicas dos portugueses de Fernão Cardim, Pedro de Magalhães Gandavo, Gabriel Soares de Sousa, como lembra Carlos Fausto.¹² E, ainda nas observações do artilheiro alemão Hans Staden.¹³

De acordo com Fausto, todas essas crônicas são unânimes em apontar a importância da guerra para a organização social desse grupo. Os Tupinambá ocupavam a costa do Brasil, e por essa razão devido ao maior contato com os colonizadores, registraram-se maiores informações sobre sua cultura. A cerimônia coletiva, o significado antropofágico e a morte do prisioneiro estão relacionados à guerra e à vingança.¹⁴ Mas, aqui, interessa-nos os elementos que compõem a sua arte de guerrear.

⁹ *Idem*, p. 172.

¹⁰ RAMINELLI, Ronaldo José. “Escritos, Imagens e Artefatos: ou a Viagem de Thevet `a França Antártica”. *HISTÓRIA*, São Paulo, 27 (1): 2008.

¹¹ DAHER, Andrea. “A conversão dos Tupinambá entre oralidade e escrita nos relatos dos franceses dos séculos XVI e XVII”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 67-92, jul./dez. 2004.

¹² FAUSTO, Carlos. “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá. Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico”. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, pp.381-396.

¹³ STADEN, Hans. *Viagem ao Brasil*. Publicações da Academia Brasileira, Rio de Janeiro 1930.

¹⁴ FAUSTO, Carlos. “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá. Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico”, p. 390.

Sobre esta questão, para os Tupinambá, temos o trabalho de Florestan Fernandes *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. Ao considerar-se a conceituação sobre a *arte de guerra*, verifica-se na obra, elementos de tática de guerra, armas, conhecimento do terreno e qualidade do guerreiro. A partir disso, é possível afirmar que os Tupinambá se utilizavam de um conhecimento refinado sobre a guerra. Armas diversas: lanças e arpões; armas projéteis como arcos e sarabatanas; armas de tiro, a exemplo do arco e a flecha. Essa última aperfeiçoada pela adesão de material pontiagudo como ossos de peixes, dentes de animais, rabo de arraia. Arco e flecha incendiária ou envenenada. Além das paliçadas, descritas como “fortificação gentílica”. A tática da emboscada, e do assalto.¹⁵ No Pará, conforme informações do padre João Daniel, os Tupinambá formaram missões constituídas por diferentes nações, como por exemplo, os Caeté, Maracanã, Mortigura e outros. Atuaram de forma decisiva ao lado dos portugueses na expansão da fronteira colonial, conforme veremos adiante.

Muitas dessas características são observadas pelo Padre João Daniel ao descrever a guerra dos índios do rio Amazonas. Semelhanças que se vinculam, sobretudo, à dimensão da natureza na definição da *arte de guerra* nativa. O uso das taquaras (arco e flecha grandes de 7 a 8 palmos), por exemplo era muito utilizada por diversas nações e assim como flechas menores. Outros grupos sequer usam o arco e flecha, mas sim balestas (sarabatanas), é o caso da nação Purus; além de facas de pau ou osso de animal.¹⁶

De acordo com padre João Daniel, poucas nações do rio Amazonas enfrentavam-se de “peito descoberto avançando umas às outras”.¹⁷ Esse comportamento no conflito é bem evidenciado por Florestan Fernandes para os Tupinambá, a luta corpo a corpo. Por outro lado, o religioso descreve, para nações mais belicosas o uso de fortificações nas povoações, uma espécie de cerca de pau a pique. Essa estratégia de proteção também é descrita para os Tupinambá. Além, da tática do assalto, roubo das canoas, e, um

¹⁵ FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 3. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

¹⁶ DANIEL, João. “Tesouro descoberto no rio Amazonas”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Vol. 1, 1876, p. 234.

¹⁷ *Idem*.

funcional sistema de espionagem que de cima das árvores ágeis índios espiões conseguiam ver e avisar com antecipação o ataque inimigo.¹⁸

Portanto, a *arte de guerra* nativa se compõe de um conjunto diverso de técnicas e tecnologias de defesa e ataque, como por exemplo, as armas. Uma refinada inteligência estratégica para surpreender o inimigo, como nos assaltos. Mas, sobretudo, ressalta-se o conhecimento do terreno, do lugar onde a guerra acontece (teatro da guerra), e das limitações e capacidades de si e da força do inimigo.

Retomando o que abrange a *arte de guerra* pode-se atestar a especialidade do conhecimento bélico dos nativos que se manifesta, sobretudo, pela capacidade de decodificar a natureza para fins do combate. É, sem dúvida esse aspecto que imprime semelhanças na tática, nas armas utilizadas, e comportamento guerreiro no conflito.

Todavia, a guerra como destacou-se é um evento social, e como tal apresenta singularidades para cada grupo em específico. Por essa razão, embora com semelhanças, não se pode incorrer no risco de tomar, por exemplo, a forma de organização social dos Tupinambá e a sua prática de guerra para explicar comportamentos bélicos de outras nações que ocupavam o território da América portuguesa.

Para a capitania do Pará, poderíamos citar por exemplo, diversas nações, como os Mapuas, Periquaras, Ariquras, Jacoanis, Managages, Nheengaíbas, e o grupo dos *Aruã*, que habitavam a Ilha Grande de Joanes, atual Ilha do Marajó, para os quais a organização social parece ser bastante distinta. De acordo com Denise Schaan, para o período pré contato, embora haja algumas semelhanças, há diversas “evidências que separam a sociedade Marajoara dos grupos Tupinambá do Maranhão e leste do Brasil ou daqueles Tupiguaranis estudados pela arqueologia”. Dentre os aspectos de distinção ressalta a construção e disposição das moradias, enquanto a sociedade Marajoara organizava-se em aterros, os Tupinambás em aldeias formadas “por 4 a 8 malocas distribuídas em torno de praça central” característica ausente no Marajó.¹⁹

Além disso, estes últimos eram socialmente estratificados, chefias passadas hereditariamente. Os Tupinambás não possuíam estratificação e a liderança era dada por

¹⁸ *Idem*, p.235.

¹⁹ SCHAAN, Denise Pahl. “Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições”. *Bol. Mus. Pará*. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 77-89, jan-abr. 2007.

merecimento. Outro aspecto é o território. A sociedade marajoara restringia-se àquele território, os Tupis-Guaranis ao contrário “expandiram-se por vasto território”.²⁰

A arte de guerra dos *Nheengaíbas* despersuadia o inimigo através da estratégia da destreza de defesa e esconderijo. Esses índios, “zombavam das tropas, escondendo-se por um labirinto de ilhas, e de quando em quando dando furiosas investidas, já em ligeiras canoinhas, que com a mesma ligeireza com que de repente a cometiam, com a mesma se retiravam”. E, entre “as ilhas se escondiam as balas, e já de terra encobertos com as árvores donde despendiam chuveiros de flechas, e taquaras sobre os passageiros e navegantes”.²¹ Pelo domínio da natureza e destreza de guerra impedia a passagem pelos rios da região.

Os *Mura* do Rio Madeira, nação “bárbara e belicosa”, possuía uma tática de guerrear pautada na distensão do inimigo, através da mobilidade. Como escreve Pe. João Daniel, essa nação “zombava” dos brancos e tropas de soldados que eram enviadas para combatê-los, pois estes “não possuíam domicílio certo, ou povoações fixas”. A habilidade de utilização do arco e flecha com disparo com os pés, teria garantido o enfrentamento da nação Mura às tropas portuguesas.²²

Outros exemplos poderiam ser citados, como o da nação *Amanaju* que habitava a região do Cabo do Norte, atual estado do Amapá. Como relatou o governador Artur Sá e Meneses, esses índios enfrentaram as tropas portuguesas com impressionante técnica de guerra, na qual estavam homens e mulheres.²³ Ao que parece, para esse grupo, a guerra também era uma atividade para mulheres, distintamente dos Tupinambá, para os quais a atividade da guerra era uma tarefa eminentemente masculina.

Além desses, podemos ainda destacar os índios do rio Tocantins denominados pelos colonizadores de *nação dos canoeiros* cuja *arte de guerra* se desenvolveu pela habilidade e desenvoltura na água. A “grande destreza em nadar, mergulhar, e andar por debaixo da água como se fossem peixes”. Utilizam “pequenas canoas” em que andam rio abaixo, rio acima e quando os acometem os brancos estes “metem as canoas a

²⁰ *Idem*.

²¹ DANIEL, João. “Tesouro descoberto no rio Amazonas”, p. 270.

²² *Idem*, p. 265.

²³ AHU, Avulsos do Pará. Belém, 29 de novembro de 1689. Cx. 3, D. 278.

pique”, com muita velocidade, ou mesmo as alagam “metem no fundo com incrível destreza; e eles com a mesma facilidade, também mergulham, e nadando por baixo da água vão surgir a distância, onde seguros se riem e zombam dos brancos”. Eram eles que impediam o “navegação e comércio do Rio Tocantins”.²⁴

Para o enfrentamento desses diversos grupos, o conhecimento de guerra do ocidente e o soldado europeu não bastava, nem em número e nem em conhecimento. As alianças e a integração de nativos nas tropas tornaram-se a única forma possível de combate. Conforme se destaca do texto das *Notícias da América portuguesa*, que inicia este capítulo, sem esse auxílio “não caminham os portugueses para a guerra, eles descobrem os caminhos, definem as jornadas, fazem as paradas, definem o lugar donde devem pernoitar, o que tudo determinam, confiando em sua capacidade a marcha militar”.²⁵ O desafio, nesse sentido, é verificar a atuação dos grupos que participaram de eventos militares na capitania do Pará ao lado dos portugueses e colaboraram para a conquista desses espaços para Portugal.

Além disso, se os estrangeiros logo perceberam a importância desses grupos para a guerra colonial, os indígenas também sabiam de sua centralidade nesse processo, razão pela qual valeram-se dessa posição para impor seus interesses, sobretudo os *Principais*, ao angariar prestígio e posição social como intermediários entre colonizadores e outros índios nas atividades de defesa.

De tal modo que a atividade militar colonial não poderia se fazer sem a combinação desses conhecimentos. Portanto, no ultramar verifica-se uma guerra *lusó-indígena*. Ou seja, há coexistência de elementos de arte de guerra europeia e indígena. Não se pode negar o impacto da introdução da arma de fogo, da presença da fortaleza nos principais rios, da composição e regulação de companhias militares e seus regulamentos, e do conhecimento militar do oficialato experiente na guerra ultramarina. Mas, também, é evidente a presença do conhecimento indígena sobre a floresta, a eficiência das armas, sobretudo arco e flecha, da tática do assalto, da emboscada, das rotas dos rios e, principalmente, o conhecimento da guerra nativa.

²⁴ DANIEL, João. “Tesouro descoberto no rio Amazonas” p. 275.

²⁵ “Notícias da América Portuguesa, em especial mapa e roteiro geográfico”. Manuscritos da Livraria- *PT/TT/MSLIV*, n. 1065

Na experiência colonial, conforme explica Pedro Puntoni, uma especificidade da guerra foi a chamada “guerra do mato”, verificada, sobretudo, no início do século XVIII, empreendida contra os indígenas levantados ou os negros aquilombados. Isto significou a configuração de um novo tipo de ação militar: as expedições realizadas expressamente para um evento no sertão. Na realidade analisada por Puntoni, essas jornadas também chamadas de “entradas” ou “bandeiras”, exigiram a assimilação de técnicas de guerra dos nativos, como o assalto – surpreender o inimigo despreparado para revidar o ataque –, além da acomodação de táticas às condições naturais da região.

Essa capacidade de *assimilação* e *acomodação* de técnicas e estratégias nativas, adaptadas aos contextos ecológicos e sociais, segundo Puntoni, foi, em larga medida, responsável pela superioridade obtida pelas forças europeias na colônia, ou seja, a guerra na colônia não era só o resultado da arte militar europeia. Compartilha-se da perspectiva da *acomodação* e *adaptação* apresentada por Puntoni. Todavia, não podemos desconsiderar a superioridade nativa sobre o conhecimento das táticas de guerra na floresta. O que só é possível compreender considerando a tradição da guerra para os grupos indígenas. É, sem dúvida, esse conhecimento indígena que os torna a principal e mais eficaz força bélica frente aos índios hostis. Uma análise somente a partir dos conceitos de adaptação e acomodação por parte das tropas lusas das táticas de guerra nativa reduz a análise da guerra à percepção do colonizador, e torna pouco visível o lugar da guerra para os índios.

Neste aspecto, a meu ver, reside um problema da explicação de Puntoni. Ao elaborar um modelo explicativo sobre a superioridade das tropas lusas, ele torna secundária a participação indígena nos eventos bélicos, ou ao menos subsidiária da ação do colonizador, haja vista, que conforme a sua compreensão, a superioridade militar europeia está vinculada ao fato de os europeus saberem incorporar e adaptar suas técnicas de guerra às dos nativos. Ora, a militarização da região não ocorreu de forma unilateral: se os lusos absorveram dos índios sua arte de guerrear, esses últimos também o fizeram, utilizando as armas de fogo ou se valendo de negociações a seu favor.

Aliás, se na Europa a pólvora e a arma de fogo provocaram intensas e profundas mudanças na *arte de guerrear* do ocidente, essas inovações tecnológicas trazidas pelos conquistadores mudaram definitivamente o conflito da Amazônia. A introdução da arma

de fogo nas guerras nativas reorientou a capacidade de combate e as relações estabelecidas entre o grupo, como veremos mais adiante o caso dos Aruã.

Portanto, compreender o significado da guerra para os grupos indígenas e suas mudanças, após o contato, requer um esforço no sentido de entender os indígenas nos eventos de guerra, na organização das tropas, e do próprio posicionamento destes enquanto sujeitos ativos neste processo. Por outro lado, devemos estar atentos à nova organização da força bélica indígena, da sua utilização, da incorporação de novos elementos de guerra.

A coexistência no conflito do arco e flecha e da arma de fogo, por exemplo, é importante indicativo de que a guerra que se faz na primeira metade do século XVIII adquire configurações completamente diferenciadas das que se faziam antes do contato, ou das que se faziam na Europa do período. Trata-se de uma nova forma de guerrear. Trata-se de uma guerra *luso-indígena*. É intenção nesta altura compreender o significado da incorporação e participação indígena em tropas lusas na Amazônia. E, para isso, o desafio é, sobretudo, mapear aqueles índios que lutavam ao lado dos portugueses, e o significados destes e de sua *arte de guerra* para a defesa e expansão da fronteira colonial.

2. Índios aliados nas tropas portuguesas e o avanço da fronteira da colonização

Durante as últimas décadas do século XVII e toda a primeira metade do século XVIII, conforme vimos no capítulo 2, militares e governadores queixavam-se sobre a qualidade dos soldados pagos. Em 1683, foram descritos por Sá e Meneses, como “criminosos” que viviam fugidos pelos matos.²⁶ Em 1710, “estropiados” e “doentes” foram os adjetivos usados por Cristóvão da Costa Freire ao se referir à tropa paga.²⁷ Para José da Serra, em 1733, eram gente “ignorante”.²⁸ João de Abreu do Castelo

²⁶ “Sobre os filhos dos homens nobres da dita capitania que servirem se lhe terá respeito”. 9 de janeiro de 1683. *AHU*, Códice268, fl.34v.

²⁷ Carta do governador ao rei. Belém, 7 de março de 1712. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6; D. 481.

²⁸ Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 3 de outubro de 1733. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 14, doc. 1330.

Branco, em 1741, reclamava por ser a tropa formada de “cafuzos, mulatos e mamelucos”.²⁹ Em 1755, concluía Mendonça Furtado dizendo ser gente “sem disciplina” e “ignorantes”.³⁰ Nas correspondências avolumam-se descrições como as destacadas aqui.

A má qualidade dos soldados das tropas pagas deve-se como vimos no capítulo anterior, à forma indiscriminada e compulsória que assumiu o recrutamento na colônia. De fato, o perfil não correspondia ao militar que esperavam contar os oficiais e os governadores. As forças eram compostas em sua maioria de lavradores, degredados, “vadios”, “vagabundos”, para os quais a militarização foi uma imposição e não uma aptidão, e disso decorria também o alto índice de deserção.

A insuficiência e a má qualidade das tropas oficiais, por outro lado, confirmava a importância dos indígenas aliados para a efetivação das operações militares. Foi a força desses aliados que possibilitou a defesa da capitania e a envergadura da tropa lusa em momentos importantes da expansão da fronteira colonial. Na documentação, os índios são retratados como “valerosos”, “bons caçadores”, “famosos flecheiros”, “grandes pescadores”, com “grandes conhecedores dos astros”, “naturalmente belicosos” e “insignes navegadores”. Essas qualidades, observadas por governadores, religiosos e militares sobre alguns grupos indígenas, parecem ir na contramão de como descreveram os soldados pagos.

Verifica-se, portanto, relatos que desqualificam os soldados e qualificam os nativos. Essa positivação de alguns grupos indígenas apresenta duas questões importantes: em primeiro lugar, o evidente reconhecimento das habilidades indígenas sobre a natureza e as práticas que interessavam à logística colonial. Em segundo lugar, a compreensão do colonizador da importância desse conhecimento para a própria sobrevivência e manutenção das atividades coloniais.

Nota-se que as características destacadas se referem à habilidade para a guerra, o conhecimento da natureza e técnicas de subsistência (caça, pesca e cultivo), questões

²⁹ Carta do governador João de Abreu de castelo Branco para o rei remetendo os mapas relativos ao estado militar das capitanias do Pará e Maranhão. Pará 11 de outubro de 1741. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 24; D. 2262

³⁰ NOGUEIRA, Shirley. “Razões para desertar. Institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII”. Belém: Dissertação de Mestrado, NAEA/UFPA, 2000, p. 51.

primordiais para a “boa administração” do governo colonial e para a colonização para usar uma expressão do governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão em uma carta de 1747.³¹

A importância desses grupos foi bem afirmada em carta de 1709, na qual a Coroa recomendava que, na impossibilidade de enviar efetivos militares do reino, se fizesse a defesa com os “naturais” que “fazem muita diferença em seus procedimentos”.³² A diferença destacada pela Coroa é exatamente o conhecimento nativo da natureza, dos caminhos dos rios, e, sobretudo, da arte de guerra. Assim, parecia não ser possível a empresa colonial sem a participação dos grupos indígenas. Esses fizeram parte desse universo defensivo, construindo suas próprias dinâmicas, seja pela aliança, pelas guerras ou pelos conflitos, estando estreitamente relacionados ao processo de colonização e defesa da capitania do Pará.

A percepção dos grupos indígenas que colaboravam pode também ser observada no trato distinto dado pela legislação indigenista a esse grupo. Beatriz Perrone-Moisés ressalta que “aos índios aldeados e aliados, é garantida a liberdade ao longo de toda a colonização”, condição que incluía a garantia de “suas terras nas aldeias” e trabalho mediante pagamento de salário e ainda bom tratamento. O itinerário para tornarem-se “vassalos úteis” inclui a saída do sertão através do descimento para povoações portuguesas, espaço no qual eram “catequizados e civilizados”. Desses grupos aldeados, dependiam, as atividades coloniais, incluindo “o grosso dos contingentes de tropas de guerra contra inimigos tanto indígenas, quanto europeus”.³³

Perrone-Moisés explica que “uma das principais funções atribuída aos índios aldeados, é a de lutar nas guerras movidas pelos portugueses contra os índios hostis e estrangeiros”.³⁴ A legislação representava a própria oscilação da Coroa, “ao tentar

³¹ Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para o rei. Pará 29 de outubro de 1747. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 29, D. 2804.

³² CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Pará. Anexo: pareceres e bilhete. Lisboa, 29 de agosto de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 436.

³³ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*, pp.117-118.

³⁴ *Idem*, p.121.

conciliar projetos incompatíveis embora, igualmente importantes para os seus interesses”. Ora, a conversão dos gentios “justificava a própria presença europeia na América eram a mão-de-obra sem a qual não se podia cultivar a terra, defendê-la dos ataques inimigos tanto europeus quanto indígenas, enfim, sem o qual o projeto colonial era inviável”.³⁵

Conforme escreve Almir Diniz de Carvalho Junior, dependiam da atuação dos indígenas aliados a expulsão de estrangeiros e a consolidação do domínio português na região. Sem os “guerreiros índios, que suplantavam em número e em conhecimento da região aos militares portugueses, não somente teriam perdido o controle da terra”, mas, também, “não poderiam dominar efetivamente a quantidade inumerável de homens que se localizavam ao longo das dezenas de rios nos sertões amazônicos”. Esses aliados teriam proveniência de antigas alianças, sobretudo dos Tupinambá do Estado do Brasil, mas também estabelecidos da “criação de lideranças” educados no interior das aldeias missionárias.³⁶

De fato, na cooptação e conquista de aliados indígenas os aldeamentos têm papel central. Maria Regina Celestino de Almeida afirma que a política de aldeamentos “foi essencial para o projeto de colonização”. Desses espaços saíam os índios para “compor as tropas militares”, “ocupar os espaços conquistados” e “para construção das sociedades coloniais”.³⁷ Há, portanto, como sinalizamos no capítulo anterior, uma relação entre *defesa* e *missão*, verificável na logística e subsistência que conecta os aldeamentos às fortificações e/ou as tropas.

A percepção de aliados parece atrelar-se a sua indispensável colaboração, dentre outras atividades, para defesa do território. Todavia, as pesquisas têm apontado para outros canais de aliança que não necessariamente passam pelo itinerário dos *aldeamentos*. Trata-se de “nações aliadas”, que não estão no espaço do aldeamento, mas mantêm relacionamento de amizade com os portugueses e nas ocasiões de guerra são

³⁵ *Idem*, p.116

³⁶ CARVALHO JÚNIOR, Almir. *Índios Cristãos. Poder, Magia e Religião na Amazônia Colonial*. Curitiba: CRV, 2017, pp. 52-53.

³⁷ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na História do Brasil*. P.71.

convocadas a participar.³⁸ Sobre estas quase não se tem informações. Além, disso há ainda os que são mobilizados pela cooperação entre capitanias, através do auxílio entre governadores.

Outra questão que deve ser ponderada é a associação automática entre *índios aldeados/índios aliados*. Entre essas duas categorias não há nexos inerentes. Ou seja, o aldeamento e a conversão a fé cristã não significavam, por parte do índio, alinhamento com o projeto colonial português. Os casos de fuga e conflitos por parte dos aldeados que acompanhavam as tropas são sintomáticos nesse sentido. Basta lembrar o caso ocorrido em 1712, dos índios que acompanhavam a tropa do cabo Manoel do Vale, que se valeram da ocasião para matar o cabo e os seus soldados. Do conflito escaparam apenas um soldado “ferido que se recolhera a casa forte do Iguará”, de onde pedia “socorro de gente, e munições”.³⁹

Não se pode negar o impacto missionário sobre as populações indígenas aldeadas, e a implicação na constituição de aliados. Como explica Almir Diniz, as lideranças eram construídas em muitos casos resultantes da catequese de crianças, que cristianizadas mais tarde seriam intermediários no convencimento de outras nações indígenas ao descimento.⁴⁰ Por outro lado, é importante considerar a linha tênue que existe entre as categorias “aliados” e “inimigos”: a depender dos interesses indígenas estas poderiam ser consolidadas ou rompidas facilmente, conforme veremos adiante.

As guerras também são um vetor analítico no qual se pode verificar essa percepção e tratamento distintos aos grupos considerados “aliados”. O entendimento sobre quais grupos se deve declarar guerra passa pelo mapeamento daquelas nações hostis, descritos como “empecilhos” para o projeto colonial. Se, por um lado “a liberdade é sempre

³⁸ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*, p. 121.

³⁹ “Sobre o socorro de 400 índios de guerra que se mandam enviar logo do Ceará para se castigarem os índios do Corso por haverem morto o seu cabo Manoel do Valle e aos seus soldados”. Lisboa 19 de dezembro de 1712. *AHU*, cartas régias para o Maranhão e Pará, códice 269, f. 4v.

⁴⁰ CARVALHO JÚNIOR, Almir. *Índios Cristãos. Poder, Magia e Religião na Amazônia Colonial*. Curitiba: CRV, 2017, pp. 52-53.

garantida aos aliados, a escravidão é, por outro lado, o destino dos índios inimigos”.⁴¹ A escravidão legal provém da declaração de guerra justa.⁴²

Na prática os motivos para se declarar guerra justa tornaram-se tão dilatados que quase tudo era passivo de fazer guerra aos índios. O caráter adaptável da legislação seguiu aos interesses da expansão colonial, como escreveu Ângela Domingues. Em certa altura “a escravidão passou a fundamentar-se na diferença entre indivíduos mansos e civilizáveis e indivíduos bravos e aguerridos”. Nesses termos “era precisamente no rompimento desta situação de amizade e paz que residia a necessidade prática e a justificativa moral para a escravidão”.⁴³

A declaração da guerra justa, estava atrelada também à compreensão dos grupos considerados obstáculos ao avanço colonial. Essa percepção, era construída, em muitos casos, a partir da relação com indígenas que colaboravam tornando-se, como tratou Nádia Farage, verdadeiras “muralhas dos sertões”.⁴⁴ Das informações dos estudos de Perrone-Moisés aos grupos descritos como “inimigos” recomendava-se a “extinção total” por guerra “rigorosa”, “total”, “veemente” “cruamente”, “fazendo ao inimigo todo dano possível”. Aqueles considerados aliados, entretanto, um tratamento “bondoso e pacífico”.⁴⁵

⁴¹ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*, p.123.

⁴² “As causas legítimas de guerra justa seriam a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidades contra vassallos e aliados dos portugueses (especialmente ligado à primeira causa) e a quebra de pactos celebrados”. PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*, p.123.

⁴³ DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. P.27

⁴⁴ FARAGE, Nadia. *As muralhas dos sertões. Os povos indígenas do rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Anpocs, 1991.

⁴⁵ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios do Brasil*, pp. 122 e 126.

Quando trata da análise de aliados, a historiografia tem restringido a perspectiva ao âmbito dos aldeamentos. Todavia, esses índios que estão aldeados, embora sejam potenciais aliados, configuram também, em muitos casos, aqueles que não se ajustam aos interesses coloniais. Além disso, ao tratar dos índios aldeados tem-se centrado os estudos na catequese, trabalho e cotidiano, pouca ou quase nenhuma atenção tem se dedicado ao estudo desses indígenas em operações militares. Embora essa prerrogativa esteja presente, por exemplo, no *Regimento das Missões*, de 1686.

Além disso, nos conflitos e embates entre portugueses e índios a rede burocrática em torno da guerra justa, do cativo e liberdade dos índios produziu um volume importante de registros sobre os índios hostis.⁴⁶ E, por essa razão, estes tornaram-se mais evidentes no conjunto documental, em detrimento da presença dos aliados, fossem estes provenientes de aldeamentos, nações aliadas ou de outras capitânicas.

Há, portanto, especial atenção aos grupos de índios que ocuparam boas páginas de relatos por serem considerados inimigos. São exemplares, para o estado do Brasil, os Caetés, os Potiguaras, os Goitacazes, e os Aimorés. Esses grupos, conforme Celestino de Almeida tornaram-se bastante conhecidos “pelas descrições extremamente negativas e estereotipadas”, e pelas relações “fluídas e instáveis” que estabeleciam entre si e com os estrangeiros.⁴⁷

Assim também os foram descritos os índios Caicai, Guarati e Guanaz como “causadores de destruição” aos moradores dos rios Mearim, Munim e Itapecuru na capitania do Maranhão.⁴⁸ Além dos índios Manao do Rio Negro⁴⁹ e os Mura do Rio Madeira⁵⁰ considerados bárbaros e ferozes. Os índios Nhengafbas, as nações Mapuas,

⁴⁶ Sobre liberdade, cativo dos índios e Junta das Missões no Estado do Maranhão ver: MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza. *Fé e império: as Juntas das Missões nas conquistas portuguesas*. Manaus: EdUA/FAPEAM, 2009.

⁴⁷ *Idem*, p. 47.

⁴⁸ MELO, Vanice Siqueira. *Cruentas Guerras*, p. 130.

⁴⁹ GUZMÁN, Décio Marco Antonio de Alencar. “História de Brancos”: memória, historiografia dos Manao do Rio Negro (séculos XVIII-XX)”. *Dissertação de Mestrado*: Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.

⁵⁰ ARAÚJO, Alik Nascimento de. “De bárbaros a vassallos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste Amazônico (1714-1786)”. *Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em História PPHIST-UFPA*, Belém, 2014.

Periquaras, Ariquras, Jacoanis, Managages; e ainda os Aruã que ocupavam a região do Marajó, eram considerados amigos dos holandeses e inimigos dos portugueses.⁵¹

A perspectiva analítica que coloca os índios em posição de constante enfrentamento com os portugueses pouco contribuiu para compreender os que lutavam ao lado dos colonizadores. Isso fica evidente inclusive nas pesquisas que, a partir disso, dedicaram-se, por um lado, a compreender esses grupos hostis que se apresentavam em constantes embates com os portugueses;⁵² e em decorrência disso, verifica-se estudos voltados às guerras.⁵³

É evidente que, no processo de colonização da América portuguesa as guerras entre colonizadores e indígenas foram constantes. Para o Estado do Maranhão da primeira metade do XVIII, elas fizeram parte do cotidiano. As consequências desse ambiente de guerra podem inclusive ser verificados no extermínio das populações indígenas da região. Nesse período, a guerra parece que estava por toda parte, estendendo-se ao Rio Negro contra os Manao e os Maypena⁵⁴; ao Rio Madeira contra os índios Mura; ao Cabo do Norte e Marajó contra os Aruã; nos sertões do Maranhão, a guerra contra os Guanarés⁵⁵ e a guerra contra os índios Aranis, Suassuí, Anapurú e Araf⁵⁶; guerra às

⁵¹ AHU, Avulsos do Pará, Belém, 28 de junho de 1647. Cx. 1; D. 69.

⁵² São exemplares para a Amazônia colonial os estudos de: GUZMÁN, Décio Marco Antonio de Alencar. “História de Brancos”: memória, historiografia dos Manao do Rio Negro (séculos XVIII-XX)”. *Dissertação de Mestrado*: Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997; ARAÚJO, Alik Nascimento de. “De bárbaros a vassallos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste Amazônico (1714-1786)”. *Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em História PPHIST-UFPA*, Belém, 2014.

⁵³ Exemplar são as pesquisas de: MELO, Vanice Siqueira. *Cruentas Guerras*. Para o nordeste do Brasil, não podemos deixar de mencionar o importante trabalho de Pedro Puntoni, intitulado: PUNTONI, Pedro. *A guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Papesp, 2002. Para as Minas Gerais temos os trabalhos de RESENDE, Maria Leônia Chaves de; Langfur, Hal. Minas Gerais Indígena: a resistência dos Índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. *Tempo*, Niterói, v. 12, nº 23, p. 5-22, 2007.

⁵⁴ AHU, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974; Cx. 11, D. 1046; Cx. 13, D. 1174.

⁵⁵ AHU, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 997.

⁵⁶ AHU, Avulsos do Pará, Cx. 14, D. 1284.

nações Cavisenas e Periana⁵⁷, que viviam junto ao rio Amazonas⁵⁸; guerra contra o gentio Acoroá-açu, no sul do Piauí.⁵⁹

Essa breve relação já aponta para um ambiente de conflito, cujas dinâmicas são complexas do ponto de vista da gente e interesses envolvidos. Portanto, as guerras integram um vetor analítico importante para a compreensão das dinâmicas sociais, da colonização. Todavia, é importante também nesses quadros investigar sobre os grupos indígenas que se aliavam e, sobre esse aspecto, me parece que ainda há um caminho historiográfico a percorrer.

Há ainda um último elemento que embaraça essa percepção dos aliados, é o que podemos chamar de *construção do conquistador europeu*. Ao longo da colonização, consagrou-se alguns homens europeus como grandes conquistadores. Nas diligências militares de expansão colonial, nomes como Francisco Caldeira de Castelo Branco, Pedro Teixeira, Jácome Noronha, Bento Maciel Parente, João Pais do Amaral ganharam destaque como grandes conquistadores. Os índios que estiveram ao lado desses militares são aglutinados pelo termo homogeneizante “índio”, com raras informações sobre a nação, os costumes, e as atuações nas guerras.

Isso ocorre por uma questão política. O conhecimento indígena sobre a natureza e a arte de guerra nativa não foram postos em evidência na escrita da história, uma estratégia que coloca os europeus em condição de superioridade em uma relação assimétrica, em que a narrativa dos feitos priorizou a figura do branco. A necessidade da conquista e das alianças deixaram rastros em que é possível, não com a facilidade com que se faz para os não índios, verificar suas atuações e presença nas tropas e diligências de guerra.

A partir da tabela de mobilização indígena para atividades militares do capítulo anterior, essa presença será verificada em alguns momentos importantes da expansão colonial: 1) *a fronteira do Amapá* através da análise da Guerra contra os Amanaju (1689); 2) Guerra contra os Aruã do Marajó (1721-1722) que explica, em grande parte as disputas pelo Cabo do Norte; e 3) as tropas de guarda costas enviadas à região e à

⁵⁷ AHU, Avulsos do Pará, Cx. 14, D. 1329.

⁵⁸ AHU, Avulsos do Pará, Cx. 15, D. 1430.

⁵⁹ AHU, Avulsos do Pará, Cx. 22, D. 2112.

fronteira do Rio Negro, utilizando o evento da Guerra contra os Manao e Mayapena (1723-1730).

Para todos esses vetores de alargamento da fronteira colonial, atrela-se conflitos de guerra com grupos indígenas hostis, para os quais os indígenas aliados atuaram na logística, rede de informação e conflitos.

3. Os indígenas e a expansão das fronteiras coloniais.

3.1. A Guerra do Cabo do Norte

Antônio, índio da aldeia dos Tocantins, estava na tropa de guarda costas capitaneada por João Pais do Amaral que, em 12 de dezembro de 1721, saiu de Belém até o Cabo do Norte.⁶⁰ O objetivo era “prender os índios que haviam sido denunciados como salteadores do litoral do Pará”. Além disso, deveriam observar os marcos dos domínios entre França e Portugal.⁶¹

As expedições de guarda costa eram organizadas, excepcionalmente, para verificar e guardar as fronteiras entre o reino de Portugal e o reino da França. Todos os anos, canoas armadas em guerra, juntamente com soldados e índios eram destacados ao local. Essa prática evidencia um território de fronteira com definições políticas poucas claras. O tratado de Utrecht, assinado em 1713, que buscava definir os domínios disputados pelas duas Coroas, não resolveu os problemas decorrentes de um complexo comércio estabelecido entre as populações indígenas e os estrangeiros na região.

Os índios descritos no regimento como “salteadores do litoral do Pará” eram os Aruã. Uma nação indígena que habitava o território da Ilha do Marajó e atuava como peça chave em um comércio dinâmico que conectava essa região ao extremo norte da capitania. Uma rede que incluía, além dos Aruã, os franceses de Caiena, holandeses e os indígenas do Cabo do Norte, como a nação Amanaju. Esses sujeitos mantinham complexas relações entre si. A razão para as guerras contra os Amanaju (1689), e os

⁶⁰ *Relatos de fronteiras: Fontes para história da Amazônia séculos XVIII E XIX*. APEP, Códice: Fronteira francesa (Reinados de D. João V/ D. João VI-1713/1842) transcrito em: P.C.D.L livro A11, p. 126.

⁶¹ Boletim de Pesquisa Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia - CEDEAM. Universidade do Amazonas. Manaus, v.6, nº 10, jan/jun 1987, p.37.

Aruã (1721-1722) era, sobretudo, romper essas redes comércio estabelecidas. Portanto, como afirmamos atrás são partes de um mesmo processo.

Afirmar a presença lusa no Cabo do Norte dependia, em grande parte, do desmantelamento dessas redes de contato, e da influência desses grupos indígenas na região. Para essa tarefa, os índios aliados dos portugueses foram centrais, seja pela atuação nas guerras, ou pelas informações privilegiadas que passavam aos colonizadores sobre as práticas e dinâmicas dos sertões. É sobre esse aspecto que se chama atenção.

Antônio índio era aliado dos portugueses, participava da atividade militar de vigilância de fronteiras, e ao que parece entendia bem as dinâmicas construídas no Cabo do Norte. Ele foi um dos informantes sobre o comércio estabelecido pelos Aruã na região. Antônio explicava com riqueza de detalhes: liderados por Guaymar, os Aruã “andavam ao negócio de resgate de índios” nos domínios portugueses, passavam até Caiena e comercializavam essa gente por “pólvora, balas e armas”. E, não apenas isso, o aliado indígena acrescentava que os Aruã eram também os guias dos franceses, pois os acompanhavam do lado de cá da fronteira para “fazer resgates, e assaltos”.⁶²

Outro aliado, José, “índio da terra ladino na língua geral”, que estava na mesma tropa de guarda costas de João Pais do Amaral e do índio Antonio, confirmou as informações, e acrescentou que o tal “rebelde Guyamar” agia no Araguari aprisionando índios que iam aquele rio para colheita de cacau.⁶³ Esses índios que compunham as tropas de guerra e guarda costas parecem ter sido excelentes informantes das práticas dos sertões. Sobretudo, em um território como o Cabo do Norte de fronteira aberta para o qual a estratégia defensiva dependia de informações e vigilância.

Um espaço emblemático para o qual a Coroa portuguesa despendeu enormes esforços para assegurar seu domínio, desde o século XVII. Basta lembrar que a região foi doada como capitania privada a Bento Maciel Parente, em 1637. Além das ações para manutenção do seu controle e vigilância, como por exemplo, a constituição da casa forte do Araguari, em 1688, cujo objetivo era frear a entrada de estrangeiros na região.

⁶² *Relatos de fronteiras: Fontes para história da Amazônia séculos XVIII E XIX*. APEP, Códice: Fronteira francesa (Reinados de D. João V/ D. João VI-1713/1842) transcrito em: P.C.D.L livro A11, p. 126.

⁶³ *Idem*, p. 127.

Mais tarde, a guarnição do presídio de Macapá que se atrelava também a esse objetivo e, na segunda metade do século XVIII, a fortaleza de São José de Macapá. Além da atuação de missionários jesuítas na região que foi um importante vetor de ocupação.

Todavia, embora com todas essas medidas e com um tratado diplomático entre Portugal e França, até o avançar do século XIX, a região continuou a ocupar um lugar com dificuldades próprias para defesa. Um espaço privilegiado, como explica Fernanda Aires Bombardi pelo “estabelecimento de intensas relações de guerras, comércio e onde se confrontam diferentes experiências sociais e estratégias de colonização”.⁶⁴ Na análise de Rafael Ale Rocha, os limites do Cabo do Norte, nas décadas de 1720 e 1730 inseriam-se em complexas dinâmicas que integram “um contexto macro e extra-amazônico e, por outro, as políticas transfronteiriças desses diversos agentes em escala local ou, mesmo, global (índios, negros, mestiços, autoridades, colonos portugueses e franceses e impérios)”.⁶⁵

Antônio, índio proveniente da aldeia dos Tocantins, e José, “índios da terra” estavam inseridos nessas complexas redes de relações construídas nesse espaço. Ocupavam um papel central, como aliados dos portugueses, sobretudo, como intermediários que decodificavam aos lusos grande parte do emaranhado de relações que resultava desse contato entre diferentes sujeitos sociais. É desse canal estabelecido entre portugueses e indígenas aliados nos sertões que se definem as ações de guerra mais adequadas aos interesses coloniais portugueses. Assim desse circuito de informação, também se mapeia as nações indígenas que são ao longo desse processo consideradas inimigas ou obstáculos ao avanço da fronteira colonial.

As informações descritas pelos índios Antônio e José foram tomadas em interrogatório mandado fazer pelo governador João da Maia da Gama para que ele pudesse tomar conhecimento do que eles testemunharam na expedição de Guarda Costa de 1721. Além deles, depuseram o capitão João Pais do Amaral, dois sargentos Antônio Freire e Ignácio, cinco soldados Pascoal de Freitas, Antônio Coelho da Silva, Pedro de

⁶⁴ BOMBARDI, Fernanda Aires. P. 62.

⁶⁵ ALE ROCHA, Rafael. “‘Domínio’ e ‘Posse’: as fronteiras coloniais de Portugal e da França no Cabo do Norte (primeira metade do século XVIII)”. *Revista Tempo*, Vol. 23 n. 3, Set./Dez. 2017, p.533.

Sousa Passos, Antônio Monteiro e Antônio Batista dos Santos, que também estavam na tropa.⁶⁶

A diferença das informações dadas pelos índios e militares diz muito a respeito do papel que desempenham nesse processo. Os militares foram interrogados sobre um possível marco fronteiro entre Portugal e França. Os índios que serviram de guias e intérpretes na diligência não foram consultados a respeito, mas sobre dinâmicas internas alianças e negócios mantidos pelos índios com os franceses, o comércio e resgates de índios nas possessões portuguesas, a colheita do cacau, a questão dos índios rebeldes e os assaltos que ocorriam na região.

Ouvir os índios aliados era importante para a administração da defesa colonial. Se para o governador não era significativo perguntar aos índios sobre demarcações de fronteiras e os acordos políticos, eles eram as testemunhas requisitadas para informar sobre a entrada de franceses, a colheita de produtos do sertão, a navegabilidade dos rios, dentre outros aspectos. Ou seja, o que interessava dos índios para os portugueses era o conhecimento de um espaço indígena que os colonizadores desconheciam.

Outra questão que chama atenção são detalhes das informações passadas pelos aliados indígenas, como por exemplo, os nomes do chefe dos Aruã, o Guaymar e dos franceses que mantinham comércio com ele, o que não se verifica da parte dos militares. Além da clareza que os índios aliados têm do espaço, apontando os nomes dos rios e indicando as rotas. Portanto, os relatos dos índios Antônio e José são de sujeitos que transitavam entre o espaço colonial e o espaço indígena do sertão. Nessa condição, eram importantes nas atividades militares da tropa de guarda costa, também para a defesa do Estado.

Os índios Antônio e José não estavam sozinhos, havia também os índios Vicente, Luís, Cipriano, Nazário, Henrique, Felipe e muitos outros da Aldeia dos Arapijó e Tupinambá. Além dos índios da aldeia de Maracanã e da nação Aroaquizes, que são os que aparecem como aliados dos portugueses nas guerras contra os Amanaju e os Aruã.

⁶⁶ *Relatos de fronteiras: Fontes para história da Amazônia séculos XVIII E XIX*. APEP, Códice: Fronteira francesa (Reinados de D. João V/ D. João VI-1713/1842) transcrito em: P.C.D.L livro A11.

Esses aliados, nas ações militares, foram centrais para o avanço do domínio luso na região e o rompimento da fronteira indígena que bloqueava essa expansão.⁶⁷

Para o combate dos Amanaju em 1689, estavam mobilizados os índios Tupinambá, os Aroaquizes e os da aldeia de Maracanã. Foram esses aliados que possibilitaram o enfrentamento aos índios do Cabo do Norte. Por essa atuação e arte de guerra foram descritos pelo governador Sá e Meneses como “valerosos índios”.⁶⁸

Os índios da aldeia de Maracanã, estabelecidos na costa atlântica, foram centrais nas atividades de defesa, José da Serra se referia a eles como os “mais fiéis ao serviço de V.M.”.⁶⁹ Padre João Daniel, também oferece indícios sobre este grupo, os relaciona com os Tupinambá que no Pará estiveram reduzidos juntamente aos Caité, Cabu, Mortigura e muitas outras. Como escreve o religioso eram “belicosos”, “bons trabalhadores” e nas guerras “têm ajudado muito os portugueses”.⁷⁰ É significativo que três nações tenham participado como aliadas dos portugueses para um único evento de guerra.

A tropa, portanto, é um complexo dinâmico e multifacetado de práticas provenientes de diferentes grupos indígenas e militares. Consta que estes aliados entraram “nos sertões dos inimigos” Amanaju. Estes últimos aguardavam a investida da tropa lusa e seus aliados prevenidos. Atacaram e se “defenderam tão valorosamente que se admiraram os soldados mais antigos nas *guerras destes sertões* dizendo que não tinham ainda em nenhum tempo índios com tão conhecido valor” o que igualmente se achava “em um e outro sexo”.⁷¹

O enfrentamento preparado pelos Amanaju do Cabo do Norte à tropa de guerra indica questões que devem ser consideradas. Primeiro, há referência de homens e mulheres na guerra, uma prática distinta dos Tupinambá para os quais este evento atrela-se ao universo masculino, como já mencionamos. Outra questão, deve-se à organização desses grupos para a guerra. Não há preparo sem que haja conhecimento da

⁶⁷ Chama-se de fronteira indígena, grupos que se colocavam como obstáculos aos avanços da fronteira colonial na Amazônia. O rompimento desse bloqueio só foi possível com uma força especializada na guerra da floresta, ou seja, outros grupos indígenas aliados dos portugueses.

⁶⁸ AHU, Avulsos do Pará. Belém, 29 de novembro de 1689. Cx. 3, D. 278.

⁶⁹ CARTA do governador José da Serra ao rei. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 17, D. 1563.

⁷⁰ DANIEL, João. “Tesouro descoberto no rio Amazonas”.p. 269.

⁷¹ AHU, Avulsos do Pará. Belém, 29 de novembro de 1689. Cx. 3, D. 278.

iminência do conflito ou da marcha dos inimigos, o que sugere que estes índios do Cabo do Norte já tinham conhecimento da chegada da tropa lusa para combatê-los.

Ou seja, há indícios de uma rede de comunicação e colaboração indígena que permitiu o preparo dos Amanaju para guerra. Esse fato parece corresponder com a prática nativa de espionagem descrita pelo padre João Daniel. Índios espias que “escondidos no sombrio das árvores, a que sobem, descortinam, e vigiam os rios, e dão aviso do que vem ao longe, e dada a parte na povoação de que vem o inimigo, tocam a rebate, e avisam-se umas nações às outras suas aliadas”.⁷²

É importante destacar que as tropas lusas desenhavam um caminho previsível. A necessidade de juntar os índios remeiros, guias e guerreiros à diligência fez com que as canoas passassem necessariamente pelas aldeias e fortificações. Assim recomendava o governador, em 1728, à tropa de guarda costa, para que seguisse viagem até as aldeias dos “padres Santo Antônio e Conceição” para “tomar guias e valer-se de alguns índios que preciso lhes forem”. Além disso, deveria a tropa averiguar e “visitar as fortalezas do Paru, Pauxi e Tapajós”.⁷³

Esse trajeto foi prontamente interpretado pelos nativos. Na capitania do Maranhão, por exemplo, a nação Cohy e suas aliadas por duas vezes surpreenderam por assalto a tropa do tenente João Nogueira de Souza, que seguia para combatê-los. Talvez por essa razão por duas vezes tenham conseguido surpreender por assalto as investidas das tropas portuguesas.⁷⁴ O ataque antecipado da nação Cohy à tropa lusa sugere não só que eles tinham conhecimento da investida militar, como também dos caminhos por onde essa tropa passaria.

Essa parece ter sido a estratégia que possibilitou aos Amanaju do Cabo do Norte o preparo para a guerra. Todavia, conforme a narrativa de Sá e Meneses estes foram combatidos pelos “aguerridos aliados muitos destes desprezando as próprias armas

⁷² DANIEL, João. “Tesouro descoberto no rio Amazonas”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Vol. 1, 1876, p. 235.

⁷³ Regimento que há de guardar o sargento mor Fr^{co} de Mello Palheta comandante da tropa de guarda costa. Belém do Grão-Pará, 22 de outubro de 1728. *APEP*, código 7, doc. 05, capítulo 6 do regimento.

⁷⁴ “Certidão do tenente da casa forte do Iguará, João Nogueira de Sousa, para o soldado Manuel Freire de Andrade, sobre o procedimento deste último numa situação de conflito com índios no ano de 1709”. 10 de junho de 1710. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 11, doc. 1114.

expondo os corpos as dos inimigos. Intrepidamente “trepando pelos jiraus (fortificação gentílica) nestas partes”.⁷⁵

A tática de guerra empregada para combater os Amanaju é nativa. Há elementos que compõem o conjunto de *arte de guerra* Tupinambá. A combate corpo a corpo foi descrito por Florestan Fernandes, assim como a paliçada associada em seu estudo como fortificação nativa, tal como descreveu Artur Sá e Meneses sobre as táticas de guerra usadas no Cabo do Norte.

A utilização dos jiraus, ou fortificação gentílica, torna evidente que a determinação da tática foi definida, neste caso, pelos nativos e não pelas técnicas de guerra europeias a exemplo das fortificações à moderna, tratadas no capítulo 3. A arte de guerra dos índios aliados colaborou para a bem-sucedida empreitada colonial, na avaliação de Artur Sá e Meneses.

O combate dos Amanaju, entretanto, não interrompeu o comércio indígena no Cabo do Norte que se estendeu a primeira metade do século XVIII. Para frear essa relação de comércio existente entre Gurupá e Cabo do Norte dependia ainda do enfrentamento da nação Aruã que, como vimos atrás, conectava esses espaços por meio de um dinâmico comércio.⁷⁶ Combater a influência dos Aruã na região parecia inadiável aos interesses lusos. A rota estabelecida pelos indígenas era uma rede fortemente estabelecida que fez do Cabo do Norte uma região fronteira peculiar, cujo domínio não se resolveu com tratados diplomáticos de tradição ocidental, ou mesmo, pelas estratégias de controle português. Por que isso ocorre?

Denise Schaan explica que estudos arqueológicos encontraram semelhanças entre a fabricação de cerâmicas do Gurupá com Amapá e Guianas. Eram provavelmente produzidas por grupos Arawak⁷⁷, povo que deu origem aos Aruã, Aroanis ou Aroaris, assim denominados pelos portugueses. Dados recentemente divulgados pelo projeto “Origens, Cultura e Ambiente” (OCA), do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)

⁷⁵ AHU, Avulsos do Pará. Belém, 29 de novembro de 1689. Cx. 3, D. 278.

⁷⁶ Carta do governador Francisco de Sá e Meneses ao Rei. Belém do Pará 22 de janeiro de 1685. Cx. 3; D.245.

⁷⁷ SCHAAN, Denise Pahl. “Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições”. *Bol. Mus. Pará*. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 77-89, jan-abr. 2007.

desenvolvido no município de Gurupá apontaram para novos contatos estabelecidos no período pré-conquista.⁷⁸

As cerâmicas encontradas em Gurupá, de acordo com Helena Lima, coordenadora do Projeto, revelam que o Marajó integrava rotas de “circulação de informações no sentido norte-sul, passando pelas Guianas e Amapá e indo até o rio Xingu, atingindo regiões como Volta Grande”. Trata-se de novas rotas de comunicação, diferente das que até então a arqueologia destacava, “o sentido leste-oeste, ao longo do Rio Amazonas”.⁷⁹

Nesses termos é possível afirmar que essas relações se construíram no período pré-conquista. O estabelecimento do comércio na região, cujo protagonismo é frequentemente atribuído à presença de feitorias francesas, holandesas e inglesas, deve ser ponderado. Ao que parece, os estrangeiros só integraram antigas rotas de contato construídas pelos indígenas no período anterior a colonização, e não o contrário.

Todavia, é evidente que as possibilidades que o comércio com franceses, ingleses e holandeses apresentavam tornaram-se atrativas a esses grupos indígenas. Ora, os estrangeiros atribuíam novos significados aos produtos coletados da natureza e ao comércio de cativos. Ao passo que as ferramentas, as armas de fogo, e os utensílios europeus despontavam como novidades, as quais os indígenas da região estavam muito interessados em adquirir. O contato significou, a partir dessa perspectiva, um incremento ao circuito de contato e trocas de produtos já estabelecido.

Trata-se, portanto, de uma rota indígena. Essa percepção é fundamental para compreender a permanência do trânsito de gente e mercadoria entre o Marajó e o Cabo do Norte na primeira metade do século XVIII. Para impedir a ação indígena era necessário garantir também o domínio da Ilha do Marajó, especificamente o controle do estratégico território do Gurupá, região conhecida como a “boca dos sertões”.

Gurupá era uma região estratégica, conectada ao Marajó. É importante lembrar que, em 1623, a tropa de Luís Aranha e Bento Maciel Parente já havia entrado em conflito com ingleses e holandeses atacando suas povoações na região do Gurupá e Tucujus no

⁷⁸ SCHAAN, Denise Pahl e MARTINS, Cristiane Pires (orgs). *Muito Além dos Campos: Arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. Belém: GKNORONHA, 2010. Ver ainda informações publicadas na página do Museu Goeldi: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/sitio-arqueologico-em-gurupa-revela-novidades-sobre-ocupacao-milenar>

⁷⁹ *Idem*.

Amazonas. Arthur Cezar Ferreira Reis explica que essa ação contava com mil índios flecheiros, mobilizados do Pará, Maranhão e capitânicas do Brasil, notadamente Pernambuco e Rio Grande do Norte.⁸⁰ Um número muito expressivo de aliados indígenas, se considerarmos por exemplo, que nesse ano no Pará todo o efetivo de soldados pagos somava 150 homens (ver tabela 9, capítulo 2). Dados que reafirmam que o sistema defensivo e a expansão da fronteira colonial dependiam principalmente do auxílio indígena, desde o início da conquista. Dessa empreitada militar resultou a fundação da fortaleza de Gurupá em (1623), que se manteria durante o século XVIII como importante controle de rotas de canoas que vinham do sertão.

Os aliados Tupinambá estiveram envolvidos ao lado dos portugueses na guerra contra os índios Amanaju do Cabo do Norte, e foram os principais delatores das práticas dos Aruã, o que contribuiu para legitimar a guerra contra esse grupo, ocorrida entre 1721-1722. Portanto, os índios aliados dos portugueses não eram só importantes como força de guerra contra os grupos hostis. Revelavam-se também informantes indispensáveis para o conhecimento dessas práticas dos sertões.

Vicente, principal da aldeia do Arapijó, por exemplo, denunciou um ataque sofrido pela sua aldeia por parte dos Aruã. Estava ele com sua mulher e mais alguns índios em um igarapé e chegaram em canoas os Aruã que tentaram levá-los como prisioneiros, “como de ordinário fazem por serem sempre seus inimigos”; acabaram levando oito índios da aldeia do Arapijó, entre eles sua mulher.⁸¹

Mais detalhes foram incluídos por Sebastião, índio forro da mesma aldeia e meirinho. Conforme informava, flechas e armas foram usadas pelo Aruã, que mataram quatro ou cinco índios e os demais levaram prisioneiros, escapando somente o Principal Vicente “por cair no mar, que fugindo nadando escapou levando ainda três flechadas”.⁸²

Além deles, Luís, Cipriano, Nazário, Henrique e Felipe índios forros da mesma aldeia atestaram essas informações. Cipriano relatava serem os Aruã “seus inimigos

⁸⁰ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, v. 161), p. 31.

⁸¹ Boletim de Pesquisa Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia - CEDEAM. Universidade do Amazonas. Manaus, v.6, n° 10, jan/jun 1987, p.60.

⁸² *Idem*.

capitais”, condição também afirmada por Nazário. Felipe ofereceu mais detalhes da relação com a nação Aruã, pois de acordo com o que relatava havia três anos (1720) estava ele e mais um rapaz de sua aldeia pescando em uma canoinha, quando foram surpreendidos pelos Aruã que os “cativaram e levaram a suas terras”. De lá o levaram, mais um rapaz e uma índia da nação Mexiana “a vender em Caiena de França que logo trouxeram o precedido deles, que eram três armas de fogo”.⁸³

A partir dessas informações, cada índio cativo equivalia uma arma de fogo. A introdução de armas, por meio desse comércio, tornou a relação entre os Aruã e outras nações mais violenta, a exemplo da Aldeia Arapijó e Tupinambá. Foi o que relatou Felipe, índio da nação Arapijó ao destacar que os Aruã mantinham “nas suas terras índios escravos de diversas nações, e que estes são os que comumente remam, e que o estilo observado entre a maior parte destes mesmos Aruã”. Além disso, esses índios prisioneiros serviam como escravos “os rapazes e raparigas são os que fazem transporte e comércio com os ditos franceses de Caiena”.⁸⁴

O domínio de um comércio de cativos era mantido pela força coercitiva representada pelas armas de fogo. Esse impacto reconfigurou a relação de poder, que estava agora ligada também a seu domínio e acesso. Foi o que mostrou o relato de Alberto índio da aldeia Arapijó, ao destacar que pelo comércio mantido pelos Aruã estes “*se fazem temidos por contratarem e receberem armas de fogo*”.⁸⁵

Aqui destaca-se o reconhecimento do índio Alberto sobre o significado da arma de fogo. Uma leitura que associa o “*fazem-se temidos*” pelo porte das armas europeias. A partir da perspectiva indígena a militarização implica no domínio das rotas dos rios e na influência de um grupo sobre o outro. Ora, foi o acesso e domínio de armas e pólvoras através de Caiena que potencializou o domínio dos Aruã na região. Pedro, índio da aldeia dos Tupinambá, relatava que num ataque que sofreu a sua aldeia, os Aruã levaram quinze índios amarrados os outros fugiram “*obrigados todos do terror das armas*”.⁸⁶

⁸³ *Idem*, p.69.

⁸⁴ *Idem*, p.69.

⁸⁵ *Idem*, p. 64.

⁸⁶ *Idem*, p.65.

Como explicou Vicente, Índio principal da aldeia de Arapijó, os Aruã nas suas ações sempre “se achavam com flechas e armas de fogo”.⁸⁷ Na interpretação de Sebastião, índio da mesma aldeia, essa é a razão pela qual se fazem “*poderosos*”.⁸⁸ “Flechas, terçados (fações) e armas de fogo” foi a síntese de Brás Estácio, índio forro da aldeia dos Tupinambá, sobre as armas usada pelos Aruã naqueles sertões para “assaltar as aldeias”. Assim, também afirmava Paulo, índio forro da mesma aldeia.⁸⁹

Verifica-se, também, a configuração de um conflito novo, dada a inserção de armas europeias no universo indígena. A arma de fogo estava sendo prontamente usada pelos indígenas, mesmo em conflitos entre nativos, sem a tropa lusa. Assim ocorreu no conflito entre os Aruã e os índios da aldeia Toaré, estes últimos na posse de armas de fogo revidaram o ataque do que resultou na morte de “um Aruã com um tiro”, e, “retirando-se encontraram umas quinze canoinhas com gente nas quais fizeram apreensão”. Os índios Toaré sabendo disso, consta que se armaram e foram por terra esperar os Aruã.⁹⁰

Todas essas informações sobre as práticas e ações dos Aruã no Cabo do Norte e Marajó foram passadas em auto de devassa. Os índios da nação Arapijó e Tupinambá afirmam estar em muitas ocasiões nas tropas de guarda costas. Esses índios aliados nas guerras, eram também informantes. Ao que parece, se, por um lado, a Coroa dispunha de uma burocracia que conectava diversas partes do império português, por meio de um fluxo contínuo de correspondências escritas, por outro, nos sertões, havia uma rede de informações indígenas pautada nos relatos orais que funcionava trazendo notícias das práticas dos índios dos sertões. Esses canais informativos funcionaram muito bem contra os índios Aruã do Marajó, que pelas informações, lhes foi declarada guerra justa.

Os depoimentos dos índios, na verdade, podem ter influenciado a própria ação dos portugueses. Assim, os índios inimigos dos Aruã usaram a “máquina” de guerra dos portugueses (da qual eles próprios participavam) para resolver suas próprias contendas e diferenças. Uma percepção, que só possível pela inversão da perspectiva.

⁸⁷ *Idem*, p.59.

⁸⁸ *Idem*, p.60

⁸⁹ *Idem*, pp. 65-66.

⁹⁰ *Idem*, p.60.

Na guerra realizada entre 1721-1723, contra os Aruã, a tropa comanda por João Pais do Amaral, conforme relato do soldado Antonio Freire de Mendonça, fez arraial na Ilha do Cururu, de onde expediu escolta para a Ilha de Mapuá, onde havia notícia de estarem os índios “inimigos”, e junto ao igarapé encontraram com a canoa dos Aruã “que se avistaram e se puseram em armas pelejando largo tempo com os nossos, durante o conflito quase seis horas matando dois índios nossos e ferindo outros”.⁹¹

Francisco Dias Lisboa soldado que estava na tropa de combate contra os Aruã explica detalhes do confronto. Consta que, ao se depararem com a tropa de João Pais do Amaral, os índios “se levantaram tirando armas de fogo”, o que também responderam “pelejando com armas de fogo, como com flechas” ficando eles vitoriosos. Na canoa dos Aruã estavam três índias domésticas da aldeia do Tupinambá que haviam sido raptadas para serem comercializadas em Caiena com os franceses.⁹²

Voltaram ao arraial de onde se mandou escolta a Ilha de Caviana, onde mais uma vez pelejaram, e, invadindo a casa dos Aruã, encontraram “cinco índias e um negro todos domésticos que tinham furtado da aldeia de Arapijó missão dos Padres da Piedade, que foram restituídos aos padres”.⁹³

O teatro da guerra, portanto, apresenta elementos de guerra europeia, como a arma de fogo e o estabelecimento do arraial, como os de guerra nativa, a presença do arco e flecha e da emboscada. A canoa de João Pais do Amaral surpreendeu a canoa dos Aruã em um determinado igarapé. São circunstâncias que implicam em um formato novo de guerra que é “a guerra do mato” caracterizada por Pedro Puntoni, ou “guerra do sertão” como chamou Francisco de Sá e Meneses, em 1689.

Pelas informações da *devassa*, os índios que integraram a tropa de combate aos Aruã eram provenientes das aldeias do Arapijo, Tupinambá, Tocantins. Ou seja, pelo menos três aldeias auxiliaram na empreitada militar. Uma aliança que não se restringe à logística da tropa, como a necessidade de guias e remeiros. Mas, também pela potencialidade da arte de guerra, pelo número e qualidade dos guerreiros, e, sobretudo,

⁹¹ Boletim de Pesquisa Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia - CEDEAM. Universidade do Amazonas. Manaus, v.6, n° 10, jan/jun 1987, p. 48-49.

⁹² Boletim de Pesquisa Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia - CEDEAM. Universidade do Amazonas. Manaus, v.6, n° 10, jan/jun 1987, p. 44-45.

⁹³ *Idem*, p.49.

pelas informações que esses têm dos “inimigos”. Trata-se um elemento importante da *arte de guerra* conhecer as práticas de combate do adversário, e sobre essa questão parece que os índios aliados dos portugueses conheciam bem a respeito dos Aruã. Tornaram-se centrais para a desarticulação do comércio mantido entre Macapá e Gurupá no Marajó.

A interpretação de Pedro Puntoni que explica a superioridade da tropa lusa pela sua capacidade de *assimilação* e *adaptação* da técnica de guerra nativa deve ser ponderada. Ora, o que ocorre é a aliança com os guerreiros indígenas. É a atuação indígena nas diligências militares que qualifica as ações de defesa da tropa.

Nessa perspectiva, a *adaptação* ou *assimilação* decorre dessa presença indígena. Ou seja, deve-se a um aprendizado de ambos por meio da experiência de guerra e convivência nas tropas militares. Considerar que foram os portugueses que souberam assimilar a *arte de guerra* indígena é, na minha compreensão, diminuir a importância desses grupos que atuaram decisivamente nos eventos militares.

3.2. A Guerra do Rio Negro

Além do avanço para fronteira Norte, é possível verificar a presença indígena imbricada em outros momentos de expansão do domínio luso na região na primeira metade do século XVIII. Tomemos, por exemplo, a expansão da fronteira Noroeste, especificamente no Rio Negro com a guerra contra os Manao, entre 1723 e 1724. O comércio de armas e escravos indígenas estabelecido entre os holandeses das Guianas e indígenas no rio Branco, afluente do rio Negro, foi a justificativa para declaração de guerra justa contra os Manao.⁹⁴ Nesse caso, novamente os indígenas aliados têm um papel importante. Inclusive, a morte do “Principal Carunamá” descrito como “fiel vassalo de V.M. e amigo dos portugueses” foi o estopim para guerra.

⁹⁴ Sobre a expansão da fronteira ver: FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Anpocs, 1991. Da mesma autora: “De Guerreiros, Escravos e Súditos: O Tráfico de Escravos Caribe-Holandês no Século XVIII”. *Anuário Antropológico*. V.9, n.1, 1985; FARAGE, Nádia e SANTILLI, Paulo. “Estado de sítio: Territórios e identidade no vale do Rio Branco”. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos índios no Brasil*. 1992, pp.267-278; OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. O Rio Branco no Contexto da Amazônia Caribenha: aspectos da colonização europeia entre os séculos XVI e XVIII. In: *Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil Coletânea de Estudos*. Boa Vista-RR: Edufr, 2008.

Carunamã integrava a tropa de resgate que saiu com destino ao Rio Negro por ordem do governador João da Maia da Gama, em 1723. Descrito como “amigo dos portugueses”, tinha por tarefa guiar o capitão Manuel de Braga que comandava a expedição de resgates. Na diligência, a tropa foi atacada pelos Principais Jarau, Beijari e Jariapu pela instrução de Ajuricaba, chefe da nação Manao. O confronto resultou na morte “aleivosamente” do índio Carunamã, aliado dos portugueses, o que motivaria a declaração de “guerra justa” aos índios hostis.⁹⁵

Robin Wright explica que as “sociedades indígenas do Noroeste são interligadas por uma rede de vínculos sociais, comerciais, políticos e religiosos”. Essas sociedades no período pré-contato “estavam ligadas a uma rede de interdependência muito mais ampla estendendo-se desde o Orinoco até o baixo Rio Negro”. Do que decorriam interações vinculadas à troca de “artefatos de natureza cerimonial”, “intercâmbio de conhecimento”, “migrações”, “guerras e formação de alianças”.⁹⁶

Os Manao atuavam na “condição de mercadores”, em suas palavras como “peças-chaves” que conectava “chefias sub-andinas (Tunebo, Chibcha) aos povos do Amazonas e do Solimões (Yurimagua, Aisuari)”. Entre as trocas estavam “brincos de ouro, ralos de mandioca e tintas vegetais”. A mudança desse vértice de comércio ocorreu a partir do século XVII, quando as atenções se voltaram para o comércio de escravos com os holandeses no Norte.

Assim como para a fronteira Norte, no Noroeste amazônico as relações pré-conquista parecem ter construído conexões entre rios e nações indígenas que continuaram a orientar as redes comerciais a partir do contato com os europeus. Os Manao do Rio Negro, assim como os Aruã do Marajó, constituíam sociedades elo que se mobilizavam a partir do incremento das possibilidades de comércio vislumbrado por eles no contato com holandeses, ingleses e franceses. A opção pela interação com estes estrangeiros, sinalizava para os portugueses uma ameaça cuja interrupção pela guerra parecia urgente.

Conforme destacou Márcio Meira, os Manao exerciam o papel de “sociedade tampão”, que “fechava o acesso aos portugueses para o médio e alto curso desse rio”.

⁹⁵ “Regimento de tropas de guerra e resgate no Rio Negro- 1726”. *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*. Universidade do Amazonas, Manaus, vol. 5, nº 9 (jul-dez/1986), pp. 3-29.

⁹⁶ WRIGHT, Robin M. “História indígena do Noroeste da Amazônia. Hipóteses, questões e perspectivas”. In: CUNHA, Manuela Carneiro de. *História dos Índios no Brasil*. P.263.

Faziam parte de uma “rede de comércio interétnica que chegava até os holandeses”.⁹⁷ De acordo com Décio Guzmán, o Rio Negro era a passagem “de todos os indígenas vindos de Quito e das Guianas”, grupos distintos que estabeleciam “relações comerciais e escravizando-se mutuamente através das guerras”. Os Manao eram “guerreiros e sobreviviam de guerra”.⁹⁸

A “desobstrução dos rios” às tropas lusas foi o motivo indicado no 4º capítulo do regimento de João Pais do Amaral para a guerra. Essa situação significava para Portugal a rendição ou extermínio das nações indígenas lá estabelecidas. Para o enfrentamento desses grupos a força militar das tropas lusas eram insuficientes, a considerar que a partir da introdução de armas pelos holandeses aliados a um conhecimento guerreiro nativo o potencial de guerra desses grupos parecia bem superior ao das tropas lusas portuguesas.

De fato, várias investidas militares foram necessárias para combater os Manao. O primeiro conflito com a tropa de resgate do capitão Manuel de Braga, em 1723, que resultou na morte do aliado Carunamã, seria apenas o início de várias empreitadas. Em 6 de novembro do mesmo ano, a tropa comandada pelo capitão Belquior Mendes seguia ao Rio Negro com reforço. Dois anos mais tarde, em 14 de março de 1725, estava a caminho a tropa do capitão João Pais do Amaral “para fazer os resgates de S.M. e fazer a guerra” contra os índios inimigos. No dia 23 de outubro do mesmo ano, um reforço foi enviado ao capitão pelo ajudante Anacleto de Lalor, que seguia com uma canoa, soldados, índios e munições.⁹⁹

Todavia, as tropas de guerras dos portugueses eram combatidas com “ímpeto” devido à “grande articulação e estratégia que Ajuricaba e outros chefes, seus aliados,

⁹⁷ MEIRA, Márcio. “Introdução”. In: MEIRA, Márcio (introdução e organização) *Livro das Canoas: documento para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo: FADESP, 1994.

⁹⁸ GUZMÁN, Décio Marco Antonio de Alencar. “História de Brancos”: memória, historiografia dos Manao do Rio Negro (séculos XVIII-XX)”, p. 27.

⁹⁹ “Regimento de tropas de guerra e resgate no Rio Negro- 1726”. *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*. Universidade do Amazonas, Manaus, vol. 5, nº 9 (jul-dez/1986), pp. 3-29.

praticaram”.¹⁰⁰ Consta que os Manao se mobilizaram estabelecendo alianças com a nação Mayapena contra as tropas lusas.¹⁰¹

Esse episódio foi relatado ao governador, que entendeu ser necessário dar aos Manao e seus aliados “o castigo merecido com dura guerra”. As providências foram tomadas em seguida, e o governador mandou “aparelhar duas canoas grandes de S.M. com todo o necessário para guerra”. O capitão Leandro Gemaque responsável por conduzir os reforços militares até o capitão João Pais do Amaral levava “armas, munições, resgates, medicinas e mantimentos com soldado”.¹⁰²

O governador instruiu o capitão Pais do Amaral para que “com toda brevidade” pudesse punir a nação Mayapena “matando no furor da guerra todo que resistir, e cativando todo que se render”. Determinava ainda que se “execute o castigo em todos os ditos principais e seus vassalos, para que de uma vez fique desimpedida a entrada do rio e passagem das cachoeiras”.¹⁰³

Os portugueses tinham grande interesse em repelir a frente de resistência Manao e seus aliados, porque “possibilitava a abertura de um caminho para o Rio Solimões, Branco e Orinoco”. Nesses espaços, como afirma Décio Guzmán, realizava-se “desde 1690, aproximadamente, ou até muito antes, um grande comércio de ouro, armas e escravos entre holandeses e os índios Manao” e outras nações. Caminhos que os “portugueses tinham especial interesse em tomar posse”.¹⁰⁴

A “conquista do Rio Negro”, como escreveu o governador Alexandre de Souza Freire em 1728, tornou-se urgente após a uma queda abrupta da mão de obra indígena na capitania do Pará associada à morte pela epidemia de bexigas nos anos 1724-1725.¹⁰⁵

¹⁰⁰ GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. “História de Brancos”: memória, historiografia dos Manao do Rio Negro (séculos XVIII-XX)” p. 30.

¹⁰¹ “Regimento de tropas de guerra e resgate no Rio Negro- 1726”. *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*. Universidade do Amazonas, Manaus, vol. 5, nº 9 (jul-dez/1986), pp. 3-29.

¹⁰² *Idem*.

¹⁰³ *Idem*.

¹⁰⁴ GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. “História de Brancos”: memória, historiografia dos Manao do Rio Negro (séculos XVIII-XX)”, p. 29.

¹⁰⁵ Sobre epidemias na Amazônia colonial ver: SOUZA, Claudia Rocha de. “A ‘enfermidade era dilatada e os enfermos infinitos’: os efeitos epidêmicos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1690-1750)”. Universidade Federal do Pará. *Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-PPHIST*, Belém, 2017. E, ainda CHAMBOULEYRON, Rafael; BARBOSA, Benedito Costa;

Era imperativo o avanço ao Rio Negro e o rompimento da influência dos Manao-Mayapena no vale desse estratégico rio. Mas de que forças militares dispunha o Pará para tal campanha de guerra?

Se considerarmos os anos da guerra, que corresponde o período entre 1720 e 1730, verifica-se que a tropa paga no Pará dispunha dos seguintes quantitativos para os anos que se obtêm dados: em 1720, há o número 322 soldados; em 1724, esse número se reduz para 287; em 1726, o número de gente nas tropas pagas permanece em decréscimo, já que se computa 262; o quadro se mantém em 1727, quando se registra 254; 1728 o mapa traz o número de 259; no ano seguinte, em 1729, há nas tropas 256 soldados; finalmente, em 1730, um quantitativo de 261 militares distribuídos nas cinco companhias pagas da capitania (Quadro 4, Capítulo 2). Ora, mesmo que todas as cinco companhias fossem enviadas ao conflito, o que seguramente não foi o caso, haveria uma força com poucas capacidades de fazer ofensiva de combate ao chefe Ajuricaba e seus aliados.

Indo mais ao particular, seguindo a discriminação das atividades desses sujeitos, feita pelo governador Alexandre de Sousa Freire, em carta de 1728, a situação parece ainda mais crítica. Na correspondência, explicava a D. João V a fragilidade de defesa da capitania do Pará, se não bastasse a guerra de “conquista do Rio Negro”, precisava de soldados para “expedição das tropas de guerra de resgates”, de “descobrimientos por sítios inundados de bárbaros”. E, ainda para “guarnições de fortalezas, como são as que pertencem a esta cidade do Pará, da Barra, a do Fortim que está defronte à das Mercês, a da cidade”, a do “Gurupá, a do Paru, a dos Tapajós, a dos Pauxis e a do Rio Negro”. Além da “tropa de Guarda Costa”, “assistência dos missionários nas Aldeias” e guarnição da cidade para as quais “muito escassamente poderão bastar os quinhentos soldados” que pedia na ocasião.¹⁰⁶

Nessa mesma carta, cinco anos após a morte do guia aliado dos portugueses Carunamã, o governador informava ao rei sobre a situação da guerra contra os “bárbaros

BOMBARDI, Fernanda Aires; SOUSA, Claudia Rocha. “Formidável contágio”: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro v.18, n.4, out.-dez. 2011, p.987-1004.

¹⁰⁶ Carta do governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire para o rei D. João V. Belém do Pará, 14 de setembro, 1728. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974.

Mayapena”. Conforme consta da missiva, na ocasião, os Manao já se encontravam “conquistados”, mantendo-se resistente ainda a nação Mayapena que tinha “o seu reino nos limites em que acaba a dos Manao”. Faziam frente os índios “armados todos com espingardas que lhe introduzem os holandeses, e entrincheirados”.¹⁰⁷

Alexandre de Sousa Freire apresenta alguns dados. Para essa guerra de conquista do Rio Negro, foram destacados 60 soldados que acompanharam a tropa de João Pais do Amaral, o que não bastava. Por essa razão, reforços foram enviados, como destacamos atrás. Se verificarmos os dados presentes no mapa e lista da gente de guerra que está em anexo da carta do governador, observa-se que a tropa de guerra do Rio Negro organizou-se em função do conflito. Ou seja, a guerra define também uma dinâmica que inclui a escolha do capitão, oficiais e soldados que podem sair de diferentes companhias.

A tropa de guerra do Rio Negro se constituiu de militares provenientes de quatro companhias. Da companhia de infantaria de Diogo Pinto da Gaia saíram nove, dentre estes o cabo de esquadra Luís Coelho; dois desertaram, Luís da Fonseca e Faustino de Barros. Consta que este último fugiu da tropa e estava em Cameté, do outro não havia notícias. Da companhia do capitão José Rodrigues da Fonseca, dez militares foram para a guerra contra os Manao. Da companhia de artilharia do alferes regente Inácio de Carias, onze soldados no mapa aparecem destacados a tropa de guerra. E, por último da companhia de infantaria de João Pais do Amaral, que teve maior número de gente destacada, total de vinte incluindo Amaral que foi como capitão da tropa de guerra, o Sargento Freire de Mendonça, os cabos de esquadra Teonardo [Leonardo] Gonçalves e Tomé de Brito.¹⁰⁸

¹⁰⁷ *Idem*

¹⁰⁸ No Mapa de Gente de Guerra da capitania do Pará em 1728, os militares que aparecem destacados a tropa de guerra do Rio Negro saíram de quatro companhias vejamos: **Da companhia de infantaria de Diogo Pinto da Gaia** estavam na tropa de guerra do Rio Negro: o Cabo de Esquadra Luís Coelho; os soldados: Manoel Marques, Baltazar Soares, João Pimenta, Ângelo de Souza, Manoel Rodrigues dos Santos, Diogo Coelho, José Rabelo da Silva, Faustino de Barros, Luís da Fonseca. Esses dois últimos, consta terem desertado da tropa. **Da companhia do capitão de infantaria de José Rodrigues da Fonseca** foram destacados: Alferes José Antunes Fidalgo; Sargento João da Silva Bairos. Soldados: Gregório Serrão de Melo, Anacleto de Oliveira, Lourenço de Sousa, Joseph Elias da Silva, Rodrigo de Melo, Lucas dos Santos, Antônio Vieira Jardim, Timóteo Ferreira. **Da companhia de artilharia do alferes regente Inácio de Carias** foram os soldados: Júlio de Seixas, José e Seixas, Tarciso de Souza, Xavier

Da discriminação nominal dos soldados, e considerando somente aqueles para os quais havia informação clara de que estavam na tropa de guerra, o que se obtém é o total de 50 militares (entre oficiais e soldados) saídos dessas companhias. Um número ainda menor do que o informado pelo governador. A estratégia foi formar uma tropa com os melhores militares de cada companhia, comandada por um capitão de “valor e experiência”. Todavia, essa não parece ter sido a principal força. Como consta na carta de Alexandre de Sousa Freire, o tenente Belquior Mendes estava no conflito com um socorro de 600 índios de guerra.¹⁰⁹ Um número espantosamente maior que o de soldados pagos, e muito superior ao quantitativo somado pelas cinco companhias regulares de que dispunha a capitania do Pará nesse ano, que somava 259. Também um número jamais alcançado para as forças oficiais durante toda primeira metade do século XVIII, que não atingiu mais do que 350 militares.

É importante ressaltar que se trata de apenas um evento de guerra para o qual integra-se um número significativo de nativos. Considera-se que o governador se refere a um reforço, o que significa que já havia outros que integravam a primeira campanha. Mesmo com o dado de 600 índios de guerra integrados a uma tropa lusa com 50 ou 60 militares, não bastava. A guerra contra os Mayapena bem equipados com uma força indígena que dispunha de armas nativas e armas europeias exigia bem mais esforços. Em 1728, há ainda referência ao pedido que fez o capitão João Pais do Amaral, em que solicitava com urgência 800 índios de guerra.¹¹⁰

Reduzidos apenas a um número, o governador não apresenta mais informações sobre esses aliados. Todavia, explicava ao rei que os 800 índios não sabia como os alcançar,

Pereira, João Correia Marinho, Pascoal Gonçalves, Simão Pacheco, Geruázio da Mata, Francisco Portilho, Custódio Evangelho Pahin, Antônio Henriques Campelo. **Da companhia de infantaria de João Pais do Amaral** estavam destacados: Sargento Freire de Mendonça, o cabo de esquadra Teonardo [Leonardo] Gonçalves, o cabo de esquadra Tomé de Brito. Soldados: Pedro Ferreira Pinheiro, Manoel de Avelar, Diogo Fernandes, João Alves, José Fernandes, Basílio Arnao, Francisco Gomes, Francisco G. e Souza Maciel, Amaro Gonçalves, Bernardino Xavier Pereira, Agostinho Ferreira, Pedro de Souza Passos, Antônio Fernandes Brasão, José Moreira, Tome Pais de Amaral, José Pereira. Mapa está em anexo da Carta do governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire para o rei D. João V. Belém do Pará, 14 de setembro, 1728. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974.

¹⁰⁹ Carta do governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire para o rei D. João V. Belém do Pará, 14 de setembro, 1728. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974.

¹¹⁰ *Idem*.

alegando que contra ele “se amotinam os missionários, praticando-lhe e dizendo-lhes que fujam, e desobedeçam” a suas ordens.¹¹¹ Ou seja, há indícios que esses índios saíam dos aldeamentos por meio da relação que destacamos no capítulo anterior.

O fato é que, em 1728, as notícias de Alexandre de Sousa Freire já indicavam a “pacificação Manao”. Isso ocorreu com uma estratégia que tinha por objetivo prender o Principal Ajuricaba. Para isso, foi necessário dividir o “poder e as canoas” que compunham a investida lusa. Na boca do rio onde se localiza a aldeia do Principal se deixou a força menor. A força maior “se mandará entrar pelo rio Ajurim” de modo que a força maior ataque por trás a aldeia. Assim, se enganará a força Manao que dispenderá toda a força para combater os que estiverem na “boca do rio”, e assim possa invadir facilmente com a maior força por trás. O desfecho foi a morte do Principal Ajuricaba que se jogou da canoa que o levava preso a Belém.¹¹² Conforme se verifica, a estratégia do assalto que é uma técnica nativa que visa surpreender o inimigo foi a empregada contra os Manao.

Todavia, ainda resistiam seus aliados Mayapena. O reforço de 800 índios de guerra que pedia João Pais do Amaral, que se destacou atrás, era para combater esse grupo.¹¹³ Em carta de 3 de outubro de 1729, o governador informava ao rei sobre a situação da guerra contra os Mayapena, e sobre a nomeação de Belquior Mendes de Moraes como cabo para guerra. A justificativa da escolha do militar por cabo da guerra, foi o seu bom relacionamento “com todos os gentios vassallos de V.M. especialmente com o potentado Cabacabary, que auxilia as tropas portuguesas nos sertões dos seus distritos”.¹¹⁴

Conforme se verifica, a relação com os aliados indígenas também define o oficialato destinado para a guerra. Aqui temos indícios nominais de uns dos aliados indígenas, mas a documentação não apresenta mais nenhuma informação sobre esse grupo cujo

¹¹¹ *Idem.*

¹¹² “Regimento de tropas de guerra e resgate no Rio Negro- 1726”. *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*. Universidade do Amazonas, Manaus, vol. 5, nº 9 (jul-dez/1986), pp. 3-29. Essa estratégia também é analisada em: GUZMÁN, Décio Marco Antônio de Alencar. “História de Brancos”: memória, historiografia dos Manao do Rio Negro (séculos XVIII-XX)”. p. 35.

¹¹³ Carta do governador do Estado do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire para o rei D. João V. Belém do Pará, 14 de setembro, 1728. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974.

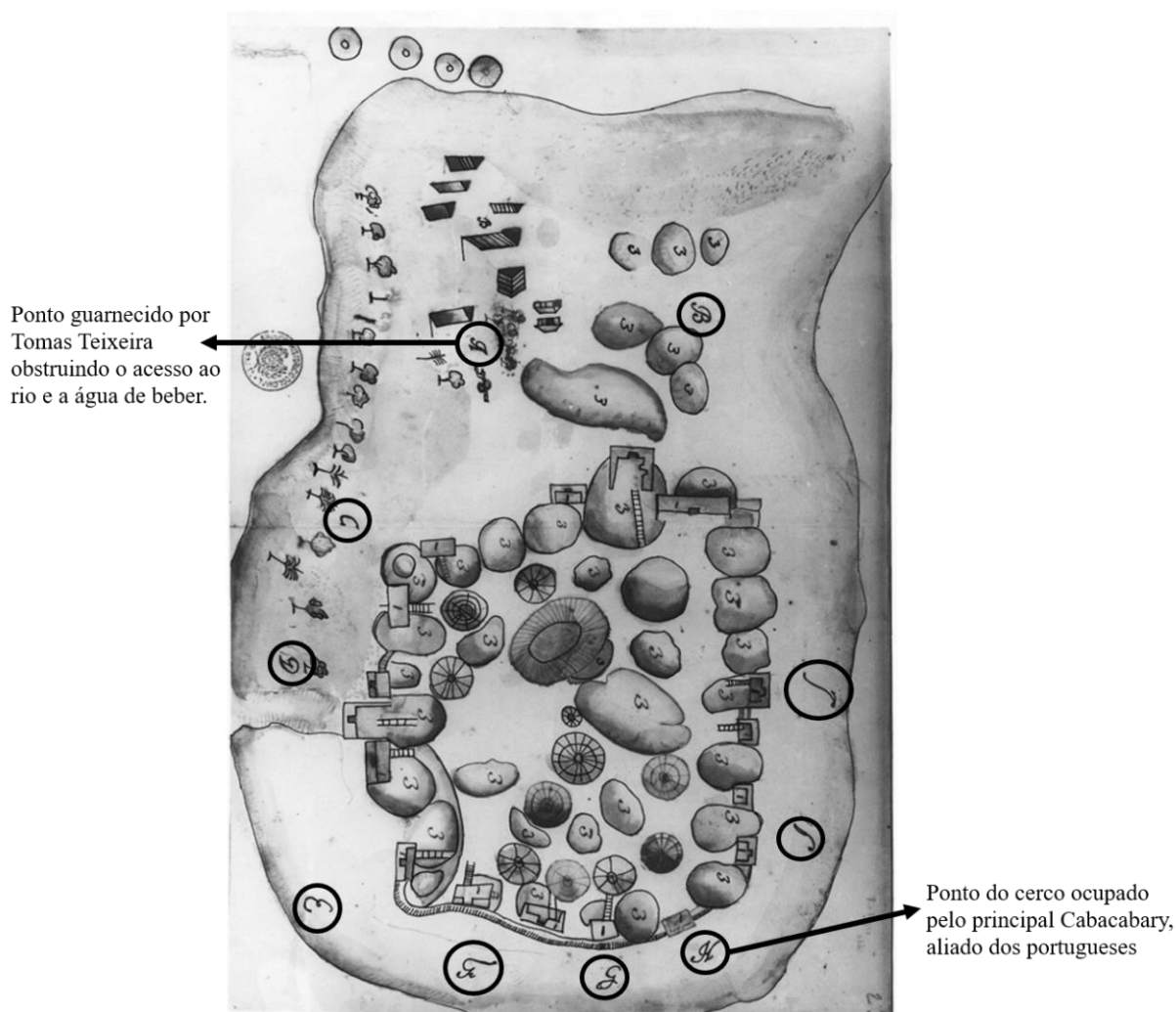
¹¹⁴ Carta do governador ao rei sobre a guerra Mayapena e a nomeação de Belquior Mendes de Moraes a cabo. Belém 3 de outubro de 1729. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx 11; D. 1056.

chefe era o denominado “potentado Cabacabary”. Esses são mencionados novamente na estratégia de guerra construída para combater os Mayapena. No acervo iconográfico do *Arquivo Histórico Ultramarino*, encontra-se o mapa dessa estratégia. Todavia, não está a descrição ou explicação dos elementos que o compõem.

A parte escrita que completa o mapa se encontrava em outro acervo. Trata-se do mesmo problema, que destaquei no capítulo III ao analisar as fortificações. No processo de organização arquivista os documentos escritos foram desconectados de mapas e iconografias. Esses últimos desmembrados compõem um acervo específico. Cabe ao pesquisador resolver o quebra-cabeça, o que se exige maior investimento de pesquisa para encontrar as partes e reconectá-las. Foi este o caso.

Vejam os o Mapa da estratégia de guerra montada contra os Mayapena.

Imagem 20. Mapa da Aldeia Majuri, 1728



Fonte: “Mapa da aldeia do Principal Majuri”. AHU, CARTm- 20, D. 0773.

De acordo com o documento explicativo do mapa, a aldeia dos Mayapena constituía-se de um grande povoamento formado por várias aldeias vizinhas, grande parte aliadas do Principal Majuri. Um forte sistema defensivo de “dobrada fortificação”, formado por pedras, indicado na imagem pelo numeral 3 (três), conectadas por guaritas indicadas pelo numeral 1 (um), e resistentes cercas de madeiras “tão fortes que combatidos com balas de artilharia não pode abrir brecha”.¹¹⁵

A estratégia diferente da usada para combater os Manao que foram tomados por assalto (tática nativa de guerra), no caso da aldeia dos Mayapena a estratégia foi o sítio ou cerco. Trata-se de uma tática de guerra ocidental, conhecida desde antiguidade, sobretudo, na época medieval. Os castelos amurallados eram mantidos em sítio até se exaurir os recursos de água e alimentos, ocasião propícia ao ataque do oponente.

Essa parece ter sido a estratégia contra os Mayapena. Consta que a tropa de João Pais do Amaral chegou à aldeia desses índios e logo os colocou em estado de sítio que durou doze dias, sendo obrigado “os defensores a sair dela por lhe faltar água, lá dentro na Aldeia”. Essa foi a ocasião do ataque que com “armas de fogo e zagaias” se matou um grande número de gentio desertando a maior parte”, principalmente pela atuação na guerra do Principal Cabacabary.¹¹⁶

O documento apresenta mais detalhes da estratégia do cerco. As letras que aparecem no mapa acima, indicadas pelos círculos correspondem à seguinte descrição:

- na letra A, “ocupava o ajudante Tomas Teixeira “com alguma infantaria guarnecendo a cortina que ficava no caminho que desce ao rio da água de beber”;
- a letra B “mostra a parte do Rio Negro”;
- na letra C, “guarnecia o soldado Narciso de Souza e seus companheiros”;
- na letra D, guarnecia o alferes Manoel da Cunha o “caminho do porto;
- na letra E, guarnecia o soldado Baltasar Soares com seus companheiros;
- na letra F, estava o alferes Angélico Ribeiro com sua campanha;
- na letra G, se pôs o soldado Júlio de Seixas e alguns soldados;

¹¹⁵ “Escrito da explicação do mapa da tomada da aldeia do Principal Majuri”. 6 de julho de 1728. *AHU*, Avulsos do Rio Negro, Cx. 1, D. 1.

¹¹⁶ *Idem*.

- e na letra H, estava o Principal Cabacabary.

O desenho dessa estratégia reafirma o argumento que tenho levantado ao longo desta tese, os indígenas aliados participaram ativamente das atividades militares. Aparecem como parte integrante desse processo. A ausência da tropa auxiliar tornava essa presença imprescindível. Ora, basta verificar que para essa guerra a força disponível foi a tropa regular e a força indígena, não havendo em nenhuma correspondência trocada entre militares, governadores e Coroa qualquer referência a uma força intermediária (companhia auxiliar). Isso é evidente, nos dois reforços solicitados pelo capitão João Pais do Amaral em que ele pede índios guerreiros.

Aqui, na estratégia do cerco, o principal Cabacabary é posto ao lado dos militares, ocupando inclusive um papel fundamental na definição do conflito. Consta na descrição da tática de guerra que este pelejou “abrindo brecha na trincheira” do sistema defensivo dos Mayapena, o que possibilitou a entrada dos militares lusos, agindo “com o valor conhecido, causando inveja aos valorosos soldados”.¹¹⁷

Portanto, o avanço da fronteira colonial para Noroeste, a partir da conquista do Rio Negro, com uma força formada por 50 ou 60 militares pagos, 600 índios de guerra, com pedido de auxílio de mais 800, caracteriza uma guerra luso-indígena. Essa composição se justifica em grande parte pela força adversária. Uma força como a constituída pela frente Manao-Mayapena não seria possível vencer sem o auxílio da gente nativa, porque era destes a *arte militar* capaz, combinada com a experiência do oficialato experimentado, e o recurso a diversas armas como armas de fogo, arco e flecha, azagaias, além de táticas indígenas e europeias, que bem representam essa heterogeneidade de se fazer a guerra.

• • •

A presença indígena nas atividades militares, na primeira metade do século XVIII, pode ainda ser observada em outros momentos, como por exemplo, na expansão da fronteira do Rio Tocantins a partir de *Tropa de descobrimento de minas de ouro do Tocantins* (1727) e da *Tropa de Guerra do Tocantins* (1730). Pelos limites desta tese, não será possível analisar mais essa frente de expansão.

¹¹⁷ *Idem.*

Todavia, é importante destacar a atuação dos Tupinambá, Maracanã, e da nação Aroaguini Nhengatê liderados pelo principal José Aranha, para o qual recomendava-se “ir com algum título ou posto de governador de sua gente, pois assim se animará de melhor vontade praticar e fazer pazes com os gentios”. Conforme explicava o militar, esse auxílio indígena era necessário “para a boa direção do descobrimento de ouro dos Tocantins, o que de outra sorte senão poderá conseguir como a experiência tem mostrado”, razão pela qual pedia 100 índios para a empreitada.¹¹⁸

O impacto da presença militarizada de europeus no vale Amazônico e a consequente introdução da arma de fogo implicou na ressignificação da guerra no período colonial, provocou migrações internas e extermínio de populações indígenas. O estado de alianças e enfrentamentos que caracterizaram o contato com o sistema colonial, desenhou um ambiente de guerra significativo pelo volume de conflitos verificados entre os primeiros anos de presença portuguesa na região até 1750, para os quais as alianças com os nativos tornaram-se imprescindíveis para a defesa da capitania. Mas afinal, por que os indígenas se aliavam aos portugueses?

4. As razões para as alianças: algumas reflexões

Uma das indagações desta pesquisa foi refletir por que alguns grupos indígenas resolveram aliar-se aos portugueses e colaborar com o sistema defensivo com auxílio de gente, arte de guerra, logística, guias, remeiros e informações.

Para essa pergunta não há uma única resposta. E, ainda, não há resposta simples. A natureza dos documentos, pautada pelos registros oficiais, não deixou nenhum escrito das mãos próprios índios que explicasse as razões para essas alianças. Por outro lado, esse foco documental nos conquistadores portugueses na expansão das fronteiras coloniais atribui pouca ou nenhuma visibilidade a esses sujeitos. Além disso, essas alianças são resolvidas por um conjunto de relações estabelecidas entre grupos indígenas e com os estrangeiros que parece um emaranhado ainda pouco claro.

¹¹⁸ Requerimento de Francisco de Potflis para o Rei solicitando autorização para fazer descobrimento de minas de ouro e o envio de índios e soldados. 12 de fevereiro de 1727. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 10; D. 886.

Talvez o que se apresente seja resultado de um esforço analítico de indícios que podem apontar reflexões, mas não conclusões. Trata-se de inferências para possíveis respostas por meio da análise da relação de interesse que os índios aliados têm com a guerra, contra outros grupos envolvidos no conflito, ou ainda pelo que resulta da guerra para o grupo que colabora. Isso, é óbvio, não está posto. Primeiro, porque as motivações são diversas, e segundo porque as fontes não fazem referência sobre as razões das alianças. Todavia, pelas informações disponíveis é possível lançar mão de algumas possibilidades. Vejamos.

Nas informações presentes nos autos de devassa da guerra contra os Aruã da Ilha de Joanes (Marajó), Francisco Dias Lisboa, soldado da companhia de João Almeida da Mata, que estava na guerra, relatou que, na peleja contra os Aruã, resgataram três índias que estes haviam roubado das aldeias dos Tupinambá.¹¹⁹ A frequência com que foram relatados fatos similares chamou a atenção. Poderia tratar-se de uma rede de tráfico de mulheres indígenas para Caiena mantida pelos Aruã?

Na mesma direção do soldado Francisco Dias, seguem as informações de Estácio Marques, este soldado da companhia do capitão Francisco Rodrigues da Silva, que afirmou que estas índias roubadas dos Tupinambá eram “domésticas” e acrescentou que havia outras mais, que, conforme relataram, “tinham sido vendidas em Caiena aos franceses”. O militar informa ainda a existência de outras cinco índias que haviam sido raptadas “da aldeia do Arapijó da missão dos padres da Piedade”.¹²⁰

Esses relatos também foram verificados entre os índios. Hilário, índio forro, capitão da aldeia dos Tupinambás, disse que, em 1721, os Aruã haviam “levado furtada por vezes algumas índias das quais segundo sua lembrança foram quinze, e destas conduziram nas suas canoas para seus distritos e domicílios, passando-as por contrato a Caiena da França”; no ano de 1723, encontraram mais três índias, e sabia por informação do índio Alberto da aldeia dos Maruanus que o mesmo gentio Aruã lhe dissera “intentava ir brevemente à aldeia dos Tupinambá a dar-lhe outro assalto”.¹²¹

¹¹⁹ Boletim de Pesquisa Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia - CEDEAM. Universidade do Amazonas. Manaus, v.6, nº 10, jan/jun 1987, pp. 44-45.

¹²⁰ *Idem*, p. 47.

¹²¹ *Idem*, p. 58.

Vicente índio, Principal da aldeia de Arapijó, em 1723, relatou o ataque que sofreu pelos Aruã quando estava com sua mulher e mais alguns índios a colher andiroba para fazer azeite, do que resultou o rapto de sua mulher e mais índios. Explicou ainda que “que era certo serem estes mesmos inimigos comuns da sua aldeia”. Pedro, índio forro da aldeia dos Tupinambá, também relatou que os Aruã chegaram ao porto de sua aldeia, na sua ausência levaram sua irmã Alay e uma sobrinha juntamente com outros quinze que foram amarrados e levados nas canoas.¹²²

Nádia Farage destaca esse comércio de mulheres praticado entre os grupos indígenas que habitavam as Guianas, denominados na época colonial de Caribe. Ao tratar do “fato” guerreiro desses índios, Farage ressalta que ao contrário dos Tupi que “buscavam os inimigos homens como botim de guerra, os Caribe teriam por móvel a captura de mulheres”.¹²³ Os inimigos, portanto, não eram o objetivo das guerras e sim, suas mulheres. Se nas relações pré-conquista, para esse grupo, as guerras eram motivadas pela captura de mulheres. Esse comércio já estabelecido alargou significativamente o seu alcance após o contato.

Os estudos de Farage trazem informações sobre espanhóis estabelecidos no Orinoco que faziam “expedições aos rios Barima e Essequibo para comprar mulheres e crianças dos Caribe”. Um comércio mantido pela introdução de terçados, facas e armas, conforme depoimento de um “viajante pela Guiana holandesa a informação de que os prisioneiros homens eram mortos, e as mulheres e crianças eram preservados para troca por quinquilharia manufaturadas”.¹²⁴

Ao que parece esse pode ter sido o destino das mulheres raptadas das aldeias dos Arapijó e Tubinambá. A movimentação dos Aruã conectava uma extensa região, como aparecem nos registros agiam no Cabo do Norte, Caiena, Gurupá e Xingu. Muito parecido com o que destacou Farage para os Manao do Rio Negro, acusados de manter comércio com os holandeses, “por anos engajados no tráfico de escravos em troca de manufaturados”. Para a autora, eles “não representavam senão um elo na imensa rede

¹²² *Idem*, pp. 59 e 64.

¹²³ FARAGE, Nádia. “De Guerreiros, Escravos e Súditos: O Tráfico de Escravos Caribe-Holandês no Século XVIII”. p. 177.

¹²⁴ *Idem*, p. 178.

comercial que envolvia grupos indígenas do Essequibo ao Negro, através da rota do rio Branco”.¹²⁵

Para o caso da guerra contra os Aruã (1721-1723), o apoio dos Tupinambá parece ter sido motivado pelo tráfico de mulheres e demais índios de suas aldeias, conforme aparece nos relatos. Os Aruã eram identificados como inimigos, o sentido da vingança motivava a guerra na cultura Tupinambá. Dado aos raptos das mulheres essa pode ter sido a motivações das alianças como os portugueses no combate a esse grupo.

As alianças também poderiam ser motivadas por antigas rivalidades. Em vários relatos, os índios da nação Tupinambá citam os Aruã como seus inimigos. O comércio de mulheres para Caiena pode ter sido mais um incremento a essas intrigas. Rafael Ale Rocha observa que “alguns grupos (ou lideranças) indígenas buscavam inserir os portugueses nas guerras que travavam contra índios inimigos”. Ale Rocha destaca o caso, por exemplo, dos índios da nação Sacaca que habitavam o Marajó e eram inimigos dos Aruã e aliados dos Karipunas. Conforme, dados de sua pesquisa essa nação teria ido até Belém buscar “auxílio militar contra os Aruã”.¹²⁶

Por outro lado, o auxílio indígena poderia ser motivado pelo pagamento do serviço prestado. É o caso dos índios da aldeia de Maracanã. Em 1734, como vimos, o governador José da Serra se referia esses índios como “os mais os mais fiéis a V.M.”. Destacava a necessidade de efetuar os pagamentos pelo auxílio por terem sido destacados na tropa de guerra. O governador explicitava sua preocupação, expondo que se retirasse da Fazenda real a “importância destes panos, o que faço por me parecer injusto, que os únicos índios fiéis que V.M. tem, venham de uma Tropa de Guerra doentes e se mandem para a sua terra doentes sem se lhe pagar quatro varas de pano que somente ganharam”.¹²⁷

Nesse caso, o interesse na aliança é o retorno em varas de panos. Esse também foi o acordo feito pelos Aranhi, como o capitão cabo Manoel da Silva Pereira relatado em

¹²⁵ *Idem*, p. 175.

¹²⁶ ROCHA, Rafael Ale. “Alianças entre os índios e os portugueses na Amazônia colonial”. *História: Debates e Tendências* – v. 8, n. 2, jul./dez. 2008, p. 378-387, publ. no 2o sem. 2009, p.380.

¹²⁷ CARTA do governador José da Serra ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 17, D. 1563.

1736, que acertaram que receberiam panos em troca do apoio para a realização de entradas ao sertão, como referido no capítulo anterior.¹²⁸

A incorporação em tropas lusas poderia significar também excelente ocasião para fugas. Esse parece ter sido a motivação dos índios que auxiliavam a tropa de Belquior Mendes em 1733. Todos fugiram tão logo a incorporação à tropa. Pelos menos por três ocasiões os índios que se arrematavam das aldeias fugiram. Dos 24 índios destacados das aldeias dos padres jesuítas, fugiram 12. Dos 17 índios que saíram das missões dos padres da Conceição chegando a Belém consta terem fugido 9. Conseguira ainda 30 e tantos, e em seguida “fugiram todos”. O militar relatava que em tantos anos de sertão nunca havia presenciado tal desamparo.¹²⁹

Para esses índios, o auxílio nas tropas significou possibilidades de fuga dos aldeamentos. Tal como aconteceu um caso no Maranhão em que os índios se aproveitaram da ocasião de saída da tropa para atacar e matar o cabo Manuel do Vale e seus soldados.¹³⁰ Nesse último caso, a incorporação a tropa significou uma boa ocasião para atacar os portugueses.

Aqui é evidente a insatisfação. Por essa razão destaquei atrás que estar aldeado não significa alinhamento com o projeto colonial luso. A incorporação compulsória de índios nas tropas, devido à prerrogativa dos aldeamentos darem auxílio as empreitadas militares, colocou nas tropas insatisfação e resistência de muitos índios que estavam nas tropas com os militares.

Para o caso do Maranhão e Piauí, analisado por Vanice Siqueira Melo, “as guerras entre índios e portugueses, podem ser compreendidas como resultado dos diversos sentidos que estes grupos davam ao espaço”. Ou seja, “as guerras são conflitos de territorialidades, uma vez que os grupos indígenas e os portugueses possuíam lógicas

¹²⁸ “Carta do ouvidor-geral do Maranhão, José de Sousa Monteiro, ao rei D. João V. 8 de agosto de 1736. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 22, doc. 2304.

¹²⁹ Carta do secretário do Governo do Estado do Maranhão, Marcos da Costa, para o comissário provincial fr. André do Rosário, sobre a obrigação de conduzir índios à cidade de Belém do Pará, com o objetivo de serem integrados nas tropas de guerra. Belém, 18 de setembro de 1733. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 15, D. 1413.

¹³⁰ “Sobre o socorro de 400 índios de guerra que se mandam enviar logo do Ceará para se castigarem os índios do Corso por haverem morto o seu cabo Manoel do Valle e aos seus soldados”. Lisboa 19 de dezembro de 1712. *AHU*, cartas régias para o Maranhão e Pará, códice 269, f. 4v.

diferentes de apropriação do espaço”. As alianças, nesse caso, podem estar associadas ao alargamento da ação e poder de alguns grupos sobre os espaços conquistados.¹³¹

Por outro lado, há ainda um interesse pelo resultado das alianças: as possibilidades de mercês, prestígio e honrarias para muitos dos índios que participavam das tropas. As patentes conferidas a índios principais ressignificaram as relações de poder e o simbolismo da chefia nos sertões e no mundo colonial. A estratégia em manter aliança com as chefias indígenas proporcionava aos colonizadores o exercício de um poder indireto sobre os indígenas. E, por outro, podemos conjecturar que a aliança dos índios com os colonizadores portugueses tornava esses aliados mais poderosos na relação de poder estabelecido com outros grupos indígenas no sertão.

Se, para os portugueses, os objetivos das alianças estavam no limite claro dos objetivos da colonização, para os nativos as motivações poderiam ser as mais diversas, constituídas de rivalidades anteriores à conquista, redes de comércio, vingança, fugas, negociação, pagamento e/ou a inserção na sociedade por meio das patentes e honrarias. Estas inúmeras razões, em muitos casos, não estavam claras aos colonizadores. Assim como não me parece que os objetivos dos colonizadores estivessem necessariamente bem claros aos nativos.

Há ainda um último aspecto sobre o qual é preciso refletir. Dado o ambiente provocado pela disputa entre ingleses, holandeses, franceses, espanhóis, portugueses pelos territórios amazônicos, desde cedo, as alianças pareciam um caminho inevitável. Os índios se aliavam porque o ambiente de contato não permitia mais a manutenção de relações outrora estabelecidas. A expansão colonial provocou um desequilíbrio nas relações entre os indígenas. A militarização percebida principalmente pela reconfiguração da guerra e introdução da arma de fogo exigiu das diversas nações indígenas novos comportamentos, que passavam pelas múltiplas relações estabelecidas com os estrangeiros. A aliança com os portugueses dava aos índios acesso a armas e a maior poder de enfrentamento contra as nações inimigas. Essa posição, também os recolocava em possibilidade de novos modos de inserção social, através do merecimento, patentes e honrarias militares.

¹³¹ MELO, Vanice Siqueira. *Cruentas guerras*. p.68

5. Além da guerra: prestação de serviços e mercês

Conforme destaquei até agora, a capacidade defensiva da tropa portuguesa estava alicerçada em dois grupos: os índios aliados e os oficiais militares que ocuparam postos de comando nas tropas regulares. Nesse sentido, no oficialato das companhias regulares foi mantido um grupo de militares de grande experiência de guerra. Esses sujeitos, construíram longa carreira nos serviços das armas e buscavam a partir desse aspecto se inserir em redes de favorecimento e mercês.

Diogo Pinto da Gaia, por exemplo, que ocupou o posto de capitão de uma das companhias pagas da capitania, seguiu esse caminho. Era filho de Manoel Luís de Matos e de Margarida de Siqueira, e natural do Pará. Consta das certidões apresentadas em 1732, haver servido a Coroa, por um período de 40 anos, 6 meses e 24 dias, tendo sido recrutado aos 15 anos de idade. Nesse longo período, passou de soldado, alferes, ajudante a capitão de infantaria, posto que exercitou por 19 anos. Nesses anos, atuou em diversas diligências no sertão, como por exemplo, na guerra contra os índios do Rio Madeira, no “descobrimento” do rio Araguaia”, no “descobrimento do rio dos Tocantins”, na “guerra do gentio Solimões”, indo ainda ao Cabo do Norte averiguar juntamente com engenheiro lugar adequado para fortificações.¹³²

Nas várias certidões anexadas ao processo, se obtém longas páginas sobre sua vasta experiência militar. Tornou-se peça chave da guerra no sertão, pois era “muito prático na variedade das línguas” falada pelos indígenas e em estabelecer alianças com “muitos gentios para o serviço das capitanias”.¹³³ Essa experiência e a condição estratégica de “prático” nas línguas e nas guerras do sertão, certamente foi o que o manteve no posto de capitão de companhia de infantaria por longo período. Nos mapas e listas das companhias pagas do Pará, ocupa esse posto nos anos de 1726, 1728, 1730 e 1732 (ver Quadro 6; capítulo 2.).

Além das atividades militares, o capitão Pinto da Gaia possuía terras no rio Acará, onde tinha plantação de cacau. Em 18 de maio de 1720, pelos serviços prestados, recebeu confirmação de uma légua e meia terra nesse rio para continuar “com a mesma

¹³² Requerimento do capitão de infantaria da praça do Pará, Diogo Pinto da Gaia para o rei D. João V. *AHU*, Avulsos do Pará. 18 de novembro de 1733, Cx. 14, D. 1337.

¹³³ *AHU*, Avulsos do Pará. Cx.4; D.352.

planta [cacau] e fazer suas roças”.¹³⁴ Em 1732, em requerimento solicitava o Hábito da Ordem de Cristo, e cinquenta mil réis de tença efetiva para seus dois filhos, como remuneração dos serviços prestados.

José Rodrigues da Fonseca, que também ocupou o posto de capitão de uma das companhias de infantaria do Pará, entre 1720-1732 (ver Quadro 6; capítulo 2), era filho de José Rodrigues Santarém, e natural da cidade do Pará.¹³⁵ Nos papéis dos serviços prestados consta haver sentado praça de soldado voluntário, em 27 de maio de 1704. O “zelo que tinha do real serviço” aparece como o motivo que levou o militar a galgar postos, ocupando o posto de ajudante, alferes, sargento e capitão de companhia de infantaria do Pará.¹³⁶

Em 1723, constava já haver servido 14 anos, 4 meses e 21 dias. Entre os serviços constava ter participado das obras de fortificação da cidade e ainda “servido de tesoureiro dos bens pertencentes aos defuntos e ausentes, e fisco real por cinco anos”. Todas essas informações compõem um dossiê apresentado em certidões e folhas de serviço por José Rodrigues da Fonseca em 27 de julho de 1726, ocasião em que requeria mercê de hábito da Ordem de Cristo e tença de cento e cinquenta mil réis pelos serviços prestados.¹³⁷

O militar também obteve terras na capitania do Pará. Em 1734, consta que Rodrigues da Fonseca era morador de Belém, e solicitava confirmação de carta de data e sesmaria, de duas léguas de terra próxima ao rio Guamá, no igarapé Mururé, para fazer lavouras.¹³⁸ A Coroa concedeu a mercê ao capitão. Em 7 de abril de 1739, José Rodrigues da Fonseca solicitava um novo documento, porque alegava ter perdido a

¹³⁴ ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 12, f.118

¹³⁵ ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 15, f.150v

¹³⁶ Requerimento do capitão de infantaria do Pará José Rodrigues da Fonseca para o rei. 27 de julho de 1726. AHU, avulsos do Pará, Cx. 9, D. 828.

¹³⁷ *Idem.*

¹³⁸ Requerimento de José Rodrigues da Fonseca ao Rei, solicitando confirmação de carta de data e sesmaria próxima ao rio Guamá. 26 de novembro de 1734. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 17, D. 1569.

carta de confirmação da posse da terra.¹³⁹ Em 21 de abril de 1739, consta o reenvio da carta pela Coroa.¹⁴⁰

Conforme se verifica, a atuação desses sujeitos ia muito além do serviço das armas. Integravam-se nas relações construídas na experiência colonial e, a partir do serviço prestado nesses postos, requeriam as mercês. José Velho de Azevedo, que serviu como capitão-mor do Pará e engenheiro da capitania, também solicitou mercês pelos serviços prestados. Em requerimento de 18 de agosto de 1712, solicitava da Coroa concessão de Hábito da Ordem de Cristo, e uma tença efetiva de duzentos mil réis. Era natural da vila de Almeida em Portugal, e constava nesta altura, haver servido 28 anos e 23 dias. Pelos papéis e certidões apresentados desde 1683 já havia atuado, além do Pará, na província de Trás-os-Montes, Bragança e Monte Alegre¹⁴¹. No Pará além dos trabalhos nas obras de fortificações, esteve em diligências ao Cabo do Norte e outras atividades militares.¹⁴²

Também tinha terras no Pará. Tratava-se meia légua de terra em Guarapiranga “que confina pela banda do Leste com a doutrina dos padres de santo Antônio” e pela do oeste com as terras que “foi de Mateus de Carvalho e Siqueira”. Consta que na sua terra, o engenheiro possuía plantações de cacau e currais de gado. A mercê foi passada em carta em 5 fevereiro de 1722.¹⁴³ Uma carta do ouvidor José Borges Valério em que expunha os problemas havidos no inventário e partilha de bens do falecido capitão José Velho de Azevedo, referia-se aos “Engenhos e servos, casas de vivenda, móveis” além de 25.168\$318 em dinheiro.¹⁴⁴

¹³⁹ Requerimento de José Rodrigues da Fonseca ao rei, solicitando renovação da confirmação da carta de data e sesmaria de terras no Guamá, por ter perdido o respectivo documento. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 22, D. 2054.

¹⁴⁰ *ANTT*, “Sesmaria”. Microfilme, n. 2164; Livro 97; pág. 84. Ver ainda: *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 17; D. 1569.

¹⁴¹ Requerimento de José Velho de Azevedo para o rei, solicitando Hábito da Ordem de Cristo e tença. 18 de agosto de 1712. *AHU*, Cx. 6, D. 491.

¹⁴² Requerimento de José Velho de Azevedo para o Rei solicitando autenticação dos serviços e patentes que apresenta. 11 de agosto de 1714. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 507.

¹⁴³ *ANTT*, “Sesmaria José Velho de Azevedo”. Chancelaria Régia- livro:60; pág. 64.

¹⁴⁴ Carta de José Borges Valério para o Rei sobre os erros ocorridos na partilha dos bens do capitão-mor José Velho de Azevedo. Belém do Pará, 23 de agosto de 1739. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 22, D. 2069.

Já Francisco de Melo Palheta, que ocupou o posto de Tenente da Guarda-Costa do Pará, em 1726, constava ter servido por mais de 20 anos como soldado, cabo, sargento, alferes de infantaria e tenente de guarda-costa.¹⁴⁵ Participou da guerra ao gentio Maraguã, Aruã e no sertão dos Cambebas. Também possuía uma légua de terra no lugar que foi de Miguel Paulo no rio Ubituba, mercê recebida em 8 de fevereiro de 1712.¹⁴⁶ Consta ainda possuir terras no igarapé Arapijó confirmadas em 20 de março de 1733.¹⁴⁷

João de Almeida da Mata, também seguiu na mesma direção. Os serviços prestados o levaram a capitão de uma companhia de infantaria do Pará, como consta no mapa da gente militar de 1726 (ver Quadro, capítulo 2). Em 10 de dezembro de 1733, solicitava confirmação de uma légua de terra no rio Inhagapi, onde tinha lavouras.¹⁴⁸

Esses casos apontam que os bons procedimentos em diligências militares possibilitavam a inserção desses militares em outras atividades na capitania. As mercês concedidas pelos serviços prestados eram uma estratégia para manter as atividades necessárias às atividades de defesa nas conquistas. Os oficiais militares, por sua vez, aproveitavam para integrar-se nas atividades de cultivo de cacau, criação de gado e comércio na capitania.

O curioso, é que por decreto de 18 de abril de 1720, D. João V revogara uma Lei de 20 de novembro de 1709, em que se permitia o comércio dos governadores e oficiais. Como explica “mostrou a experiência ser muito prejudicial”, o que por essa razão revogara a antiga permissão. Ficava determinado a partir de então que “nenhum Vice-rei, capitão general, governador, ministro ou oficial de justiça ou fazenda, nem também os de guerra que tiverem patente que são do posto de capitão para cima, inclusive assim deste reino, como de suas conquistas, possa comerciar por si”.¹⁴⁹

¹⁴⁵ Requerimento de Francisco de Melo Palheta solicitando confirmação da sua nomeação no posto de Capitão tenente da guarda costa do Pará, 22 de fevereiro de 1726. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 13; D. 805.

¹⁴⁶ ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 9, f. 92.

¹⁴⁷ APEP, Livro 6, ff. 155-156.

¹⁴⁸ Requerimento do sargento-mor do Pará, João de Almeida da Mata para o rei solicitando confirmação de carta e data e sesmaria nas cabeceiras do rio Inhagapi. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 16, D. 1448.

¹⁴⁹ “Lei Geral que proíbe Vice-Rei, capitão General, ou Governador, Ministro, ou oficial de Justiça, ou Fazenda, nem também os de Guerra, que tiverem patentes que são de capitão para

Todavia, ao que parece, nas conquistas a aplicação dessa Lei encontrava sérios entraves. Basta considerar, os diversos pedidos de terras realizados por oficiais para fins de cultivo e criação, o que implicava também o comércio dos produtos cultivados, a exemplo do cacau plantado por Diogo Pinto de Gaia. Além disso, de acordo com o regimento das companhias regulares (de linha) os militares integrados em suas tropas deveriam ter a vida militar por excelência para o que recebiam soldo para a dedicação ao serviço das armas. Ocorre que na experiência colonial, as práticas defensivas atrelaram-se também a estratégias de enriquecimento que se vinculavam à exploração dos recursos que as conquistas poderiam oferecer.

A necessidade de defesa, ocupação e povoamento pareciam ditar as regras e os limites entre a manutenção da ordem estabelecida ou a manutenção dos espaços coloniais. Exemplar, nesse sentido foram a concessão de mercês, hábitos e patentes. Como vimos, os oficiais reconheciam suas importâncias para o funcionamento do sistema defensivo colonial, razão pela qual solicitavam terras, e Hábitos das Ordens Militares. Fernanda Olival explica que as Ordens Militares representavam “um capital honorífico e profundo legado simbólico”. Constituíam-se em referência ao poder dos monarcas, mas “também da riqueza e identidade de um reino” eivado de tradição.¹⁵⁰ Na experiência das conquistas, entretanto, conforme Ronald Raminelli os rígidos critérios de impedimento para a concessão de hábitos, foram “abrandados para viabilizar recompensas aos vassalos e incentivar lealdade a monarquia”.¹⁵¹

Os indígenas também experimentaram e interpretaram os caminhos para acionar as benesses, mercês e honrarias da monarquia. A centralidade que ocuparam como aliados nas guerras e demais atividades militares possibilitou a inserção desses sujeitos nessas relações. Raminelli, por exemplo, lembra para Pernambuco as mercês recebidas por

cima inclusive, assim deste reino como de suas Conquistas, possa comerciar por si”. COSTA. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal. Leis Pertencentes as Ordenanças*. Tomo II, pp.14-15.

¹⁵⁰ OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno. Mercê, Honra e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Editora: Star, Portugal, 2001, p.52. Ver ainda: LÓPEZ-SALAZAR, Ana Isabel; OLIVAL, Fernanda; RÊGO, João Figueirôa (Coordenação). *Honra e Sociedade no mundo ibérico e ultramarino. Inquisição e Ordens Militares. Séculos XVI-XIX*. Edição: caleidoscópio, Évora, 2013.

¹⁵¹ RAMINELLI, Ronald José. *Nobrezas do Novo Mundo. Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. p. 136

Felipe Camarão e Henrique Dias pela atuação “decisiva para a vitória luso-brasileira sobre os neerlandeses”, na restauração pernambucana.¹⁵²

Alírio Cardoso verifica que na experiência da guerra hispano-holandesa (1621-1644) na Amazônia, os índios aliados foram elevados à categoria de vassalo-soldado. Nessa condição negociavam esse apoio militar. Como explica Cardoso, a forma “mais eficiente de contar com grandes contingentes de soldados nativos era a oferta de vantagens e mercês às lideranças indígenas”. Tratava-se da promoção das qualidades guerreiras dos índios, uma vez que no Estado do Maranhão, as “autoridades portuguesas perceberam desde o início da conquista a necessidade de organizar a defesa da região com o uso alargado dos soldados nativos”.¹⁵³

Esses índios, conforme Almir Diniz de Carvalho Junior, apropriaram-se desse sistema de mercê. Mais que “líderes indígenas aliados”, esses índios foram “líderes militares”.¹⁵⁴ Foi o caso de João Magu de Deus, índio Principal da nação Araió, para a capitania do Maranhão. Consta que Magu de Deus “mestre de campo” havia pacificado os Aranhi, nação acusada de cometer “injustiças” e “distúrbios” nos moradores da região. O Principal por ordem do governador João de Abreu Castelo Branco, “entrou no mato, e depois da diligência em que gastou sete ou oito meses trouxe consigo duzentas pessoas da dita nação que ficam aldeados com o gentio Arayo, junto à ribeira da Parnaíba”. Por esse serviço, o governador em 1739 solicitava mercê ao índio Magu de Deus.¹⁵⁵

A resposta foi passada em Consulta em 1741. No documento reconhecia-se a importância de Magu de Deus, e explicava-se que como este índio já “tinha patente de Mestre de Campo pelo Vice-Rei e governador geral do Brasil”, recomendava-se que

¹⁵² *Idem*, p. 136.

¹⁵³ CARDOSO, Alírio. “Canoa e Arcabuz: a guerra hispano-holandesa na Amazônia (1621-1644). In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (orgs). *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX)*. pp. 49- 50.

¹⁵⁴ CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz. “Guerreiros indígenas e líderes militares na Amazônia portuguesa, séculos XVII e XVIII. In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (orgs). *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX)*. p. 57

¹⁵⁵ Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco ao rei. Belém do Pará, 14 de outubro de 1739. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 25, D. 2604.

poderiam poderia “o trazer no peito símbolo de alguma das ordens militares e mandasse dar um vestido”¹⁵⁶.

Além disso, João Magu de Deus parece ter influenciado para o recebimento de patente a outros índios de sua nação. Em 1737, por exemplo, o índio Antônio Dias recebeu a patente de capitão dos índios da nação Araió. No texto do documento há a seguinte notação: “*da mesma nação do principal João Magu de Deus*”¹⁵⁷, não se verifica esse formato para outras patentes, indício de que Magu era conhecido de seus aliados portugueses.

Estes, porém, não foram os únicos a ocuparem as páginas de registros de patentes. No *Livro de Registro de Patentes e Honrarias Militares* do acervo do Arquivo Público do Pará, que abrange o período de 1737-1750 contabilizaram-se 73 patentes atribuídas a indígenas de diversas nações. Verificou-se ainda, o segundo livro de registro de patentes que abrange um período de 1750-1768. Até o ano de 1752 identificamos mais 29 patentes.

Quadro 16. Patentes indígenas (1737-1749)

Ano	Nome	Proveniência étnica	Patente	Proveniência geográfica
1737	Antônio Dias	Nação Arayo	Capitão dos índios de sua nação	
1737	Gonçalo		Principal da Aldeia de [São Paulo]	Aldeia de [São Paulo]
1737	Daniel		Principal da Aldeia dos [Bocas]	Aldeia dos [Bocas]
1737	Martinho		Capitão da Aldeia de Gurupá	Aldeia de Gurupá
1738	Matias	Nação Camboca	Principal da nação Camboca	
1738	Braz	Nação Camboca	Sargento-Mor da nação Camboca	
1738	Lucas	Nação [Maracuru]	Principal da nação Maracuru	
1738	Gregório	Nação Maracuru	Capitão da Nação Maracuru	

¹⁵⁶ Consulta ao rei sobre o serviço de mestre de campo de João Magu de Deus, índios da nação de Araió. Lisboa, 8 de maio de 1741. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 26, D. 2691. Ainda sobre João Magu de Deus ver: CHAMBOULEYRON, Rafael. “Sesmarias dadas a índios no Pará e no Maranhão (século XVIII)”. *Revista Ultramares*, v.5, pp. 137-148, 2014.

¹⁵⁷ “Registro de Patentes e Honrarias Militares” (1737-1750). *APEP*, Códice: 026, s/n.

1738	Pararicá	Nação Nova [Sarirana]	Principal da nação Nova [Sarirana]	
1738	Guarajari	Nação Nova [Mararni]	Principal da Nação Nova [Mararni]	
1738	[Comadrinho]	Nação Nova [Mararni]	Sargento da Nação Nova [Mararni]	
1738	Manoel da Costa		Principal da aldeia Turiaçu	Aldeia Turiaçu
1738	Raimundo da Silva	Nação Tabajara	Principal da Nação Tabajara	
1738	Domingos		Principal da Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras	Aldeia Santo Antônio das Cachoeiras
1738	Romão		Sargento-Mor da Aldeia de São José de Macapá	Aldeia São José de Macapá
1738	João	Nação Maraunum	Sargento-mor da Aldeia de Murtigura	Aldeia de Murtigura
1738	Inácio de Almeida	Nação Jaguari	Capitão da Aldeia de Maracanã	Aldeia de Maracanã
1739	Braz		Sargento-mor da Aldeia de São João de Tapuitapera	São Luís
1739	Garcia		Capitão das Aldeias dos Araio	São Luís
1739	Xavier de Soares		Capitão dos Anapurus	São Luís
1739	Domingos	Nação [Joatan]	Principal da Aldeia de Caia	Aldeia de Caia
1739	[Loppo] Afonso		Capitão da Aldeia de Caia	Aldeia de Caia
1739	Jeronimo		Sargento-mor da Aldeia dos Tapajós	Aldeia dos Tapajós
1739	Francisco	Nação Andirá	Principal da Nação Andirá da Aldeia de Tabopara	Aldeia de Tabopara
1740	Clemente		Principal da Aldeia Matury que foi do índio Paulo principal da Aldeia Urubu	Aldeia Urubu
1741	Paulo Fernandes Pessoa	Natural de uma das nações	Sargento mor das nações Uroá, Ponga, Caratiú	
1741	Inácio Pereira Barbosa		Capitão das nações Uroá, Ponga, Caratiú	
1741	José de Souza	Nação Guanapi	Principal da Aldeia Nossa Senhora da Conceição	Aldeia Nossa Senhora da Conceição
1741	Martinho		Sargento mor da aldeia do Gurupá	Aldeia do Gurupá

1743	Paulo		Capitão mor da aldeia dos Tapajós	Aldeia dos Tapajós
1743	Bernardo		Ajudante da Aldeia dos Tapajós	Aldeia dos Tapajós
1743	Xavier		Capitão da Aldeia do Araticu	Aldeia do Araticu
1743	José		Capitão da Aldeia de Santa Anna do [Coary]	Aldeia de Santa Anna do [Coary]
1744	Bernardo		Sargento-mor da Aldeia dos Tapajós	Aldeia dos Tapajós
1745	Onofre		Principal da Nação Aroquis	“Aldeada em Murtigura”
1745	José		Capitão da aldeia de Santo Eliseu de [Maria]	Aldeia de Santo Eliseu de [Maria]
1745	Clemente de [Sousa]	Nação Guanopy	Principal da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição	Pertencente ao serviço da fortaleza de S. Antonio de Gurupá
1745	Francisco Rodrigues Xavier	Nação Manao	Principal da Aldeia da Fortaleza de Gurupá	Aldeia da Fortaleza de Gurupá
1745	Francisco	Marauru	Patente de Sargento-mor da Aldeia do menino Jesus Igarapé Grande	Aldeia do menino Jesus Igarapé Grande
1745	Hilário	Aroan [Aroã]	Capitão da Aldeia do menino Jesus Igarapé Grande	Aldeia do menino Jesus Igarapé Grande
1746	Inácio	Nação Acuriato	Sargento-mor da Aldeia Buyrari	Aldeia Buyrari
1746	Miguel da Rocha [Pita]	Nação Jaicó	Principal da Aldeia [Joaim] no sertão do Piauí	Aldeia [Joaim] no sertão do Piauí
1746	Gabriel		Santo mor da Aldeia de Santo Eliseu de Mariuá	Aldeia de Santo Eliseu de Mariuá
1746	José		Ajudante da Aldeia de Santo Eliseu de Mariuá	Aldeia de Santo Eliseu de Mariuá
1746	Francisco Jacob		Principal da Aldeia de Mortigura	Aldeia de Mortigura
1746	Jacinto		Principal da Aldeia Curuá por falecimento do índio Jacinto	Aldeia Curuá
1746	Jeronimo	Nação Gojari da aldeia dos Abacaxis	Capitão mor da aldeia dos Abacaxis	Aldeia dos Abacaxis
1747	Domingos [Ba?]	Aruã	Principal da Aldeia de São Joaquim de Mexiana	Aldeia de São Joaquim de Mexiana
1747	Francisco	Aruã	Capitão da “mesma aldeia”	Aldeia de São José
1747	Antônio Pereira		Ajudante da Aldeia de São José	Aldeia de São José

1747	Hilário	Nação Aruã	Capitão da Aldeia do menino Jesus do Igarapé Grande	Aldeia do menino Jesus do Igarapé Grande
1747	Bernardo Inácio	Nação Engahiba (Nhengaíba)	Sargento-mor da aldeia do Araticu	Aldeia do Araticu
1747	Antônio Cambeba	Nação Engahiba	Capitão da Aldeia de Araticu	aldeia do Araticu
1747	Antonio Teixeira		Capitão da Aldeia do Jary	“da aldeia do Jary”
1748	Vital Guandum		Principal da Aldeia de Piriá	Aldeia de Piriá
1748	Euzébio Guandum		Capitão da aldeia de Piriá	Aldeia de Piriá
1748	Marcos		Principal dos índios da nação [Apa] da Aldeia Surubi	Aldeia Surubi
1748	Matias		Principal dos Barês da Aldeia de Surubi	“Da aldeia de Surubi”
1749	José		Sargento mor da Aldeia de São [?] do Jahu	Aldeia de São [?] do Jahu
1749	Vitoriano		Principal Aldeia de São [?] do Jahu	Aldeia de São [?] do Jahu
1749	Romão [Jananhary]		Principal da Aldeia de São Eliseu de [Marrua ou Marivá]	Aldeia de São Eliseu de [Marrua ou Marivá]
1749	Paulo		Principal da Aldeia de Caetano	Aldeia de Caetano
1749	Caetano		Principal da Aldeia de São Angelo do Cumaru	Aldeia de São Angelo do Cumaru
1749	Silvestre		Sargento mor da Aldeia de Aracary	Aldeia de Aracary
1749	[Lourenço]		Principal da Aldeia de São [ilegível]	Aldeia de São [ilegível]
1749	Miguel Rodrigues		Principal da Aldeia de São Rodrigues de Viterbo	Aldeia de São Rodrigues de Viterbo
1749	Xavier de Santiago		Sargento mor “da sua nação” da Aldeia da fortaleza de Gurupá	Aldeia da fortaleza de Gurupá
1749	Simão Henrique		Sargento mor de Sumauma “dos índios de sua nação”	
1749	Manoel de Souza	Nação Marauanu	Principal da Aldeia de Mortigura dos índios “de sua nação Maraunu”	Aldeia de Mortigura
1749	Xavier Jaurê	Nação Maruana Da Aldeia Parauguiri	Principal dos índios de sua nação	
1749	Tomé		Sargento mor da Aldeia Surubiu	Aldeia Surubiu

1749	Félix		Capitão da sua Aldeia Surubiu	Aldeia Surubiu
1750	João da Maia	Nação Araguaxias	Ajudante da Aldeia de Maracanã da sua nação [Araguaxias]	Aldeia de Maracanã
1751	Teodozio	Nação Manao	Principal de sua nação da Aldeia Maria	Aldeia Maria
1751	Felipe	Nação Apama	Principal da Aldeia de Surubiû	Aldeia de Surubiû
1751	Xavier de Santiago		Principal da sua nação da Aldeia de Gurupá	Aldeia de Gurupá
1751	Inácio	Nação [Ca..vana]	Principal de sua nação na aldeia [Piraury]	aldeia [Piraury]
1751	Basílio		Capitão da Aldeia de Maracanã	Aldeia de Maracanã
1751	Xavier Jacuré	Nação Muruana	Principal da Aldeia Piraviry	Aldeia Piraviry
1751	Agostinho da Silva	Nação Acoriato	Principal da Aldeia de Tauapara	Aldeia de Tauapara
1751	Francisco Gonçalves	Nação Acoriato	Sargento mor da Aldeia de Tauapara	Aldeia de Tauapara
1752	Antonio da Costa		Principal da Aldeia de Joanes	Aldeia de Joanes
1752	Antonio Ribeiro		Sargento mor da Aldeia de Joanes	Aldeia de Joanes
1752	Pedro dos Santos		Capitão da Aldeia de Joanes	Aldeia de Joanes
1752	João da Silva		Ajudante da Aldeia de Joanes	Aldeia de Joanes
1752	Damasio Dias		Prov ^{am} de Alfe [ilegível]	
1752	Inácio Coelho		Principal da Aldeia de São José de Jesus do Igarapé Grande	Aldeia de São José de Jesus do Igarapé Grande
1752	Hilário da Silva		Comandante Aldeia de São José de Jesus do Igarapé Grande “durante ausência do Principal”	Aldeia de São José de Jesus do Igarapé Grande
1752	Dionisio da Costa		Capitão da Aldeia de São José de Jesus do Igarapé Grande	Aldeia de São José de Jesus do Igarapé Grande
1752	Francisco	Nação Ariquena	Principal da Aldeia de Santa Ana de Macapá	Aldeia de Santa Ana de Macapá
1752	Inácio José		Capitão da Aldeia de Santa Ana de Macapá	Aldeia de Santa Ana de Macapá
1752	Clemente de Mendonça	Nação Apama	Principal da Aldeia do Paru	Aldeia do Paru
1752	Domingos da Silva		Sargento mor da Aldeia do Paru	Aldeia do Paru

1752	Roque da Costa		Capitão da Aldeia do Paru	Aldeia do Paru
1752	Luís da Costa	Nação Maraunu	Principal da Aldeia de Araticu	Aldeia de Araticu
1752	Pedro Luís	Nação Maraunu	Sargento mor da Aldeia de Araticu	Aldeia de Araticu
1752	Francisco Ribeiro		Patente de Capitão da Aldeia do Araticu	Aldeia de Araticu
1752	Luís Nunes		Ajudante da Aldeia do Araticu	Aldeia de Araticu
1752	Daniel Pereira	Nação Comboca	Principal da Aldeia do Araticu dos índios de sua nação Comboca	Aldeia de Araticu
1752	Hipólito Pereira		Sargento mor da Aldeia de Urubucara	Aldeia de Urubucara
1752	Bernardo da Costa		Ajudante na aldeia Urubucara	Aldeia de Urubucara
1752	Pascoal de Carvalho		Capitão da Aldeia de Urubucara	Aldeia de Urubucara

Fonte: “Registro de Patentes e Honrarias Militares” (1737-1750). *APEP*, Códices 26 e 58

Se, considerarmos o péssimo estado em que se encontra a documentação com muitas partes ilegíveis, pode-se afirmar que esse número é bem superior aos 102 casos que foi possível identificar entre 1737 a 1752. Portanto, os índios também estavam inseridos nesse processo. Infelizmente, nos registros de patentes para indígenas se ocupa duas ou três linhas em que traz o ano, nome do indígena, a patente e para qual nação ou aldeia. Muito diferente dos registros para os militares, em que se descreve a trajetória, a naturalidade, a experiência no serviço das armas e as razões para a patente.

Para citar um exemplo do registro, transcreveu-se literalmente toda a patente dada ao índio Bernardo Inácio, lê-se: “Ao índio Bernardo Inácio se passou patente de sargento mor da aldeia do Araticu dos de sua nação Nhengaíba em 8 de novembro de 1747”.¹⁵⁸ E, assim segue o modelo de todas as demais patentes verificadas. Portanto, há pouquíssimas informações sobre esses sujeitos que receberam patentes militares.

A nação Nhengaíba proveniente da Ilha do Marajó após vinte anos de guerra, como contabiliza o padre João Daniel, foi pacificada e aldeada nas missões dos padres

¹⁵⁸ *Idem.*

jesuítas.¹⁵⁹ Para essa nação foi dada a patente de Sargento-Mor ao índio Bernardo Inácio. Além dele, também em 1747, Antônio Cambeba, da nação Nhengaíba recebeu a patente de capitão da aldeia do Araticu.

Em 1745, Francisco Rodrigues Xavier, da Nação Manao, ocupou o posto de Principal da Aldeia da Fortaleza de Gurupá. Para a aldeia Maracanã, em 1738 recebeu patente de capitão o índio Inácio de Almeida da nação Jaguari. Em 1747, o índio Domingos da nação Aruã recebeu patente de Principal da Aldeia de São Joaquim de Mexiana.

É, importante notar que muitas dessas nações que receberam as patentes militares já foram mencionadas ao longo deste capítulo, como aliadas atuando ao lado portugueses em diligências militares, ou em conflito. Com relação à nação Manao, por exemplo, que obstruiu a passagem das tropas portuguesas no Rio Negro, vinte anos após a guerra, Francisco Rodrigues Xavier recebe um posto de Principal. O mesmo ocorre com os Aruã que aparecem recebendo patentes nos livros de registros. É, o caso também, da Aldeia do Maracanã que auxiliou os portugueses em muitas diligências militares.

Para a capitania do Pará, a aldeia de Maracanã parece ocupar posição estratégica para as dinâmicas de defesa. Como vimos ao longo dos dois últimos capítulos, os índios da aldeia de Maracanã foram mobilizados para integrar a atividades militares em diversos momentos importantes da expansão da fronteira. Atuaram, por exemplo, na expedição de descobrimento das minas de ouro do Tocantins,¹⁶⁰ e na consequente guerra do Tocantins (1730), na guerra contra os Amanaju do Cabo do Norte, contra os Aruã do Marajó. São citados na documentação como os mais “fiéis vassalos”.

Segundo, Almir Diniz de Carvalho Junior, a aldeia era estratégica para parada de canoas que transitavam entre as capitanias do Pará e Maranhão. Integravam as tropas como remeiros, guias e alimentos. Ressalta a importância do Principal da aldeia de

¹⁵⁹ DANIEL, João. “Tesouro descoberto no rio Amazonas”. *Anais da Biblioteca Nacional*, pp.270-271.

¹⁶⁰ Requerimento de Francisco de Potflis para o Rei solicitando autorização para fazer descobrimento de minas de ouro e o envio de índios e soldados. 12 de fevereiro de 1727. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 10; D. 886.

Maracanã, Lobo de Souza Guarapaúba que pela atuação em guerras como aliados dos portugueses, constava “como prêmio, recebeu do rei Hábito de Cristo”.¹⁶¹

Esses índios ocuparam centralidade para as atividades coloniais. Eram destinados ao *serviço real*. Marina Hungria, ressalta por exemplo, as atividades de produção de sal para o abastecimento da capitania. Assim também outras aldeias do Marajó que se dedicavam à atividade do pesqueiro, como a nação Sacaca. Esses índios não eram repartidos para o trabalho dos colonos, eram destinados aos serviços de interesse colonial. Essa determinação da Coroa, foi passada ao âmbito da Junta das Missões, em 21 de abril de 1702.¹⁶²

Isso deve-se importância singular que tinham como pesqueiro real, nas atividades das salinas reais e ao que consta também à dedicação ao real serviço das armas, como os aliados importantes para a defesa e expansão da fronteira colonial. Uma experiência similar, a destacada por Maria Regina Celestino de Almeida foi a grande aldeia jesuítica estabelecida na Serra da Ibiapaba, que agregava índios de diversas nações. Esses índios se tornaram, como explica Celestino de Almeida, “baluartes da defesa da região”, sendo mobilizados, inclusive para atividades de defesa em outras capitanias.¹⁶³ Isso explica, como destacamos anteriormente, o pedido de Antônio da Cunha Souto Maior, de envio do Ceará dos índios da nação Anacês da Serra da Ibiapaba para guerra contra os índios do Corso.¹⁶⁴ Em 1716, se tem notícia da vinda de nações indígenas da Serra de Ibiapaba em auxílio às tropas militares portuguesas para a referida guerra.¹⁶⁵

Esses índios, entretanto, conscientes da importância que tinham para o funcionamento colonial, valeram-se a partir dos seus interesses. As patentes militares recebidas são exemplos nesse sentido. Em sua maioria as patentes militares eram

¹⁶¹ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. *Índios Cristãos. Poder, magia, e religião na Amazônia Colonial*. Curitiba: CRV, 2017, pp. 97-99

¹⁶² NOBRE, Marina Hungria. “Para governo de sal e tainha e de índios. As salinas e o pesqueiro real no Estado do Maranhão e Pará (1640-1750)”. Dissertação de Mestrado- *PPHIST-UFPA*, Belém, 2017, p.61.

¹⁶³ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil*, p. 53.

¹⁶⁴ Carta do governador Cristovão da Costa Freire sobre o pedido de Antônio da Cunha Souto Maior sobre envio de índios guerreiros. Belém do Pará, 15 de março de 1712. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6; D. 482.

¹⁶⁵ Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 11 de junho de 1716. *AHU*, Cx. 6, D. 540.

atribuídas por nação. Ou seja, um índio que recebia patente de Capitão de sua nação. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o índio Matias, que pertencia à nação Camboca, e recebeu em 1738 patente de principal da sua nação. O posto de sargento-mor dessa mesma nação foi ocupado pelo índio Braz, que também era da nação Camboca. O mesmo aconteceu no caso dos índios Lucas e Gregório ambos da nação Maracuru, que receberam, em 1738, patentes de Principal e Capitão, respectivamente, de sua nação.

Do ponto de vista do colonizador, buscava-se manter no comando dos índios gente da própria nação. Essa forma de inserção do indígena oficial de nação caracterizava uma espécie de *poder em cadeia*. Esses índios conectavam-se às autoridades coloniais e à Coroa. Esse aspecto me parece garantiu o auxílio indígena nas diligências militares e a atuação desses sujeitos nas inúmeras atividades do cotidiano colonial. Por outro lado, da perspectiva indígena a patente legitimava o poder desses índios sobre os demais. Mais que isso, tornava a ação de influência maior, para além de sua nação.

A partir dessa lógica interpretativa pode-se conjecturar que esses índios se valeram das benesses reais para garantir o poder sobre outras nações. Os demais índios deveriam obedecer aos Principais e aos indígenas com patentes de capitães e sargentos nomeados pelo governador, como ressaltava João de Abreu de Castelo Branco em ofício de 1742.¹⁶⁶ Os índios da nação Aranihi, por exemplo, “pacificadas” pelo mestre de campo João Magu de Deus ficaram aldeados junto com os Araió, na ribeira da Parnaíba. Ora, nessa relação certamente os Araió alargaram o seu poder de influência.

Se, considerarmos que as aldeias constituíam de diversas nações indígenas, portanto multiétnicas, as patentes de Principal, capitão e sargento atribuídas a índios de determinadas nação, podemos afirmar que no espaço da aldeia esse poder atribuído a determinados sujeito espalhava-se sobre os demais grupos daquele espaço. Em 1745, por exemplo, o índio Francisco Rodrigues, da nação Manao, recebeu patente de Principal da aldeia de Gurupá. Em 1747, o índio Bernardo Inácio da nação Nhengaíba, recebeu patente de sargento mor da aldeia do Araticu. Assim também, ocorreu com os índios Pedro Luís e Luís da Costa, ambos da nação Maraunu, que receberam respectivamente patentes de Principal e Sargento Mor da aldeia do Paru, em 1752. Nesse mesmo ano o índio Francisco da nação Ariquena recebeu patente de capitão da Aldeia de Santa Ana

¹⁶⁶ Ofício do governador João de Abreu de castelo Branco ao Padre Manuel da Mota. 19 de abril de 1742. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 26, D. 2719.

de Macapá. Essas patentes para aldeias sem dúvida ampliavam a ação desses sujeitos sobre as demais nações indígenas aldeadas.

Uma relação entre índios, militares e Coroa construída a partir de interesses múltiplos. Aqui a intenção é chamar atenção sobre aspectos que resultam da atuação e participação de militares e índios nas atividades militares da capitania. Se a estratégia dos colonizadores, como escrevia Bento Maciel Parente, ainda em 1637, era conseguir o apoio indígena a partir do oferecimento de “dádivas”,¹⁶⁷ os índios, certamente, também se valeram da aliança com os brancos para inclinar essa relação a seu favor, a partir de seus próprios interesses.

Afinal, se nesta parte da conquista, a Coroa portuguesa não poderia contar com os soldados pagos, nem com uma tropa auxiliar valerem-se dos oficiais de experiência e, principalmente, da importante atuação dos índios aliados, sem os quais o avanço da fronteira colonial parecia impraticável durante a primeira metade do século XVIII.

Conclusão

Neste ponto, evidencia-se que a defesa da capitania do Pará na primeira metade do século XVIII, e as atividades de conquista em geral, dependeram, em grande parte, da força indígena mobilizada para essas ações. Portanto, o sistema defensivo da capitania não se compõe somente de uma estrutura militar arraigada na esfera das companhias pagas.

Retomando o texto que inicia este capítulo, são os indígenas que *descobrem os caminhos, definem as jornadas, fazem as paradas (...) confiando em sua capacidade a marcha militar*. Todavia, não se trata, de sua *arte de guerra* como uma ação isolada. Mas sim, articulada com um conhecimento de guerra europeu praticado pelos oficiais. Um aprendizado que decorre da convivência nas tropas e práticas dos sertões, que ressignificou o conflito, e a ação militar pelo contato, constituindo uma defesa *luso-indígena* construída da relação entre os diferentes sujeitos que a compõem.

O universo militar construído a partir do contato teve um impacto social impressionante para as diversas nações indígenas que habitavam o vale amazônico. A

¹⁶⁷ Requerimento do governador Bento Maciel Parente ao rei Felipe III. Ant. 9 de outubro de 1637. AHU, avulsos do Maranhão, Cx.1, D. 116.

desintegração e integração de grupos pela mobilização que se fazia de gente para a tropa, a violência do conflito, e o terror provocado pela novidade da arma de fogo reestruturaram o poder no sertão e tornaram a ação entre os nativos mais ofensiva. O ambiente de guerra, a vigilância e a presença de espaços fortificados tiveram implicações significativas na sociedade da Amazônia colonial.

Considerações finais

A minha intenção ao longo deste trabalho foi a de explicar as ações da Coroa portuguesa para resolver os problemas defensivos da capitania do Pará, na primeira metade do século XVIII. A partir das advertências de governadores e militares sobre a impossibilidade de fazer a defesa de extensas áreas sem aparato suficiente de gente, dinheiro e armamentos, essa região parecia implicar em desafios excepcionais para defesa.

Em decorrência disso, tratou-se aqui de mapear e caracterizar os aparatos de que dispunha a Coroa para a defesa da capitania nesse período. A partir disso, verificar e apresentar os principais desafios e, sobretudo, sistematizar as estratégias e as ações para manter as diligências militares. Ou seja, compreender de que maneira procurou-se garantir a vigilância de fronteiras, a guarnição de fortalezas, as expedições de descobrimentos e, principalmente, as guerras contra os índios hostis, além de interromper as investidas de outras nações da Europa na região. Nesta altura, algumas conclusões gerais decorrem desta investigação.

Em primeiro lugar, modelos explicativos de defesa demarcados e definidos pelas estruturas do militarismo europeu mostram-se limitados para compreender a experiência do sistema defensivo da capitania do Pará, na primeira metade do século XVIII. Chamo de estruturas o enquadramento analítico abalizado pelas três companhias de que se compõem os *corpos* militares de Portugal: as companhias de Ordenança, Auxiliar e Regular.

Isso decorre, como expliquei ao longo dos capítulos, do fato de termos registro apenas de cinco companhias regulares que se mostravam insuficientes para as ações defensivas, pelo quantitativo de gente integrada e pela inoperância, dada a péssima qualidade militar desses sujeitos, feitos soldados, em sua maioria, de forma compulsória. Por outro lado, no Estado do Grão-Pará e Maranhão, a companhia auxiliar se institui somente com a carta régia de 19 de abril de 1766, passada ao governador Fernando da Costa Ataíde Teive, que autorizava o alistamento de gente de cor para formar terços de Auxiliares e Ordenança para defesa das capitanias do Estado.

Dessa última constatação decorre a diferença do sistema de defesa do Pará, em relação ao que ocorreu para o Estado do Brasil, ou ao menos em parte dele, onde as

companhias auxiliares constituídas de pardos e pretos, foram utilizadas desde o século XVII. Portanto, na tentativa de alinhar ou enquadrar essas duas experiências defensivas a partir de um mesmo enfoque, pode-se incorrer no problema de afirmar que a defesa do Pará foi imprecisa e incompleta. Todavia, e como apresentei ao longo dos capítulos deste estudo, esse sistema de defesa foi tão ou mais complexo em relação aos que se constituíram em outras partes da América portuguesa.

A percepção dessa complexidade exige mais esforços das pesquisas no campo da História Militar, pois é necessário deslocar o eixo analítico das estruturas militares consolidadas. Não apenas mudança de enfoque, mas também no que diz respeito às bases documentais que subsidiam os argumentos. Dessa interpretação decorre o principal argumento desta tese: na capitania do Pará, pela fragilidade da *tropa paga* e pela ausência de atuação sistemática da *tropa auxiliar*, na primeira metade do século XVIII, houve a fundamental colaboração, mobilização e presença indígena nas atividades militares; foram os nativos que possibilitaram a envergadura das tropas lusas em ações de guerra e expansão da fronteira colonial.

É nesse aspecto que reside a singularidade do sistema defensivo da capitania. Um desafio, já que as fontes não colaboram para a percepção dos indígenas nessa perspectiva militar. Isso se deve ao caráter das fontes, mas também porque para a Amazônia colonial as pesquisas têm integrado os indígenas ao trabalho e aos aldeamentos, sendo a relação com a militarização quase inexistente. Ora, os indígenas são militares por excelência, conhecem estratégias, dominam a natureza, possuem um arsenal de armas excepcional, organizam-se em coletivo, atuam de forma articulada, e conhecem o adversário e sua arte de guerra. Por essa razão, a Coroa reconhecia a importância da presença indígena nas diligências militares, como expressava o rei em carta de 1709, recomendando que se fizesse a defesa também com os “naturais”, pois estes “fazem muita diferença em seus procedimentos”.¹

Todavia, não se trata de percebê-los de forma isolada. Ao longo deste estudo em nenhum momento se nega a estrutura militar lusa, afinal são normativas que orientam a constituição das companhias na colônia. Todavia, é necessário que essa matriz seja

¹ CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Pará. Anexo: pareceres e bilhete. Lisboa, 29 de agosto de 1709. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 436.

entendida não como modelo transplantado. Mas antes, como determinações ajustáveis às demandas e especificidades locais. A intenção foi considerar perspectivas que pudessem explicar a defesa no Pará colonial, e as fontes levaram à presença indígena. Portanto, desconsiderar essa força e a sua agência nas atividades militares na capitania é percebê-la de forma incompleta. A Coroa portuguesa buscou equacionar os problemas de defesa da capitania por meio de complexas estratégias, para os quais os indígenas foram prontamente requisitados.

Mais que isso, eles foram fundamentais para as operações militares. Não somente do ponto de vista logístico, como guias e remeiros, como já tem tratado a historiografia, mas como força defensiva e estratégica. Por essa razão, no último capítulo centrei a análise na capacidade combativa desses sujeitos. Se é verdade que ainda não está claro o bastante de que maneira participaram dessas atividades, cumpre destacar que ao conectar para cada evento de guerra ou avanço da fronteira a presença de aliados, como é o caso dos índios da aldeia de Maracanã, das nações Tupinambá, Aroaquizes ou de sujeitos como o Principal Cabacabary, ou os índios Antônio, José, Vicente, Luís, Cipriano, Nazário, Henrique, Felipe e tantos outros, tenho por certo que essa agência existiu, e que essa atuação definiu e redesenhou as capacidades militares lusas nas guerras e ações nos sertões.

Por outro lado, torna-se evidente, a partir do percurso de pesquisa, que a defesa da capitania exigiu da Coroa medidas complexas e sistemáticas. Ações, que em grande parte, foram possibilitadas pela rede de comunicação gerada pela burocracia militar, que levou os problemas relativos à defesa da capitania ao conhecimento do rei. Esse circuito informativo canalizado nas secretarias e conselhos no reino integraram o Pará ao império. A partir desse sistema foi possível, para problemas locais, elaborar soluções globais, verificadas em muitas partes do império. Esse aspecto explica, por exemplo, a mobilidade de militares provenientes de diversas partes do império português. Assim como a associação da política de defesa integrada a ações de degredo e controle social por meio da integração de criminosos, “vadios” e “vagabundos” nas tropas regulares. Além disso, as complexas medidas de mobilização indígena do sertão através da rede dos aldeamentos, alianças com lideranças e nações amigas, e da colaboração de outras capitanias. Medidas geradas por um problema concreto: a falta de gente e de dinheiro, como destacou o padre Vieira, o que justificava o tipo de atividade militar referida por

Fernão Teles e Álvaro de Souza, composta “de todas as nações, e sorte de gente”, como vimos:

Em síntese, trata-se de um sistema defensivo adaptável às circunstâncias locais, às limitações de gente e dinheiro, mediado pelos interesses de manutenção do território e expansão da fronteira colonial. Reside nesse aspecto a necessidade de reconectar a militarização ao universo indígena. Ações de defesa que se faz a partir de gente de perfil heterogêneo, do reino e das conquistas, voluntária e involuntária, degredados, ciganos, “vadios”, “vagabundos”, brancos, pretos, cafuzos, mamelucos e indígenas. Na capitania do Pará, no contexto que analisamos aqui, e por todas as razões apresentadas, esses combatentes são sobretudo indígenas.

Nas considerações finais da minha dissertação de mestrado argumentei que a Coroa não tinha sido capaz de efetivar, no Pará, uma estrutura militar regular que desse conta de todas as atribuições que ensejava o domínio sobre sertões e fronteiras tão dilatados.

De fato, se tomada em particular a tropa paga, a sua atuação para defesa mostra-se incapaz e limitada. Naquela altura não tinha considerado o sistema defensivo em sua totalidade, a partir de uma análise do corpo *legislativo*, das *companhias* de ordenanças, regulares e auxiliares, das *fortalezas*, dos *soldados*, dos *oficiais* e dos *indígenas*, como aqui busquei fazer. Estou convencida que ao observar todas essas partes em conexão me aproximo mais do quadro que compõe o *sistema defensivo* da capitania do Pará, na primeira metade do século XVIII e, também, das estratégias e ações da Coroa em assegurar o domínio dessas extensas áreas coloniais.

Mas além disso, é necessário compreender que esse sistema é formatado também pela agência indígena ao estabelecer as alianças com os portugueses. As motivações dos índios, que busquei caracterizar no último capítulo, são as mais diversas, antigas rivalidades, comércio, acesso a armamentos, pagamento, mercês, prestígio, e sobretudo, pelo ambiente de contato para o qual as alianças e o domínio das armas mostravam-se importantes nas novas relações constituídas nos sertões, como foi o caso dos Aruã do Marajó.

O sistema defensivo, portanto, é *luso-indígena*, pois agrega elementos do militarismo europeu, mas também da *arte de guerra* indígena que pelo contato formataram novas técnicas resultantes dessa combinação de conhecimentos. Um aprendizado que decorre da convivência nas tropas e práticas dos sertões. Foram essas características que

ressignificaram o conflito e a ação militar, na capitania do Pará da primeira metade do século XVIII.

• • •

Mas afinal, a quem interessa um estudo sobre militarização na Amazônia do século XVIII?

Em 2017, o secretário geral da ONU, António Guterres, mostrava que os gastos militares mundiais ultrapassaram 1,7 trilhão de dólares. Esse espantoso valor foi gasto em armas e subsídios a exércitos. De acordo com o secretário, são os “maiores índices desde a queda do Muro de Berlim, 80 vezes mais que o financiamento humanitário básico em todo o planeta”. No Brasil foram US\$ 29,3 bilhões de dólares em 2017, 6,3% mais que em 2016.² Esses dados atestam que as instituições militares, as pesquisas bélicas e a tecnologia de guerra têm retirado boa parcela das receitas dos Estados na contemporaneidade. Além disso, mostram que os Estados são vertiginosamente militarizados. Ora, mas o que isso significa?

Em primeiro lugar, significa que permanece uma conduta bélica nas sociedades contemporâneas, nas quais se associa o poder do Estado à quantidade e poder de armamentos, forças e domínio da ciência bélica. Além da construção retórica de que a militarização fornece segurança aos estados nacionais. Ou que o porte de arma de cidadãos civis os torna mais protegidos, e a sociedade menos violenta. Por outro lado, não raro a influência no cenário internacional é associada ao domínio das armas pelos países hegemônicos.

Essa simbiose entre *militarização* e *poder* do Estado é uma chave interpretativa que nos interessa profundamente, e que foi alimentada pelo excesso nos conflitos da I e II guerras mundiais e levada aos extremos no contexto da Guerra Fria, protagonizada por duas potências mundiais que mediam seus poderes pelo domínio dos armamentos. Basta lembrar que escopo principal dos EUA e da antiga URSS era o estudo do outro, por meio da espionagem e o aprimoramento das forças, a partir do fomento bélico da corrida armamentista. Esse período foi marcado pelo impulso da ciência bélica, e a

² ONUBR- Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/gastos-militares-sao-80-vezes-maiores-que-os-humanitarios-onu-lanca-plano-de-desarmamento/>. Acessado em 5 de fevereiro de 2019.

introdução de armamentos no mundo que, para Eric Hobsbawn, explica, em grande parte, o mercado ilegal de armas do século XXI.³

Em outras palavras o poder do Estado também está associado ao seu poder de destruição ou defesa. No século XXI, verifica-se que a capacidade de militarização ultrapassou o domínio dos Estados nacionais, e mesmo os conflitos apresentam novas características. As fronteiras políticas não definem a ação do ataque, ou seja, os conflitos são internos, basta lembrar o caso Síria por exemplo, ou mesmo os ataques terroristas para os quais essas barreiras nacionais não têm nenhum significado. Essa nova configuração implicou também na ampliação dos estudos de defesa, para os quais se incluem a compreensão do Estado, mas também de outros atores sociais, e da relação entre a militarização e as sociedades.

Atualmente, nos importa ainda a percepção de posicionamentos xenófobos, políticas coercitivas nas fronteiras diante da crise dos refugiados, o enfrentamento coercivo do Estado diante das populações tradicionais e o papel pouco ativo da ONU na resolução desses eventos. Além disso, verifica-se o recrudescimento de posicionamentos nacionalistas e autoritários que têm colocado em evidência o tema da segurança nacional e mundial. Ora, as ameaças recentemente trocadas entre a Coreia do Norte e os EUA, e destes com a Rússia, são evidências que ameaçam acordos internacionais como o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNT), de 1970, e o Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares, adotado em 1996.

Portanto, há uma relação intrínseca entre poder bélico e poder político. Um binômio entre domínio da força repressiva e poder que tem se mantido nas sociedades contemporâneas. Pode ser verificado, por exemplo, na legitimidade do uso da força coercitiva do Estado ou de grupos que impõem seu poder pelas armas; basta lembrar os conflitos pela terra na Amazônia, cenário de inúmeros casos de massacres de trabalhadores rurais, ativistas, ambientalistas e populações tradicionais, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

As forças coercitivas mantêm o poder legítimo da repressão do Estado, a exemplo do uso dos aparatos bélicos de repressão no massacre de Pau d'Arco (2017) e de Eldorado dos Carajás (1996), para citar apenas dois casos de muitos outros que não alcançam

³ HOBBSAWM, E. J. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

notoriedade nas mídias. Além da intervenção militar, que de forma absurda, ainda hoje é interpretada como solução e não como problema. Basta lembrar, o saldo social que a intervenção no Rio de Janeiro tem trazido, como a morte na periferia, o extermínio de inocentes e dos que contestam, como ocorreu com Marielle Franco em 14 de março de 2018. Um ambiente que se conjuga a um organismo jurídico frágil e subserviente aos interesses políticos. Em uma relação historicamente construída entre a força militar e o poder do Estado.

Aqui a intenção é destacar que a *militarização* ocupa centralidade nas relações contemporâneas. O poder das armas integra um falso fascínio no mundo. E, no Brasil, foi um aspecto que corroborou para colocar no poder um presidente que abertamente faz apologia à violência e à tortura. Ataca os direitos humanos, incita o ódio e reverbera a ignorância. Um conjunto político em que a mediocridade é o tom, da cabeça aos membros, e que foi constituído em meio a posicionamentos conservadores, autoritários e intolerantes em que vozes se levantavam a favor da militarização, da intervenção militar e do regime militar, em uma completa letargia e desconhecimento sobre o passado. Nesta altura, por ventura, pondera-se as variáveis da temporalidade histórica e assume-se os riscos do anacronismo, mas a reflexão é necessária dado ao ambiente sombrio e com evidentes retrocessos deste tempo em que escrevo.

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

ANTT-Conselho de Guerra, Consultas, Maço 3, Caixa 28, D.119.

“Notícias da América Portuguesa, em especial mapa e roteiro geográfico”. Manuscritos da Livraria- *PT/TT/MSLIV*, n. 1065

ANTT, MSLIV/0030, pp. 38v-39.

ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 13, f. 285

“Teses da Arquitetura Militar”- Luís Serrão Pimentel. ANTT- MSLIV-1104, p. 183-186.

ANTT. Livros de Registos do Extinto Conselho de Guerra- Nº 63- (1715-1717). Despachos 1715.

“*Sobre um negro que foi sargento mor dos negros no Brasil que se oferece a levantar nesta cidade e lugar do reino os negros forros necessários para servir a Vossa Majestade*”. Lisboa 11 de junho de 1643. ANTT, Consulta do conselho de guerra- Maço 3, D. 65.

ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 12, f.118

ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 15, f.150v

ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 9, f. 92.

ANTT, “Sesmaria José Velho de Azevedo”. Chancelaria Régia- livro:60; pág. 64.

ANTT, “Sesmaria”. Microfilme, n. 2164; Livro 97; pág. 84.

Arquivo Histórico Militar de Portugal (AHM)

“Alvará sobre a companhia Auxiliar”, 1645. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33.

“Alvará do Privilégio dos Soldados Auxiliares”.1645. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33.

“Alvará sobre os Soldados Auxiliares”. PT-AHM-DIV 1-02-02-doc.33.

“Alvará de como se deve fazer o Recrutamento”, 1764 AHM. Div/3/3- Caixa: 39, Doc.91.

“*Alvará porque S. Majestade da forma de despesa das Fortificações das Praças, e à inspeção, administração e medição das obras a elas pertencentes*”. Lisboa, na

Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Eminent. S. Cardial Patriarca. 1758. PT-AHM.

“Formulário e ordens que se observam na tesouraria gral das tropas de São Sebastião do Rio de Janeiro. Contém relatório do tesoureiro e as providencias que tomou”. PT/AHM/DIV-2-01-01.

“Regimento dos oficiais da ordenança”- PT/*Arquivo Histórico Militar* -DIV-1-1-2- Lisboa 20 de novembro de 1623.

“Regimento das fronteiras”, PT/ *Arquivo Histórico Militar* -DIV/1/2/ caixa 1. Doc. 17.

“Regimento para introdução dos soldados auxiliares”-PT-AHM-DV-1-02-1-28.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Aviso do Conselho Ultramarino André Lopes de Lavre para o secretário do Estado do Maranhão Mendo de Foios Pereira. AHU, Avulsos do Pará. Lisboa 12 de março de 1693.

Aviso a Fernando Costa de Ataíde remetendo alguns exemplares de decretos e planos relativos à organização militar. 18 de abril de 1764. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 55, D.5081.

Carta do capitão mor do Pará Sebastião de Lucena Azevedo para o rei. Belém do Pará 1 de janeiro de 1647. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 1; D.63.

Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco ao rei. Belém do Pará, 3 de setembro de 1738. AHU, Avulsos do Pará, Cx.21, D. 1976.

Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei. Belém do Pará 11 de agosto de 1731. AHU, Cx.13, D. 1185

Carta do governador Artur de Sá e Meneses ao Rei. Belém do Pará, 4 de novembro de 1689. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 275.

Carta do governador do Estado Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho ao Rei. Pará, 23 de junho de 1692, AHU, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 299.

Carta do governador Cristóvão da Costa Freire ao Rei. Belém do Pará 18 de fevereiro de 1710. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 5; D. 451.

Carta do governador João da Maia da Gama ao Rei. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 9, D. 852.

Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974.

Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao Rei. AHU, cx. 11; D. 1043.

- Carta do governador José da Serra para o rei. Belém do Pará 21 de setembro de 1732. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 14, doc. 1283.
- Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 3 de outubro de 1733. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 14, doc. 1330.
- Carta do governador José da Serra para o rei. 18 de setembro de 1733. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 15, doc. 1414.
- Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 12 de agosto de 1734. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 16, doc. 1533.
- Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei remetendo os mapas relativos ao estado militar das capitanias do Pará e Maranhão. Pará 11 de outubro de 1741. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 24; D. 2262.
- Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco, para o rei. Belém, 29 de setembro de 1737. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 20, doc. 1873.
- Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei. Pará, 4 de dezembro de 1744. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 27, doc. 2580.
- Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 31, D. 2901.
- Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão ao rei. Pará, 20 de setembro de 1747. Cx. 29, D. 2779.
- Carta patente do rei D. João V, sobre a concessão de patente à Carlos Varjão Rolim, nomeado para o posto de sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro das fortificações do Maranhão. Lisboa, 26 de abril de 1727. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx.15, D. 1583
- Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco para o rei. Pará, 20 de janeiro de 1746. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 28, doc. 2681.
- Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o rei. Pará, 29 de outubro de 1747. Anexo: ofício e mapa. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 29, doc. 2804.
- Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 3 de outubro de 1733. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 14, doc. 1330.
- Carta do governador do Maranhão de 25 de julho de 1674 e consulta do Conselho Ultramarino de 16 de outubro de 1674. *AHU*, Maranhão, cx. 5, doc. 590.
- Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco ao Rei. Pará 11 de outubro de 1742. *AHU*, Cx. 25, D. 2317.
- Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão para o rei. *AHU*, Avulsos do Pará, cx31, D.2900.

- Carta do governador Arthur de Sá e Meneses ao rei. Belém do Pará, 19 de setembro de 1687. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 267.
- Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 3 de julho de 1716. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 6; D. 522.
- Carta régia de D. José I para o governador do Grão-Pará e Maranhão Fernando da Costa de Ataíde. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 58, D. 5270.
- Carta do governador Alexandre de Sousa Freire, para o rei D. João V, em resposta à provisão régia de 13 de outubro de 1727, sobre a falta de soldados para servir na capitania e informando acerca da guerra que se verifica no Rio Negro contra o gentio bárbaro Mayapema. Belém do Pará, 14 de setembro de 1728. Anexo: listas e mapa. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 11, doc. 974.
- Carta do capitão mor Hilário de Sousa de Azevedo ao rei. Pará 13 de julho de 1692. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3; D. 307.
- Carta do governador para o rei sobre a mudança da aldeia de Matucu para junto a casa forte de Trombetas. Belém do Pará 9 de agosto de 1712. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 6, D. 490.
- Carta do capitão mor da capitania do Pará José velho Azevedo ao Rei. Pará 30 de julho de 1716. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 6, D. 523.
- Carta do ex-governador Manuel Rolim de Moura ao rei. Lisboa 14 de dezembro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5; D. 439.
- Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 8 de julho de 1703. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5; D. 391.
- Carta dos oficiais da câmara da cidade de Belém do Pará ao rei. Belém do Pará, 24 de julho de 1697. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 4; D.338.
- Carta do governador Gomes Freire de Andrade para o rei. 14 de novembro de 1695. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 4; D. 329.
- Carta do governador João da Maia da Gama ao rei. Belém do Pará, 8 de setembro de 1724. *AHU*, avulsos do Pará, Cx. 8, D. 726.
- Carta do provedor da fazenda real, João Ferreira Diniz para o rei. Belém do Pará, 30 de setembro de 1727. *AHU*, Cx.10; D. 945.
- Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei. Belém do Pará 16 de setembro de 1728. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D.978.
- Carta do sargento mor engenheiro das fortificações Carlos Varjão Rolim para o Rei. Belém do Pará, 29 de setembro de 1729. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 1034.

- Carta do governador Alexandre de Sousa Freire para o rei. Belém do Pará, 5 de outubro de 1729. Cx. 11, D. 1057.
- Carta do governador Alexandre de Sousa Freire ao rei sobre a retirada da casa forte da Ilha de Santa Ana no Cabo do Norte. Belém do Pará, 4 de outubro, 1729. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 1052.
- Carta do governador Francisco de Sá e Meneses ao Rei. Belém do Pará 22 de janeiro de 1685. Cx. 3; D.245.
- Carta do João de Abreu de Castelo Branco para o rei. Belém, 5 de outubro de 1738. AHU, Avulsos Pará, caixa 21, doc. 2005.
- Carta do capitão mor do Pará ao rei. Pará 12 de julho de 1695. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 4, D, 326.
- Carta do sargento-mor engenheiro da capitania do Pará, José velho de Azevedo ao rei. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 4, D. 789.
- Carta do governador ao rei sobre embarcações francesas no Cabo do Norte. Belém do Pará, 15 de agosto de 1723. AHU, Avulsos do Pará. Cx. 7, D. 650.
- Carta do secretário do Governo do Estado do Maranhão, Marcos da Costa, para o comissário provincial fr. André do Rosário, sobre a obrigação de conduzir índios à cidade de Belém do Pará, com o objetivo de serem integrados nas tropas de guerra. Pará, 18 de setembro de 1733. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 15, D. 1413.
- Carta do governador Cristovão da Costa Freire sobre o pedido de Antônio da Cunha Souto Maior sobre envio de índios guerreiros. Belém do Pará, 15 de março de 1712. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 6; D. 482.
- Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 11 de junho de 1716. AHU, Cx. 6, D. 540.
- Carta do governador ao rei. Belém do Pará. 27 de setembro de 1727. AHU, Cx. 10, D. 936.
- Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 12 de agosto de 1734. AHU, Avulsos Pará, caixa 16, doc. 1533.
- Carta do governador Alexandre de Sousa Freire para o rei. Belém, 3 de outubro de 1729. AHU, Avulsos Pará, caixa 11, doc. 1043.
- Carta do governador João de Abreu Castelo Branco, para o rei. Pará, 9 de novembro de 1743. AHU, Avulso do Pará, Cx. 26, D. 2449.
- Carta regia anexo da Carta dos oficiais da câmara de Vigia ao Rei. Belém 9 de setembro de 1727. AHU, Cx. 10, D.920.
- Carta do governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, para o rei. Pará 20 de junho de 1749. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 31, D. 2920.

- Carta do Governador Cristóvão da Costa Freire, para o rei. Pará 22 de Dezembro de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 440.
- Carta do secretário do Governo do Estado do Maranhão, Marcos da Costa, para o comissário provincial fr. André do Rosário, sobre a obrigação de conduzir índios à cidade de Belém do Pará, com o objetivo de serem integrados nas tropas de guerra. Belém, 18 de setembro de 1733. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 15, D. 1413.
- Carta do governador ao rei sobre o descobrimento do Xingu. Belém do Pará, 27 de setembro de 1729. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx.11, D. 1033.
- Carta do governador ao rei. Belém, 7 de março de 1712. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6; D. 481.
- Carta do governador José da Serra para o rei. Belém, 3 de outubro de 1733. *AHU*, Avulsos Pará, caixa 14, doc. 1330.
- Carta do governador João da Maia da Gama, para o rei. Pará 16 de agosto de 1725. Anexo: certidões, carta, requerimento e despacho. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 748.
- Carta do provedor da fazenda real do Pará ao rei. Belém do Pará 30 de setembro de 1727. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 10, D. 944.
- Carta do governador João de Abreu de castelo Branco para o rei remetendo os mapas relativos ao estado militar das capitânicas do Pará e Maranhão. Pará 11 de outubro de 1741. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 24; D. 2262
- Carta do governador Francisco de Sá e Meneses ao Rei. Belém do Pará 22 de janeiro de 1685. Cx. 3; D.245.
- CARTA do governador José da Serra ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 17, D. 1563
- Carta do governador ao rei sobre a guerra Mayapena e a nomeação de Belquior Mendes de Moraes a cabo. Belém 3 de outubro de 1729. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx 11; D. 1056.
- Carta do governador Cristovão da Costa Freire sobre o pedido de Antônio da Cunha Souto Maior sobre envio de índios guerreiros. Belém do Pará, 15 de março de 1712. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6; D. 482.
- Carta do governador João de Abreu de Castelo Branco ao rei. Belém do Pará, 14 de outubro de 1739. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 25, D. 2604.
- Carta de José Borges Valério para o Rei sobre os erros ocorridos na partilha dos bens do capitão-mor José Velho de Azevedo. Belém do Pará, 23 de agosto de 1739. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 22, D. 2069.

“Carta do ouvidor-geral do Maranhão, José de Sousa Monteiro, ao rei D. João V. 8 de agosto de 1736. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 22, doc. 2304.

Carta do secretário do Governo do Estado do Maranhão, Marcos da Costa, para o comissário provincial fr. André do Rosário, sobre a obrigação de conduzir índios à cidade de Belém do Pará, com o objetivo de serem integrados nas tropas de guerra. Belém, 18 de setembro de 1733. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 15, D. 1413

Carta do governador ao rei. Belém do Pará, 11 de junho de 1716. *AHU*, Cx. 6, D. 540.

“Carta de fr. Feliciano Ribeiro ao rei D. João V, sobre as guerras que se tem feito aos índios”. 14 de julho de 1738. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 24. doc. 2476.

“Carta do ouvidor-geral do Maranhão, José de Sousa Monteiro, ao rei D. João V, sobre os conflitos com os índios timbiras e aranhis e o procedimento do provedor da Fazenda Real do Maranhão, João Ferreira Diniz de Vasconcelos, na questão das municações; referências à suspensão do procurador da Fazenda Real, André Pereira Corsino, do cargo que ocupava”. 8 de agosto de 1736. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 22, doc. 2304.

Carta do governador Alexandre de Sousa Freire, para o rei. Belém, 14 de setembro de 1728. Anexo: listas e mapa. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 11, D. 974.

Carta do governador ao rei. Belém do Pará 2 de outubro de 1727. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 10, D. 946.

“Certidão do tenente da casa forte do Iguará, João Nogueira de Sousa, para o soldado Manuel Freire de Andrade, sobre o procedimento deste último numa situação de conflito com índios no ano de 1709”. 10 de junho de 1710. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 11, doc. 1114.

Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa, 7 de junho de 1673. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 2; D. 149.

Consulta do Conselho da Fazenda ao rei. Lisboa 3 de agosto de 1624. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 1. D. 28.

Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa, 11 de maio de 1715. Anexo: bilhete. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 511.

Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa 29 de novembro de 1714. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 509.

Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa, 2 de Março de 1715. Anexo: carta, requerimento e bilhete. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 510.

Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei sobre nomeação de pessoas ao posto de capitão mor do Pará. Lisboa 11 de setembro de 1730. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx 12; D1132.

- CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor do Pará. Anexo: pareceres e bilhete. Lisboa, 29 de agosto de 1709. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 436.
- Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa 16 de setembro de 1690. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3, D. 283.
- Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José sobre a nomeação de pessoas para o posto de mestre de campo do terço de Auxiliares da capitania do Maranhão. Lisboa, 28 de maio de 1763. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 41, D. 4015.
- Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa, 10 de dezembro de 1698. *AHU*, Avulsos Pará, Cx. 4, D. 349.
- Consulta do Conselho Ultramarino ao rei. Lisboa 13 de outubro de 1705. *AHU*, Avulsos do Maranhão, Cx. 10, D.1081.
- Consulta do Conselho ultramarino ao rei. Lisboa, 2 de junho de 1688. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx.3, D.272.
- Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei. Lisboa 7 de agosto de 1684. *AHU*, Avulsos Pará.Cx.3; D. 229. Ver ainda sobre a questão: *AHU*, Avulsos Pará, Cx.3 D.248.
- Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei sobre o estado que se encontram os fortes construídos no Cabo do Norte. Lisboa, 13 de setembro de 1690. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 3, D. 282.
- Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa 18 de setembro de 1690. *AHU*, Avulsos Pará, Cx. 3, D.284.
- Consulta do Conselho Ultramarino. Lisboa 12 de janeiro de 1693. *AHU*, Avulsos Pará, Cx. 4, D. 311.
- Consulta do Conselho Ultramarino para o rei. Lisboa 11 de dezembro de 1698. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 4; D. 350.
- Consulta do Conselho Ultramarino para o Rei. 7 Lisboa 7 de fevereiro de 1691. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 4, D. 337.
- Escrito da explicação do mapa da tomada da aldeia do Principal Majuri”. 6 de julho de 1728. *AHU*, Avulsos do Rio Negro, Cx. 1, D. 1.
- Informações dos serviços prestados por Bernardo de Almeida e Moraes na companhia do terço de Auxiliares de que é mestre de campo Cristóvão da Costa Fernandes no reino e no Pará, 1723. *AHU*, Avulsos do Pará, cx. 7, D. 655.
- Mapa da Infantaria paga e de Ordenança da Guarnição da praça de Belém do Pará. 17 de setembro de 1736. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 19, D.1776.

- Memória do capitão-engenheiro do Estado do Maranhão. 1723. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 7, D. 656.
- Ofício do governador do Joaquim de Melo Póvoas para o secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Maranhão, 11 de outubro de 1761. AHU, Avulsos do Maranhão, cx.40, D.3945.
- Ofício do governador do Estado do Pará e Rio Negro à Coroa. Pará, 15 de maio de 1773. Avulsos do Pará, AHU, Cx. 70, D.6003.
- Ofício do Coronel de Ordenança do Pará Antônio Ferreira Ribeiro ao Cardeal da Mota, 8 de novembro de 1744. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 27, D. 2543.
- Ofício do governador João Pereira Caldas para o secretário da marinha e ultramar. Pará, 4 de novembro de 1775. AHU, avulsos do Pará, Cx. 74, D.6246.
- Ofício do governador João de Abreu de castelo Branco ao Padre Manuel da Mota. 19 de abril de 1742. AHU, Avulsos do Maranhão, Cx. 26, D. 2719.
- “Planos de reestruturação do Regimento de Infantaria e Artilharia de Guarnição da cidade de Belém do Pará”. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 32, D. 3011
- “Planos de regulamentação dos Regimentos de Infantaria de guarnição do Estado do Grão-Pará e para a formação de um regimento de Artilharia na capital do mesmo Estado”. 28 de agosto de 1758. Avulsos do Pará, AHU, Cx. 43, D. 3979.
- Provisão passada ao governador Andre Vidal de Negreiros. Lisboa 12 de julho de 1656. Códice 1275- Cartas regias para Pará e Maranhão, fls. 9 e 10.
- Regimento que levou Tomé de Souza governador do Brasil, Almerim, 17/12/1548. Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9.
- Relação dos serviços prestados por João Francisco Dias. 3 de janeiro de 1709. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 5, D. 429.
- Relação dos que pretendem ao posto de capitão da fortalezado Gurupá. Pará, 29 de novembro de 1709. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 5 D. 438.
- Relação dos que pretendem ao posto de capitão da fortalezado Gurupá. Pará, 29 de novembro de 1709. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 501.
- Requerimento de Miguel Ângelo Ferreira para o rei solicitando carta patente no posto de capitão da companhia de Auxiliares da cidade de Belém do Pará. AHU, Avulsos do Pará, cx. 29, D. 2782.
- Requerimento de João Ferreira Ribeiro ao rei solicitando confirmação de carta patente no posto de capitão de uma das companhias do Terço de Auxiliares da capitania do Pará. AHU, Avulsos do Pará, Cx. 30, D. 2854.

- Requerimento de Manuel de Sousa Eça capitão do presídio do Grão-Pará ao rei, 13 de janeiro de 1623. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx1, D. 23.
- Requerimento de José Sanches de Brito para o Rei. 20 de julho de 1720. *AHU*, avulsos do Pará. Cx. 6; D.563.
- Requerimento de Jose Sanches de Brito para o rei. 28 de setembro de 1706. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 5, D. 422.
- Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 9, D. 821.
- Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 10, D. 877
- Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 8, D. 671.
- Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 6, D. 510.
- Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 10, D. 894.
- Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 9, D. 820.
- Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 730
- Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 8, D. 662.
- Requerimento ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará. Cx. 26, D. 2416.
- Requerimento de ao rei. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 672. Anexo: despacho, certidões e treslado.
- Requerimento do capitão Sebastião Rodrigues de Oliveira, para o rei. Pará, 26 de março de 1726. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 9, D. 811.
- Requerimento de Sebastião Gaspar para o rei. 1748, *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 30, D. 2886.
- Requerimento de Teodósio de Noronha, para o rei. Pará 31 de julho de 1713. Anexo: auto. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 496.
- Requerimento de Tomé Rodrigues, para o rei. 9 de julho de 1724. Anexo: requerimento, auto e certidão. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 8, D. 701.
- Requerimento do capitão de infantaria da praça do Pará, Diogo Pinto da Gaia para o rei D. João V. *AHU*, Avulsos do Pará. 18 de novembro de 1733, Cx. 14, D. 1337.
- Requerimento do capitão de infantaria do Pará José Rodrigues da Fonseca para o rei. 27 de julho de 1726. *AHU*, avulsos do Pará, Cx. 9, D. 828.
- Requerimento de José Rodrigues da Fonseca ao Rei, solicitando confirmação de carta de data e sesmaria próxima ao rio Guamá. 26 de novembro de 1734. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 17, D. 1569.

- Requerimento de José Rodrigues da Fonseca ao rei, solicitando renovação da confirmação da carta de data e sesmaria de terras no Guamá, por ter perdido o respectivo documento. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 22, D. 2054.
- Requerimento de José Velho de Azevedo para o rei, solicitando Hábito da Ordem de Cristo e tença. 18 de agosto de 1712. *AHU*, Cx. 6, D. 491.
- Requerimento de José Velho de Azevedo para o Rei solicitando autenticação dos serviços e patentes que apresenta. 11 de agosto de 1714. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 6, D. 507.
- Requerimento de Jerónimo Vaz Vieira para o Rei. 22 de Janeiro de 1725. *AHU*, avulsos do Pará, Cx. 8, D. 739.
- Requerimento de Francisco de Melo Palheta solicitando confirmação da sua nomeação no posto de Capitão tenente da guarda costa do Pará, 22 de fevereiro de 1726. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 13; D. 805.
- Requerimento de Mariana Tolosa está em anexo da carta do governador João de Abreu Castelo Branco, para o rei. Pará, 9 de novembro de 1743. Anexo: requerimento. *AHU*, Avulso do Pará, Cx. 26, D. 2449.
- “Requerimento de Manoel Arnaut ao Rei. 6 de agosto de 1720. *AHU*, Avulsos do Maranhão, caixa 12, doc. 1274.
- Requerimento de Francisco de Potflis para o Rei solicitando autorização para fazer descobrimento de minas de ouro e o envio de índios e soldados. 12 de fevereiro de 1727. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 10; D. 886.
- Requerimento do governador Bento Maciel Parente ao rei Felipe III. Ant. 9 de outubro de 1637. *AHU*, avulsos do Maranhão, Cx.1, D. 116.
- Requerimento do sargento-mor do Pará, João de Almeida da Mata para o rei solicitando confirmação de carta e data e sesmaria nas cabeceiras do rio Inhagapi. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 16, D. 1448.
- Requerimento de José Velho de Azevedo para o Rei. 18 de agosto de 1712. *AHU*, avulsos do Pará, Cx. 6, D. 491
- Requerimento de Bento Maciel Parente ao rei. 4 de agosto de 1635. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 1; D. 37.
- Requerimento do capitão mor do Pará Manuel Madeira ao rei. 29 de outubro de 16398. *AHU*, Avulsos do Pará Cx. 1; D. 42
- Requerimento de José Velho de Azevedo para o rei, solicitando seu provimento ao posto de coronel-engenheiro do Pará, como o mesmo soldo de tenente-general de Artilharia. *AHU*, Avulsos do Pará, Cx. 7, D. 637

“Sobre o socorro de 400 índios de guerra que se mandam enviar logo do Ceará para se castigarem os índios do Corso por haverem morto o seu cabo Manoel do Valle e aos seus soldados”. Lisboa 19 de dezembro de 1712. *AHU*, cartas régias para o Maranhão e Pará, códice 269, f. 4v.

“Sobre os filhos dos homens nobres da dita capitania que servirem se lhe terá respeito”. 9 de janeiro de 1683. *AHU*, Códice 268, fl. 34v.

“Sobre o que escreve o governador e capitão general do Estado do Maranhão a serca dos poucos soldados que a cidade de São Luís do Maranhão e cidade do Grão-Pará para guarnecerem as fortalezas e presídios delas e vai lista que se acusa”. Lisboa, 2 de dezembro de 1722. *AHU*, Consultas do Maranhão e Pará, códice 209, fl. 5v-6.

Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino

“Caza forte feita em hu fortim de Estrella: a qual fiz em o cabo do Norte em o rio Araguari”. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. D. 0788.

“Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês da Barra de Belém”, 1696- Planta de José Velho de Azevedo. *AHU- Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. D. 0790/0791.

“Mapa em que se mostram as defenças da Barra e Cidade do Gram Pará, e a obra que se intenta fazer na reedificação do fortim da ditta barra: q. fica na Ilha fronteyra á Fortaleza Redonda della, aqual Ilha não tem fundato sólido; e se vê na planta próxima acima na qual o risco pretto mostra a obra antiga e aruinada, e o de pontinhos a que propõem”, 1724. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*.

“Planta do citio e terreno onde se pertende abrir huma valla na parage ACB por onde poção entrar as canoas que vem dos Rios Miarim, Iguarâ, Itapecuru, e outros p^a. a Cidade de São Luis do Maranhão”. *AHU*, CARTm-009, D.0835

“Planta do armazém para pólvora”. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. (17?). D.0816/0817.

“Planta da fortaleza da barra do Pará”, 1695. *AHU- Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*, D.0789.

“Planta da fortaleza da cidade do Pará: em a qual o penejado mostra a obra antiga e toda aroinada”. ca.1696. *Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino*. D. 0792.

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

[Bando passado ao Capitão mor da capitania de São Luís em 23 de dezembro de 1748, para que o mesmo faça recrutamento de quaisquer vadios ou vagabundos que perturbam a cidade e as vizinhanças]. *APEP*, código: 25. doc. s/n.

Ordem passada ao capitão da Fortaleza do Rio Negro João Pereira de Araújo, para que se faça recruta de soldados”. 29 de novembro de 1739. *APEP*, código 25, doc. 250.

“Ordem a João da Veyga Tenorio sarg.^{to} mor de Camutá”. 30 de novembro 1737. *APEP*, código 25, doc. 18.

“Portaria passada pelo governador João de Abreu de Castelo Branco para os padres missionários das aldeias do rio das Amazonas e do rio Negro para darem índios ao capitão e cabo da tropa de resgate Lourenço Belfort, necessários a equipação das canoas na expedição de resgate”. 4 de dezembro de 1737. *APEP*, código 25, doc. 19.

“Regimento de guarda costa passada ao cabo da tropa de guerra, quanto foi vigiar as fronteiras entre Portugal e França”. 12 de fevereiro de 1728. *APEP*, código 7, doc. 25.

“Regimento dos senhores generais do Estado do Grão-Pará”. Lisboa, 14 de abril de 1655, *APEP*, Código 01; D. 1.

Regimento que há de guardar o sargento-mor Fr^{co} de Mello Palheta comandante da tropa de guarda costa. Belém do Grão-Pará, 22 de outubro de 1728. *APEP*, código 7, doc. 5.

“Registo do regimento que levou o Capitam mor Francisco de Almeyda 1º cabo da tropa guerra que foi contra o gentio do corso”. Sem data, documento incompleto. *APEP*, código 25, doc. 283.

“Registro de Patentes e Honrarias Militares” (1737-1750). *APEP*, Código: 026, s/n.

Regimento que há de guardar o sargento mor Fr^{co} de Mello Palheta comandante da tropa de guarda costa. Belém do Grão-Pará, 22 de outubro de 1728. *APEP*, código 7, doc. 05, capítulo 6 do regimento.

Fontes impressas

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, bellico, botânico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmático, dialético, dendrológico, eclesiástico, etimológico, econômico, hydrographico...* Oferecido ao Rei D. João V. Colégio das Artes da Companhia de Jesus. Coimbra, 1712.

_____. *Vocabulário portuguez e latino, áulico, anatômico, bellico, botânico, brasílico, comico, critico, chimico, dogmático, dialético, dendrológico, eclesiástico, etimológico, econômico, hydrographico...* Oferecido ao Rei D. João V. Colégio das Artes da Companhia de Jesus. Coimbra, 1713.

_____. *Diccionario da Língua portuguesa composto pelo por Rafael Bluteau reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Tomo II. Lisboa, 1789.

Boletim de Pesquisa Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia - CEDEAM. Universidade do Amazonas. Manaus, v.6, nº 10, jan/jun 1987, p.60.

“Capítulos Gerais apresentados a El Rey D. João nosso senhor VIII deste nome XIII. Rey de Portugal, nas Cortes celebradas em Lisboa com os três Estados em 28 de janeiro de 1641. Com as suas respostas de 12 de setembro do ano de 1642”. Por Paulo Craesbeeck, 1645. Biblioteca Nacional de Portugal.

“Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares, Lisboa, 7/1/1645”, in: *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa* compilada por José Justino de Andrade e Silva, v. de 1640 a 1647, p. 271-272.

DANIEL, João. “Tesouro descoberto no rio Amazonas”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Vol. 1, 1876.

FORTES, Manoel de Azevedo. *O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados. Obra moderna, de grande utilidade para os engenheiros, e mais officiaes militares*. Tomo I. Lisboa Ocidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://purl.pt/14547>

_____. *O engenheiro portuguez: dividido em dous tratados. Obra moderna, de grande utilidade para os engenheiros, e mais officiaes militares*. Tomo II. Lisboa Ocidental: na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://purl.pt/14547>

- FRITZ, Samuel. *Diário del Padre Fritz*. Edición de Hernán Rodriguez Castelo, Quito, 1997.
- GUZMÁN, Décio de Alencar & HULSMAN, Ludewijk A.H.C. *Holandeses na Amazônia (1620-1650): documentos inéditos*. Belém: IOE, 2016.
- “Mapa da Barra do Pará” 1793. Catálogo de Documentos Cartográficos de 1782-1944, Arquivo Nacional.
- MARTINI, Francesco Di Giorgio. *Trattato Di Architettura Civile e Militares*. 1470. Disponível em <http://dlib.biblhertz.it/ia/pdf/Gh-FRA4851-4410-2.pdf>
- Praça Forte de Mazagão (1541-1542). *Biblioteca Nacional Portuguesa*. <http://purl.pt/22458/1/>
- “Provisão das Ordenanças”. Transcrita em: NUNO, Roque. *A justiça penal militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2011.
- Relatos de fronteiras: Fontes para história da Amazônia séculos XVIII E XIX*. APEP, Códice: Fronteira francesa (Reinados de D. João V/ D. João VI-1713/1842) transcrito em: P.C.D.L livro A11.
- “Regimento de tropas de guerra e resgate no Rio Negro- 1726”. *Boletim de Pesquisa da CEDEAM*. Universidade do Amazonas, Manaus, vol. 5, nº 9 (jul-dez/1986), pp. 3-29.
- “Regimento dos Capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de Cavalo e de Pé e da Ordem que terão que exercitarem” de 10 de dezembro de 1570. Transcrito em: NUNO, Roque. *A justiça penal militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2011. E, ainda disponível em: <http://www.arqnet.pt/exercito/1570capitaesmores.html>
- “Regimento relativo aos capitães de mar e guerra e mais oficiais que embarcassem nas fragatas de Sua Majestade”. 19 de janeiro de 1735. Transcrito em: ROQUE, Nuno. *A Justiça Penal Militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2000.p. 45.
- “Regimento da boa ordem e governo que deve haver nos navios de Sua Majestade” de 24 de março de 1736. Transcrito em: ROQUE, Nuno. *A Justiça Penal Militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2000.p. 49.
- SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação Sumária das cousas do Maranhão*. São Luís: Edições AML, 2013.
- ZURARA, Gomes Eanes de, ca 1410-1474? ”Crônica da Tomada de Ceuta” 1601-1700. *Biblioteca Nacional de Portugal*. Disponível em <http://purl.pt/24129>

“Auctorisa a reconstrução da fortaleza do Gurupá, ampliando sua área conforme o desenho do respectivo engenheiro, e o aumento de sua guarnição”. Lisboa 19 de fevereiro de 1691. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*, tomo I (1902), primeira série, pp.101-102.

Carta do rei dom João ao governador e capitão general do estado do Maranhão Alexandre de Souza Freire para que o mesmo faça recrutamento de soldados dentro das capitánias doadas pelo rei ressalta a necessidade de mais soldados nas Capitánias do Grão-Pará”. 31 de maio de 1729. *Annaes do Archivo e Bibliotheca Pública do Pará*, tomo IV (1905), doc. 285, pp. 41-43.

“Carta do rei dom João ao governador e capitão general do estado do Maranhão Alexandre de Souza Freire para que o mesmo faça recrutamento de soldados dentro das capitánias doadas pelo rei ressalta a necessidade de mais soldados nas Capitánias do Grão-Pará”. 31 de maio de 1729. *Annaes do Archivo e Bibliotheca Pública do Pará*, tomo IV (1905), doc. 285, pp. 41-43

Biblioteca do Exército Português

“Ordenanças Militares: Regimento para o Exército e estiver em campanha, ou quando se achar aquartelado em algumas Praças, Villas, e lugares deste Reino, e do de Castela / D. João V”. Lisboa, 20 de fevereiro de 1708. *Biblioteca do Exército de Portugal*. Cota: E015; Coleção: Regulamentos.

PIMENTEL, Luís Serrão. “Methodo Lusitanico de Fortificar as Praças Regulares e Irregulares”, 1680. *Biblioteca do Exército de Portugal*, Lisboa- Portugal.

“Planta, ichnographia e orthografia de hua tenalha da fortificação de Lisboa, fortificado pello methodo de M. de vauban / pello Ajudante de Infantaria com exercicio de Eng.ro Theotónio Martins de Azevedo, em 1759”. Deve tratar-se de uma obra de fortificação para o sítio da Palhavã, em Lisboa. *Biblioteca Digital do Exército Português*. Coleção: Direção de Infraestrutura do exército; Cota: 2264-2-16-22.

“Modelo de instalação de uma obra coroa num traçado abaluartado: para uso dos alunos da Real Academia de Fortificação e Desenho”- 1700- *Biblioteca Digital do Exército Português*. Coleção: Direção de Infraestrutura do exército. Cota: 4292/III-3-39-54.

“Regimento do Conselho de Guerra”, 1643. *Biblioteca do Exército Português*, Lisboa- Portugal.

Urba VAUBAN, Sébastien Leprestre de. “Traite de L’attaque et de La défense des places”, 1748. *Biblioteca Digital do Exército de Portugal*. Coleção: Monografias BIBEX, Cota: 16001.

COSTA, Verissimo Antônio Ferreira. *Collecção Systemática das Leis Militares de Portugal*. Lisboa: Impressão Régia, 1816

Tomo I

“Plano que sua Majestade manda seguir e observar no estabelecimento, Estudos e Exercícios das Aulas dos Regimentos de Artilharia” 15 de julho de 1763, pp. 53-56.

Lei II. Sobre a conservação da Ciência e exercício dos corpos, p. 57.

“Alvará sobre Artilharia”, pp. 51-52.

“Alvará dos Uniformes em Geral”, pp. 104-107.

“Sobre o Armamento”, pp.141-143.

“Alvará sobre os Soldos”, pp.208-209.

“Alvará dos Privilégios”, pp.408-409.

“Alvará sobre os Auditores Gerais da Gente de Guerra”, pp. 410-421.

Tomo II

“Lei que autoriza as deliberações do Conselho de Guerra”, pp. 241-252.

“Regimento dos Quintos que se hão de tirar das prezas que se fizerem em Castela”, pp. 208-214.

“Regimento dos Oficiais Gerais em Geral”, pp. 29-32.

“Regimento dos Governadores das Armas de todas as Províncias, seus Auditores, e Assessores na maneira que nele se declara”, pp. 1-13.

“Lei Geral que proíbe Vice-Rei, capitão General, ou Governador, Ministro, ou oficial de Justiça, ou Fazenda, nem também os de Guerra, que tiverem patentes que são de capitão para cima inclusive, assim deste reino como de suas Conquistas, possa comerciar por si”, pp. 14-15.

“Decreto para fazer cessar as dúvidas que havia entre Governadores das Praças e Oficiais de sua Tropa, sobre a inteligência dos dois capítulos 63 e 76 das Ordenanças”, p. 34-35.

“Lei sobre jurisdição os oficiais de menor patente e os mais graduados”, pp. 35-36.

“Regimento dos Majores dos corpos e dos capitães”, pp. 88-108.

“Alvará sobre os Cadetes”, pp. 113-117.

“Alvará que autoriza as Instruções Gerais”, pp. 252-255.

“Alvará que institui Livros de Registros para cada Regimento de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Marinha”, pp.77-82.

“Regulamento sobre os Auditores”, pp. 119-120.

“Alvará perpétuo de sucessão de Vice-Reis, Governadores e Capitães Gerais do Estado do Brasil, Pará, Reino de Angola e Ilhas Adjacentes a este reino”, pp.197-199.

“Alvará sobre Desertores”, p.142-147.

“Estatutos da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho”, pp.186-195.

“Carta Régia que autoriza as Ordens do M.G. Lippe”, pp.256-257.

“Sobre Militares que vão servir nos domínios Ultramarinos”, pp.202-203.

“Alvará sobre o Regulamento dos Auditores”, pp.119-121.

Tomo IV

“Alvará sobre a eleição dos oficiais de Ordenança”, pp. 1-22.

Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*, (São Paulo: Companhia das Letras, 2000).
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil*. Rio De Janeiro: Editora: FGV, 2010.
- _____. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003
- AMADO, Janaína. “Viajantes involuntário: degredados portugueses para Amazônia colonial”. *História, Ciência, Saúde*. Vol. VI, setembro 2000.
- ARAÚJO, Emanuel. “Vida nova à força: degredado em Salvador no século XVI”. *Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UNB*. Vol. 6, n. 1 e 2, 1998.
- ARAÚJO, Alik Nascimento de. “De bárbaros a vassallos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste Amazônico (1714-1786)”. *Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em História PPHIST-UFPA*, Belém, 2014.
- AREZ, Karl Heinz e SILVA, Diogo Costa. “*Levar a Lus de nossa santa fé aos sertões de muita gentildade*”: *Fundação e consolidação da missão jesuítica na Amazônia portuguesa (século XVII)*. Belém, Editora: Açai, 2012.
- BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.). *Nova História Militar de Portugal*. Portugal: círculo de leitores, 2004.
- BEBIANO, Rui. “A arte da Guerra. Estratégia e Tática”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.). *Nova História Militar de Portugal*. Vol.2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.
- _____. “A guerra: o seu imaginário e a sua deontologia”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (Direção); HESPANHA, António Manuel (Coordenação). *Nova História Militar de Portugal*. Círculo de Leitores, Vol. 2, 2004.
- _____. *A Pena de Marte. O discurso da guerra em Portugal e na Europa (séculos XVI e XVIII)*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

- _____. “Conquista, Mercê e Poder local: nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. In: Almanack braziliense, nº2, novembro, 2005
- BOMBARDI, Fernanda Aires. “Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750) ”. Dissertação de Mestrado. *Programa de Pós-Graduação em História Social*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- BONILLO, Pablo Ibáñez. “Desmontando a Amaro: una relectura de la rebelión tupinambá (1617-1621)”. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 465-490, jul./dez. 2015.
- BORGES, João Vieira (Direcção e Coordenação). *Pensamento Estratégico Português: Contributos (séc. XVI-XIX)*. Prefácio. Lisboa, 2006.
- _____. “Nação, Estado e Instituição Militar: um testemunho. *Revista Militar*, nº2471, Dezembro, 2007, Lisboa.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Designio. O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. Tese de Doutorado. USP, São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2001.
- CARDOSO, Alírio. “A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626) ”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 317-338 – 2011.
- _____. Un piccolo pataccio al rio dell’Amazzoni: Pirataria europeia e projetos italianos na Amazônia na época da Monarquia hispânica. *Revista de História*. São Paulo. Jan./Jun. 2014, n. 170.
- _____. “Beschrijving van Maranhão: a Amazônia nos relatórios holandeses na época da Guerra de Flandres (1621-1644). *Tropoi*. Rio de Janeiro, v.18, n.35, maio/ago. 2017.
- _____. “Canoa e Arcabuz: a guerra hispano-holandesa na Amazônia (1621-1644). In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (orgs). *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX)*. 1ªed. Curitiba, PR: CRV, 2015.
- _____. BASTOS, Carlos Augusto e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (orgs). *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX)*. 1ªed. Curitiba, PR: CRV, 2015
- CARDOSO, Maria Luiza. “Aulas públicas militares na América portuguesa antes do período pombalino”. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano II, n. 4, abril de 2011.

- CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz. “Guerreiros indígenas e líderes militares na Amazônia portuguesa, séculos XVII e XVIII. In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (orgs). *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade (séculos XVII-XIX)*. 1ªed. Curitiba, PR: CRV, 2015
- _____. *Índios Cristãos. Poder, magia, e religião na Amazônia Colonial*. Curitiba: CRV, 2017.
- CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *Ação e presença dos portugueses na costa norte do Brasil no século XVIII*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014.
- CASTRO, Celso IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Casa Forte. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.
- COATES, Timothy. *Degredados e órfãos: Colonização dirigida pela Coroa no Império Português, 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.
- CORRÊA, Carlos Alberto. *Princípios de Guerra*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1910.
- COSTA, Elisa Maria Lopes da. “O povo cigano e o degredo: contributo povoador para o Brasil colônia”. *Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UNB*. Vol. 6, n. 1 e 2, 1998.
- COSTA, Emília Viotti. “Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados” *Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UNB*. Vol. 6, n. 1 e 2, 1998.
- COSTA, Graciete Guerra da. “Fortes portugueses na Amazônia brasileira”. Tese (pós-doutorado). Brasília. UNB: Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2012.
- COSTA, Marcondes Lima da, e SANTOS, Pablllo Henrique Costa dos. *Relatório de Atividades do Museu de Geociências*, Universidade Federal do Pará- Instituto de Geociências/Museu de Geociências, 2016
- COSTA, Ana Paula Pereira. *Corpos de Ordenanças e Chefias Militares em Minas colonial: Vila Rica (1735-1777)*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2014.
- _____. *Atuação de poderes locais no império lusitano: Uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2006;

- _____. “Militares pardos e pretos e sua “utilidade” para o bom governo da região de Serro Frio: notas de pesquisa”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 560-581, maio-ago. 2016.
- COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- _____. “A Guerra no Tempo de Lippe e Pombal”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.
- _____. *Insubmissão: aversão ao serviço militar no Portugal do século XVIII*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- COTTA, Francis Albert. “Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII”. *Revista de humanidades*. V. 03. N. 06, out. /nov. de 2002.
- _____. “Para além da desclassificação e da docilização dos corpos: organização militar nas minas gerais do século XVIII”. *Revista de humanidades*. vol. 1. n.1 ago./set. de 2000.
- _____. “A fabricação do soldado português no século XVIII”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquista e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de História militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: OIKOS, 2012.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Açai/Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA) /Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.
- _____. “Portuguese Colonization of Amazon Region, 1640-1706”, Universidade de Cambridge (Tese de doutorado), 2005.
- _____. “Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista”. *Nuevo mundo, mundos nuevos*, debates, 2006.
- _____. “Sesmarias dadas a índios no Pará e no Maranhão (século XVIII)”. *Revista Ultramares*, nº 5, Vol.1, jan-jul/2014, pp. 137-148.
- _____. “Opulência e miséria na Amazônia seiscentista”. *Raízes da Amazônia*. Manaus. V. 1, n. 1, pp. 105-124, 2005
- _____. BARBOSA, Benedito Costa; BOMBARDI, Fernanda Aires; SOUSA, Claudia Rocha. “Formidável contágio?: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro v.18, n.4, out.-dez. 2011, p.987-1004.

- _____. BOMBARDI, Fernanda Aires. “Descimentos privados de índios na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII).” *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 46, pp. 601-623, jul/dez 2011.
- _____. MELO, Vanice Siqueira de, e BOMBARDI, Fernanda Aires. “O ‘ESTRONDO DAS ARMAS’: Violência, guerra e trabalho indígena na Amazônia (séculos XVII e XVIII)”. *Projeto História*, São Paulo, n.39, pp. 115-137, jul/dez. 2009.
- _____. MELO, Vanice Siqueira. “Índios, engenheiros e currais na fronteira oriental do Estado do Maranhão e Pará (século XVII).” In: MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente e VINHEDO, Marina Machado. Editora Horizonte, 2013.
- CUNHA, Euclides. *Um paraíso Perdido. Ensaios Amazônicos*. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, 2009.
- CUNHA, Mafalda Soares da. (Coord.). *Optima Pars: Elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- DAHER, Andrea. “A conversão dos Tupinambá entre oralidade e escrita nos relatos dos franceses dos séculos XVI e XVII”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 67-92, jul./dez. 2004.
- DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio (org.). *Os Senhores dos Rios. Amazônia, Margens e Histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- DIAS, Joel Santos. “Confuso e intrincado labirinto. Fronteira, território e poder na Ilha de Joanes (séculos XVII e XVIII). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, PPHIST. Belém, 2016.
- _____. “Os ‘verdadeiros conservadores’ do Estado do Maranhão: Poder local, redes de clientela e cultura política na Amazônia colonial (primeira metade do século XVIII)”. Dissertação de Mestrado. *Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia-UFPA*. Belém, 2008.
- DIAS, Pedro. *História da Arte Luso-Brasileira. Urbanização e Fortificação*. Editora: Almedina, 2004.
- DOMINGUES, Francisco Contente. “A guerra em Marrocos”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Severiano Teixeira. *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.
- _____. “O império no Mar e na Terra (1495-1580)”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*. Lisboa: a esfera dos livros, 2017.

- DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- ESTEVES, Antônio R. (ed). “Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas”. Montevideu: Consejería de Educación de Embajada de España en Brasil; Oltaver, 1994.
- FARIA, Tiago Viúla e MIRANDA, Flávio. “Pur boné aliançe et amiste faire. Diplomacia e comércio entre Portugal e Inglaterra no final da Idade Média. CEM N.º 1 / Cultura, ESPAÇO & MEMÓRIA, pp. 119-127.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Anpocs, 1991.
- _____. “De Guerreiros, Escravos e Súditos: O Tráfico de Escravos Caribe-Holandês no Século XVIII”. *Anuário Antropológico*. V.9, n.1, 1985.
- _____. SANTILLI, Paulo. “Estado de sítio: Territórios e identidade no vale do Rio Branco”. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos índios no Brasil*. 1992.
- FERREIRA, André Luís Bezerra. “Nas malhas das liberdades: o Tribunal da Junta das Missões e o governo dos índios na capitania do Maranhão (1720-1757) ”. Universidade Federal do Pará- *PPHIST*, Belém, 2017.
- FERREIRA, Nuno Alexandre Martins. “Luís Serrão Pimentel (1613-1679): cosmógrafo mor e engenheiro mor de Portugal”. *Dissertação de Mestrado*. Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras, departamento de História, 2009.
- FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. 3. Ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FAUSTO, Carlos. “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá. Da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico”. In: CUNHA, Manuela Carneiro (org). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- GOMES, Flavio dos Santos, NOGUEIRA, Shirley, Maria Silva. “Outras Paisagens Coloniais: Notas sobre desertores militares na Amazônia Setecentista”. In: GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras Colonização e escravidão na Guiana Brasileira*. Belém: Editora Universitária da UFPA, 2000, pp. 196-224.
- GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

- _____. *Amazônia e as Origens da globalização (sécs. XVI-XVIII). Da História local à História Global*. Belém: Estudos Amazônicos, 2014.
- GUZMÁN, Décio Maco Antonio de Alencar. “História de brancos: memória, história e etno-história dos índios Manao do Rio Negro (sécs. XVIII-XX)”. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Campinas, São Paulo, 1997.
- _____. “A colonização nas Amazôniaas: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII”. *Revista de Estudos Amazônicos*. PPHIST. Belém, Editora: Açai, 2008.
- _____. FERREIRA, Elias Abner. “Porque sem eles [...] é não terem asas para voar, nem pés para caminhar...?: os índios remeiros na Amazônia colonial. Um estudo a partir da crônica do Padre João Daniel (1741-1776). In: CHAMBOULEYRON, Rafael e ARENZ, Karl H. (org) *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial*. 1ª ed. Belém: Açai, 2015, v.1.
- GUEDES, Roberto (org). *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados (séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político Portugal, século XVII*. Coimbra: Livraria Almediana, 1994
- HOBBSBAWM, E. J. *Globalização, democracia e terrorismo*. Tradução de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HULSMAN, Lodewijk. “Swaerooch: o comércio holandês com índios no Amapá (1600-1615)”. *Revista Estudos Amazônicos*. vol. VI, nº 1 (2011), pp. 178-202.
- KEEGAN, John. *Uma História da Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KOROBTCHEENKO, Júlia Platonovna. “Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A Instituição, os Instrumentos e os Homens (1736-1756)”. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa. *Faculdade de Letras: Departamento de História*. 2011.
- KRAUSE, Thiago. “Ordens Militares e Poder Local: elites coloniais, Câmaras municipais e fiscalidade no Brasil seiscentista”. In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá (orgs). *Monarquia Pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- LEOPOLDI, José Savio. “A guerra implacável dos Munduruku: elementos culturais e genéticos na caça aos inimigos”. *avá* Nº 11 / Diciembre 2007.
- LIMA, Sérgio Eduardo Moreira Lima, COUTINHO, Maria do Carmo Strozzi (org). *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri*. Brasília: FUNAG, 2016.

- LÓPEZ-SALAZAR, Ana Isabel; OLIVAL, Fernanda; RÊGO, João Figueirôa (Coordenação). *Honra e Sociedade no mundo ibérico e ultramarino. Inquisição e Ordens Militares. Séculos XVI-XIX*. Edição: caleidoscópio, Évora, 2013.
- LOUSADA, Abílio Pires. “A Guerra”. *Revista de História das Ideias*. Instituto de História e Teoria das Ideias. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol. 30 (2009).
- MAIA, Lígio José de Oliveira. “Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial- século XVIII”. Tese de Doutorado. *Programa de Pós-Graduação em História*. UFF, Niterói, 2010.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *A Arte da Guerra*. Tradução de MF. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *O Príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.
- MARQUES, Guida. “‘Por ser a cabeça do Estado do Brasil’. As representações da cidade da Bahia no século XVII”. In: SOUZA, Evergton Sales, MARQUES, Guida e SILVA, Hugo S. *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador, Lisboa: EDUFBA, CHAM, 2016.
- MARTINS, Maria Cristina Bohn. “Descobrir e redescobrir o grande rio das Amazonas. As relaciones de Carvajal (1542), Alonso de Rojas SJ (1639) e Christóbal de Acuña SJ (1641)”. *Revista de História*, 156 (1º semestre de 2007), 31-57;
- MATOS, João de Barros. “As fortalezas abaluartadas de Mazagão, Ceuta e Diu. Implantação e relação com o território”. *XXIV Colóquio de História Militar*. Lisboa, 17 a 20 de novembro, 2015.
- MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. 1ª ed.-Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. “Os corpos de ordenanças e auxiliares sobre as relações militares e políticas na América portuguesa”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006.
- _____. “As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII”. *Revista de História* 154, nº 1, 2006.
- _____. *Os corpos de auxiliares e ordenanças na segunda metade do século XVIII- as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-sul da América*. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2002.

- _____. “Forças militares no Brasil colonial”. In: Possamai (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*.
- MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza. “O regimento das missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa”. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica* - N. 27-1, 2009.
- _____. *Fé e Império. A Junta das Missões nas conquistas portuguesas*. Manaus: EDUA, 2009.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo, Ed.34, 2007.
- _____. *O negócio do Brasil. Portugal, os países baixos e o Nordeste (1641-1669)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MENDES, Pinheiro Lorraine. “A cidade ideal de Francesco Di Giorgio Martini”. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas. *Dissertação de Mestrado*, 2015, p. 55.
- MENDES, Fábio Faria. “Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX”. In: Castro, Izecksohn, Kraay (orgs). *A Nova História Militar brasileira*, p. 122
- MEIRA, Márcio. “Introdução”. In: MEIRA, Márcio (introdução e organização) *Livro das Canoas: documento para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1994.
- MONTEIRO, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, João Gouveia. “Crise (s) e renovação 1367-1495”. In: TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouvêia. *História Militar de Portugal*. Lisboa: a esfera dos livros, 2017.
- MONTEIRO, Munio Gonçalves. “A Guerra da Aclamação”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org). *Nova História Militar de Portugal*. Portugal: círculo de leitores, 2004.
- MOREAU, Filipe Eduardo. *Arquitetura Militar em Salvador da Bahia, séculos XVI a XVIII*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da FAU-USP. São Paulo, 2011, P. 45.
- MORILLO, Carlos Plaza. “Arquitectura militar em Italia em el siglo XVI y la aportación española: el caso de Florencia y Siena”. *Actas del Séptimo Congreso Nacional de História de la Construcción*. Madrid: Instituto Juan de Herrera, 2011.

- MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. *A Nova História Militar, o diálogo com a História Social e o Império português. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH*, São Paulo, julho 2011.
- NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. “Cotidiano das tropas luso-brasileiras na Guiana Francesa”. CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto e NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. *História Militar da Amazônia. Guerra e Sociedade*. 1ª Ed. Curitiba: CRV, 2015.
- _____. *Razões para desertar. Institucionalização do exército no Estado do Grão-Pará no último quartel do século XVIII*. Belém: Dissertação de Mestrado, NAEA/UFPA, 2000.
- _____. “O recrutamento militar no Grão-Pará”. In: Paulo Possamai (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012 pp. 283-297.
- NORAT, Roseane Norat e COSTA, Marcondes. “As fortificações da Amazônia: desafios e perspectiva para sua preservação”. *1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil* Belo Horizonte, de 10 a 13 de maio de 2017.
- OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno. Mercê, Honra e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Editora: Star, Portugal, 2001.
- OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. O Rio Branco no Contexto da Amazônia Caribenha: aspectos da colonização europeia entre os séculos XVI e XVIII. In: *Relações Internacionais na Fronteira Norte do Brasil Coletânea de Estudos*. Boa Vista-RR: Edufr, 2008.
- PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.
- PERRONE-MOÍSES, Beatriz. “Índios livre e índios escravos: o princípio da legislação indigenista do período colonial (século XVII a XVIII). In: CUNHA. *História dos índios no Brasil*.
- PIERONE, Geraldo. *Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados no Brasil-colônia*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2006.
- _____. “No purgatório mas o olhar para o Paraíso: o degredo inquisitorial para o Brasil-colônia”. *Textos de História Revista da Pós-Graduação em História da UNB*. Vol. 6, n. 1 e 2, 1998.
- POSSAMAI, Paulo. “Instruídos, disciplinados, bisonhos, estropeados e inúteis: os soldados da Colônia do Sacramento”. *Revista Brasileira de História Militar*, nº 2, agosto de 2010.

- _____. *A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento. Um Bastião português em terras do Uruguai*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.
- _____ (org). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- _____. “O recrutamento militar na América portuguesa: o esforço conjunto para a defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737)”. *Revista de História*, nº 151 (2004), pp. 151-80.
- _____. “A Mazagão do Rio da Prata: colônia do Sacramento, 1735-1737” In: Possamai (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002
- RAMINELLI, Ronald José. *Nobrezas no Novo Mundo. Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- _____. *A era das conquistas: América espanhola, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- _____. “Escritos, Imagens e Artefatos: ou a Viagem de Thevet `a França Antártica”. *HISTÓRIA*, São Paulo, 27 (1): 2008.
- _____. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona Franca de Manaus, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, v. 161);
- _____. *A política de Portugal no Valle Amazônico*. 2ª ed. Belém: SECULT, 1993.
- _____. “As fortificações da Amazônia no período colonial”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*. Rio de Janeiro, n. 344, Julho /Setembro, 1984.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de; Langfur, Hal. Minas Gerais Indígena: a resistência dos Índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. *Tempo*, Niterói, v. 12, nº 23, p. 5-22, 2007.
- RESTIER JUNIOR, Renato Jorge Paranhos e LOUREIRO, Marcello José Gomes. “História Política, História Social e História Militar: três histórias em busca de um eixo teórico e metodológico comum”. *Revista Brasileira de História Militar*, Ano III, nº 8, agosto 2012

- RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Senado Federal, Vol. 64, 2005.
- ROBERTS, Michael. *The Military Revolution, 1560–1660*. Belfast: Queen’s University of Belfast, 1956.
- ROCHA, Rafael Ale. “‘Domínio’ e ‘Posse’: as fronteiras coloniais de Portugal e da França no Cabo do Norte (primeira metade do século XVIII)”. *Revista Tempo*, Vol. 23 n. 3, Set./Dez. 2017.
- _____. “Elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (1640-1684). Tese de Doutorado- *Universidade Federal Fluminense-UFF*. Departamento de História, 2013.
- _____. “Alianças entre os índios e os portugueses na Amazônia colonial”. *História: Debates e Tendências* – v. 8, n. 2, jul./dez. 2008, p. 378-387, publ. no 2o sem. 2009
- RODRIGUES, José Damião. “Das pequenas ilhas ao vasto sertão: os casais açorianos no povoamento de uma fronteira imperial (Amazônia, século XVII) ”. *Naveg@mérica*. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas. 2015, n. 15.
- _____. “A guerra nos Açores”. In: BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (org). *Nova História Militar de Portugal*. Portugal: círculo de leitores, 2004.
- ROQUE, Nuno. *A Justiça Penal Militar em Portugal*. Lisboa: Edições Atena, 2000.
- RUSSELL-WOOD, Anthony John. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998.
- SANTOS, Fabiano Vilaça dos. “Os capitães-mores do Pará (1707-1737): trajetórias, governo e dinâmica administrativa no Estado do Maranhão”. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 667-688, jul./dez. 2015.
- SANTO, Gabriel do Espírito. *Restauração (1640-1668)*. Coleção: História de Portugal- Guerras e Companhas Militares. Edição: QUIDNOVI, 2008.
- SANTOS, Arlindyane dos Anjos. “ ‘Gente nobre da governança’: (re) invenção da nobreza no Maranhão Seiscentista (1675-1695) ”. Monografia de Graduação. *Universidade Estadual do Maranhão*, 2009.
- SELVAGEM, Carlos. *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 2006.
- SILVA, Kalina V. da. *O miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001.

- _____. “Dos criminosos, vadios e de outros elementos incômodos: uma reflexão do recrutamento e as origens sociais dos militares coloniais”. *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora, Núcleo de História Regional/Departamento de História/Arquivo Histórico. EDUFJF, 2002, v.8, n.1.
- SILVA, Luís Geraldo. “Indivíduo e sociedade. Brás de Brito Souto e o processo de institucionalização das milícias afrodescendentes livres e libertos na América portuguesa (1684-1768)”. *Revista Tempo | Vol. 23 n. 2 | Mai. /Ago. 2017*.
- _____. “Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, nos séculos XVII e XVIII”. *Revista de História*. São Paulo, n. 169, pp. 11-144, jul/dez 2013.
- SCHAAN, Denise Pahl. “Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além – e apesar – das fases e tradições”. *Bol. Mus. Pará*. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 1, p. 77-89, jan-abr. 2007.
- _____. e MARTINS, Cristiane Pires (orgs). *Muito Além dos Campos: Arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. 1ª ed- Belém: GKNORONHA, 2010. Ver ainda informações publicadas na página do Museu Goeldi: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/sitio-arqueologico-em-gurupa-revela-novidades-sobre-ocupacao-milenar>
- SOUZA, Claudia Rocha de. “A ‘enfermidade era dilatada e os enfermos infinitos’: os efeitos epidêmicos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1690-1750)”. Universidade Federal do Pará. *Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- PPHIST*, Belém, 2017.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: A pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição, 1986.
- SOUZA JÚNIOR, José Alves de. “Jesuítas, colonos e índios: a disputa pelo controle e exploração do trabalho indígena”. *T(r)ópicos de história. Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém, Editora: Açai, 2010.
- TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Editora: Biblioteca do Exército Português, 1965.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. DOMINGUES, Francisco Contente e MONTEIRO, João Gouvêa. *História Militar de Portugal*. Lisboa: a esfera dos livros, 2017.
- TORRES-LONDOÑO, Fernando. “Contatos e missões dos jesuítas com os Jeberos e Cocamas no século XVII, através das formas missionárias” *T(r)ópicos de história. Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém, Editora: Açai, 2010.
- TZU, Sun. *A arte da guerra*. Tradução de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2006

- UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões de Bárbaros. O mundo natural das sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI-XVII*. Manaus: Editora Valer, 2009.
- VIANA, Wania Alexandrino. *A ‘gente de guerra’ na Amazônia colonial: composição e mobilização de tropas pagas na capitania do Pará (primeira metade do século XVIII)*. Curitiba: CRV, 2016.
- _____. “Porque sem eles [índios] se não a de se defender”: O protagonismo indígena no sistema defensivo da capitania do Grão-Pará (1680-1755). In: SILVA, Giovani José da; SILVA, Cleube Alves da. *Protagonismos Indígenas na História do Norte do Brasil*. 1ª ed. Palmas: Nagô Editora, 2018.
- VIANNA, Arthur. “As fortificações na Amazônia I- As fortificações no Pará”. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará (ABAPP)*, Tomo IV (1905), pp. 227-302.
- WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- WRIGHT, Robin M. “História indígena do Noroeste da Amazônia. Hipóteses, questões e perspectivas”. In: CUNHA, Manuela Carneiro de. *História dos Índios no Brasil*.
- XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antonio Manuel. “Representação da Sociedade e do Poder”. In: MATTOSO, José (direção). *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 121-156;
- _____. & HESPANHA, António Manuel. “As redes clientelares”. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.) *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 4, 1993.